

**PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:
MUDANÇA E CONTINUIDADE NUM MUNDO GLOBAL**

UNIVERSIDADE DE LISBOA, ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA E UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ESTADO, TERRITÓRIO, POPULAÇÃO:
AS IDEIAS, AS POLÍTICAS E AS TÉCNICAS DE COLONIZAÇÃO INTERNA
NO ESTADO NOVO**

MARIA ELISA OLIVEIRA DA SILVA LOPES DA SILVA

ORIENTADORES: PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MANUEL SOBRAL
DOUTOR FREDERICO ÁGOAS

TESE ESPECIALMENTE ELABORADA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM HISTÓRIA

**PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:
MUDANÇA E CONTINUIDADE NUM MUNDO GLOBAL**

UNIVERSIDADE DE LISBOA, ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA E UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ESTADO, TERRITÓRIO, POPULAÇÃO:
AS IDEIAS, AS POLÍTICAS E AS TÉCNICAS DE COLONIZAÇÃO INTERNA
NO ESTADO NOVO**

MARIA ELISA OLIVEIRA DA SILVA LOPES DA SILVA

**ORIENTADORES: PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MANUEL SOBRAL
DOUTOR FREDERICO ÁGOAS**

JÚRI

PRESIDENTE:

DOUTORA ANA MARGARIDA DE SEABRA NUNES DE ALMEIDA,
INVESTIGADORA COORDENADORA E PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

VOGAIS:

DOUTOR ÁLVARO FRANCISCO RODRIGUES GARRIDO, PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO
FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DOUTOR RUI MANUEL LEITÃO DA SILVA SANTOS, PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

DOUTOR FREDERICO MARTINS DOS REIS ÁGOAS, INVESTIGADOR AUXILIAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

DOUTORA MARIA DE FÁTIMA NUNES FERREIRA, PROFESSORA CATEDRÁTICA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DOUTORA MARTA COELHO DE MACEDO, INVESTIGADORA DE PÓS-DOUTORAMENTO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

TESE ESPECIALMENTE ELABORADA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM HISTÓRIA

ESTA INVESTIGAÇÃO FOI REALIZADA COM O APOIO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E
TECNOLOGIA ATRAVÉS DA CONCESSÃO DE UMA BOLSA DE DOUTORAMENTO (SFRH/BD/79685/2011)

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO.....	II
ABSTRACT.....	III

INTRODUÇÃO

«POR ESTE MEIO DAS COLÓNIAS TEVE A POVOAÇÃO DO REINO PRINCÍPIO»	1
--	----------

1	COLONIZAÇÃO INTERNA, UMA HISTÓRIA NACIONAL: DA RECONQUISTA À REFORMA AGRÁRIA.....	1
2	DO TEMA AO OBJECTO: DE NECESSIDADE HISTÓRICA A PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO	6
3	UM PONTO DE VISTA: ESTADO, TERRITÓRIO, POPULAÇÃO.....	17
4	O TEMPO E O ESPAÇO DA COLONIZAÇÃO.....	19
5	OS DOCUMENTOS DA COLONIZAÇÃO	22
6	PERCURSO DA TESE.....	24

I PARTE

AS IDEIAS E AS POLÍTICAS COLONIZADORAS

CAPÍTULO I

NOVO ESTADO?	26
---------------------------	-----------

1	ENTRAR NO ESTADO PARA PENSAR O REGIME.....	29
2	DAS DOCTRINAS ÀS TÉCNICAS COLONIZADORAS.....	33

CAPÍTULO II

O TERRITÓRIO: INSTITUCIONALIZAÇÃO ESTATAL DA COLONIZAÇÃO HIDRÁULICA.....	36
---	-----------

1	NACIONALISMOS DA TERRA.....	38
2	A ÁGUA COLONIZADORA: A LEI HIDRÁULICA DE 1937.....	44
3	«NATURALMENTE» COLONIZAR: A VISÃO DE SALAZAR	50
4	A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	54
5	COLONIZAÇÃO INTERNA EM CONTEXTO INTERNACIONAL: ESPANHA E ITÁLIA	59
6	A COLONIZAÇÃO NO PLANO HIDRÁULICO DE 1938.....	65
7	UMA NAÇÃO DE PEQUENOS PROPRIETÁRIOS: A SUPERIORIDADE DA EXPLORAÇÃO FAMILIAR.....	68
8	CONCLUSÕES	73

CAPÍTULO III

A POPULAÇÃO: COMO GERIR A ECONOMIA É GERIR A POPULAÇÃO	77
---	-----------

1	O QUE FAZER DO «EXCEDENTE DE VIDAS»?	78
2	DO EXCESSO POPULACIONAL AO ESPECTRO DO DESEMPREGO RURAL.....	85
3	ÁGUA A CORRER SEM GENTE: UM BALANÇO DA POLÍTICA HIDRÁULICA.....	91
4	ÍDANHA, UM PROJECTO DE COLONIZAÇÃO SOCIAL	96
5	A COLONIZAÇÃO DA CAMPINA DE ÍDANHA NAS MALHAS DA BUROCRACIA	107
6	CONCLUSÕES	115

CAPÍTULO IV

«ENCARAR O PROBLEMA DA TERRA COM A GREI»: AS COLONIZAÇÕES DA JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA (JCI).....	118
---	------------

1	COMO ASSIM, COLONIZAÇÃO INTERNA?.....	119
2	A JCI E AS MODALIDADES DA COLONIZAÇÃO.....	125
3	COLONIZAR AS «TERRAS DE TODOS»: OS BALDIOS	129
4	A COLONIZAÇÃO CIRÚRGICA: OS MELHORAMENTOS AGRÍCOLAS.....	136
5	A COLONIZAÇÃO HIDRÁULICA VISTA A PARTIR DA JCI.....	139
6	COLONIZAR AS TERRAS SECAS DO SUL.....	142
7	«PEQUENA FALANGE DA GREI AGRONÓMICA»: UMA TECNOCRACIA COLONIZADORA?	149
8	CONCLUSÕES	155

CAPÍTULO V

«AJUDAR A NAÇÃO A CRESCER DENTRO DE SI MESMA»: COLONIZAR O ALENTEJO..... 159

1	EMERGÊNCIA POLÍTICA DO «CASO DO ALENTEJO» E O I PLANO DE FOMENTO	160
2	OUTRAS MODERNIZAÇÕES AGRÍCOLAS: OS AMERICANOS ENTRE PORTUGAL E ITÁLIA	170
3	«BOM E ABUNDANTE VIVEIRO DE COLONOS»: COLONIZAÇÃO INTERNA E COLONIZAÇÃO ULTRAMARINA	176
4	«UMA RURALIDADE BIOLÓGICA MORALMENTE FECUNDA»: A FABRICAÇÃO DA LEI DE 1954.....	186
5	«MAIS INTERESSA CRIAR HOMENS DO QUE APENAS PRODUZIR SUBSISTÊNCIAS»: EUGÉNIO CASTRO CALDAS E O CATOLICISMO SOCIAL COLONIZADOR	195
6	CONCLUSÕES	206

CAPÍTULO VI

A COLONIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTISMO RURAL..... 210

1	A «PSICOSE ALENTEJANA» E O ESTADO QUE A PENSA.....	211
2	O <i>GRAND FINALE</i> DE UMA LONGA EPOPEIA (1959-1962).....	222
3	«RAPIDAMENTE E COM DECISÃO, A PROFUNDA REFORMA AGRÁRIA»: AS LUTAS SOCIAIS ALENTEJANAS NA GUERRA FRIA?	236
4	CONCLUSÕES	243

II PARTE

AS TÉCNICAS COLONIZADORAS: CONCEPÇÃO E INSTALAÇÃO DAS COLÓNIAS AGRÍCOLAS 247

CAPÍTULO VIII

COMEÇAR A COLONIZAR 250

1	QUE COLÓNIAS?	250
2	A COLONIZAÇÃO DE ESTADO ENTRE REGIMES	253
3	COLÓNIA AGRÍCOLA DOS MILAGRES	259
4	COLONIZAR A FRONTEIRA: A COLÓNIA AGRÍCOLA DE MARTIM REI.....	271

CAPÍTULO IX

CIVILIZAR OS BALDIOS..... 281

1	QUADRAZAIS, A COLONIZAÇÃO QUE NÃO FOI	284
2	COLÓNIA AGRÍCOLA DO BARROSO	286
3	COLÓNIA AGRÍCOLA DO ALVÃO.....	295
4	COLÓNIA AGRÍCOLA DA BOALHOSA	301

CAPÍTULO X

COLÓNIAS EXEMPLARES 309

1	COLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES	309
2	COLÓNIA AGRÍCOLA DA GAFANHA.....	322

CONCLUSÕES 333

CONCLUSÃO FINAL..... 338

BIBLIOGRAFIA 345

FONTES.....	345
ESTUDOS.....	352

AGRADECIMENTOS

Ao fazer esta tese, fui contraindo várias dívidas. Aqui fica o seu brevíssimo registo, com o devido agradecimento, muito aquém da dimensão da ajuda.

Ao José Manuel Sobral, orientador nos meandros da colonização interna, que me proporcionou toda a liberdade intelectual na escrita da tese, bem como ao Frederico Ágoas, amigo que aceitou co-orientar esta tese *in media res*.

À Ângela Barreto Xavier, professora que me guiou nos caminhos do PIUDHist.

Ao programa de doutoramento do PIUDHist, por me ter possibilitado passar uma temporada em Roma, onde, acolhida pelo Istituto Portoghese di Sant'Antonio, pude investigar na Biblioteca di Storia Moderna e Contemporânea e no Archivio Centrale dello Stato.

Ao Ricardo Roque e aos restantes membros do Grupo de Investigação Impérios, Colonialismo e Sociedades Pós-Coloniais, do Instituto de Ciências Sociais, pelo estímulo intelectual dos seminários que ajudaram a perspectivar melhor o tema desta tese noutras colonizações.

Aos colegas do seminário História e Crítica com quem, no Instituto de História Contemporânea, fui alargando os limites e os prazeres de pensar e escrever história.

Ao Luís Trindade, que me deu a oportunidade de ser Visiting Fellow em Birkbeck College, da Universidade de Londres, e ao Benjamin Dawson, que me abrigou na sua casa durante esta estadia.

À Ana Maria Simões e à Maria de Deus Amador, bibliotecárias da Direcção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, pela catalogação e apoio na pesquisa das monografias da Junta de Colonização Interna.

Ao Paulo Jorge Fernandes e ao Pedro Aires de Oliveira, que criaram as condições de trabalho no Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH) para que eu pudesse finalizar esta tese. A todos os amigos que, fora de obrigações institucionais, leram partes deste trabalho e cujas sugestões, comentários e críticas foram sempre preciosos: Bárbara Direito, Bruno Peixe Dias, José Ferreira, José Neves, Luís Trindade, Nuno Domingos, Victor Pereira.

Aos comensais da Biblioteca Nacional, que trazem o mundo para a conversa à mesa, de segunda à sexta.

A todas as famílias e amigos que fui tendo, que ampararam as quedas e ajudaram nas subidas.

Ao Miguel Cardoso, sem o qual esta tese não teria sido começada.

Ao Rui Lopes, sem o qual esta tese não teria sido acabada.

Ao Xavier, por tudo o resto.

RESUMO

Esta dissertação analisa a colonização interna e as colónias agrícolas durante o Estado Novo em função de três eixos: as ideias e as políticas estatais, a administração do Estado e as técnicas colonizadoras. Ao longo de dez capítulos, investiga-se de que modo a colonização interna contribuiu para os processos de institucionalização dos poderes do Estado moderno. Concebida enquanto ideia, política e técnica de reorganização da ocupação e posse de terra e de engenharia social, conclui-se que a colonização interna foi uma proposta de articulação específica entre *território* e *população* promovida pelo Estado moderno. Com a criação da Junta de Colonização Interna e da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola no Estado Novo, a vontade de transformação da natureza hídrica do território, essencial à modernização agrícola, associou-se a formas de reestruturação agrária. Estuda-se assim a forma como a colonização interna, após ter sido concebida pelo reformismo agrário desde finais do século XIX, ajudou a definir as áreas de intervenção e os mecanismos de poder do Estado Novo, contribuindo para a formação das políticas de nacionalismo económico dos anos trinta e de desenvolvimentismo do pós-segunda guerra mundial.

Além das ideias e das políticas, esta tese percorre as modalidades e as práticas colonizadoras da administração do Estado, dos planos colonizadores para os baldios aos planos de colonização de sequeiro do Sul. Discurso nacionalista histórico sobre a nação portuguesa, a colonização interna é aqui estudada sob a óptica transnacional através da inserção das políticas, dos saberes, das técnicas e dos agentes colonizadores nas redes de produção e circulação de conhecimento das políticas dos Estados da Europa do Sul (Espanha e Itália). Na segunda parte, dedicada às técnicas colonizadoras, a tese analisa a concepção (científica) e a instalação (técnica e administrativa) de cada uma das sete colónias agrícolas construídas pelo Estado entre 1926 e 1958: Milagres, Martim Rei, Barroso, Alvão, Boalhosa, Pegões e Gafanha.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Novo; reforma agrária; colonização interna; colónias agrícolas; sociedade rural; nacionalismo económico; desenvolvimentismo.

ABSTRACT

This dissertation analyses internal colonisation and agricultural colonies during Portugal's New State in three axes: state policies and ideas, state administration, and colonising techniques. Throughout ten chapters, this work probes how internal colonisation contributed to the institutionalisation process of the modern state's powers. Conceived as an idea, policy, and technique of reorganisation of land ownership and social engineering, the dissertation concludes that internal colonisation was a project of specific articulation between *territory* and *population* promoted by the modern state. With the creation of the Internal Colonisation Board and the Autonomous Board of Agricultural Hydraulics Works during the New State, the will to transform the territory's hydric nature, essential to agricultural modernisation, became associated with forms of agrarian restructuring. The dissertation thus studies the way internal colonisation, having been conceived by agrarian reformism since the late nineteenth century, helped define the New State's areas of intervention and mechanisms of power, contributing to the formation of the policies of 1930s' economic nationalism and post-war developmentalism.

Besides ideas and policies, the dissertation covers the state administration's modalities and practices of colonisation, from the colonising plans for the wastelands to the plans for the semiarid lands of the South. Part of the nationalist discourse about the history of the Portuguese nation, internal colonisation is studied here from a transnational perspective through the inclusion of colonising policies, forms of knowledge, techniques, and agents in the networks of production and circulation of knowledge of southern European states (Spain and Italy). In the second part, about colonising techniques, the dissertation analyses the (scientific) conception and the (technical and administrative) implementation of each of the seven agricultural colonies built by the state between 1926 and 1958: Milagres, Martim Rei, Barroso, Alvão, Boalhosa, Pegões, and Gafanha.

KEYWORDS: New State; land reform; internal colonisation; agricultural colonies; rural society; economic nationalism; developmentalism.

INTRODUÇÃO

«POR ESTE MEIO DAS COLÓNIAS TEVE A POVOAÇÃO DO REINO PRINCÍPIO»

1 Colonização interna, uma história nacional: da Reconquista à reforma agrária

«Por este meio das colónias teve a povoação do reino princípio» escreveu Manuel Severim de Faria em meados do século XVII, palavras estas elevadas a lema orientador da acção de colonização interna no Estado Novo. A colonização interna surgia como movimento fundador da nação. Nos três séculos seguintes, a formação de Portugal foi narrada uma e outra vez a partir da «Reconquista Cristã» e do povoamento de um reino situado no noroeste da Península Ibérica que se expandiu num movimento de Norte para Sul a partir do século XII. Portugal foi o país que se foi fazendo pela conquista e pelo povoamento na Idade Média, uma nação também discursivamente forjada pela narração e valoração da história da conquista e da ocupação humana do seu território. A partir desta narrativa da formação de Portugal, entre os finais do século XIX e durante parte do século XX propagandistas vários fizeram decorrer a necessidade da colonização interna do território como término daquele processo histórico. Quando, em 1936, foi escolhida para lema da Junta de Colonização Interna a frase de Severim de Faria, foi também porque parecia necessário finalizar a colonização principiada séculos antes. A colonização criara o país e nacionalizara o território.¹

Os propagandistas e ideólogos da colonização interna, de Oliveira Martins a Eugénio de Castro Caldas, foram fazendo e refazendo a história de Portugal encontrando nesta uma população ou um povo colonizador, primeiro internamente, durante a medievalidade enaltecida, e depois do século XV, com a dinastia de Avis, de vocação ultramarina, que, nas suas interpretações, teria a longo termo sangrado as forças e virtudes da nação. Nesta esquematização de leituras sobre a história de Portugal, encontramos uma oposição entre a nação guerreira e agrária da medievalidade povoadora e o período de decadência iniciado com o privilégio ao comércio trazido pela expansão ultramarina – sobretudo a Oriente.² Uma

¹ Numa leitura devedora de Orlando Ribeiro, a identificação da formação do território de Portugal, de Norte para Sul, com o nascimento da nação portuguesa foi, notavelmente, levada a cabo em José Mattoso, *Identificação de um país: oposição – composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)* (Lisboa: Temas e Debates, 2015 [1994]).

² Uma oposição muito esquematizada, desde logo porque a crítica ao período das «descobertas e das conquistas» foi diferentemente valorado caso se considerasse a presença portuguesa na Índia ou no Brasil. Para alguns autores como Alexandre Herculano e Oliveira Martins, a colonização do Brasil foi mesmo pensada como um «prolongamento ultramarino desta “colonização interna”», ou, mais tarde, para Carlos Malheiros Dias, em analogia com o povoamento de Portugal durante a Idade Média. Cf. Rui Ramos, «Um novo Brasil de um novo Portugal: a história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX», *Penélope* 23 (2000), 129 e 131. Sobre as teses relativas à formação de Portugal no século XIX, nomeadamente por Alexandre

interpretação que, de certa forma, estava já presente em Alexandre Herculano, quando opôs a nação guerreira e municipal da medievalidade à comercial e cortesã que se lhe seguiu.³ Continuou Oliveira Martins a explorar a dicotomia entre a “colonização” que ocorreu na Idade Média portuguesa por vontade dos grandes reis que acompanhados das populações cristãs desde o Norte desceram, conquistaram e povoaram as terras meridionais dos mouros (e o prolongamento inacabado desta lógica no Brasil) e as “conquistas” das feitorias a Oriente e das fazendas em África.⁴ Depois da chamada à povoação e cultura nos primeiros quatro séculos da monarquia portuguesa, «morgados, herdades, afolhamentos, despovoação, absentismos e charnecas»⁵ teriam tornado desértico o Alentejo, a última fronteira interior que faltava conquistar e colonizar para unificar o Portugal dividido pelo vale oblíquo do Tejo. Também Basílio Teles, interessado na regeneração do país, foi procurar aos tempos áureos da dita Reconquista e da monarquia guerreira a primazia da agricultura e dos pequenos proprietários que o país, sobretudo o latifúndio alentejano, careceria.⁶ As narrativas históricas elogiosas dos tempos da medievalidade por Oliveira Martins, a história racializada por Basílio Teles, e, mais tarde, a leitura da história de Portugal dividida entre a política de transporte e a política de fixação, por António Sérgio, abordaram tópicos à época muito difundidos, como o despovoamento dos campos alentejanos, o afastamento da agricultura e a ascensão da burguesia mercantil. Momentos e feitos da medievalidade agrária foram eleitos por estes publicistas como antecedente e suporte das propostas de reforma do país na área económica, nomeadamente em relação à multiplicação da pequena propriedade por todo o país, especialmente, no Sul latifundiário.

Já no século XX, os agrónomos Henrique de Barros e sobretudo Eugénio de Castro Caldas, dois protagonistas da história da colonização interna do Estado Novo, dedicaram-se a

Herculano, Teófilo Braga e Oliveira Martins, ver Sérgio Campos Matos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)* (Lisboa: Colibri, 1998).

³ Sobre a visão da história de Alexandre Herculano, veja-se Fernando Catroga, «Alexandre Herculano e o historicismo romântico», in *História da História em Portugal*, coord. Luís de Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 93-94. Herculano adicionava ainda outras razões para a decadência nacional (e dos povos peninsulares), mas aqui quer-se apenas assinalar a oposição entre os períodos da medievalidade e da expansão.

⁴ A dicotomia entre as “conquistas” e as “colónias” está expressa, por exemplo, logo na abertura da obra Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *O Brasil e as colónias portuguesas* (Lisboa: ed. Guimarães, 1978), 10.

⁵ Joaquim Pedro de Oliveira Martins, «Projecto de Lei de Fomento Rural», in *Fomento Rural e Emigração* (Lisboa: Guimarães Editores, 1994 [1887]), 38.

⁶ Entre outras obras, a visão da formação histórica de Portugal, que se fez «lavrando a terra e brandindo as armas», encontra-se em Basílio Teles, *O problema agrícola. Crédito e Imposto* (Porto: Livraria Chardon, 1899) A leitura da história de Portugal por Basílio Teles em suporte das ideias de colonização interna são analisadas em toda a extensão, e na relação com as propostas de outros propagandistas, como Oliveira Martins e Ezequiel de Campos, em José Manuel Sobral, «O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)», *Análise Social*, n.º 39, 171 (Julho 2004): 255-284.

escrever sobre vários momentos da história da agricultura em Portugal, salientando a perenidade das propostas colonizadoras, das quais fizeram decorrer a necessidade, quando não urgência, da colonização interna.⁷ Ambos narram a história (sobretudo, frustrada) das iniciativas colonizadores até ao liberalismo oitocentista, dando protagonismo à figura de Mouzinho da Silveira e ao movimento das arroteias dos finais do século XIX e princípios do XX – exemplo este muito citado e valorizado no discurso colonizador estadonovista. O uso da história mestra da política (colonizadora), central que foi para o Estado Novo, perdurou pelo menos até pelo menos ao 25 de Abril de 1974, quando a reforma agrária revolucionária foi inscrita na longa duração da história portuguesa pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, que a situou na continuidade das propostas de divisão das herdades e colonização do Alentejo de Severim de Faria.⁸ Outros autores se poderiam juntar a este rol, mas o que aqui por enquanto se quer sublinhar é como a leitura da história de Portugal foi sendo feita, refeita e mobilizada em apoio e fundamento das propostas de colonização interna de forma a que finalmente se nacionalizasse todo o seu território português e assim se recuperasse o percepcionado atraso da nação, preocupação omnipresente em grande parte da intelectualidade portuguesa desde o fontismo.⁹

Ressurgiu Severim de Faria, o arbitrista de Seiscentos, em pleno século XX pela vontade de António Sérgio em sustentar com pergaminhos históricos a sua proposta de reforma em prol das forças produtivas nacionais. O texto «Dos remédios para a falta de gente» (1655) do chantre de Évora foi reeditado em 1924 em conjunto com textos de Luís Mendes de Vasconcelos e Duarte Ribeiro de Macedo na *Antologia de Pensadores do Século XVII*, uma publicação organizada pelo seareiro, com remédios para o país que prefigurariam os seus.¹⁰ Não sendo à altura um autor desconhecido – tinha sido citado, por exemplo, por Oliveira Martins¹¹ e por Ezequiel de Campos –, Severim de Faria conheceu algum protagonismo na história do

⁷ Henrique de Barros, «Ensaio sobre a história da colonização metropolitana» (Tirocínio apresentado ao Instituto Superior de Agronomia para obter o grau de Engenheiro Agrónomo, 1930); Idem, *Mousinho da Silveira e a sua obra* (Lisboa: Seara Nova, 1936); idem, *Oliveira Martins e o “Projecto de lei de Fomento Rural”* (Lisboa: Seara Nova, 1946); Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura portuguesa através dos tempos* (Lisboa: INICT, 1991); idem, *A agricultura na história de Portugal* (Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais, 1998).

⁸ Maria Antónia Pires de Almeida, «A reforma agrária em Avis. Elites em mudança num concelho alentejano (1974-1977)» (Lisboa: Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada no ISCTE, 2004), 30.

⁹ Cf. David Justino, *Fontismo. Liberalismo numa sociedade iliberal* (Lisboa: D. Quixote, 2016).

¹⁰ Nos autores seiscentistas António Sérgio procurou e encontrou prefigurações da sua política de fixação: em Severim de Faria na defesa da agricultura e indústria; em Luís Mendes de Vasconcelos (“Sítio de Lisboa”, 1608), a denúncia do despovoamento do reino; em Duarte Ribeiro de Meneses (“Discurso sobre a introdução de artes no reino”, 1675) as notícias sobre os desequilibrados *deficits* comerciais e a necessidade de fomentar a produção nacional. De Severim de Faria discordava apenas de que as “conquistas” tivessem sido uma das causas da “falta de gente popular”, seguindo então refutações de Ribeiro de Macedo àquele argumento.

¹¹ Oliveira Martins, «Projecto de Lei de Fomento Rural», in *Fomento Rural e Emigração*, 41.

pensamento económico e mesmo no debate público de então em diante¹², que justificou a adopção de uma frase sua como lema da Junta de Colonização Interna no Estado Novo.

Na *Antologia*, Sérgio avançou uma leitura da história de Portugal, reformulando oposições martinianas, ancorada na relação entre as «relações recíprocas do Transporte – do Comércio – com as actividades da Produção, e [n]os efeitos políticos e sociais que naturalmente lhes correspondem»¹³, ou seja, uma história nacional interpretada a partir de dois eixos: as políticas de transporte e as políticas de fixação. Esta leitura, que perdurou na historiografia portuguesa, foi explanada numa conferência em 1925¹⁴, que teve o propósito principal de defender os projectos de reforma agrária e de colonização interna apresentados por Ezequiel de Campos, por um breve período Ministro da Agricultura da Esquerda Democrática no final da I República. Nesta conferência defendeu António Sérgio que a Idade Média em Portugal foi dominada por uma monarquia agrícola, com comércio integrado, que promoveu a colonização do território, ou seja, uma política de fixação, interrompida depois com as «conquistas»; a partir do século XV, o triunfo da burguesia cosmopolita trazido pela dinastia de Avis teria levado ao abandono da produção até à contemporaneidade. Não se tratava tanto de uma representação historicista, ou de uma reflexão sobre o passado que permitiria explicar o presente quanto de uma forma dos problemas do presente e a visão do futuro comandarem o olhar sobre o tempo transcorrido.¹⁵ Dentro desta narrativa forte da história de Portugal, Manuel Severim de Faria no século XVII, como agora o seu companheiro Ezequiel de Campos, seriam as vozes que pugnavam por uma política de fixação que devolvesse o protagonismo económico à produção agrícola e industrial do país.

Avance-se com uma primeira definição, que irá ser retomada, reformulada e precisada ao longo das próximas páginas: a colonização interna designa as ideias, as políticas e as técnicas que visaram promover conjuntamente o cultivo agrícola e a ocupação populacional do território nacional metropolitano no Portugal contemporâneo. A defesa da agricultura de pequena propriedade e a canalização, ou «transladação», das populações em excesso do Norte que migravam crescentemente para o Brasil para os vastos incultos do Sul do país, transformados

¹² Sobre as várias interpretações históricas do texto de Severim de Faria durante o século XX, bem como uma análise crítica ao texto dentro do pensamento mercantilista, veja-se Inês Amorim, «Manuel Severim de Faria – uma releitura dos remédios para a falta de gente – 1655», *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. V (1988): 151-172.

¹³ António Sérgio, «Nótulas Preambulares», in *Antologia dos Pensadores do Século XVII* (Lisboa: Sá da Costa, 1974 [1924]), 3.

¹⁴ António Sérgio, «As duas políticas nacionais», in *Obras Completas. Ensaios*, ed. crítica Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e org. Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, Tomo II (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977 [1925]), 63-93.

¹⁵ Sérgio Campos Matos, «António Sérgio na cultura histórica portuguesa», in *Consciência histórica e nacionalismo. Portugal, séculos XIX e XX* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 215.

em pequenas e médias propriedades cultivadas por colonos foi uma proposta que se inseria num mais lato conjunto de propostas de reformas que visavam fortalecer a nação portuguesa.

As ideias de colonização de um Sul desértico começaram a ser avançadas em finais do século XVIII, mas sobretudo a partir de finais do século XIX, quando um conjunto de publicistas e intelectuais – Oliveira Martins, Basílio Teles, Ezequiel de Campos e ainda Oliveira Salazar e Lino Neto – lhe deram uma consistência programática. Inseridas em projectos políticos mais vastos, as ideias colonizadoras do reformismo agrário complexificam-se e diversificam-se e vão sendo formuladas dentro de diferentes espectros políticos que foram do conservadorismo ruralista do republicano Basílio Teles ao reformismo tecnológico do engenheiro Ezequiel de Campos. Sob uma aparente coerência programática, estas foram ideias difundidas e debatidas por políticos e intelectuais oriundos de diferentes e divergentes quadrantes políticos – conservadores e progressistas, republicanos e monárquicos – entre os finais do século XIX e o início do século XX.

As ideias de colonização do Sul do país foram então articuladas com base num diagnóstico do país tendo essencialmente duas origens: a leitura da história de Portugal, assente num dualismo contrastante entre as populações do Norte e as do Sul (supra mencionado), e os dados estatísticos fornecidos pelos novos modos de representação cognitiva das realidades populacionais e territoriais (por exemplo, censos populacionais, estatísticas agrícolas) que se desenvolveram especialmente a partir da segunda metade do século XIX.¹⁶ Esquemáticamente se compôs uma imagem do país em que o Norte populoso e fértil, em que predominava a pequena propriedade campestre, se opunha ao Sul, coberto de charnecas ou, crescentemente, de searas, com grandes propriedades cultivadas por trabalhadores assalariados. A partir das dualidades demográficas e agrárias entre o «Norte» e o «Sul» do país, daquele modo apuradas, foi deduzida a necessidade colonizadora do Sul. Com a formulação das ideias de colonização interna, as realidades da população e do território, historicamente concebidas e quantitativamente objectivadas, passaram assim a ser alvo de um mecanismo político destinado à racionalização produtiva entre ambas. A colonização interna inseria-se ainda num conjunto de propostas preocupadas com a modernização das estruturas agrárias, direccionada em dois sentidos: por um lado, o emparcelamento dos pequenos tractos de terra situados sobretudo nas regiões nortenhas; por outro, o parcelamento das grandes propriedades, sobretudo do Sul, onde se constituíam novas explorações familiares (mais tarde, «casais de família») trabalhadas

¹⁶Sobral, «O Norte, o Sul, a raça, a nação...». Sobre a «cultura do cálculo» e o «papel prescritivo da estatística», veja-se Nuno Luís Madureira, *As ideias e os números. Ciência, administração e estatística em Portugal* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006), 7-9.

pelas gentes que então migravam massivamente para o Brasil, assim povoando ou colonizando as planícies alentejanas.

A uma alargada difusão das ideias colonizadoras correspondeu um titubeante acolhimento das mesmas dentro do aparelho estatal – estiveram praticamente ausentes da esfera do Estado até à I Guerra Mundial e apenas com o Estado Novo, depois de tentativas falhadas na década de 20, se criou a Junta de Colonização Interna (1936). Em final da década de trinta do século XX, argumentos produtivistas fortaleceram a solução colonizadora numa altura de aprofundamento do nacionalismo económico. A política de colonização interna foi então legislada como elemento de um mais vasto plano de modernização económica do mundo rural, o qual assentava, a par da florestação, num ambicioso plano de transformação do território, a ser levado a cabo pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. Os objectivos das ideias colonizadoras, agora política de governo, modificaram-se, entretanto, em várias das suas dimensões, nomeadamente quanto às suas razões populacionais: procurava-se menos a transferência dos emigrantes do Nordeste para o Alentejo do que a transformação da condição social da população assalariada do Sul, sobretudo na década de cinquenta. A longevidade política do programa colonizador metropolitano que foi formulado em finais do século XIX enquanto ideário e que perdurou como política dentro do aparelho de Estado até aos anos 60 do século XX contrasta com a modesta construção de sete colónias agrícolas (Milagres, Martim Rei, Alvão Barroso, Pegões, Gafanha, Boalhosa) nos anos 40 e 50 do século XX. Este foi tema da minha dissertação de mestrado¹⁷ e que continuarei neste trabalho.

2 Do tema ao objecto: de necessidade histórica a problema historiográfico

A história da colonização interna na contemporaneidade começou por ser narrada por aqueles que a protagonizaram enquanto medida política, atentos à história das sucessivas iniciativas e à necessidade de colmatar falhas passadas. As visões desta história contada pelos protagonistas, sobretudo políticos e técnicos, com destaque para o agrónomo Eugénio Castro Caldas¹⁸, foram determinantes para os termos em que foi feita a discussão académica do tema

¹⁷ Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo» (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, NOVA FCSH, Lisboa 2011). Algumas das conclusões desta tese foram desenvolvidas e publicadas, já no âmbito do doutoramento, em Elisa Lopes da Silva, «Recampesinar no Estado Novo: propriedade, Estado e os seus sujeitos», in *O espectro da pobreza. História, cultura e política em Portugal no século XX*, org. Frederico Ágoas e José Neves, 105-124 (Lisboa: Mundos Sociais, 2016).

¹⁸ A consagração simultânea de Eugénio de Castro Caldas enquanto figura maior da política de colonização interna estadonovista e autoridade historiográfica que sobre ela se debruça a 40 anos de distância é dada pela escrita das entradas «História Agrária» e «Melhoramentos Agrícolas» para os Suplementos dedicados ao Estado Novo do

a partir década de setenta do século XX. Sublinho duas continuidades entre a história dos protagonistas e a história academizada. Em primeiro lugar, o tema da colonização interna revelou-se um legado duradouro no âmbito de uma história agrária interessada em averiguar as relações entre estrutura agrária, desenvolvimento económico e Estado. Em segundo lugar, uma história simultaneamente vivida e escrita pelos agentes estatais, plasmada em escritos de publicistas ou em pareceres da Câmara Corporativa, a análise de que foi objecto centrou-se na legislação e foi marcada por com um forte pendor avaliativo (colocado em termos de «sucesso» e «insucesso» da iniciativa) que perdurou. Pensada a partir do «atraso» e do «progresso» nacional, da «necessidade» da colonização ao «fracasso» das iniciativas, a história da colonização interna foi explicada a partir das categorias analíticas da estrutura agrária, da exploração agrícola ou da pirâmide social, que confirmavam as realidades contrastantes entre o Norte e o Sul do país. Primeiramente apresentada e debatida em função do seu contributo para o progresso nacional, a colonização interna continuou, em parte, a ser debatida pela historiografia herdeira de uma narrativa explicativa das iniciativas de modernização falhadas.

A passagem desta história dos protagonistas para o campo historiográfico deu-se na década de 1970, quando a «questão agrária» regressou ao espaço político. Durante a conjuntura revolucionária, Manuel Villaverde Cabral coligiu os textos fundamentais sobre a questão agrária no Portugal contemporâneo, a que fez preceder um longo estudo introdutório, numa obra publicada em 1974¹⁹. Este influente livro fez parte da emergência de um marcante conjunto de estudos sobre os temas rurais no Portugal contemporâneo, de que o historiador Albert Silbert²⁰ tinha sido pioneiro na década anterior, e que na década de setenta se multiplicaram.²¹ Na conjuntura da reforma agrária revolucionária, em que os «tema-vedeta»²² dos historiadores e as agendas políticas estavam em particular sintonia, impôs-se a reflexão sobre as origens do

Dicionário de História de Portugal. Cf. Eugénio de Castro Caldas, «História Agrária», in *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento 8 F/O, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 176-178 (Porto: Figueirinhas, 2000); idem, «Melhoramentos Agrícolas, Política de», in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento 8 F/O*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 447-448 (Porto: Figueirinhas, 2000).

¹⁹ Manuel Villaverde Cabral, ed. e introd., *Materiais para a história da questão agrária em Portugal. Século XIX e XX*, Civilização Portuguesa, n.º 19 (Porto: Inova, 1974).

²⁰ Albert Silbert, *Le "collectivisme agraire" au Portugal: histoire d'un problème* (Lisboa, 1960); idem, *Oliveira Martins et L'histoire* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1971).

²¹ Sobre o debate historiográfico na década de 1970 sobre a «questão agrária» entre Manuel Villaverde Cabral e Miriam Halpern Pereira ver João Bonifácio Serra, «Os Estudos sobre o Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-Guerra», *Penélope*, n.º 5 (1991): 121-122; José Pacheco Pereira, *Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal* (Mem-Martins: Ed. Europa-América, 1983). Outros domínios das ciências sociais em Portugal interessaram-se igualmente pelo estudo do espaço rural português, de que é um exemplo maior José Cutileiro, *Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa* (Lisboa: Livros Horizonte, 2004 [1977]) (tradução de *A portuguese rural society*, de 1971).

²² Expressão que tomei de empréstimo de António Manuel Hespanha, «A história na cultura portuguesa contemporânea», in *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, coord. Fernando Peres (Porto: Edições Afrontamento/ Fundação Serralves, 2002), 332.

latifúndio, os seus males históricos e a melhor forma de os debelar – dividindo e colonizando os campos do Sul.

A colonização interna tornou-se assim um dos temas aflorados, mesmo que marginalmente, pela investigação historiográfica dedicada à «questão da terra», fruto da conjuntura revolucionária, mas também influenciada por correntes historiográficas internacionais de contornos marxistas, marcadas pelo debate sobre a «questão agrária» em África e na América Latina. O estudo académico mais consistente sobre a política colonizadora surgiu indelevelmente marcado pela conjuntura revolucionária, conquanto foi elaborado pelo ex-Ministro da Agricultura durante as ocupações de terras do PREC, o agrónomo Fernando Oliveira Baptista. Sob o título *Dos projectos de colonização interna ao capitalismo agrário*²³, de 1978, o autor debruçou-se sobre as formas e as políticas de colonização interna do Estado Novo, que dividiu em dois períodos correspondentes a projectos de colonização com objectivos distintos. O primeiro, de origem marcadamente ideológica, tinha sido formulado no contexto das lutas dos trabalhadores agrícolas nos campos do Sul durante a I República, e seguindo o exemplo da Itália fascista, destinar-se-ia a «construir uma paz social pela conversão dos trabalhadores agrícolas em pequenos proprietários, retalhando para o efeito baldios, terras do Estado e privadas.»²⁴ O segundo projecto, que teria atingindo o auge no final dos anos cinquenta, denotaria já uma concepção económica industrialista da colonização interna, agora sobretudo apostada em fazer da população rural um mercado interno para os produtos industriais. Este é também um estudo que tentou situar a política de colonização interna na relação com a política económica salazarista, em particular na sua relação causal com o atraso e o desenvolvimento agrícola durante o período. Na discussão sobre a estrutura agrária, os direitos de propriedade e a sua relação com o desenvolvimento económico de países marcados pelo peso da agricultura, a colonização interna surgia como um pensamento sobre a reforma agrária antes da reforma agrária (revolucionária). À reforma agrária revolucionária, assente na transferência da posse de terra e na sua administração colectiva da década de setenta, contrapunha-se a colonização interna, uma reforma agrária que individualizava a posse e administração da terra.

Outras interpretações surgiram na mesma altura dedicadas a inserir a colonização interna na narrativa sobre a penetração do capitalismo nos campos portugueses. Villaverde

²³ Fernando Oliveira Baptista, *Dos projectos de colonização interna ao capitalismo agrário (Anos trinta – 1974)*, Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro» (Coimbra, 1978). Parte da sua tese de doutoramento, este texto foi editado também como primeiro capítulo de *A Política Agrária do Estado Novo* (Porto: Afrontamento, 1993).

²⁴ Baptista, *A Política Agrária...*, 10.

Cabral recuou ao contexto político e económico do proteccionismo cerealífero da segunda metade do século XIX e argumentou que a ideia de colonização do Sul através da promoção de pequenas propriedades familiares junto às extremas dos latifúndios devia ser entendida no quadro da interdependência entre a pequena e a grande propriedade típico do modo de produção da cerealicultura, ou seja, devia ser entendido como forma de fixação da força de trabalho destinada à criação de um exército de reserva de mão-de-obra que estivesse disponível tanto para o trabalho das arroteias dos terrenos ainda incultos como para as grandes fainas sazonais que a cultura de cereais de sequeiro impunha. As «colonizações espontâneas» do século XIX foram alvo de interpretação diversa por Miriam Halpern Pereira²⁵ que, no seu estudo sobre a paisagem agrária na segunda metade do XIX, analisou como as «arroteias populares» foram um freio à regressão da cerealicultura. Numa explicação funcionalista de cariz marxista, o movimento colonizador foi aqui concebido como um fenómeno necessário à (ou bloqueador da) produção e reprodução da mão-de-obra essencial ao desenvolvimento das relações capitalistas no mundo rural. Com maior impacto na historiografia posterior, Villaverde Cabral tentou explicar a origem e permanência das ideias de colonização interna no pensamento económico português e identificou um conjunto de publicistas finiseculares e do início do século XX que advogavam a necessidade de uma colonização agrícola do Sul.²⁶

Em continuidade com as sugestões interpretativas lançadas por Cabral, durante a década de noventa do século XX Fernando Rosas²⁷ abordou a política colonizadora do Estado Novo como parte de uma política de reestruturação fundiária, centrada na intensificação e na reconversão cultural da agricultura, e, de uma forma mais lata, de um programa de «modernização qualitativa da agricultura» – a colonização, a irrigação e a florestação – que Rafael Duque²⁸ teria trazido para o governo aquando da sua nomeação para Ministro da Agricultura em 1934. No essencial, argumentou Rosas, o programa de modernização económica da agricultura fundada num aumento da produtividade e na intensificação cultural

²⁵ Miriam Halpern Pereira, *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX* (Lisboa: Edições Cosmos, 1971), 77 e ss.

²⁶ Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1976), 240 e ss.; Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1979).

²⁷ Fernando Rosas, «As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos», em *Contribuição Para a História do Pensamento Económico em Portugal* (Lisboa: Publ. Dom Quixote, 1988), 187-208; Fernando Rosas, «Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)», *Análise Social*, vol. XXVI (112-113) (1991): 771-790; Fernando Rosas, «O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal: elementos para o seu estudo», em *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, org. José Luís Cardoso e António Almodovar, 357-372 (Lisboa: CISEP, 1992). Estes artigos foram mais tarde coligidos em Fernando Rosas, *Salazarismo e fomento económico. O primado do político na história económica do Estado Novo* (Lisboa, Notícias Editorial, 2000).

²⁸ Cf. Rosas, «Rafael Duque ...».

trazido pela reestruturação fundiária, quando conjugada com os efeitos da hidráulica agrícola, retomava o plano que o engenheiro Ezequiel de Campos tinha anos antes formulado. Seguindo de perto as pistas de Cabral, Rosas considera esse projecto reformista como parte integrante de um programa de «desenvolvimento global» para o país que tinha como matriz o «Projecto de Fomento Rural» de Oliveira Martins (1887), e que, com variações importantes, vinha sendo publicitado por reformistas agrários, de entre os quais se destaca o supra-citado Ezequiel de Campos, mas também Basílio Teles, Alberto Sampaio e António Lino Neto, de quem, de resto Rosas toma de empréstimo a designação de «neofisiocracia»²⁹ para designar este conjunto de ideias em torno do «retorno modernizador à terra». Dentre os mais estudados reformistas agrários, destacam-se as figuras de Ezequiel de Campos e de Basílio Teles, que têm tido bastante fortuna crítica³⁰.

Esquemáticamente, pode dizer-se o seguinte: se para Cabral as ideias de colonização interna, consideradas como a promoção da pequena propriedade, destinavam-se, no século XIX, à produção da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do capitalismo, para Rosas, a «neo-fisiocracia» e, em particular, a colonização interna de Ezequiel de Campos, bem como, mais tarde, a sua execução política com o Rafael Duque, é considerada enquanto peça de um plano geral de modernização económica da agricultura legislado, embora nunca realizado, durante o Estado Novo. Assim, a colonização interna é considerada como *proposta instrumental* em relação ao *capitalismo* nos campos, com Cabral, e à *modernização* da agricultura, com Rosas, contextualizando ambos os autores as ideias colonizadoras no âmbito da história das ideias e políticas económicas. Com um programa de investigação semelhante, e a partir dos termos definidos pelo debate político coevos sobre a centralidade da agricultura versus indústria para o desenvolvimento económico, Luciano Amaral³¹ abordou a política de colonização interna nas duas décadas após II Guerra Mundial a partir das lutas internas entre

²⁹ Expressão usada em Fernando Rosas, «O pensamento reformista agrário...». O uso do termo “neo-fisiocratas” para designar os reformistas agrários foi contestada em Rui Santos, «A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento económico português», *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º): 432-435.

³⁰ Sobre Ezequiel de Campos, destaque-se os estudos supracitados de Fernando Rosas, Tiago Saraiva e Teresa Nunes. Cf. Fernando Rosas (introd.), *Textos de economia e política agrária e industrial: (1918-1944)*, Ezequiel de Campos, col. Obras clássicas do pensamento económico português 19 (Lisboa, Banco de Portugal, 1998); Fernando Rosas, «As ideias sobre desenvolvimento...»; Tiago Saraiva, «Laboratories and Landscapes: the Colonization of Portugal and Mozambique and the Building of the New State», *HoST, journal of history of science and technology*, 3 (2009): 7-39. Destaque-se ainda a longa tese de doutoramento de Teresa Nunes, «O ideário republicano de Ezequiel de Campos (1900-1919)» (Dissertação de Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012).

³¹ Luciano Amaral, «Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950 – 1973)», *Análise Social*, vol. XXIX (128) – 4º (1994): 889-906; idem, «O País dos caminhos que se bifurcam. Política Agrária e Evolução da Agricultura Portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954» (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993).

reformistas agrários, conservadores rurais e industrialistas pela hegemonia política dentro do regime do Estado Novo. A colonização interna é aqui parte de um projecto de reforma agrária destinado à modernização agrícola do Estado Novo, obstruído pelo «conservantismo rural» que, no pós-II Guerra Mundial, teria alcançado uma «aliança objectiva» com o grupo dos industrialistas, desinteressados dos assuntos da agricultura, e que explicaria o ocaso daquela proposta reformista nos anos cinquenta.

Deve-se entender a abordagem da colonização interna como parte de um programa de reforma agrária historicamente fracassado em Baptista, Rosas e Amaral e em consonância com uma historiografia internacional sobre a «questão agrária» preocupada em estabelecer uma relação entre reforma agrária e crescimento económico na época contemporânea. Ou seja, centrando-se nos direitos de propriedade, este programa analisa a reforma, ou permanência, das estruturas agrárias como vector determinante na explicação da modernização agrária e, em última instância, económica de cada país (perspectiva que é bem exemplificada pela expressão de Rosas «uma industrialização sem reforma agrária»³² para designar o crescimento económico do salazarismo). As tentativas de reformas agrárias durante o Estado Novo, de que a colonização interna foi parte integrante, têm sido predominante estudadas por uma historiografia das ideias e das políticas económicas que, sumariamente, pretendeu, por um lado, avaliar qual o papel desempenhado pelas estruturas fundiárias no desenvolvimento (ou atraso) económico nacional e, por outro, discutir as tensões e contradições entre as políticas de fomento e as de conservação dentro do regime salazarista. O uso da ideia de “modernização” como instrumento de análise do fenómeno colonizador foi ainda recentemente prosseguido nos estudos de Dulce Freire³³. Centrando-se num estudo de caso investigado para o seu doutoramento, Freire tem-se dedicado a estudar as políticas agrárias, nomeadamente as de acesso à propriedade levadas a cabo pela Junta de Colonização Interna, de forma a avaliar os efeitos da “revolução verde” em Portugal. Com a historiografia dedicada ainda a avaliar as insuficiências, bloqueios e avanços da “modernização”, este é ainda o critério em relação ao qual os fenómenos históricos são avaliados (por exemplo, se os técnicos, os políticos ou o

³² Fernando Rosas, «Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária», *Análise Social*, n.º 29 (128) (Janeiro 1994), 871–887.

³³ Entre outros, Dulce Freire, «Ensayos de Ingeniería Social: reforma agraria y modernización de la agricultura en las últimas décadas del Estado Novo (1954-1974)», in *Agriculturas e innovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*, eds. Daniel Lanero e Dulce Freire, 213-243 (Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2013); idem, «Experiência e ciência. Modernização da agricultura nas últimas décadas do Estado Novo», in *Da Economia moral da multidão à arte de não ser governado. E. P. Thompson e James C. Scott na Ibéria*, org. Diego Palacios Cerezales, Fátima Sá e Melo Ferreira e José Neves, 91-109 (Castro Verde: 100 Luz, 2013); Dulce Freire e Daniel Lañero Taboas, «The Iberian dictatorship and agricultural modernisation after the Second World War», in *Integration through subordination. The politics of agricultural modernization in industrial Europe*, org. Peter Moser e Toney Varley, 183-202 (Turnhout: Brepols, 2013).

Estado foram mais ou menos “modernos”), não considerando a modernização um objecto de inquérito historiográfico em si mesma.

À margem da historiografia do pensamento e da política económica, o historiador Rui Ramos propôs uma interpretação do projecto de fomento rural de Oliveira Martins, bem como dos pensadores por ele influenciados, como Ezequiel de Campos, estritamente filiada na – e, dir-se-á, circunscrita à – história das ideias políticas. Num conjunto de estudos publicados durante a década de noventa, Ramos³⁴ opôs-se a uma leitura «economicista» da «Lei de Fomento Rural» que secundarizasse os princípios de «ética republicana» que a enformaram. Na sua leitura, aquela expressava, antes de mais, um «projecto político, o de criar em Portugal uma comunidade democrática fundada numa massa de “lavradores proprietários”, que se deve inserir na “cultura republicana”, ou do “patriotismo cívico”»³⁵. A tentativa de Ramos de promover uma leitura política da proposta colonizadora martiniana, bem como de todas as suas releituras e reconfigurações durante o século XX, que a excisa de qualquer fundamentação económica, assenta numa metodologia historiográfica, inspirada pela “Escola de Cambridge”, que visa atribuir sentido às formulações discursivas pelas suas referências textuais. Assim as interpretações textuais são construídas através de um contextualismo discursivo, de certa forma independente, pode-se dizer, das dinâmicas sociais que as formulações discursivas referenciam. Não obstante estas críticas, a interpretação de Ramos permite pensar nos fundamentos políticos das ideias de colonização interna, em especial no que toca à relação que os reformistas agrários estabeleceram entre propriedade, independência individual e cidadania. Ainda decorrente de uma opção metodológica ancorada na história dos conceitos, as interpretações de Ramos permitem chamar a atenção para uma questão de natureza terminológica que não tem sido objecto de debate: o termo «colonização» designou historicamente duas realidades hoje distintamente consideradas: a colonização interna, ou seja, em território metropolitano europeu, e a ultramarina, ou seja, imperial.

Para pensar as relações entre colonização metropolitana e ultramarina muito tem contribuído, vinda de outra orientação historiográfica, uma nova vaga de estudos sobre o colonialismo europeu. O alargamento dos estudos coloniais às análises dos impérios

³⁴ Rui Ramos, «As Origens Ideológicas da Condenação das Descobertas e das Conquistas em Alexandre Herculano e Oliveira Martins», *Análise Social* Vol. XXXII, 140 (1997): 113-141; idem, «Oliveira Martins e a Ética Republicana», *Penélope*, 18 (1998): 167-187; idem, «Um novo Brasil de um novo Portugal...», 129-152.

³⁵ A República é aqui entendida não no sentido de um regime oposto à monarquia, mas antes enquanto comunidade de homens livres, os “lavradores-soldados”, com os meios necessários para levar uma vida independente e que tivessem interesse na manutenção da ordem. A ela preside a ideia de uma “nação de proprietários rurais”, como já antes tinha sido imaginada por Alexandre Herculano, e que se prolongaria em Ezequiel de Campos nos seus planos de descoberta e conquista interna do Alentejo. Cf. Ramos, «Oliveira Martins e a Ética Republicana»; idem, «Um novo Brasil de um novo Portugal».

continentais europeus, nomeadamente filiando a expansão a leste da Alemanha, em particular mas não só do regime nazi, nas experiências imperiais ultramarinas europeias, abriu caminho para novas interpretações do fenómeno colonizador interno em território europeu.³⁶ Também Ann Laura Stoler³⁷ pensou o fenómeno da colonização, e sobretudo das colónias agrícolas, atendendo à rede de circulação de modelos, conhecimentos e pessoas entre geografias variadas. Recentemente a história das relações internacionais – de que se destaca especialmente Liesbeth van de Grift³⁸ – tem analisado o fenómeno numa perspectiva transnacional, que, atenta à circulação de conhecimentos e actores que ultrapassam as fronteiras nacionais, deslocou a geografia do fenómeno para o norte europeu, apreendendo a multiplicidade de razões, políticas e formatos da colonização interna europeia.

Em Portugal, uma outra interpretação dedicada a entender a configuração cultural do pensamento colonizador interno surgiu pela mão de José Manuel Sobral. As suas leituras dedicadas aos reformistas agrários, com destaque para Basílio Teles³⁹, permitem deslocar as interpretações sobre a colonização interna da história económica para o âmbito de uma história cultural e do nacionalismo. As ideias de colonização interna de Teles são concebidas como ideologia reformista baseada em projecções raciais da população portuguesa, que resultaram de uma concepção dualista do território português, dividido entre um Norte e um Sul. Uma leitura dualista do território nacional constituída pela leitura da história de Portugal igualmente presente também noutros reformistas agrários já mencionados que permitirá, nesta tese, melhor entender as concepções colonizadoras do Estado Novo.

³⁶ David Blackbourn, *The Conquest of Nature: Water, Landscape, and the Making of Modern Germany* (Nova Iorque, 2006); Robert L. Nelson, ed., *Germans, Poland and Colonial Expansion to the East, 1850 through the Present* (Nova Iorque, 2009); Kristin Kopp, *Germany's Wild East: Constructing Poland as Colonial Space* (Ann Arbor, 2012).

³⁷ Ann Laura Stoler, Carole Mac Granahan, «Introduction. Refiguring Imperial Terrains», in *Imperial Formations*, ed. Ann Laura Stoler, Carole Mac Granahan e Peter C. Perdue, 3-44 (Santa Fé: SAR Press, 2007); Ann Laura Stoler, *Against the archival grain. Epistemic anxieties and colonial common sense* (Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2009).

³⁸ O dossier «Internal Colonisation in the Age of Modern territoriality» organizado por Liesbeth van de Grift para o *International Journal for History, Culture and Modernity*, recenseando as diversas práticas nacionais colonizadoras (por exemplo, Rússia, na Alemanha, na URSS, ou na Holanda) oferece uma frutuosa grelha interpretativa transnacionalista para o fenómeno na sua introdução. Liesbeth Van de Grift, «Introduction: theories and practices of internal colonisation. The cultivation of lands and people in the age of modern territoriality», *International Journal for History, Culture and Modern Territoriality*, 3 (2) (2015): 139-158; ver também os casos de estudo do dossier em <https://www.history-culture-modernity.org/collections/special/internal-colonisation-in-the-age-of-modern-territoriality/>. Veja-se ainda Liesbeth Van de Grift, «Cultivating land and people: Internal Colonization in Interwar Europe», in *Governing the Rural in Interwar Europe*, org. Liesbeth van de Grift e Amalia Ribi Forclaz, 68-92 (Nova Iorque: Routledge, 2018).

³⁹ Sobral, «O Norte, o Sul, a raça, a nação...»; José Manuel Sobral, «Basílio Teles. Reformismo agrário, raça e história», in *Tempo e história. Ideias e políticas: estudos para Fernando Catroga*, org. Rita Garnel & J. L. Oliva, 369-389 (Coimbra: Almedina: 2015).

Se a recensão da literatura de Cabral, Rosas, Baptista, Freire, Ramos e Sobral permite sintetizar as grandes interpretações sobre a história das ideias e políticas de colonização interna em Portugal, bibliografia mais recente de história da ciência perspectivou-a a partir da relação entre o conhecimento científico e as instituições e os agentes do Estado – um gesto que bem complementa as abordagens que têm pensado a colonização interna enquanto iniciativa de planeamento rural de Estados intervencionistas apostados na aplicação de conhecimentos científicos pela sua administração.⁴⁰

A partir de um inquérito estabelecido pela história da ciência, Tiago Saraiva estudou comparativamente os projectos e as práticas de racionalização do território⁴¹ – como a hidráulica agrícola, a colonização e a florestação – em Portugal e no Ultramar, seguindo as figuras dos engenheiros Ezequiel de Campos e Trigo de Moraes. No seu estudo, Saraiva estabelece uma relação estreita entre os processos colonizadores metropolitanos (colónias do Barroso) e ultramarinos (Plano do Cunene, em Angola, e colonato do Limpopo, em Moçambique), ambos apostados em construir «comunidades virtuosas de portugueses». Saraiva argumenta que os planos estatais de base tecnológica foram essenciais à materialização da utopia conservadora de Salazar, ou seja, que a ciência e a tecnologia estiveram ao serviço de uma concepção conservadora de sociedade. Já Frederico Ágoas⁴², atento aos contextos institucionais de formação do conhecimento científico no âmbito de uma genealogia das ciências sociais em Portugal, estudou a história da investigação agrária em Portugal na primeira metade do século XX detendo-se, por um lado, nas relações entre a produção de saberes científico-sociais e o processo de modernização da burocracia estatal e, por outro, nos problemas sociais identificados pelo Estado e o seu papel na emergência de novos domínios científicos. Neste sentido entende a estreita colaboração desenvolvida entre a Junta de Colonização Interna e o Instituto Superior de Agronomia que levou ao desenvolvimento de um conhecimento científico e técnico de intervenção social no mundo rural que legitimou cientificamente a tentativa de remodelação tecnológica da economia e sociedade rurais concebida pela política colonizadora estado-novista. Embora com matrizes teóricas e

⁴⁰ Para além dos acima mencionados estudos coordenados por Liesbeth van de Grift, veja-se, em particular, os trabalhos de Elisabeth B. Jones, nomeadamente «"Um gran plan de mejora?" la colonización interna en el imperio alemán», *História Social*, n.º 77 (2013): 113-131.

⁴¹ Cf. Tiago Saraiva, «Paisagens Tecnológicas. O domínio das Águas e a colonização de Portugal e do Ultramar», *Gestão e Planeamento da Água, 5º Congresso Ibérico da água (4-8 Dez. 2006)*, Universidade do Algarve / Fundação Nova Cultura da Água, Faro, 2006; Saraiva, «Laboratories and Landscapes...».

⁴² Cf. Frederico Ágoas, «Saber e Poder. Estado e Investigação Social Agrária nos primórdios da sociologia em Portugal» (Dissertação de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011). Ver ainda, Frederico Ágoas, «Economia rural e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal», in *O Estado Novo em Questão*, dir. Nuno Domingos e Victor Pereira, 197-231 (Lisboa: Ed. 70, 2010).

abordagens metodológicas distantes, Cristóbal Gómez Benito tinha já detalhado a relação simbiótica entre a emergência de uma sociologia rural e uma política de intervenção agrária colonizadora em Espanha, onde o fenómeno conheceu dimensões significativamente maiores, bem como, mais recentemente, Simone Misiani⁴³ em Itália.

Para se ir além dos discursos da colonização interna, inseridos ora na história das ideias económicas, ora na das ideias políticas ou científicas, e seguirmos os estudos que analisam as práticas colonizadoras será necessário dar atenção à bibliografia que centrou as suas análises nas colónias agrícolas, sobretudo a oriunda de outras tradições disciplinares que não a história, cujas metodologias estão melhor preparadas para construir objectos de estudo em escalas menores (em particular, a antropologia e a arquitectura). Neste âmbito, foram produzidas duas monografias sobre colonatos, enquanto teses de mestrado – uma sobre colonato dos Pegões⁴⁴ e outra sobre o colonato de Milagres⁴⁵ –, ambas fundadas na recolha de testemunhos orais dos colonos e dedicadas a investigar a vida quotidiana das colónias respectivas. Ainda na intersecção das tradições disciplinares da Antropologia e da História, Inês Fonseca escreveu sobre os discursos e as práticas estatais de modernização do mundo rural do século XX, de que as colónias agrícolas foram um exemplo, e as formas de resistências comunitárias a esses processos de mudança impostos pelo Estado⁴⁶, a partir de uma matriz teórica proposta pelo antropólogo James C. Scott.

⁴³ Dois dos melhores exemplos são os estudos de Cristóbal Gómez Benito, *Políticos, burocratas y expertos. Un estudio de la política agraria y la sociología rural en España (1936-1959)* (Madrid: Siglo XXI de España, 1995) e de Simone Misiani, *La via dei «tecnicisti». Dalla Rsi alla ricostruzione: il caso di Paolo Albertaino* (Milão: FrancoAngeli, 1998). Ambos os autores participaram recentemente no abrangente seminário *Promised Lands: inner colonisation in 20th century mediterranean history*, financiado pela European Science Foundation e realizado em 2013, em Itália, cujo relatório foi publicado em <http://www.animi.it/cloud/attachments/767DO1378811199.pdf>.

⁴⁴ Cf. Sara Alexandra M. P. C. Pereira, «A Colonização Interna durante o Estado Novo. O exemplo da colónia agrícola de Pegões» (Tese de Mestrado em História Local e Regional, Lisboa, 2004).

⁴⁵ Cf. Sara Mónico Lopes, «De baldio a colonato: a colónia agrícola dos Milagres (1925-1950)» (Tese de Mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE, Lisboa, 2004). A partir da investigação realizada para esta tese, foram publicadas dois textos: Sara Lopes, «Um olhar sobre a Colónia Agrícola dos Milagres, Leiria: políticas estatais, mudança social e (re)construção identitária», Centro de Investigação Identidades e Diversidades (CIID), Instituto Politécnico de Leiria, disponível em [http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2030%20%E2%80%93%20Procesos%20de%20Movilizaci%C3%B3n%20Social.%20Pol%C3%ADticas%20Estatales%20y%20Vida%20Cotidiana.%20Perspectivas%20Etnogr%C3%A1fi/GT30-Ponencia\(Lopes\).pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2030%20%E2%80%93%20Procesos%20de%20Movilizaci%C3%B3n%20Social.%20Pol%C3%ADticas%20Estatales%20y%20Vida%20Cotidiana.%20Perspectivas%20Etnogr%C3%A1fi/GT30-Ponencia(Lopes).pdf); e «Resistência e Movimentos Colectivos na Colónia Agrícola dos Milagres, Leiria (1926-1974)», in *IV Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região – História Contemporânea. Actas. 9 e 10 de Novembro de 2001*, ed. Câmara Municipal de Leiria, Leiria (2005), 357-367, disponível em http://ciid.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2009/12/sl-col-agric_milagres.pdf.

⁴⁶ Inês Fonseca, «A bem da Nação! Modernização e resistência em meio rural durante o Estado Novo», in *Mundo Rural – Transformação e Resistência na Península Ibérica (século XX)*, 71-85 (Lisboa: Colibri, 2004). Ver ainda Inês Fonseca, Dulce Freire e Paula Godinho, «Soluções do Estado Novo. Educar o Barrosão no cultivo racional das suas terras», *História*, n.º 6 (Setembro de 1998): 34-41.

Mais prolíferos têm sido recentemente os estudos sobre a arquitectura das colónias agrícolas construídas pelo Estado Novo. Ainda na década de oitenta do século XX, o agrónomo João Castro Caldas empreendeu um estudo⁴⁷ dedicado às técnicas colonizadoras da Junta de Colonização Interna, em particular aos critérios de ordenamento do espaço e às opções arquitectónicas dos núcleos de colonização; estudo este que complementou o seu anterior realizado com base na consulta dos processos individuais dos colonos, onde analisou o perfil dos colonos admitidos (idade, número de filhos, naturalidade, profissão, etc.) e os comparou com os critérios de selecção e preferência estabelecidos legalmente para a admissão nas colónias⁴⁸. Mais recentemente, uma equipa de arquitectos está a estudar as colónias agrícolas em Portugal numa perspectiva comparativa no âmbito do projeto europeu ainda em curso MODSCAPES – *Modernist reinventions of the rural landscape*⁴⁹. Foi, contudo, com a longa tese de doutoramento da arquitecta Filipa Guerreiro⁵⁰ que as colónias agrícolas passaram a fazer parte da história da arquitectura em Portugal. Guerreiro elaborou uma importante cartografia das colónias agrícolas, identificando a implantação dos edifícios dos casais agrícolas bem como a extensão dos seus terrenos, de importância central para os estudos posteriores sobre as colónias. Mais, periodizou a constituição das colónias, definindo a autoria dos desenhos dos seus edifícios e sublinhando a variedade da sua expressão arquitectónica, relacionando as suas diferentes fases construtivas com a ideologia do regime. A atenção à dimensão espacial – urbanística e arquitectónica – nas pesquisas sobre as colónias agrícolas espanholas⁵¹ e

⁴⁷ Cf. João Castro Caldas, «Política de Colonização Interna. A implantação das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna» (Lisboa: ISA, 1988); João Castro Caldas, «Colonato de Pegões», in *Dicionário de História de Portugal*, coords. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Suplemento VII, 351 (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999).

⁴⁸ Cf. João Castro Caldas, «Política de Colonização Interna (1936-1974). Análise do Perfil do “Colono-Tipo”» (Lisboa: INIC, Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural, Universidade Técnica de Lisboa, 1982).

⁴⁹ Cf. Paolo Marcolin, «The settlements design of the Boalhosa’s agricultural colony. A dialectical perspective: between tradition and the construction of modernity», in *Regionalism, Nationalism & Modern Architecture_Proceedings*, ed. Jorge Cunha Pimentel, Alexandra Trevisan and Alexandra Cardoso, 190-201 (Porto: CEAA, 2018). Textos produzidos no âmbito do projecto, acessíveis em <https://modscapes.eu/outputs/>. Este projecto apoiou-se na rede de investigação criada no âmbito de workshop *Promised Lands: inner colonisation in 20th century mediterranean history*, organizado em Roma e Saubadia, entre 5 e 10 de Outubro de 2013, cujo relatório está disponível em <http://www.animi.it/cloud/attachments/767DO1378811199.pdf>), que esteve na origem do texto de Maria Helena Maia, Isabel Matias. «Settlers and peasants. The new rural settlements of 20th century Portuguese internal colonization», *Storia Urbana*, 150 (2016): 97-111.

⁵⁰ Filipa Guerreiro, «As colónias agrícolas portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território» (Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015); idem, «Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação», in *Habitação. Cem anos de políticas públicas em Portugal (1918-2018)*, coord. Ricardo Costa Agarez, 161-196 (Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018).

⁵¹ Exemplo da investigação pluridisciplinar especialmente atenta à dimensão espacial foi o projecto de pesquisa “Historia y Evolución de la Colonización Agraria en España”, com uma equipa técnica composta por 11 elementos (economistas, arquitectos, agrónomos, sociólogos e antropólogos, embora, curiosamente, nenhum historiador) que decorreu em meados da década de 1980 e do qual resultou a publicação de 4 volumes que continuam a ser um

italianas⁵² tinha sido de resto a regra no estudo destes fenómenos que tiveram um impacto mais significativo na paisagem destes países, em comparação com Portugal.

3 Um ponto de vista: Estado, território, população

O objectivo desta dissertação é o de historicizar a colonização interna em Portugal em função de três eixos: as ideias e as políticas estatais, a administração do Estado e as técnicas colonizadoras. A orientar o questionamento destes três eixos, estará o processo de longa duração de institucionalização dos poderes do Estado moderno. Neste sentido, estudar-se-á a configuração das ideias, das políticas e das técnicas colonizadoras na perspectiva da formação e afirmação de um mecanismo (estatal) de gestão (da mobilidade e da fixação) dos fluxos populacionais, concebida dentro de uma lógica de racionalização produtivista dos recursos (humanos e naturais) do território metropolitano. Propostas de reorganização da posse, do cultivo e da ocupação da terra e de engenharia social, os projectos de colonização interna serão estudados enquanto políticas de articulação específica entre *território* e *população* promovidas pelo Estado moderno. Analisar-se-á o modo como as ideias, as políticas e as técnicas de colonização do território metropolitano apresentadas por publicistas, políticos e técnicos desde finais do século XIX até aos anos sessenta do século XX, numa duradoura sobrevivência ideológica na esfera política, foram integradas no aparelho de Estado autoritário, a dois níveis: pela decomposição analítica dos poderes de Estado em diversos níveis, tentando apreender-lhe a sua diversidade; pela análise dos saberes, dos mecanismos e das áreas de intervenção colonizadora do Estado.

Paralelamente, este estudo da colonização interna procura melhor entender como se produziram as fronteiras do Estado em relação a duas das suas áreas de intervenção, até estas se constituírem como esferas separadas e autónomas, a que correspondiam saberes específicos:

estudo de referência sobre o tema em Espanha, não obstante o interesse historiográfico que tem suscitado nos últimos anos, sobretudo o primeiro volume. Cf. F. J. Monclús, e J.L. Oyon, *Políticas y técnicas de la ordenación del espacio rural*, tomo I da *Historia y evolución de la colonización agraria en España* (Madrid: Ministerio para las Adiministraciones Públicas, Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo y Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1988). Para o caso espanhol, ver ainda Miguel Centelles Soler, Alfonso Ruiz García e Pablo García-Pellicer López, *Los pueblos de colonización en Almería: arquitectura y desarrollo para una nueva agricultura* (Almería: Colegio Oficial de Arquitectos de Almería: Instituto de Estudios Almerienses: Fundación Cajamar, 2009); Manuel Calzada Pérez, «La vivienda rural en los pueblos de colonización», *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* 13, n.º 52 (2005): 55-67; idem, *Pueblos de colonización durante el franquismo: la arquitectura en la modernización del territorio rural* (Sevilla: Consejería de Cultura: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2008).

⁵² Para o caso italiano, Aristotle Kallis, «The “Third Rome” of Fascism: Demolitions and the Search for a New Urban Syntax», *The Journal of Modern History* 84, n.º1 (Março 2012): 40–79; Federico Caprotti, *Mussolini's cities: internal colonialism in Italy, 1930-1939* (Youngstown, N.Y: Cambria Press, 2007).

o *social* e o *económico*⁵³. Em primeiro lugar, estudar-se-á o modo como a colonização interna contribuiu para configurar o “social” através da sua racionalidade populacional: a colonização será entendida como uma política estatal de gestão dos quantitativos populacionais, nomeadamente em relação às políticas migratórias para o exterior do país e às migrações internas metropolitanas e para o espaço imperial. A partir da gestão populacional, investigar-se-á ainda o modo como a colonização se foi afirmando como forma de gestão de várias dimensões tidas como “sociais” (política de fomento de mão-de-obra produtiva proprietária, de elevação dos níveis de vida da população agrícola e de combate ao desemprego). Atender à engenharia social dos saberes e das técnicas colonizadoras que permitiram a concepção e administração das colónias agrícolas permite ainda melhor delimitar e definir uma área social de intervenção estatal do Estado Novo.

Em segundo lugar, estudar-se-á como as ideias e as políticas de colonização interna ajudaram a configurar essa área de intervenção estatal que se tornou a “economia”. Numa altura que estava em aberto e em contenda quais os saberes e os mecanismos estatais de intervenção nas relações de mercado, os discursos da colonização interna foram-se afirmando como um pensamento económico. A colonização foi uma das vias do nacionalismo económico destinado, simultaneamente, a aumentar o produto bruto agrícola nacional e a criar e explorar ligações afectivas ao solo nacional pela posse e cultivo da terra. Dentro e em torno do Estado, analisar-se-á o modo como as ideias de colonização interna configuraram um saber económico que tinha por objectivo o “bem comum”, privilegiando o produto bruto em géneros e a produtividade por unidade de superfície (e, logo, a pequena exploração). Entendida como uma via de modernização económica baseada na propriedade individualizada da terra, o pensamento e a política colonizadora pode contribuir para alargar a noção histórica do económico, desidentificando-o com a esfera do mercado. Os debates em torno dos direitos de propriedade ajudam ainda a discutir a formação dos instrumentos estatais de intervenção económica.

Uma história da colonização interna perspectivada a partir da história do Estado permite ainda interrogar as relações de mútua constituição entre administração do Estado e conhecimento técnico-científico. Interrogar a colonização interna a partir da relação entre Estado e ciência, permite entender como é que as realidades da população, do território e da economia objectivadas através de censos populacionais, cartografia e estatísticas agrícolas

⁵³ Cf. Timothy Mitchell, «Culture and economy», in *The SAGE handbook of cultural analysis*, ed. Tony Bennett & John Frow, 447-466 (Londres: SAGE Publications, 2008); Timothy Mitchell, «Rethinking Economy», *Geoforum* 39 (2008), 116-1121; Patrick Joyce, ed., *The Social in Question. New bearing in history and the social sciences* (Londres/Nova Iorque: Routledge, 2002). Sobre o «social», ver ainda a nota 679.

ofereceram aos reformistas agrários uma fundamentação científica às ideias colonizadoras avançadas havia séculos. Esta linha de inquérito será particularmente frutuosa na análise do momento posterior, com a institucionalização das ideias colonizadoras dentro do aparelho de Estado pela criação da JCI. Atendendo em particular à tecnologização das ideias colonizadoras, atentar-se-á à criação de condições administrativas para o desenvolvimento de saberes agronómicos, hidráulicos, sociais ou arquitectónicos e ao desenvolvimento correlativo das técnicas colonizadoras destinadas à concepção das colónias agrícolas. Nesta mútua imbricação entre Estado e saberes técnico-científicos, acompanhar-se-á a formação de um corpo de especialistas (agrónomos, regentes agrícolas e técnicos sociais) que, dentro do Estado, desenvolveram saberes, técnicas e competências de intervenção social e territorial.

Nesta dissertação, e de forma mais precisa quanto aos domínios da historiografia onde se situa, o deslocamento da área de inscrição do objecto da história económica e, em particular, da história agrária, para uma história política e cultural permite desfuncionalizar as ideias de colonização interna da grande narrativa sobre os projectos frustrados de modernização económica do país. Esta tese pretende realizar uma história política e cultural dos domínios do *económico* e do *social*, em que estas categorias são investigadas na sua formação; ou seja, e em certa medida, fazer uma história (económica e social) que se pretende crítica, porque preocupada com a exposição e questionamento das condições e dos instrumentos da sua fabricação. Em suma, uma história dos poderes de Estado em que se investigue a formação de relações de poder pela constituição de objectos de conhecimento a partir da problemática da colonização interna.

4 O tempo e o espaço da colonização

Perspectivada a partir dos poderes de Estado, a que momento se deve fazer recuar a história da colonização interna durante o Estado Novo? Nesta tese, começa-se a contar a história da colonização interna no momento em que as ideias colonizadoras avançadas havia séculos em discursos de arbitristas, depois de ganharem consistência programática com Oliveira Martins, transformaram-se numa ideologia política entre os reformistas agrários, e, mais tarde, com o Estado Novo, um poder de Estado exercido por meios técnico-científicos.

Se a história da colonização pode ser confundida com a história de Portugal, poderia hipoteticamente iniciar-se remotamente com a Reconquista Cristã, seguindo Basílio Teles, ou com os primeiros monarcas portugueses, seguindo Oliveira Martins. Poderia ainda iniciar-se com as sucessivas iniciativas que visaram combater o abandono dos campos depois da

medievalidade: eleita por todos, a Lei das Sesmarias do século XIV; ou a proposta colonizadora para a falta de gentes no desértico Alentejo por Severim de Faria, no século XVII; ou a defesa de novas povoações do Alentejo perante a decadência da agricultura do memorialista António Henriques da Silveira⁵⁴ em finais do século XVIII. Melhor seria situar o seu início em Oliveira Martins e ao seu projecto de fomento rural, matricial da doutrina colonizadora durante o século XX? Seguindo a pista deixada por Villaverde Cabral poderia iniciar-se proveitosamente esta narrativa pela identificação das ideias do conjunto de publicistas que nas primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo que outros agrarismos europeus, tomaram a agricultura como forma superior da actividade humana e procuraram formas de a modernizar pela multiplicação das pequenas e médias propriedades. Começa-se, contudo, esta história quando se chega ao Estado Novo, no momento em que a ideologia de colonização interna, a administração do Estado e os saberes e as técnicas colonizadores se encontraram. Foi deste encontro entre ideias, Estado e saberes técnico-científicos que podemos marcar uma descontinuidade histórica face a fenómenos anteriores: a década de trinta do século XX.

Para poder ser concebida, a colonização interna precisou de um território (imaginariamente improdutivo) para se projectar e de uma população para administrar e apenas quando estas duas realidades foram discursivamente constituídas, estabilizadas e traduziam uma forma de pensar e representar o país pôde o Estado, essa entidade que com elas se foi formando, bem governá-las, delas dispor consoante os melhores fins, ou seja, de melhorar a vida de todos e de cada um, uma das suas principais funções. E, para o fazer, havia o Estado que empregar os melhores métodos, ou seja, os métodos técnico-científicos. O pensamento colonizador que se formulou pela história que contava do país que queria colonizar – em Oliveira Martins ou Basílio Teles –, precisou de instrumentos técnico-científicos que lhe dessem uma operacionalização. Propõe-se esta tese procurar os elementos que compõem o discurso colonizador estadonovista e traçar-lhes a história: território, população, saberes e Estado. A narrativa desta tese segue estes elementos, a sua imbricação, para constituir o fenómeno colonizador.

Se é difícil estabelecer uma definição precisa de um início cronológico desta investigação, a baliza temporal mais recente é mais fácil de determinar: 1962. Este foi o ano da publicação da última lei de colonização interna, ano após o qual as ideias colonizadoras perderam importância no seio do aparelho de Estado e no debate público. O epílogo que foi a reforma

⁵⁴ António Henriques da Silveira «Racional discurso sobre a agricultura, e população da província de Alentejo», in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e Suas Conquistas (1789-1815)*, ed. José Luís Cardoso, tomo I, 43-98 (Lisboa: Banco de Portugal, Lisboa).

agrária revolucionária a meio da década de setenta está fora do alcance desta tese. Não obstante, e como se mencionou mais acima, sublinhe-se que foi em grande medida *durante e contra* esta experiência revolucionária que a colonização interna passou de tema a objecto de estudo da história de Portugal.

O âmbito geográfico desta dissertação parece decorrer da própria definição do objecto de pesquisa: o território metropolitano português. Este território será, contudo, inserido no espaço internacional europeu e colonial português a partir de conexões, transferências, movimentos e outras relações que ultrapassem as fronteiras nacionais e assim descompartimentalizem uma história nacionalmente contida.

Se o tema da colonização interna nasce integrado nas narrativas de formação do país o primeiro gesto na definição do âmbito geográfico é evitar o nacionalismo metodológico. Também em outros países europeus as narrativas de formação nacional foram devedoras de narrativas de conquista (cristã aos islâmicos, em Espanha) e povoamento através da apropriação e exploração de terras. A vontade de situar o tema no âmbito supranacional/regional não se traduz apenas, não obstante, de um gesto metodológico. A investigação será conduzida de forma a inserir as soluções colonizadoras portuguesas em experiências de colonização europeias congéneres situadas na Europa do Sul. Espanha e Itália são dois países que durante o período escolhido para estudo conheceram uma história feita dentro de enquadramentos políticos semelhantes a Portugal (do liberalismo ao autoritarismo), com estruturas fundiárias e sociais que se assemelhavam pelo predomínio regional de grandes propriedades trabalhadas por uma massa de assalariados agrícolas. Estes foram condicionantes históricos que se desenvolveram sob uma geografia mediterrânica de clima ameno com verões longos e secos em regiões do Sul destes países, em que o domínio das águas se tornou num elemento essencial de afirmação política sobre o território. As iniciativas de colonização interna destes países devem ser estudadas neste quadro regional do Sul da Europa. Todavia, mais do que uma comparação sistemática entre experiências nacionais congéneres, procurar-se-á empreender uma abordagem transnacional que evidencie, ainda que de forma pontual, a formação e circulação de ideias, conhecimentos e técnicas colonizadoras, atendendo ainda às relações institucionais entre organismos congéneres, bem como entre os seus agentes, encarregados de prosseguir a política colonizadora – tendo sempre Portugal como o país nodal desta rede de relações.

O âmbito geográfico definido para esta dissertação procura ainda perspectivar a colonização interna tendo em conta os espaços coloniais. A colonização interna será então considerada no âmbito de uma mais vasta política de gestão populacional de um país com configuração

imperial. Deste enquadramento espacial resulta a atenção a duas dimensões: a consideração das várias racionalidades das ideias colonizadoras, que se traduziram em experiências de igual designação na metrópole e no império (português e outros); a tentativa de encontrar mecanismos colonizadores estatais que permitam entender a relação entre as colonizações empreendidas nos vários espaços de soberania. Não será assim mais que pontual a comparação directa entre os projectos de colonização metropolitana e as iniciativas e os projectos de colonização dirigida branca. Este alargamento geográfico traduz sobretudo uma vontade de desconstruir a dicotomia absoluta entre colónia e metrópole, procurando entender analiticamente como se construíram os mecanismos de poder estatais de um centro imperial, mais do que avançar a comparação sistemática entre os espaços de colonização.

A inserção transnacional da colonização interna em Portugal não esgota o enquadramento espacial desta tese. À observação do fenómeno colonizador em rede, acresce a variação de escalas. O fenómeno colonizador foi sendo produzido e tendo efeitos em diferentes níveis – local, nacional, regional, internacional – pelo que se procurará analisá-lo variando as escalas de observação. Mudar de lente focal permite integrar processos locais, nacionais e internacionais e criar novos níveis de inteligibilidade para o fenómeno colonizador: assim se entende melhor, por exemplo, como a colonização interna do Estado português foi devedora das ideias internacionais de desenvolvimentismo durante a Guerra Fria e o processo de implementação local de uma colónia agrícola de fronteira tenha sido devedor de processos políticos nacionais do país vizinho.

5 Os documentos da colonização

Para esta história da colonização interna partiu-se dos documentos escritos por reformistas agrários, técnicos colonizadores, pelos vários agentes da administração do Estado e ainda políticos. Os documentos que sustentam empiricamente esta dissertação podem dividir-se, pela respectiva proveniência, em quatro grandes tipos: as publicações dos reformistas agrários, os documentos produzidos no âmbito de processos legislativos (diplomas legais e pareceres da Câmara Corporativa), os documentos da administração estatal (em especial, da Junta de Colonização Interna, mas também da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola ou de outros organismos do Ministério das Obras Públicas, Indústria e Comércio), e, finalmente, os documentos do executivo governamental (essencialmente, provenientes do Arquivo Oliveira Salazar). Na análise destes documentos, considerar-se-á que este conjunto tem um carácter accidental, resultado que foi de um processo de selecção histórico que impediu,

por exemplo, e de forma flagrante, a constituição de um arquivo com a documentação de funcionamento da Junta de Colonização Interna, o qual foi desmembrado e parcialmente perdido. Não se pretende, por isso, esgotar o estudo do fenómeno colonizador, nem dar conta de todos os documentos que dele podem dar indício. Mais, afirma-se mesmo que a constituição da abordagem acima definida decorre da relação com os materiais empíricos disponíveis e consultados. Em contraste com um muito reduzido arquivo histórico (maioritariamente à guarda da Torre do Tombo), sobreviveu uma grande parte da biblioteca da Junta de Colonização Interna, organismo de investigação que albergou e produziu um largo conjunto de obras que permitem o conhecimento científico do espaço rural português, incluindo os planos e projectos de colonização, bem como os vários tipos de relatórios sobre as colónias agrícolas. Foi este conjunto disperso, composto por elementos de estatuto variado, mas com proveniência oriunda no Estado, que levou à constituição de um inquérito da investigação centrado na decomposição e análise dos poderes estatais.

À consideração da materialidade dos arquivos, de que decorre certa contingencialidade dos aspectos indiciários, segue-se uma preocupação com a análise das condições de formação do discurso presente nos documentos. Atentar-se-á ainda às regras da constituição do discurso dos documentos, ou seja, às convenções e fórmulas que organizam o texto de forma a produzir uma codificação discursiva que encerra determinado número de possibilidades de comunicação. Entender-se-á assim cada documento inscrevendo-o dentro do seu género literário para melhor apreender as regras da estrutura narrativa e assim a construção discursiva que fazem da dita realidade.

Olhar para a lei, a monografia científica, o projeto ou o relatório enquanto géneros literários diferentes, permite entender quais as regras e os modelos dos mundos por si criados. Por exemplo, as *leis* apresentam não raras vezes preâmbulos e outras introduções que respondiam formalmente à preocupação de estabelecimento de precedentes às suas propostas, oferecendo, não raras vezes, interpretações e fontes para as iniciativas colonizadoras, de que o discurso historiográfico posterior foi, de resto, muito devedor – entender esta regra estrutural de constituição histórica do discurso legislativo permite perceber como a relação com o passado foi estruturante do discurso colonizador estatal. Já os *projectos* foram documentos do Estado que pela sua forma de notação, recolha e apresentação de dados introduziram formas de cálculo e planeamento estatal de “futuros”. Atendendo à função e composição verbal interna dos *projectos*, entende-se como estes apresentam matrizes discursivas de ordem que se queriam impor ao caótico real. Essencial à administração do Estado, o *relatório*, instrumento de descrição e prescrição da sua actividade, desenvolve-se por uma estrutura que permite uma

combinação de exposição qualitativa e quantitativa, integrando estatísticas, tabelas e outras objectivações numéricas organizada em rubricas fixas que permitem pensar sobre os dados que o Estado julgava pertinente reunir sobre a realidade da colonização. Entender estes textos enquanto géneros literários do Estado permite perceber as suas estruturas narrativas (características formais, como a organização visual na página, a estrutura sintática e semântica, o encadeamento argumentativo), a estrutura temática (os assuntos abordados) e a situação de enunciação (ou seja, de onde se escreve) e assim estar atenta tanto à ideologia da forma como à lógica do conteúdo.

Na fabricação destes documentos estatais, duas características merecerão especial atenção: a impessoalidade e a processualidade. Em primeiro lugar, assinala-se que leis, projectos, relatórios e outros documentos da actividade do Estado são sempre o produto de debates dentro de instituições, de negociações e compromissos vários em que um relator ou outro burocrata deu forma final. A aparente impessoalidade, ou a anonimidade, que surge como primeira imagem dos documentos estatais, uma marca que produz a autoria do Estado, contrasta com a vontade desta tese em assinalar todos os agentes que para o documento contribuíram, multiplicando os fabricantes dos textos e assim desconstruindo o Estado enquanto sujeito enunciator. O reconhecimento dos vários produtores dos textos não será, contudo, identificada com o estabelecimento de uma autoria. Os documentos estatais, frutos de longos processos de fabricação, envolvendo não raro vários esboços, versões e propostas caracterizam-se pela sua processualidade complexa. Assim – e em segundo lugar –, procurar-se-á identificar as diferentes camadas temporais de cada documento, atendendo em particular à intertextualidade. Por exemplo, detalhar como se elaboraram os projectos de colonização permite perceber como certas passagens do discurso científico migraram para o discurso administrativo do Estado, testemunhando assim os processos imbricados dos saberes e poderes que orientaram a concepção das colónias agrícolas.

6 Percorso da tese

Ao longo de dez capítulos, esta tese procurará traçar um caminho que explore os vários prismas do fenómeno colonizador, questionando a formação e as relações entre os poderes do Estado interventor e a sociedade e a economia através do maior exemplo de engenharia social ruralista do Estado Novo.

A primeira parte inicia-se com um breve capítulo em que se discute a questão do Estado e do regime, procurando criar e explicitar um ponto de vista teórico que orientará a narração

problematizadora da tese. Segue-se um segundo capítulo que descreve os processos de institucionalização da colonização hidráulica nos anos trinta do Estado Novo, a partir de diferentes dimensões (jurídica, política, económica, institucional, ideológica e científica). Analisa-se aqui o modo como a política da água construiu discursivamente o território da colonização e as razões desta nova solução colonizadora, permitindo pluralizar o entendimento do domínio do económico. Alargar o sentido do governo económico permitirá, no terceiro capítulo, abordar como a colonização interna foi também articulada como uma forma do Estado gerir a população num contexto de crescimento populacional e de fronteiras tendencialmente fechadas à emigração. Tal levar-nos-á a perceber como se formou e se autonomizou uma razão social para a acção colonizadora, como no caso dos projectos de colonização na Campina de Idanha, nunca concretizados. As acções da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola e a Junta de Colonização Interna que contribuíram para elaboração deste projecto serão analisadas no quarto capítulo da tese, dedicada a detalhar a abrangente e variada acção colonizadora da JCI, desde 1936. Começando por assinalar o movimento transnacional da colonização interna, este quarto capítulo percorrerá os planos colonizadores para os baldios e para as grandes propriedades do Sul, até finalizar com uma breve caracterização dos técnicos colonizadores.

O quinto capítulo abordará as condições e as circunstâncias do renascimento da colonização interna após a II Guerra Mundial, quando o Alentejo emergiu, decisivamente, como um “problema social”. Num momento de renovação da política imperial de Portugal, procurar-se-á ainda relacionar a colonização interna com a sua congénere ultramarina. A análise da renovação dos termos e razões da colonização hidráulica permitirá integrá-la numa estratégia de desenvolvimentismo rural, alvo da atenção do sexto capítulo. Aqui se procurará detalhar como a formação das ideias do desenvolvimentismo rural colonizador responderam, a um só tempo, a imperativos materiais e de bem-estar social, bem como securitários, dada a crescente conflitualidade social no Alentejo.

Uma segunda parte da tese irá, de novo, descer ao nível administrativo do Estado, para agora seguir ao longo de quatro capítulos a concepção e a instalação das sete colónias agrícolas construídas durante o Estado Novo (Milagres, Martim Rei, Barroso, Alvão, Boalhosa, Pegões e Gafanha). Descrever-se-á como se desenvolveram diversas e crescentemente complexas técnicas colonizadoras, argumentando-se como as colónias agrícolas se constituíram em laboratórios de experimentação do Estado.

I PARTE

AS IDEIAS E AS POLÍTICAS COLONIZADORAS

CAPÍTULO I

NOVO ESTADO?

Chegados à década de trinta do século XX, um outro Estado tomou forma e com ele também a colonização interna de Portugal, que o ajudou a formar. Estes dois processos revelaram-se mutuamente constitutivos. Por um lado, a reconfiguração do Estado foi também, como se verá ao longo das próximas páginas, o resultado dos efeitos ocasionados pelo processo de discussão e institucionalização das ideias de colonização interna, que acarretou novos mecanismos de exercício do poder sobre a população e o território nacional. Inversamente, o processo de institucionalização estatal das ideias colonizadoras transformou esta proposta substantivamente, em resposta às novas circunstâncias históricas dos anos trinta, quanto às suas racionalidades, mecanismos e fins, crescentemente mediados pelos saberes técnico-científicos que a materializavam numa prática governamental.

Perspectivar a questão da colonização interna no Estado Novo a partir da questão do poder de Estado permite evitar algumas premissas de programas de investigação centrados no longo processo de construção e afirmação do aparelho do Estado moderno. Em primeiro lugar, evita-se abordar o Estado enquanto sujeito histórico, estabelecendo-lhe uma unidade de actuação. Em segundo lugar, evita-se separar por completo as esferas do Estado e da sociedade. Esta tese furtar-se-á então a estudar o Estado numa «ontologia circular [que] se afirmaria a si mesmo com o crescimento dos seus aparelhos», qual «grande monstro ou máquina automática»⁵⁵. Assim, mais do que discutir a afirmação do aparelho de Estado, trata-se de seguir a hipótese inversa, analisando o modo como o Estado desenvolveu funções e competências de conhecimento e administração da população dentro de um território delimitado (nacional), ligando-se a um conjunto de forças, grupos e instituições sociais dotados de saberes específicos que de diversas formas tentavam administrar a vida de cada um dos indivíduos e de todos no seu conjunto em direcção a determinados objectivos. Seguindo a proposta de Michel Foucault, procurar-se-á investigar, mais do que a «estatização da sociedade», a «governamentalização do Estado», superando o estatocentrismo através do descentramento metodológico e da

⁵⁵ Michel Foucault, *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France 1977-1978* (Paris: Gallimard/Seuil, 2004), 362.

decomposição analítica do Estado em micro-processos que o constituem e estabilizam, tratando-o como «realidade compósita», inteligível a partir dos seus efeitos.⁵⁶

Este programa de investigação é tanto mais desafiador quanto a historiografia dominante do Estado Novo tende a imaginá-lo, reflexivamente, como um «Estado forte»⁵⁷ – um eufemismo para a Ditadura –, com uma absolutização tendencial do poder executivo, em que os poderes são desejadamente centralizados e pessoalizados no chefe do governo. Mais: um Estado que se imagina a integrar e representar toda a nação orgânica, fonte da sua legitimação, através da organização corporativa, à maneira de outros fascismos que à época emergiam. Era um Estado que procurava fazer cumprir a vontade decretada pelo governo através de uma administração que se cria «altamente concentrada e hierarquizada», onde tudo o que é importante se decide no topo, e de acordo com o “princípio ditatorial” de que “muitos preparam, um só resolve e faça executar com meios bastantes”⁵⁸. É certo que outras leituras⁵⁹ negam a onipotência e a divinização do Estado, tido enquanto «fonte moral e de justiça», independente dos ditames de uma «justiça superior», e separam o catolicismo integrista de Salazar do fascismo italiano⁶⁰. Contudo, ambas as interpretações promovem uma imagem que parece ser mais devedora de uma auto-representação da formação do próprio Estado (Novo) pelo seu imaginado protagonista, chefe de governo, do que uma representação histórica da analítica dos seus poderes. Para evitar tais perigos, pretende-se interpretar o Estado, e os organismos burocráticos que o compõem, não como emanações do poder executivo, mas como «configuração de relações de poder interdependentes».⁶¹ Em suma, procurar-se-á com esta investigação dos poderes compósitos fugir à narrativa do Estado sobre si mesmo, num momento em que o estatismo se torna doutrina, e tratar o «Estado forte», mais do que um ponto de partida, como um eventual ponto de chegada da investigação.

Nesta analítica dos poderes do Estado, em que este é considerado como um efeito de conjunto de micro-técnicas, entram também os macro-poderes da governamentalidade

⁵⁶ Foucault, *Sécurité, Territoire, Population...*, 244.

⁵⁷ Uma interpretação que acompanhou a obra historiográfica de Fernando Rosas e foi sintetizada em Fernando Rosas, *Salazar e os fascismos. Ensaio breve de história comparada* (Lisboa: Tinta da China, 2019). A expressão «Estado forte» deve-se a Quirino de Jesus que acompanhou de perto a elaboração da Constituição de 1933. Cf. António Araújo, *A Lei de Salazar. Estudo sobre a Constituição Política de 1933* (Coimbra: ed. Tanacitas, 2007).

⁵⁸ Rosas, *Salazar e os fascismos...* 206, citando António de Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas*, vol. I (Coimbra: Coimbra editora, 1937), 371.

⁵⁹ Já depois da clássica interpretação em Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: Presença, 1988), e noutros assuntos com substanciais diferenças, mais recentemente esta visão foi desenvolvida em Valentim Alexandre, *O roubo das almas. Salazar, a Igreja e os Totalitarismos* (Lisboa: D. Quixote, 2006).

⁶⁰ Alexandre, *O roubo das almas...*, 40

⁶¹ Bruno Monteiro, «Penser l'État. Une relecture de l'historiographie récente sur l' "Estado Novo" (2010-2015)», *Histoire@Politique*, n.º 29, Maio-Agosto de 2016, 7. (disponível em <https://www.histoire-politique.fr/index.php?numero=29&rub=dossier&item=276>).

correspondentes às transformações nas relações de poder trazidas pela emergência histórica da população e à entrada da economia política enquanto saber que gere as regularidades agregadas desta. A necessária articulação entre os micro-poderes e os macro-poderes para o estudo do Estado⁶² é a proposta metodológica que encerra o livro *Sécurité, Territoire, Population*. Neste livro, torna-se claro o processo de reposicionamento das lentes foucaultianas, em que à lupa que vê a micro-física da sociedade disciplinar (de *Vigiar e Punir*) e realiza uma anátemopolítica do corpo humano se acrescenta uma grande angular que tenta abarcar os macro-poderes dos dispositivos de segurança. Já, anteriormente, no último capítulo da *História da Sexualidade*, Foucault tinha abordado como o poder sobre a vida que se desenvolve desde o século XVII se centra no corpo enquanto máquina, com o adestramento das suas habilidades e extorsão das suas forças individuais, mas também, e interligadamente, no corpo-espécie, um poder que designou de biopolítica⁶³. Não se trata aqui de seguir a cronologia e a substância do processo histórico narrado por Foucault, mas de usar os conceitos que propõe para encetar um ponto de vista sobre o Estado, questão de que se ocupa em especial naquela obra editada a partir dos cursos dados no *Collège de France*, em 1977/1978. Ao poder individualizante das disciplinas, junta-se neste livro o da regulação das populações, quando os fenómenos massivos da vida da espécie humana (nascimentos, mortalidade, longevidade, fertilidade) parecem entrar nas relações de saber-poder. A colonização interna e as colónias agrícolas parecem ser um objecto especialmente adequado para uma leitura que procura entender como se articularam as «vigilâncias infinitesimais» e outras técnicas de subjectivação individualizadoras com as «medidas maciças, as estimativas estatísticas, as intervenções que visam o corpo social por inteiro ou grupos tomados no seu conjunto».⁶⁴ Dos micro-poderes disciplinares sobre o corpo presentes na subjectivação dos colonos nas colónias agrícolas aos macro-poderes de gestão da população conduzidas pela colonização interna, concebida enquanto forma de fixação populacional num quadro de crescimento populacional em que compete ao Estado administrá-la dentro dos limites territoriais da nação. Realizar uma micro-física do poder atenta à sua dispersão e heterogeneidade conjugada com a integração institucional de uma pluralidade de discursos e tecnologias em torno de uma racionalidade governamental estatal significa, programaticamente, situar o fenómeno da colonização interna numa economia geral do poder que opera em várias e interligadas escalas.

⁶² Foucault, *Sécurité, Territoire, Population...*, 366.

⁶³ Michel Foucault, *História da Sexualidade – I. A Vontade de Saber*. (Lisboa: Relógio d'Água, 1994 [1976]), 41-42.

⁶⁴ Foucault, *História da Sexualidade...*, 147-148. Um estudo das técnicas de subjectivação individualizadora presentes nas colónias agrícolas foi ensaiada em Silva, «Recampesinar no Estado Novo», 116-120.

Recusando-lhe a unidade de princípio, como é que a realidade compósita do Estado foi sendo composta? Quais as estratégias, as táticas e os mecanismos de poder que criaram e recriaram a «abstracção mitificada»? Tais questões parecem especialmente relevantes dada a afirmação doutrinal estatista dos fascismos. Desde os anos 80 que Timothy Mitchell⁶⁵ tem procurado responder a esta questão sobre o Estado. Se o Estado é não uma causa mas um resultado ou *efeito*⁶⁶ da problemática do governo, deve-se procurar entender a sua construção ideológica e material, ou, na terminologia de Mitchell, os micro-poderes fragmentários, que articulados produzem a estrutura e independência que percepçiona o Estado enquanto entidade separada, e acima, da sociedade. Definido enquanto «efeito estrutural de técnicas», o Estado, ou melhor, o «efeito-Estado» parece compor-se de micro-poderes disciplinares cristalizados em instituições, mas também, ou sobretudo, de técnicas de poder. Exemplos destas técnicas que fornecem ao Estado a aparência de exterioridade estrutural são a fronteira (nacional), produzida através de técnicas precisas (muros, passaportes, leis de imigração) que delimitam e controlam os movimentos de uma população dentro de um território (nacional), ou a lei, cujos procedimentos são dispostos de forma a produzir um efeito de enquadramento (jurídico) que se impõe e se apresenta como exterior às práticas sociais. No presente estudo, procurar-se-á então entender a colonização interna durante o Estado Novo enquanto o conjunto de técnicas de poder (colonizadoras) cristalizadas em instituições que fornecem ao Estado a sua unicidade e o apresentam como sujeito de acção. E assim entender como se produziu a imagem de um «Estado forte» estudado a partir de um complexo programa de intervenção estatal sobre o território e a população, repetidamente afirmado enquanto desígnio nacional a cumprir pelo Estado, e finalmente falhado nas suas ambições mais vastas. Olhar para o Estado começando pelas suas margens, a partir das suas ambições frustradas, para lhe apreender os limites.

1 Entrar no Estado para pensar o regime

A questão da natureza do regime – fascista ou não – atravessou o Estado Novo e quase toda a historiografia que sobre ele se debruçou. Como já foi notado⁶⁷, menos frequente têm sido os estudos sobre a construção do aparelho de Estado durante este período do século XX. A transversalidade das ideias colonizadoras – defendidas por publicistas e intelectuais de

⁶⁵ Timothy Mitchell, *Colonising Egypt* (Los Angeles: University of California Press, 1988); idem, *The Rule of Experts : Egypt, Techno-politics, Modernity* (Los Angeles: University of California Press, 2002).

⁶⁶ Timothy Mitchell, «Society, Economy and the State Effect», in *State/Culture. State –Formation after the Cultural Turn*, ed. George Steinmetz (Nova Iorque: Cornell University Press, 1999), 90.

⁶⁷ Monteiro, «Penser l'État...».

disputada definição política (como Oliveira Martins), e discutidas na esfera política do Estado republicano e depois, com maiores consequências, integradas no aparelho de Estado estado-novista – pode permitir uma reflexão sobre os processos históricos e, em particular, sobre os mecanismos de poder de Estado, que obedecem a lógicas que extravasam as características do exercício do poder característico de cada regime. Perspectivar a história da colonização interna a partir da questão do poder de Estado visa a um só tempo dialogar criticamente com a literatura da sociologia histórica interessada no longo processo de construção do Estado moderno, e deslocar-se da historiografia com influências da ciência política que se tem preocupado com a definição das tipologias dos regimes políticos da modernidade.⁶⁸ Trata-se então de investigar menos uma *natureza* do regime, imprimindo-lhe uma classificação, e mais o *processo* histórico considerando que elementos fascizantes fizeram parte da constituição do Estado, em diferentes conjunturas. Em parte, as noções de «fascistização» e de «regimes fascistas-hifenizados», como antes um «tipo de fascismo»⁶⁹, podem ser associados a esta abordagem.

A passagem do enfoque do regime ao Estado não é, contudo, apenas uma mudança de perspectiva, influenciada pela literatura da sociologia histórica ou foucaultiana sobre o desenvolvimento do aparelho do Estado na modernidade. Traduz também uma vontade de analisar a constituição dos poderes de Estado na década de trinta, numa altura em que aqueles se alteram substancialmente, e em estreita relação com o processo político. Esquemáticamente, pode-se afirmar que o estatismo que acompanhou a ascensão dos fascismos deu-se a dois níveis, interrelacionados. Em primeiro lugar, um crescimento do aparelho administrativo de Estado tendo em vista a prossecução de novas competências, funções e objectivos dos novos regimes, de pendor autoritário, centralizadores, hierquizados, pessoalistas e que, contudo, com elementos contraditórios, produziram um Estado por vezes burocraticamente instável, como na Alemanha nazi⁷⁰. Aprofundando o processo de crescimento do seu aparelho iniciado no século XIX, os Estados europeus durante a I Guerra Mundial tinham-se dotado de instrumentos de governo das populações em várias dimensões da sua vida (alimentar, segurança, protecção social, trabalho) – e não abandonaram os poderes de mobilização conquistados. Após a crise de

⁶⁸ Da vasta literatura da sociologia histórica dedicada ao Estado, cite-se as obras de Michael Mann, *The sources of social power* em quatro volumes, mas em particular a sua abordagem em *Fascisms* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004). Sobre o estudo histórico dos fascismos influenciado pela ciência política, veja-se a obra de António Costa Pinto, em particular *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais* (Lisboa: Editorial Estampa, 1992).

⁶⁹ Expressões usadas, respectivamente, em Aristotle Kallis, «'Fascism', 'Para-Fascism' and 'Fascistization': On the Similarities of Three Conceptual Categories», *European History Quarterly*, 33(2), 219–249; Mann, *Fascists*, 19 e 46; Fernando Rosas, «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», in *Vértice*, n.º 13, série II, (Abril de 1989): 21-29 e Rosas, *Salazar e os fascismos...*

⁷⁰ Ian Kershaw, *The Nazi Dictatorship* (Londres: Edward Arnold, 2000).

1929, os Estados chamaram a si capacidades de intervenção ainda maiores – nomeadamente financeiras. Em segundo lugar, o elogio do Estado enquanto expressão última da nação orgânica, que ultrapassasse – ou transcendesse – as divisões partidárias e a luta de classes, materializado num sistema corporativo, no caso português e italiano, foi característico deste período histórico. Moderado consoante a configuração dos poderes institucionais presentes (nomeadamente, pela igreja católica), o Estado do Estado Novo reconfigurou-se administrativa e ideologicamente de forma decisiva na década de trinta.

Perspectivar a história da colonização interna durante o Estado Novo a partir da questão do Estado implica abordá-la em várias instituições estatais, bem como a partir das instâncias políticas de representação. Questionar-se-á assim a formulação discursiva das ideias colonizadoras a nível executivo ministerial, bem como nas duas câmaras (Assembleia Nacional e Câmara Corporativa). Na constituição administrativa dos poderes de Estado, analisar-se-ão as acções colonizadoras do Estado dentro das suas estruturas institucionais, em particular a Junta de Colonização Interna. Entender as várias modalidades dos poderes de Estado visa empreender uma análise que, contudo, não oponha os «discursos» do poder (enquadramentos legais, discursos governamentais, discussões na Assembleia Nacional e pareceres da Câmara Corporativa) a um «regime de práticas»⁷¹ (práticas quotidianas da administração estatal). Reconhecendo que este «regime de práticas» tem sido secundarizado pela historiografia, importa sublinhar que os discursos de Estado constituem eles próprios acção e estabelecem formas de actuação quando limitam os campos de enunciados possíveis, as formas de pensar e agir em nome do Estado. Neste sentido, a partir do fenómeno da colonização interna, procurar-se-á entender como os discursos podem ser pensados como práticas discursivas. As palavras de Salazar, em citação e paráfrase constante, são um bom exemplo de como, sem se traduzirem em ordens de imposição a uma administração dócil e obediente que as executava, delimitaram formas de agir pensáveis e orientações desejáveis à acção administrativa.

Não se tratará ainda o Estado apenas enquanto uma forma-neutra, permeável ou pronta a ser capturada por interesses sociais que lhe são externos (os lobbies, que marcaram as leituras da colonização interna) ou reflexo de um conjunto eclético de tradições ideológicas das direitas portuguesas. Nem, tão pouco, abordar-se-á o Estado enquanto sujeito exterior à sociedade, sobre o qual este se debruça e intervém. Procurar-se-á entender, simultaneamente, como é que a relação Estado-sociedade foi uma relação mutuamente constitutiva, e de que forma essa exterioridade do Estado em relação a uma dita sociedade foi sendo historicamente produzida.

⁷¹ Sobre o «regime de práticas» do Estado ver Nuno Domingos, Victor Pereira, «Introdução», in *O Estado Novo em Questão*, ed. Nuno Domingos, Victor Pereira (Lisboa: ed. 70, 2010), 11.

Procurando dar conta desta inter-constituição, procurar-se-á entender como o Estado se foi construindo pela objectivação, classificação e avaliação de realidades que lhe eram exteriores, o território e a população (estatísticas, inquéritos, reconhecimentos, estudos), e, fundamentando-se nestes, se formularam «problemas» («agrários», «sociais», «económicos», etc.) aos quais o Estado procurou responder pela sua acção, nomeadamente através da colonização interna.

Exemplo central da constituição de uma problemática de governo do Estado em relação ao território e à população foi o secular «problema agrário» quando articulado pelo discurso colonizador, principalmente durante o Estado Novo. Neste caso, o problema agrário foi sendo identificado pelos dados recolhidos sobre a estrutura agrária (fragmentação vs. concentração da propriedade) e cultural (intensificação vs. extensificação do cultivo) do país que diagnosticavam um país dual e desequilibrado, baseado em imagens contrastantes entre um Norte populoso e fértil e um Sul desértico; como resposta foram sendo apresentadas soluções para «equilibrar» o território nacional pela promoção de uma nova ordem territorial (promoção da pequena e média exploração e da cultura agrícola em relação à pastorícia). Também a questão da «população» para o Estado se foi formulando com recurso a novos modos de representação cognitiva: estes diagnosticaram o problema do «excesso populacional», representado pelos níveis de densidade populacional ou pela previsão de crescimento populacional; inquéritos e outros estudos científicos enunciaram o problema do «desemprego rural» e os consequentes perigos da conflitualidade social que assolavam o Estado autoritário. O Estado foi sendo também reconfigurado em constante resposta a fenómenos sociais (relações de produção, conflitos sociais, movimentos populacionais) que ajudou a objectivar, como se verá detalhadamente nos capítulos seguintes. A relação entre Estado, território e a população, constituídas estas duas enquanto áreas de intervenção do primeiro, foi então mediada pelos saberes técnico-científicos: incorporando diferentes racionalidades de diversos campos científicos, o Estado do Estado Novo resultou também de um processo de governamentalização do próprio Estado, com diferentes saberes a constituírem-se e articularem-se em técnicas colonizadoras: os saberes jurídicos, em relação aos dispositivos legais que regulavam os direitos de propriedade; os saberes de intervenção no território e na população (engenharia hidráulica, agronomia, economia agrária, sociologia rural, arquitectura), em relação ao planeamento das colónias agrícolas.

2 Das doutrinas às técnicas colonizadoras

O momento da institucionalização colonizadora foi o *terminus* de um longo processo de procura e implementação de estratégias estatais para influenciar e conduzir as transformações, mais ou menos modernizantes, do espaço rural que a historiografia há muito identificou como a «penetração do capitalismo nos campos»⁷². Na segunda metade do século XIX, o pensamento colonizador foi sendo formado também em estreita relação com os movimentos de desbravamento e cultivo agrícola de terras, conhecidos como as «colonizações espontâneas», que transformaram a paisagem alentejana e ribatejana.⁷³ As concepções e as racionalidades colonizadoras transformaram-se substancialmente numa nova conjuntura política, em particular em virtude da percepção estatal de determinadas relações sociais.

A historiografia tem notado como a ideologia do agrarismo da primeira metade do século XX português assentou numa «nova atitude face ao Estado»⁷⁴, inaugurada com o projecto de lei de Fomento Rural de Oliveira Martins em 1887, que apresentou uma primeira resposta global à crise económica e política percebida à época, em que tanto a economia como o Estado pareciam necessitar de uma «vida nova». Manuel Villaverde Cabral sugeriu uma genealogia do autoritarismo político em Portugal – ou seja, de uma nova concepção dos poderes de Estado – como anterior à I Guerra Mundial, durante a emergência do protecçãoismo económico finissecular, que teve em Oliveira Martins um propagandista exímio e a sua base fundadora.⁷⁵ As medidas que o agrarismo de matriz martiniana, nomeadamente por Ezequiel de Campos⁷⁶, foi posteriormente defendendo – a hidráulica agrícola, a colonização interna, a florestação, o crédito rural, a regulação do comércio de produtos agrícolas – implicavam um intervencionismo do Estado que, contudo, não se limitava à economia, tida como área separada da sociedade. Na esteira de Villaverde Cabral, Fernando Rosas considerou que «o intervencionismo económico surge no quadro da defesa, mais ou menos explícita, de um novo tipo de Estado, do Estado «forte», autoritário, substancialmente distinto do percebido

⁷² Expressão comum nos estudos de influência marxista sobre o mundo rural português nos anos setenta, seja na sociologia de Eduardo de Freitas, João Ferreira de Almeida, ou na historiografia de Miriam Halpern Pereira. Veja-se, a título de exemplo, Eduardo de Freitas, João Ferreira de Almeida, Manuel Villaverde Cabral, «Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal», *Análise Social*, vol. XXII (45), 1º (1965): 41-63.

⁷³ Helder Fonseca designa este processo como «criação do capital físico natural». Cf. Helder da Fonseca, «A ocupação da terra», in *História Económica de Portugal. 1700-2000, vol. II, século XIX*, org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005), 90.

⁷⁴ Cf. Rosas, «O pensamento reformista agrário...», in *Salazarismo e fomento económico...*, 165-166.

⁷⁵ Cf. Manuel Villaverde Cabral, *The demise of liberalism & the rise of authoritarianism in Portugal, 1880-1930. An inaugural lecture from the Department of Portuguese & Brazilian Studies, 23 de Fevereiro de 1993*.

⁷⁶ Fernando Rosas, «Ezequiel de Campos e a solução neofisiocrática da “crise portuguesa”», in *Salazarismo e fomento económico...*, 173-187.

«impotente» e «inepto» Estado liberal abstencionista, atolado numa «crise que a sua expressão republicana só viera acentuar».⁷⁷ De resto, o regime do Estado Novo acabara por ser juridicamente pensado e estruturado com a inspiração em «movimentos político-ideológicos pós-demoliberais» em que «um inevitável papel dirigente do Estado»⁷⁸ era um dos principais elementos. Desde o cesarismo martiniano, passando pelos seareiros defensores do governo iluminado, até aos políticos e técnicos colonizadores do Estado Novo da década de trinta, as ideias do agrarismo colonizador parecem ter implicado, ideologicamente, um compromisso, mais ou menos distante, mais ou menos explícito, com «teorizações e experiências autoritárias de superação do liberalismo político e económico».⁷⁹ A defesa do estatismo, quando não de um novo regime, como em Itália, acompanhou a formulação das ideias colonizadoras também noutros países europeus do entre-guerras. Por agora, interessa sublinhar como é que o programa ideológico de superação do liberalismo dos reformistas agrários em Portugal toma forma numa *política*, em que mecanismos se traduzem no aparelho de Estado do autoritarismo português, quando, final mas moderadamente, se institucionaliza. Sair assim estrategicamente do plano doutrinal do reformismo agrário, e da sua concepção de Estado, e entender como a *ideologia* colonizadora se tornou *técnica de poder* quando o «autoritarismo modernizante»⁸⁰ do reformismo agrário se institucionalizou dentro do aparelho de Estado.

A política de colonização interna em Portugal, como noutros países do Sul europeu (Espanha e Itália), não foi apenas um instrumento do Estado moderno. Foi também um meio de formação do próprio Estado moderno, com uma ampliação do âmbito e dos mecanismos de intervenção estatal, bem como da imagem que projectou de si – que, em última análise, contribuiu para a definição do próprio regime. Ruth Ben-Ghiat⁸¹ analisou a retórica da *bonifica* (melhoramento) no Agro Pontino, que revelava o desejo de purificação das patologias culturais

⁷⁷ Cf. Rosas, «O pensamento reformista agrário...», in *Salazarismo e fomento económico...*, 166.

⁷⁸ Cf. António Manuel Hespanha, André Ventura, «Cultura jurídica académica no período do ‘Estado Novo’», *e-Legal History Review*, 6 (2008), 1.

⁷⁹ Cf. Rosas, «O pensamento reformista agrário...», in *Salazarismo e fomento económico...*, 166.

⁸⁰ Ibidem. Ainda antes da nova vaga historiográfica sobre os fascismos europeus do entre-guerras ter revisto a interpretação do fascismo, integrando-o plenamente na história da modernidade política europeia, Fernando Rosas sublinhou as características modernas da política económica para o espaço rural do salazarismo. A sua leitura é tanto mais importante quanto a historiografia que interpretava o fascismo enquanto reacção política olhou para ao espaço rural como exemplo, cf. Tiago Saraiva, *Fascist Pigs: Technoscientific Organisms and the History of Fascism* (Cambridge, MA: MIT Press, 2016), 9.

⁸¹ Cf. Ruth Ben-Ghiat, *Fascist Modernities. Italy 1922-1945* (Berkeley: University of California Press, 2001), 142. Mais recentemente, Suzanne Stewart-Steinberg tentou transformar o termo *bonifica* (*reclamation*) num conceito que adequadamente apreendesse as estratégias de fascização da cultura e da sociedade italiana em Suzanne Stewart-Steinberg, «Reclamation», *Political Concepts. A critical Lexicon* (disponível em <https://www.politicalconcepts.org/reclamation-suzanne-stewart-steinberg/>) ; «Grounds for Reclamation: Fascism and Postfascism in the Pontine Marshes», *Differences. A journal of Feminist Cultural Studies*, 27 (1) (Maio de 2016): 94–142.

e sociais da nação enferma, para definir as «modernidades alternativas» perseguidas pelo fascismo italiano. Cristóbal Gómez Benito atribuiu importância ao estudo da política de colonização agrária em Espanha para o campo de estudo do próprio regime franquista porque as reformas agrárias (de que a colonização foi uma modalidade) foram um instrumento do Estado moderno, quando este se assumiu como impulsionador ou principal executor do melhoramento das estruturas agrárias e das condições de vida das gentes do campo. Mais importante, as reformas agrárias foram um dos meios de formação do próprio Estado moderno, na medida em que se ocuparam da gestão populacional e do reordenamento do território pelo Estado.⁸²

⁸² Cf. Cristóbal Gómez Benito, «Una revisión y una reflexión sobre la política de colonización agraria en la España de Franco», *Historia del presente*, n.º 3 (2004), 70. Neste sentido também, Dieter Gosewinkel introduz e explora a hipótese de que a propriedade fundiária, enquanto instrumento central da intervenção do poder estatal a partir pelo menos da expansão imperial europeia e as guerras da religião do século XVI e XVII, vai ser um instrumento político central das experiências totalitárias de disposição do poder no século XX. Cf. Dieter Gosewinkel, «Introduction. Histoire et fonctions de la propriété», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, n.º 61-1 (2014): 7-25.

CAPÍTULO II

O TERRITÓRIO: INSTITUCIONALIZAÇÃO ESTATAL DA COLONIZAÇÃO HIDRÁULICA

A imagem de um Sul verde orientou a política colonizadora do Estado Novo durante cerca de vinte e cinco anos. A vontade de controle técnico sobre a água não era nova – tinha sido um dos elementos fundadores do projecto de modernização da nova agricultura.⁸³ A força criadora da água e a sua correcta gestão através das mais modernas técnicas tinha uma longa história na Europa e em Portugal. Com a criação da Junta de Colonização Interna e da junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola durante o Estado Novo, a vontade de transformação da natureza hídrica do território, essencial à modernização agrícola, associou-se a formas de reestruturação agrária: a colonização hidráulica. Na década de trinta, a colonização hidráulica que construiria o Sul verde da metrópole portuguesa assumiu-se politicamente como a principal forma de colonização interna, tendo sido sucessivamente debatida pela elite política, até ser abandonada virada a década de sessenta. Esta forma de colonização interna entendia-se como uma forma de intervenção estatal sobre o território e a população que conjugava as obras de hidráulica agrícola com as de colonização.

Colonizar as terras áridas do Sul de Portugal tinha sido formulado enquanto programa político havia décadas. Ainda durante a I República, Ezequiel de Campos, enquanto Ministro da Agricultura, tinha testado os limites dos poderes de Estado quando propôs a sua «Lei de Ordenamento Rural», em 1925, que visava regar, expropriar e dividir os latifúndios do Alentejo. Já no início do regime republicano, Ezequiel de Campos tinha avançado com as ideias de «Povoamento do Sul», influenciado pelo conservacionismo norte-americano⁸⁴, respondendo e politicamente intervindo no clima de protesto social dos trabalhadores assalariados que no ano anterior, em 1912, tinham organizado uma greve geral. As propostas políticas de Ezequiel de Campos de reorganização do secular desequilíbrio populacional e agrário entre o Norte e o Sul pela acção dedidida – e expropriadora – do Estado tiveram, contudo, como consequência, para o Estado republicano, a revelação das fragilidades políticas deste, definindo desta forma os limites estreitos da acção estatal.

⁸³ Dulce Freire, «Entre sequeiro e regadio. Políticas públicas e modernização da agrocultura em Portugal (século XX)», in *XIV Congreso de Historia Agraria*, 1-14 (Badajoz: Universidad Badajoz / SEHA). (Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/17717/1/ICS_DFreire_Entre_AI.pdf)

⁸⁴ A influência do movimento do conservacionismo norte-americano em Ezequiel de Campos foi notado em Saraiva, «Paisagens Tecnológicas».

Durante o Estado Novo, o grande debate em torno desta nova concepção colonizadora centrou-se na necessidade do processo de reestruturação fundiária ser dirigido pelo Estado e implicar uma expropriação de terrenos regados, cuja justificação legal residia numa noção de propriedade que delimitava os seus direitos pela função social que exercia. Se este ponto de discórdia delimita a acção do Estado na condução da política colonizadora hidráulica, outros mecanismos de poder, menos contestados mas igualmente necessários à sua implementação, definem as suas novas funções: financiamento elevado, planificação e coordenação de grandes obras de intervenção territorial, programas complexos de engenharia social, produção de conhecimento científico e técnico que sustentasse as intervenções estatais. À semelhança de Espanha, cuja lei de 1939 ajudou a definir o Estado franquista na década seguinte⁸⁵, também a política agrícola legislada entre 1935 e 1938 ajudou a definir os limites do «Estado forte» constituído na década de 30 que o reformismo agrário ansiava desde os escritos cesaristas de Oliveira Martins.

É objectivo deste capítulo analisar a institucionalização da política de colonização hidráulica no Estado Novo a partir dos anos trinta. Procurar-se-á inserir a política colonizadora no contexto dos fascismos agrários europeus e, principalmente, enquanto dimensão do nacionalismo económico de contornos autárcicos, no seu esforço de fazer a terra alimentar o corpo nacional⁸⁶. Procurar-se-á, assim, e simultaneamente, culturalizar o governo económico durante a emergência do fascismo e acentuar outras dimensões do nacionalismo, para além do estrito campo das práticas culturais. Analisar-se-á a institucionalização das ideias colonizadoras em Portugal pela historicização dos debates e do enquadramento legal daquela proposta, pelo estudo da cultura jurídica em Portugal que contribuiu para reformular os direitos de propriedade, pela exposição da visão do Presidente do Conselho, pela relação e intersecção ocasional com os fenómenos congéneres colonizadores italianos e espanhóis, bem como pela expressão no planeamento político e os pressupostos científicos e ideológicos em que acentou. O percurso por vários prismas (jurídico, político, económico, institucional, ideológico, científico) do processo de institucionalização das ideias de colonização hidráulica permitirá entender quais os poderes de Estado mobilizados, instituídos e abandonados – em particular, a expropriação – bem como as diversas razões que os fundamentaram. Em suma, e esquematicamente, tentar-se-á defender que a racionalidade económica do projecto colonizador se inseriu dentro da ideia do nacionalismo da terra empenhado na produção de bens alimentares

⁸⁵ Cf. Gómez Benito, *Políticos, burocratas y expertos...*, 110.

⁸⁶ Sobre a relação entre autarcia e fascismo ver Tiago Saraiva, «Autarky/autarchy: genetics, food production, and the building of fascism», in *Historical Studies in the Natural Sciences*, vol. 40, n.º 4 (Outono 2010): 419-428.

para a população no seu solo nacional, seguindo uma ideia autárquica, mas sobretudo pela criação de uma comunidade de produtores, os proprietários-colonos que, simultaneamente, melhor cultivassem a terra própria e assim criassem duradouros laços afectivos à nação. Através desta discussão, evidenciar-se-á como houve várias formas, razões e fins em contenda sobre o que deveria assumir o governo económico da terra.

1 Nacionalismos da terra

A proposta colonizadora hidráulica formulada durante o Estado Novo foi avançada no contexto de uma política económica que, não obstante as medidas pontuais e por vezes contraditórias, se inseria numa orientação estatal de longa duração: o nacionalismo económico⁸⁷. Designo por nacionalista a política económica que visava mobilizar o sentimento de pertença à comunidade nacional para produzir (e consumir) bens dentro do território nacional e, simultaneamente, contribuir para reforçar esse sentimento pelo estímulo à produção de bens, em detrimento de bens estrangeiros. A designação «nacionalismo económico» é, geralmente, usada pela bibliografia de história económica para designar o conjunto de políticas alfandegárias de natureza proteccionista que se opõe ao liberalismo económico, promotor da abertura ao comércio internacional. Recentemente, esta visão do nacionalismo económico tem sido contestada⁸⁸ pelo menos de duas formas interligadas que, no contexto deste estudo, são particularmente relevantes: pelo questionamento do seu carácter doutrinal (ou seja, desidentifica-o com um conjunto de medidas concreto, nomeadamente com o «estatismo», cuja versão mais frequente é o proteccionismo alfandegário) e, em segundo lugar, toma-o enquanto um conjunto de medidas económicas que argumentam fortalecer a nação. Neste sentido, pode-se interpretar, por exemplo, determinadas medidas do liberalismo económico como nacionalistas, quando as razões que as animam se dirigem ao favorecimento da comunidade nacional.⁸⁹ Um entendimento do nacionalismo económico como assente numa comunidade de

⁸⁷ Cf. Rosas, «O pensamento reformista agrário...», 166. Fernando Rosas caracterizou a política económica salazarista dos anos trinta pelas suas «intervenção económicas pontuais, sectoriais e frequentemente paradoxais na sua contradição, cuja lógica unificadora era determinada pelo princípio político da «estabilidade». No entanto, estabelece como uma das orientações desta política económica, ou melhor, dos princípios informadores do Estado Novo em relação à economia, a «autarcia» e o correspondente «nacionalismo económico» Cf. Fernando Rosas, «Estado Novo e Modernização Económica», in *Salazarismo e Fomento Económico...*, 56-7.

⁸⁸ Para esta visão crítica do «nacionalismo económico» ver, entre outros, Takashi Nakano, «Theorising economic nationalism», *Nations and Nationalism*, 10 (3), (2004): 211-229; Andreas Pickel, «Introduction. False oppositions: reconceptualising economic nationalism in a globalising world», in *Economic nationalism in a globalising world*, ed. Eric Helleiner e Andreas Pickel, 1-15 (Londres e Ithaca: Cornell University Press, 2005).

⁸⁹ Tal permite melhor entender as conclusões de David Justino sobre especificidade de um possível nacionalismo do liberalismo oitocentista que, na ausência de um problema de «unidade nacional», se centrou no problema do «atraso» e na vontade de «progresso» e «civilização», ou seja, em formas de mobilização da nação para um

produção, nomeadamente de afectos, nacional será especialmente adequada para entender a proposta colonizadora e a sua vontade de enraizamento dos produtores-colonos no solo pátrio.

O nacionalismo económico, produtivista e proteccionista, prosseguido pelo Estado Novo deve ser entendido na sua filiação numa tradição do pensamento económico em Portugal, por um lado, e na política agrária proteccionista legislada desde o século XIX, por outro. Um nacionalismo económico de resto emergente no século XIX por toda a Europa, que teve em Friedrich List um dos seus principais doutrinadores e que, no contexto dos fascismos agrários de entre-guerras, adquiriu uma configuração específica.⁹⁰ Primeiro Oliveira Martins, mais tarde os economistas Anselmo de Andrade e Oliveira Salazar e os engenheiros Ezequiel de Campos e Lima Basto integraram o rol de publicistas que vinham defendendo como objectivo estratégico para a política económica do Estado a produção de bens dentro do espaço nacional para satisfazer as necessidades alimentícias de uma população nacional em crescimento. A «auto-suficiência alimentar» defendida pelos reformistas agrários insere-se na tradição de pensamento económico em Portugal que remonta ao memorialismo da Academia das Ciências, ou mesmo ao arbitrista setecentista de Severim de Faria⁹¹. Mas o nacionalismo produtivista do Estado Novo não tinha apenas antecedentes no pensamento económico. Em Portugal, o «protecçãoismo alimentar» tinha tido expressão política estatal particularmente importante desde finais do século XIX quando se acentuaram as pautas proteccionistas para a área cerealífera, estabelecendo como política a auto-suficiência frumentária. Em grande medida, a *Campanha do Trigo*⁹² (1929-1933), directamente inspirada na *Bataglia del grano* da Itália

desígnio económico partilhado. Cf. David Justino, *Fontismo. Liberalismo numa sociedade iliberal* (Lisboa: D. Quixote, 2016), 208 e ss.

⁹⁰ Sobre o nacionalismo económico, veja-se a obra clássica de Carlton J. H. Hayes, *A generation of materialism (1971-1900)* (Nova Iorque/Londres: Harper and Brother Publishers, 1941), em particular o capítulo VI «Ressurgence of economic nationalism and national imperialism», 196-240. Um ensaio sobre as características do fascismo agrário, estabelecendo os elementos que comporiam um «mínimo comum» entre as experiências fascistas entre-guerra foi elaborado em Lourenzo Fernández_Prieto, Juan Pan-Montojo e Miguel Cabo, «Fascism and modernity in the European countryside: global view», in *Agriculture in the Age of Fascism. Authoritarian Technocracy and Rural Modernization, 1922-1945*, ed. Lourenzo Fernández_Prieto, Juan Pan-Montojo e Miguel Cabo, 19-41 (Turnhout, Brepols Publisher, 2014).

⁹¹ A preocupação com o (des)aproveitamento das potencialidades produtivas míticas do Alentejo era já alvo do pensamento arbitrista de Severim de Faria no século XVII, como sublinhou Vitorino Magalhães Godinho, na senda de António Sérgio. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, «Alguns problemas da economia portuguesa no século XVII de depressão internacional», in *Revista de História Económica e Social*, 5 (1980): 105-123.

⁹² José Machado Pais secundariza, contudo, os objectivos económicos do protecçãoismo cerealífero publicitados no lançamento da Campanha do Trigo (“O trigo da nossa terra é a bandeira que melhor nos defende”) em favor dos objectivos políticos que a «complexa ‘aliança de classes’ envolvendo agrários e industriais, grandes e pequenos agricultores e ainda rurais sem terra» permitiu construir. Cf. José Machado Pais, «Campanha do trigo», in *Dicionário da História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, volume VII, Suplemento A/E (Porto: Livraria Figueirinhas, 2000), 227-228; José Machado Pais *et al*, «O fascismo nos campos em Portugal: a campanha do trigo (1ª parte)», *Análise Social*, vol. XII, n.º 46 (1976): 400-474; José Machado Pais *et al*, «O fascismo nos campos em Portugal: a campanha do trigo (2ª parte)», *Análise Social*, vol. XIV, n.º 54 (1978): 321-389.

fascista e lançada ainda no contexto da Ditadura Militar, pode ser vista como o auge desse proteccionismo cerealífero, que teve, de resto, uma função essencial na organização corporativa das relações sociais de produção pelo Estado; um proteccionismo económico que se estendia a outras produções, em especial o vinho⁹³. A intervenção estatal na economia agrária que se dirigia especialmente à comercialização (política do preço fixo do trigo, e restrições à importação, por exemplo) foi nesta altura acompanhada de uma linha de crédito ao arroteamento e cultivo de cereal em novas terras, que levou até a uma crise de superprodução de trigo⁹⁴.

Neste contexto, a política nacionalista produtivista que protegia as culturas frumentárias conhece uma alteração quando um vasto programa reformista agrário foi legislado sob o comando do novo Ministro da Agricultura, Rafael Duque⁹⁵. Em meados dos anos 30, a política do proteccionismo trigueiro cuja orientação tinha sido criticada pelos reformistas agrários defensores da colonização hidráulica desde os inícios do século XX, em especial por Ezequiel de Campos, dava agora lugar a uma política que visava um produtivismo policultural. A maximização do uso dos recursos naturais disponíveis, especialmente a terra, destinada ao aumento da produção agrícola – uma das preocupações transversais da política económica do Estado Novo até à década de 60⁹⁶ – via agora na intensificação agrícola uma oportunidade para um proteccionismo alimentar culturalmente diversificado. De resto, a auto-suficiência alimentar, com o ideal de autarcia em fundo, implicou medidas de apoio e protecção à produção nacional que configuraram um nacionalismo produtivista, ou «nacional-productivismo autárquico»⁹⁷ comum aos regimes fascistas. Assim, se o proteccionismo alimentar se insere numa tradição do pensamento e política económica portugueses, a sua adopção na década de trinta em Portugal acompanha políticas económicas produtivistas nacionalistas de outros regimes autoritários (e não só) no contexto internacional da época.

⁹³ Cf. Dulce Freire, *Produzir e beber. A questão do vinho no Estado Novo (1929-1939)* (Lisboa: Âncora Editora, 2010).

⁹⁴ Entre 1932 e 1935, houve anos excepcionalmente bons para a produção agrícola, sobretudo para o trigo, devido a condições climáticas atípicas; seguiram anos de acentuadas quebras na produção de trigo, entre 1935 e 1938, segundo dados do *Anuário Estatístico*. Cf. Rosas, «Rafael Duque e a Política Agrária...», in *Salazarismo e Fomento Económico...*, 194.

⁹⁵ Sobre a política reformista de Rafael Duque, ver Rosas, «Rafael Duque e a Política Agrária...», in *Salazarismo e Fomento Económico...*

⁹⁶ O proteccionismo alimentar, embora seja uma tendência de longa duração, acentuou-se entre 1930 e 1960, data em que acontece uma progressiva liberalização, com a abertura aos mercados internacionais e uma consequente especialização agrária regional. Cf. Dulce Freire e Pedro Lains (eds.), *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier* (Leiden/Boston: Brill, 2017), 250.

⁹⁷ Uma expressão sugestiva, ainda que discutível na sua total operacionalização, de Fernando Rosas para designar a especificidade do nacionalismo económico do Estado Novo dos anos 30. Cf. Fernando Rosas, «O pensamento reformista agrário...», 160; ver ainda Fernández-Prieto, Pan-Montojo e Cabo, «Fascism and modernity in the European countryside...».

Desde 1918 que o «problema dos abastecimentos» tinha trazido a «hidráulica» para a discussão pública. O regadio passou a ser visto em certo pensamento económico e político como instrumento de segurança e de recuperação da economia nacional no pós-I Guerra Mundial⁹⁸ em Portugal. A «auto-suficiência alimentar» que vinha sendo propagandeada como doutrina económica da acção do Estado pelos reformistas agrários tinha finalmente condições técnicas de concretização através das obras de hidráulica agrícola – nomeadamente, pela associação ao projecto colonizador. Para alimentar a população da nação havia que *transformar e melhorar* o território nacional.

A renovação das ideias colonizadoras, com a associação à hidráulica, que se tinha iniciado na segunda metade do século XIX nos países da Península Ibérica (em Portugal, sobretudo a partir de Ezequiel de Campos⁹⁹; em Espanha, pela voz mais sonante de Joaquín Costa¹⁰⁰), permitiu que as explorações agrícolas idealizadas pelo processo colonizador fossem concebidas e fundamentadas enquanto unidades económicas viáveis. Na lógica económica destes reformistas agrários, os terrenos regados permitiriam a diversificação cultural e a correspondente intensificação do trabalho nas novas explorações agrícolas saídas do processo colonizador. Outro tipo de colonização defendida pelos sectores mais conservadores, a *colonização trigueira*, tinha-se imaginado a partir das experiências de migração, desbravamento e cultivo das terras nas margens do Tejo e na península de Setúbal, colonização que através do cultivo de pequenas parcelas, ou searas, pelos novos colonos nas orlas das grandes propriedades, fixariam a população trabalhadora. Segundo alguns reformistas agrários, cujo principal arauto foi Ezequiel de Campos, este tipo de colonização deveria ser substituído pela *colonização policultural*, com a criação de pequenas ou médias explorações em regime de diversificação cultural, intensivamente trabalhadas pela população colona, economicamente autónoma. Neste programa colonizador, a intervenção técnico-científica sobre o território permitiu que o produtivismo económico se erigisse enquanto razão central do reformismo agrário colonizador. As ideias de colonização interna assim reconfiguradas pela sua associação à hidráulica levaram a que a historiografia espanhola designasse esta concepção de colonização

⁹⁸ Entre outros, pela voz de Ezequiel de Campos, Rui Mayer e outros engenheiros. Cf. Eugénio Castro Caldas, «História agrária», in *Dicionário da História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, volume VIII, Suplemento F/O (Porto: Livraria Figueirinhas, 2000), 177.

⁹⁹ No projecto de Fomento Rural de Oliveira Martins, a colonização e a hidráulica agrícola são elementos de um plano de transformação – ou melhoramento – da paisagem rural, mas não surgem associados, na sua concepção. Será apenas com Ezequiel de Campos que a hidráulica agrícola se tornará condição prévia da colonização interna.

¹⁰⁰ Sobre esta figura maior do pensamento social espanhol dos finais do século XIX, princípio do XX, em especial a questão social agrária, ver a edição crítica recente, nomeadamente o estudo introdutório Joaquín Costa, *La tierra y la cuestión social*, edição crítica, estudo introdutório e notas de Cristóbal Gómez Benito e Alfonso Ortí (Madrid: CIS-BOE, 2009).

de «reforma agrária técnica»¹⁰¹ (para se distinguir da «reforma agrária social», que privilegiava a redistribuição da terra nos seus propósitos, em virtude das noções de justiça social que a animavam os seus intuitos¹⁰²).

Para a colonização moderna de um território, para se aumentar a sua produção e a população que nele trabalhava, havia que transformar a natureza. Desde os finais do século XIX que era evidente que no processo colonizador não chegava transformar o regime jurídico da propriedade – de comum para privada, ou de privada para estatal. A vontade de transformação produtiva do território dirigida privilegiadamente aos terrenos baldios que foi expressa durante os anos vinte do século XX foi aprofundada e estendida aos terrenos privados na política agrícola do Estado Novo. Neste desejado processo, aos saberes e técnicas da agronomia que integravam o discurso colonizador moderno eram agora adicionadas as obras hidráulicas, enquanto acção prévia preparadora do território da colonização. A ideia de associar a colonização interna às obras de hidráulica vinha sendo defendida e propagandeada desde Oliveira Martins, cujo slogan político «regar, dividir, colonizar» foi continuado por Ezequiel de Campos, com a sua «conquista da natureza» – ideias que tiveram finalmente acolhimento, mesmo que moderado e ambíguo, dentro da política estatal do novo regime. Além dos publicistas, também alguns agrónomos, por sinal protagonistas da colonização interna da década de trinta, dedicam os seus esforços académicos às novas potencialidades produtivas da hidráulica agrícola.¹⁰³

¹⁰¹ A interpretação sobre as duas modalidades de reforma agrária – uma que persegue fins basicamente técnicos e económicos, e outra com fins político-sociais, cumprindo funções de justiça social – foi sugerida pelo norte-americano Edward Malefakis na sua obra clássica sobre a reforma agrária em Espanha, posteriormente muito comentada pela historiografia espanhola. Cf. Edward Malefakis. *Reforma Agraria y Revolución campesina en la España del siglo XX*. Barcelona: Ariel, 1972 [1970], 35-36. Monclus e Oyon analisam o processo em que a renovação das concepções colonizadoras em Espanha durante o século XIX levou a um deslocamento das racionalidades colonizadoras populacionistas para produtivistas, erigindo-se a hidráulica enquanto ponto central do projecto colonizador. Este processo culminou com a progressiva identificação da colonização interna como uma reforma agrária técnica no franquismo. Cf. Monclús e Oyon. *Políticas y técnicas en la ordenación...*, 80 e ss.

¹⁰² A reforma agrária social em Portugal foi defendida por sindicatos rurais na I República mas não chegou a ser política de Estado, ao contrário de Espanha, que animou a política agrária da II República e sobretudo da Frente Popular. Cf. Victor de Sá, «Projectos de reforma agrária da I República», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3º, 4º, 5º (1983): 591-610 e, sobretudo, Constantino Piçarra, «A I República e a questão da terra», texto gentilmente cedido pelo autor, não publicado.

¹⁰³ As dissertações inaugurais no curso de agronomia de Mário Fortes (burocrata da política colonizadora da década de vinte, responsável pela colónia agrícola dos Milagres e pelo projecto de rega da Idanha-a-Nova), Carlos Helbing (membro da JAOHA e co-responsável pelos primeiros estudos sobre a colonização da Idanha), e, notavelmente, José Garcês Pereira Caldas (presidente da JCI) dedicam-se à hidráulica agrícola como forma de aumentar a produtividade da terra e, subsidiariamente, a densidade populacional. É interessante notar que, nestes estudos agrónomos sobre hidráulica agrícola, a «colonização» não corresponde a um objeto de estudo autónomo. Na verdade, os estudos sobre a «colonização» enquanto tal, ou mais especificamente, «as colonizações» – estudo das colonizações espontâneas através de inquéritos económico-sociais, por exemplo – apenas surgem nos anos trinta, privilegiadamente no contexto da colaboração institucional entre o Instituto Superior de Agronomia e a Junta de Colonização Interna. O tirocínio de Henrique de Barros dedicado à história da colonização metropolitana

Este processo de associação doutrinal entre as obras de hidráulica e as de colonização que se assistiu em Portugal foi, apesar de se afirmar pela sua inscrição numa matriz de pensamento económico nacional português, um processo comum a outros países do Sul europeu. Tal transformação das concepções colonizadoras foi particularmente notória em Itália e em Espanha, países que possuíam características climatológicas e de estrutura agrária semelhantes a Portugal, com os verões longos e secos e os *latifundia* a dominarem a paisagem em vastas regiões nos três países – para além de um processo político que levou à ascensão de formas autoritárias de poder semelhantes no mesmo período¹⁰⁴.

Com o Estado Novo, e a chegada de Rafael Duque ao Ministério da Agricultura em 1934, a política de colonização interna passou a fazer parte de um vasto e ambicioso programa de transformação produtiva do território. A nova política económica seguia as linhas doutrinárias genéricas do reformismo económico colonizador no seu afã de protagonizar um «regresso modernizante à terra»¹⁰⁵, tido como condição de um desejado desenvolvimento industrial. A historiografia tem interpretado este grande projecto modernizador da economia rural como ancorado em formas de intensificação e diversificação cultural, que apenas seriam alcançáveis com uma reforma das estruturas agrárias, em que as obras de hidráulica agrícola preparassem a montante o território da colonização¹⁰⁶. Por fim, as áreas de território rural que não fossem aptas para agricultar ou colonizar, inclusivamente os baldios, deveriam ser florestadas. A hidráulica agrícola, a colonização interna e a florestação foram os três pilares essenciais do reformismo agrícola e agrário, do «novo rumo», cujas bases foram legisladas entre 1935 e 1938: a Lei de Reconstituição Económica¹⁰⁷; a reorganização do Ministério da Agricultura, com a criação da Junta de Colonização Interna¹⁰⁸; a Lei de Hidráulica Agrícola¹⁰⁹, na qual se definem as novas funções da Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola, e da qual decorre o plano hidráulico, de 1938; e finalmente a Lei de Povoamento Florestal¹¹⁰, também acompanhada de

no ISA, de 1930, é pioneiro (e, pela sua natureza historiográfica, excepcional). Cf. Barros, «Ensaio sobre a história da colonização metropolitana».

¹⁰⁴ A relação entre a estrutura agrária de Portugal, Espanha e Itália, as tentativas de reforma agrária e o fascismo entre guerras é ensaiada em Fernández-Prieto, Pan-Montojo e Cabo (ed.), *Agriculture in the Age of Fascism...* Não obstante a historiografia recente, foram os próprios proponentes de colonização interna, como Oliveira Martins, que várias vezes salientaram as semelhantes climatológicas e de estrutura agrária entre estes países (nomeando por vezes países do mediterrâneo sul, como a Argélia). Cf. Elisa Lopes da Silva, «O território da colonização: Oliveira Martins e a ordem imaginada da nação», in *Pensar con la historia desde el siglo XXI: actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*, coord. por AAVV, 2015, ISBN 978-84-8344-458-0, 6261-6276.

¹⁰⁵ Cf. Rosas, «Rafael Duque e a política agrária ...», 771-790.

¹⁰⁶ Cf. Rosas, «Rafael Duque e a política agrária...».

¹⁰⁷ Cf. Lei n.º 1914, de 24 de Maio de 1935.

¹⁰⁸ Cf. Decreto-lei n.º 27 207, de 16 de Novembro de 1936.

¹⁰⁹ Cf. Lei n.º 1949, de 15 de Fevereiro de 1937.

¹¹⁰ Cf. Lei n.º 1971, de 15 de Junho de 1938.

novo plano. Estabelecidos os princípios e objectivos genéricos deste ambicioso programa de modernização do espaço rural, é necessário analisar os vários elementos desta política, em particular a conjugação da hidráulica agrícola com a colonização interna, na forma da colonização hidráulica, nas suas racionalidades, instituições e mecanismos legais específicos em cada momento histórico.

2 A água colonizadora: a lei hidráulica de 1937

A água e as promessas de abundância agrícola foram consagradas no mais importante documento de planeamento, ou orientação económica¹¹¹, do Estado Novo pré-II Guerra Mundial. A «hidráulica agrícola, a irrigação e o povoamento» eram prioritários para o cumprimento dos desejos económicos definidos nas suas grandes linhas na Lei de Reconstituição Económica¹¹², a par de portos e estradas, caminhos-de-ferro, edifícios públicos, urbanizações e despesas com a defesa nacional. A resolução do dito «problema agrícola», «nos seus mais basilares fundamentos», passava por uma transformação ambiental do agro português. Mas não só: «a rega é um problema de interesse económico, social e até militar, cuja solução mais do que qualquer outra contribuirá para a valorização do património nacional, para a criação de riqueza pública, para a absorção do excesso de população e para o desenvolvimento do comércio interno e externo»¹¹³. A política de hidráulica agrícola tinha uma ambição mais vasta, dirigindo-se ao problema agrícola (e energético) como parte de um projecto mais abrangente de fomento económico. No relatório de apresentação da proposta de lei referem-se os objectivos gerais na sua vertente agrícola (aumento e aperfeiçoamento dos produtos da terra e a sua maior variedade e adaptabilidade aos mercados), agrária (repartição da terra, promovendo uma divisão do latifúndio), social (aumento e melhor distribuição das populações e beneficiação das suas condições morais e económicas) e financeiras. É esta amplitude nacional e acção nacionalizadora da rega, a sua capacidade para materializar as «faculdades criadoras da nação», que justifica que a intervenção hidrológica sobre o território seja legitimamente conduzida pelo Estado¹¹⁴. À argumentação nacionalizadora e económica, junta-

¹¹¹ Em rigor, a lei de Reconstituição Económica não é tanto um plano económico estatal como um agregado de medidas, sem calendarização ou orçamentalização específica. Cf. João Confraria, «Lei de Reconstituição Económica», in *Dicionário da História de Portugal*, coord. De António Barreto e Maria Filomena Mónica, volume VIII, Suplemento F/O, 366-367 (Porto: Livraria Figueirinhas, 2000).

¹¹² Cf. Lei n.º 1914 (Reconstituição Económica), de 24 de Maio de 1935, *Diário do Governo*, I série, n.º 118.

¹¹³ Relatório da proposta de lei de reconstituição económica, citado do relatório que antecede a «proposta de lei de hidráulica agrícola», in *Diário das Sessões*, suplemento ao n.º 88, 20 de Novembro de 1936, 48-A.

¹¹⁴ «Proposta de lei de hidráulica agrícola», in *Diário das Sessões*, suplemento ao n.º 88, 20 de Novembro de 1936, 48-A.

se a capacidade de montagem financeira que suportaria o empreendimento, só ao alcance do Estado, bem como a necessidade de providenciar os estudos sociais e económicos (de produção e comercialização) que orientariam os aproveitamentos. Constatando a inoperância da lei das águas, datada de 1919¹¹⁵, partia-se do reconhecimento de que as obras de fomento hidroagrícola eram «altamente dispendiosas», mesmo se «reprodutivas» apenas amortizáveis no longo prazo, de reduzidas taxas de juro e por isso de fraca atracção sobre os capitais privados¹¹⁶. Que seja necessário longamente justificar, legitimar e defender que as obras de fomento hidroagrícola teriam que ser realizadas pelo Estado diz muito de como tal era uma tarefa fora do âmbito de competências deste até então.

Os objectivos de elevação da produtividade agrícola e de aumento da diversificação cultural estabelecidos para o novo rumo da política agrária do Estado Novo pela mão do novo ministro Rafael Duque iam de resto ao encontro da orientação defendida havia cerca de duas décadas pelo jovem António de Oliveira Salazar, crítico ambíguo de uma economia agrícola de base cerealífera¹¹⁷: era necessário ultrapassar os obstáculos e os impasses da agricultura portuguesa que o proteccionismo aduaneiro não tinha sido capaz de resolver, de forma a que os géneros alimentícios fossem mais diversos e abundantes e assim estancar a dita «drenagem de ouro» que desequilibrava a balança comercial, preocupação primeira do dito ditador das Finanças. Esta política de reconstituição económica aliada à de defesa nacional era então ideologicamente argumentada como de «ressurgimento nacional» ou «defesa da nacionalidade»¹¹⁸. Não se trata só de ver que há aqui uma racionalidade ideológica que suplementa a macro-económica, mas entender como esta é construída discursivamente por alusão a uma função nacionalizadora. Esquemáticamente, poder-se-á dizer que se o Estado representa a nação e a água nacionaliza, esta deve ser função do (novo) Estado. A água discursificada e tecnologizada pelo Estado foi então duplamente ideológica: nos fundamentos, pelo modo como implicou uma relação instrumental com a natureza própria da modernidade, e com o seu auge nos fascismos, cumprindo funções de maximização produtiva; nos objectivos, pelo modo como a acção salvífica da água visava nacionalizar o país. Neste sentido, a política

¹¹⁵ A nova atitude do Estado é declarada: «O Estado desistiu de incitar os agricultores a estudarem os aproveitamentos hidráulicos, que os podem servir, e vai mais longe: toma sobre si o encargo de fazer os estudos e correspondentes projectos; de realizar as obras deles constantes, quando reconheça que são de acentuado interesse económico e social; de orientar e fiscalizar a sua conservação; e de orientar e fiscalizar também a exploração das terras beneficiadas, de modo a que se tire delas a maior utilidade social». Cf. Afonso de Melo Pinto Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136 – I.

¹¹⁶ «Proposta de lei de hidráulica agrícola», in *Diário das Sessões...*, 48-A.

¹¹⁷ Ver secção seguinte, «Naturalmente colonizar: ».

¹¹⁸ Cf. António Vicente Ferreira (relator), «Parecer da Câmara Corporativa (12ª, 21ª e 24ª secções) sobre a proposta de lei n.º 7 (Reconstituição Económica)», in *Diário das Sessões*, 12 de Fevereiro de 1935, 249.

da água no Estado Novo pode ser entendida como mais um elemento infra-estrutural do estatismo-nacional¹¹⁹ do Estado Novo.

A centralidade da política de hidráulica agrícola no seio do governo do Estado Novo contrastou, contudo, com a ambiguidade da institucionalização da colonização hidráulica dentro do aparelho de Estado. As palavras de António de Oliveira Salazar, do ministro Rafael Duque e o discurso legislativo oscilaram frequentemente entre as grandes vontades políticas manifestas e os débeis mecanismos legais e institucionais da sua implementação. Se as leis e as instituições a quem competia concretizar os desígnios políticos estavam desenhadas para conjugar as obras hidroagrícolas com as colonizadoras, como anunciaram os dirigentes políticos, a colonização hidráulica foi concebida através de instrumentos legais equívocos e prosseguida através de um desenho institucional frágil.

Entre 1936 e 1937, instituiu-se legalmente uma política de colonização hidráulica. Quando a Junta de Colonização Interna (JCI) foi criada, no contexto da reorganização do Ministério da Agricultura, em 1936, as suas primeiras competências diziam respeito a «tomar conta dos terrenos que lhe forem entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (JAOHA) logo que estejam realizadas as obras e concluída a adaptação do regadio» e «instalar neles casais agrícolas, tomando para base os estudos de ordem agrológica, económica e social realizados pela JAOHA»¹²⁰. Havia ainda, na orgânica da nova Junta, uma secção dedicada a acompanhar a «instalação de casais agrícolas em terrenos de regadio»¹²¹. Outras competências acresciam àquelas, nomeadamente a instalação de casais agrícolas em terrenos baldios previamente reconhecidos e reservados ou em terras adquiridas pelo Estado para esse fim; o objectivo de colonizar com casais agrícolas os terrenos irrigados parecia, contudo, estar no centro da acção administrativa da recém-criada JCI. De facto, no final de 1936, a JCI erigiu-se como o grande organismo destinado a cumprir a orientação colonizadora hidráulica do Estado Novo, herdeira da Direcção Geral da Acção Social Agrária¹²², agora extinta.

À JAOHA caberia, entre outras funções, construir o território técnico-científico da colonização, trabalhando a montante da JCI. Aquela Junta estava incumbida do estudo e realização das obras de fomento hidroagrícola, nomeadamente as obras de aproveitamento de águas públicas para rega, drenagem, de enxugo e defesa dos terrenos bem como as de adaptação

¹¹⁹ Sobre estatismo-nacional («nation-statism») como parte central da definição dos regimes fascistas, veja-se Michael Mann, «A sociology of fascist movements», in *Fascisms...*, 1-30.

¹²⁰ Cf. 1º e 2º § do Art. 173º, do Decreto-lei n.º 27207, in *Diário do Governo*, n.º 269, I Série, n.º 269, de 16 de Novembro de 1936, 1446.

¹²¹ Art.º 175º, do Decreto-lei n.º 27207, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 269, de 16 de Novembro de 1936, 1446.

¹²² Sobre a actividade da Direcção Geral da Acção Social Agrária, ver a secção «A colonização de Estado entre regimes», no capítulo VIII desta tese.

ao regadio. Anos antes, aquando da criação da JAOHA em 1930, ainda não estavam separadas institucionalmente as políticas de irrigação das de colonização, de resto ambas de intenção tibia.¹²³ Enunciada a vontade genérica de uma colonização hidráulica, a correspondente arquitectura institucional veio anos depois. Em Novembro de 1936, ao mesmo tempo que se criava a JCI, lançava-se a proposta de lei de hidráulica agrícola¹²⁴ que, após parecer da Câmara Corporativa e acesa discussão na Assembleia Nacional, viria a ser aprovada sem alterações de maior menos de três meses depois.¹²⁵

Estabeleceu a lei que, concluídas as obras de fomento hidroagrícola, a JOAHA entregasse as terras irrigadas a associações de regantes e beneficiários para efeitos da sua exploração económica e conservação técnica, sob a orientação da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas. A associação de regantes, «fonte de vida, de ensinamento e disciplina das novas explorações agrícolas, assistidas por técnicos e dotados dos meios de crédito indispensáveis à cultura intensiva das terras de regadios»¹²⁶, era a forma de aproveitamento estabelecida por defeito na lei de hidráulica. Obrigava-se ainda os proprietários ou possuidores das terras à utilização das águas de rega, sob pena de expropriação daquelas.

Complementarmente, a lei permitia outra forma de aproveitamento que se tornaria o centro da discussão: «quando, por motivos de ordem económica e social, o Governo reconhecer a necessidade de modificar o regime de exploração das terras irrigadas ou destinadas à irrigação, poderá reduzi-las ao domínio privado do Estado, para seu parcelamento ou emparcelamento, mediante justa indemnização (...).»¹²⁷ A posteriormente famosa Base XIV estabelecia assim legalmente a possibilidade de expropriação das propriedades fundiárias irrigadas, limitada à mais ampla vontade governamental, para as entregar à JCI, que nelas constituiria casais agrícolas.¹²⁸ Legalmente, a base XIV era reconhecida como a «base fundamental da proposta, porventura a mais notável, pelo pensamento político-económico que a inspira, pela doutrina

¹²³ A política colonizadora em terrenos irrigados tinha sido enunciada quando se criou a JAOHA, em 1930, embora em termos vagos: «promover a colonização agrícola de áreas beneficiadas nos termos que venha a promulgar-se em diploma especial» era uma das 17 competências então atribuídas à JAOHA. Cf. Art. 7º e 9º do Capítulo III, do Decreto n.º 18865, de 8 de Setembro de 1930. Uma competência que fora confirmada pelo decreto de reorganização do organismo no ano seguinte, mas que não teve consequências institucionais. Cf. Decreto n.º 20329, de 19 de Setembro de 1931. Em 1935, em nova legislação sobre a JAOHA, desaparece a competência específica de colonizar os terrenos irrigados embora haja uma referência preambular ao «lugar primacial» do «problema da rega das terras e sua colonização» na «fomentação da riqueza agrícola e bem-estar do País». Cf. Decreto n.º 25 335, de 16 de Maio de 1935.

¹²⁴ Cf. «Proposta de lei sobre hidráulica agrícola», in *Diário das Sessões*, Suplemento ao n.º 88, Intervalo das Sessões, 20 de Novembro de 1936, pp. 48-A – 48-D.

¹²⁵ Cf. Lei n.º 1949, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 37, de 15 de Fevereiro de 1937.

¹²⁶ Cf. Relatório da «Proposta de lei sobre hidráulica agrícola», in *Diário das Sessões*, Suplemento ao n.º 88, Intervalo das Sessões, 20 de Novembro de 1936, 48-A-48-B.

¹²⁷ Cf. Base XIV da Lei n.º 1949, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 37, de 15 de Fevereiro de 1937, 138.

¹²⁸ Cf. Base XV da Lei n.º 1949, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 37, de 15 de Fevereiro de 1937, 138.

que afirma, pelas reacções que suscita e pelas consequências que dela derivam». ¹²⁹ Politicamente, a colonização era uma excepção na regra de aproveitamento dos terrenos regados¹³⁰. Fora da possibilidade de acção administrativa do Estado, a colonização hidráulica era apenas uma excepção, dependente da vontade governamental – vontade política que nunca foi suficiente para vencer ou sequer afrontar os grandes proprietários, bloco de apoio social fundamental do regime¹³¹. A lei nunca foi regulamentada e o poder de fazer a colonização hidráulica foi sempre, e apenas, uma prerrogativa do governo.

Inscrita no âmago da lei de hidráulica agrícola, a colonização hidráulica foi estabelecida enquanto *possibilidade*. Em primeiro lugar, a colonização das terras irrigadas foi apenas estabelecida como aproveitamento subsidiário, alternativo, para aquelas terras. Em segundo lugar, a colonização hidráulica poderia apenas realizar-se por uma vontade governamental tão vaga como os «motivos superiores de ordem económica e social» legalmente estabelecidos.¹³² Em terceiro lugar, e mais importante, a lei é redigida assentando na incerteza na forma de condução do processo colonizador, exemplarmente justificada no relatório da apresentação da lei, posteriormente muito glosado e que vale a pena citar na sua extensão:

«Mas em tudo sobreleva o aspecto social que revestem os empreendimentos hidro-agrícolas. Logo que as terras sejam metidas ao regadio, só por essa circunstância, elas proporcionam salário e pão em maior percentagem e abundância. E, além disso, ‘a grande

¹²⁹ Cf. Afonso de Melo Pinto Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-U.

¹³⁰ Vinte anos depois é Trigo de Moraes quem resume, pelas palavras de outro (sr. Corfízen), o regime jurídico da hidráulica agrícola que vigorava desde 1937: «A lei das obras de rega em Portugal é muito simples. Não a transcrevo, mas uma explanação sobre as suas várias secções mostra ser *very enlightened indeed and apparently fair* no seu conjunto. De facto, ela dispõe essencialmente que é ao Estado que compete o estudo de cada projecto de aproveitamento para qualquer ponto do território. Os donos das terras beneficiadas são obrigados a constituir-se em associação, à qual é atribuído um período suficientemente longo para se familiarizar com os problemas de rega e suas dificuldades. Depois deste período – que geralmente vai de seis a doze anos – é que o reembolso do Estado começa a ser feito, prolongando-se em cinquenta anuidades. Depois do período de cinco anos de reembolso, os beneficiários podem requerer revisão dos encargos se entenderem que o que pagam ao Estado não é justo. Toda a receita do aproveitamento (energia hidroeléctrica, abastecimento de água potável a populações e outros) pertence inteiramente aos beneficiários constituídos em associações. E a lei prevê ainda que, se o beneficiário não utilizar a água de rega posta ao seu dipôr, o Estado possa expropriar o terreno respectivo e destiná-lo à colonização interna». Cf. António Trigo de Moraes (relator), «Parecer n.º 49/VI. Proposta de lei n.º 46. Regime Jurídico das Obras de fomento hidroagrícola», in *Actas da Câmara Corporativa*. N.º 111, VI Legislatura, 26 de Março de 1957, 1131.

¹³¹ Luciano Amaral sustenta a tese de que a política de colonização interna ensaiada durante a década de cinquenta foi obstruída pelas forças do «conservantismo rural» que, tendo-se aliado aos grupos dos «industrialistas», derrotaram a proposta à modernização agrícola do país. Cf. Amaral. «Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão...»; Amaral, «O País dos Caminhos Que Se Bifurcam...».

¹³² Dois aspectos – complementaridade e indeterminação – que a Câmara Corporativa procurou sublinhar e fortalecer ao propôr a alteração do «quando» inicial da base XIV por um hipotético «se» (alteração que não foi atendida). Cf. Afonso de Melo Pinto Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-T.

propriedade tende a dividir-se, surge a média e a pequena propriedade, desenvolve-se a cultura intensiva e a população fixa-se e aumenta'. [citação de Salazar]

A propriedade é uma instituição do direito natural, instrumento da civilização e o mais enérgico incitamento à criação de riqueza. Tende a dividir-se pela rega, mesmo sem a intervenção do Estado. Mas pode ser reduzida por este ao domínio privado, precedendo justa indemnização, para efeito de parcelamento, quando o proprietário não tirar dela o benefício social que deriva da sua função ou se não puder de outro modo prover à sustentação de uma parte da colectividade.»

A suposta contradição que politicamente parecia ficar por resolver residia em defender que a rega levaria naturalmente à divisão da grande propriedade, «sem intervenção do Estado», e, simultaneamente, abrir a possibilidade da intervenção expropriadora do Estado caso essa parcelarização não se desse naturalmente. Sendo que a discussão política se centrou em como essa intervenção estatal não seria necessária porque o processo seria natural. Se «fatalmente» é como a Câmara Corporativa caracteriza o processo de constituição de médias e pequenas propriedades depois das terras irrigadas¹³³ – esta poderia ser decretada de forma *artificial*, ou seja, política, se fosse necessário. O princípio hesitante, ou moderado, da lei residia na justaposição entre a posição de Oliveira Salazar (e não só), defensor de uma *colonização natural*, cujas palavras são citadas, e a base XIV da lei, que abria a porta para uma *colonização política*, caso a *natural* não se desse. Deste caso, dois comentários se podem fazer relativos à acção do Estado: um relativo aos seus pressupostos, outro quanto à sua institucionalização. Em primeiro lugar, que o processo colonizador natural seja identificado com as ditas leis económicas, ditadas pelo lucro, e o processo de colonização artificial com as leis políticas, através da intervenção das relações de propriedade, não é senão a expressão de um entendimento da *economia* e da *política* que reifica a primeira para a contrastar com a artificialidade da segunda, secundarizando esta enquanto condutora da mudança social. Em segundo lugar, legislar a colonização hidráulica enquanto *possibilidade*, nunca regulamentada, pode ser interpretado como uma forma de criar a instabilidade na administração do Estado. A inoperacionalidade ou incapacidade da administração colonizadora caracteriza este regime onde o poder decisório está centrado no executivo governamental. A ambiguidade na política

¹³³ «A irrigação pressupõe divisão da propriedade. Realizada rapidamente, por força desta lei, ou lentamente, pela acção normal das leis civis e económicas, *certo é que a constituição de médias e pequenas propriedades se faz fatalmente* – e este é um dos benefícios resultantes.» [itálico meu] Cf. Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção..., 136-L.

colonizadora permaneceu durante mais de duas décadas e vale a pena entender quais os dois processos colonizadores que aqui são mencionados, e como se relacionaram.

Sem regulamentação, a colonização hidráulica da lei de 1937 ficou por cumprir. Com o começo da guerra dois anos depois, o Estado muda as suas prioridades de intervenção e deixa de ter disponibilidades financeiras para os grandes projectos de rega e colonização. Foi assim que, em 1942, a forte oposição dos grandes proprietários do Sul à lei de hidráulica agrícola se centrou nas taxas de beneficiação e exploração a pagar pelas terras irrigadas e apenas marginalmente se encontra uma preocupação com a possibilidade de expropriação. Foi sobretudo quando, em princípios dos anos cinquenta, se tentou legislar a colonização nos terrenos entretantos regados que se criou uma imagem da lei de 1937 que perdurará na historiografia: no limite, a lei que pretendia fazer uma reforma agrária. A procura de um precedente legal para a nova proposta colonizadora da lei de 1953, nomeadamente nos debates na Assembleia Nacional, forjará, como se verá, a ideia de uma lei revolucionária de 1937 (ao contrário da moderação que encontramos com a excepcionalidade e marginalidade dos direitos de expropriação na lei).

3 «Naturalmente» colonizar: a visão de Salazar

A defesa de um processo colonizador por efeito natural da rega foi defendida por Salazar durante quase quarenta anos. Em entrevista a António Ferro, em 1933, Salazar resume bem a sua posição, posteriormente muito glosada (incluindo na lei de hidráulica agrícola): «Faz-se uma obra de hidráulica agrícola e irrigam-se terras até aí em regime de grande propriedade. Naturalmente, sem esforço, sem intervenção do poder público, modificam-se as culturas e a grande propriedade tende a dividir-se; aparece a pequena ou a média propriedade, desenvolve-se a cultura intensiva, fixa-se e aumenta a população.»¹³⁴ Uma vez irrigadas as terras, para os regadios serem culturalmente bem agricultados e economicamente bem explorados precisavam de mais braços. *Naturalmente* é a palavra-chave deste argumento: a colonização do Sul, ou seja, a divisão da grande propriedade e aumento da população daquela região, deveria corresponder a um processo económico, aqui tido como natural. Na visão de Salazar, a colonização hidráulica permitiria que a divisão e povoamento nas regiões de grandes explorações do Sul fosse pensada enquanto um processo de viabilização económica das pequenas propriedades exploradas em regime policultural. «Ora o problema não é dividir, parcelar a grande propriedade; é constituir,

¹³⁴ Cf. António Ferro, *Entrevistas a Salazar*, prefácio de Fernando Rosas (Lisboa: ed. Parceria A. M. Pereira, 2007), 41.

consolidar a pequena ou a média. Se a propriedade é, como já lhe disse, quase sempre um produto natural ou económico, não se chega a resultados duradouros e úteis senão modificando os factores naturais ou económicos que fizeram surgir a grande propriedade, para termos aqueles em que a pequena pode prosperar e viver»¹³⁵, dizia a António Ferro. Podemos, pois, falar de uma naturalização do processo económico, a que Salazar opunha a política enquanto motor do processo colonizador: «há gente simples que pretende dividir a propriedade como quem corta uma peça de fazenda. Estes são naturalmente levados a fraccioná-la no... *Diário do Governo*.»¹³⁶. Estaria provavelmente a aludir a Ezequiel de Campos, e à sua polémica proposta de Lei de Ordenamento Rural, em 1925. A esta tentativa frustrada de reforma, Salazar opõe-lhe uma reestruturação fundiária como consequência, e não princípio, da transformação cultural induzida pela rega. Seriam [determinadas] leis económicas que deveriam estar no comando do processo colonizador e não as leis políticas, ou seja, as leis expropriadoras das reformas agrárias.

Salazar exprimia enquanto recém-chegado chefe de governo a mesma confiança económica na política hidráulica explanada quinze anos antes numa dissertação realizada quando chega a professor de «ciências económicas e financeiras» na Universidade de Coimbra¹³⁷: a rega era essencial para a possível e necessária «transformação gradual» da agricultura portuguesa no sentido de se modificarem e diversificarem as culturas no solo nacional, tendo em particular atenção a «nossa reconhecida aptidão para as culturas hortícolas e pomícolas»¹³⁸, à semelhança do seu mestre Oliveira Martins. Já em 1918 fazia a crítica à economia dependente da cultura do trigo, para a qual o país não tinha condições económicas e naturais¹³⁹, e que por isso devia ser conjugada com uma policultura. Se a defesa explícita da ideia de parcelarização e colonização das grandes explorações só é feita por Salazar na década de 30, logo em 1918 o jovem professor partilha outros tópicos do reformismo agrário da época. Parte do mesmo diagnóstico sobre a agricultura (ou estrutura agrária) portuguesa e reproduz alguns tópicos para a sua solução: a necessidade de «correção dos vícios da propriedade imobiliária, levada a uma extrema parcelação do solo no Norte, e a uma acumulação exagerada no Sul com uma enorme percentagem de incultos. Em qualquer caso, o seu modo de ser actual

¹³⁵ Cf. António Ferro, *Entrevistas a Salazar...*, 41.

¹³⁶ Cf. António Ferro, *Entrevistas a Salazar...*, 41.

¹³⁷ Sobre o percurso académico de António de Oliveira Salazar, nomeadamente a sua entrada para professor para a Universidade de Coimbra no contexto da qual elaborou a dissertação *A Questão cerealífera – o Trigo*, ver Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar. A political biography* (Nova Iorque: Enigma Books, 2010), 19-20.

¹³⁸ Cf. António de Oliveira Salazar, «A Questão cerealífera – o Trigo», in *O Ágio do Ouro e outros textos económicos 1916 – 1918*, introdução de Nuno Valério, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, n.º 16 (Lisboa: Banco de Portugal, 1997), 211.

¹³⁹ Cf. Salazar, «A Questão cerealífera – o Trigo...», in *O Ágio do Ouro...*, 206-207.

está-se revelando incompatível com o bom aproveitamento do solo (...).» Segue-se o diagnóstico baseado na correspondência entre a estrutura agrária e a distribuição populacional: «É evidente que uma tal divisão da propriedade está em íntima conexão com a defeituosa distribuição da população, densa no Norte e escassa no Sul, para onde de resto não se tem canalizado o excedente demogénico das outras regiões.» Em 1918 lamenta ainda, significativamente, como os projectos estatais de resolução deste problema da economia nacional pelo «arroteamento dos incultos», em que os dois «elementos – terra e população – foram sempre conjuntamente encarados», não tiveram prosseguimento ou foram desvirtuados». Devia estar aqui a «verdadeira proteção e auxílio do Estado»¹⁴⁰, conjugado com um acesso mais fácil ao crédito agrícola e a uma verdadeira instrução, uma vez que «a grande e irreparável falta é que *não há neste país agrícola uma classe agrícola forte, bem constituída, ilustrada e consciente da sua missão.*»¹⁴¹ Se a racionalidade macro-económica o fazia defender uma substancialmente diferente «fórmula da agricultura portuguesa», já na altura a consideração pelo contexto político português e a sua inserção no comércio internacional o levava a atenuar a urgência das suas propostas¹⁴². Em suma, havia que modificar a estrutura agrícola portuguesa, utilizando a cultura em mais vastas extensões territoriais e aumentando a produção por hectare, embora sem descurar esse problema candente que era a «alimentação pública», e sem fazer rupturas de maior na economia proteccionista do trigo.

A defesa por Salazar de uma outra «fórmula da agricultura portuguesa»¹⁴³, datada dos escritos publicados durante a I Guerra Mundial, não parece ter mudado nos seus fundamentos nos quarenta anos seguintes. Havia que conciliar uma mudança cultural na agricultura com as condicionantes políticas de uma economia nacionalista. A defesa da rega enquanto elemento central da reforma da agricultura portuguesa é confirmada aquando da inauguração da barragem

¹⁴⁰ Cf. Salazar, «A Questão cerealífera – o Trigo...», in *O Ágio do Ouro...*, 216-217.

¹⁴¹ Interessante notar como a visão negativa da dita classe agrícola – «O grande proprietário é em geral absentista; se o não é, é em geral desinteressado» – deixará de ser publicamente reproduzida quando o apoio social dos grandes proprietários do Sul do país foi necessário à manutenção do regime do Estado Novo. Cf. António de Oliveira Salazar, «A Questão cerealífera – o Trigo...», in *O Ágio do Ouro...*, 216-217.

¹⁴² A crítica à economia do proteccionismo cerealífero é cristalina: «O nosso regime cerealífero não pode perdurar». No entanto, por motivos políticos, havia que conjugar o desenvolvimento da cultura cerealífera com uma nova fórmula da agricultura portuguesa, assentes noutras culturas: «Em face da impropriedade do meio para a cultura cerealífera, a solução natural seria a revogação da lei dos cereais e o desvio da exploração agrária para a cultura das árvores e arbustos em geral, fazendo-se do país o magnífico pomar e a esplêndida horta da europa. Mas as mesmas circunstâncias de carácter económico-social que puderam entravar a acção do regimen protecionista, opõem-se a uma tentativa, com probabilidades de êxito, neste sentido, ao menos enquanto não puderam ser modificados por longa evolução e pela acção de factores diversos, legais e educativos, as condições actuais.» Cf. Salazar, «A Questão cerealífera – o Trigo...», in *O Ágio do Ouro...*, 218-219.

¹⁴³ Cf. Salazar, «A Questão cerealífera – o Trigo...», in *O Ágio do Ouro...*, 212.

«Salazar», no vale do Sado, quando cita os escritos fundadores do engenheiro Rui Mayer¹⁴⁴, em 1949. O conhecimento deste e outros publicistas da questão agrária, incluindo o influente pensador espanhol Joaquín Costa, vinha de resto dos seus escritos de juventude¹⁴⁵. A expressão «fórmula da agricultura portuguesa» não é se não uma tradução de um conhecido título de Costa, *La fórmula de la agricultura española*¹⁴⁶. Não obstante, a sua posição otimista sobre as virtudes divisórias e povoadoras da rega foi matizada ao longo das décadas, face às parcas consequências dos aproveitamentos das obras hidroagrícolas, que mantiveram a estrutura agrária. Em 1953, quando de novo afloraram os intuitos governamentais de intervir nos direitos de propriedade, faz-se um balanço da política hidráulica desenvolvida e de como esta não levou, *naturalmente*, à divisão e colonização das terras regadas. Foi esta situação que levou Salazar a afirmar na sua apresentação do I Plano de Fomento:

«À parte o que possa fazer-se, aproveitando a oportunidade da sujeição a regadio de extensas áreas de sequeiro, no sentido de constituir núcleos de proprietários agricultores, não dispomos ainda de um sistema corrector da extrema irregularidade com que a terra se distribui no País. É mais que duvidoso que, seja qual for o nosso respeito e mesmo o nosso carinho pela propriedade privada da terra, possa o fenómeno continuar indefinidamente entregue a si próprio, sem orientação legal ou processo de correcção os piores males. Está longe do meu pensamento a «reforma agrária», tão em moda em muitos países, como arma de índole e finalidade predominantemente política e bastante desinteresse pelo rendimento económico. Mas não considero sensato que problema que tão fundamentalmente afecta a produção e o equilíbrio social não receba da nossa parte a atenção que merece.»¹⁴⁷

Não se vai aqui analisar os planos colonizadores por altura do I Plano de Fomento, quando foi anunciada a necessidade de se rever o regime jurídico da colonização interna antes de ser lançarem novas obras de rega¹⁴⁸. Interessante é notar a ambiguidade da política hidráulica

¹⁴⁴ Cf. Oliveira Salazar, «'A Regar! A regar!'», in *Discursos e notas políticas. 1928 a 1966* (Coimbra: Coimbra Editora, 2016), 655-666.

¹⁴⁵ A sua obra *A questão cerealífera – o Trigo* é profusamente documentada com os publicistas da hidráulica agrícola à época: para além de Oliveira Martins, Ezequiel de Campos, Rui Mayer e Joaquín Costa, menciona ainda Cecílio da Costa, (*Hidráulica Portuguesa*), Almeida de Eça (*Memória acerca do aproveitamento das águas no Alentejo*). Cf. António de Oliveira Salazar, «A Questão cerealífera – o Trigo»..., 209 e 220.

¹⁴⁶ Obra póstuma do jurista, historiador e político espanhol aragonês Joaquín Costa (1946-1911), *La fórmula de la agricultura española* é uma obra em dois volumes, editada entre 1911-1912.

¹⁴⁷ Discurso proferido a 28 de maio de 1953, por ocasião da abertura do ciclo de conferências ministeriais e da Exposição do Plano de Fomento. Cf. António de Oliveira Salazar, «O plano de Fomento. Princípios e pressupostos», in *Discurso e notas políticas. 1928-1966. Obra Completa* (Coimbra: Coimbra editora, 2016), 765-766.

¹⁴⁸ Face à inoperacionalidade das leis colonizadoras dos anos 30, e respondendo à orientação do I Plano de Fomento, publicou-se a lei n.º 2072, de 1954, que será objeto de análise no capítulo V.

colonizadora, que se afirma não funcionar, e cujo problema se adia para o Plano de Fomento seguinte. Chegou o tempo deste e continuou-se sem solução que não fosse a intervenção política. As leis da natureza económica teimavam em não obrigar à divisão da grande propriedade. Na verdade, a visão hesitante de Salazar sobre a colonização hidráulica traduzia uma contradição nunca resolvida e que acabou por afastar a hipótese de uma intervenção das relações de propriedade, ou seja, da temida «reforma agrária».

Além de apontar as ambiguidades legislativas e as hesitações políticas das medidas de colonização hidráulica, e o *regime de possibilidade* que instauram dentro do Estado, vale a pena assinalar a cultura jurídica e ideológica onde aquelas se inserem. Para entender a exploração posterior da lei de hidráulica de 1937, é necessário determo-nos no entendimento dos direitos de propriedade presentes, e que estiveram em discussão nos anos seguintes. No centro da posição de Salazar, e da Constituição de 33, está uma posição que concebe a propriedade enquanto «direito natural», assente na sua «função social», noção amiúde convocada nos documentos colonizadores.

4 A função social da propriedade

Há que perceber a cultura jurídica em que se insere esta proposta legal, num regime político que, para mais, foi pensado e estruturado por um jurista, cercado de correligionários oriundos do mesmo círculo profissional.¹⁴⁹ Os tópicos centrais da teoria do regime eram ideias que vinham «vicejando no discurso jurídico desde finais do século XIX»¹⁵⁰, à semelhança dos autoritarismos emergentes em Espanha e Itália. Entende-se assim o Estado Novo como imbuído da cultura jurídica dos movimentos político-ideológicos pós-demoliberais, que reconheciam certos corpos sociais como naturais, de que é exemplo a propriedade (e a família). Uma cultura jurídica que, portanto, bem convivía, ou mesmo participava, das noções e valores do catolicismo integrista de Oliveira Salazar, quando não do regime, que visava a superação orgânica das democracias demo-liberais.¹⁵¹ De resto, na sequência da I Guerra Mundial, quando a terra foi mobilizada para produzir alimento e segurança, novas noções de «justiça social» e «interesse nacional» justificaram uma transformação dos direitos de propriedade por toda a Europa, desafiando o conceito de propriedade liberal – natural, absoluta, plena, privada e

¹⁴⁹ Cf. Hespanha, Ventura, «A cultura jurídica académica...», 2.

¹⁵⁰ Cf. Hespanha, Ventura, «A cultura jurídica académica...», 3.

¹⁵¹ Sobre o pensamento político de Salazar e o catolicismo, veja-se, Valentim Alexandre, «Salazar: um católico na política», in *O roubo das almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)* (Lisboa: D. Quixote, 2006), 15-54.

individual.¹⁵² Neste contexto jurídico, a afirmação do conceito de «função social da propriedade» permitiu a dilatação da intervenção estatal colonizadora, fundada no princípio de que a terra era um meio de produção natural e limitado e, logo, de interesse público – o que deveria limitar a sua posse e uso privado.¹⁵³

A ideia de «função social da propriedade» tinha tido consagração legal na Constituição de 1933, reflectindo o documento máximo do ordenamento jurídico do novo regime a influência que o sociologismo jurídico¹⁵⁴ tinha à altura na cultura jurídica em Portugal. O mais importante doutrinador da função social da propriedade, León Duguit, esteve na Universidade de Coimbra em 1923¹⁵⁵, deixando uma marca duradoura, nomeadamente entre os cultores de direito público. A influência doutrinal do positivismo permitiu a evolução para noções do direito com «componentes solidarista e referências éticas que se adaptavam bem a alguns postulados políticos de um regime socialmente interventor, anti-individualista e defensor de uma fundamentação ética (ou mesmo católica) do direito.»¹⁵⁶ A dissertação de Jaime Gouveia, *A construção jurídica da propriedade* (1919), é o melhor exemplo dessa influência, defendendo o carácter socialmente funcional da propriedade privada e as consequentes limitações no seu uso¹⁵⁷. Na ordem legal, o Estatuto do Trabalho Nacional¹⁵⁸ sujeitava os poderes do proprietário

¹⁵² Sobre a profunda transformação nos direitos de propriedade na Europa no entre-guerras, veja-se Paul Brassley, «Land reform and reallocation in interwar Europe», in *Contexts of Property in Europe. The social embeddedness of property rights in land in historical perspective*, ed. Rosa Congost e Rui Santos (Turnhout: Brepols, 2010), 145-164. Sobre a emergência do modelo dogmático-jurídico de propriedade individual ver António Manuel Hespanha, «O jurista e o legislador na construção da propriedade burguesa liberal em Portugal», *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1º e 2º (1980): 211-236.

¹⁵³ Este foi um processo próximo do fascismo italiano, onde o conceito de função social da propriedade foi progressivamente afirmado, primeiro com Arrigo Serpieri, até se fortalecer na segunda fase do regime durante a República Social Italiana. Cf. Marco Zaganella, *Dal fascismo alla DC. Tassinari, Medici e la bonifica nell'Italia tra gli anni Trenta e Cinquanta* (Siena: Cantagalli, 2010), 29; Giuseppe Parlato, «La cultura fascista in agricoltura: la funzione sociale della proprietà», in *Con la vanga e col moschetto. Ruralità, ruralismo e vita quotidiana nella RSI*, (coord.) A. Moioli, 69-82 (Veneza: Marsilio, 2006).

¹⁵⁴ Cf. Hespanha, Ventura, «A cultura jurídica académica...», 5.

¹⁵⁵ Apesar do ambiente jurídico relativamente fechado no país, houve ainda assim contacto com Léon Duguit, que recebeu distinções académicas em Coimbra, onde proferiu conferências e publicou artigos, e em Lisboa, onde recebeu um doutoramento *honoris causa* nos anos 20. Cf. Hespanha, Ventura, «A cultura jurídica académica...», 4. A conferência de León Duguit na Universidade de Coimbra, intitulada «Le pragmatisme juridique», foi proferida a 23 de Dezembro de 1923. Cf. Jaime Gouveia, *Direito civil. Segundo as magistras prelecções feitas ao curso do 1º ano jurídico de 1939-40 pelo ex.mo senhor professor Jaime Gouveia (as únicas autorizadas e revistas)*, 1939, 24.

¹⁵⁶ Cf. Hespanha, Ventura, «A cultura jurídica académica...», 8.

¹⁵⁷ «Em 1923, já eu estava formado, veio a Coimbra Duguit (...). Já fui educado nessa escola e encontrei nos princípios da minha formatura um professor, Sr. Doutor Fezas Vital, imbuído do ideal realista de Duguit. Abracei essa Escola. O professor Fezas Vital introduziu-a no Direito Público e eu procurei introduzi-la, em Portugal no Direito Privado. A minha tese de formatura «Construção Jurídica da propriedade» abunda nessas ideias. Hoje estou um pouco afastado de alguns princípios de Duguit.» Cf. Jaime Gouveia, *Direito civil. Segundo as magistras prelecções feitas ao curso do 1º ano jurídico de 1939-40 pelo ex.mo senhor professor Jaime Gouveia (as únicas autorizadas e revistas)*, 1939, 22.

¹⁵⁸ Cf. Art.º 13º do Decreto-lei n.º 23 048, de 23 de Setembro de 1933, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24 424, de 17 de Agosto de 1934. Ver ainda o art.º 11º, declarando que o direito de propriedade desempenha uma função social.

«às restrições que sejam exigidas pelo interesse público e pelo equilíbrio e conservação da colectividade»¹⁵⁹. O carácter absoluto e formal da propriedade era limitado pelo seu interesse público, no domínio dos direitos reais. Neste sentido argumentou o Ministro da Agricultura Rafael Duque que interpretou a concepção de propriedade presente no Estatuto do Trabalho Nacional como uma «emanação do direito natural»¹⁶⁰ – «uma imposição racional da natureza humana, condição do maior esforço individual na família e na sociedade, uma das bases da conservação e do progresso sociais» – e conclui que a propriedade é «portanto, coisa sagrada para nós, salvas as limitações impostas pelo *interesse público, pelo equilíbrio e conservação da colectividade*.»¹⁶¹ Subjacente a este entendimento, está um «conceito dinâmico de propriedade»¹⁶², em que esta é tida como resultado do trabalho humano e que, por isso, deve estar sujeita às finalidades sociais que cumpria.¹⁶³ Uma concepção de propriedade fundada no trabalho produtivo que tinha uma origem ideológica que remontava a um pensamento político liberal, desenvolvido por John Locke. Já Lima Basto, quando teoriza sobre os fundamentos da propriedade rústica em 1942, e tendo por contexto os debates políticos sobre a colonização interna, embora situe a «função social da propriedade» na evolução da teoria da utilidade pública em Portugal, e ignore as suas origens católicas, considera que esta noção foi «progressiva e lentamente elaborada, expressa em termos cada vez mais precisos», na Itália fascista¹⁶⁴. Também o jovem agrónomo Eugénio de Castro Caldas insiste que a função social

Sobre o direito de propriedade na cultura jurídica ver ainda Isabel Magalhães Collaço, «O direito de propriedade e os limites de direito público», *Rev. Ordem Adv.*, (1948), 14-16.

¹⁵⁹ Cf. Hespanha, Ventura, «A cultura jurídica académica...», 30.

¹⁶⁰ Cf. Duque, *As subsistências e a população*, 17.

¹⁶¹ Cf. Duque, *As subsistências e a população*, 17.

¹⁶² Cf. António Manuel Hespanha, «Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado Social. Continuidades e rupturas», *Análise Social*, vol. XXXVII, 165, (2003), 1296.

¹⁶³ A argumentação desenvolvida por Afonso de Melo Pinto Veloso no Parecer da Câmara Corporativa sobre a lei de hidráulica agrícola explicita bem este entendimento de propriedade que tem as suas origens (e limites) no trabalho produtivo. [A Constituição], no artigo n.º 8, n.º 15, inclui entre os direitos e garantias individuais dos cidadãos «o direito de propriedade e a sua transmissão por vida ou por morte nas condições determinadas pela lei civil». Mas, acima destas condições peculiares das leis civis, há outras disposições constitucionais que superiormente dominam aquelas que como que também as condicionam. A Nação, na sua organização económica, deverá realizar o máximo de produção e riqueza socialmente útil (artigo n.º 29 da Constituição). § Por isso, a propriedade, a capital e o trabalho desempenham uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade, podendo a lei determinar as condições do seu emprego ou exploração conformes à finalidade colectiva (artigo n.º 35) (...) § A orientação geral da proposta e o seu enunciado jurídico fundamental estão pois rigorosamente enquadrados nos preceitos escritos e no espírito que transparece da Constituição Política da República». Cf. Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-J. Também Mário de Figueiredo, na discussão da proposta de lei na Assembleia Nacional, lhe dá o seu assentimento neste particular, afirmando que «a propriedade é uma função social e, portanto, o proprietário é obrigado a tirar dela a maior utilidade». Cf. *Diário das Sessões*, n.º 103, de 15 de Janeiro de 1937, 198.

¹⁶⁴ Embora cite o discurso Mussolini de 13 de Janeiro de 1934, onde este propõe que a propriedade deve ser considerada um «direito» mas também um «dever», Eduardo de Lima Basto atribui à «função social» uma tese com valor geral – não sendo especificamente nem italiana, nem fascista. Filia então a função social da propriedade nas restrições legais ao uso e fruição da terra, usadas em Portugal. Embora sem o mencionar directamente, o decreto de mobilização agrícola que assinou enquanto Ministro do Trabalho, perante a «crise de subsistências

da propriedade, ao «reinvidicar a defesa do bem comum, lembra que a terra, embora cultivada pelo próprio dono, deve ser horizonte não vedado às necessidades de trabalho – para manter a vida – da população desherdada de fortuna»¹⁶⁵: uma defesa da posse de terra invocando noções morais de «bem comum».

Embora durante a primeira metade do século XX predominasse na cultura jurídica portuguesa o positivismo sociológico, este foi progressivamente contestado através de uma «revalorização do jurídico»¹⁶⁶. Neste argumentário, a relação estreita entre o direito e a «realidade envolvente» foi substituída por um discurso sobre «os valores», o «dever ser». O retorno do jusnaturalismo, em particular através da influência do jusnaturalismo católico (em Marcelo Caetano ou Cabral de Moncada, nomeadamente), não foi suficiente para superar completamente o positivismo legal do Estado Novo, não obstante a forte influência da doutrina da Igreja Católica na ideologia do Estado Novo¹⁶⁷, sentida de resto mais no sentido integrista do que democrata-cristão. Como elucida António Manuel Hespanha, «de facto, uma vez que a hierarquia da Igreja apoiava o Estado Novo e que a maior parte dos juristas católicos se situava também na sua área ideológica, a invocação do direito natural foi mais utilizada para legitimar o direito do regime, como «expressão da tradição cristã» e da doutrina social da Igreja, do que para o pôr em causa.»¹⁶⁸ Em suma, uma ordem jurídica que incorpora diferentes tradições do direito, mas com especial preponderância do positivismo sociológico, justifica que convivessem concepções diferentes de propriedade e dos direitos dos proprietários na ordem legal¹⁶⁹ e, sobretudo, no debate público.

Se havia fundamentos jurídicos a advogar em favor da «função social da propriedade» pelo ordenamento jurídico do Estado Novo, nem por isso esta concepção deixou de ser amplamente criticada por alguns dos sectores apoiantes do novo regime. «Porque há ainda no

alimentares», que introduz a requisição de terras, enquadrar-se-ia nestas restrições. Considera, contudo, que as maiores proporções atingidas na restrição ao «direito absoluto» da propriedade – neste caso restrição à faculdade de não usar a terra – é atingida com a legislação que suporta a *bonifica integrale*. Cf. Eduardo de Lima Basto, *A propriedade rústica*. Separata dos Anais do Instituto Superior de Agronomia, vol. XVII (Lisboa: 1942), 25-29.

¹⁶⁵ Cf. Eugénio Castro Caldas, *Formas de Exploração da Propriedade Rústica*. Col. A terra e o Homem (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947), 159-160.

¹⁶⁶ Sobre a reacção anti-sociologista (ou anti-naturalista) e a ascensão do juridicismo, ver Hespanha, Ventura, «A cultura jurídica académica...», 9.

¹⁶⁷ Sobre o tema, ver Manuel Braga da Cruz, «O Estado Novo e a Igreja», in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, dir. Fernando Rosas, vol. XII da *Nova história de Portugal*, dir. A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão (Lisboa: Círculos de Leitores, 1992); Manuel Braga da Cruz, «As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo I», *Análise Social*, vol. XIV (54), 2º (1978): 265-278.

¹⁶⁸ Cf. Hespanha, Ventura, «A cultura jurídica académica...», 17.

¹⁶⁹ Enquadrada no positivismo da teoria sobre a propriedade que enforma a lei, o parecer da Câmara Corporativa esclarece que a lei geral de expropriação por utilidade pública era já um princípio que estava presente no ordenamento jurídico português (estabelecendo continuidade legal) desde o século XIX, por um lado, e que tinha paralelo com a lei italiana, por outro. Cf. Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-V.

nosso país muito quem tenha o culto do direito absoluto de propriedade e se mostre propenso a invectivar, com o apodo de *bolshevista*, qualquer providência tendente a condicionar ou regular esse direito – esquecido de que todo o indivíduo é por natureza forçado a viver em sociedade importa uma organização, e toda a organização um constrangimento»¹⁷⁰, avisa o procurador Afonso Pinto Veloso. A noção da «função social da propriedade» irá ser retomada mais tarde, em consequência da influência que agrónomos e políticos ligados ao catolicismo social vieram a ter na defesa das ideias colonizadoras dos anos cinquenta. Antes dessa vaga, Trigo de Morais será o seu mais ardente publicista nos meios do catolicismo social de que fez parte – o primeiro presidente da JOAHA e o mais importante tecnocrata da política hidráulica em Portugal e nas colónias ultramarinas pertenceu à Acção Católica Portuguesa e presidiu a Liga Universitária Católica, em Lisboa¹⁷¹. Em 1949, o seu discurso a propósito da festa do Cristo Rei percorre os pilares ideológicos da doutrina social católica em busca de uma noção de justiça social.¹⁷²

No entanto, durante a década de trinta, a proposta colonizadora não usa o argumentário da função social da propriedade tal como foi defendida pela doutrina social da Igreja. Se a encíclica *Rerum Novarum* (1891) do papa Leão XIII, fundadora ideológica da doutrina social da Igreja, tinha tido uma ampla divulgação em Portugal, suscitando acalorados debates à altura,¹⁷³ as suas propostas sobre a «questão social» estiveram quase ausentes das ideias colonizadoras durante o Estado Novo da década de trinta. A geração de engenheiros agrónomos que compôs a Junta de Colonização Interna na década de trinta – de José Pereira Caldas, Henrique de Barros ou Mário Pereira – e de doutrinadores como Ezequiel de Campos não tomaram o catolicismo social como referente ideológico das suas ideias colonizadoras, se bem que também informadas por noções de justiça social.¹⁷⁴ Bem mais influente foi em Espanha o pensamento social católico na definição das ideias de colonização através, sobretudo, do sociólogo católico Severino Aznar¹⁷⁵.

¹⁷⁰ Cf. Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-G.

¹⁷¹ Cf. Gonçalo Mesquitela, *Engenheiro Trigo de Morais*. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia, Abril-Junho, 1966.

¹⁷² Cf. Trigo de Morais, *A Igreja sustenta as exigências da justiça social*. Festa do Cristo Rei. Lisboa, 1949.

¹⁷³ Cf. António Matos Ferreira, «A constitucionalização da religião», in *Religião e Secularização*, coord. Manuel Clemente, António Matos Ferreira, vol. III da *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002), 46-48; Manuel Braga da Cruz, «As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo II», *Análise Social*, vol. XIV (55), 3º (1978): 525-607.

¹⁷⁴ Sobre as filiações ideológicas dos diferentes técnicos colonizadores, veja-se a secção «“Pequena falange da grei agronómica”: uma tecnocracia colonizadora?», no capítulo IV desta tese.

¹⁷⁵ Cf. Gómez Benito, *Políticos, burocratas y expertos...*, 77-79. Severino Aznar foi citado amiúde nos documentos colonizadores em Portugal, nomeadamente sobre a colonização hidráulica. Cf. Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-T.

5 Colonização interna em contexto internacional: Espanha e Itália

A colonização hidráulica instituída do Estado Novo não resultou apenas da evolução do pensamento dos reformistas agrários, mas da relação com outros fenómenos congéneres, em particular em Espanha e em Itália. Se se pode cartografar por toda a Europa um movimento colonizador interno no entre-guerras, foi sobretudo em relação com estes dois países que a colonização hidráulica portuguesa se constituiu. Interligar os fenómenos colonizadores nestes três países não resulta assim apenas de um gesto metodológico que permite, simultaneamente, desnacionalizar a história do Estado e situar a colonização interna no percurso de ascensão dos fascismos do Sul europeu. Estes são países cujas condições agro-climáticas, estrutura agrária e estruturação social se assemelhavam a Portugal e onde encontramos conexões múltiplas ao nível técnico-científico, administrativo e ideológico. Na ascensão dos fascismos, no âmago das terras secas, com longos verões e parcas águas, marcadas pelo latifúndio e muitos trabalhadores sem terra, estava o desejo da água redentora.

Severino Aznar e Joaquín Costa foram dois dos mais importantes doutrinadores das ideias de colonização em Espanha, e os mais citados no discurso político colonizador em Portugal. Ambos foram invocados nos processos legislativos, das propostas de leis aos pareceres da Câmara Corporativa em finais dos anos trinta, num processo semelhante a outros diplomas legais que invocavam referências e precedentes internacionais como forma de legitimação das propostas apresentadas. A relação com Espanha vinha das relações estreitas com a política da água que datavam pelo menos do início do século XX, em particular com a lei das águas de 1919 que teve uma inspiração directa na legislação espanhola de 1911¹⁷⁶. De Espanha vinham também os referentes técnico-científicos da nova política hidráulica do Estado Novo.¹⁷⁷ Em grande medida, esta proximidade justificava-se pelo desenvolvimento de grandes obras hidráulicas em Espanha que se tinham estendido por mais de 250 mil hectares de terras irrigadas¹⁷⁸. Ter Espanha como referência colonizadora pelos políticos e legisladores acabou, contudo, por tornar maior a desilusão com as fracas «realizações» da sua colonização em regadio. Quando, em 1942, os agrónomos da JCI visitaram o Instituto Nacional de Colonización, em Madrid, logo descobriram que as colonizações de regadio «não tinham ainda

¹⁷⁶ Cf. Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-I.

¹⁷⁷ Um conhecimento elaborado pelo incentivo das relações entre os técnicos de ambos os países, de que a Missão Oficial Portuguesa a Espanha donde resultou um relatório sobre bacias hidrográficas, foi exemplo. Cf. Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-L.

¹⁷⁸ A dimensão da obra hidráulica em Espanha era assim aferida: «A Espanha conseguiu estabelecer redes de irrigação nas bacias hidrográficas do Ebro, do Júcar, do Segura, do Douro, do Guadalquivir, do Guadiana, etc., que atingem mais de 250.000 hectares (...)». Cf. Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-H.

logrado a chegar a resultados satisfatórios»¹⁷⁹. A Colónia de Caulina, elogiada por Ezequiel de Camposanos antes,¹⁸⁰ não recebia ainda os benefícios da rega que deveria ser assegurada pela barragem do Guadalcacín, comentavam os agrónomos. Em nota breve, pode-se dizer que este episódio testemunha como a relação das *ideias* com as *políticas* e as *técnicas* colonizadoras não consistiu numa relação de transposição, mas num processo de influência e adaptação. A retórica política da colonização hidráulica em Espanha cumpriu uma influência em Portugal bem maior do que as suas técnicas, o que foi notado pelos próprios agentes colonizadores. Assim, tão ou mais importante do que notar as inspirações e filiações legislativas e a partilha de conhecimento técnico-científico entre Portugal e Espanha, é importante sublinhar as importantes semelhanças ideológico-programáticas entre as ideias de colonização hidráulica em Portugal e determinados aspectos do programa agrário falangista na década de trinta.

Dentre as semelhanças entre a reforma agrária falangista e as ideias colonizadoras suas contemporâneas em Portugal, destaca-se o dito «fundamento técnico-económico» das propostas. Este «fundamento» assentava numa reflexão sobre a articulação do problema do «minifúndio anti-económico» com o dos «latifúndios desperdiçados»¹⁸¹ e na defesa da racionalização da unidade de cultivo para instituir a propriedade familiar, à semelhança do discurso oficial em Portugal que dava a «questão do parcelamento e emparcelamento» como «uma questão velha, do conhecimento elementar de todos os economistas»¹⁸². A defesa do estabelecimento de unidades racionais de cultivo identificadas com explorações médias familiares (os «patrimónios familiares» espanhóis, semelhantes ao «casal de família» português) não é específico da Falange – sendo também defendido pelo catolicismo social em Espanha e pelo Integralismo Lusitano em Portugal – mas já foi identificado como uma das características do fascismo agrário (pelo menos, peninsular)¹⁸³. A prioridade dada aos elementos técnicos e económicos sobre os ditos sociais do falangismo afirmava-se por oposição

¹⁷⁹ Os resultados da missão de estudo a Espanha para averiguar dos planos e realizações do país vizinho são resumidos em Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1942* (Lisboa: JCI, 1944), 56-59.

¹⁸⁰ Ezequiel de Campos, *Lázaro! Subsídios para a política portuguesa*, tomo I (Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1922), 160.

¹⁸¹ Estes são apenas alguns dos pontos do programa agrário da Falange espanhola, bastante mais extenso e por vezes distante da política agrícola em Portugal – por exemplo, a defesa da expropriação sem indemnização das terras cuja posse tivesse sido adquirida ou disfrutada ilegítimamente. O programa agrário falangista e a sua apropriação posterior pela política de colonização franquista é analisado em Gómez Benito, *Políticos, burocratas y expertos...*, 80 e 94-96.

¹⁸² Cf. Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-U.

¹⁸³ Cf. Fernández-Prieto, Pan-Montojo e Cabo, «Fascism and modernity in the European countryside: a global view», in *Agriculture in the Age of Fascism...*, 42.

à reforma agrária de sentido socialmente redistributivo e colectivista prosseguido pela II República Espanhola desde 1932, prioridade que teve acolhimento na colonização franquista.

Em Portugal, a reforma agrária republicana não era certamente ignorada por Salazar quando é entrevistado por António Ferro em 1933. A defesa de um ordenamento agrário realizado de acordo com as características agro-climáticas dos solos a intervencionar e os objectivos macro-económicos produtivistas do parcelamento integrava-se na lógica de um discurso científico-técnico formulado pelo fascismo agrário peninsular. Não se trata de defender que as ideias colonizadoras hidráulicas apoiadas e legitimadas pelo conhecimento técnico-científico são especificamente fascistas mas que o programa agrário do Estado Novo e o do falangismo – bem como posteriormente, o do franquismo – utilizam uma legitimidade científica para tornar objectivas e apolíticas as propostas de colonização hidráulica que vinham sendo publicamente defendidas, tornando justificáveis a integração e a colaboração de técnicos de outras matrizes ideológicas no aparelho de Estado fascista. Mais do que estabelecer o «fascismo» das propostas agrárias na Península Ibérica, é de notar a comum formulação de problemas agrários e a tipologia das respostas: a *ordem* do espaço rural legitimada e planeada científica e tecnicamente; a defesa de um *equilíbrio agrário*; o privilégio a um *programa técnico* de reforma agrária (por oposição ao parcelamento com critérios redistributivos); a defesa das explorações familiares.

O deslumbre político em Portugal foi, contudo, provocado pela política de *bonifica integrale* italiana e, em especial, pela colonização do Agro Pontino. Esta foi anunciada e propagandeada em Itália como uma grande obra do fascismo, através da qual o Estado procurou transformar as terras infestadas pela malária a sul de Roma em novos espaços de produção agrícola e vivência comunitária pela construção de uma rede de cidades, vilas (*borghi*) e casais agrícolas (*potere*) sob o projecto ideológico de ruralizar Itália¹⁸⁴. Entre 1931 e 1935, os legisladores sabiam em Portugal que, ao abrigo da Lei Mussolini¹⁸⁵, tinham-se construído as cidades de Littoria, Sabaudia, Pontinia, Aprilia e Pomezia, numa área de 75 mil hectares de

¹⁸⁴ Há uma extensa bibliografia sobre o Agro Pontino e mais genericamente sobre os projectos de *bonifica integrale* que se iniciaram na Itália fascista durante a década de vinte, sob os auspícios do conhecido ministro Arrigo Serpieri, e se intensificaram nos anos trinta. O carácter *totalizador* da transformação agrícola e social operada foi notado e sublinhado em Diane Ghirardo, *Building New Communities. New Deal and Fascist Italy* (New Jersey: Princeton University Press, 1989); Mauro Stampacchia, «*Ruralizzare l'Italia. Agricoltura e bonifiche tra Mussolini e Serpieri (1928-1943)*» (Milão: Franco Angeli, 2000), 250-262.

¹⁸⁵ Num acto de propaganda, foi designada como «Lei Mussolini» o plano regulador da *bonifica integrale* aprovado em 1928, tornando claro a centralidade do programa agrário de valorização (*bonifica*) do território para o ideário fascista italiano. Sobre esta lei veja-se o segundo capítulo «La genesi della Legge Mussolini» de Stampacchia, «*Ruralizzare l'Italia...*», 66-98.

uma região pantanosa e aí instalado 2773 famílias¹⁸⁶. No Agro Pontino, cujo projecto consistia no exemplo mais completo e ambicioso da política de *bonifica integrale* prosseguida desde 1923, planeou-se uma acção de valorização *integral* em que à intervenção hidrológica se juntava a agrária e agrícola. Uma reunião de intervenções sintetizada na expressão feliz «valorização da terra pela água»¹⁸⁷, do engenheiro Trigo de Moraes, presidente da JAOHA e grande admirador da obra do «povo latino de Itália». Integral dizia ainda respeito aos objectivos de transformação da terra e dos homens serem tomados conjuntamente – carácter integral (ou total) que foi à altura uma dos aspectos mais importantes para os políticos e técnicos em Portugal¹⁸⁸. Nas notícias internacionais, os planos hidráulicos em Portugal são mesmo anunciados como uma «política de beneficiação hidráulica integral que visa mais fins económicos e sociais do que técnicos», aproximando-a do fenómeno da *bonifica* italiana.¹⁸⁹ Na *bonifica* agropontina considerava-se não só a reunião dos problemas hidrológicos e agrários, como ensaiou a colonização hidráulica em Portugal, mas também, indo mais longe na intervenção no território e na população, a associação da intervenção hidrológica, agrária e agrícola do território a um programa de engenharia social, através da transferência e fixação de populações migrantes¹⁹⁰ – este último aspecto conhecido e discutido mas não exactamente prosseguido na sua mais profunda e consequente adaptação à colonização interna em Portugal.¹⁹¹ O papel do Estado na condução de tal empreendimento totalizador foi outro dos

¹⁸⁶ Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna», in *Diário das Sessões*, 10º complemento ao n.º 192, 1938, 29 de Outubro, 842 – ZZZZ.

¹⁸⁷ Trigo de Moraes, *Sempre o problema da água*, 64.

¹⁸⁸ Na discussão sobre a «doutrina de colonização interna» futura, o procurador Abel Pereira de Andrade pergunta-se ironicamente «como deve ser delineada a casa e demais construções da unidade agrícola? E deve ser entregue ao colono concluída, não faltando mesmo uma jarra de flores e uma caixa de fósforos em cima da mesa, como se fez no Agro Pontino (...)»? Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna»..., 842 – YYYY. Professor catedrático de Direito na Universidade de Coimbra, Abel Pereira de Andrade (1866-1958) teve um longo percurso político que começou na Monarquia Constitucional, durante o qual foi deputado do Partido regenerador (1900-1910), passou por várias instituições ligadas à criminologia durante a I República, até chegar a procurador da Câmara Corporativa (1935-1942) onde foi relator deste parecer, um dos documentos doutrinariamente mais importantes sobre a colonização interna do Estado Novo, depois profusamente citado.

¹⁸⁹ Sob o título de «Bonification intégrale», na sua rubrica *Chronique Internationale d'Agriculture*, a *Revue Internationale d'Agriculture* anuncia que «Le Portugal a entrepris une politique de bonification hydraulique intégrale qui poursuit plutôt des fins économiques et sociales que techniques: la politique démographique, la lutte contre l'exode rural, l'encouragement de la colonisation intérieure, de la production et du commerce d'exportation, sont les fins que poursuit la politique de bonification», *Revue Internationale d'Agriculture. Publication Mensuelle de l'Institut Internationale d'Agriculture*. Ano XXIX – n.º 1, (Janeiro de 1938): 257 E.

¹⁹⁰ Sobre a política de migração interna e fixação populacional promovida pela colonização interna italiana veja-se Carl Ipsen, *Dictating Demography. The problem of population in Fascist Italy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), 105-117.

¹⁹¹ A ausência de uma política de transferência e fixação de populações migrantes na colonização interna do Estado Novo, ao contrário da colonização proposta por Oliveira Martins e Ezequiel de Campos, foi analisada na minha tese de mestrado. Cf. Silva, «A propriedade e os seus sujeitos...», 26-32.

elementos mais destacados pelos decisores e técnicos em Portugal (tal como em Espanha), nomeadamente em relação às possibilidades de expropriação¹⁹².

O interesse político pela *bonifica integrale* pode ser ainda e finalmente aferido pela visita realizada por José Pereira Caldas a Itália durante o ano de 1936 (ou no início de 1937) por ordem do Ministro da Agricultura, Rafael Duque. À data técnico do Ministério da Agricultura ocupando-se do sector vitivinícola e governador civil de Santarém nos turbulentos anos entre 1931 e 1935, este engenheiro agrónomo e homem de confiança política do regime foi presidente da Junta de Colonização Interna, fundada dois meses antes de apresentar o relatório da visita a Itália. Na sua visita a este país, foi recebido, em Roma, pelo Sub-secretário de Estado para a Bonifica, que coordenava as iniciativas de *bonifica* por toda a Itália, e foi acompanhado por Enrico Fileni¹⁹³, à época inspector-geral no departamento agrário da capital italiana, que o apresentou a outros técnicos dirigentes da *bonifica* e mesmo ao grande responsável da *bonifica* na década anterior, Arrigo Serpieri. Com Fileni, Pereira Caldas visitou vários perímetros de valorização e colonização – nomeadamente as *bonifiche* do Agro Pontino, de Albereze e do Grosseto. O relatório da visita dá conta ao Ministro da complexa estrutura administrativa, dos procedimentos e custos da obra de *bonifica* italiana e dos vários sistemas de colonização. Também Trigo de Moraes visitou o Agro Pontino italiano e exprimiu entusiasticamente o seu respeito e consideração pelos engenheiros que o construíam, a quem apelida de «insignes mestres da moderna ciência do povoamento e da colonização»¹⁹⁴.

No entanto, não se pode dizer que a política colonizadora hidráulica dos anos trinta em Portugal, mesmo que fascinada pelas obras italianas, tenha sido concebida à sua imagem e semelhança. É verdade que daquela tirou a experiência da conjunção possível e desejável das obras de intervenção hidráulica no território com a colonização, nomeadamente através de uma gestão demográfica, e a importância do Estado na sua prossecução. Mas as suas vertentes mais

¹⁹² A «autorização permanente para expropriar todas ou parte das terras abrangidas pelo plano de aproveitamento hidro-agrícola» com o objetivo de «adaptar as zonas irrigadas à função que os superiores interesses do Estado aconselharem» expressa na base XIV da proposta de lei hidráulica de 1937 tinha o «seu paralelo» explícito na lei italiana de 30 de Dezembro de 1923 (art.º 38). Cf. Afonso de Melo Pinto Veloso (relator), «Parecer da 4ª, 20ª, 21ª e 24ª secção...», 136-V.

¹⁹³ Enrico Fileni tinha estado em Portugal em 1931, altura pela qual realizou algumas conferências sobre a política agrária italiana na Associação Central da Agricultura Portuguesa e na Liga Agrária do Norte. Cf. José Garcês Pereira Caldas. *A bonifica Integral em Itália*. [Relatório da visita dactilografado] Fevereiro de 1937. Fileni foi um técnico e propagandista da ciência agrária do Estado italiano, nomeadamente presidindo à importante *Cattedre ambulante d'agricoltura* durante a *Battaglia del Grano*. Cf. Tiago Saraiva, «Fascists Labscapes: Geneticists, wheat, an the Landscapes of fascism in Italy and Portugal», *Historical Studies in the Natural Sciences*, vol. 40, (4) (Outono 2010): 464.

¹⁹⁴ Cf. António Trigo de Moraes, *Sempre o problema da água. (Colocação de excedentes de vidas nas zonas de regadio do Continente e do Império Colonial)*. Estudo apresentado ao II Congresso da União Nacional em Maio de 1944. Separata do n.º 235 do Boletim Geral das Colónias (S.l.: Agência geral das Colónias, 1945), 65.

abertamente ideológicas – a grande obra de redenção nacional, com o *Duce* a comandar directamente as obras daquela, amplamente fotografada e propagandeada como obra maior do fascismo – estiveram quase sempre longe do discurso colonizador, mesmo do mais voluntarista, em Portugal. A *bonifica integrale* foi já mesmo interpretada como a base ideológica do projecto fascista de *recuperação* de Itália¹⁹⁵. Se os valores redentores não estavam completamente ausentes, pontuando por vezes o discurso colonizador em Portugal, os dirigentes e políticos distanciaram-se da vertente mais espectacular da *bonifica*. A grande excepção foi Trigo de Moraes, o mais fiel devoto da *bonifica* italiana, quando frequentemente enalteceu em termos de inspiração espiritual os propósitos da uma valorização da terra e dos homens através da água. Neste sentido concluiu, no seu opúsculo mais conhecido, que «procurámos ainda, e procuraremos sempre, que a todos seja garantido o direito ao trabalho e assegurado eficazmente o indispensável para viver humanamente pelo próprio esforço. Assim julgamos caminhar com passo seguro e alumiado para a Nova Ordem fundada no Evangelho, única em que cremos»¹⁹⁶. No entanto, se a política hidráulica do Estado Novo para Trigo de Moraes tinha laivos retóricos próximos da *bonifica*, a colonização prosseguida pela JCI parecia muito distante dos propósitos totalizadores e integrais do fascismo italiano. Mais importantes para os técnicos colonizadores da JCI parecem ter sido as experiências de reformas agrárias de carácter individualista seguidas em países do leste europeu após a I Guerra Mundial, fora do discurso público estatal, mas muito elogiadas por Henrique de Barros, como já antes por Ezequiel de Campos.¹⁹⁷

Neste percurso sobre o processo de institucionalização estatal da colonização hidráulica, em que se tentou abordar o fenómeno a vários níveis – enquadramento legal, enquadramento institucional e inserção internacional –, deter-nos-emos de seguida, e finalmente, nas políticas.

¹⁹⁵ Seguindo a interpretação de Ruth Ben-Ghiat sobre o modernismo fascista, Suzanne Stewart-Steinberg procurou dar ao termo *bonifica* uma ambição conceptual, ou seja, torna-lo em instrumento de análise. Se o termo *bonifica* se refere à transformação ou recuperação de terras desérticas ou pantanosas para o seu uso produtivo, agrícola ou construtivo, Stewart-Steinberg procurou transformar o termo num conceito político operativo. Ver Suzanne Stewart-Steinberg, «Reclamation», Political concepts, disponível em https://www.politicalconcepts.org/reclamation-suzanne-stewart-steinberg/#_ftn2; e ainda Ruth Ben-Ghiat, *Fascist Modernities: Italy, 1922-1945* (Berkeley: University of California Press, 2004).

¹⁹⁶ Cf. Trigo de Moraes, *Sempre o problema da água...*, 92. Assinale-se que mais do que o catolicismo do Evangelho (que não norteava o fascismo italiano), é o valor da redenção através da água presente que se quer sublinhar.

¹⁹⁷ Henrique de Barros, *Sobre o conceito de reforma agrária* (Porto: Biblioteca Fenianos, 1949). Ezequiel de Campos insere a sua «Proposta de Lei de Organização Rural» nas reformas agrárias da «Europa Central» (Jugoslávia, Polónia, Roménia, Grécia, Hungria), ocorridas depois da Grande Guerra. Cf. Ezequiel de Campos, «Proposta de Lei de Organização Rural», in *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial (1918-1944)*, introd. e ed. Fernando Rosas (Lisboa: Banco de Portugal, 1998), 212-215.

6 A colonização no plano hidráulico de 1938

A colonização hidráulica prosseguida pelo Estado tem sido interpretada como tendo como seu principal instrumento planificador o *Plano de Obras de Hidráulica Agrícola*. Nesta secção, interrogar-se-á que mecanismos estatais de gestão populacional foram previstos neste plano, e de que forma expressaram vontades colonizadoras. Além dos objectivos de maximização económica da natureza (o dito «melhor aproveitamento dos recursos do território nacional»), o plano considerava, autonomamente, diferentes mecanismos para atingir os seus objectivos «sociais e demográficos» de fixação de maior «número de unidades humanas (indivíduos e famílias) no território português»¹⁹⁸.

Numa tentativa de coordenar os projectos já iniciados e dispersos e obras futuras foi elaborado o *Plano de Obras de Hidráulica Agrícola*, que previa 20 «aproveitamentos» a beneficiar uma extensão total de 106 mil hectares no Portugal metropolitano. O «Plano de 1938», como ficou conhecido, consistia num conjunto de 20 monografias independentes de obras hidroagrícolas, que respondiam a diferentes problemas relativos à regulação das águas (rega, exugo e «defesa dos campos» do assoreamento e da erosão) num país de territórios predominantemente áridos ou semi-áridos, que estendia as tarefas de um plano apresentado três anos antes¹⁹⁹. Apesar de subsidiariamente o plano prever alguns aproveitamentos hidroeléctricos, «o seu objectivo último é sempre o *aumento da produção agrícola*» (que podia assumir em certos casos a forma de aumento de produção pecuária)²⁰⁰. O produtivismo animava a política hidráulica²⁰¹.

Complementares que eram os benefícios sociais da rega, estes foram considerados autonomamente, e enquanto tal foram alvo não só de uma tentativa de contabilização, como de determinação da natureza do benefício. Neste âmbito foi discutida, sumária e lateralmente, a colonização. Os benefícios sociais foram então considerados fundamentalmente em duas

¹⁹⁸ Cf. António Vicente Ferreira (relator), «Parecer sobre o plano de estudos e obras de hidráulica agrícola», in *Diário das Sessões*, 4º suplemento ao n. 192, 12 de Maio de 1938, 842-R.

¹⁹⁹ A JOAHA tinha já apresentado um plano hidráulico em 1935, que previa que 16 aproveitamentos beneficiassem 83117 ha.

²⁰⁰ Cf. Ferreira (relator), «Parecer sobre o Plano de estudos e obras de hidráulica agrícola»..., 842-T.

²⁰¹ De resto, um produtivismo que não era consensual entre os decisores políticos. Dadas as crises de superprodução identificadas pelos agricultores nos anos mais recentes, o parecer da Câmara Corporativa discutiu a pertinência política e económica de construir um plano que postulava a necessidade de aumento produtivo quando a procura alimentar não estava suficientemente estudada. Os autores do Plano «segundo parece, admitiram que a necessidade de aumentar a produção agrícola era um postulado económico, quando era apenas uma proposição a demonstrar». Para tal, previa-se, com «evidente optimismo», o desenvolvimento de certas culturas, para cada aproveitamento, acréscimo dos valores de produção, do rendimento por hectare e das contribuições para o Estado, para além de efeitos indirectos na circulação de produtos e intensificação de transportes. Em sumo, as obras hidroagrícolas eram «as verdadeiras obras de fomento». Cf. Ferreira (relator), «Parecer sobre o plano de estudos e obras de hidráulica agrícola»..., 842-U e 842-KK.

dimensões. A primeira, mais importante, relativa ao trabalho assalariado, contabilizava em 106 mil os trabalhadores a mais dos existentes e necessários para o amanho futuro das terras beneficiadas pela rega, a que acrescia um previsto aumento de salário, e assim um aumento das condições de vida da classe rural. A segunda, relativa ao proprietariado, considerava «as obras de rega como factor determinante da passagem progressiva do proletariado rural à classe dos proprietários»²⁰², ao abrigo da recentemente aprovada lei de hidráulica agrícola. Não se previam números certos, mas estabelecia-se as obras de hidráulica como «uma causa activa de povoamento»²⁰³, quer pela maior concentração de trabalhadores rurais quer pelo maior número de pequenos proprietários, instalados em casais agrícolas. Nas monografias individuais dos projectos, dividia-se analiticamente o interesse económico (aduzido pelo cálculo da produção agrícola e de energia eléctrica) do benefício demo-social, fazendo coincidir este com o «povoamento». Em apenas três destes projectos o «interesse social» excedia o económico: as obras do vale de Campilhas, as obras do vale do Sorraia e as obras da Campina de Idanha. Digase, desde já, que considerada quanto à geografia da rega, entende-se como o plano ficou muito aquém da colonização do Alentejo de Ezequiel de Campos: a rega, embora planeada para a grande propriedade nas margens do Alentejo (Santarém, Sines, Beira Interior), não estava dirigida para o centro dos distritos de Évora e de Beja, que mais contribuíram para a imagem do Alentejo desértico e despovoado da antiga charneca, justificadora das ideias de colonização em Oliveira Martins. Uma descontinuidade entre o reformismo agrário e as políticas da década de trinta que vale a pena assinalar. A rega em Idanha-a-Nova terá tratamento em capítulos posteriores²⁰⁴, pelo que interessa determo-nos, ainda que brevemente, nos dois primeiros projectos de rega a partir do do Sado e, sobretudo, do Sorraia.

Situado numa região considerada pouco povoada, o vale de Campilhas, um pequeno afluente do rio Sado, foi alvo de um plano de irrigação de 1840 hectares que se considerava «como uma *obra de colonização do Alentejo* [italico no original], em que o interesse social excederia o económico»²⁰⁵. Contrastava com a grande dimensão do projecto do Sorraia: com uma superfície irrigada prevista de 39 mil hectares no Ribatejo, este era o projecto mais importante do plano não só pela dimensão como pela forma de aproveitamento prevista (prados artificiais, produção de forragens e criação de gados), visando o desenvolvimento de uma

²⁰² Cf. Ferreira (relator), «Parecer sobre o Plano de estudos e obras de hidráulica agrícola»..., 842-LL.

²⁰³ Cf. Ferreira (relator), «Parecer sobre o Plano de estudos e obras de hidráulica agrícola»..., 842-LL.

²⁰⁴ Veja-se as secções 4 «Idanha, um projecto de colonização social» e 5 «Entre a JOAHA e a JCI: a colonização social da Campina de Idanha» do capítulo III «A população: como gerir a economia é gerir a população», desta tese.

²⁰⁵ Cf. Ferreira (relator), «Parecer sobre o Plano de estudos e obras de hidráulica agrícola»..., 842-AA.

«indústria pecuária», pela criação de um «centro de produção de carnes e leite»²⁰⁶, de resto em harmonia com a tradição agrícola regional. Mas tão importante como a vertente económica, afirmava o projecto, era o fim social da obra: «[objectivo] de ordem social, o de povoar uma vasta superfície de bons terrenos, onde hoje a densidade da população é mínima, atraindo e fixando famílias, primeiro pelo trabalho e depois pela terra, quando a intensificação progressiva da cultura, a limitação natural do crédito individual e as necessidades de uma boa administração agrícola favorecessem a divisão da propriedade». A fixação de famílias «primeiro pelo trabalho e depois pela terra» é questionada no parecer da Câmara Corporativa: a ideia de que a conversão das terras ao regadio atrairia mão-de-obra às culturas agora exploradas mais intensivamente, e por uma invisível lei da boa exploração agrícola essa nova força de trabalho assalariada se converteria em proprietários, é posta em causa. Embora admita a possibilidade de tal acontecer, e «as duas causas actuem no sentido indicado pelo Junta», é

«mais provável – afigura-se à Câmara Corporativa – que actuem em sentido oposto, isto é, que produzam mais larga ‘concentração horizontal’ – como hoje se diz – das explorações agrícolas, substituindo-se o sistema actual de casais ou de empresas em nome individual por verdadeiras empresas industriais do tipo das sociedades anónimas ou das sociedades por cotas.»²⁰⁷

O parecer aponta para que, sem intervenção governamental, a exploração mais lucrativa – mais «perfeita» e «económica» – das terras irrigadas se fizesse por «verdadeiras empresas industriais». Mais a mais, como acabou por acontecer nas décadas seguintes, facto amplamente denunciado pelos técnicos, em particular por Eugénio Castro Caldas. Dos vinte aproveitamentos previstos para 106 mil hectares a realizar-se até 1950, foram concretizados e entraram em exploração doze obras hidroagrícolas, a que correspondiam 43 mil hectares, até 1960²⁰⁸. Entre estas obras, as obras do vale do Sorraia, com 15 mil hectares, e da Idanha, com oito mil hectares, ocuparam lugar destacado. Nenhuma foi «naturalmente» ou «politicamente» parcelada, como previsto no parecer da Câmara Corporativa.

«Se o fim económico predominar nas intenções do Governo, a concentração poderá oferecer a vantagem de uma exploração mais perfeita e, por isso, mais económica; mas se a

²⁰⁶ Cf. Ferreira (relator), «Parecer sobre o Plano de estudos e obras de hidráulica agrícola»..., 842-BB.

²⁰⁷ Cf. Ferreira (relator), «Parecer sobre o Plano de estudos e obras de hidráulica agrícola»..., 842-BB.

²⁰⁸ Cf. Fernando Oliveira Baptista, «Hidráulica agrícola», in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas, José Maria Brandão de Brito, volume I, Suplemento A-L, ..., 423.

preferência for pelos fins sociais – como parece ser – terá o Governo de aplicar os meios directos de forçar a divisão, que lhe faculta a lei n.º 1949, nas bases XIV e XV.»²⁰⁹

O parecer era inequívoco ao analiticamente separar o interesse económico (aumento da produção agrícola e de energia eléctrica) das obras hidroagrícolas dos benefícios social-demográficos, inserindo-se a colonização («fixação pela terra») das terras irrigadas nestes últimos. O parecer da Câmara Corporativa desmonta ainda a lógica de uma divisão *natural* da terra por acção da rega, implícita na legislação de fomento hidráulico: ou a reestruturação agrária era politicamente decidida, e fundada em razões sociais, ou, se imperassem as razões económicas para a exploração das terras irrigadas, estas teriam tendência para se concentrar. Para a CC, a exploração mais económica (ou seja, lucrativa) da terra não implicava, antes pelo contrário, a sua divisão e colonização. É importante notar, porque abre uma discussão que permanecerá nos decénios seguintes, a discussão sobre os domínios autónomos da «economia» e do «social»: estas são áreas aqui consideradas apartadas, a primeira objectivada pelos níveis de produção e de produtividade, a segunda pelos níveis de fixação populacional.

7 Uma nação de pequenos proprietários: a superioridade da exploração familiar

É a «economia» que está em discussão durante a institucionalização da colonização interna. A economia era não só uma área de intervenção estatal, com regras e regularidades específicas, objectivada através de mecanismos vários, mas sobretudo pelos índices de produção e produtividade (neste caso, agrária) e assim concebida como separada do Estado e da sociedade; economia era também um domínio do saber que se constituiu sobre a melhor forma de conduzir aquela intervenção. Neste sentido, a economia, enquanto área de intervenção e saber, foi diferentemente entendida pelos vários actores sociais; esta discussão sobre a «economia», tida em diferentes arenas, pode-se bem acompanhar através da discussão sobre a colonização hidráulica, quando se pretendeu distinguir e separar os possíveis efeitos económicos dos efeitos sociais da rega, e as razões aduzidas para tal, avançadas ora por políticos ora por técnicos.

O parecer da Câmara Corporativa mais não fazia do que reagir ao discurso técnico-político que defendia a colonização hidráulica como solução enquadrada pelos objectivos

²⁰⁹ Cf. Ferreira (relator), «Parecer sobre o Plano de estudos e obras de hidráulica agrícola»..., 842-BB.

políticos do nacionalismo económico. A elaboração de uma racionalidade económica colonizadora não era nova – o discurso colonizador vinha já de economistas tão distintos como Anselmo de Andrade e Basílio Teles e publicistas como Oliveira Martins e Ezequiel de Campos, que elaboraram uma justificação económica bem argumentada para o projecto colonizador, este de resto integrado em programas mais vastos de «desenvolvimento» do país. Com diferentes matizes, esta plêiade de publicistas, a que se deve acrescentar os economistas católicos Lino Neto e Oliveira Salazar, vinham defendendo a superioridade moral da pequena agricultura²¹⁰, assim contribuindo para «a ideologia da soberania do campesinato»²¹¹, uma idealização das relações de produção tradicionais da agricultura para além das suas capacidades produtivas, que exaltava as virtudes do campesinato e apresentava a agricultura como uma forma superior de existência. «Os períodos de prosperidade coincidem sempre com a existência dum maior número de pequenos proprietários rurais»²¹², sentenciava Lino Neto, e poderia ser subscrito pelo agrarismo do novo regime, a começar por Oliveira Salazar que exaltava amiúde a pequena agricultura como forma de enraizamento moral do povo. Um campesinato imaginariamente organizado em famílias que impunha que uma orientação familista conduzisse, com as palavras de Salazar, a economia da política colonizadora: «A família é a mais pura fonte dos factores morais da produção. Assim temos como lógico na vida social como útil à economia a existência regular da família do trabalhador; temos como fundamental que seja o trabalhador que a sustente.»²¹³

Nos anos trinta, a novidade da racionalidade económica do discurso político da colonização hidráulica é que se passa a basear nos postulados da novel ciência agronómica de cariz económico – em específico, na emergente disciplina de Economia Agrária²¹⁴. A defesa

²¹⁰ Exaltando a pequena propriedade, Oliveira Martins, Anselmo de Andrade, Basílio Teles e Lino Neto têm visões diferentes dos benefícios e desvantagens daquela, em particular em relação à dita «pulverização» da pequena propriedade no Minho como um factor de decadência económica. Uma diferença que foi debatida à época, nomeadamente, em António Lino Neto, «A questão agrária», in *António Lino Neto. Perfil de uma intervenção pública. Antologia de textos (1894-1940)*, coord. João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2001), 191.

²¹¹ A expressão de «soberania do campesinato», retirada de um discurso de Mussolini (1921), foi usada pela historiografia espanhola em relação ao catolicismo social e ao franquismo por Eduardo Sevilla-Guzman, *La evolución del campesinado en España: elementos para una sociología política del campesinado en España* (Madrid: Península, 1979), 183-216. A historiografia espanhola sobre a ideologia da colonização interna recorre muitas vezes a esta expressão para a caracterizar, nomeadamente, em Gómez Benito, *Políticos, burocratas y expertos...*; Gustavo Alares López, «El vivero eterno de la esencia española. Colonización y discurso agrarista en la España de Franco», in *Colonos, territorio y Estado. Los pueblos del agua de Bardenas*, ed. Alberto Sabio Alcutén (Zaragoza: Institución Fernando el Católico: 2010), 57-80.

²¹² António Lino Neto, *A indústria dos laticínios e a questão agrária*. Separata do volume «Conferências realizadas no ano lectivo 1932-1933» (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1934), 12.

²¹³ Estas são as palavras de abertura do trabalho: JCI, *Reconhecimento dos Baldios no Continente*, vol. I (Lisboa: JCI, 1939).

²¹⁴ Em particular, os três volumes de Henrique de Barros intitulados *Economia Agrária* [Cf. Henrique de Barros, *Economia Agrária*, col. A Terra e o Homem (Lisboa: livr. Sá da Costa, Lisboa, 1948, 1950, 1954). Sobre a

moral da pequena agricultura do agrarismo era agora tecnologizada, primeiro por Lima Basto, depois por Henrique de Barros que operacionaliza a ideia de uma economia agrária social, que Baptista designa como «economia comprometida»²¹⁵. A defesa económica do discurso colonizador era agora sustentada com base em postulados e metodologias agronómicas científicas avalisados por uma tecnocracia colonizadora. Neste contexto, a família não era já apenas o centro ideológico de um conservadorismo, católico ou integralista, do pensamento colonizador e da vida social da nação imaginada no Estado Novo; a família era também tida como unidade básica de investigação social e de produção económica pelos estudos da recente Economia Agrária (como tinha já sido nos estudos sociais científicos sobre os orçamentos familiares influenciados pelo católico Le Play, fundamentais à parca acção colonizadora republicana, com a colónia agrícola dos Milagres).²¹⁶ Numa altura em que emergia, em Portugal e na Europa, uma vasta literatura agronómica sobre a agricultura familiar, a justificação económica para o projecto de colonização hidráulica residia na superioridade moral e científica da pequena exploração familiar.

Para que a «eficácia» económica das obras de hidráulica agrícola fosse absoluta era preciso associá-las com os «cuidadosos e pacientes trabalhos de colonização interna»²¹⁷, argumentava-se numa obra de propaganda da «ideologia da terra»²¹⁸ publicada pelo Secretariado Nacional de Informação. Apenas através de exploração agrícola familiar se podia atingir o grau de intensificação no uso da terra necessária à rentabilização da onerosa transformação hidráulica. Só dividindo o terreno irrigado e trabalhando-o em família seria possível amortizar tamanho investimento. Defendia-se então que a intensificação do trabalho era incompatível com o regime da grande exploração fundiária com recurso à «lei dos rendimentos decrescentes» aplicados ao factor trabalho: «a verificação da lei dos rendimentos

evolução da «Economia Agrária», da elaboração da disciplina por Lima Basto até à sua reconfiguração *social* por Henrique de Barros, e a centralidade que joga na política de colonização interna no seu período inicial, veja-se Fernando Oliveira Baptista, «Pequena Agricultura: Economia Agrária e Política Agrária (anos trinta-1974)». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8 (Dezembro 1981): 62-66.

²¹⁵ Baptista, «Pequena Agricultura: Economia Agrária...», 86

²¹⁶ Sobre a família, enquanto unidade microssocial de estudo, para as monografias realizadas em Portugal sob a influência de Le Play, veja-se Fernando Medeiros, «Grupos domésticos e *habitat* rural no Norte de Portugal – o contributo da Escola de Le Play, 1908-1932», *Análise Social*, vol. XXIII (95), 1º (1987), 100-102.

²¹⁷ S.N.I., *Valorização da Terra Portuguesa*, Cadernos da Revolução Nacional (Lisboa: ed. SNI, 194[8]), 18.

²¹⁸ A expressão «ideologia da terra» é tomada de Manuel Villaverde Cabral, num texto gentilmente cedido pelo autor, ainda por publicar. Cf. Manuel Villaverde Cabral, «The «Wheat Campaign», 'Inner Colonization', Agrarian Hydraulics and Afforestation in 20th century Portugal», in *Promised Lands*, coordenado por Axel Fisher, Simone Misiani, Cristóbal Gómez-Benito. (No prelo).

decrecentes – as maiores despesas com salários não são compensadas por um correspondente aumento dos lucros – impede o proprietário de intensificar a cultura dos seus domínios.»²¹⁹

A mesma «lei» explicaria igualmente como a intensificação através do capital se tornaria, a partir de certo momento, pouco rentável para o empresário²²⁰. A lei dos rendimentos decrecentes, também conhecida como lei da produtividade marginal decrescente, estabelecia uma relação económica em que o produto marginal de um factor de produção (neste caso, a terra) se reduziria à medida que se aumentasse a quantidade utilizada desse factor – e vinha sendo usada na teoria económica neoclássica desde David Ricardo. Não está aqui em causa a validade de tal «lei», mas a consideração, por parte dos técnicos agrónomos, que o objectivo do «lucro» não poderia orientar a política agrícola colonizadora. Na argumentação económica desenvolvida, havia que incentivar um sistema de produção não em «razão do ganho» mas em «função da receita bruta do empresário agricultor». Assim, «o mais racional sistema de aproveitamento do solo» seria, portanto, a exploração agrícola familiar por conta própria, ou seja, em exploração directa. Vale a pena citar longamente as palavras que explicam a razão económica que sustenta tal preferência:

«[N]a pequena ou na média empresa, mas sobretudo na empresa de tipo familiar, a intensificação cultural atinge o seu limite máximo devido às especiais condições de prestação de trabalho. Este, sendo muito mais interessado, vigilante e diligente, é prestado na sua maior parte pelo empresário e pessoas da sua família, e por isso, um mais intenso emprego de mão-de-obra não vem, aqui, a traduzir-se num aumento de despesas, mas tam somente num maior esforço pessoal dos indivíduos que, como empresários, cultivam o solo. Embora venha a obter um menor rendimento por unidade de trabalho, o pequeno agricultor não se poupa a esforços no intuito de conseguir maior valorização das suas colheitas.»²²¹

²¹⁹ O argumento económico que visava sustentar cientificamente a superioridade da exploração agrícola familiar era assim desenvolvido em todos os seus passos: «(...) [D]adas as condições do meio, o grande proprietário prefere dar à terra o predomínio dentre os elementos da produção a inverter na exploração maiores doses de trabalho. E isto não só por o emprego de mão-de-obra em grandes proporções se tornar de difícil solução numa província de escassa densidade populacional, como ainda por na grande empresa agrícola se incompatibilizar a partir de certo momento com o rendimento da grande exploração. Quer dizer, a verificação da lei dos rendimentos decrecentes – as maiores despesas com salários não são compensadas por um correspondente aumento dos lucros – impede o proprietário de intensificar a cultura dos seus domínios.» Cf. S.N.I, *Valorização da Terra Portuguesa*, 17-18.

²²⁰ «[N]a empresa patronal, o investimento de mais avultados capitais, tal como sucede com o trabalho, incompatibiliza-se, pelo menos a partir de certo momento, com o interesse do empresário. Pois se este visa o maior lucro e se à absorção de doses sucessivas de capital corresponde um decréscimo dos rendimentos líquidos, então o sistema seguido não pode ser se não o da extensificação cultural. Ora na pequena empresa, a intensificação, segundo revelam as observações efectuadas, atinge o seu mais elevado grau pois, aí, os maiores esforços dispendidos não são medidos em razão do ganho, mas em função da receita bruta do empresário agricultor». S.N.I, *Valorização da Terra Portuguesa*, 18.

²²¹ Cf. S.N.I, *Valorização da Terra Portuguesa*, 18.

«Interesse», «vigilância», «diligência» são os valores morais que são invocados para que esta forma de trabalho assuma uma superioridade face ao trabalho assalariado. Revelam então uma concepção de trabalho em que os factores morais que o constituem são essenciais à sua caracterização. As formas afectivas com que o trabalhador-proprietário se liga ao seu meio de produção – a terra – são aqui valorizadas e pode-se mesmo dizer que os afectos do proprietário justificam a superioridade da forma de trabalho familiar que suportam a defesa científica da economia campestre. Implicava, portanto, uma complexa subjectividade do trabalhador que em tudo se opunha à do operário fabril, cuja consciência estava programaticamente apartada da totalidade do processo produtivo. Uma subjectividade diligente, vigilante, familista, cientificamente justificada e instrumental aos valores conservadores, agraristas e ordeiros abertamente defendidos pela propaganda do regime. A defesa da superioridade da pequena propriedade através das ideias colonizadoras permite então entender como a ciência, reservando a sua autonomia epistemológica, pode não só conviver mas florescer dentro do aparelho de Estado; e, inversamente, como o aparelho de Estado, desenvolvendo os seus projectos de intervenção, cresceu para dar as condições institucionais para acolher aquela ciência. Sendo que ambos, Estado e agronomia, mutuamente se constituíram, é importante, neste caso, salientar, como ambos reservaram racionalidades autónomas, mas com pontos essenciais coincidentes e que se reforçaram.

A «sobre-exploração social da força de trabalho familiar» tomada como «vantagem económica»²²² resume bem a lógica, do ponto de vista crítico, em que assentava a superioridade da exploração familiar promovida pelo projecto colonizador – uma visão de resto ancorada numa longa tradição do pensamento marxista crítico destes projectos recampesinadores, que teve em Álvaro Cunhal²²³ a sua voz mais consistente em Portugal. À discussão sobre os tipos de explorações agrícolas estava subjacente tanto uma discussão política sobre as diferentes «políticas da terra» que visavam a reforma das estruturas agrárias (individualista vs colectivista) quanto um debate interno ao campo da agronomia (pequena exploração vs grande exploração). Aqui cumpre apenas notar como a defesa da política da colonização interna através da instalação de casais agrícolas, na modalidade portuguesa, foi científica e tecnicamente ancorada

²²² Cf. Baptista, *A Política Agrária do Estado Novo...*, 25.

²²³ No segundo volume da *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, Álvaro Cunhal desenvolve uma crítica feroz à «idealização da exploração familiar», numa denúncia aberta à «ciência burguesa», em que coloca lado a lado as visões românticas sobre o campo português de Júlio Diniz e o entendimento de técnicos e economistas sobre a «exploração agrícola familiar», expressos, em particular, nos estudos emanados da JCI ou elaborados pelos seus técnicos (como o *Inquérito à Habitação Rural*). Cf. Álvaro Cunhal, *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, volume II. Lisboa: Editorial Avante, 1976 [1956], 9-14.

no saber agronómico de cariz económico que se justificava na superioridade económica da exploração agrícola familiar enquanto melhor forma de atingir a desejada intensificação cultural, defendida por agrónomos dentro da JCI, como os jovens Henrique de Barros e Mário Pereira. A justificação económica da colonização interna argumentada no livro de propaganda, *A Valorização da Terra Portuguesa*, editada na colecção dos «Cadernos da Revolução Nacional» pelo Secretariado Nacional de Informação, não era senão uma síntese das investigações sobre a agricultura familiar apresentadas na Sociedade de Ciências Agronómicas e publicadas em *Problemas de Colonização*²²⁴. O movimento de operacionalização das ideias colonizadoras que ocorre nos anos trinta passou também pelo acolhimento da defesa da superioridade ideológica da pequena propriedade, que vinha já do discurso memorialista e não parou de ser reconfigurando durante o século seguinte pelo agrarismo, com novas formas, cientificamente concebidas, de entender a economia agrária.

8 Conclusões

O processo de institucionalização estatal das ideias colonizadoras na década de trinta do século XX, com os avanços, ambiguidades e contradições, revela o processo de construção dos discursos e dos mecanismos de poder de um Estado crescentemente interventor e autoritário, que se queria condutor privilegiado da vida económica da nação. O discurso do agrarismo que vinha sendo propagandeado havia décadas por uma plêiade de publicistas, de Oliveira Martins a Basílio Teles e Ezequiel de Campos, que pretendem resolver a «questão agrária» através de uma acção decidida do Estado, tinha agora com o regime do Estado Novo as condições políticas e administrativas para de um *discurso ideológico* se transformar numa *técnica de governo* do Estado. Acompanhar o processo de institucionalização das ideias colonizadoras, alternando entre os vários níveis dos poderes de Estado – desde a análise dos quadros legais e institucionais à do planeamento político dos princípios ideológicos e científicos – permitiu entender a elaboração dos mecanismos e instrumentos de intervenção estatal no território e na população. Se as políticas colonizadoras, sobretudo as relacionadas com a hidráulica agrícola, tiveram pouca ou nenhuma expressão no espaço social rural²²⁵, já a sua presença dentro do aparelho de Estado ao longo de mais de trinta anos permite tirar conclusões sobre a natureza dos poderes do regime.

²²⁴ Cf. Mário Pereira, «A empresa agrícola familiar no pliocénico a Sul do Tejo», in *Problemas da Colonização. I. – A zona Pliocénica ao Sul do Tejo* (Lisboa: JCI, 1943), 61.

²²⁵ O balanço da política hidráulica promovida a partir do plano de 1938 é feito na secção «Água a correr sem gente: balanço da política hidráulica», do capítulo III «A população: como gerir a economia é gerir a população».

A grande novidade da política colonizadora instituída durante os anos trinta pelo Estado Novo foi a colonização hidráulica, ou seja, a colonização interna planeada em terrenos previamente transformados por obras de hidráulica agrícola. Na estrita continuidade do que havia décadas Ezequiel de Campos pugnava e não tinha tido condições para instituir em 1925, essa novidade teve expressão política nas leis aprovadas, nas discussões políticas e, mais importante, na orgânica administrativa do Estado em finais da década de trinta. Criadas a Junta de Obras de Hidráulica Agrícola (1930) e a Junta de Colonização Interna (1936), parecia estar politicamente planeado e administrativamente instituído um programa de *melhoramento* do território e da população, com a irrigação de grandes propriedades de sequeiro e a sua divisão em pequenas explorações cultivadas por famílias, os novos colonos que marcariam a paisagem sul do país. Uma nova política surge e, com ela, um novo Estado: um programa de racionalização produtiva do território em relação à sua população que fazia do Estado o centro condutor de uma *nova ordem rural*.

Uma nova ordem rural que se foi politicamente desejada, e administrativamente possibilitada, foi sendo diversamente defendida pelos actores políticos, burocratas e cientistas ao abrigo de motivações e razões diferentes, por vezes contraditórias, que explicam, por um lado, a ambiguidade de tal projecto, e, por outro, a oportunidade política de o instituir. A fórmula legislativa da instituição da política colonizadora hidráulica é voluntarista, assente numa norma excepcional, invocada e nunca prosseguida pela administração do Estado; baseada numa concepção de propriedade em acordo com a ordem jurídica constitucional, foi simbólica e politicamente disputada; com uma razão económica equacionada dentro do nacionalismo, que é desde o princípio discutida e desqualificada na sua lógica interna; com objectivos sociais aludidos no quadro de um agravamento da crise social, a colonização interna nunca foi explicitamente defendida numa lógica redistributiva; em última instância, um projecto quase «redentor» da nação, de resto, imaginado à semelhança de outro projecto colonizador, o ultramarino.

A paisagem moderna racionalmente desenhada a partir da penetração redentora da água nos solos áridos, que lhes alteraria o fâcies agro-climático, tido como na origem do «problema agrícola» português, foi já interpretada como parte da construção da paisagem modernista fascista²²⁶, em conjunto com o vasto e concretizado plano florestador e a Campanha do Trigo. A preparação técnica e científica do meio natural como antecipação necessária à colonização foi de resto concebida como a diferença essencial para distinguir este processo de

²²⁶ Tiago Saraiva, «Fascist Modernist Landscapes: Wheat, Dams, Forests, and the Making of the Portuguese New State», *Environmental History* 0 (2016): 1–22.

um mero povoamento²²⁷. Às modernas ideias colonizadoras de aumento das superfícies cultivadas nacionais através de aproveitamento agrícola de baldios e dos ditos incultos, que implicavam uma intensificação da exploração da natureza por meios, mesmo que incipientes, técnico-científicos da agronomia, acrescia com o Estado Novo, em que a intervenção dos poderes governamentais teve uma mudança qualitativa, a transformação profunda do território, por meio da hidráulica agrícola, agora tomada função do Estado. Esta foi uma experiência modernista na relação com o território, sobretudo na retórica do engenheiro Trigo de Moraes, que coloca a gestão ambiental no centro das preocupações dos novos regimes fascistas mas que, não obstante, deve ser também inscrita na continuidade de um discurso económico moderno, que podemos remontar à Academia das Ciências, marcado pela preocupação com a administração dos recursos naturais e humanos de determinado território, nacionalmente delimitado. Numa altura em que a política económica, bem como os princípios da área científica da economia, era mais marcada pelo pluralismo do que por forças do consenso de um saber-poder²²⁸, os economistas – e os dirigentes da política económica – ainda se viam como mediadores entre o mundo natural e o mundo social. A eficácia da gestão dos recursos naturais e humanos, a optimização do seu uso, é matéria central do pensamento colonizador, numa altura em que a vida económica nacional era inseparável da produção agrícola. Esta relação entre o mundo natural e a população de um país em que se baseia a ideia colonizadora assume no Estado Novo contornos de um optimismo científico na sua crença das potencialidades quase ilimitadas de poder criador e extrativo sobre o mundo natural, agora domesticado. Dentro do Estado Novo confluía quer o pensamento económico, manifesto nas ideias do reformismo agrário de dirigentes como Rafael Duque ou de Salazar, mas também a ciência agronómica, de cariz mais económica ou social, nos tecnocratas da administração estatal, que recusam a quarentena que colocava a natureza no mundo à parte do social.

No momento de institucionalização estatal das ideias colonizadoras, está-se em presença de várias formas de entender o governo económico, que estão em contenda: entre aqueles que entendem que o governo deve privilegiar uma economia destinada à criação de receita bruta, ou seja, à maximização da produção nacional, e favorecem a política económica colonizadora; e aqueles que entendem que a política económica tem como destino o lucro, para

²²⁷ Cf. Trigo de Moraes, *Sempre o problema da água...*, 80.

²²⁸ Timothy Shenk, Timothy Mitchell, «Les saviors de l'économie», in *Histoire des sciences et des savoirs*, vol. 3, *Le siècle des technosciences*, eds. Christophe Bonneuil and Dominique Pestre, 203-219 (Paris: Le Seuil, 2015).

os quais a colonização interna não podia ser se não uma medida fundamentalmente de cariz social, dirigida a problemas populacionais.

A formulação e defesa da lógica da fundamentação económica da proposta colonizadora não deve fazer esquecer, em primeiro lugar, que a própria noção de economia – ou quais os fundamentos da política económica – estava em causa na sua defesa. Deve-se ainda lembrar como a proposta colonizadora, se encontra legitimidade dentro do Estado Novo no quadro de uma política económica, apresenta e autonomiza outras razões – sociais ou ideológicas. Demasiadas vezes estas outras razões acabaram secundarizadas, quando não omitidas, por uma historiografia económica por vezes excessivamente interessada em sublinhar ou denunciar os bloqueios à modernização agrícola e económica de Portugal na avaliação do fracasso da política colonizadora. Talvez a relevância para a política económica estadonovista de um dito projecto de «reforma das estruturas agrárias» de raiz martiniano pelos estudos pioneiros de Fernando Rosas²²⁹, e a historiografia agrária por si inspirada, tida como base essencial de um projecto de modernização económica do regime, bloqueada finalmente pelas forças conservadoras rurais, tenha sido exagerada por uma historiografia empenhada em sublinhar as características modernas e mesmo revolucionárias em tensão dentro de um regime fundamentalmente conservador, a necessitar do apoio do bloco social da terra. Por último, não se trata apenas da primazia dada à política na condução da economia no regime do Estado Novo dos anos trinta, mas de que a própria noção de economia (ou de campo económico de intervenção estatal) estava em debate.

²²⁹ Embora a dimensão propriamente social do projecto colonizador não esteja ausente em Rosas, esta dimensão parece estar quase sempre subordinada a uma «estratégia de desenvolvimento» da política económica estadonovista. Não obstante, veja-se dois excertos em que o autor procura nuancear a sua interpretação, encontrando para o fenómeno colonizador outras dimensões: «Vemos assim que, para estes autores [neofisiocratas], colonização/regia/florestação são elos de uma mesma cadeia que liga a reestruturação fundiária à reconversão cultural: dividir ou emparceirar/colonização/regar/arborizar/reconverter. Todo este processo está, aliás, profundamente marcado por uma *lógica de «equidade social» que transcende o mero cálculo económico*» [itálico meu]. Cf. Rosas, «O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal...», 365.

CAPÍTULO III

A POPULAÇÃO: COMO GERIR A ECONOMIA É GERIR A POPULAÇÃO

Na sua definição mais literal, a colonização é um projecto de fixação populacional. Desdobrando este significado simplificado, perspectivar a colonização interna dentro de um discurso económico nacionalista não a deveria assim, histórica e teoricamente, circunscrever à tentativa de produção de bens dentro do solo nacional para alimentar a nação orgânica (e substituir as importações alimentícias); o nacionalismo económico da colonização interna dirigia-se especificamente a criar uma relação de afectividade entre os produtores – os proprietários – e a nação imaginada, pela promoção da pequena propriedade numa nova ordem rural nacional. Perspectivar a colonização dentro do nacionalismo económico deve procurar também entender como esta se trata de uma razão de Estado que procura dirigir-se não só ao aumento da produção e da produtividade nacional, numa altura de contracção dos mercados internacionais, mas dar resposta a ambos os termos da seguinte equação: das possibilidades produtivas de bens alimentares em relação à crescente massa populacional, concebidas dentro dos limites da nação. A colonização interna não deve ser assim interpretada como circunscrita às tentativas autárquicas de produção alimentar – como o não foi há altura, quando foram, como vimos, enunciadas as suas razões; deve também ser analisada a partir das formas de regulação do trabalho e do consumo do conjunto de habitantes de um espaço nacionalmente delimitado, a população nacional, que o Estado assume como seu dever. Neste capítulo, procurarei entender como a proposta de colonização hidráulica instituída durante o Estado Novo resultou de uma tentativa de harmonização, ou optimização, da relação entre recursos (alimentares) e população, dentro do espaço nacional, numa altura de acentuado crescimento populacional e fracas possibilidades migratórias. Sustentarei que, historicamente, a colonização interna foi nos anos trinta uma forma do Estado fixar população à terra nacional.

Neste capítulo abordar-se-á a proposta de colonização hidráulica enquanto componente de uma política de administração da mobilidade (ou fixação) dos fluxos populacionais, numa altura em que a ideologia fascista valorizava o corpo biológico nacional e as fronteiras internacionais ficaram fechadas. Analisar-se-á como o problema populacional nesta conjuntura implicou a gestão do número agregado dos habitantes dentro do território nacional, mas também a administração da sua natureza ou qualidade (produtiva). Como se verá, o problema da população segmentada e estratificada pela mercantilização da força-de-trabalho, expressa pelo desemprego agrícola temporário, terá como uma das suas respostas políticas a colonização interna, a par de outros mecanismos e instituições estatais, como o Comissariado de

Desemprego. De seguida, dentro desta racionalidade estatal dirigida a um “problema social”, acompanhar-se-á a formulação do projecto de colonização da Campina de Idanha, o único em terrenos irrigados, atendendo, em particular, às suas racionalidades internas tendo em conta a política e economia regional da grande exploração agrícola onde se insere, e as lógicas de actuação dos dois organismos de Estado encarregues da política colonizadora hidráulica, a JAOHA e a JCI.

1 O que fazer do «excedente de vidas»?

Ao longo dos anos trinta, um outro problema que justificou a resposta colonizadora surgiu aos olhos dos políticos encarregues de dirigir os assuntos do Estado: o «excesso populacional». Quando se tratou de pensar em transformar a paisagem da grande propriedade com a colonização hidráulica foi também em resposta a este problema político que permaneceu uma preocupação estatal por mais de vinte anos, até o êxodo rural o ter finalmente desfeito. Havia uma população a crescer a ritmos inéditos que precisava de encontrar alimento e trabalho dentro da nação cada vez mais fechada sobre si própria.

Em 1940, o problema do *deficit* alimentar parecia solucionado para o Ministro da Agricultura, a pouco meses de ser elevado a Ministro da Economia. Uma década de política económica nacionalista, dedicada no sector agrícola à substituição das importações alimentares, tinha dado bons frutos, mesmo que obtidos de modo menos eficiente, afirmava Rafael Duque no seu texto paradigmático sobre política económica ²³⁰. Os aumentos da produção nacional do trigo e do arroz, do consumo médio de azeite e de carnes registados pelo Banco de Portugal eram atribuídos ao sucesso das campanhas de produção interna das subsistências alimentares, as quais, afirmava, foram «vingadas». Num nacionalismo económico discursificado com recurso à linguagem bélica, adequada de resto ao eclodir da guerra no ano anterior, e da guerra civil de Espanha, o Ministro da Agricultura louvava o novo pensamento económico dos Estados que se defendem contra a «invasão de produtos estranhos». Parecia resolvido o «problema das subsistências» que se tinha imposto aos governos com particular veemência desde a I Guerra Mundial, encontrando-se o país bem preparado para a economia de guerra, nomeadamente pela «existência de géneros em quantidade suficiente» e relativa estabilidade dos preços ²³¹.

²³⁰ Apesar de Rafael Duque ter assumido um elevado protagonismo político nas décadas iniciais do Estado Novo, foram poucos os textos doutrinários por si escritos publicados nesta altura. Destaca-se por isso o opúsculo que resultou da conferência proferida a 17 de Abril de 1940 no Teatro da Trindade a convite da União Nacional: Rafael Duque, *As subsistências e a população* (Lisboa: Ministério da Agricultura, 1940).

Certamente que esta visão que encerra a «questão das subsistências» não era unanimemente partilhada e defendida e, sobretudo, escalado o conflito mundial, com o racionamento a atingir o país, poucos anos depois a tal confiança nas capacidades produtivas nacionais para se auto-alimentar tenha sido abalada²³². Ainda assim, este era um momento histórico em que, segundo Rafeal Duque, o «esforço criador» tinha «acompanhado, e mesmo ultrapassado, o crescimento da população», refutando empiricamente o prognóstico malthusiano.²³³

Já no que toca à questão do trabalho, a economia nacional não conseguia absorver em ocupações úteis toda a população que vinha crescendo. Em 1936, havia em Portugal continental cerca de sete milhões de habitantes e, de acordo com as mais recentes previsões do Instituto Nacional de Estatística, estimava-se que a população aumentasse dos sete para nove ou dez milhões dentro de 30 anos²³⁴. Discursos políticos, propagandísticos e técnico-científicos²³⁵ coincidiam no uso dos mesmos dados empíricos (crescimento demográfico, densidades populacionais) para formular a «questão populacional» que justificava a intervenção colonizadora. A invocação da duplicação da população de três milhões e meio para sete milhões nos cem anos que decorreram entre 1841 e 1940 foi, frequentemente, o primeiro momento de uma constelação de discursos que apresentava o problema agrícola nacional ancorado no dito problema da população.²³⁶ Havia que melhor distribuir pelo território os futuros nove milhões de pessoas e encontrar uma forma de viver «sem misérias as altas densidades de populações»²³⁷, que se estimava vir a ultrapassar os 100 habitantes por quilómetro quadrado em breve. O diagnóstico era populacional, como também o era a solução (ou o campo de intervenção estatal) colonizadora. A política tecnocrática do Estado Novo era basilarmente apoiada nas previsões estatísticas, fundamentadas nas mais recentes metodologias da demografia e mesmo a política

²³² Cf. Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas. 1939-1945*, col. Imprensa Universitária, n.º 83 (Lisboa: ed. Estampa, 1988), 182-3.

²³³ Rafael Duque não se dirige explicitamente à conhecida teoria populacional de Thomas Malthus (1766-1834) segundo a qual a população cresce segundo uma progressão geométrica, enquanto as subsistências apenas podem aumentar numa progressão aritmética. No entanto, toda argumentação da conferência, sugere um diálogo – a começar pelo título – e contestação dos princípios avançados pelo economista britânico: «a produção desenvolveu-se nos últimos anos segundo uma progressão maior que a do crescimento da população». Cf. Duque, *As subsistências e a população...*, 9.

²³⁴ Cf. António de Oliveira Salazar, «O império colonial na economia da nação», *Discursos e notas*, vol. II (1935-1937), p. 157.

²³⁵ Sobre a apresentação de dados demográficos como diagnóstico de base da solução colonizadora ora no discurso técnico-científico e propagandístico, veja-se, a título de exemplo, José Garcês Pereira Caldas, *Aspectos do Problema Agrário* (Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1945), 9; e Secretariado Nacional de Informação, *Colonização Interna*, Cadernos do Ressurgimento Nacional (Lisboa: SNI, 194[8]), 9.

²³⁶ Cf. SNI, *Colonização Interna...*, 9.

²³⁷ Cf. António de Oliveira Salazar, «O império colonial na economia da nação», *Discursos e notas*, vol. II (1935-1937), p. 156.

do Chefe de Governo era orientada por estas.²³⁸ São previsões demográficas que Oliveira Salazar cita para fundamentar os contornos da política colonial em 1936, concluindo que «não é possível fazer viver da terra em Portugal esta cifra da população, se não pudessem ser abertos outros caminhos à sua actividade».²³⁹

Avançar ideias de colonização metropolitana, sobretudo na sua variante hidráulica, enquanto resposta primeira a um percepcionado problema demográfico não era algo de novo. A própria formulação moderna das ideias colonizadoras tinha surgido na sua relação articulada com a formulação política de um problema populacional, nas suas várias declinações. O exemplo maior é o de Oliveira Martins, quando apresenta o seu «Projecto de Fomento Rural»²⁴⁰, matriz do pensamento colonizador moderno, como resposta à emigração para as Américas, sobretudo para o Brasil, que visivelmente crescia e que, enquanto «barómetro da vida nacional»²⁴¹, se tornava um problema a resolver para alguns publicistas interessados em pensar as funções, deveres e limites dos poderes de Estado. Entre estes, de forma destacada, estava Basílio Teles, interessado em refazer o Estado e refundar a Nação: procurando uma alternativa à função que as remessas dos emigrantes brasileiros tinham para a economia nacional, Teles pretendia nacionalizar o trabalho provocando, além de medidas financeiras, o «alastramento das populações por toda a superfície do nosso solo».²⁴² Profundamente devedor destes dois publicistas, também Ezequiel de Campos quando apresentou em 1925 a sua proposta de «Lei de Ordenamento Rural» o fez para resolver um problema de mobilidade das populações, neste caso internamente: a colonização interna foi argumentada como a resposta necessária para fixar a população migrante interna, que se deslocava sazonalmente das Beiras e do Algarve para as regiões de grande exploração alentejana e ribatejana. A colonização agrícola destinava-se declaradamente a resolver o «caso anómalo de transumância da população», nas palavras do então Ministro da Agricultura, Ezequiel de Campos, quando levou aquela proposta ao

²³⁸ Na sessão inaugural da I Conferência Económica do Império Colonial, António de Oliveira Salazar começa por definir os fundamentos da economia a partir dos dados da população, da produção e do comércio. Sobre a população, estima, a partir dos sete milhões a viver na metrópole, que atinja a cifra dos nove ou dez milhões em 30 anos. Cf. António de Oliveira Salazar, «O império colonial na economia da nação», *Discursos e notas*, vol. II (1935-1937), p. 157. Sobre a importância dos dados demográficos para o governo económico, associado ao projecto colonizador, ver Victor Pereira, «La dictature salazariste et le 'problème démographique'», *Annales de démographie historique*, n.º 2 (2014): 159-186.

²³⁹ Cf. António de Oliveira Salazar, «O império colonial na economia da nação», *Discursos e notas*, vol. II (1935-1937), p. 157.

²⁴⁰ A frase inaugural e das mais citadas de Oliveira Martins aponta desde logo para a gestão da mobilidade populacional como intrínseca ao seu projecto: «Necessitamos hoje implantar homens e implantar árvores: dar à terra quem a fecunde. É necessário sangrá-la nuns pontos, laqueá-la em outros». Cf. Oliveira Martins, «Projecto de Lei de Fomento Rural...», 22.

²⁴¹ A emigração enquanto «barómetro da vida nacional» é analisada em Pereira, «La dictature salazariste...», 162.

²⁴² Basílio Teles, *Estudos Históricos e Económicos* (Porto: Livraria Chandron, 1901), 281.

Parlamento. No diagnóstico deste «problema populacional», o centro das atenções eram as «migrações internas» que se deslocavam para as regiões de grande propriedade por altura das grandes fainas para suplementar a mão-de-obra local.²⁴³

As migrações sazonais de trabalhadores rurais continuaram a desempenhar um papel relevante nos movimentos populacionais nos três decénios seguintes: os 15 mil trabalhadores que migravam anualmente da Beira para o Alentejo em 1925 elevaram-se para entre 70 e 100 mil, em 1956, num estudo realizado pela JCI.²⁴⁴ Já a emigração transatlântica, considerada enquanto «fenómeno patológico» que «sangrava» a nação das suas forças desde o século XIX – e contribuía para elevar os salários rurais –, que estava em Portugal em acelerada ascensão, diminuiu abruptamente quando se iniciou a guerra em 1914²⁴⁵, e ainda mais ao serem impostas políticas imigratórias restritivas nos países de destino transatlântico. Estas restrições, que se impuseram nos EUA no princípio da década de vinte, e no Brasil, no fim dessa mesma década²⁴⁶, se abrandaram não estancaram completamente os fluxos emigratórios, já que neste período cresceu a emigração para França. Durante a década de 1930, verificou-se nova retracção da emigração portuguesa, com uma média anual de saída de 11 mil por ano, aproximadamente, sendo que na década seguinte caiu para nove mil por ano – números que eram «substancialmente inferiores» às médias anuais de saídas registadas em qualquer década entre 1870 e 1930²⁴⁷.

²⁴³ «Estamos, pois, em face dos problemas seculares da povoação e da produção que as circunstâncias internacionais e portuguesas tornam cada vez mais delicados. Acresce que, há pelo menos meio século, uma boa parte da população da Beira, que nas últimas décadas tem atingido, quando não ultrapassado, 15.000 pessoas, vai todos os anos para as fainas agrícolas do Alentejo, em vida errante, sem que por esta forma a lavoura do Sul sofra as reformas necessárias na organização das casas agrícolas, na modernização da sua ferramenta e dos seus processos de cultivo, no aumento da produtividade da terra, e o País obtenha ao mesmo tempo a suficiência da produção agrícola. Ao passo que a Beira vê amesquinhar-se o vigor, a saúde e o quilate social da sua gente melhor.» Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 12 de Janeiro de 1925, 7. A decorrência do problema agrário do desequilíbrio populacional do país é ainda mais clara em *Diário da Câmara dos Deputados*, 12 de Janeiro de 1925, 8.

²⁴⁴ Este intervalo entre 70 e 100 mil refere-se à totalidade do fenómeno migratório temporário (incluindo todas as zonas de grande exploração e as explorações vitícolas e, portanto, não são apenas referentes ao Alentejo). Estes números são aqui considerados como indicativos de ordens de grandeza e de tendências populacionais mais do que representando com acuidade os quantitativos migratórios em causa. Cf. José Miranda Magalhães, *Dos ranchos migratórios em Portugal*, Relatório final do curso de Engenheiro Agrónomo [dactilografado] (Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1956). (disponível em <http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/wp-content/uploads/2013/01/jose-magalhaes-relatorio-1956.pdf>)

²⁴⁵ Cf. Teresa Ferreira Rodrigues, «O século XIX», in *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, coord. Teresa Rodrigues (Porto: CEPESE/Afrontamento, 2008), 397.

²⁴⁶ As medidas legislativas destinadas ao controlo das fronteiras brasileiras e americanas em Portugal (controlo da emigração à distância), tornada prática recorrente nos anos 20, é analisada por Ivete Sobral dos Santos na sua tese de doutoramento. Cf. Ivete Sobral dos Santos, «A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração durante o Estado Novo» (Lisboa: Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2014), 43-53.

²⁴⁷ Cf. Maria Ionnanis Baganha, «Emigração», in *Dicionário da História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, volume VIII, Suplemento P/Z (Porto: Livraria Figueirinhas, 2000), 615-618.

A progressão demográfica que se verificava desde o século XIX, interrompida pela acção conjunta do surto emigratório e das epidemias de 1918-1919, retomara e intensificara-se durante a década de vinte e sobretudo de trinta. De 1920 a 1940 havia cerca de mais 1,7 milhões de pessoas em Portugal.²⁴⁸ Com esta pujança demográfica, o «problema populacional» para o Estado era já outro. «Fechados os países americanos do norte e do sul à emigração europeia, deixámos de poder contar com esse derivativo para o excesso da nossa população que na nossa casa temos de instalar para fazer viver»²⁴⁹, afirmou Salazar. A colonização interna dos anos trinta não era já só uma forma de regular a mobilidade das populações (externa, como no caso de Oliveira Martins e Basílio Teles; interna, no caso de Ezequiel de Campos) e fixar ao solo uma população migrante, mas dar «ocupação útil» ou «actividade» ao excesso de vidas da metrópole. As novas realidades demográficas reconfiguram o «problema populacional» do Estado e, com ele, a solução colonizadora institucionalizada com o Estado Novo. A gestão e o controlo dos movimentos populacionais da colonização interna contribuiu então para constituir os poderes biopolíticos do fascismo em Portugal.

O «excedente de vidas» foi assim também explicitamente colocado enquanto problema pela tecnocracia da colonização hidráulica do novo regime. O engenheiro Trigo de Moraes procura vias para a «colocação de excedentes de vidas nas zonas de regadio do Continente e do Império Colonial» no mais importante texto doutrinal sobre a defesa da colonização hidráulica, intitulado *Sempre o Problema da Água*. A forma como Trigo de Moraes colocava retoricamente primeiro o problema populacional, a que fazia seguir a solução colonizadora, seguia um encadeamento narrativo semelhante a outras obras oficiais do Estado, tanto em relatórios administrativos da JCI ou da JAOHA como da propaganda colonizadora. Começa-se por analisar as tendências da evolução demográfica nos decénios anteriores, estabelecendo o «crescimento populacional», seguido das taxas de «natalidade», de «mortalidade», da «emigração», dos «saldos fisiológicos», concluindo com as «densidades demográficas». Frequentemente cartografadas com grande destaque nas publicações, as densidades populacionais foram o indicador central que conduzia o diagnóstico do «excesso populacional» ao remédio da «solução colonizadora». Um dos mais influentes técnicos da JCI na década de quarenta, Mário Pereira, coloca mesmo como o objectivo último da colonização interna

²⁴⁸ Cf. «Condições geográficas e demografia», Fernando Rosas, *O Estado Novo*, vol. VII de *História de Portugal*, org. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 21-22.

²⁴⁹ Epigrafe citada em S.N.I., *Valorização da Terra Portuguesa*.

«comportar o crescente aumento demográfico»²⁵⁰. Coloniza-se porque se imagina imperioso reordenar a população crescente dentro do território nacional.

É certo que a colonização interna não era considerada por Salazar o remédio único, nem talvez o principal, para o premente problema populacional. Logo em 1936, o ditador expressa-se nesse sentido, afirmando como difícil a «absorção total» dos dois ou três milhões de pessoas «a mais» nos estimados 150 mil hectares em condições de serem regados²⁵¹. Mesmo que se irrigasse o sequeiro alentejano e daí resultasse uma melhor capacidade para alimentar a população, esta valorização da terra não era suficiente para absorver toda a crescente força de trabalho. Ainda para mais, as outras colonizações em terrenos baldios pareciam uma opção insustentável para colocar a população que crescia. As poucas esperanças que havia na exploração dos baldios em finais dos anos 30, e que perduram no *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios do Continente*, estavam já perdidas em meados da década de 40²⁵². E ainda que visse como necessária a «emigração colonial», nem mesmo nas extensões «fertilíssimas» de Angola ou Moçambique se conseguiria arranjar ocupação útil a tantas vidas que pareciam em excesso. E concluía, temerosamente, pela necessária «industrialização do país», uma vez que apenas «com a indústria se podem absorver os braços sobranes, só por meio

²⁵⁰ Em documento interno da JCI, Mário Pereira elabora um esboço para uma futura lei de colonização interna, em falta, começando por definir essa política: «A colonização interna, compreende todas as providências e obras de fomento agrário, públicas ou privadas, quando subordinadas a um plano de conjunto que vise a melhor utilização da terra de forma a permitir, não só melhorar o nível de vida das populações rurais mas sobretudo, comportar o crescente aumento demográfico», cf. Mário Pereira, *Colonização Interna. Pontos a focar numa futura lei de colonização interna* [dactilografado] (JCI, 1944), [1].

²⁵¹ Em 1936, ainda antes de aprovado o Plano de Hidráulica Agrícola, Salazar faz assim as contas da relação entre a população em crescimento e as potencialidades de povoamento das áreas regadas: «O balanço feito pelos serviços competentes do Ministério das Obras Públicas às possibilidades de rega do continente por meio de obras custosas não vai além dos 150 mil hectares dos quais a primeira fase constituída por 80 mil hectares importaria em 600 mil contos e bastantes anos de construção, preparação de terrenos e adaptação à cultura de regadio. Mesmo que supuséssemos o aproveitamento integral das terras irrigáveis e baixássemos para um hectare o lote a distribuir por família, teríamos conseguido estabelecer 150 mil famílias e a 4 ou 5 pessoas por família, 600 a 700 mil indivíduos. Ficamos longe de uma absorção total.» Menos de dez anos depois, o optimismo de Trigo de Morais eleva a 1.100.000 o número de vidas que poderiam ocupar os 114 mil hectares de rega previstos pelo Plano de 38. Respectivamente, António de Oliveira Salazar, «O império colonial na economia da nação», *Discursos e notas*, vol. II (1935-1937), 157 e Trigo de Morais, *Sempre o problema da água...*, 6.

²⁵² Logo em 1945, ainda estavam por construir a maioria das colónias agrícolas em baldios, o engenheiro Trigo de Morais, expressando ideias amplamente partilhadas pelos técnicos colonizadores do Estado, é peremptório nas suas conclusões sobre a insustentabilidade económica da colonização em baldios e a sua função populacionista: «Mas, mesmo por este preço, pergunta-se: arraigar-se-á à terra uma população de colonização? Não. Esta só se fixa onde seja possível obra permanente e remuneradora. Os locais estão indicados: o regadio do Continente e a imensidade das fertilíssimas terras do Império Colonial. Não é em terras magras como são, no geral, as dos baldios, de fraca fertilidade natural, onde a matéria orgânica fica extinta em muito reduzido número de anos e onde não há possibilidade económica de a renovar, que se fixam colonos. (...) E para o Estado, que abona os meios, a colonização em tais condições, embora de aspecto inicial aliciante, como honestamente traduz o *Plano de Aproveitamento dos Baldios* e nós lhe reconhecemos sem reservas, em 1940, não lhe trará a recompensa que o seu auxílio procura, porque a colonização que assim se fala jamais influirá na colocação do aumento da nossa população. *Em vez de colonização teremos despovoamento*». [sublinhado meu] Cf. Trigo de Morais, *Sempre o problema da água ...*, 24.

dela se tornam possíveis sem misérias altas densidades de populações»²⁵³. Já para Trigo de Moraes, a conjugação política de colonizações, interna e ultramarina, como forma de resolver o crescimento populacional, apenas sugerida por Salazar, foi abraçada com optimismo. Depois de passar pela presidência da JAOHA no continente, este engenheiro seguiu em 1953 para o ultramar, num movimento que lhe proporcionou a concretização política da sua ideologia colonizadora e colonialista, com construção da colónia agrícola do Limpopo, em Moçambique.

Para os poderes de Estado, o «problema populacional», que durante a década de trinta tem a sua face mais visível no «excedente de população», parece encerrar então uma dupla vertente: a forma como essa população em crescimento seria alimentada (a «questão da subsistências», um problema de produção e sobretudo de produtividade agrícola que teria decisiva resolução pelo fomento hidroagrícola) e que trabalho faria (os novos colonos dos terrenos irrigados na metrópole e no império colonial, ou operários de industrialização controlada). Um problema político que é sinteticamente expresso na frase de Salazar que abre a *Valorização da Terra Portuguesa*: «No acanhado espaço a população em crescimento há-de encontrar trabalho e sustento.»²⁵⁴ Um nacionalismo económico fundado nos sentimentos de pertença de uma população produtora e proprietária do solo que a alimentaria parecia ser o fundamento ideológico da proposta colonizadora.

A transformação produtiva do território e a transformação produtiva dos seres humanos estariam intimamente relacionados nesta política de *valorização da terra*, o núcleo ideológico das ideias colonizadoras: melhorar a terra com o trabalho do homem, melhorar o homem com o trabalho da terra. As racionalidades e objectivos diferenciados das políticas de fomento hidroagrícola e do programa colonizador, expostas quer pelo discurso político quer pela literatura técnico-científica, permitem entender melhor os mecanismos estatais de intervenção sobre o território e a população que ambos propõem e se conjugaram nas ideias de colonização hidráulica. Se a colonização hidráulica foi sendo articulada no discurso político e legislativo dos anos trinta, bem como por algum agrarismo anteriormente, como parte de um programa de nacionalismo económico que conheceu o seu auge naquela década, foi o dito problema populacional que permitiu a sua especificidade dentro de um mais vasto programa económico.

Não obstante a esquematização desta conclusão, mais do que entender apenas de forma analítica quais são, respectivamente, as racionalidades, os fins e os mecanismos do fomento hidroagrícola e da colonização interna, talvez tenha sido a confluência no discurso de vários

²⁵³ António de Oliveira Salazar, «O império colonial na economia da nação», *Discursos e notas*, vol. II (1935-1937), 158-9.

²⁵⁴ S.N.I., *Valorização da Terra Portuguesa*, 5.

entendimentos das ideias colonizadoras que justificou que estas fossem abraçadas, reconfiguradas e instituídas pelos poderes do Estado Novo. Não se trata por isso de saber quais destas racionalidades prevaleceram no entendimento governamental, mas de perceber como funcionaram em inter-relação e no seu conjunto. A discussão sobre as várias modalidades das racionalidades colonizadoras, mesmo que contraditórias, visa sobretudo expor como o fenómeno foi diversamente colocado e que tal multiplicidade contribuiu para que a institucionalização estatal tenha tido lugar. Para além desta pragmática, havia em finais da década de trinta uma função regeneradora nacional atribuída à colonização interna, nas várias racionalidades (económicas, agrícolas, populacionais, sociais, políticas), que a tornou num projecto apto para discursificar o ressurgimento nacional perseguido pelo Estado Novo. Se as novas realidades demográficas percebidas pelo Estado contribuíram para lhe reconfigurarem os poderes, a vontade de nacionalizar a população (migrante), fixando-a através da colonização interna de forma a participar no esforço de ressurgimento nacional, tornou-a num elemento da identificação mais estritamente ideológica do regime. Um discurso que, diga-se, esmoreceu rapidamente com o andamento da guerra e estará praticamente ausente na colonização desenvolvimentista da década de cinquenta.

2 Do excesso populacional ao espectro do desemprego rural

O «problema populacional» que se formula na década de trinta não procura apenas regular a mobilidade (externa e interna) de determinada população e a sua boa distribuição pelo território nacional. Quer também alterar-lhe a sua natureza. A política de colonização interna como resposta ao problema do «excesso de vidas» colocado na década de trinta parecia então dirigir-se enquanto solução, especificamente, a dois desdobramentos daquele problema: a *distribuição* de uma inédita massa de vidas em crescimento dentro das fronteiras metropolitanas (e ultramarinas), harmonizando as densidades populacionais das diferentes regiões do país, homogeneizando-as; e o *melhoramento* produtivo e social da nova população rural. A colonização interna, em conjunto com outras políticas estatais, visava intervir não só na quantidade de população, mas na sua qualidade. O «excesso populacional» e a necessária transformação da figura do trabalhador foram exemplarmente colocados pelas palavras de Rafael Duque em 1940:

«E está posto, ao que parece – se afastarmos, ao menos por momentos, a visão da guerra – o *problema central do nosso tempo*: estabelecer as condições gerais que contribuam para absorver

os excedentes da população; fazer de elementos activos ou de fraca produtividade instrumentos criadores de riqueza socialmente útil restituindo-lhes o poder de compra para satisfação das necessidades próprias e da família.»²⁵⁵ [Itálico no original].

As vidas agora em excesso, apenas «elementos activos ou de fraca produtividade», deviam ser tornados «instrumentos criadores de riqueza» na nova sociedade. E uma riqueza «socialmente útil», uma riqueza que lhes eleve o «nível de vida», e assim permita a «satisfação das necessidades próprias e da família.» Os colonos da futura paisagem rural do Sul irrigado fariam parte dessa nova figura de trabalhadores rurais de um Portugal moderno. Em 1940, abundavam então os «elementos inactivos» ou de «fraca produtividade»²⁵⁶ que desde os inícios dos anos trinta engrossavam as crises de trabalho rural no campo. É que não só o trabalho individual na agricultura rendia menos nas terras cansadas, como menos eram, em relação à população rural total, aqueles que trabalhavam no campo, chegando-se, contudo, à aparente contradição de «produzirmos mais e termos, ao mesmo tempo, maior desemprego rural»²⁵⁷. Havia cada vez mais gente nos campos, e mais gente que pouco produzia.

Segundo o Ministro da Agricultura, o desemprego rural não se devia apenas à «desigual distribuição dos serviços nas diferentes época do ano»²⁵⁸, ou seja, à extensão do regime de produção cerealífero que produzia uma crescente massa de assalariados agrícolas temporários – um verdadeiro proletariado rural.²⁵⁹ Esse era o diagnóstico que a nova agronomia fazia das relações sociais nos campos, fazendo depender o ciclo sazonal de emprego (e desemprego) agrícola do ciclo produtivo das grandes explorações, nomeadamente cerealíferas. Mesmo antes se sentirem as consequências mais nefastas do conflito mundial que recomeçava, a situação parecia agudizar-se: «As crises de trabalho nos campos, apesar das enormes quantias despendidas em obras do Estado e dos municípios, no fomento hidro-agrícola e no povoamento florestal, são cada vez mais frequentes e demoradas.»²⁶⁰ A aposta nas obras públicas do regime não parecia ser suficiente.

Não obstante a visão de Rafael Duque, o «excesso populacional» tinha uma visibilidade clara no fenómeno do «desemprego rural». As primeiras notícias de um crescimento alarmante do desemprego, em consequência do crescimento populacional, tinham surgido logo em 1931,

²⁵⁵ Cf. Duque, *As subsistências e a população*, 28-29.

²⁵⁶ Cf. Duque, *As subsistências e a população*, 27-28.

²⁵⁷ Cf. Duque, *As subsistências e a população*, 28.

²⁵⁸ Cf. Duque, *As subsistências e a população*, 27.

²⁵⁹ Cf. Manuel Villaverde Cabral, *O proletariado – O nome e a coisa*, col. ensaios, A regra do Jogo, Lisboa, 1983, pp. 39-40.

²⁶⁰ Cf. Duque, *As subsistências e a população*, 27-28.

quando o Estado determinou a realização de um vasto inquérito²⁶¹ ao fenómeno social que considerava «então nascente» e, na sua sequência, criou o Comissariado do Desemprego²⁶², que passou a comparticipar a execução de obras públicas que criassem postos de trabalho²⁶³, ou, para usar os termos do decreto fundador, que facultassem a todos «o direito a um salário, em vez de criar por lei, para homens válidos, o direito a um óbulo.»²⁶⁴. As «crises de desemprego» eram então atribuídas ao crescimento populacional sem precedentes, a que se juntava os efeitos, mesmo que comparativamente moderados²⁶⁵, de uma crise económica internacional²⁶⁶. Se é certo que a história económica apresenta dados para o desemprego em Portugal comparativamente mais baixos do que a generalidade das economias mais desenvolvidas, há indícios que sugerem que regionalmente o desemprego tenha sido um fenómeno com maior amplitude social do que a literatura macro-económica dá conta²⁶⁷. No âmbito daquele inquérito ao desemprego, vários engenheiros agrónomos ao serviço do Estado elaboraram então estudos parciais e regionais às «crises de trabalho»²⁶⁸, sobretudo nas regiões onde a agricultura baseada em trabalhadores assalariados mais se fazia, o Sul das grandes explorações. Beja era então o segundo distrito do país com maior desemprego (à frente de Lisboa e atrás do Porto) com a

²⁶¹ O inquérito de 1931 sobre a crise de desemprego foi realizado pelo Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral através do envio a todos as freguesias do país de boletins de desempregados, que, depois de preenchidos, estiveram na base do apuramento dos mapas publicados em Direcção-Geral de Estatística, *O desemprego em Portugal. Resultados do inquérito realizado em Agosto de 1931* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1931). O Decreto n.º 20222, de 15 de Agosto de 1931, ordenou a realização do inquérito.

²⁶² Conhecidas as ordens de grandeza das «crises de desemprego» pela elaboração do inquérito no ano anterior, o governo cria um Comissariado de Desemprego para a colocação da mão-de-obra então listada. Cf. Decreto n.º 21699, de 19 de Setembro de 1932.

²⁶³ Cf. Baptista, *A Política Agrária do Estado Novo*, 173.

²⁶⁴ Cf. Decreto n.º 21 699, de 19 de Setembro de 1932. Sobre a actividade do Comissariado do Desemprego ver Albérico Afonso Costa Alho, «Não se dão esmolas; procura dar-se trabalho», in *Os anos de Salazar. As Oportunidades Perdidas da Oposição* (Lisboa: Planeta de Agostini, 2008), 46-66.

²⁶⁵ De acordo com Fernando Rosas, a Grande Depressão teve em um impacto tardio, rápido e pouco intenso em Portugal, com a actividade económica a retrair-se momentaneamente apenas em 1931, para rapidamente retomar no ano seguinte. Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo: 1928-1938* (Lisboa: Estampa, 1986), 93-94.

²⁶⁶ As repercussões da Grande Depressão na esfera pública avaliada a partir de notícias publicadas no *Diário de Notícias* são examinadas em José Luís Cardoso, «Ecos da grande depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções», *Análise Social*, 203, XLVII (2.º), 2012.

²⁶⁷ A partir da revisão da literatura específica, José Luís Cardoso afirma que «o desemprego registado na primeira metade da década de 1930 apresenta em Portugal valores muito mais baixos (5,5%) do que na generalidade das economias mais desenvolvidas (15%), sobretudo graças ao peso dominante que o setor agrícola detinha na estrutura da economia portuguesa e, por conseguinte, à existência de condições propícias ao auto-consumo e à absorção do desemprego urbano». No entanto, sem perturbar esta interpretação dos efeitos «atenuados e amortecidos» da crise internacional, no inventário que faz das percepções nacionais da crise, para Cardoso «resulta com clareza que a região do país mais penalizada pela crise foi o Alentejo, especialmente no distrito de Beja», ou seja, a região de grandes explorações agrícolas e assalariamento agrícola massivo (sendo que especifica que a sazonalidade das «atividades agrícolas é outro tema frequentemente afluído»). Cf. Cardoso, «Ecos da grande depressão em Portugal...», 373, 381 e 383 e 384.

²⁶⁸ O periódico *Boletim de Agricultura* (193[1]-1936), editado pela Direcção geral da Acção Social Agrária do Ministério da Agricultura, publica em 1931 e 1932 oito artigos dedicados à «crise de trabalho dos rurais».

contabilização de 5.827 (sendo que só os homens eram contabilizados), entre o total de 38.225 desempregados.²⁶⁹ Sem surpresa, 14.381 deles exerciam a sua actividade profissional sobretudo na «lavoura». Em 1934, Henrique de Barros alertava, no *Inquérito Económico-Agrícola*²⁷⁰, a partir do estudo da freguesia de Cuba, que «ainda que, até à data, nenhuma revolta ou conflito sério se tinha produzido, a verdade é que o Presidente da Câmara e as pessoas gradas da terra já algumas vezes se têm visto embaraçados com reclamações e manifestações de protesto do operariado rural.»²⁷¹ O «desemprego na classe rural», embora retratado como um «mal antigo» e «uma ameaça permanente», vinha-se agravando nos últimos anos²⁷², não obstante as acções desenvolvidas pela Campanha do Trigo.

Sobretudo agrícola, o desemprego rural caracterizava-se pela sua sazonalidade, oscilando com os ciclos das ceifas, mondas e debulhas ou da apanha da azeitona, e tinha por isso uma forte incidência entre os trabalhadores assalariados do Alentejo e no Ribatejo, que, como afirmava Henrique de Barros a propósito dos assalariados temporários em Cuba, não tinham «garantidos mais do que seis meses de trabalho.»²⁷³ Dada a predominância do trigo entre as culturas na região do Alentejo, o ciclo de produção correspondia largamente ao ciclo de emprego (e desemprego) agrícola. Todavia, em inícios dos anos trinta, o desemprego rural parecia adquirir uma amplitude inédita, estendendo-se a grande parte do ano²⁷⁴. Para debelar as crises de desemprego, a maioria das intervenções políticas e técnicas pugnava por um vasto programa de obras públicas – nomeadamente das obras de rega, como foi legislado quando se remodelou a JAOHA. A dimensão do desemprego rural foi crescendo durante a década de trinta e, em 1940, mesmo antes de se fazerem sentir os efeitos sociais da II Guerra Mundial, o deputado Belford Cerqueira apresentou um aviso prévio sobre o tema na Assembleia Nacional

²⁶⁹ Cf. Direcção-Geral de Estatística, *O desemprego em Portugal. Resultados do inquérito realizado em Agosto de 1931* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1931), 3. Mais do que números absolutos, usam-se estes estes como ordens de grandeza. Assim, se havia cerca de 38.200 desempregados em Agosto de 1931, em Junho de 1932 o número elevava-se a 41.600 desempregados, para logo descer, no mês seguinte, para cerca de 26.400, em consequência dos trabalhos de ceifas e debulhas terem ocupado cerca de 15 mil rurais. Cf. Ministério das Obras Públicas. Comissariado do desemprego, *Quinze anos de Actividade (1932-1947)*. Separata do Boletim do Comissariado do Desemprego (Lisboa: Gráfica Boa Nova, 1948), 3.

²⁷⁰ Publicado em vários volumes durante a década de trinta, *Inquérito Económico-Agrícola* foi o mais importante trabalho de investigação económico-social realizado até então. Sobre a importância destes estudos na história da investigação social agrária ver capítulo intitulado *Inquérito Económico-Agrícola (1934-1936)* em Frederico Ágoas, «Saber e Poder...», 171-195.

²⁷¹ Cf. Henrique de Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba*, vol. 1, *Inquérito Económico-Agrícola* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1934), 115.

²⁷² Cf. Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba...*, 115.

²⁷³ Cf. Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba...*, 115.

²⁷⁴ Cf. José Pacheco Pereira, *Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal* (Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1983), 118.

em que a hidráulica agrícola e a colonização – também no ultramar – são apresentadas como solução²⁷⁵.

O desemprego rural era particularmente gravoso nas zonas de grande propriedade de cultura extensiva do Ribatejo, da Beira Interior e do Alentejo, sobretudo do Baixo Alentejo, onde os assalariados agrícolas temporários constituíam quase 90 % da população activa agrícola (apenas cerca de 10% eram trabalhadores permanentes)²⁷⁶. Na verdade, entre 1940 e 1950 a população agrícola cresceu 26 % no Alentejo, o que, no contexto do modo de produção cerealífero, redundou numa acentuação do assalariamento agrícola²⁷⁷, aprofundando assim a polarização social²⁷⁸ que caracterizava a estratificação social rural nos campos do Sul. Apesar do aumento da quantidade de seareiros, e do correlativo reforço da agricultura familiar, que complexificam as leituras sobre composição social na região do latifúndio, a interdependência entre a expansão da cultura do trigo e os níveis de assalariamento agrícola era inequívoca.

Nas décadas seguintes, o «problema populacional», quando articulado com a colonização interna, foi assumindo várias configurações no discurso político e no discurso técnico-científico. A população rural e o desemprego agrícola temporário não deixaram de aumentar, em particular nas regiões de grande propriedade, impondo uma pressão demográfica sobre a terra. As aldeias das regiões da grande propriedade vivam como que cercadas, sem possibilidade de se estenderem além dos seus limites e de se encontrar trabalho para os que nela

²⁷⁵ Nessa discussão, «desemprego» designa quase sempre desemprego rural temporário, tal é a preponderância deste fenómeno específico. Depois da apresentação inicial de Belford Cerqueira em que a hidráulica agrícola e a colonização interna, bem como a ultramarina, são soluções consideradas para o problema candente do desemprego rural, ao longo da discussão a solução colonizadora foi criticada pelos deputados Diniz da Fonseca e Águedo de Azevedo, até ser abandonada na moção final aprovada. A apresentação do aviso prévio sobre desemprego pelo deputado Belford Cerqueira foi feita em *Diário das Sessões*, n.º 75, 15 de Fevereiro de 1940 e prosseguiu na sessão n.º 77, de 17 de Fevereiro de 1940.

²⁷⁶ Cf. João Castro Caldas, «Emprego Rural», *Dicionário da História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, volume VII, Suplemento A/E (Porto: Livraria Figueirinhas, 2000), 609; João Castro Caldas, «Desemprego Rural», in *Dicionário da História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, volume VII, Suplemento A/E (Porto: Livraria Figueirinhas, 2000), 509.

²⁷⁷ Renato do Carmo alerta para que as leituras sobre a estratificação social no Alentejo que incidem sobre a polarização social devem ser matizadas face à sobrevivência, e até reforço, da agricultura familiar (seareiros) na década de quarenta. Não obstante, para o autor, a proletarianização social no Alentejo, ainda que menos acentuada, e não linear, é um processo inequívoco. Cf. Renato Miguel do Carmo, «As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 1930 e 1960», *Análise Social*, vol. XLII (184) (2007): 823-824 e 831. Fernando Oliveira Baptista sublinha a complexidade da estrutura social nos campos do Sul que, além de assalariados rurais temporários e dos patrões, incluía os «patrões não-latifundiários» e a população agrícola familiar (não obstante, em 1950, este grupo representar menos de 14 % da população agrícola da região). Cf. Fernando Oliveira Baptista, «Declínio de um tempo longo», *O Voo do Arado* (Lisboa: Museu de Etnologia, 1996), 69. Também Fernando Rosas faz uma leitura da estrutura social portuguesa no mundo rural dos anos 30 que aponta para a variedade e complexidade dos diferentes grupos sociais, nomeadamente dentro do proletariado rural do Sul. Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo*, vol. VII de *História de Portugal*, org. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 48-53.

²⁷⁸ Cf. Eduardo de Freitas, «Sobre a polarização das relações sociais em Portugal. 1930-1970», *Análise Social*, vol. X, n.º 39 (1973): 494-507.

viviam, afirmavam os agrónomos da JCI. Durante a década de quarenta, o estudo das possibilidades de colonização das zonas de sequeiro do Sul²⁷⁹, desenvolvido e acalentado dentro da JCI dirigiu-se muito especificamente à objectivação e resolução do desemprego agrícola sazonal e das condições de vida rurais. Nesta década, o desemprego rural não só se torna num tópico recorrente no discurso científico agronómico, como emerge nos discursos políticos sobre o mundo rural, tópico esse que na viragem para os anos cinquenta foi sendo cada vez mais pensado e debatido sobre a designação de «excesso populacional»²⁸⁰.

Após se ter politicamente abandonado a colonização hidráulica durante os anos quarenta, sob a forte pressão dos grandes proprietários²⁸¹, as ideias colonizadoras desenvolvimentistas formuladas na década seguinte foram orientadas para responder sobretudo a um problema: o que fazer da população em crescimento? O crescimento populacional tinha abrandado a partir de meados da década de 40, com a retoma da dinâmica migratória²⁸², mas as regiões de grande propriedade a Sul do Tejo continuaram a ter um forte crescimento populacional até às vagas migratórias para a cintura urbana de Lisboa e Setúbal. Quando a colonização hidráulica voltou a entrar no discurso político, e o tema foi amplamente discutido na Assembleia da República nos dois últimos meses de 1952 a propósito do I Plano de Fomento, foram as questões populacionais e sociais que estruturaram os principais elementos argumentativos da nova solução colonizadora. Em princípios da década de cinquenta, a principal questão que os planeadores do I Plano de Fomento se colocam era a da «absorção da crescente população nacional»²⁸³, ou seja, a de encontrar actividade para a população em crescimento num modelo de desenvolvimento que a enquadrasse convenientemente. Ao longo de toda esta década, discutiu-se o que fazer com o «excesso populacional», sobretudo dos campos.

²⁷⁹ Sobre o estudo das possibilidades de colonização das zonas de sequeiro do Sul, ver Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo» (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, NOVA FCSH, Lisboa 2011); e sub-capítulo seguinte desta tese, «Colonização das terras secas».

²⁸⁰ Mais tarde, já na década de 50 o excesso populacional no mundo rural é o problema que o I Plano de Fomento tenta resolver para a agricultura. Cf. Luciano Amaral, «Agricultura nos Planos de Fomento», in *Dicionário da História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, volume VII, Suplemento A/E, 79.

²⁸¹ Amaral, «Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa...».

²⁸² Cf. Teresa Rodrigues, «A transição demográfica», in *História Económica de Portugal. 1700-2000. O século XX*, coord. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva. Volume III (Lisboa: ICS, 2005), 41.

²⁸³ Cf. Amaral, «Agricultura nos Planos de Fomento», in *Dicionário da História de Portugal...*, 78-79.

3 Água a correr sem gente: um balanço da política hidráulica

É comum sublinhar-se como nenhum dos hectares irrigados em Portugal foi expropriado.²⁸⁴ A historiografia sublinha como as iniciativas parceladoras, colonizadoras e socialmente distributivas foram bloqueadas pelos interesses da grande propriedade alentejana, na década de 30 e depois na década de 50, e de como a economia alentejana latifundista se transformou num capitalismo agrário, incapaz ou ineficiente na transformação modernizadora da agricultura e, por consequência, factor de debilidade interna para a modernização económica industrial.²⁸⁵ Para além das consequências para os níveis de produção, para as relações sociais de produção e, genericamente, para a modernização dos processos produtivos, é também possível tirar conclusões sobre os poderes em acção pela intervenção hídrica no território. O domínio das águas é um reino político; assim também a história da hidráulica pode ser uma forma de compreender, ou desvelar, configurações políticas da modernidade, nomeadamente do Estado Novo.²⁸⁶ Uma combinação de política e tecnologia que, no quadro de questionamento desta tese, permite entender formas do Estado se relacionar com o território e a sua população – especificamente, permite surpreender na política das águas agrícolas um discurso de engenharia social do Estado.

O balanço macroeconómico da política hidráulica é conhecido. Dos 106 mil hectares que o plano de 1938 previa beneficiar nos 12 anos seguintes, o Estado beneficiou apenas, e até 1958, 14.232 hectares.²⁸⁷ Não foi só que não se dividiu a terra regada; é que pouco se regou. Em 1958, na preparação do II Plano de Fomento, em vésperas da derradeira ofensiva da política de colonização hidráulica, é importante detalhar a visão governamental sobre os resultados do plano de 1938 em relação aos empreendimentos hidroagrícolas nas zonas de grande propriedade

²⁸⁴ Toda a obra de Fernando Oliveira Baptista, em particular, Cf. Baptista, *A política agrícola...*; Fernando Oliveira Baptista, *Alentejo, a questão da terra* (Loulé: Sem Luz, 2010), 185.

²⁸⁵ Fernando Rosas, «Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40)...».

²⁸⁶ Sugestivamente, termina assim um artigo sobre a política (e os regimes) da água em Lisboa: «Water is much more than H₂O, it is a thing challenging political imagination.» Cf. Saraiva, Tiago, Luísa Schmidt e João Pato, «Lisbon Water regimes: Politics, Environment, Technology and Capital (1850-2010)», *Flux*, vol. 97-98, n.º 3, 2014, 79.

²⁸⁷ Cf. Presidência do Conselho. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II) Agricultura, Silvicultura e Pecuária* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), 85.

do Sul: Paul de Magos²⁸⁸, Idanha²⁸⁹, Vales de Campilhas e S. Domingos²⁹⁰, Vale do Sado²⁹¹ e Sorraia²⁹². Este é um «Sul» que ladeia o centro do Alentejo, evitando os distritos de Évora e

²⁸⁸ Sobre Paul de Magos: Situado no concelho de Salvaterra de Magos, no Ribatejo, este aproveitamento previa irrigar 700 hectares e irrigou 535; entrou em exploração pelo Estado logo em 1938 e a partir de 1944, constituiu-se uma Associação de Regantes. Mais do 80 % dos terrenos dominados pela rega pertenciam a um só proprietário que arrendava a terra a indivíduos que, por sua vez, a cediam em parceria a terceiros (seareiros, trabalhadores rurais e pequenos empresários agrícolas). Aprofundou-se, depois de irrigada a terra, a cultura do arroz. Em 1958, «[a] defeituosa estrutura mantém-se; não se assistiu à divisão da propriedade e ainda hoje a maioria dos que exploram a terra são simples seareiros, que pagam pelo uso dela avultada importância (...); o preço por que é pago o arroz e a necessidade de aproveitar trabalho que não encontra emprego levam os seareiros a aceitar aquelas condições, ainda que delas resulte um baixo salário efectivo.» Cf. Inspeção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II*..., 89-90.

²⁸⁹ O projecto da Idanha será analisado nas duas secções seguintes. Aqui apenas se oferece a avaliação destes projectos. Situado na freguesia do concelho de Idanha-a-Nova, o projecto da Idanha previa uma área beneficiada de 6870 hectares e beneficiou efectivamente 8090 hectares. As duas partes do projecto estavam concluídas em 1950 (o Estado tinha começado a explorar o aproveitamento no ano anterior) e a Associação de Regantes constituiu-se em 1954. Como anteriormente já se salientou, cerca de 90 por cento daqueles cerca de 8 mil hectares pertenciam a grandes proprietários, estavam submetidos à cultura cerealífera extensiva, com largos pousios. O regime de propriedade reinante e as dificuldades de adaptação física ao regadio determinaram o ritmo lento do aproveitamento – a água era aproveitada somente para o cultivo de milho de alqueive. Em 1958 detetou-se ainda que tinha aumentado a superfície de arrendamento e o valor das rendas, e assim também os rendimentos dos proprietários, sem pagarem o devido para a amortização do benefício recebido. Consolidaram-se as empresas de tipo patronal, dificultando «o acesso à exploração da terra da grande massa de trabalhadores existentes na região». Só o Ladoeiro, região de pequena propriedade, permitiu uma utilização rápida da água de rega. Não obstante, em balanço em 1958 «verificou-se, deve dizer-se, uma melhoria das condições do trabalhador rural pelo aumento das possibilidades de trabalho e pela sua melhor distribuição ao longo do ano, se bem que em escala ainda modesta, pela lenta evolução da transformação do sequeiro em regadio». Cf. Inspeção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II*..., 91.

²⁹⁰ As próximas duas secções debruçar-se-ão sobre a história dos projectos de colonização na Idanha. Aqui apenas se providencia um brevíssimo resumo da avaliação do próprio Estado sobre essa história. O aproveitamento de Campilhas situa-se nos concelhos alentejanos de Odemira e Santiago do Cacém. Os 1935 hectares beneficiados (contra os 1840 planeados) pertenciam também na sua maioria a grandes proprietários, que os cultivavam anteriormente em cultura cerealífera extensiva, em grande parte coberto de montado. Depois de beneficiada e regada a zona, assistiu-se à rápida introdução do arroz, em que fez alastrar o sistema de arrendamento e elevou o preço por hectare, relata-se em 1958. A generalização da cultura do arroz, com «resultados interessantes», teve como efeito um «notável incremento das necessidades de trabalho migratório nos períodos de sementeira, plantação e das ceifas. Apesar disso, porém, não se abriram novas perspectivas ao povoamento da zona, visto que não se produziram as condições necessárias à fixação de novos contingentes de população.» Não era expectável que se fixassem pequenos ou médios empresários agrícolas. Cf. Inspeção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II*), 92.

²⁹¹ Sobre o projecto do Vale do Sado: situado no concelho de Alcácer do Sal, no Alentejo, este aproveitamento – em rigor, o Vale do Sado Inferior (1ª parte e 2ª parte) – previa a beneficiação de 8389 hectares e irrigou 9613 hectares. Entrou em exploração pelo Estado em 1948 e a Associação de Regantes constituiu-se no ano de 1953. Antes de 1949, os terrenos estavam maioritariamente submetidos ao regime de sequeiro em exploração extensiva, com domínio da cultura cerealífera em grandes propriedades, cultivadas directamente e por arrendamento. Ainda que o projecto de rega tivesse sido baseado na policultura cerealífera-forraginosa e na cultura do arroz, passados oito anos da conclusão da obra, «verifica-se na esmagadora maioria dos terrenos, senão na totalidade, se encontra submetida à monocultura do arroz». Mantinha-se o regime de grande propriedade «inalterado», aumentando a importância do arrendamento, e «não se verificaram quaisquer modificações nas condições de povoamento». «O *habitat* continua a apresentar as características de desértico, com uma população de trabalhadores rurais concentrada em pequenos núcleos ao redor da zona, que quase não evoluiu no aspecto quantitativo nem apresenta melhorias de nível de vida. É facto que aumentou, por efeito da obra, o número de salários pagos; simplesmente a má distribuição do trabalho foi ainda agravada pela generalização da cultura do arroz, que exige grandes recursos de mão-de-obra em períodos curtos, mas que a dispensa durante a maior parte do ano. Desta forma, não se produziram as condições indispensáveis para a fixação de gente, unicamente se verificou maior intensidade de movimento de ranchos migratórios, com o agravamento das condições sociais próprias do sistema.» Cf. Presidência do Conselho. Inspeção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II*..., 90.

Beja, que só se tornarão o foco da atenção governamental em meados da década de cinquenta. Na altura em que a rega do Alentejo se torna prioridade estatal, empreendeu o Estado, por uma comissão avaliadora que era defensora da solução colonizadora, um exame e crítica detalhada do plano hidráulico de 1938.

No balanço realizado a partir dos critérios de avaliação quanto ao «aumento de produção» e à «melhoria do nível de vida», o relatório²⁹³ elaborado sob a liderança de Eugénio Castro Caldas avaliava de forma inequivocamente positiva a obra feita, ainda que apontasse lugar a melhorias: louvava-se a maior «rendabilidade do solo», ainda que o aproveitamento da água estivesse a ser excessivamente lento, ou incidindo exclusivamente na cultura do arroz, produzido em regime de monocultura (em desfavor de hortícolas e forraginosas, como planeado); verificava-se a melhoria das condições de vida da população, sobretudo para os pequenos proprietários (e alguns rendeiros e trabalhadores rurais) ainda que longe das previsões mais optimistas.

À entrada do II Plano de Fomento, o ponto mais negativo dizia respeito ao «problema do emprego», à «estrutura agrária» e ao «povoamento», critérios tornados determinantes na avaliação do Plano de 38 e sobretudo nos objectivos a definir para as formas de aproveitamento das obras constantes no Plano de Rega do Alentejo, em apreciação. Tinham crescido os rendimentos brutos, distribuídos sob a forma de salários, nas zonas de rega mas «nem sempre, porém – e o caso é flagrante quando a cultura dominante é o arroz –, esse aumento das necessidades de mão-de-obra se traduz em salutar ocupação de mão-de-obra, já que dá origem a um agravamento da distribuição de trabalho ao longo do ano e impõe o recurso a pessoal migratório.» Também a «correção dos vícios» de que enfermava a estrutura fundiária tinha ficado por fazer, estando-se longe de uma estrutura que permitisse uma «mais perfeita repartição do rendimento social agrícola». Sem surpresa, a ausência de condições de fixação da população, avaliava-se, não tinha conduzido a «maior povoamento». Prolongando a metáfora

²⁹² O empreendimento do Vale do Sorraia (que hoje inclui a barragem de Montargil e barragem de Maranhão) foi a maior obra hidroagrícola planeada, abrangendo 26 526 hectares, e acabou por ter uma área beneficiada de 15 365 hectares. Tinha começado a ser construído em 1953 e, em 1958, quando se faz o balanço do plano de 1938, ainda não era possível tirar conclusões. Tinha entrado em regadio em 1957 e foi entregue à Associação de Regantes dois anos depois. Nesta altura, apesar de grande parte permanecer em regime extensivo de sequeiro, havia já uma área beneficiada posta a regadio com culturas de arroz. Desta «região subpovoada, com sérios problemas sociais a resolver», temia-se que a rega não produzisse condições de fixação de nova população. «Não é possível prever qual o caminho que seguirá a evolução do aproveitamento dos terrenos beneficiados, mas, na falta de qualquer intervenção orientadora, é natural que venha a assistir-se nos campos do Sorraia e lezíria de Vila Franca à repetição do que se passou no vale do Sado e na várzea de Campilhas». Cf. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II*..., 93.

²⁹³ No presente parágrafo analisam-se os resultados conseguidos nas zonas dominadas pelas grandes obras de rega do Sul do país planeadas em 1938 a partir do seguinte relatório: Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II*..., 93-4.

médica, a terra irrigada continuava doente. Como se dizia a respeito do empreendimento do Vale do Sado: «Em resumo, do ponto de vista económico do aumento da produção, a obra resultou eficaz, se bem que conduzisse a um exagerado grau de monocultura. Do ponto de vista social, entregue, como foi, o aproveitamento da terra à evolução espontânea, os resultados não correspondem às esperanças nela depositadas.» A introdução ou intensificação da cultura do arroz, da qual se registavam aumentos de produção satisfatórios para os técnicos, acentuava os movimentos migratórios sazonais, e assim não levava à transformação dos *habitat* das regiões, tendencialmente desérticos. Embora o aumento da produção da cultura de arroz fosse interessante para o PIB agrícola, as «novas perspectivas ao povoamento» trazidas pela irrigação ficaram por concretizar, no diagnóstico governamental. Foi este balanço, elaborado com base em critérios de «produção», «emprego», «estrutura agrária», «povoamento» e «nível de vida», que justificou, nos anos seguintes, a defesa de um desenvolvimentismo rural colonizador assente na rega²⁹⁴.

Sem querermos traçar uma relação directa de causa-efeito em relação às políticas económicas, acrescente-se que nos anos seguintes a situação da agricultura, quanto à produção, conheceu um revés. O sector agrícola não só não acompanhou o crescimento intenso da economia na década de sessenta, como teve uma evolução em sentido contrário: as taxas anuais de crescimento do PIB da agricultura entre 1959 e 1965 foram muito modestas (0,4%), em contraste gritante com a taxa de crescimento geral de 6% para o mesmo período.²⁹⁵ A historiografia tem interpretado esta evolução favorável da produção económica como resultante de várias circunstâncias determinadas pela abertura aos mercados internacionais trazidas pela adesão à EFTA, inserida numa conjuntura internacional de incremento do comércio (acordos do GATT) e por uma política de substituição das importações industriais, ambas iniciadas na década anterior e que finalmente davam resultados. O maior consumo de bens alimentares pela sociedade crescentemente industrializada e urbanizada não encontrou correspondência, contudo, num aumento substantivo do produto agrícola nacional. Apesar da modernização dos processos produtivos e da especialização produtiva – de arroz e tomate, notavelmente nos novos regadios – ocorreu uma forte deterioração da balança comercial agro-forestal em Portugal durante a década de sessenta (e seguintes).

A intervenção estatal hidráulica, planeada e efectiva, não se traduziu apenas uma relação produtiva extractiva com o território, central para o Estado quando procurou delinear políticas

²⁹⁴ O desenvolvimentismo colonizador será tema do capítulo VI.

²⁹⁵ Cf. Fernando Brito Soares, «A Agricultura», in *História Económica de Portugal (1700-2000)*, org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. III, *O Século XX* (Lisboa: ICS, 2005), 160.

conducentes ao incremento do produto e da produtividade agrícola. O regadio era o alfa e o ómega do desejado aumento produtivo agrícola quando se calculava que as diferenças de produção do regadio para o sequeiro tinham uma proporção de um para nove, num país em que na superfície cultivada, em 1958, apenas 420 mil hectares estavam submetidos ao regadio, contra 3710 mil hectares de sequeiro²⁹⁶. A rega conduzida pelo Estado envolvia também uma relação específica com a população que habitava aquele território, que interessa aqui sublinhar. Assim, também se fez um balanço das relações sociais de produção neste território transformado. Os 18% de taxa de desemprego calculado para o Alentejo em 1957 diminuiram substancialmente em virtude das grandes migrações para as cinturas industriais das cidades durante os anos sessenta. Mas, em 1958, ainda antes das grandes migrações, quando se faz um balanço dos empreendimentos de 1938 e se prepara a revisão do Plano de Rega do Alentejo, pensa-se no papel da política hidráulica na resolução dos problemas da produtividade em conjunto com os efeitos que surgiam como natural reflexo na vida dos agricultores. A recusa de uma evolução «natural» da agricultura em favor de uma «acção social agrária» do Estado, bem como os cálculos relativos à repartição social do rendimento agrícola no planeamento económico da rega, delimitavam os objectivos de «natureza social» da intervenção estatal.

A rega era um assunto económico (produtivo), social (nível de vida), mas também eminentemente político (estatal). Três áreas de análise que estrategicamente aqui se separam para se argumentar que, na perspectiva do Estado, foram sempre consideradas conjuntamente. A água desafiou a imaginação política de diferentes formas. Em primeiro lugar, a tentativa de intervenção, ou reformulação, mais correctamente, dos direitos de propriedade permitiu ir definindo os limites das vontades e das margens de acção do Estado durante cerca de 25 anos (1937-1962). Se, na década de trinta, a reforma agrária da II República espanhola e a colectivização da terra da União Soviética foram tidas como experiências sociais que serviam de contra-modelo à colonização interna individualista do Estado Novo, moderadamente defendida e proposta, os intuítos de intervenção nas relações de propriedade durante a década de cinquenta, sob o fundamento ideológico católico do «direito à propriedade», introduzem dentro do aparelho de Estado, e por extensão do regime autoritário, questões sobre a sua identidade enquanto regime. As intervenções de política hidráulica durante o Estado Novo corresponderam sempre a alturas em que o Estado foi acusado de socialismo, de transigir com outras formas políticas que não o Estado corporativo que reivindicava ser. De resto, o corporativismo parece ter sido uma ausência flagrante do planeamento hidráulico. Sempre que

²⁹⁶ Presidência do Conselho. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II) Agricultura, Silvicultura e Pecuária* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), 14.

se afirmou a possibilidade expropriadora face às grandes terras irrigadas, o fantasma do socialismo invadia a retórica dos seus opositores, em particular os «grandes agrários e latifundiários» do Sul, com Pequito Rebelo e os membros dos Grémios da Lavoura na frente. Em segundo lugar, o Estado afirma-se como planeador do território produtivo mas também da população produtiva: a política hidráulica implicou não só um território tecnologizado pela água, mas também, através de uma engenharia social de matriz católica, na década de cinquenta, a vontade de planear uma população por recursos a meios técnico-científicos. Se o discurso redentor da acção água aproximou o regime de retóricas fascistas, a frustração das largas ambições societais da política da colonização hidráulica permite entender os limites da acção de Estado – fascista ou não – em vários momentos da sua história.

Entretanto, apenas um projecto de colonização hidráulica conseguiu ser formulado durante o Estado Novo.

4 Idanha, um projecto de colonização social

Foi em 1931, na conjuntura de uma aguda «crise de trabalho» agrícola na região de Idanha-a-Nova, que a irrigação e colonização de vastos hectares da campina começou a ser seriamente equacionada pelos serviços de Estado. Nos vinte e cinco anos seguintes, a colonização da campina da Idanha não mais deixou de ser discutida, com projectos de colonização a serem elaborados e discutidos e a Idanha a ser tornada o caso exemplar da colonização hidráulica, desejada e frustrada, do Estado Novo. Entender como foi concebida esta colonização hidráulica, em que circunstâncias históricas quis actuar, quais os instrumentos colonizadores que convocou e como foi finalmente derrotada permite concretizar quais as racionalidades e mecanismos da política de colonização hidráulica.

Em 1931, haveria na Idanha entre 1.120²⁹⁷ a 1.500²⁹⁸ trabalhadores rurais «sem trabalho» entre os cerca de 38.200 contabilizados²⁹⁹ no Portugal metropolitano à época, numa população concelhia de 25 a 28 mil³⁰⁰ habitantes. Esta era uma situação social relatada em tons

²⁹⁷ Número citado pelo agrónomo Vaz da Silva, chefe da XI Brigada Técnica da Campanha de Produção Agrícola que irá mais tarde integrar os quadros técnicos da JCI, em visita ao concelho de Idanha. Cf. Eduardo A. Vaz da Silva, «A crise de trabalho dos rurais», *Boletim de Agricultura*, Ano I, n.ºs 1-5, III série, Agosto a Dezembro, 493.

²⁹⁸ Número avançado por Jaime Lopes Dias na sua monografia sobre o concelho de Idanha-a-Nova, de 1934. Cf. Jaime Lopes Dias, *Regime e organização do trabalho rural, englobando a questão da higiene e conforto no concelho de Idanha-a-Nova*, Separata do Boletim de Agricultura. Ano II, n.º 9 e 10, III série (Lisboa: Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direcção Geral da Acção Social Agrária, 1934), 45.

²⁹⁹ A cifra de 38.200 corresponde ao primeiro apuramento, posteriormente corrigido, dos «sem trabalho» efectuado por ocasião do inquérito de 1931, cujos resultados foram publicados no preâmbulo do decreto que criou o Comissariado do Desemprego. Cf. Decreto n.º 21699, de 19 de Setembro de 1932.

alarmantes pelos técnicos do Estado e os habitantes locais, que permanecerá um problema social e político no contexto de grande propriedade da Idanha. Em princípio da década de trinta, sentiu-se na região da Idanha-a-Nova de forma particularmente aguda a «crise de trabalho nos rurais», a qual, afirmava o agrónomo Eduardo Vaz da Silva ao serviço da Campanha de Produção Agrícola na região, «ameaçava tomar proporções assustadoras se imediatas providências não forem tomadas»³⁰¹. Entre os concelhos da Beira Interior, não haveria outro em pior situação do que a Idanha, onde, defendia aquele técnico, «se devia actuar antes que se produza qualquer levantamento grave».³⁰² Jaime Lopes Dias, proprietário local e grande defensor das obras de hidráulica agrícola para a região, dramatiza as condições de vida de «centenas de famílias, milhares de pessoas que não têm assegurado o direito à vida, não terem a certeza do pão de cada dia por não terem trabalho»³⁰³ «Ora, em Portugal, supomos que não haja zona agrícola aonde o atraso e a miséria das classes que trabalham a terra sejam mais pronunciados que na Campina da Idanha», diagnosticava-se também no ante-projecto de rega da Idanha, em 1933, para logo concluir que «ao lado de tal atraso e miséria é bem difícil, senão mesmo impossível, haver a paz social indispensável à riqueza da Nação.»³⁰⁴ Foi uma situação social percebida pelos poderes públicos como aflitiva que justificou o parecer positivo do Conselho Superior de Obras Públicas ao projecto de rega, em 1936³⁰⁵. São também essas as razões invocadas que levam a Câmara Corporativa a concluir, quando se pronuncia sobre grande plano de fomento hidro-hidráulica de 1938, que as obras de aproveitamento da Campina de Idanha, ao contrário de quase todas as outras, encontram justificação em razões «onde predominam os motivos de ordem social.»³⁰⁶ «Na verdade, sentia-se a imperiosa necessidade de melhorar a situação das classes que trabalham a terra na Campina de Idanha»³⁰⁷, como dava conta a publicação de propaganda do Estado Novo sobre hidráulica agrícola anos depois.

³⁰¹ Cf. Vaz da Silva, «A crise de trabalho dos rurais», *Boletim de Agricultura...*, 491.

³⁰² Cf. Vaz da Silva, «A crise de trabalho dos rurais», *Boletim de Agricultura ...*, 492.

³⁰³ Cf. Jaime Lopes Dias, *Aspirações de Idanha-a-Nova. A barragem do Ponsul* (Famalicão: Minerva, 1933), 13.

³⁰⁴ O projecto de rega da Idanha vem resumido na publicação oficial periódica da JAOHA de 1935. Cf. Ministério das Obras Públicas e Comércio. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. *Relatório. Estudos, projectos e construção*. 1935, 127.

³⁰⁵ «Na memória [Ante-Projecto de Rega da Campina da Idanha, apresentado a 21 de Janeiro de 1933] frisa-se bem quanto vem a lucrar a zona agrícola referida, zona onde o atraso e a miséria das classes trabalhadoras é muito acentuada, visto a irrigação permitir largo emprego de mão-de-obra que muito abunda em Idanha-a-Nova (que tem 6.000 habitantes) e em outras povoações, que não encontram emprego para a sua actividade. § Debaixo do ponto de vista social, que é talvez o aspecto mais interessante deste projecto, a sua realização é indispensável para bem da Beira-Baixa e portanto do País.» [Sublinhado meu]. O parecer positivo do CSOP é homologado a 15 de Maio de 1936. Cf. Ministério das Obras Públicas e Comércio. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. *Relatório. Estudos, projectos e construção*. 1935, 145.

³⁰⁶ Cf. Ferreira (relator), «Parecer sobre o Plano de estudos e obras de hidráulica agrícola»..., 842-Y.

³⁰⁷ Cf. SNI. *Hidráulica Agrícola*. Cadernos do Ressurgimento Nacional (Lisboa, SNI, 194[?]), 29.

A Campina de Idanha localizava-se na região mais a sul do concelho de Idanha-a-Nova³⁰⁸ e era marcada pelas extensas planícies áridas, situadas sensivelmente entre os rios Ponsul e Aravil, desde a povoação da Senhora da Graça até à do Ladoeiro, a sul. Semelhante em geografia e clima a certas regiões alentejanas, os terrenos ondulados cobertos de montado de azinho com poucos cursos de água estavam pouco divididos, imperando os latifúndios pertencentes a proprietários, como os Marqueses da Graciosa. Aí se praticava uma agricultura de sequeiro extensivo, com explorações agrícolas baseadas quase exclusivamente na cultura dos cereais de Inverno, trigo e centeio, e no aproveitamento das pastagens espontâneas para sustentação do gado ovino. Depois de inaugurada a barragem Marechal Carmona em 1946, o Estado começou a explorar a água em 1949 e, em 1954, conseguiu finalmente criar a Associação de Regantes e Beneficiários e Idanha-a-Nova. Em 1951, ainda se alertava no projecto de colonização para o facto de nas grandes propriedades da Idanha que dominavam a paisagem agrícola predominar a cultura extensiva de sequeiro, onde se apascentava gado manadio, sob orientação de empresas de tipo patronal, que empregavam pouco capital e mão-de-obra por hectare, sendo esta para mais mal distribuída ao longo do ano. Concluía-se que «toda a economia regional se arrasta presa a este condicionalismo, constituindo uma estrutura exageradamente débil para responder ao apelo da água.»³⁰⁹ Em 1956, os proprietários com mais de 200 ha possuíam ainda 79% da área reconhecida pelo projecto de colonização daquele ano³¹⁰. O regadio limitava-se a número reduzido de pequenos hortejos, no Ladoeiro³¹¹.

A estrutura social e as condições de vida dos trabalhadores agrícolas da região da Idanha pouco se parecem ter alterado durante o período de mais de vinte anos que medeia entre a apresentação do primeiro projecto de rega, da JAOHA, em 1933, até ao projecto de colonização, da JCI, em 1956. Esta foi uma situação social que foi sistematicamente lida como comportando uma implícita ameaça política:

³⁰⁸ O conhecimento sobre a geografia, o clima, a propriedade e a população do concelho de Idanha-a-Nova é colhido na monografia Jaime Lopes Dias, *Regime e organização do trabalho rural...*, 6-11.

³⁰⁹ Cf. Junta de Colonização Interna, *Campina de Idanha. Projecto de Colonização dos terrenos abrangidos pela 1ª fase das Obras de Rega. Várzea do Ponsul*. 1951, 50.

³¹⁰ Cf. Junta de Colonização Interna, *Plano Geral de Colonização da Campina da Idanha. Zona beneficiada pelas obras de rega n.ºs 8 e 20*. 1956, 23.

³¹¹ Em 1950, há notícia de que havia mais de 1000 hectares irrigados e aproveitados na região da Idanha porque, logo com a construção da barragem, um canal-mestre, numa extensão de mais de 30 quilómetros, foi encaminhado para o Ladoeiro, onde havia já muitos pequenos proprietários. Esta informação foi providenciada pelo deputado António Gromicho no contexto da discussão do aviso prévio do deputado Galiano Tavares sobre os contratos colectivos, as Casas do Povo e o salário familiar dos trabalhadores rurais, iniciado na sessão anterior Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 22, 27 de Janeiro de 1950, 316.

«O concelho da Idanha-a-Nova é um dos que mais sofrem de má divisão da propriedade e portanto dos que muito sujeitos à desordem provocada pela ambição de terras e sobretudo pela miséria dos sem trabalho. A obra de irrigação resolverá o problema. Com ela todos lucrarão: os pobres porque ela lhes garantirá o pão; os ricos porque lhes permitirá um viver sem sobressaltos e em boa harmonia com os trabalhadores.

Oito a dez mil hectares irrigados darão trabalho, darão alegria, darão abundância a tantos que hoje não a têm, e assegurarão a tranquilidade aos demais. Combatendo a miséria previnem-se os delitos, e é velho ditado: quando a fome entra pela porta sai a moralidade pela janela!»³¹²

De uma só vez parecia resumir-se as diferentes razões colonizadoras: «trabalho», «alegria», «abundância» e «tranquilidade». «Só a irrigação faz desaparecer a questão social», vaticinava também o eng. Pais Clemente³¹³, que colabora no projecto de rega da Idanha, de 1933. Esta era a posição dos defensores da hidráulica agrícola tida como mecanismo de intervenção social estatal no espaço rural de forma a fabricar um proprietariado, «uma classe média ou de remediados», diz, que funcionasse como esteio dos valores e moralidade conservadora que limitasse as possibilidades de acção do «papão bolshevista»³¹⁴. Esta é a posição não só do engenheiro Pais Clemente, mas também de Mário Fortes e Trigo de Moraes, engenheiros da JAOHA que, em princípios dos anos trinta, crentes nos poderes da tecnologia hidráulica para operar uma engenharia social nos campos, constituíam um núcleo ideológico coerente dentro da administração do Estado mesmo antes da mais completa institucionalização da política de rega do Estado Novo. Crescia, dentro do aparelho de Estado, um corpo de especialistas dotado com um conhecimento técnico-científico que apregoava as virtudes políticas e regeneradoras da água. Ainda antes do grande plano hidráulico de 1938, tinha-se desenvolvido a ideia de que a rega era uma tecnologia de *melhoramento* da terra e dos habitantes, expressa de resto numa retórica semelhante àquela empregue por Trigo de Moraes:

«E porque a realização da política de hidráulica traz às populações rurais e ao colono o seu bem estar, afasta deles o espectro da fome sempre má conselheira, e os torna crentes no progresso, no aperfeiçoamento do ser moral do indivíduo e no melhoramento incessante das obras materiais

³¹² Cf. Dias, *Aspirações de Idanha-a-Nova...*, 13.

³¹³ Engenheiro e major Adelino Pais Clemente, chefe dos serviços da triangulação do Instituto Geográfico e Cadastral, encarregue do levantamento e nivelamento e da organização do projecto para o aproveitamento hidro-agrícola de Idanha-a-Nova, a requisição da JAOHA. Escreveu para a revista *Técnica*, o Instituto Superior Técnico sobre a rega da Idanha e ainda o livro *Subsídios Para uma Sã Política Hidráulica*. Lisboa, 1937. Cf. Dias, *Aspirações de Idanha-a-Nova...* 30.

³¹⁴ Cf. Dias, *Aspirações de Idanha-a-Nova...* 13.

filhas do seu trabalho e esforço, a realização das obras de rega, apresenta para o caso da Idanha-a-Nova imperiosa e urgente necessidade social que só por si se justifica plenamente as despesas a fazer. Por isso, o Estado, ordenando-a e adiantando os meios materiais para a sua efectivação proporciona à própria terra o meio de cumprir o papel social que lhe está destinado.»³¹⁵

São várias as dimensões salvíficas convocadas pela acção da água: «o aperfeiçoamento moral do indivíduo» conduzido pela acção da técnica e da ciência; as «obras materiais» que permitiam pensar num indivíduo progressista como propósito da engenharia social fabricada pela política de hidráulica agrícola, sob a vontade do Estado. Uma redenção, um aperfeiçoamento moral ou social promovidos pela materialidade, cujos valores estão em perfeita sintonia com o pensamento do catolicismo social que trespassava o regime, em geral, e Trigo de Moraes, em particular. Assinale-se, então, como a construção da materialidade das grandes obras conduzidas pelo Estado era motivada não só por intenções ideológicas, como visa produzir efeitos ideológicos, perseguida que era como forma de subjectivar populações em perigo (de fome ou da revolta). Para já, sublinhe-se apenas como a promoção de um novo indivíduo estava ao serviço de propósitos políticos e sociais que, conjunturalmente, justificaram a obra da Campina da Idanha: este foi o projecto hidráulico onde a potencial acção contra-revolucionária da rega foi inicialmente considerada de forma inequívoca.

«Pois bem, leve-se a efeito esta obra; transforme-se essa enorme superfície ressequida e quasi deserta, que é a Campina de Idanha-a-Nova, em campo sulcado de canais refulgentes de água límpida, e muitas centenas, alguns milhares de famílias, seguras do seu futuro e portanto felizes e contentes, em casas branquinhas e higiénicas, labutarão alegremente em proveito próprio e da colectividade, sem ambições criminosas, sem ódios ou invejas prejudiciais.

E os proprietários, que hoje contractam guardas privativos para manter o respeito na área das suas terras, dormirão tranquilos, porque em cada talhão, nos muitos em que a terra será dividida, viverão pacificamente os que, pelo seu trabalho, hão-de tirar rendimento para todos sem necessidade de roubo ou de espoliação.»³¹⁶

Os relatos de Jaime Lopes Dias sobre o andamento dos trabalhos e, sobretudo, os argumentos avançados pelos intervenientes na elaboração do projecto de rega que cita indicam a centralidade da racionalidade política contra-revolucionária do projecto da Idanha. Pais Clemente, Mário Fortes, Soares Franco ou Carlos Helbing, todos têm um discurso social da

³¹⁵ Cf. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. *Relatório. Estudos, projectos e construção*. 1935, 127.

³¹⁶ Cf. Dias, *Aspirações de Idanha-a-Nova...*, 13-14.

hidráulica como essencial ao processo de melhoramento das condições de vida locais e, consequentemente, de pacificação social. Tal foi argumentado mais tarde por outros técnicos, como Henrique de Barros, que concebem a colonização interna enquanto uma forma de reforma agrária moderada (ou uma contra-reforma agrária), pela forma de desmobilização das reivindicações sociais pela distribuição da terra: mais eficientes do que as discricionárias medidas policiais, são «as reformas agrárias de carácter individualizante, tendo por fim a criação dum elevado número de pequenas propriedades privadas e o estabelecimento de numerosas empresas independentes, e cuja declarada intenção é a de porem um dique, julgado intransponível, à penetração das ideias de colectivização na terra, e, de um modo mais geral, ao progresso das formas de revolução social.»³¹⁷ Mas nenhuma experiência estatal teve o fundamento e a clareza argumentativa dos planos hidráulicos pensados para a Idanha.

Em parte, esta particularidade do caso da Campina de Idanha vem também da sua circunstância geográfica e do momento político internacional. Não era só a estrutura agrária e a desigualdade de acesso à terra que poderia dar azo a que proliferassem os sujeitos dados à desordem. Era invocado o perigo de contágio numa zona fronteiriça com uma região que vivia um processo de forte conflitualidade social, a Extremadura espanhola. «É ainda de notar que tendo este concelho uma extensíssima zona confinante com a Espanha, ele se encontra em situação de poderem encontrar ambiente as ideias vindas de lá»³¹⁸, alertava o engenheiro agrónomo Vaz da Silva em 1931. O agrónomo cartografa «a crise de trabalho dos rurais» numa altura em que certamente lhe chegaram ecos da proclamação da II República espanhola, em Abril de 1931. Procura então o agrónomo acautelar as autoridades «a fim de evitar consequências que poderão ser desagradáveis, sobretudo na parte da região confinante com a Espanha, onde já se têm produzido manifestações que, felizmente, não tiveram ainda consequências de maior, [e] torna-se indispensável começar imediatamente, e antes que se produza qualquer levantamento grave, a combater a crise de desemprego.»³¹⁹ Em 1931, em consequência da crise económica internacional, o desemprego crónico que assolava a região da grande propriedade da Extremadura³²⁰ em Espanha estava em risco de se tornar incontrolável,

³¹⁷ Cf. Barros, *Sobre o conceito de Reforma Agrária*, 16.

³¹⁸ Cf. Vaz da Silva, «A crise de trabalho dos rurais», *Boletim de Agricultura...*, 492.

³¹⁹ Cf. Vaz da Silva, «A crise de trabalho dos rurais», *Boletim de Agricultura...*, 492.

³²⁰ «In Extremadura, the numbers of owners and tenants decreased slightly between 1890 and 1930, but the proportion of landless never fell below 40 per cent, although in absolute terms numbers plummeted from 170,000 to 127,000 between 1910 and 1930. (...) The long summer droughts made farming highly seasonal so that average annual employment opportunities were often less than 150 days, leaving workers dependent on finding part-time employment in other sectors, such as transportation, construction or mining. Cf. Joan Roses, «Spanish Land Reform in the 1930s: Economic Necessity or Political Opportunism?», *Working papers*, n.º 225, London School of Economics and Political Science, Department of Economic History, Novembro de 2015, 8 e 13.

devido em parte ao facto dos desempregados industriais terem ocorrido em massa aos campos e engrossarem as fileiras do desemprego cíclico que sempre ocorria no final das fainas e de outros grandes trabalhos.³²¹ A estrutura agrária e as condições sociais dos trabalhadores agrícolas eram semelhantes nos dois lados da raia e parecia haver receios, por parte da tecnocracia estatal portuguesa, que o comportamento político dos trabalhadores portugueses pudesse evoluir e manifestar-se de igual forma. Era possível e até provável que as invasões de terras ocorridas a partir de 1932 na vizinha Extremadura³²² fossem conhecidas dos trabalhadores portugueses habituados a ir procurar trabalho a Espanha³²³, cuja fronteira ficava a pouco mais de trinta quilómetros da Idanha, como aventam os técnicos portugueses.

Na verdade, mais importante do que a influência das ideias revolucionárias para o desenrolar da situação da Idanha, foi o facto da emigração sazonal para Espanha ter sido súbita e momentaneamente travada, determinando o agravamento das condições sociais dos trabalhadores da Idanha, habituados àquele expediente para mitigar as suas agruras. A nova *Ley dos Términos Municipales* da II República espanhola, de Maio de 1931, obrigava agora os proprietários a empregar prioritariamente os vizinhos dos municípios³²⁴. Acresce a que desde o ano anterior que o atravessamento da fronteira luso-espanhola estava condicionado à apresentação pelos portugueses do seu bilhete de identidade (não obstante, o poder infraestrutural do Estado não dever ser exagerado face à continuação de velhos hábitos de

³²¹ Cf. Hortensia Méndez Mellado, «Por la Tierra y el Trabajo. La Conflictividad campesina en la provincia de Badajoz durante La II República (1931-1936)», Dissertação de Doutoramento em História, Universidade da Extremadura. Cáceres, 2015, 90-103.

³²² «In November 1932 there were major land invasions in Extremadura which resulted in the government passing an *Intensification of Cultivation* decree which allowed the temporary settlement of 32,821 workers on 84,836 hectares, and an average of 2.6 hectares per worker. Many of these contracts were not subsequently renewed after the 1934 harvest but even greater invasions followed the Popular Front's electoral victory in February 1936, and led to the new government settling 81,297 workers on 238,797 hectares in Extremadura (average 2.9 hectares).» Cf. James Simpson e Juan Carmona, «Too many workers or not enough land? The experience of land reform in Spain during the 1930s», *Historia Agraria*, 72, Agosto 2017, 42-43.

³²³ «Muitos, nos períodos de desemprego, já acostumados aos contratemplos da vida vivida fora da família, partiam guiados por informações, ou ao deus-dará, pelo país fora, à cata de trabalhos particulares ou públicos: abertura de estradas, construção de edifícios, etc., porque mesmo que não conseguissem economias, sempre, pelo menos, ganhavam para o seu próprio sustento! Seria menos um na casa.». Este era o relato sobre o desemprego e a emigração na Idanha por Jaime Lopes Dias já em 1968. Cf. Jaime Lopes Dias, *Para a História da barragem da Campina de Idanha-a-Nova e da sua gente. A política do campo, rumo indispensável à vida nacional! (Cartas do professor e filósofo, dr. Joaquim de Carvalho)*. Separata da Revista de História e Cultura (1968), 7.

³²⁴ Uma vez que a entrada sistemática de trabalhadores portugueses no mercado de trabalho rural na Andaluzia Ocidental, Estremadura e Salamanca baixava os salários locais e impedia greves, a nova lei laboral da II República espanhola, que ficou conhecida como *ley de fronteras*, proibiu a contratação de estrangeiros de modo a proteger as condições de trabalho dos trabalhadores espanhóis. Cf. Ricardo Robledo, Ángel Luis González Esteban, «Tierra, trabajo y reforma agraria em la Segunda República española (1931-1936): algunas consideraciones críticas», *História Agraria*, n.º 72 (Agosto 2017): 19.

passagem da fronteira sem documentos de identificação).³²⁵ No apelo final a Salazar para que se construísse a barragem no rio Ponsul, Jaime Lopes Dias rogava ao Presidente do Conselho:

«Oiça e atenda S. Ex^a o nosso pedido acudindo à miséria de povos em que o desemprego, que não é de hoje nem de ontem, porque é crónico, consequência da organização social e do regime agrário ali existente, se encontra agravado por ter estancado o remédio que por muitos anos encontrou numa emigração desnacionalizante para vizinhas terras de Espanha.»³²⁶

No entanto, novas possibilidades de trabalho se abriram aos trabalhadores da Idanha durante a década de trinta em virtude da reforma agrária decretada pela II República espanhola (e revogação da *Ley dos Términos Municipales*). Voltou-se a poder recorrer ao expediente da emigração para combater as dificuldades originadas com os períodos de desemprego da Idanha após a aprovação da lei de bases de reforma agrária em 1932. Segundo a memória de Jaime Lopes Dias, em 1968: «Em certa altura correu a notícia, vinda da Raia, de que em Espanha com a implantação da República e a reforma agrária, havia grande procura de pessoal para a surriba das sortes em que muitos latifúndios haviam sido divididos.»³²⁷ Paradoxalmente, fora a evolução da situação política em Espanha, ensaiando uma reforma agrária³²⁸, que ajudou a combater os efeitos nefastos da ausência de políticas sociais do Estado autoritário em Portugal. Nos decénios seguintes as condições de vida dos trabalhadores da Idanha não parecem ter melhorado ou sequer se alterado substancialmente com a construção da barragem. Vinte e cinco anos depois do primeiro projecto de rega, tinha-se verificado um «marcado decréscimo demográfico»³²⁹, comparando-se os censos populacionais de 1940 e 1950. Em 1956, apesar da barragem construída, a estrutura agrária não tinha mudado e a água armazenada parecia correr em vão.

³²⁵ Segundo a investigação de Ivete Sobral Santos, desde 1931 que, após um acordo assinado entre Portugal e Espanha, a travessia da fronteira luso-espanhola estava «condicionada à apresentação do bilhete de identidade para o cidadão português ou da cédula pessoal para os espanhóis». In «Aviso do Ministério do Interior-Intendência-Geral da Segurança Pública-Inspeção-Geral dos Serviços de Emigração», DG, I^a Série, n.º 30, 5 de fevereiro de 1931, citado em Ivete Sobral dos Santos, «A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração...», 57.

³²⁶ Cf. Dias, *Aspirações de Idanha-a-Nova...*, 65.

³²⁷ Cf. Dias, *Para a História da barragem da Campina de Idanha-a-Nova...*, 8.

³²⁸ Sobre a reforma agrária ver o estudo clássico Edward Malefakis. *Reforma Agraria y Revolución campesina en la España del siglo XX*. Barcelona, Ariel, 1972, 127. A historiografia mais recente sobre a reforma agrária da II República em Espanha, nomeadamente a partir do clássico estudo de Malefakis, é discutida em Rafael Serrano García, «Debates historiográficos sobre la Segunda República española (1931-1936)», *Ler História*, 69, 2016, 155-167.

³²⁹ Cf. Junta de Colonização Interna. *Plano Geral de Colonização da Campina da Idanha...*, 22.

Os mecanismos colonizadores do Estado pensados para a Campina de Idanha vão mudar substancialmente entre os princípios dos anos trinta e os finais dos anos cinquenta. Se, em 1933, havia a convicção por parte da política e da tecnocracia estatal que elabora o projecto de rega que a colonização era uma decorrência da política hidráulica, desde 1945 que o projecto da Idanha estava ancorado numa acção conjunta e inextricável da política hidráulica e da política de colonização, como possibilitada pela política definida entre 1936-1938. Os projectos de colonização hidráulica da Idanha foram o produto deste novo entendimento, expresso no ante-projecto de 1945, e transcrito nos seguintes: a transformação da cultura de sequeiro extensiva em regadio requeria uma grande soma e trabalho, realizado ao longo do ano, pelo que, para o sucesso do empreendimento, era necessário fixar mão-de-obra, ou seja, colonizar o território beneficiado. Contrariando qualquer ideia de inevitabilidade económica, o projecto de colonização, ancorado na possibilidade política introduzida na Base XIV da lei hidráulica de 1937, fazia questão de determinar a «mais estreita interdependência» entre hidráulica e colonização, ao ponto de se impor «um projecto único em que a rega seja considerada como o meio de se atingir o objectivo que os estudos de ordem económica e social determinarem.»³³⁰ Conscientes das dificuldades políticas para levar a cabo tal objectivo, os técnicos colonizadores advertem que «encarar independentemente os problemas técnicos da rega e os económicos-sociais da colonização, pode conduzir a situações delicadas e a soluções menos perfeitas, precisamente porque só um estudo de conjunto poderá enfrentar o problema em todos os seus aspectos e subordinar o que é simples meio àquilo que é objectivo.»³³¹ E dava-se o exemplo da Andaluzia espanhola, em que as obras de hidráulica agrícola, concluídas havia mais de uma dezena de anos, não tinham acarretado o fim do regime latifundiário, que continuava a ser explorado em cultura de sequeiro.

Em 1951, corria ainda «esterilmente nos canais de rega a água armazenada na barragem Marechal Carmona» e afirmava-se, mais uma vez, que havia que resolver o problema no «aspecto humano»³³², ou seja, com uma acção planeada de engenharia social através da colonização interna. Recusando colocar em causa a racionalidade económica com que se justificavam as obras de rega, procurou-se colocar o ónus «na incapacidade da população local, de índole e de preparação profissional contrária à prática do regadio» e na necessidade de promover «bons regantes», trazidos de outras paragens, «capazes de darem vida e alma à Obra

³³⁰ Junta de Colonização Interna, *Ante-Projecto de Colonização da zona beneficiada pela rega na Campina da Idanha*. 1945, 1.

³³¹ JCI, *Ante-Projecto de Colonização da zona beneficiada pela rega na Campina da Idanha...*, 1-2.

³³² JCI, *Campina de Idanha. Projecto de Colonização...*, II.

em boa hora projectada» e assim dar o «exemplo».³³³ Na verdade, a transformação da agricultura de sequeiro em regadio assentava num «incentivo» que nunca aconteceu: pressupunha-se que os proprietários pagassem as devidas taxas de beneficiação pelas obras hidroagrícolas ao Estado e que, para rentabilizar o investimento feito pelo Estado, os proprietários dividissem as terras, arrendando-as ou vendendo-as, aumentando assim a população do território, agora colonizado. No entanto, os grandes proprietários, como se acima se mencionou, conseguiram nunca pagar as taxas devidas e os proprietários da Idanha não foram excepção. Assim, não funcionou o incentivo financeiro que estava na base da política de colonização hidráulica, e nem mesmo a ameaça expropriadora contida na lei de hidráulica de 1937 funcionou como dissuasora.

Também a racionalidade económica argumentada pela tecnocracia estatal para sustentar a colonização hidráulica não se encontra espelhada nos projectos de colonização. Em grande medida, porque a economia da Idanha tinha uma «estrutura demasiado débil», não se esperava que «empresas deste tipo [patronal, com baixo uso de mão-de-obra e de capital], na Idanha, longe do estímulo de mercados consumidores, consigam transformar a sua fraqueza em força bastante para operar o milagre da intensificação cultural apoiada pelo regadio». E o projecto continua a explicar que as condições económicas – ou seja, a ausência de mercados de trabalho e consumo – levaria a optar por uma colonização tendencialmente de auto-suficiência. Mesmo os maiores defensores dos fundamentos macro-económicos da colonização interna, como Mário Pereira, um dos autores do projecto, delineiam para o território da Idanha uma colonização longe dos propósitos de industrialização da agricultura que começavam a animar, por essa altura, a tecnocracia colonizadora.

«Na grande empresa patronal tudo será contrário à melhor das iniciativas do empresário. No isolamento da Idanha, na distância que separa essa terra a regar dos mercados de consumo dos seus produtos, não se realizariam receitas bastantes para o encargo e adaptação ao regadio feita à custa de salários pagos.

A única solução que se apresenta é a da colonização feita através do estabelecimento de empresas do tipo familiar, fixadas graças à sua feição de auto-suficiência em mão-de-obra, em larga medida, e de produção para consumo próprio, à margem, também em larga medida, de condições de mercado.»³³⁴

³³³ JCI, *Campina de Idanha. Projecto de Colonização...*, III.

³³⁴ JCI, *Campina de Idanha. Projecto de Colonização...*, 50.

Às dúvidas de que na Idanha se pudesse criar uma economia mercadorizada juntava-se a afirmação da necessidade de fazer «obra social», algo que, desde o princípio da década de trinta, estava no centro dos objectivos colonizadores da Idanha.

«Poderia aguardar-se que o povoamento se desse com o apoio no arrendamento de pequenas parcelas, ou na parceria agrícola familiar. Mas os objectivos sociais da Obra não podem ser atraídos pela livre prática de sistemas que, sem o abrigo de legislação eficiente, podem conduzir à instalação de famílias rurais em baixo nível de vida, resultante de contratos defeituosos no ponto de vista social.

De resto, o esforço que vai ser necessário exigir aos futuros trabalhadores da Idanha na adaptação ao regadio, impõe, como já se referiu, o recurso à dedicação, ao sacrifício, ao amor, só possíveis naqueles que têm a esperança de adquirir um dia o direito à posse plena da terra. (...)

Por isso, na realização deste Projecto, se parte do fundamento legal que admite encarar a expropriação da área dominada pela Obra de rega.»³³⁵

Um projecto de intervenção social estatal, que assumia contornos de engenharia social, tinha na relação moral e moralista com a terra o fundamento ideológico para a criação de um proprietariado. A orientação ideológica e moral não mudou com o projecto de 1956, realizado em acordo com a nova lei de 1954, que enquadrava a acção da JCI nos territórios beneficiados pelas obras hidroagrícolas. Opta-se pelo casal agrícola – com área média de 19,5 ha, dos quais 4,5 de regadio, (seguindo o projectado em 1951 e 1946) e semelhante nas dimensões ao planeado em Pegões – como o único instrumento da colonização social, agora a ser prosseguida pelos privados. Este projecto não foi sequer apresentado à Câmara Corporativa numa altura em que continuavam as lutas políticas para que um novo regime de colonização interna fosse aprovado.

Vale a pena sublinhar que, apesar de se ter argumentado sobre relevância e racionalidade social da obra colonizadora da Idanha, há que entender, como noutras obras de colonização interna, que, de várias formas, mas desde o início, ela se constituiu como um objecto de várias racionalidades estatais em acção, fundamentada por razões de natureza vária – ditas «políticas», «sociais», «económicas» – que a tornavam uma obra argumentada como «nacional», na sua expressão global. A racionalidade social que animava os objectivos e os mecanismos de intervenção do projecto, pretendendo, simultaneamente, elevar os níveis de vida

³³⁵ Cf. JCI, *Campina de Idanha. Projecto de Colonização...*, 50.

e pacificar socialmente a região, foi sempre apoiada por um planeamento económico-agrícola que cuidadosamente sustentava financeiramente o projecto, elaborado e concretizado pelos mais modernos mecanismos técnico-científicos em acordo com a visão ideológica ruralista da sociedade. A afirmação «nacional» dos problemas de hidráulica-agrícola, expressa por Mário Fortes em 1933, foi desenvolvida pela tecnocracia estatal colonizadora nos decénios seguintes. Seguiam-se os postulados de um nacionalismo que estava além da racionalidade económica, expresso pela vontade de alimentar a população nacional pelo trabalho no seu solo, que se afirmava enquanto vontade supraclassista, a ser representada pela constituição de uma comunidade de proprietários: seguindo doutrinas agraristas, em Portugal e noutros fascismos, construía-se a nação pelo enraizamento dos trabalhadores ao solo pátrio.

5 A colonização da Campina de Idanha nas malhas da burocracia

A colonização hidráulica parece ter sido a principal orientação da política governamental de colonização interna estado-novista nos anos trinta, uma vez que possibilitava a instalação de casais agrícolas pela Junta de Colonização Interna nos terrenos irrigados e adaptados ao regadio pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola que seriam, posterior e eventualmente, expropriados por ordem do governo. Teve, contudo, poucas consequências na máquina de administração estatal. Na burocracia quotidiana de ambas as instituições, a JCI e a JAOHA, a colonização hidráulica teve pouca ou nenhuma presença, à excepção do projecto de colonização da Campina de Idanha. Como se verá no capítulo IV sobre a actividade da JCI, a política de colonização hidráulica divergiu das práticas colonizadoras institucionais do Estado. A colonização interna estado-novista foi, pois, um caso paradigmático de estudo do Estado no Estado Novo: observa-se como interagem, sobre o mesmo fenómeno histórico colonizador, o respectivo quadro legal, o aparelho administrativo, as práticas institucionais e as acções individuais dos agentes de Estado – de políticos a tecnocratas –, desconstruindo a imagem de uma acção unificada do Estado, tanto mais importante num Estado autoritário. Sobre a colonização interna no Estado Novo é preciso determo-nos, portanto, nas diferentes dimensões de acção do Estado – executiva, legal ou administrativa – com lógicas de acção nem sempre coincidentes, e que não devem por isso ser reduzidas a uma racionalidade estatal única. O estudo da actuação da JCI e da JAOHA permite, pois, seguir a acção colonizadora do Estado entendida mais a nível administrativo e menos centrada no poder político legislativo e executivo.

O acompanhamento da actividade burocrática da JCI e da JAOHA relacionada com o projecto de colonização em terrenos irrigados da Campina de Idanha dá conta do processo de negociação política, com avanços e recuos, dos obstáculos institucionais e do enquadramento legal da política de colonização hidráulica. As primeiras vontades colonizadoras hidráulicas expressaram-se logo em 1932 dentro da JAOHA³³⁶, no contexto do agravamento das «crises de trabalho» rurais, portanto mesmo antes da grande viragem governativa na política agrícola para a colonização interna, com a criação da JCI em 1936. Pensado desde 1912, acalentado desde a década de 1920 por Mário Fortes³³⁷, responsável pelo projecto da colónia agrícola dos Milagres e chefe da divisão técnica de Estudos Agronómicos e Económico-Sociais da JAOHA³³⁸, o projecto de rega da Campina de Idanha, que este engenheiro elabora também, escrito em 1933 e aprovado pelo Conselho Superior das Obras Públicas em 1935, dirigia-se sobretudo à irrigação das terras situadas na várzea do rio Ponsul³³⁹. Neste projecto de rega, que não tinha associada uma colonização planeada, cumpria ao Estado «o dever de preparar o meio mais adequado e próprio que fomenta o estímulo individual do proprietário e atraia o trabalhador rural, proporcionando-lhe o pão e o mínimo de conforto de que carece.»³⁴⁰ Antes da criação da JCI, a JAOHA decide sobre este e outros aproveitamentos hidroagrícolas partindo do princípio que a rega era a melhor forma de elevar as condições de vida dos trabalhadores rurais. Em princípios dos anos trinta, a JAOHA parecia o organismo colonizador de Estado, herdeiro da Direcção Geral de Acção Social, com a figura de Mário Fortes a coordenar os

³³⁶ Jaime Lopes Dias, proprietário local da Idanha-a-Nova, escreve várias obras em princípios dos anos trinta para publicitar a necessidade de obras de fomento hidroagrícola na região. Em 1929, participa no IV Congresso Beirão (que levou ao livro, *IV Congresso e Exposição das Beiras*), com uma tese sobre o aproveitamento do rio Ponsul para rega e, na sequência da sua intervenção, escreve vários artigos publicados no *Acção Regional* e no *Diário de Notícias*, publicitando o tema, mais tarde reunidos em *Aspiração de Idanha-a-Nova*. Famalicão: Minerva, 1933. No ano seguinte, é vencedor do concurso de monografias da Direcção-geral da Acção Social Agrária, com o trabalho *Regime e organização do trabalho rural, englobando a questão da higiene e conforto no concelho de Idanha-a-Nova*, publicada na Separata do Boletim de Agricultura. Ano II, n.º 9 e 10, III série. Lisboa: Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direcção geral da Acção Social Agrária, 1934.

³³⁷ Cf. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. *Relatório. Estudos, projectos e construção*. 1935, 109. Em 1933, dá-se conta da presença de Mário Fortes na Campina de Idanha-a-Nova para discutir localmente o projecto de hidráulica agrícola com Dias, *Aspirações de Idanha-a-Nova*, 16 e 22.

³³⁸ A Divisão Técnica de Estudos Agronómicos e Económicos e Sociais da JAOHA era composta por Mário Fortes (chefe de divisão, entretanto falecido em 1935), Álvaro de Lencastre Bobone, Lerenio Antunes Barradas, Guilherme Sheppard da Cruz, Octávio Taveira Pinto, Licínio Gonçalves Valença, Cf. JAOHA. *Relatório. Estudos, projectos e construção*. 1935, 103.

³³⁹ Cf. JAOHA. *Relatório. Estudos, projectos e construção...*, 110-127.

³⁴⁰ Em 1935, o projecto de rega estava limitado a 6740ha, dos quais 4838ha se situavam na Várzea do Ponsul. Na primeira fase agora planeada, apenas 1250 hectares (750 da Várzea do Ponsul e 500ha do Ladoeiro) seriam levados à cultura de regadio. Cf. JAOHA. *Relatório. Estudos, projectos e construção*. 1935, 110. A segunda fase do projecto relativa à restante área submetida ao regadio foi terminada em 1944, e foi dada por concluída a obra de hidráulica em 1954. Na segunda fase, previa-se a rega de 6750ha, que adicionados aos 1250 da primeira fase totalizariam 8000 ha, ou seja, mais 1260 hectares do que fora inicialmente calculado. Cf. Junta de Colonização Interna. *Plano Geral de Colonização da Campina da Idanha*, 19.

efeitos sociais das obras de rega, que a morte prematura do engenheiro em 1935 interrompeu. Dotadas de um complexo aparelho administrativo estatal, a política de colonização hidráulica muda então em 1936/1937 com refundação da JAOHA e a criação da JCI.

Em 1940, depois de concluídas as obras fundamentais do projecto de rega e beneficiação da Idanha, os estudos preparatórios para a colonização da campina iniciaram-se mas não tiveram o «ritmo desejado», face ao atraso no envio de elementos necessários da JAOHA para o organismo colonizador recém-criado, a Junta de Colonização Interna. Estes chegam à JCI apenas em Junho de 1941, mas logo no final de 1942 foram interrompidos os trabalhos na Campina de Idanha, em virtude «das profundas alterações que sofrera a economia das obras de rega e que chegaram ao conhecimento da JCI através dos esclarecimentos prestados pela JAOHA à Assembleia Nacional.»³⁴¹ Os tais «esclarecimentos» diziam respeito ao aviso prévio apresentado na Assembleia Nacional pelo deputado Melo Machado sobre hidráulica agrícola, dando voz aos protestos dos proprietários de terrenos beneficiados pelas obras de rega, que consideravam as «contribuições» devidas pelas obras demasiado elevadas³⁴². A oposição dos latifundiários aos propósitos reformistas do Ministro Rafael Duque fazia-se ouvir na Assembleia Nacional, agora baseando-se numa argumentação de natureza financeira ligada à própria execução das obras hidroagrícolas: «se os proprietários não podem pagar os encargos decorrentes da beneficiação das terras, como poderão pagar os colonos, sendo que acrescidamente têm de pagar a sua instalação?»³⁴³. As dúvidas renovam-se em 1948 quando o mesmo deputado manifestou preocupação pela possibilidade de expropriação dos terrenos irrigados da Campina de Idanha, sem que fosse dada toda a possibilidade aos proprietários de a aproveitarem³⁴⁴. Os fundamentos financeiros e a sustentabilidade económica em que assentava a obra colonizadora hidráulica planeada tinham sido postos em causa desde o início, nomeadamente aquando da discussão parlamentar e na Câmara Corporativa da lei de hidráulica agrícola, em 1937; mas, desde que as primeiras obras hidroagrícolas terminaram que a questão

³⁴¹ Cf. JCI. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1942* (Lisboa: JCI, 194[3]), 39.

³⁴² Cf. *Diário das Sessões*, nº 116, 29 de Janeiro de 1942.

³⁴³ A dúvida é colocada durante a discussão de um aviso prévio sobre hidráulica agrícola na Assembleia Nacional pelo deputado Melo Machado, grande proprietário da região de Alenquer, que dá voz aos protestos dos proprietários cujos terrenos foram beneficiados pelas obras de rega motivados pelo que consideram uma contribuição demasiado elevada. «Face aos encargos economicamente inoportáveis pelas propriedades beneficiadas», a moção aprovada pela Assembleia Nacional sugere ao Governo «a conveniência de se verificar com urgência se estão sendo devidamente interpretadas e executadas as disposições da Lei n.º 1949» (ou seja, a Lei de Hidráulica Agrícola). *Diário das Sessões*, nº 116, 29 de Janeiro de 1942.

³⁴⁴ As palavras de Francisco de Melo Machado surgem no contexto da discussão do projecto de lei relativo a alterar o artigo n.º 29 do Decreto n.º 28.652, (julgamento e reclamações em matéria de hidráulica agrícola). Cf. *Diário das Sessões*, n.º 126, 21 de Janeiro de 1948, 178 e 184-185.

se tornou premente, ao ponto do Estado não ter conseguido cobrar as devidas taxas de rega e beneficiação durante 30 anos.³⁴⁵

Em 1945, a JAOHA vaticina que «dado o atraso económico e social em que se encontra esta zona de beneficiação, a transformação não pode deixar de ser demorada e custosa na maioria das terras.»³⁴⁶ Não obstante – ou comentando as fracas possibilidades de implementação do projecto – nesse mesmo ano, os engenheiros da JAOHA e da JCI elaboram o *Ante-Projecto de Colonização da zona beneficiada pela rega na Campina da Idanha*³⁴⁷ (dois engenheiros da JAOHA – Manuel Magalhães Vilas Boas e João Martins – e três agrónomos da JCI – Eduardo Vaz da Silva, Francisco Almeida Vasconcelos e Mário Pereira). O «espírito de boa colaboração que pautou o trabalho» não impediu que os signatários do projecto salientassem que cada uma das instituições foram responsáveis únicas pelas suas áreas de intervenção: «as soluções adoptadas pela JAOHA para conseguir com eficácia a regados terrenos a beneficiar» bem como as «preconizadas pela JCI para apetrechamento dos casais agrícolas»³⁴⁸. O ante-projecto aprovado, e nunca concretizado, previa a constituição imediata de 320 casais agrícolas, «técnica e economicamente viáveis, que permitem melhorar o nível de vida de outras tantas famílias rurais (1.600 pessoas)»; «tornar a terra, hoje dominada pelo regime latifundiário, acessível a um maior número de agricultores; «povoamento de uma zona de fraca densidade populacional»; «melhor distribuição do trabalho agrícola ao longo do ano, atenuando, sensivelmente, a crises periódicas de desemprego rural».³⁴⁹

No entanto, mesmo dentro da própria JCI, parecia haver resistências quanto à política de colonização hidráulica definida: em 1945, as «divergências fundamentais em alguns pontos de vista» sobre o estudo das possibilidades de colonização da Campina de Idanha apresentado ao Conselho Técnico da Junta³⁵⁰ determinaram que o «assunto fosse exposto superiormente,

³⁴⁵ Perante a dificuldade e mesmo impossibilidade do Estado em cobrar as devidas taxas de beneficiação, Salazar aceita em 1957 rever o regime jurídico das obras de fomento agrícola. Ao dar como necessária a revisão da forma de administração e cobrança das taxas das obras de rega, o Presidente do Conselho reconhece a força dos grandes proprietários beneficiados, que conseguem não cumprir a lei de hidráulica de 1937. O despacho do Presidente do Conselho que acompanhava a proposta de lei enviada para a Câmara Corporativa era claro: «Vários milhares vão já perdidos por não se terem realizado as condições de que dependem as cobranças e por não se terem promovido estas. (...) Não vale a pena desenvolver ou insistir no assunto, tão injustificadas e prejudiciais são as consequências resultantes do actual estado de coisas.» Cf. António Trigo de Moraes (relator), «Parecer n.º 49/VI. Proposta de lei n.º 46. Regime Jurídico das Obras de fomento hidroagrícola», in *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 111, VI Legislatura, 26 de Março de 1957, 1123-1124.

³⁴⁶ Cf. JAOHA, *Relatório. Estudos, projectos e construção Relatório 1941-1944*. 1945, 178.

³⁴⁷ Cf. JCI, *Ante-Projecto de Colonização da zona beneficiada pela rega na Campina da Idanha*.

³⁴⁸ Cf. JCI, *Ante-Projecto de Colonização da zona beneficiada pela rega na Campina da Idanha...*, 48.

³⁴⁹ Cf. JCI, *Ante-Projecto de Colonização da zona beneficiada pela rega na Campina da Idanha...*, 49.

³⁵⁰ De acordo com o decreto-lei n.º 32 439, de 24 de Novembro de 1942, que reorganizou os serviços da JCI, o Conselho Técnico era composto pelo Presidente e Vice-presidente da JCI, o professor de agronomia geral do Instituto Superior de Agronomia e representantes dos seguintes organismos: Direcção-Geral dos Serviços

ficando o prosseguimento dos trabalhos dependente de deliberação do Governo.»³⁵¹ Sublinha-se mais uma vez que a política de colonização hidráulica legalmente instituída em 1937 tinha um enquadramento institucional débil, completamente dependente de uma vontade política executiva. O plano de execução da JCI de 1949 torna claro os pontos de divergência em torno da adaptação ao regadio da zona da campina da Idanha, que vale a pena citar longamente:

«o quadro actual é este: na quase totalidade da área agora considerada neste projecto domina a grande propriedade. Aí se pratica a cultura extensiva de sequeiro e se apascenta gado manadio, sob a orientação de empresas agrícolas de tipo patronal. Reduzida mão-de-obra se consome por hectare e mal distribuída ao longo do ano; pequeno capital de exploração se empata por unidade de superfície. Toda a economia regional se arrasta presa a este condicionalismo, constituindo uma estrutura exageradamente débil para responder ao apelo da água.

Será possível esperar que empresas deste tipo, na Idanha, longe do estímulo de mercados consumidores, consigam transformar a sua fraqueza em força bastante para operar o milagre da intensificação cultural apoiada no regadio?

É flagrante a impossibilidade de tal transformação, por falta de apoio demográfico e por total impossibilidade de solução económica para o problema.»³⁵²

A colonização era essencial para que a rentabilização económica (através da intensificação agrícola) do investimento tivesse lugar. O argumento económico da tecnocracia colonizadora, elaborado especialmente por Mário Pereira, agrónomo de pendor económico e co-relator do ante-projecto da Idanha, é central. Apenas um aproveitamento dos terrenos irrigados estatalmente dirigido, através do estabelecimento de casais agrícolas, poderia transformar a paisagem agrária e demográfica da região, o que requeria que se admitisse «encarar a expropriação», o ponto nodal de discórdia política entre os reformistas agrários e os grandes agrários defensores da ordem social rural. As obras da barragem Marechal Carmona estavam terminadas em 1946 e a água continuava – e continuou pelo menos até 1956³⁵³ – a correr sem ser massivamente aproveitada. Em 1949, defendia a JCI que face às debilidades económicas da região apenas um planeamento estatal da demografia regional, através da

Agrícolas, Direcção-geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, Junta Autónoma das Estradas, Direcção Geral de Saúde e Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

³⁵¹ Cf. JCI, *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1945*, Lisboa, 194[6], 9.

³⁵² Esta é a posição da JCI transcrita no seu relatório de trabalhos de 1949. Cf. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1949*, Lisboa, 19[50], 14.

³⁵³ Cf. Junta de Colonização Interna. *Plano Geral de Colonização da Campina da Idanha*, 23.

colonização, seria possível para «operar o milagre da intensificação cultural», encarada fora das «condições de mercado».

«No isolamento da Idanha, na distância que separa essa terra a regar dos mercados de consumo dos seus produtos não se realizariam receitas bastantes para o encargo da adaptação do regadio feita à custa de salários pagos.

A única solução que se apresenta é a da colonização, feita através do estabelecimento de empresas do tipo familiar, fixadas graças à sua feição de auto-suficiência em mão-de-obra, em larga medida, e de produção para consumo próprio, à margem, também em larga medida, de condições de mercado.»³⁵⁴

A posição dos técnicos da JCI não encontrava eco nos proprietários locais que se manifestavam contra uma colonização assente na expropriação. A tecnocracia estatal trabalhava para criar comunidades rurais tecnologizadas mas parecia não estar disponível – ou não ter meios – para auxílios pontuais a proprietários locais existentes. Queixava-se, em 1951, o proprietário local Sena Belo:

«Onde estão os técnicos que nos ensinem e orientem? Longe, enclausurados nos seus gabinetes, absorvidos por trabalhos certamente de grande utilidade, mas impossibilitados, por isso mesmo de atender às solicitações dos regantes, que porventura necessitem de uma consulta, de uma sugestão, do estudo in loco dos variadíssimos problemas que interessam à exploração agrícola. Grave problema este, cuja solução urgente se impõe.

Tanto se fala de técnica e afinal tudo se improvisa, feito por curiosos, à míngua de técnicos.»³⁵⁵

A situação de incerteza quanto à expropriação dos terrenos justificava que os proprietários da Idanha não adaptassem as suas terras ao regadio.³⁵⁶ Neste contexto, intensificava-se a retórica engrandecedora e redentora da colonização hidráulica pela JCI em 1951, a propósito do *Projecto de Colonização dos terrenos abrangidos pela 1ª fase das Obras de Rega. Várzea do Ponsul*³⁵⁷:

³⁵⁴ Cf. JCI, *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1949*, Lisboa, 19[50], 14.

³⁵⁵ Artigo do proprietário rural da região da Idanha Sena Belo, editado no periódico *A Voz*, mencionado no *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 153, de 17 de Abril de 1951, 736.

³⁵⁶ Esta é a visão veiculada pelo deputado Proença Duarte, em 1951. Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 153, de 17 de Abril de 1951, 736.

³⁵⁷ Cf. Junta de Colonização Interna. *Campina de Idanha. Projecto de Colonização...*

«Vai ser dura e longa a batalha da conquista da Campina para melhores destinos. Mas a dureza dessa batalha ou o tempo que demore a travar-se, não constituem motivo de receio para aqueles que confiam nas armas da vocação agrícola e do amor à terra com que sempre se bateu, em lutas iguais, o nosso trabalhador do campo.

Perante a grandeza da tarefa, interessa, no entanto, preparar o ambiente e desencadear aquele conjunto de forças materiais e espirituais que tornem possível o aproveitamento dos caudais hoje armazenados e prontos a correr nos canais da rega.»³⁵⁸

Resolvidos os problemas técnicos pelos serviços do Estado, havia que resolver o «aspecto humano»³⁵⁹. «Para regar não basta água... é preciso o esforço, a inspiração, a dedicação e a arte do regante.»³⁶⁰ Os regantes tardavam em aproveitar a água de rega que, como noutros empreendimentos hidroagrícolas, estava por explorar, sendo ainda dominante na região a agricultura de sequeiro; e a JCI tomou por bom o Ante-projecto elaborado em 1945, dando-lhe um revestimento de urgência política. Projectaram-se então 78 casais agrícolas (agora rebaptizados de «empresas agrícolas de tipo familiar»), com em média de 19,5ha cada (4,5, de regadio), no terreno a ser expropriado ao abrigo da lei de hidráulica de 1937³⁶¹. O projecto foi, contudo, chumbado pelo governo, baseado no Parecer da Câmara Corporativa³⁶², relatado por Luís Quartín Graça. A obra salvífica decretada pela tecnocracia colonizadora ficou adiada.

Um novo *Plano Geral de Colonização para a Campina de Idanha*³⁶³ foi ainda elaborado em 1956, na sequência da nova legislação aprovada dois anos antes sobre o fomento hidroagrícola – em concreto, a colonização nas zonas beneficiadas por obras de fomento hidroagrícolas ³⁶⁴ –, depois de intensa discussão na Assembleia Nacional, a propósito do I Plano de Fomento. Dois anos antes tinha sido também apresentado o *Plano de Colonização da Gafanha – II Parte*³⁶⁵, marcando um ímpeto colonizador dentro da JCI que não se iria manter. Estes foram os últimos projectos de colonização que a JCI elaborou e nenhum foi realizado. A exequibilidade do novo regime jurídico foi desde logo questionada e a orientação do Plano de Colonização para a Campina de Idanha dava conta das dificuldades de interpretação de algumas disposições da nova lei. Os relatores do Plano, técnicos da JCI, não se coibiram de fazer de

³⁵⁸ Cf. Junta de Colonização Interna. *Campina de Idanha. Projecto de Colonização*, 50.

³⁵⁹ Cf. Junta de Colonização Interna. *Campina de Idanha. Projecto de Colonização*, II.

³⁶⁰ Cf. Junta de Colonização Interna. *Campina de Idanha. Projecto de Colonização*, II.

³⁶¹ Cf. Junta de Colonização Interna, *Campina de Idanha. Projecto de Colonização*, 54.

³⁶² Cf. Luís Quartín Graça (relator), «Parecer 32/V – Projecto de colonização dos terrenos da várzea do Ponsul», Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVII, cx. 61, n.º 6 e 7, Volumes 1 e 2.

³⁶³ Cf. Junta de Colonização Interna. *Plano Geral de Colonização da Campina da Idanha...*

³⁶⁴ Cf. Lei n.º 2072, de 18 de Junho de 1954.

³⁶⁵ Cf. JCI [António Roquette Campelo] *Projecto de Colonização da Gafanha – II Parte*. JCI. Lisboa, 1954.

duras críticas à nova lei.³⁶⁶ O novo *Plano*, que tentava adaptar o anterior projecto ao novo condicionalismo legal, faz questão de observar que as maiores dificuldades na escolha da orientação a seguir diziam respeito à delimitação do perímetro de colonização – ficando de fora as disposições respeitantes à «execução da obra». Não era possível, todavia, aos serviços administrativos evitar completamente a nova orientação para a política colonizadora, que dificultava, ou impossibilitava, a acção expropriadora do Estado, assente na crença nas virtudes colonizadoras dos grandes proprietários da Idanha. Assim, lamenta-se no *Plano* de 1956 que os «serviços oficiais de Colonização não foram chamados a colaborar, no campo da esquematização conjunta da obra, com os de Hidráulica Agrícola; julgou-se preferível regular a sua acção interventora pela capacidade realizadora da iniciativa privada, e esperar, pelos seus resultados».³⁶⁷

Em 1959, no âmbito da discussão preparatória do II Plano de Fomento, as divergências dentro do Estado, entre uma tecnocracia colonizadora e os executivos que legislavam e planeavam a política agrária, fizeram-se ouvir nos espaços da Assembleia Nacional. Aqui questiona-se a impertinência da administração do Estado não seguir a política governativa, quando o deputado Amaral Neto pergunta

«quanto aos objectivos da Junta de Colonização Interna, quero daqui perguntar bem alto se a algum serviço do Estado pode ser consentido que afirme objectivos próprios diferentes dos que lhe sejam marcados pelos órgãos da soberania nacional, e que os defenda passivamente quando outros lhe são marcados.»³⁶⁸

Em Junho de 1959 terminava o prazo de cinco anos para que os proprietários aproveitassem os terrenos beneficiados da Idanha sem que a colonização por vontade daqueles

³⁶⁶ «Não se escondeu, porém, as dificuldades e as dúvidas que surgiram na organização do Plano em causa, ao interpretar e aplicar algumas das disposições contidas no articulado da lei n.º 2072, e até as apreensões resultantes da sua análise, acerca da exequibilidade duma obra de colonização alicerçada naquelas determinações legislativas. § De facto, se por um lado, a própria redação da lei, em certos pontos, conduz a situações inaceitáveis, pelos seus resultados – casos dos Art.ºs 7 e 8 – por outro, as diversas interpretações a que se prestam determinados artigos da mesma lei (Art.ºs 1.º, 6.º e 12.º) não garantem o rigor do critérios a adoptar para a elaboração dum Plano de colonização e, portanto, a certeza de que a directriz seguida seja realmente a melhor.» Cf. Junta de Colonização Interna. *Plano Geral de Colonização da Campina da Idanha...*, 3.

³⁶⁷ Cf. Junta de Colonização Interna. *Plano Geral de Colonização da Campina da Idanha...*, 19.

³⁶⁸ Refere-se o deputado Amaral Neto ao relatório preparatório da arte agrícola do II Plano de Fomento que, em dois trechos o dito relatório se refere à lei n.º 2072, de 18 de Junho de 1954, «elaborada pela nossa Assembleia sobre um projecto dos serviços oficiais, e de que estes parecem não terem gostado. Em dois trechos o relatório preparatório da parte agrícola se refere à lei, dando-a como impraticável e taxando-a, no ponto de vista doutrinário, de divergente dos objectivos da Junta de Colonização Interna.» Cf. *Diário das Sessões*, n.º 53, VII Legislatura, 1ª sessão legislativa, 17 de Outubro de 1958, 1088.

tivesse tido lugar³⁶⁹. À espera de um regime jurídico da colonização interna que desfizesse aquilo que via como as ambiguidades e inoperâncias da legislação específica, depois de 1956 a JCI não elaborou mais nenhum plano de colonização, até que o novo regime jurídico aprovado tornou obsoleta a opção de colonização com casais agrícolas dirigida pelo Estado.

Durante décadas, as relações entre a JCI e a JAOHA (e a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, onde a JAOHA se integrou a partir de 1949³⁷⁰) pautam-se por um distanciamento nas práticas institucionais. Fruto desejado da colaboração entre instituições, a colonização hidráulica que fora politicamente planeada no gabinete do ministro, discutida na Assembleia Nacional, e finalmente legislada, foi raramente prosseguida pelas instituições. A prática colonizadora da JCI ficou, se não fora da alçada governamental, à margem do escrutínio e juízo político das instâncias da política executiva governamental, que tinham estado preocupadas com a colonização hidráulica, politicamente mais ameaçadora. Mesmo a obra colonizadora propagandeada para as grandes extensões de sequeiro ou, mais modestamente, para os baldios, foi planeada por uma tecnocracia da JCI apostada num programa massivo de ordenamento da paisagem agrária e de melhoramento das condições de vida das suas gentes, em que a expropriação não era o primeiro instrumento de intervenção.³⁷¹ Dentro do Estado, a vontade de transformação profunda da paisagem rural aliada a uma engenharia social colonizadora complexa, discursificada em termos nacionalistas, veio, principalmente, da JAOHA, pelas palavras de Trigo de Moraes, que exprimiram um ímpeto de grandiosidade regeneradora nacional, nunca concretizada.

6 Conclusões

Havia ainda, mais do que tudo, que aumentar as forças da população. Se desde as suas primeiras configurações, as ideias colonizadoras modernas destinavam-se a melhor administrar e distribuir a população no interior do território nacional, gerindo ora a sua mobilidade para o estrangeiro, como visava a proposta martiniana, ora visando também a

³⁶⁹ Sobre a situação ambígua em que vivia a possível colonização da Idanha, afirmava o deputado Proença Duarte em 1958 que essa situação se arrastava desde a discussão do I Plano de Fomento (apesar de haver nova legislação em 1954). No contexto da intervenção de Proença Duarte, o deputado Amaral Neto sublinha, esperançoso, ainda que essa ambiguidade seria desfeita com o término do prazo de cinco para a colonização por particulares, que confirmaria, ou dementiria, na prática os méritos da legislação então aprovada. Cf. *Diário das Sessões*, n.º 56, VII Legislatura, 1ª sessão legislativa, 24 de Outubro de 1958, 1148.

³⁷⁰ Cf. Decreto-lei n.º 37596, de 3 de Novembro de 1949.

³⁷¹ Exemplar desta posição moderada face à expropriação é o documento elaborado por Mário Pereira, um dos mais influentes agrónomos da JCI durante a década de quarenta, sobre os *Pontos a focar numa futura lei de colonização interna* [dactilografado] (JCI, 1944).

mobilidade entre as várias regiões do território nacional, seguindo a proposta ezequieliana, havia agora que transformar esta verdadeira política da fixação, à maneira sergiana, numa forma de potenciar as energias produtivas de todos os elementos humanos nacionais. Esta é uma política desenhada a partir do conhecimento e vigilância dos movimentos demográficos que tomam o conjunto dos seus habitantes de um território de forma agregada – através dos índices de natalidade, mortalidade, saldo fisiológico, densidade populacional –, fabricando a unidade população, simultaneamente campo de conhecimento e intervenção estatal colonizadora. A população que nasce, morre, migra, em suma, vive, deve ser correctamente administrada pelo Estado, como o demonstram as preocupações com o «excesso populacional» de Rafael Duque, o «excesso de vidas» de Trigo de Morais, o «sobrepovoamento rural» de Mário de Azevedo Gomes, ou a «superpopulação relativa»³⁷² de Álvaro Cunhal. Quando o «excesso de vidas» irrompia como problema político estatal, tornado visível pelo desemprego rural sazonal, a inactividade dos braços rurais teve como uma das respostas políticas a colonização familiar, o trabalho intensivo da terra, para além do estrito ganho de eficiência produtiva. Para além do factor de ameaça de revolta social numa altura em que uma nova ordem social e política se impõe, havia que extrair pela força do trabalho bens à terra, e através do trabalho desta tornar produtivos os braços que cresciam. Havia que dar ocupação à população impedida de emigrar, um excesso de forças por explorar que engrossavam as fileiras dos desempregados sazonais, produzidos pelo regime de grande propriedade, tal como acontecia na Extremadura espanhola, que cresciam naquele início dos anos trinta para não mais deixarem de ser um problema político e social para o regime nas décadas seguintes. Havia que melhorar a vida da população, numa renovada relação com o trabalho produtivo, que a posse de terra acarretava.

A engenharia social imaginada pelos mecanismos de intervenção colonizadora sobre a população dirigira-se assim menos à «transladação» populacional entre um Norte populoso e um Sul desértico, uma imagem social que continuava a ser bastante difundida mas já anacrónica

³⁷² Em rigor, Álvaro Cunhal tenta desmistificar a noção de que havia um «excesso populacional» em Portugal no livro *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, onde desnaturalizou a ideia feita que imputava o atraso económico e o baixo nível de vida em Portugal a factores naturais. Na senda de Marx, e da sua crítica às teorias populacionistas de Malthus, Álvaro Cunhal, baseando-se numa concepção optimista (porque virtualmente infinita) da exploração humana da natureza, critica o discurso neo-maltusiano que pressupunha uma pobreza natural de Portugal. Na sua visão, o «excesso de população» era uma expressão da desigualdade na distribuição das riquezas produzidas. A crítica ao neo-malthusianismo, que situa na base dos mitos sobre o atraso natural português, é desenvolvido num capítulo intitulado «A população e as subsistências», numa inversão dos termos da conhecida conferência de Rafael Duque, onde critica as «economistas e os técnicos esclarecidos», como por exemplo Henrique de Barros ou Ferreira Dias. No entanto, os técnicos e economistas citados, bem como Rafael Duque, participam mais no discurso destrutivo da pobreza natural de Portugal, em conjunto e precedendo Álvaro Cunhal, do que num neomalthusianismo condenador à pobreza natural todo um país. Cf. Álvaro Cunhal, *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*. Lisboa: ed. Avante, 1976 [1966].

numa altura em que o Alentejo conhecia o seu maior quantitativo populacional. As densidades populacionais no Alentejo ou na Beira Interior, embora menores que no Noroeste atlântico, seriam equilibradas não através de um programa estatal de transferências populacionais, como existia nas *bonificas* da colonização italiana populacionista e anti-urbana, mas por acção das ditas leis naturais que fariam deslocar as vidas à procura de terra, para as terras irrigadas e férteis sem gente suficiente para as cultivar. Uma visão de futuro social que não se concretizou uma vez que o Sul produtivo se fez mais pela intensificação do capital nas grandes explorações, do que pela intensificação do factor trabalho, como previu o relator do parecer da Câmara Corporativa à Lei de Hidráulica Agrícola, em 1937. A nação biológica cindida pela perigosidade social dos seus desempregados ocasionais trazia um problema estatal que a colonização hidráulica visou responder, como ficou evidente no caso do frustrado projecto de colonização da Campina de Idanha.

CAPÍTULO IV

«ENCARAR O PROBLEMA DA TERRA COM A GREI»³⁷³:

AS COLONIZAÇÕES DA JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA (JCI)

Na década de trinta, foi política e legislativamente imaginado um «Estado forte» que racionalizasse e melhorasse o território e a população nacional, através de meios técnico-científicos colonizadores. Uma nova política promoveria uma nova ordem rural assente no valor superior da pequena propriedade e do pequeno proprietário. As ideias agraristas de colonização interna passaram a ser uma política de Estado, mesmo que moderada nos seus propósitos e instrumentos, legalmente enquadrada e com uma expressão administrativa encarregada de a materializar, através da JAOHA e da JCI. No entanto, a colonização interna quando institucionalizada e prosseguida pela administração estatal conheceu evoluções que não estavam contidas na política executiva e na legislação promulgada. A administração colonizadora do Estado, através da JCI, não obedeceu a uma materialização burocrática das ideias modernistas de um executivo voluntarista, mas ao desenvolvimento de planos e técnicas colonizadoras em constante mutação que respondiam a determinados problemas por si formulados através de um conhecimento técnico-científico que objectivava a realidade (territorial e populacional) onde se visava intervir. Uma complexa reunião de diversos mecanismos estatais (legais, financeiros, administrativos), técnicas de reconhecimento, cálculo e avaliação (hidrológicas, agronómicas, económicas, sociais) e formas de intervenção territorial e populacional permitiram à JCI exercer poderes de administração de territórios e populações segundo critérios de autoridade (estatal e científica).

É objectivo desta parte perspectivar a colonização interna a partir da história da administração da JCI. Através desta historicização dos poderes administrativos de Estado, compreender-se-ão as várias intervenções colonizadoras na sua diversidade, permitindo pluralizar as práticas colonizadoras, desidentificando-as com a reforma das estruturas agrárias. Procurar-se-á, primeiro, entender o significado da proposta colonizadora interna em Portugal inserindo-a numa cultura política europeia colonizadora, conhecida dos técnicos da JCI, contribuindo assim para o repertório de práticas colonizadoras transnacionais; seguir-se-á a exposição das modalidades de colonização interna implementadas e os vários tipos de técnicas de intervenção colonizadora que a JCI praticou; terminar-se-á por uma breve caracterização da tecnocracia colonizadora a partir do exame das técnicas por si idealizadas e materializadas.

³⁷³ Pereira Caldas, *Aspectos do Problema Agrário*, 9.

1 Como assim, colonização interna?

«A colonização interna é o conjunto de providências que têm por fim realizar, dentro de cada país, a mais completa utilização da terra e instalar nela, do modo mais racional, o maior número de famílias.»³⁷⁴ Esta definição aponta para uma lógica de racionalização produtivista dos recursos naturais e populacionais dentro do território metropolitano alcançada por via de um mecanismo (estatal) de mobilidade e fixação das populações nacionais. Território (enquanto estrutura agrária) e população (enquanto famílias) deveriam ser racionalmente harmonizados por iniciativa e comando estatal e foi com este fim em vista que o Estado Novo criou a Junta de Colonização Interna em 1936³⁷⁵. Um pouco mais tarde, na reorganização de que a JCI é alvo em 1942³⁷⁶, o legislador define mais concretamente os fins da acção do novo organismo: «promover e orientar a melhor distribuição da população rural»; «estudar e propor as providências necessárias ao melhor arranjo da propriedade rústica, tendo em conta, ao mesmo tempo, o aspecto económico e social»; «empreender obras fundiárias de que resulte aumento de produção ou melhoria das instalações rurais não adstritas a outros serviços públicos». Distribuição da população rural, reestruturação agrária e aumento da produção são os três fins da política de colonização interna então definidos. O alcance dos objectivos e a abrangência da acção da nova instituição colonizadora traduziam bem o problema histórico que aquela se propunha resolver: a adequação da população portuguesa ao território nacional, tendo por base a divisão da propriedade rústica. Este corpo de ideias colonizadoras – cuja genealogia remontava aos reformistas agrários como Oliveira Martins, Basílio Teles e Ezequiel de Campos e tinha sido ensaiado em fragmentárias medidas estatais, especialmente após 1918 – teve o momento de institucionalização estatal, depurado das suas formulações e intenções mais radicais, em 1936. Finalmente, o «total aproveitamento da terra» e «o melhor arrumo das populações rurais»³⁷⁷ fazia plenamente parte da política e da administração do Estado.

«Terra» e «família» são os dois termos (e realidades) que se conjugam na colonização interna assim definida. Nem só melhoramento produtivista da terra, nem apenas povoamento – é a relação entre ambos que parece caracterizar a colonização. «Não interessa à obra de colonização interna – que é obra eminentemente social – a simples cultura produtiva de certa área de terra, mas a instalação do maior número de famílias nos casais agrícolas nela

³⁷⁴ Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização...», 842 – RRRR.

³⁷⁵ Cf. Decreto-lei n.º 27207, de 16 de Novembro de 1936.

³⁷⁶ Cf. Decreto-lei n.º 32439, de 24 de Novembro de 1942.

³⁷⁷ Cf. Ministério da Agricultura [Luiz Quartin Graça], *O Estado Novo e a Agricultura* (Lisboa: SPN, 193[8]), 61.

demarcados»³⁷⁸, afirmava-se em documento técnico colonizador no início do Estado Novo. O melhoramento produtivo das terras e das famílias – e dumas pelas outras. Esquemáticamente se pode assim decompor a colonização numa dimensão de gestão populacional, pensada como forma específica e conjunta de migração³⁷⁹ e fixação, que existia já na segunda metade do século XIX; e em segundo lugar, uma dimensão agrícola, que visa o aumento da produção extraída da natureza. A redução a estes dois elementos justificava, de resto, que o exemplo dos primeiros monarcas portugueses fosse continuamente invocado pelo discurso colonizador.

«Por este meio das colónias teve a povoação do reino princípio» foi o lema encontrado para a JCI, que o pediu emprestado a Severim de Faria. D. Sancho I, dito o «Povoador», D. Dinis, que manda plantar o pinhal de Leiria, e sobretudo, D. Fernando, com a sua Lei das Sesmarias, são desde Oliveira Martins, mas também em Ezequiel de Campos, fonte de inspiração quando não de ensinamento para a boa acção povoadora. Na história do povoamento medieval, através das doações e dos aforamentos colectivos nas diferentes regiões do reino, encontrou Oliveira Martins a razão dos contemporâneos sistemas agrícolas e da divisão fundiária do país, bem como das diferentes atitudes e comportamentos das diversas populações que aí residiam – o individualismo minhoto, as vivências comunitárias transmontanas, etc.³⁸⁰. Até porque era da «história da colonização e povoação do reino» que se devia inferir «as lições da experiência que são mais fecundas.»³⁸¹

Estas narrativas históricas do povoamento de Portugal pelos reformistas agrários foram incluídas numa narrativa histórica oficial da colonização interna do Estado Novo de forma a filiar a política colonizadora na continuidade histórica do povoamento medieval, fazendo do Estado Novo o apogeu necessário do progresso da nação. Esta foi, de resto, uma estratégia comum da propaganda política do Estado Novo. A política colonizadora foi mesmo colocada, por vezes, ainda que metaforicamente, como cumprimento e término do processo de «Reconquista», de Norte para Sul, fundadora da identidade portuguesa, nacionalizando-se assim, finalmente, todo o território. Entende-se deste modo melhor que não raras vezes no discurso oficial estadonovista, como já entre os reformistas agrários, o termo colonização tenha sido usado como a forma mais completa e acabada do movimento histórico de longa duração que seria o povoamento dos territórios improdutivos e desérticos, sobretudo do Alentejo.

³⁷⁸ Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização...», 842 – RRRRR.

³⁷⁹ «Colonização enquanto migração» é o sentido encontrado por Cristiana Bastos no seu artigo sobre ciências da colonização. Cf. Cristiana Bastos, «Corpos, climas, ares e lugares: autores e anónimos nas ciências da colonização», in *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*, org. Cristiana Bastos e Renilda Barreto (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais), 38.

³⁸⁰ Oliveira Martins, «Proposta de Lei de Fomento Rural»..., 23-25.

³⁸¹ Oliveira Martins, «Proposta de Lei de Fomento Rural»..., 23.

A colonização interna, no entanto, longe de ser uma particularidade da história de Portugal, foi um fenómeno amplo da Europa do entreguerras, quando se sucederam iniciativas estatais para fundar novas comunidades em terras improdutivas, pouco ou mal habitadas, apoiadas por uma forte crença no progresso e na capacidade humana de domesticar tecnicamente a natureza.³⁸² Colonizar estava na ordem do dia na Europa quando não era ainda um vocábulo que se apresentasse com a estranheza política aplicado ao território metropolitano como o foi depois de iniciadas as independências africanas e asiáticas após a II Guerra Mundial. Neste período da história europeia, as práticas colonizadoras internas fizeram parte do movimento de emergência e constituição do Estado intervencionista. Os muitos exemplos de colonização interna europeia incluem o estabelecimento de agricultores na fronteira leste alemã pelas autoridades prussianas e pela República de Weimar³⁸³, a conquista de novas terras na Holanda³⁸⁴, a colonização das regiões nortenhas pela Noruega e pela Suécia³⁸⁵, as reformas agrárias no Sudeste europeu³⁸⁶, a drenagem e colonização do Agro Pontino italiano³⁸⁷, a colonização agrária em Espanha³⁸⁸, entre outros exemplos³⁸⁹. Este era um fenómeno

³⁸² Cf. Van de Grift, «Introduction: theories and practices of internal colonization...».

³⁸³ Sobre a colonização interna promovida pela Alemanha nas regiões a leste desde os finais do século XIX veja-se em particular as investigações de Elizabeth B. Jones, «Internal Colonization in Weimar Germany: Transnational and Local Approaches to Rural Governance in the 1920s», in *Governing the Rural in Interwar Europe*, ed. Liesbeth van de Grift e Amalia Ribí-Forclaz (Londres: Routledge, 2017), 24-44; Elizabeth B. Jones, «¿Un gran plan de mejora?»: la colonización interna en el imperio alemán...»; Elizabeth B. Jones, 'The Rural "Social Ladder": Internal Colonization, Germanization, and Civilizing Missions in the German Empire', *Geschichte und Gesellschaft* 40:4 (2014): 457-492. Veja-se ainda Robert L. Nelson, «The Archive for Inner Colonization, the German East, and World War I», in *Germans, Poland and Colonial Expansion to the East*, ed. Robert Nelson e ainda Blackbourn, *The Conquest of Nature...*; e Kopp, *Germany's Wild East...*.

³⁸⁴ Liesbeth van de Grift, «"On New Land a New Society": Internal Colonisation in the Netherlands, 1918-1940», *Contemporary European History* 22:4 (2013): 609-626.

³⁸⁵ Cf. Håkan Forsell, «Modernizing the Economic Landscapes of the North. Resource Extraction, Town Building and Educational Reform in The Process of Internal Colonization in Swedish Norrbotten», *Internacional Journal For History, Culture And Modern Territoriality*, 3 (2) (2015): 195-211.

³⁸⁶ Dietmar Müller, 'The Governmentality of Land Ownership in South-eastern Europe. Romania and Yugoslavia: A Comparison', in *Contexts of Property in Europe. The Social Embeddedness of Property Rights in Land in Historical Perspective*, eds. Rosa Congost and Rui Santos, 211-227 (Turnhout, 2010).

³⁸⁷ Sobre a colonização interior durante o fascismo italiano, em particular sobre a recuperação (*bonifica*) e colonização de terras no Agro Pontino, veja-se Federico Caprotti, *Mussolini's Cities* (Cambria, 2007). A bibliografia italiana sobre a colonização no período fascista é extensa, mas destaca-se em particular Mauro Stampacchia «*Ruralizzare l'Italia*». *Agricoltura e bonifiche tra Mussolini e Serpieri* (1928-1943) (Milão: Franco Angeli, 2000), Elisabetta Novello, *La bonifica in Italia. Legislazione, crédito e lotta alla malária dall'Unità al fascismo* (Milão: Franco Angeli, 2003) e ainda o já clássico, mais dedicada à expressão urbanística da colonização, Riccardo Mariani, *Fascismo e "città nuove"* (Milão: Feltrinelli, 1976).

³⁸⁸ Vejam-se as obras já clássicas, que continuam a ser um excelente ponto de partida da investigação, sobre a colonização (na sua relação com a reforma agrária) em Espanha na primeira metade do século: Edward Malefakis. *Reforma Agraria y Revolución campesina en la España del siglo XX*. Barcelona: Ariel, 1972 [1970] e Cf. F.J Monclús e J.L. Oyon, *Colonización agraria en España, 1855-1973. Políticas y técnicas en la ordenación del espacio rural* (Madrid: Ministério de Agricultura MAP - MOPU, 1988).

³⁸⁹ Para além dos casos de Portugal, Espanha e Itália, o grande projecto europeu MODSCAPES – *Modernist reinventions of the rural landscape* tem estudado projectos de colonização (interna e ultramarina) para este período (Líbia italiana, Marrocos francês e Grécia), mas sobretudo para o período depois da II Guerra Mundial na

transnacional que não estava restrito à Europa (vide os realojamentos rurais do New Deal dos EUA de F. Roosevelt³⁹⁰), cujas ideias, modelos e práticas circularam entre países, inclusive nos seus territórios imperiais. Uma política de racionalização da população e do território que, mais do que característica de ideologias políticas específicas, deve ser entendida a partir do enquadramento nacional (e nacionalista) e da construção do Estado moderno. Sob o mote de engrandecimento da nação, mas revelando especificidades das histórias nacionais, as práticas colonizadoras articularam diferentemente preocupações e objectivos de auto-suficiência alimentar, reforma agrária, modernização dos processos produtivos agrícolas, povoamento de terras improdutivas, estabilidade política, melhoramento dos níveis de vida rurais, entre outros.

Também em Portugal se proclama a abrangência das finalidades colonizadoras do Estado, realçando-se os seus fins nacionalizantes, ruralistas e anti-urbanos, populacionistas e produtivistas:

«De há muitos anos, mas sobretudo hoje, é reconhecida a extrema importância da colonização interna sob o ponto de vista nacional, social e económico.

Conserva e aumenta uma população rural sadia, forte e garante fiel da nacionalidade; combate as consequências da exagerada industrialização, que tanto faz crescer o proletariado e o desemprego; aumenta o rendimento de terras insuficientemente produtivas; aproxima da terra a população não agrícola, a urbana e a industrial, permitindo-lhe fixar-se nos terrenos próximos das povoações; equilibra a cidade e o campo, prendendo as famílias à gleba, que não mais trocarão pela cidade, e permitindo aos operários restaurar o seu antigo amor à terra; levanta benéfica barragem ao êxodo do trabalhador rural e aos conhecidos malefícios do urbanismo; é o meio ideal de lutar contra o desemprego; concorre para melhorar o regime demográfico dentro de um país provocando migrações interna dos centros de maior densidade de população para as regiões menos populosas.»

391

O discurso colonizador fazia parte da conhecida «questão agrária» em Espanha, Itália e Portugal – abarcando, no caso português, o tema dos «baldios», dos «incultos», do latifúndio e da fragmentação da propriedade –, reconfigurando os temas do fomento económico e das terras desocupadas e improdutivas sob o prisma da reforma agrária. A definição de colonização

República Democrática da Alemanha, na Estónia e Letónia, na Ucrânia soviética e em Israel, focando-se na modernização do espaço rural. Informação sobre os estudos produzidos em <https://modscapes.eu/project/>.

³⁹⁰ Diane Ghirardo, *Building New Communities: New Deal America and Fascist Italy* (Princeton, 1989).

³⁹¹ Cf. Abel Pereira de Andrade, «Parecer referente a dois projectos de colonização interna», in *Diário das Sessões*, 10º complemento ao nº 192, 1938, 29 de Outubro, pp. 842 – SSSS.

interna que abre este capítulo IV, muito glosada nos documentos oficiais³⁹² durante todo o Estado Novo, foi claramente inspirada numa obra suíça sobre a colonização interna nesse país³⁹³. No ano anterior, dois técnicos da JCI, José Luís Calheiros e Meneses e José Pereira Caldas, tinham visitado a Suíça à procura de ensinamentos colonizadores, aconselhados pelo Instituto Internacional de Agricultura, depois de uma curta estadia em Roma.³⁹⁴

Se a narrativa historiográfica apresentada no discurso colonizador providencia uma continuidade histórica de longa duração ao fenómeno, quando se chega ao Estado Novo colonizar um território não era já tão só fundar novas povoações, à maneira medieval. O novo vocábulo «colonização» em voga – também noutros países europeus – estabelecia, contudo, um significado mais complexo do que o antigo «povoamento». Na segunda metade do século XIX, o arroteamento e cultivo de parcelas de terrenos por iniciativa de proprietários privados – como José Maria dos Santos levou a cabo na sua Herdade de Rio Frio (Pinhal Novo) – tinha sido designado de colonização. Mas agora, para «colonizar» parecia não bastar o estabelecimento de povoadores ou colonos; eram necessários uma série de dispositivos orientados a obter o máximo de aumento da produtividade do terreno³⁹⁵. Colonizar tratava de ocupar e aproveitar a terra, mas *da maneira mais racional*. «Racional» é o discurso de António Henriques da Silveira³⁹⁶ na sua memória da Academia das Ciências acerca da necessidade de povoamento da província do Alentejo – o pensamento colonizador é desde o início discursificado numa linguagem dos meios e dos fins. Com a colonização, não se trata apenas de fazer um melhor aproveitamento produtivo de determinadas terras ao abandono, ou despovoadas, qual reedição

³⁹² Por exemplo, «a colonização visa obter a mais completa utilização da terra, instalando nela o maior número de famílias» em SNI, *Colonização Interna...*, 11.

³⁹³ «La colonisation intérieure est l'ensemble des mesures destinées à créer à l'intérieur du pays des terrains nouveaux et des habitations à l'effet de nourrir et de loger d'une manière plus rationnelle un plus grand nombre d'hommes que par le passé» é a definição proposta pelo professor suíço Hans Bernhard, citada na obra de Jean Piller, *La colonisation intérieure* (Fribourg: Editions du Secrétariat agricole, 1938), por sua vez citada no influente parecer de Abel Pereira de Andrade (1938). Cf. «La colonisation intérieure», *Le Rhône. Journal d'informations*, n.º 3, 10 Maio de 1938.

³⁹⁴ Cf. José Luís Calheiros e Meneses, José Pereira Caldas, *Apontamentos sobre colonização interna, na Suíça* [viagem de estudo dos vogais da Junta de Colonização Interna] (Lisboa: Junta de Colonização, 1937), citado e analisado em Rita Almeida Carvalho, «The Junta de Colonização Interna and the shaping of the Estado Novo's peasantry: newness and stagnation of the rural society», in *Regionalism, Nationalism & Modern Architecture* [Actas de Conferência] (Porto, 25-27 de Outubro de 2018): 54-62. Sobre a colonização interna na Suíça na primeira metade do século XX, veja-se Daniel Burkhard, «Integration through land improvement. Internal colonization in Switzerland during the first part of the XX century», *Internacional Journal for History, Culture and Modern Territoriality*, 3 (2) (2015): 233-248.

³⁹⁵ Este é o sentido que se usa em Espanha já em meados do século XIX. Cf. Cf. Monclús e Oyon, *Colonización agraria en España, 1855-1973. Políticas y técnicas en la ordenación del espacio rural*, 32.

³⁹⁶ Veja-se o título do texto do memorialista António Henriques da Silveira «Racional discurso sobre a agricultura, e população da província de Alentejo», in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e Suas Conquistas (1789-1815)*, ed. José Luís Cardoso, tomo I, 43-98 (Lisboa: Banco de Portugal, Lisboa).

de uma Lei das Sesmarias; nem de promover a ocupação humana de determinado espaço para o melhor dominar politicamente, como nas doações. Tratava-se agora de começar a conceber uma *ordem racional* do território e da sua população, com recurso aos saberes técnico-científicos então emergentes.

Colonizar era uma forma perfeita de povoar, porque era dar uma ordem racional ao espaço³⁹⁷, baseada em princípios científicos e técnicos, tendo primordialmente em vista a sua produtividade e ocupação humana. Por «colonizar» e «povoar» entendiam-se diferentes formas de ocupação humana, com ou sem ciência, como explicitamente consideravam Trigo de Morais e Eugénio Castro Caldas³⁹⁸. Se ensaiarmos uma etimologia social dos termos, aos poucos a sinonímia entre povoar e colonizar existente nos primeiros decénios do século – por exemplo, em Ezequiel de Campos³⁹⁹ – parece ir desaparecendo. Colonizar correspondia a uma intervenção complexa, tecnicamente mediada, no espaço. Implicava conhecê-lo cientificamente, melhorá-lo tecnicamente e ocupá-lo sociologicamente. É nesse sentido que se pode interpretar a colonização como uma das formas de constituição de uma paisagem técnico-científica da modernidade, que teve o seu apogeu no fascismo. Colonizar era construir uma *ordem rural racional*, crescentemente baseada em princípios e mecanismos técnico-científicos, e cujos saberes correspondentes passavam pelas ciências do território e da população, que então se renovavam, consolidavam ou emergiram (engenharia hidráulica, agronomia, geografia humana, sociologia rural, arquitectura, arquitectura paisagista). Saberes e técnicas que foram crescendo, diversificando e se complexificando dentro da Junta de Colonização Interna.

³⁹⁷ Timothy Mitchel sublinha a dimensão de construção de ordem política no projecto colonizador: «Colonising refers not simply to the establishing of a European presence but also to the spread of a political order that inscribes in the social world a new conception of space, new forms of personhood, and a new means of manufacturing the experience of the real.». Timothy Mitchell, *Colonising Egypt*. (Los Angeles/Oxford: University of California Press, 1988), IX.

³⁹⁸ Trigo de Morais distingue «colonização» de «povoamento» na ocupação humana a empreender nos regadios, consoante o seu grau de intervenção no território em Trigo de Morais, *Sempre o problema da água...*. Pela mesma altura, Eugénio Castro Caldas distingue a *colonização* do *povoamento* ocorrido na mancha pliocénica ao Sul do Tejo, por este não ter sido suficientemente planificado, tal como os outros agrónomos a estudar as ditas «colonizações espontâneas» na mesma região, estudados no mesmo volume. Cf. Eugénio Castro Caldas, «Aspecto do «habitat» rural na mancha pliocénica ao Sul do Tejo», in *Problemas da Colonização. 1. – A zona pliocénica ao Sul do Tejo*, (Lisboa: JCI, 1943), 47.

³⁹⁹ O termo «povoamento» é sempre preferido por Ezequiel de Campos, embora por vezes use o termo «colonização» como sinonímia. Cf. Ezequiel de Campos, *A Conservação da Riqueza Nacional. A Grei. Os Minerais. A Terra. As Matas. Os Rios* (Porto: Tip. Silva Teixeira, 1913); idem, *Subsídios para a política de de Reorganização Nacional* (Porto: Empresa Gráfica Industrial do Porto, 1923).

2 A JCI e as modalidades da colonização

A criação da JCI em 1936, com vasto corpo de técnicos, servia o cumprimento desse zelo estatal em dar ordem racional ao território e à população nacional. Planeada para ser uma instituição transitória, temporalmente limitada ao total aproveitamento do território, ainda que vagamente definido, a JCI surgiu de uma reorganização do Ministério da Agricultura⁴⁰⁰, no âmbito de uma mais lata vontade de racionalização dos serviços de Estado, preocupada com a eficiência administrativa. Tinha o Ministério da Agricultura «como certo que não haverá verdadeiro progresso se não tiver na base as aquisições da ciência.»⁴⁰¹ Sem surpresas, também os técnicos da colonização sublinhavam o papel funcional da ciência em relação às artes de governar do Estado⁴⁰². O próprio presidente da JCI atribui, em 1945, a frustração das iniciativas colonizadoras anteriores acima de tudo à ausência de condições técnico-científicas, notavelmente um corpo de especialistas dentro do Estado⁴⁰³ nos decénios anteriores ao Estado Novo. «Uma nova atitude face à ciência» que caracteriza, de resto, o Estado dos regimes fascistas, notavelmente, em relação ao espaço rural⁴⁰⁴, que o distingue e opõe ao período republicano. «O governo será cada vez mais uma função científica ou técnica»⁴⁰⁵ é uma frase atribuída por Trigo de Moraes a Salazar, em favor da sua visão de redenção tecnológica do mundo rural. Longe de ser apenas um terreno onde encontrou o seu núcleo ideológico conservador, o espaço rural foi escolhido por técnicos do Estado Novo, à semelhança de outros fascismos, para projectar as suas paisagens técnico-científicas, constituindo-se estas, com a colonização interna, como o espaço por excelência da experimentação social.

Fixar cientificamente as famílias significou constituir uma forma jurídica privilegiada de relação entre a terra e a família: o casal agrícola. Se as modalidades de colonização interna foram variando ao longo da história da instituição, desde a sua fundação que a JCI estabelece

⁴⁰⁰ Cf. Decreto-lei n.º 27207, de 16 de Novembro de 1936.

⁴⁰¹ E daí que a orientação científica justifique a particular atenção dispensada aos estabelecimentos de investigação e ao recrutamento do seu pessoal técnico. Cf. Decreto-lei n.º 27207, de 16 de Novembro de 1936, 1485.

⁴⁰² «Ao promover, estimular e facilitar as investigações científicas em domínio tão material e utilitário como é o agrícola, o fim último do Estado é assenhorar-se de dados, informações e conhecimentos que lhe permitam governar com mais eficácia e consciência, isto é, que reduzam a margem de incerteza e da imprevisão a que tem estado, em geral, largamente submetida a atividade dos políticos e até a dos seus cooperadores técnicos». Cf. Henrique de Barros, «O conceito de Economista», *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, vol. XIV (1943), 26.

⁴⁰³ Concretamente, afirma Pereira Caldas que «a falta de uma justa apreciação das condições do meio regional, a carência de uma opinião pública esclarecida e ainda a inexistência de um corpo de especialistas dificultavam a execução de melhores projectos». Cf. José Garcês Pereira Caldas, «O Povoamento do Sul», in *Problemas de Colonização I – A zona pliocénica ao Sul do Tejo* (Lisboa: JCI, 1943), 11.

⁴⁰⁴ Lino Campubri Bueno, «Political Engineering: science, technology and the francoist landscape (1939-1959)» (Phd Dissertation in History, University of California, Os Angeles, 2011).

⁴⁰⁵ Cf. Trigo de Moraes, *Sempre o problema da água...*, 67.

como centro da sua actividade o planeamento e instalação de casais agrícolas, fosse em terrenos baldios e incultos pertencentes ao Estado ou às autarquias locais, fosse em terrenos por estes adquiridos ou ainda em propriedade privada, sobretudo irrigada⁴⁰⁶. No balanço da actividade de vinte e cinco anos da JCI, em 1962, esta publicitava como «experiências de colonização» apenas os 513 casais agrícolas construídos, distribuídos por sete centros de colonização que ocupavam a área total de 8.995 hectares⁴⁰⁷. A historiografia tem centrado a sua atenção sobre esta forma de colonização, mas a abrangência da acção administrativa da JCI mostra-nos uma acção colonizadora do Estado bastante mais diversa. De resto, em acordo com a amplitude semântica do vocábulo. «Entendeu-se que deve considerar-se colonização, além do estabelecimento de novos casais agrícolas, tudo quanto auxilie, promova ou consolide a fixação das populações rurais», ⁴⁰⁸ afirma-se a propósito do reconhecimento dos baldios presumivelmente colonizáveis, logo em 1938. A abertura de caminhos e estradas, a projecção e edificação de edifícios sociais e agrícolas, a habitação rural, a assistência técnica prestada aos colonos, entre outras, eram consideradas actividades de colonização porque fixavam famílias à terra. Desde que se inicia o grande trabalho de reconhecimento dos baldios que se entende que a actividade colonizadora incluiria ainda a constituição de pequenas glebas, novas explorações agrícolas formadas nos terrenos comuns pertencentes aos povos, individualizando e privatizando a sua propriedade e uso. Em 1958, contabilizaram-se 7409 glebas criadas, que atingiram 13.480 hectares de propriedade baldia⁴⁰⁹, mas que tinham sido, paulatinamente, desidentificados com a «experiência colonizadora».

As várias formas de colonização que se destinavam a intervir de forma diferenciada no território tinham sido regulamentadas em 1946, estabelecendo uma distinção entre o casal agrícola e a gleba. O aproveitamento dos terrenos a colonizar tinha sido e seria assim feito quer através da instalação de um «casal agrícola formado por casa de habitação, com dependências

⁴⁰⁶ O artigo 173º do decreto-lei n.º 27207, de 16 de Novembro de 1936 estabelece que compete à JCI (1º) «tomar conta dos terrenos que lhe forem entregues pela JAOHA», logo que estivessem realizadas as obras e concluídas a adaptação ao regadio e (2º) «instalar neles casais agrícolas», (3º) promover a constituição de associação de regantes e a instalação de postos agrários, (4º) «efectuar o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios do Estado e dos corpos administrativos susceptíveis de aproveitamento para instalação de casais agrícolas», (5º) adquirir terrenos privados para colonizar e superintender obras de colonização levadas a efeito por iniciativa privada, (6º) estudar as condições de instalação dos casais agrícolas, (7º) e estudar o regime jurídico destes. Cf. Decreto-lei n.º 27207, de 16 de Novembro de 1936.

⁴⁰⁷ Cf. Junta de Colonização Interna. *Exposição Comemorativa do XXV Aniversário. 24 de Abril de 1962*. [panfleto].

⁴⁰⁸ Cf. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938* (Lisboa: JCI, 194[0]), 13.

⁴⁰⁹ Cf. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II*..., 107. A glebas foram excluídas deste balanço público da actividade da JCI em 1962, que bem se percebe dada a evolução da concepção colonizadora do Estado, abordada no capítulo seguinte.

adequadas à exploração rural e por terrenos com área suficiente para uma família média de cultivadores»⁴¹⁰, quer pela concessão de glebas (com ou sem casa, mas consideradas complemento de salário). Tanto na doutrina como na prática colonizadora, a forma mais perfeita, ou «integral», de colonização foi sempre considerada a realizada através do casal agrícola⁴¹¹, uma «unidade económica perpétua, inalienável, indivisível e impenhorável»⁴¹² que unia inextricavelmente a propriedade e a família em favor de «verdadeiro Amor Pátrio»⁴¹³. Baseado no «casal de família» de 1930, mas com uma tradição que remontava aos finais do século XIX⁴¹⁴, o casal agrícola visava instituir, juridicamente, uma forma moderna de propriedade vinculada, cujo sujeito de direito fosse o chefe de família. Esta era uma forma de estabelecer um direito de propriedade que não se confinasse a um individualismo da posse, e assim contrariasse as tendências individualizadoras liberais. Outras ordens jurídicas ensaiaram possíveis formas de vinculação da terra, sendo o *homestead* americano a referência de toda a história posterior, mas longe de ser único. Desde a *Gorbata*⁴¹⁵ em Goa, ao *bien de famille* francês, passando pela *Erbhöfe* na Hungria⁴¹⁶, são várias as formas jurídicas semelhantes que procuraram unir terra e família. Sendo uma figura jurídica fora do liberalismo individualista da propriedade, já se argumentou que esta é uma figura privilegiada da reacção conservadora moderna – o que melhor se entende se admitirmos que a gestão das relações de propriedade foi uma forma privilegiada de gerir a população durante todo o século XX⁴¹⁷.

Considerou-se ainda como colonização o emparcelamento de propriedades rústicas que permitisse aumentar a sua produtividade e o enraizamento dos seus trabalhadores; e ainda o complemento de explorações agrícolas «deficitárias» de forma a promover a dita «consolidação» de movimentos colonizadores anteriores, incompletos e precários. Mais tarde,

⁴¹⁰ Cf. Base II da Lei n.º 2014, de 27 de Maio de 1946.

⁴¹¹ A análise da instituição jurídica dos casais agrícolas da colonização interna, baseada no «casal de família» instituído em 1930, enquanto forma moderna de propriedade vinculada, bem como os casais agrícolas projectados para os colonatos é levada a cabo na minha tese de mestrado. Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos...», 46-53.

⁴¹² Base IV da Lei n.º 2014, de 27 de Maio de 1946.

⁴¹³ Na listagem das razões para os casais agrícolas constituírem a «forma integral de colonização», afirma-se que «fixa em condições estáveis a família; garante o sustento e a melhoria de condições de vida do fogo, facilita equilibrada intensificação cultural (...) prende o homem ao lar e à terra, donde derivam os bem conhecidos benefícios de bom sendo, de maior proliferação, de verdadeiro Amor Pátrio». Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização interna. *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*, vol. 1 (Lisboa: JCI, 1941), 21.

⁴¹⁴ Teresa Nunes, «Casal de família: polémicas e propostas (1891-1910)», conferência apresentada em *Agricultura familiar na História: comunidades, economias e paisagens*, IV Encontro RuralRePort. Rede de História Rural em Português, Palmela 27 e 28 de Junho de 2014.

⁴¹⁵ Cf. *Dicionário de Literatura Goesa*, Elvino de Brito, Freppel Costa, JJ da Cunha, *Nossa Terra. Estudos Económicos, financeiros, sociais e internacionais*. Vol. 1. 1939. Agradeço ao José Ferreira esta referência.

⁴¹⁶ *Agricultura in the age of fascism*, 36.

⁴¹⁷ Cf. Gosewinkel, «Introduction. Histoire et fonctions de la propriété».

a colonização será também pensada como uma política de «acesso à propriedade», com a compra de propriedades há muito arrendadas.

Na procura de uma *ordem* territorial e populacional, a colonização desenhada e prosseguida pela JCI nas décadas de quarenta e cinquenta fundamentou-se numa articulação ponderada das funções da grande, média e pequena exploração na estrutura agrária e social rural – em particular, no Sul. Desde a sua fundação que a JCI estava preocupada em não conceber reformas agrárias «abstractas»⁴¹⁸; o objectivo era promover com base na legibilidade técnica do espaço (das culturas existentes, características agrológicas, possibilidades aquíferas, condições de vida das populações e função social da pequena, média e grande propriedade) a reorganização da ocupação agrícola do espaço nacional, colonizando-o. «As soluções para o problema da colonização não podem obedecer a normas rígidas e uniformes. Têm de subordinar-se às características especiais de cada zona»⁴¹⁹, afirmava Eduardo Vaz da Silva, vice-presidente da JCI a estudar o pliocénico do Sul. A colonização a promover seria necessariamente científica mas nunca revolucionária – foi a orientação dos seis agrónomos da JCI intervenientes nas II Jornadas Agronómicas. Das funções acometidas à JCI na lei fundadora deduzia Eugénio Castro Caldas que a «criação deste organismo não teve em vista a revisão da estrutura agrária nacional»⁴²⁰. A reforma agrária prosseguida pela JCI será sobretudo tema da década de cinquenta. Os seus técnicos passaram os anos anteriores a distanciar-se dela. Henrique de Barros, o agrónomo de filiação sergiana, parecia apostado em encontrar soluções para «uma reforma agrária preocupada em não deitar por terra os anteriores direitos de propriedade privada.»⁴²¹

Certamente que a questão da reestruturação agrária estava presente, mas não era um aspecto central da actividade da JCI nos seus primeiros anos de actividade. Era talvez o seu ponto mais polémico. Muito esquematicamente, poderá talvez resumir-se a actividade da primeira década da JCI a um conjunto de providências que tentaram multiplicar a exploração agrícola familiar,

⁴¹⁸ Vaz da Silva, «A colonização da mancha pliocénica do Sul...», 90.

⁴¹⁹ Vaz da Silva, «A colonização da mancha pliocénica do Sul...», 90. Esta orientação foi oficialmente consagrada pela JCI, que a incluiu no seu relatório de 1942 Cf. Ministério da Agricultura. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1942* (Lisboa: JCI, 1944), 34.

⁴²⁰ Cf. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento...*, 104.

⁴²¹ «Isto é», continua, «duma reforma agrária que, afectando embora a forma de fruir a terra, conservasse os seus primitivos vínculos de posse.» Tal alcançar-se-ia através de formas de arrendamento e de parceria - esta de resto incensada pelo seu colega Eugénio Castro Caldas - que o Estado instaria, obrigaria ou sugeriria aos grandes proprietários. Uma solução que tem semelhanças com a adoptada na revisão do regime jurídico de colonização interna em 1954, bastante favorável aos grandes proprietários pois quase que impossibilitava a expropriação. Resta dizer que durante a década de cinquenta Castro Caldas mudou radicalmente de posição, como se verá no capítulo seguinte. Cf. Henrique de Barros, *Economia Agrária*, vol. 1, col. A terra e o Homem (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1948), 403.

como o fez Henrique de Barros quando afirmou que os projectos de colonização da Junta manifestavam «igual propósito» às «reformas do após-guerra 1914-1918» que «tiveram por objectivo quase único, à excepção da russa, a constituição duma numerosa classe de pequenos proprietários, chefes de empresas familiares»⁴²². Colocados em suspenso os grandes projectos de colonização hidráulica, razões administrativas e científicas ditariam as prioridades de trabalho do novo organismo colonizador. A instituição de carácter provisório acabou por permanecer até 1975. Os seus 39 anos de vida, com reorganizações sucessivas, mudança de objectivos e funcionamento legais, incluindo, sobretudo, a sua prática administrativa, permitem entender a abrangência das práticas de colonização interna.

3 Colonizar as «terras de todos»: os baldios

Logo de início, a JCI «encaminhou a actividade dos seus técnicos para a observação directa dos casos típicos e iniciou naturalmente os seus trabalhos pela terra de todos – os baldios – por ser a que mais se prestaria a realizações sem perturbação de maior.»⁴²³ Importa sublinhar desde logo o óbvio: ainda que a propriedade comum fosse juridicamente reconhecida, o Estado, assumindo-se como legítimo representante dos povos, tentou ali intervir em nome destes. A relação entre Estado – sobretudo, entre os diferentes serviços administrativos – e povos expropriados foi, contudo, mais atribulada, redefinindo os termos daquela relação.

O conhecimento acumulado do Estado através do reconhecimento dos baldios efectuado de forma sistemática pelos serviços do Estado desde 1932⁴²⁴ tinha levado à conclusão que a sua colonização teria necessariamente um lugar marginal na política produtivista agrícola do Estado Novo. Mas foi esse mesmo conhecimento administrativo pelo Estado dos baldios que propiciou que a JCI iniciasse a sua actividade nesses terrenos. Embora o aproveitamento dos baldios não permitisse resolver os problemas de aumento populacional e de abastecimento alimentar que

⁴²² Cf. Henrique de Barros, *Economia Agrária*, vol. 1, col. A terra e o Homem (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1948), 402.

⁴²³ Cf. Pereira Caldas, *Aspectos do problema Agrário*, 40.

⁴²⁴ Depois das iniciativas de aproveitamento frustradas durante a década de 20, em 1932 é decretado um inventário dos baldios e a suspensão dos processos de alienação entretanto iniciados até que se averiguasse a melhor forma de se fazer de aproveitamento daqueles terrenos comuns. Cf. Decreto n.º 20 968, de 28 de Fevereiro de 1932, ordena o inventário dos baldios. A sua execução seria feita através do envio obrigatório da informação pelas câmaras municipais e juntas de freguesia. Cf. Art.º 1 do Decreto n.º 12 9656, de 8 de Dezembro de 1932. Nos anos seguintes, as câmaras municipais e as juntas de freguesia declararam a bom ritmo os baldios que administravam, primeiro à Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, e, depois de 1936 à JCI. Foi com base nesta informação reunida que a JCI apurou a existência de 347.252 ha de baldios no continente português em 1939. Segundo a JCI, foram 46 câmaras e 724 juntas de freguesia que não enviaram as respostas do inquérito para os serviços centrais. Cf. *Reconhecimento dos Baldios no Continente*, vol. I (JCI, 1939), 24.

preocupavam o Ministro da Agricultura Rafael Duque⁴²⁵, a facilidade administrativa de acesso a estes ditou que actividade colonizadora do Estado se iniciasse por eles. Uma longa história de subalternização ideológica das formas de propriedade comum na modernidade justificava que o Estado imaginasse ser ao mesmo tempo fácil e imperiosa a transformação daquelas em propriedade privada.

Desde os finais do século XVIII que um número crescente de publicistas da economia política, cada vez mais a partir do Estado, viam os terrenos comuns como um obstáculo ao progresso económico e civilizacional do país ⁴²⁶, exemplificado na condenação do comunitarismo agro-pastoril em Basílio Teles e em Ezequiel de Campos. Não obstante os sucessivos esforços estatais de privatização dos comuns⁴²⁷, bem entrado o século XX os baldios continuavam ainda fundamentais aos equilíbrios precários de várias economias aldeãs, especialmente de montanha, como atestavam os estudos conduzidos pela JCI⁴²⁸: para a apascentação dos gados (especialmente vacas, bois, cabras e ovelhas), para a recolha do mato (com a urze, giestas, estevas ou tojo a servirem de cama aos gados, sendo depois usados para fertilizavam as terras), ou mesmo, depois de arroteados ou queimados, para serem cultivados em folhas com cereais, especialmente o centeio. Contudo, longe de ser apenas um resquício de uma mítica comunidade tradicional pré-capitalista, a função produtiva dos baldios estava já muitas vezes inserida numa economia de mercado, propiciando formas de diferenciação

⁴²⁵ Logo no decreto fundador, afirma-se a irrelevância económica da colonização dos baldios: «Resta a Divisão de Baldios e Incultos. Como se sabe, está feito, grosso modo, o reconhecimento dos baldios do País. Uns serão arborizados, outros servem de logradouro comum dos povos e outros podem e devem ser aproveitados para colonização. Quantos milhares de hectares? Não tantos como parece, se se quiser fazer obra duradoura e nada que venha resolver o problema que o aumento da população vai pondo em evidência.» Cf. Decreto-lei n.º 27207, de 16 de Novembro de 1936.

⁴²⁶ A ideia de que apenas a propriedade privada da terra poderia intensificar o trabalho e o investimento necessário ao crescimento da produção agrícola estava na base da defesa económica da privatização dos comuns. Para um caso de depradação ambiental ocorrido na privatização dos comuns da Serra de Mértola vista na longa duração, veja-se Rui Santos e Maria José Roxo, «A tale of two tragedies. The commons of Serra de Mértola in the Alentejo (southern Portugal) and their privatizations, eighteenth to twentieth century», in *Rural Societies and Environment at Risk. Ecology, property rights and social organisation in fragile áreas (Middle Ages-Twentieth Century)*, ed. Bas van Bavel e Erik Thoen, 115-145 (Turnhout: Brepols, 2013).

⁴²⁷ Seguindo outras iniciativas mais ou menos sucedidas no século anterior, em 1913 uma lei encorajou as autoridades municipais a dispor das terras comuns que não fossem necessárias aos propósitos colectivos, dividi-las em parcelas e distribuí-las aos chefes de família e aos indigentes. Seguiram-se iniciativas com a mesma orientação em 1918, 1920 e 1921, e, sobretudo, decretos em 1924 e 1925 que alargaram a base legal da apropriação estatal dos comuns a todo o território. Tentava-se então responder às necessidades de crescimento agrícola com a criação de um campesinato auto-suficiente. A partir desta base legal, cerca de vinte baldios foram divididos e privatizados Cf. A.H. de Oliveira Marques e Maria Fernanda Rollo, «A propriedade», in *Portugal da Monarquia para a República*, coord. A.H. de Oliveira Marques, vol. XI da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (Lisboa: ed. Presença, 1991), 51-55; Santos e Roxo, «A tale of two tragedies...», 128-129.

⁴²⁸ Entre os estudos produzidos pela JCI para os baldios, destaque-se os quatro volumes do *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados* (Lisboa: JCI, 1942).

social.⁴²⁹ Em paralelo a estas práticas sociais, o aforamento dos baldios ensaiado desde o século XIX era devedor da crença na superioridade económico-produtiva da exploração da terra em regime de posse privada como forma de melhor responder às necessidades alimentares da população em crescimento. E a vontade estatal (ou municipal) sancionou, quando não impulsionou, o movimento de apropriação privada das terras comunitárias, mesmo em logradouro comum.

Chegado a 1936, e sabida as débeis capacidades agrícolas dos terrenos comuns pelo reconhecimento iniciado em 1931, o Estado Novo privilegiou o aproveitamento florestal dos baldios, marcando assim uma nova era na política estatal.⁴³⁰ Depois de na década anterior se pugnar por uma política de colonização dos terrenos comuns, privilegia-se agora a política de aproveitamento florestal dos baldios. O combate à erosão dos terrenos e o apoio às novas indústrias são invocadas pelo Ministro Rafael Duque para promulgar a Lei do Povoamento Florestal⁴³¹, perante a falência do proteccionismo trigueiro. Um aprofundamento da relação extrativa com a natureza, que a integrasse na extensão dos mercados, neste caso em favor da emergente indústria da celulose, subjazia então à nova política económica nacionalista. A política de arborização massiva das regiões serranas, maioritariamente baldias, teve, no entanto, a princípio a oposição interna dentro do aparelho de Estado. Entre 1938 e 1944, a JCI e os Serviços Florestais disputaram entre si a forma e a extensão do aproveitamento dos baldios: ora para colonizar, ora para florestar. Estas lutas internas ao Estado expressavam interesses económicos diferentes, entre agraristas e industrialistas⁴³², mas também uma diferente relação dos organismos de Estado com o território e as populações locais. Sem esquecer que há uma vontade de legibilidade e de intervenção tecnológica que permeia esta racionalidade estatal,

⁴²⁹ Veja-se o caso dos baldios de Campeã, distrito de Vila Real, estudados em Anthony Roland Brouwer, «Planting Power. The afforestation of the Commons and state formation in Portugal», [tese de doutoramento] (Universidade de Wageningen, 1995), 142-3.

⁴³⁰ Com a Lei de Aproveitamento Florestal de 1938 (Lei n.º 1971, de 15 de Junho de 1938), o Estado Novo anuncia uma arborização maciça das zonas serranas, maioritariamente baldias. Contudo, entre 1938 e 1944, assiste-se no aparelho de Estado a um conflito interno entre a Junta de Colonização Interna e os Serviços Florestais dependentes do Ministério da Agricultura sobre como – e em que extensão – deveriam ser aproveitados os terrenos: ora para colonizar ora para florestar.

⁴³¹ Uma avaliação económica da política florestal do Estado Novo, nomeadamente da Lei e do Plano de Povoamento Florestal (1938 e 1940) encontra-se em Amélia Branco, «El plan de Repoblación Florestal 81839-1968»; una medida del Estado Novo por evaluar», in *Agriculturas e Inovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*, coord. por Dulce Freire e Daniel Táboas Lanero (Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011), 135-165; Estevão, «A florestação dos baldios». A integração da política do Plano de Florestação na construção das paisagens modernas fascistas é feita em Saraiva, «Fascist Modernist Landscapes...».

⁴³² A partir da história das diferentes áreas baldias reconhecidas por aqueles dois serviços da administração do Estado, Estevão interpreta e esmiúça uma luta de interesses entre agraristas e industrialistas pelo aproveitamento dos baldios, agudizada pelo contexto da economia de guerra. Cf. Estevão, «A florestação dos baldios», 1189.

interessa detalhar a acção de um suposto sujeito Estado, complexificando as racionalidades de actuação que este integra e unifica.

Entre 1938 e 1944, assistiu-se a um fervor na submissão de baldios ao regime florestal que, não raras vezes, foi acolhido com desconfiança e resistência pelas populações locais – exemplar e notoriamente ficcionada por Aquilino Ribeiro, em *Quando os Lobos Uivam*⁴³³. O pastoreio, o corte de lenhas e mesmo o cultivo de algumas folhas nos baldios foram muitas vezes ignorados ou tornados irrelevantes pelos técnicos florestais. No computo do plano de arborização de 420.000 hectares de serra em 1938 arborizam-se 67.260 hectares até 1952⁴³⁴, a que se juntaram nos quatro anos seguintes mais 39.500 hectares. Anos depois, foi o próprio Estado a admitir e a criticar a soberba da atitude alto-modernista⁴³⁵ dos seus agentes. Para os Serviços Florestais, os baldios reconhecidos incluíam também as áreas em logradouro comum, ao contrário da JCI, cuja atenção à relevância daqueles espaços para as populações locais, a partir do seu trabalho de campo, parece ter sido maior⁴³⁶.

Escudando-se no Código Administrativo, a JCI procurava ir ao encontro dos usos e vontades expressas pelos «vizinhos» dos baldios, posicionando-se pela defesa da conservação dos usos económico-sociais estabelecidos pelos povos. Se uma ideologia cientificista impelia a acção do Estado na construção da paisagem modernista, esta parecia ser moderada pela metodologia de «inquérito directo» que enformava o gesto estatal. Um trabalho de campo⁴³⁷ que, de resto, impôs a «mobilização quase geral» dos técnicos da JCI por determinação superior a partir de Setembro de 1939. «Não se tratava efectivamente de, alheados do interesse local,

⁴³³ Sobre a resistência à florestação dos baldios, ver Dulce Freire, «Os baldios da discórdia. As comunidades locais e o Estado», in *Mundo Rural – Transformação e resistência n Península Ibérica (século XX)*, 191-224 (Lisboa: ed. Colibri, 2004); veja-se ainda sobre o «caso Aquilino» (o processo movido ao autor do livro e a polémica pública que o rodeou) em José Manuel Sobral, «A etnografia de Aquilino Ribeiro», *Antropológicas* 6 (Dezembro 2002): 7-41.

⁴³⁴ Cf. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento...*, 97.

⁴³⁵ O conceito de alto-modernismo, discutido na introdução da Parte II «Concepção e instalação das colónias agrícolas» desta tese, foi cunhado por James C. Scott, *Seeing like a state. How certain schemes to improve the human condition have failed* (New Haven/Londres: Yale University Press, 1998).

⁴³⁶ As diferentes áreas baldias reconhecidas em 1935, 1939, 1941 e 1944 resultavam do emprego de diferentes metodologias no apuramento das áreas baldias que não correspondiam apenas a lutas entre diferentes interesses económicos; traduziam também diferentes concepções do que devia ser considerado baldio – com a inclusão ou não de áreas em logradouro comum.

⁴³⁷ O «programa de estudos para a elaboração do plano geral de aproveitamento dos baldios» incluía a recolha de informações pelos agrónomos e regentes agrícolas nas áreas baldias categorizadas por «Situação» (carta topográfica); «A região» (características agro-climáticas); «Descrição» (orografia e hidrografia, factores climáticos locais, etc.) e, mais importante, «Usufruição» («Papel desempenhado na economia dos povos utentes»; «modalidades e importância da fruição actual»; «recenseamento da população da freguesia e seu agrupamento em classes, conforme a produção agrícola computada no género dominante recenseamento dos gados por fogo»). Do reconhecimento da «usufruição actual dos baldios» dependia a planificação do seu «aproveitamento futuro». Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização interna. *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*, vol. 1 (Lisboa: JCI, 1941), 18.

buscarem a forma de valorizar a terra, mas de averiguarem como tal valorização deveria alcançar-se, com vantagem para as populações rurais cujas condições de vida são quasi sempre bem precárias»⁴³⁸, era a auto-justificação para a grande operação de legibilidade estatal. Longe de se restringir ao contributo produtivo para a economia nacional, os técnicos da JCI atribuíram-se uma missão de *melhoramento*, quando não de *civilização*, após o «contacto íntimo com as populações serranas» que evidenciavam um «aspecto doentio das gentes» e um «ar sombrio denunciando miséria orgânica.»⁴³⁹ Um retrato social esboçado em tudo semelhante ao que poucos anos depois o *Inquérito à Habitação Rural* desenvolveu e substanciou.

A JCI iniciou o trabalho de campo nos baldios logo em Março de 1937, continuando o trabalho pelos serviços iniciado pela Divisão dos Baldios e Incultos. Depois de terem sido visitados 7.638 baldios, a JCI em 1939 publicou o *Reconhecimento dos Baldios do Continente*, em que contabilizava 407.535 hectares de massa baldia, concentrados nos distritos de Vila real, Viseu e Viana do Castelo, e dos quais a Junta considerou com aproveitamento agrícola colonizáveis apenas 37.152 hectares. Estudo posterior corrigiu e aumentou as áreas susceptíveis de aproveitamento agrícola para 104.026 hectares, agora reservadas para colonização pelo mais detalhado *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados* (PGABR) (1941), ordenado dois anos antes⁴⁴⁰. A partir das áreas susceptíveis de cultura agrícola, determinaram-se as possivelmente colonizáveis (181 baldios, com área total de 79.451 hectares). Planeou-se instalar 739 casais agrícolas, em cerca de cinco mil hectares (mais de metade no distrito de Vila Real)⁴⁴¹ mas foram poucos os projectos de colonização, com casais agrícolas, elaborados nos anos seguintes.⁴⁴² Não só os escassos terrenos colonizáveis se revelaram pouco aptos para uma intensificação cultural, base do casal, como se visava respeitar os equilíbrios económico-sociais existentes⁴⁴³. Para a grande maioria da área colonizável foi, de resto, planeada a divisão em

⁴³⁸ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização interna. *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*, vol. 1 (Lisboa: JCI, 1941), 19.

⁴³⁹ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização interna. *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*, vol. 1 (Lisboa: JCI, 1941), 31.

⁴⁴⁰ «Trata-se dum trabalho de previsão, que deverá indicar quais os baldios a colonizar, forma particular do respectivo aproveitamento, obras a realizar, resultados económicos e sociais a alcançar, custo das obras e ainda a distribuição, numa série de anos, dos estudos e das obras necessárias à sua execução.» Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1939* (Lisboa: JCI, 194[1]), 13-14.

⁴⁴¹ Entre os 739 casais agrícolas planeados, 423 situavam-se no distrito de Vila Real, e 220 no de Viana do Castelo, ocupando no total a cerca de 5103, 5 hectares. A Sul do Tejo, apenas foram planeados (mas nunca sequer projectados) 33 casais para o baldio de Reguengos de Monsaraz (Évora). Cerca de três vezes mais área foi planeada para a divisão em glebas de aptidão agrícola (16080,5 hectares), sem contar com as glebas de aptidão florestal (26 183 hectares). Cf. JCI. *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*, vol. 1 (Lisboa: JCI, 1941), 31.

⁴⁴² Os projectos saídos do *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados* são analisados no capítulo referente à concepção e instalação das colónias agrícolas.

⁴⁴³ «O casal agrícola, porém, só pode estabelecer-se com vantagem em terras que permitam a policultura, pois só esta consegue um aproveitamento constante do trabalho do agricultor e a defesa da economia da exploração pelo

glebas⁴⁴⁴. Esta foi uma orientação criticada pelo parecer da Câmara Corporativa⁴⁴⁵, que aconselhava uma intervenção aprofundada naqueles espaços, de forma a estender o seu alcance colonizador – orientação que foi, de resto, transposta para os projectos de colonização.

Não obstante a razão estatal, é importante frisar que as formas de manutenção dos equilíbrios sociais e os limites ao melhoramento das populações locais tiveram entendimentos diferenciados, como demonstra bem o caso da revisão do projecto de colonização do baldio do Sabugal e do baldio de Quadrazais⁴⁴⁶. Também no baldio de Campeã, no distrito de Vila Real, o projecto inicial de aproveitamento através da divisão e distribuição de glebas foi revisto depois de resistência local pressionar os técnicos da JCI para a demarcação de uma área de usufruto comunal (além das terras reservadas para florestação e cultivo).⁴⁴⁷ Os propósitos benignos de elevação das condições de vida rurais contrastaram amiúde com os efeitos perturbadores nos modos de vida locais trazidos pela privatização e individualização da terra e a sua maximização produtiva através de métodos agronomicamente mais adequados, levados e impostos pela JCI.

Após a finalização do PGABR, em 1941, a atenção colonizadora da JCI durante a restante década continuou virada para os baldios, para os quais se elaboraram uma plêiade de estudos de natureza vária – topográficos, hidrológicos, económico-sociais, bem como projectos de colonização. Desenvolvem-se e aperfeiçoam-se as técnicas colonizadoras nos terrenos comuns, reorganiza-se a colónia agrícola dos Milagres⁴⁴⁸, constrói-se a de Martim Rei e dá-se assistência aos colonos nelas instalados, demonstrando a possibilidade e a vantagens de colonização das regiões ermas. Em 1946, nova legislação orienta o aproveitamento dos baldios

equilíbrio das diversas produções. Mas, precisamente por isso, não foi possível destinar-lhes largos tractos de baldios, porque, duma maneira geral, os terrenos onde se pode efectuar a cultura intensiva, considerada base do casal, já desde há muito foram votados ao domínio privado. Por outro lado, ainda, a função económica e social desempenhada por alguns baldios é de tal maneira importante que, em certos casos, não se justificaria a solução de privar um grande número de utentes do seu aproveitamento para neles instalar maior ou menor número de casais. (...) A instalação de casais agrícolas nos terrenos baldios ficou, por este modo, bastante limitada. Cf. SNI, *Colonização Interna...*, 80-1.

⁴⁴⁴ Em 1945, a JCI concluiu os seguintes projectos de divisão em glebas dos baldios: Campeã (Vila real, Vinhais (Bragança), Macinha do Vouga (concelho de Águeda), «Charneca do Alforge» (concelho de Ancião), Foios (concelho do Sabugal), Malcata (concelho do Sabugal), Cachopo (Tavira), Santa Catarina (S. Brás de Alportel) e Vila do Bispo. Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1945* (Lisboa: JCI, 194[6]), 52.

⁴⁴⁵ Cf. «Técnica do Plano» [Parecer original sobre o Plano geral de aproveitamento dos Baldios e Reservados pela Junta de Colonização Interna], Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 28^A, nº 6, 25 de Março de 1944.

⁴⁴⁶ Veja-se os capítulos 2.3 e 3.1 da Parte II sobre a concepção e instalação das colónias agrícolas.

⁴⁴⁷ Um exemplo das relações entre os técnicos da JCI e as populações locais encontra-se no relato detalhado a propósito do baldio de Campeã em Anthony Roland Brouwer, «Planting Power...», 166-170.

⁴⁴⁸ A história destas colónias agrícolas será objecto de análise na Parte II desta tese.

reservados⁴⁴⁹: inclui os projectos de colonização que já concluídos na Boalhosa e no Barroso – Chã, Alvão, Montalegre, Pardanelos e Meixedo, Morgade, Cervos e Beça – e ainda uns poucos outros, nunca projectados – Soajo, Extremo, Serra de Ordem e Lombadas (6.735 hectares, divididos por 592 casais agrícolas). Como antes, sublinhe-se que a grande obra de colonização prevista para os baldios seria realizada sem uma engenharia social complexa: com mais do dobro da área reservada aos casais agrícolas, as glebas poderiam beneficiar até 26.448 pessoas⁴⁵⁰. De resto, todo o pequeno plano de realizações tratava sobretudo de legislar os projectos colonizadores elaborados pela JCI durante os anos anteriores, com a inclusão dos projectos ou planos já elaborados para as colónias de Pegões, da Gafanha e da Idanha⁴⁵¹. No que se refere à colonização das terras regadas, deixa-se que esta resulte da vontade dos «proprietários agrícolas, a quem deverá competir a execução da grande obra de colonização. Esta, com efeito, embora definida e orientada pelo Estado, terá necessariamente de contar com a colaboração de particulares.»⁴⁵² Orientação, de resto, que será consagrada em 1954.

A política legislada no contexto do pós-guerra parecia limitar toda a acção colonizadora do Estado através de casais agrícolas à concretização dos projectos elaborados no período da II Guerra Mundial, quando as dotações orçamentais da JCI foram diminuídas e as suas actividades quase reduzidas à elaboração de estudos. O modesto plano de realizações a cinco anos de 1946, a que o governo chamou hiperbolicamente uma «profunda reforma agrária», deixava de fora toda a colonização que alterasse as relações de posse da propriedade⁴⁵³. Mesmo com um plano modesto, o ritmo das obras foi lento⁴⁵⁴. Apesar do prazo para o cumprimento do plano indicar

⁴⁴⁹ Decreto-lei n.º 36054, de 30 de Dezembro de 1946. Os números relativos à área a colonizar com casais agrícolas e glebas têm como fonte o Mapa I, Anexo deste decreto-lei.

⁴⁵⁰ No plano de 1946, 47 569 hectares são dedicados à divisão em 26 448 glebas. Cf. Decreto-lei n.º 36054, de 30 de Dezembro de 1946.

⁴⁵¹ «Dos restantes 14 558 hectares, 7127 diziam respeito a terrenos que eram à data já propriedade do Estado (Mata Nacional da Gafanha e a Herdade de Pegões), e tinham como objectivo a instalação de 650 casais agrícolas. A colonização em propriedades particulares que tivessem beneficiado das obras de hidráulica agrícola resumia-se a 7 431 hectares na Idanha, a construir em duas fases, e que previa albergar 320 famílias em outros tantos casais agrícolas.» Cf. Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos...», 85-86.

⁴⁵² Cf. Decreto-lei 36054, de 20 de Dezembro de 1946, 1299.

⁴⁵³ Em 1946, a política colonização estava assim desligada dos planos de rega, ou seja, afastou a colonização hidráulica, o que foi interpretado pela historiografia de Fernando Rosas como um xeque-mate do conservadorismo rural às propostas mais radicais do reformismo agrário. Cf. Rosas, «O pensamento reformista agrário...», 371.

⁴⁵⁴ Na discussão do aviso prévio apresentado por Joaquim do Amaral acerca da Lei de Reconstituição Económica, o deputado Proença Duarte informa, por esclarecimento da JCI, que entre 1947 e 1949 a actividade da Junta foi diminuta, pois apenas gastou 31 500 contos dos 107 220 contos com que foi dotada para aquele período. Cf. *Diário das Sessões*, n.º 73, de 23 de Fevereiro de 1951. Durante a discussão do referido aviso prévio, o deputado Manuel Vaz faz um balanço da actividade da JCI durante aqueles anos mais pormenorizado na sessão n.º 78, de 3 de Março de 1951.

cinco anos, em 1952 apenas 71 casais agrícolas estavam em funcionamento, esperando a JCI que no ano seguinte entrassem em funcionamento mais 294 casais⁴⁵⁵.

4 A colonização cirúrgica: os melhoramentos agrícolas

Arranjar a grei rural e colonizar o território eram ideias cumpridas por várias acções do Estado. Pela mão conservadora do Ministro Supico Pinto, a nova orientação da política colonizadora não limitou apenas a acção colonizadora aos baldios; transformou-lhes os seus mecanismos. Também o crédito agrícola barato poderia fixar famílias à terra.

Em 1946, a lei de «melhoramentos agrícolas» visou criar um programa de assistência técnica e financeira aos produtores agrícolas, às cooperativas e aos grémios proporcionando as condições para que estes realizassem melhoramentos fundiários que assim aumentassem a capacidade produtiva da terra. Respondendo a históricas reivindicações dos reformistas agrários em prol do acesso ao crédito agrícola – nomeadamente, a uma intensificação do factor capital na agricultura –, os «melhoramentos agrícolas» inserem-se numa política de fomento no pós-guerra que incluía quer a reorganização industrial e electrificação nacional, dirigidas à indústria e às cidades, quer as políticas de florestação e hidráulicas, dirigidas ao espaço rural. Progrediam então os grandes planos de transformação tecnológica da paisagem rural sem que lhe fosse associado um programa de engenharia social colonizador. O engenheiro Trigo de Moraes, com a sua visão grandiosa das barragens que pontuariam um espaço rural regado, verdejante e populoso, parecia cada vez mais isolado no aparelho de Estado. A orientação dada pela Câmara Corporativa a propósito dos baldios não tinha consequências políticas governamentais. Ora, apesar de dirigida ao produtivismo agrícola, a política de «melhoramentos agrícolas» foi também entendida como uma política colonizadora, um mecanismo estatal de intervenção cirúrgica no espaço rural capaz de produzir bem-estar e elevar os níveis de vida, e assim fixar população à terra. Persistia, para o Estado, o problema demográfico e social na ruralidade portuguesa. A racionalidade que subjazia às preocupações da colonização hidráulica não desaparecia com o fim político desta. Era então tempo de uma política de «pequenas obras de interesse» privado que, não obstante, pudessem ter «largo reflexo nas condições de vida rural e constituíssem poderoso auxílio na resolução do

⁴⁵⁵ Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, sessão n.º 39, n.º 131, 4 de Março de 1952, p. 377. A informação sobre a instalação de casais agrícolas pela JCI foi providenciada na apresentação do aviso prévio pelo deputado Armando Cândido de Medeiros relativo ao «excesso demográfico relacionado com a colonização e a emigração, como formas de escoamento.»

desemprego periódico»⁴⁵⁶. A Lei dos Melhoramentos Agrícolas, que a JCI ficará responsável por executar, é essa nova política de crédito para pequenas acções pontuais para o espaço rural pobre: uma «assistência técnica e financeira», providenciada pelo crédito oferecido através do Fundo de Melhoramentos Agrícolas.⁴⁵⁷

Durante a longa discussão da proposta de Lei de Melhoramentos Agrícolas, o deputado André Navarro incentivava a Assembleia Nacional a terminar «de vez com esses utópicos projectos de reformas agrárias feitas a régua e esquadro»⁴⁵⁸, ecoando as palavras de Salazar que vilipendiava a racionalidade geométrica e abstracta da acção do Estado. As pequenas obras de hidráulica agrícola e outros melhoramentos fundiários transformariam a paisagem alentejana, alcançando uma «simbiose perfeita» entre as culturas de regadio e as de sequeiro, que criaria as «condições para se efectuar, com segurança, o verdadeiro povoamento.»⁴⁵⁹ A acção pontual e transformadora do crédito e da assistência técnica, mecanismos essenciais à nova lei, substituía-se ao dirigismo estatal da colonização. Neste sentido, louva o deputado Nunes Mexia «a forma indirecta de promover o povoamento»⁴⁶⁰, objectivo fundamental assumido da proposta de lei, que alguns deputados opunham às obras de «grande vulto» no espírito da lei hidráulica de 1937, onde o Estado «procurou fazer obra em casa alheia»⁴⁶¹, ou seja, nas propriedades privadas. Os elevados custos da colonização através de casais agrícolas e a persistência das crises de trabalho no Alentejo levaram o deputado Nunes Mexia a enaltecer «a prudência e o alcance económico e social da proposta.»⁴⁶² Pesava a distribuição de trabalhadores rurais «forçada pela Casa do Povo», imposta pelo Governo, que, só no concelho de Montemor-o-Novo nos anos de 1944-1945, tinha obrigado à contratação de mais de uma centena de trabalhadores face às trinta e seis semanas de «crise de trabalho». Os tempos de guerra tinham acentuado a dureza das condições de vida dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, que voltaram a encontrar os caminhos da revolta, em particular entre 1943 e 1945,

⁴⁵⁶ Cf. «Proposta de lei sobre melhoramentos agrícolas», in *Diários das Sessões*, n.º 15, 17 de Janeiro de 1946, 210.

⁴⁵⁷ O Fundo de Melhoramentos Agrícolas foi aprovado pelo decreto-lei n.º 35993, de 23 de Novembro de 1946.

⁴⁵⁸ Intervenção de André Navarro no âmbito da discussão da proposta de Lei de Melhoramentos Agrícolas, onde defende o regime de produção dominante no Alentejo, questionando a pertinência de designar por «incultos» os terrenos em pousio que faziam parte do esforço de regeneração dos solos pobres. Defende que se acabe com os ditos incultos no Alentejo pela intensificação cultural que seria apenas alcançada através irrigação das «planuras do Sul». Cf. *Diário das Sessões*, Legislatura IV, n.º 27, 27 de Janeiro de 1946, 437.

⁴⁵⁹ Intervenção de Nunes Mexia. Cf. *Diário das Sessões*, Legislatura IV, n.º 27, 27 de Fevereiro de 1946, 437.

⁴⁶⁰ Intervenção de Nunes Mexia. Cf. *Diário das Sessões*, Legislatura IV, n.º 28, 9 de Fevereiro de 1946, 454-455.

⁴⁶¹ Intervenção do deputado Antunes Guimarães. Cf. *Diário das Sessões*, Legislatura IV, n.º 28, 9 de Fevereiro de 1946, 455. Elogiando os mesmos propósitos «demográficos» da proposta de lei, o deputado Figueiroa Rego exprime dúvidas quanto à eficácia daquela, uma vez que é «um processo lento de fixação populacional, embora seja um meio de ocupar muitos braços». Cf. *Diário das Sessões*, Legislatura IV, n.º 29, 13 de Fevereiro de 1946, 466.

⁴⁶² Cf. *Diário das Sessões*, Legislatura IV, n.º 28, 9 de Fevereiro de 1946, 455.

fazendo ouvir as suas reivindicações numa conflitualidade social aberta.⁴⁶³ A ameaça implícita dos trabalhadores alentejanos à ordem política juntava-se a outras que abanaram os alicerces do regime no imediato pós-guerra⁴⁶⁴. Agora sem o voluntarismo político e a arrogância científica da colonização hidráulica, rejeitava-se a reforma das estruturas agrárias dirigida superiormente em favor de melhoramentos agrícolas capazes de influenciar «as condições de povoamento das terras sujeitas hoje a uma cultura extensiva de sequeiro»⁴⁶⁵ nas palavras do relator da Comissão de Economia, André Navarro.

Esta abrangência de objectivos sociais – societais – da nova política para o espaço rural justificava a atribuição de tamanha tarefa à JCI. Afinal, tratava-se de transformar a paisagem e as condições de vida rurais, finalidades para as quais a JCI estava directamente habilitada; e não só, e mais circunscritamente, aumentar a produtividade da terra. Não foi, contudo, uma atribuição isenta de questionamento. Algumas objecções⁴⁶⁶ quanto à competência e pertinência da JCI para executar a lei foram levantadas durante a discussão na Assembleia Nacional, mas reconheceu-se que aquele organismo possuía um conhecimento privilegiado dos «problemas económico-sociais» rurais, coligido pelos seus serviços, que a qualificava especialmente para esta «política de realizações». Décadas depois, Eugénio de Castro Caldas lamentava-se que as atribuições originais da JCI tivessem sido desviadas com a incumbência de gerir os melhoramentos agrícolas.⁴⁶⁷ Embora os mecanismos de poder fossem outros, a razão de Estado implícita aos projectos colonizadores era da mesma natureza.

⁴⁶³ Cf. Fernando Rosas, «As lutas sociais nos campos durante a II Guerra Mundial», in *Salazarismo e Fomento Económico* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000), 220-226. Sobre as lutas sociais rurais durante a I República, ver José Pacheco Pereira, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*. Mem-Martins: Europa-América, 1983.

⁴⁶⁴ Sobre a crise política do regime vivido no imediato pós-guerra, nomeadamente a composição e acção das forças da oposição no contexto das eleições de 1946, ver Fernando Rosas, *O Estado Novo*. In *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, 359-396.

⁴⁶⁵ Cf. *Diário das Sessões*, Legislatura IV, n.º 29, 16 de Fevereiro de 1946, 551.

⁴⁶⁶ Assim se exprime o deputado Figueiroa Rego, que defende o reforço administrativo e técnico da JCI. Cf. *Diário das Sessões*, Legislatura IV, n.º 29, 13 de Fevereiro de 1946, 466. O parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei de melhoramentos agrícolas tinha expresso dúvidas que a JCI fosse o melhor organismo para prosseguir uma política de empréstimos agrícolas. Já o deputado Franco Frazão defende que a JCI fosse o organismo competente para levar a cabo a tarefa da proposta de lei, uma vez que esta implicava uma «preocupação com a política demográfica», doutrina de resto inscrita no decreto-lei n.º 32439, de 24 de Novembro de 1942. A par de uma evolução do crédito predial agrário, e da valorização económica e social das parcelas mais pobres da economia agrária, Franco Frazão apontava como «motivo de oportunidade» desta proposta o facto de servir de «instrumento de uma política demográfica de equilíbrio, que parece indispensável à luz dos ensinamentos do último censo». Cf. *Diário das Sessões*, Legislatura IV, n.º 30, 14 de Fevereiro de 1946, 516. Discute-se a competência técnica da JCI para implementar os trabalhos e gerir financeiramente os fundos dos melhoramentos agrícolas as sessões de 9, 14 e 16 de Fevereiro de 1946.

⁴⁶⁷ «Quando ficou assente ser inviável o acesso da Junta aos regadios, sendo evidente a escassez dos Baldios e, ainda mais, a de propriedade do Estado, foi oferecida a alternativa da Lei de Melhoramentos Agrícolas de 1946. O Organismo de Severim de Faria passou a valer como Instituição de Crédito, o que sempre nos pareceu desvio das atribuições originais». Cf. Eugénio Castro Caldas, *A agricultura na história de Portugal* (Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais, 1998), 478.

A política de crédito teve, em boa verdade, um efeito duradouro⁴⁶⁸: permitiu uma modernização da agricultura alentejana e ribatejana, viabilizando a compra de maquinaria, pequenas obras de transformação fundiária, sobretudo de rega, e, genericamente, a realização de benfeitorias que conduziram a um algum abandono da cultura do trigo, em favor da cultura do tomate com destino industrial e do milho, com produção de cariz industrial. A modernização agrícola no Alentejo durante a década de cinquenta foi, em parte, devedora do mecanismo estatal de crédito que permitiu também a redução progressiva, mas inelutável, do emprego de mão-de-obra nas explorações agrícolas. As grandes transformações induzidas pelo mecanismo do crédito nas sociedades rurais não são menos profundas do que as grandes obras de infra-estruturais; terão, contudo, mecanismos de intervenção mais suaves. Seguindo a visão ruralista e conservadora do Ministro da Economia Supico Pinto, os poderes de Estado deveriam ser usados modestamente no espaço rural, sem grandes ambições revolucionárias.

Aprovada a nova lei dos melhoramentos agrícolas, à atribuição de novas competências à JCI atribuídas pelo Governo seguiu-se a alteração da orgânica e reforço administrativo – e orçamental – dos seus quadros, ou da sua «aparelhagem técnica», reunidos numa nova repartição. Discretamente, junto com as novas funções acometidas à JCI no âmbito da implementação dos melhoramentos agrícolas⁴⁶⁹, desaparecia como fim da instituição colonizadora a sua incumbência de colonizar com casais agrícolas os terrenos beneficiados pela JAOHA.

5 A colonização hidráulica vista a partir da JCI

A colonização hidráulica representou, desde o início, uma dificuldade para a JCI. Era certo que seria teria que ser fora dos baldios que este organismo encontraria o «vasto e reprodutivo campo para o desenvolvimento da obra que lhe compete executar»⁴⁷⁰, mas durante toda a década de quarenta a sua actividade nos terrenos regados foi obstaculizada. Excepcionalmente, em 1944 a Câmara Corporativa parecia exercer uma pressão política para que avançasse a colonização de 113.791 hectares das zonas regadas de forma a colocar perto

⁴⁶⁸ Sobre o impacto da Lei de Melhoramentos Agrícolas, veja-se Fernando Oliveira Baptista, *A Política Agrária do Estado Novo*, Afrontamento, Porto, 1993, 313-317.

⁴⁶⁹ A 3ª repartição da JCI ficou incumbida de prestar assistência técnica na execução dos melhoramentos agrícolas, a que se referia a Lei n.º 2017. Cf. Decreto-lei n.º 36053, de 19 de Dezembro de 1946. Cria-se assim um novo sector especializado, a nova repartição dos melhoramentos agrícolas, com 19 delegados, no continente e 2 nas ilhas, todos engenheiros agrónomos. Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1947* (Lisboa: JCI, 1951), 46.

⁴⁷⁰ Decreto-lei n.º 27207, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 269, de 16 de Novembro de 1936.

de um milhão de pessoas da população continental.⁴⁷¹ Mas em vão. Com poucas esperanças, a partir de 1940 iniciaram-se, lentamente, os estudos das possibilidades de colonização de algumas zonas beneficiadas pelas obras de hidroagrícola, em acordo com as competências dadas à JCI em 1937.

Logo em 1940, é a própria JCI que coloca fora da sua atenção colonizadora as zonas beneficiadas de Paúl de Cela, de Burgães, dos campos de Alvega e dos campos de Loures⁴⁷², constantes do plano hidráulico de 1938. Mais interessante parecia revelar-se o pequeno empreendimento hidroagrícola do Paúl da ribeira de Magos, a noroeste de Coruche, no distrito de Santarém, o primeiro a ser terminado pela JAOHA. Os terrenos a beneficiar (682 hectares) eram maioritariamente possuídos pela Companhia das Lezírias (84,3%), e eram explorados por 15 rendeiros de curto prazo que cultivavam «sem esmero» arroz, alternando com longos pousios.⁴⁷³ Feita a obra, a exploração agrícola começou em 1938 em 145 hectares, sendo que as taxas de rega e beneficiação aplicadas no ano seguinte foram desde logo contestadas.⁴⁷⁴ As vagas esperanças colonizadoras⁴⁷⁵ foram contudo freadas depois de dois anos de estudos pela JCI: «Os elementos colhidos e as conclusões a que levaram não são animadores. Não parece efectivamente possível, em face dos encargos que oneram a propriedade e das suas actuais possibilidades de cultura, realizar obra de colonização cujo interesse social constitua compensação razoável para os elevados encargos que, forçosamente, o Estado teria que suportar.»⁴⁷⁶ Ecoavam os argumentos de natureza financeira contra a colonização levantados na Assembleia Nacional pelo grande proprietário de Alenquer Melo Machado, em Janeiro de

⁴⁷¹ Rocha [relator], «Técnica do Plano» [Parecer original sobre o Plano geral de aproveitamento dos Baldios e Reservados pela Junta de Colonização Interna], Arquivo Histórico Parlamentar, 81.

⁴⁷² Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1940* (Lisboa: JCI, 194[1]), 28.

⁴⁷³ Cf. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. *Obra n.º 1 Paúl de Magos* (Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1941).

⁴⁷⁴ Júlio Gomes Vieira, um dos administradores da Companhia das Lezírias, contesta a obra de hidráulica que diz ter sido «executada sem o conhecimento dos proprietários dos terrenos», bem como os fundamentos dos estudos económicos das produções alcançadas antes e depois da beneficiação. Afirma o proprietário que em vez de «mais-valia» que justificasse o reembolso do Estado, verifica-se uma «menor-valia». Cf. Júlio César Gomes Vieira, *A obra hidráulica de Paúl de Magos (Aspecto Económico)* (Lisboa: tip. Emílio de Moraes, 1941), 4 e 13.

⁴⁷⁵ Sem outras referências explícitas aos intuítos colonizadores, a brochura editada pela JAOHA sobre o Paúl de Magos abria com a citação integral da base XIV da Lei n.º 1949, que possibilitava a expropriação dos terrenos «por motivos superiores, de ordem económica e social.» A defesa estatal da taxação, expondo os estudos económicos em que se fundamentava, parecia conter uma ameaça implícita. Cf. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. *Obra n.º 1 Paúl de Magos* (Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1941). Em mais nenhuma brochura acerca dos seis empreendimentos que se lhe seguiram tal acontece (entres eles, Paúl de Cela, Campos de Loures, Campos de Burgães, Campos de Alvega).

⁴⁷⁶ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1942* (Lisboa: JCI, 1944), 38.

1942⁴⁷⁷ – de ora em diante, um dos argumentos mais repetidos contra a colonização estatal (por exemplo, na Idanha).⁴⁷⁸ A JAOHA defendia-se cautelosamente: a «nenhuma conclusão judiciosa» se podia chegar dados os poucos anos de experiência da hidráulica agrícola em Portugal. Tentava esclarecer os deputados, a propósito de Paúl de Magos, que «o problema, como a Junta o tem visto, é outro: não se trata de garantir ao proprietário absentista que não perca com as obras de rega, mas sim que esta cumpra a função económica e social que lhe está atribuída de dar pão suficiente ao maior número.»⁴⁷⁹ Em vão – em 1942 a JCI dava por terminado o estudo de colonização do Paúl de Magos, com uma sugestão de exploração em parceria entre proprietários e os mais próximos vizinhos do Paúl. Omitidos os obstáculos da expropriação, a decisão era fundamenta de acordo com argumentos agro-sociais.⁴⁸⁰

Em 1940, a JCI tinha ainda iniciado o estudo dos empreendimentos do Vale do Sado (Setúbal) e da Campina de Idanha (Castelo Branco) para «uma possível colonização, quando isso seja determinado.»⁴⁸¹ No caso da Idanha com um pouco mais de sucesso, mas pouco mais. Elabora-se o Anteprojecto de Colonização da Idanha mas, logo no início de 1945, divergências fundamentais em alguns pontos de vista dentro do Conselho Técnico da JCI levaram a que o prosseguimento dos trabalhos ficasse dependente de deliberação do Governo. Só se recomeça a trabalhar neste projecto de colonização da Idanha dois anos depois. Entretanto, em 1946, os técnicos da JCI viravam a sua atenção para o Vale do Sado (I e II partes), região em que predominava a grande propriedade onde se previa beneficiar mais de 8 mil hectares. Seguindo de perto as recomendações do projecto da JAOHA, a cultura do arroz seria a mais indicada mas,

⁴⁷⁷ «Se os proprietários não podem pagar os encargos decorrentes da beneficiação das terras, como poderão pagar os colonos, sendo que acrescidamente têm de pagar a sua instalação?». A dúvida é colocada durante a discussão de um aviso prévio sobre hidráulica agrícola na Assembleia Nacional por Melo Machado que dá voz aos protestos dos proprietários cujos terrenos foram beneficiados pelas obras de rega motivados pelo que consideram uma contribuição demasiado elevada. *Diário das Sessões*, nº 116, 29 de Janeiro de 1942, 121. «Face aos encargos economicamente incomportáveis pelas propriedades beneficiadas», a moção aprovada pela Assembleia Nacional sugere ao Governo «a conveniência de se verificar com urgência se estão sendo devidamente interpretadas e executadas as disposições da Lei nº. 1949.»

⁴⁷⁸ Veja-se o caso da Idanha na secção 4 do capítulo III.

⁴⁷⁹ Cf. «Informação da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola em satisfação do requerimento do Sr. Deputado António Augusto Pires, apresentado na sessão de 5 de Dezembro de 1941, e prestação de esclarecimentos ao aviso prévio apresentado pelo Sr. Deputado Francisco Cardoso de Melo Machado em sessão de 12 daquele mês e ano», in «*Diário das Sessões*, n.º 115, 27 de Janeiro de 1941, 110 (6) e 110 (8).

⁴⁸⁰ As características do solo impossibilitavam a policultura, e assim a instalação de casais agrícolas; a cultura do arroz, agronomicamente mais adequada, não permitia a exploração familiar, mesmo em glebas, pela sua alta exigência de capital e de trabalho em períodos fixos e extremamente curtos. A JCI recomenda que a Associação de Regantes e Beneficiários elaborasse contractos de exploração em parceria entre proprietários e os mais próximos vizinhos do Paúl de forma a que se exercesse a melhor função social para os terrenos beneficiados. Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1943* (Lisboa: JCI, 1945), 15-17; Junta de Colonização Interna, *Estudo das possibilidades de colonização do Paul de Magos* (Lisboa: JCI, 1944).

⁴⁸¹ Cf. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1940* (Lisboa: JCI, 194[1]), 28.

ainda assim, a JCI contava com os terrenos irrigados para criar explorações policulturais, essenciais à instalação de casais agrícolas, que servissem de complemento à planeada colonização de sequeiro.⁴⁸² Para esta colonização, considerava ainda a necessidade de fixar famílias de trabalhadores rurais para o trabalho nos arrozais. Longe de planear uma abrangente repartição da terra, a JCI pensava em várias funções das explorações agrícolas, procurando combinar a grande com a pequena exploração. Os estudos conducentes à elaboração do anteprojecto de colonização do Vale do Sado ficaram, contudo, interrompidos entre 1946 e 1949 uma vez que a JAOHA tardava em enviar os dados técnicos⁴⁸³.

De resto, durante a década de quarenta, a JCI e a JAOHA ficaram crescentemente apartadas no prosseguimento dos seus desígnios colonizadores⁴⁸⁴. Nas publicações oficiais, todas as obras da grande colonização hidráulica (que não a Idanha) desaparecem da propaganda estatal sobre a agricultura. O grande empreendimento hidroagrícola na região da grande propriedade do Vale do Sorraia e da Lezíria de Vila Franca de Xira, em que se procurava beneficiar mais de 26 mil hectares (quase metade do plano de 1938) esteve sempre fora do alcance da JCI. Em paralelo às grandes obras de hidráulica agrícola, e sem acesso a estas, a JCI procedia ao reconhecimento de vários pequenos aproveitamentos no Alentejo, entre 1950 e 1953. Primeiro em Portalegre, depois Beja e de seguida Évora, os técnicos da JCI em serviço ao abrigo dos Melhoramentos Rurais colhiam os primeiros elementos para futuros pequenos aproveitamento hidroagrícolas.⁴⁸⁵ Estimava-se o interesse social das obras pelo pagamento de mais e melhores salários – não havia repartição da terra à vista. E, em 1950, todos os estudos de colonização da JCI foram interrompidos.

6 Colonizar as terras secas do Sul

Se colonizar era dar melhor arranjo à grei rural, havia muitas maneiras de o fazer no Sul. Sem acesso ou vontade de colonizar as terras regadas, os técnicos da JCI dedicaram-se a

⁴⁸² Cf. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1946* (Lisboa: JCI, 1948), 14-15.

⁴⁸³ Nomeadamente, a área e cadastro da superfície beneficiada, bem como as taxas definitivas que oneravam os terrenos em causa. Cf. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1949* (Lisboa: JCI, 1951), 9-10.

⁴⁸⁴ A falta de comunicação entre JCI e a JAOHA sobre as possibilidades colonização é explicitada quando aquela afirma que apenas foi informada das «profundas alterações» na «economia das obras de rega» pelos esclarecimentos prestados pela JAOHA à Assembleia Nacional, constantes no «*Diário das Sessões*, n.º 115, 27 de Janeiro de 1941. Tal justifica o atraso na conclusão do projecto de colonização da Várzea do Ponsul (Campina de Idanha).

⁴⁸⁵ Só para o distrito de Beja, estimava-se em 7.517 hectares a superfície a beneficiar. Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1952* (Lisboa: JCI, 1953), 9-14.

estudar as possibilidades de colonização das terras secas. Finalizado o Plano de Aproveitamento dos Baldios Reservados em 1940, a repartição de estudos da JCI (1ª) esteve quase toda a década dedicada ao sequeiro nos sete anos seguintes. Sobre o trabalho de campo, Eugénio Castro Caldas, então um jovem engenheiro da JCI, narra como que ele e os seus colegas, na realização do trabalho de campo, calcorrearam os «recantos do Alandroal, do Redondo, de Vila Viçosa, de Borba, de Portalegre, marcando na carta as extremas das Herdades, assinalando as manchas onde colonos pudessem viver humanamente em Casais ou em Aldeias que se situavam historicamente no plano divino situado no porvir.»⁴⁸⁶ As esperanças da tecnocracia colonizadora da JCI foram aqui depositadas, frustradas e, finalmente, esquecidas.

A JCI tinha as «vistas lançadas» para as terras secas do Sul desde a sua criação. Durante os anos quarenta, o trabalho de campo da maioria dos agrónomos foi destinado a averiguar as condições de colonização nos distritos de Santarém, Setúbal, Évora, Portalegre e, finalmente, Beja, para tal desenvolvendo estudos dedicados às «possibilidades hidrológicas», ao «valor relativo da grande, média e pequena exploração», do «rendimento, económico e sobretudo social, das principais culturas», «dos níveis de vida do trabalhador rural».⁴⁸⁷ Depois dos inquéritos na Vidigueira, na Amareleja (Moura) e nas herdades de Pegões, em 1940 passou a JCI a organizar estes trabalhos de reconhecimento geral dentro do «estudo das possibilidades de colonização de sequeiro do Sul». São apresentados com entusiasmo nas II Jornadas Agronómicas, logo em 1942, os resultados prévios sobre a mancha pliocénica ao Sul do Tejo⁴⁸⁸. Sendo necessário dar uma ordem racional ao espaço rural do Sul, a JCI tratou metodologicamente de o dividir em «perímetros de colonização» (sub-regiões restritas e homogéneas, agricolamente diferenciadas) e logo escolheu as areias do plioceno da península de Setúbal para iniciar os seus estudos, para o qual produziu um *Plano Geral de Colonização*, em 1945. Portalegre e Beja são alvo da atenção da JCI nos dois anos seguintes, averiguando das suas possibilidades de colonização, mas a prioridade dirigia-se à península de Setúbal, tendo-se elaborado em 1948 um *Plano de Colonização do Perímetro I*⁴⁸⁹, onde se estudou a

⁴⁸⁶ Cf. Castro Caldas, *A Agricultura na história de Portugal*, 531.

⁴⁸⁷ José Garcês Pereira Caldas, *Aspectos do problema Agrário*, 41.

⁴⁸⁸ Nas Segundas Jornadas Agronómicas promovidas pela Estação Agronómica Nacional no Instituto Superior Técnico entre 3 e 8 de Dezembro de 1942 participaram seis agrónomos da JCI, entre os quais o seu presidente e vice-presidente, com diversas abordagens sobre o problema de colonização dos terrenos pliocénicos ao Sul do Tejo, de seguida editadas em Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna, *Problemas de Colonização I. - A zona Pliocénica ao Sul do Tejo* (Lisboa: JCI, 1943).

⁴⁸⁹ O perímetro I designava a parte ao Sul do Tejo da província da Estremadura: parte do distrito de Setúbal, abrangia os concelhos de Alcochete, Almada, barreiro, Moita, Montijo, Palmel, Seixal, Sesimbra e Setúbal. O *Plano de Colonização do Perímetro I: Península de Setúbal* foi precedido do *Ante-projecto*. Cf. Mário Pereira, Diogo Mascarenhas d'Ayet Leote, *Ante-projecto de colonização da península de Setúbal* (Lisboa: JCI, 1946) e JCI, *Plano de Colonização do Perímetro I: Península de Setúbal* (Lisboa: JCI, 1948).

exequibilidade (agronómica, hidrológica, económica e social)⁴⁹⁰ da instalação de casais agrícolas.

O recentramento geográfico dos esforços administrativo e científicos do Norte dos baldios para o Sul do sequeiro durante a década de quarenta foi acompanhado por uma autonomização epistémica das problemáticas sociais na investigação agro-social empreendida no quadro da colaboração entre a JCI e o Instituto Superior de Agronomia (ISA)⁴⁹¹. «Inquirir não só o estado da nossa agricultura como também do viver das populações»⁴⁹² tinha levado a um programa de pesquisa dedicado às condições de vida dos trabalhadores rurais e às modalidades e características do trabalho agrícola que foi instrumental aos propósitos de engenharia social colonizadora.⁴⁹³ Neste estudos agronómicos de crescente feição económica e social, o tema do «desemprego rural»⁴⁹⁴ foi singularizado como um problema específico dos espaços em que predominassem as monoculturas extensivas de sequeiro que impusessem longos «tempos mortos» – problema que apenas podia ser estruturalmente resolvido por uma reorganização agrária que incluísse a proliferação da propriedade pequena e média cultivada intensamente em regime policultural, ou seja, a colonização interna com casais agrícolas.

Enterrada num relatório programático sobre a colonização do sequeiro do Sul, surge então a proposta da JCI de construir dez colónias agrícolas, onde se fixariam aproximadamente 40 mil famílias de colonos, nos cerca de 800 mil hectares que poderiam ser «proveitosamente» colonizados entre os três milhões de hectares existentes entre o Tejo e o Algarve.⁴⁹⁵ Desta extensa área, dividida em perímetros, estudou-se detalhadamente 571 hectares das areias do plioceno do Sul (englobando as terras do distrito de Setúbal, estendendo-se do Montijo/Canha até Sines) em que 447 hectares eram ocupados pela grande e média exploração. No plioceno

⁴⁹⁰ Alguns dos estudos preparatórios são tirocínios: Rafael Jorge Rito da Fonseca, *Estudo de alguns solos da Península de Setúbal* (Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1943); Henrique José dos Santos Maldonado, *Uma colonização espontânea no Plioceno da Península de Setúbal* (Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1943). Ainda outros estudos preparatórios: Ricardo Teixeira Duarte, *Estudo hidrogeológico do pliocénico da Península de Setúbal: relatório*, 4 vols. (Lisboa: JCI, 1943). JCI, *Estudo agrológico da Península de Setúbal* (Lisboa: JCI, 1946);

⁴⁹¹ Frederico Ágoas, *Saber e Poder...*

⁴⁹² José Garcês Pereira Caldas, *Aspectos do problema Agrário*, 40-1.

⁴⁹³ São sete os tirocínios realizados no Alentejo pelos estudantes do ISA na JCI, em particular, no âmbito dos trabalhos preparatórios para a colonização em Pegões. Sobre a aparelhagem metodológico-científica desenvolvida com os tirocínios da JCI e a forma como são instrumentais ao programa de rearranjo agrário estatal veja-se a minha tese de mestrado.

⁴⁹⁴ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna, *Notas sobre a crise de desemprego rural e as possibilidades de colonização do Sul* (Lisboa: JCI, 1948). Este relatório programático da acção da JCI no sequeiro do Sul e a importância do desemprego rural é analisado extensamente em Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos...», 78-81.

⁴⁹⁵ Segundo os estudos de reconhecimento, no distrito de Évora existiriam 176500 hectares (25,5% da área do distrito), e no distrito de Portalegre existiriam 181981 hectares (30,1% da área do distrito) de área que podia ser “vantajosamente parcelada.” Cf. Junta de Colonização Interna, *Notas sobre a crise de desemprego rural e as possibilidades de colonização do Sul...*, 23.

do Sul, «sem nenhuma dúvida e sem quaisquer inconvenientes para o equilíbrio agrário da região»⁴⁹⁶, a Junta encontrou 255 mil hectares colonizáveis que poderiam albergar 10.600 famílias em outras tantas explorações agrícolas com superfície média de 24 hectares. Estimava-se que «sem optimismos» 64 mil pessoas pudessem ser fixadas, entre colonos e população não agrícola. Ainda que pouco se conte com as terras irrigadas do Vale do Sado, defende-se que «convém, sem dúvida, iniciar a Sul do Tejo uma política de parcelamento da terra»⁴⁹⁷.

No entanto, se num documento programático de reduzida circulação se parece defender a expropriação, publicamente frisa-se numa linguagem conciliadora, baseada no princípio da consociação dos diversos tipos de exploração, que se deixa à «iniciativa dos proprietários dos terrenos por eles abrangidos a respectiva execução»⁴⁹⁸ da colonização. Se a ciência era do Estado, a decisão de colonizar era dos proprietários. Também Henrique de Barros, já depois de sair da JCI e de lhe ter sido recusada a permanência na universidade, defende uma «reforma agrária escalonada, discreta e suasória»⁴⁹⁹, entendendo que a repartição social do rendimento agrícola se poderia fazer de múltiplas formas. Sem surpresa, o projecto de colonização das terras secas do Alentejo ficou no pó dos arquivos.

A reforma agrária, que incluía a questão da expropriação (ou não), colocava-se não só como questão política ou jurídica, mas como problema científico a ser abordado através de um conhecimento dos territórios e populações. A ciência colonizadora, ou seja, o estudo «directo, meticoloso» realizado sobre metodologias assentes em trabalho de campo (reconhecimento agrológico, aquífero, inquéritos económico-sociais, por exemplo), visava uma intervenção nas relações de propriedade que delineasse uma nova ordem populacional de pequenos proprietários em acordo com o *local*. Nas palavras do vice-presidente da JCI, «a transformação das grande explorações agrícolas em numerosas pequenas explorações é problema delicado que só pode ser resolvido com base em estudo profundo e não através de reformas agrárias, abstractas na sua concepção, do tipo das que, por vezes sem respeito pelo direito de propriedade, foram promulgadas em alguns países»⁵⁰⁰ – pode-se dizer que, aqui, a «abstracção» é o método da revolução, como o «concreto» é o domínio da ciência. Para os agrónomos, pretende-se

⁴⁹⁶ SNI, *Colonização Interna...*, 66.

⁴⁹⁷ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna, *Notas sobre a crise de desemprego rural e as possibilidades de colonização do Sul* (Lisboa: JCI, 1948), 25.

⁴⁹⁸ Cf. Vaz da Silva, «A colonização da mancha pliocénica do sul do Tejo...», 92-3. A mesma orientação é expressa por José Rebelo Vaz Pinto, «A colonização do pliocénico, campo aberto à iniciativa particular», in *Problemas de Colonização I.- A zona Pliocénica ao Sul do Tejo* ed. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna (Lisboa: JCI, 1943), 71-89; e ainda na obra de propaganda SNI, *Colonização Interna...*

⁴⁹⁹ Barros, *Sobre o conceito de reforma agrária*, 36.

⁵⁰⁰ Cf. Vaz da Silva, «A colonização da mancha pliocénica do Sul...», 90.

«proceder fora do espírito revolucionário» porque se procedia cientificamente, logo procurando o *melhoramento* do existente.

Este «existente» incluía as colonizações espontâneas ou dirigidas pela iniciativa particular dos grandes proprietários que, sem planeamento, se distinguiam da futura colonização científica do Estado. Na região pliocénica ao Sul do Tejo, alvo da atenção da JCI, tinham proliferado novos povoamentos de *habitat* disperso⁵⁰¹ em resultado de foros, arrendamentos e vendas de partes de grandes propriedades, que ditaram a transformação do aproveitamento daquelas areias da pastorícia para agricultura. Dentro das «colonizações imperfeitas» destacavam-se as da região de Pegões, Vendas Novas e Marinhais, onde o povoamento intenso e o desenvolvimento de culturas variadas tinham resultado da «iniciativa particular» que visava «fixar a mão-de-obra indispensável à execução de trabalhos agrícolas nas propriedades confinantes»⁵⁰². Dentro da mancha pliocénica, estudaram-se ainda os povoamentos na margem esquerda do Tejo, no Couço, em Santa Justa, na zona de Coruche e Canha, também a Sul poente, em Grândola, Vila Nova de Mil Fontes, Sines e Santo André; e ainda o Alentejo da Amareleja, da Vidigueira e da Serra de Serpa. Um conjunto variado de estudos que provavam, aos olhos da JCI, a possibilidade e necessidade da «correção demográfica», subordinada a um plano de conjunto.

À época com pouco mais de quarenta anos, estes «ensaios de colonização interna» realizados por iniciativa particular tinham como principal objectivo «fixar famílias de trabalhadores rurais à terra, garantindo-se desde modo mão-de-obra menos onerosa e mais certa que era empregada na agricultura da grande propriedade»⁵⁰³. Esta era a origem dos pequenos prédios explorados em sistema de cultura mais ou menos intensa em redor das grandes propriedades, através do aforamento e arrendamento que funcionavam como complemento de salário no sustento do trabalhador rural. «Forma vantajosa e cómoda de valorizar a terra», os grandes proprietários tinham dividido as terras que se encontravam em charneca aos novos colonos, oriundos de regiões superpovoadas da Beira e do Algarve, segundo se apurou no trabalho de campo. Uma relação de interdependência entre a grande e a pequena exploração semelhante àquela que foi interpretada por Manuel Villaverde Cabral com uma das formas

⁵⁰¹ Cf. Castro Caldas, «Aspecto dos «habitat» rural na mancha pliocénica ao Sul do Tejo», in *Problemas da Colonização. I. – A zona pliocénica ao Sul do Tejo*, Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna (Lisboa: JCI, 1943).

⁵⁰² Cf. Vaz da Silva, «A colonização da mancha pliocénica do Sul...», 89.

⁵⁰³ Cf. Manuel Sieuve Afonso, Diogo Mascarenhas Leote, *A obra realizada em matéria de colonização* (Lisboa: JCI, 1948), 1. Os resultados dos estudos sobre as «colonizações espontâneas» realizados pela JCI foram coligidos nesta obra. As conclusões apresentadas neste parágrafo baseiam-se neste estudo. Ver também Eugénio de Castro Caldas, *Formas de exploração da propriedade rústica* (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947), 105.

preferenciais de penetração do capitalismo nos campos na segunda metade do século XIX.⁵⁰⁴ Do inquérito a 18 explorações das grandes herdades do plioceno, apenas 6% dos usurários se mantinham exclusivamente com os recursos da courela que exploravam. Destes estudos, há a preocupação em evidenciar, conjunta e interrelacionadamente, as precárias e injustas condições de vida dos trabalhadores/colonos e a transformação desordenada do território. Como fazia questão de sublinhar o presidente da JCI⁵⁰⁵, estudava-se cientificamente as colonizações feitas sem ciência. Colonizar era aqui completar explorações deficitárias, consolidar outras, construir captações de água ou novas habitações e construções rurais de forma a projectar no território uma ordem de proprietários. Foi depois de 1955 que a JCI passou a intervir nestas «colonizações espontâneas», comprando as propriedades entretanto aforadas ou arrendadas em formas consideradas injustas e socialmente explosivas.⁵⁰⁶

Aos poucos, a colonização aproximava-se do ordenamento do território: durante a década de quarenta, o planeamento da colonização através de perímetros⁵⁰⁷ que coordenassem

⁵⁰⁴ Cf. Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX* (Porto, A Regra do Jogo, 1976), 240 e ss. Esta representação e interpretação histórica das «colonizações espontâneas» ou de iniciativa particular dos estudos da JCI foi absorvida e usada pela historiografia que primeiro se dedicou à história da colonização interna em Portugal na década de 1970. Manuel Villaverde Cabral interpretou este movimento de fixação-de-mão-de-obra como a constituição de um semi-proletariado ou camponesinato semi-proletário que arrendava ou aforava terras nas extremas das grandes explorações para assim completar salários exíguos. Um movimento populacional de acesso limitado à propriedade, que assim reproduzia eficazmente a mão-de-obra, disciplinando-a e fixando-a à terra, essencial às grandes explorações. Argumentou ainda que este movimento populacional foi a base da ideia de colonização do Sul com pequenas propriedades familiares junto às extremas dos latifúndios e deve ser entendido no quadro da interdependência entre a pequena e a grande propriedade necessária ao modo de produção da cerealicultura. Cf. Villaverde Cabral, sel., pref. e notas, *Materiais para a história da questão agrária em Portugal...* A constituição de um semi-proletariado rural pela acção colonização dos latifundiários é vista como um momento essencial da produção e reprodução de mão-de-obra necessária à penetração das relações capitalistas no mundo rural ainda em Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX* (Porto, A Regra do Jogo, 1976), 240 e ss. Desenvolvido no capítulo introdutório da tese.

⁵⁰⁵ Cf. José Garcês Pereira Caldas, *Aspectos do problema Agrário*.

⁵⁰⁶ Face às dificuldades de divisão e colonização dos terrenos regados ou secos, durante a década de cinquenta a JCI privilegiou a compra de propriedades cujos arrendatários enfrentavam situações consideradas injustas e socialmente explosivas, sobretudo no Sul da grande propriedade. Para este efeito, entre 1955 e 1959, a JCI adquiriu 290 prédios, com uma área de 4133 hectares em Portugal continental, beneficiando mais de três mil famílias de cultivadores directos. Outra forma de colonização, a partir de 1959, a JCI procurou adquirir propriedades para instalar colonos (explorações familiares e glebas), com pouco sucesso. Em 1959, iniciou o reconhecimento de propriedades postas à venda e os prédios adquiridos situaram-se na maior parte ao sul do Tejo, em zonas de conflitualidade social (inclusive, dentro dos terrenos regados). Até 1972, foram adquiridos 28 prédios (9650, 3 hectares). Cf. Junta de Colonização Interna, *Junta de Colonização Interna (Síntese das suas organização [sic] e obra)*, [dactilografado] (Lisboa, JCI, 1972), 38-39. Veja-se as investigações de Dulce Freire no âmbito da tese de doutoramento sobre a compra de propriedades pela JCI em Alpiarça e Almeirim (Ribatejo) Cf. Dulce Freire, «Portugal e a terra: itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX» (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007), em parte resumidas e publicadas em Freire, «Ensayos de Ingeniería Social...».

⁵⁰⁷ As fases de planeamento colonizador através do estabelecimento de perímetros na zona pliocénica foram minuciosamente detalhadas em Junta de Colonização Interna, *Notas sobre a crise de desemprego rural e as possibilidades de colonização do Sul* (Lisboa: JCI, 1948) 32-36, e reproduzidas em Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos», 74.

e priorizassem diversas formas de intervenção espacial levou a um entendimento da acção colonizadora da JCI que a aproximava de um ordenamento territorial conduzido pelo Estado – uma evolução comum à colonização agrária em Espanha. Multiplicavam-se os mecanismos de conhecimento e intervenção territorial ao mesmo tempo que as mais profundas ambições de engenharia social colonizadora se reduziam. Agir cientificamente no território não parecia compatível com uma concepção política de reforma agrária. Aquela orientação foi consagrada em 1949, com o presidente da JCI até ao ano anterior e agora Sub-Secretário de Estado da Agricultura, José Pereira Caldas, a ordenar um inquérito geral⁵⁰⁸ às características agrícola, florestal e pecuária do território nacional que servisse de base à elaboração de um Plano de Fomento Agrário.⁵⁰⁹ A definição de ordenamento oriunda da Organização Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)⁵¹⁰ seguida ali era, de resto, quase análoga à de colonização, com que se abre este capítulo. Os grandes planos de colonização da terra seca foram então suspensos em 1949.⁵¹¹ Nos anos seguintes, os técnicos da JCI dedicaram os seus estudos exclusivamente à elaboração daquele Plano, finalizado em 1955, sob a coordenação do agrónomo Mário Pereira. A acção de ordenamento do território concebida no Plano de Fomento Agrário permitiu que a colonização se tornasse uma parte especializada do ordenamento⁵¹², readquirindo um sentido mais restrito, progressivamente identificado com o «parcelamento».

⁵⁰⁸ No âmbito destas actividades, logo em 1952 foi publicado o *Inquérito Agrícola e Florestal*. Instituído em 1949, o serviço do Plano de Fomento Agrário passou a denominar-se em 1958 Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário e conduziu à produção de estudos como a *Carta Agrícola e Florestal*, a *Carta dos Solos*, a *Carta de Capacidade e Uso dos Solo* e o *Inquérito e Carta Pecuária*. Os estudos de ordenamento agrário não passaram, contudo, de uma fase preliminar, tendo-se produzido apenas um esboço da Carta Geral de Ordenamento Agrário. Cf. Decreto-Lei n.º 497/80, de 10 de Outubro de 1980.

⁵⁰⁹ Despacho de 5 de Julho de 1949, publicado em *Diário de Governo*, n.º 158, II série, de 11 de Julho de 1949. Cf. Mário Pereira, *Fundamentos e Objectivos do Plano de Fomento Agrário*, Publicações do Centro de Estudos Económicos (Lisboa: INE, 1955).

⁵¹⁰ O «ordenamento» consiste num método que «tem em vista determinar o sentido do melhor aproveitamento do solo e da mais adequada estrutura agrária, com o objectivo fundamental de prover ao abastecimento da população, considerando a melhoria do seu nível de vida» Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1950* (Lisboa: JCI, 1951), 15-6.

⁵¹¹ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1949* (Lisboa: JCI, 1951), 38.

⁵¹² A carta de ordenamento incluía as zonas destinadas à colonização nas suas variadas formas (casais agrícolas, glebas, emparceiramento). Em relatórios explicativos por conselho, constaria ainda a seriação e prioridade de obras de colonização nas várias modalidades, com indicação aproximada do número de famílias a fixar, além de outros elementos que permitiriam elaborar um plano geral de colonização. Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1950* (Lisboa: JCI, 1951), 17.

7 «Pequena falange da grei agronómica»⁵¹³: uma tecnocracia colonizadora?

A técnica foi muitas vezes o modo específico do regime fascista de constituir e exercer o poder: despolitiza a acção do Estado, impõe esta acima das divisões e das paixões políticas, articulando-a enquanto interesse nacional. O lugar proeminente dos engenheiros, sobretudo formados pelo Instituto Superior Técnico, na consolidação dos poderes de Estado foi já firmemente estabelecido pela historiografia⁵¹⁴. Mas talvez seja de sublinhar como o elogio da ciência e o uso dos instrumentos técnicos pela administração agrícola do Estado na prossecução da proposta colonizadora propiciou uma relação específica entre Estado e ciência. Se os instrumentos técnico-científicos foram essenciais à colonização interna do Estado Novo, será importante entender como é que os vários técnicos concebiam e justificavam a sua acção dentro do Estado. O objectivo não será tanto delinear com minúcia trajectórias sociais, esmiuçar filiações ideológicas, ou precisar identidades profissionais⁵¹⁵ mas tão só surpreender como estas se relacionaram e traduziram em variadas práticas colonizadoras. E como, sob uma aparente diversidade, se afirmou um discurso e uma técnica nacionalista colonizadora.

A dimensão modernizadora dos fascismos foi construída com a entrada de elementos técnicos, nomeadamente agrónomos, para a administração do Estado. Este – o Estado – tinha a oportunidade de afirmar uma imagem de eficiência, legitimando a sua acção, a um só tempo constituindo e operacionalizando a sua vontade. Àqueles – aos agrónomos –, sob o álibi do governo técnico, possibilitava-se a colaboração em tarefas vistas como neutras ou apolíticas e oferecia-se a hipótese de implementar algumas das suas propostas, ultrapassando assim os obstáculos do fraco Estado do parlamentarismo. Em Portugal, como antes em Itália e depois em Espanha⁵¹⁶, uma aura tecnocrática parece ter atraído apoios politicamente distantes, tirando

⁵¹³ Palavras de Henrique de Barros, em “Texto lido em Setúbal numa reunião de engenheiros agrónomos democratas sob a presidência de Azevedo Gomes», in *Henrique de Barros. Lucidez, Coragem, Coerência*, pesquisa, seleção e notas de António de Barros (Figueira da Foz: Casino Figueira, 2016), 41

⁵¹⁴ Palavras de Henrique de Barros, em “Texto lido em Setúbal...”, 41.

⁵¹⁵ Maria de Lurdes Rodrigues, *Os engenheiros em Portugal: profissionalização e protagonismo* (Oeiras: Celta, 1998); cap. «Os engenheiros e a modernização da economia», em Nuno Luís Madureira, *A economia dos interesses. Portugal entre as guerras* (Lisboa: Livros Horizonte, 2002). Sobre os engenheiros agrónomos, veja-se Maria Carlos Radich, «O discurso identitário dos agrónomos portugueses», in *Linguagens e fronteiras do poder*, org. José Murillo de Carvalho, Miriam Halpern Pereira, Gladys Sabina Ribeiro, Maria João Vaz (Rio de Janeiro: FGV, 2011). Sobre a constituição do Centro de Estudos de Economia Agrária (1957-1986), onde trabalharam Henrique de Barros, Mário Pereira, Quartim Graça, entre outros agrónomos, ver ainda Dulce Freire, «Modernizing ambitions: agronomists in action between dictatorship and democracy (Portugal, 1957-1986)», in *Associations and other groups in Science: an historical and contemporary perspective*, ed. Ana Delicado, 92-107 (Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013).

⁵¹⁶ Particularmente notório no caso dos técnicos colonizadores, tanto em Itália como em Espanha. Veja-se Gómez Benito, Cristobal, *Políticos, burócratas y expertos...e Campubri Bueno*, «Political Engineering...». Sobre o governo dos técnicos e agrónomos no franquismo visto como neutral ou apolítico, ver Prieto, Juan Pan-Montojo, e Miguel Cabo (ed.), *Agriculture in the Age of Fascism...*, 22-23.

partido da vantagem de usar poderosos instrumentos num ambiente de contestação política limitada, dando poderes a um diverso corpo de especialistas, de ampla filiação ideológica. Sem o mesmo peso histórico, podemos dividir em três os diferentes grupos de técnicos colonizadores do Estado Novo.

Em primeiro lugar, os agrónomos que, ideologicamente avessos a euforias fascistas, italianas ou outras, e sob a influência dos ideais sergianos da *Seara Nova*, marcaram simbolicamente a primeira década da JCI. O destaque vai para Henrique de Barros, agrónomo e seareiro, intelectual de matriz republicana, filho do educador João de Barros, que, com Mário Pereira, agrónomo transmutado em economista, marcou indelevelmente a vida administrativa de uma instituição apostada em dar acesso à propriedade a um conjunto alargado de trabalhadores agrícolas, de jornaleiros e rendeiros. Podemos encontrar o ideal de «democracia da terra» e de «cooperativismo» de matriz sergiana nos estudos preparatórios e no projecto de colonização de Pegões (1942), co-dirigido por Henrique de Barros e Mário Pereira⁵¹⁷, bem como nos estudos sobre a colonização das terras secas do Sul durante toda a década de quarenta⁵¹⁸. Possibilitar o acesso à propriedade era então, de alguma forma, contribuir, finalmente, para a desejada comunidade de produtores: produtor e cidadão seria o novo colono do plioceno do Sul. A colonização interna como reforma agrária individualizadora da posse de terra, que amortecesse ou esvaziasse a conflitualidade social rural, e a possibilidade de uma reforma agrária colectivista⁵¹⁹, é devedora de um entendimento de democracia que unia a cidadania à propriedade. Os estudos agro-sociais desenvolvidos no quadro da JCI durante a década de quarenta permitiram então operar – ou tecnologizar – a «política de fixação» de António Sérgio e, numa versão moderada, a reestruturação agrária, de Ezequiel de Campos, falhas de estudos empíricos.⁵²⁰ Se os seareiros viam a necessidade na renovação das elites, a

⁵¹⁷ Engenheiro agrónomo Mário Pereira elabora, com Henrique de Barros, o projecto de colonização de Pegões, participa activamente nos estudos das possibilidades de colonização do sequeiro do Sul. Vai em missão em Itália, Suíça e Espanha, em 1949, onde se deslumbra com Mário Bandini e a reforma agrária italiana e co-escreve, com Eugénio de Castro Caldas o relatório preparatório (inédito) sobre a Agricultura para o I Plano de Fomento. Co-autor do Ante-projecto de Colonização da Idanha de 1945, Mário Pereira foi colocado no Fundo de Fomento Agrário em 1949, e participou, enquanto membro do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, no grupo de estudos que elaborou o relatório preparatório do II Plano de Fomento. Com Henrique de Barros, Mário de Azevedo Gomes e ainda Quartim Graça e Eugénio Castro Caldas, fundou o Centro de Estudos em Economia Agrária, na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1958.

⁵¹⁸ Desde cedo que Henrique de Barros defendeu e difundiu o cooperativismo em várias das suas obras e acções (até presidir ao Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo depois de 1976), incluindo nas colónias agrícolas, onde desde o primeiro momento foram consideradas como parte essencial da vida económica planeada.

⁵¹⁹ Cf. Barros, *Sobre o conceito de reforma agrária*.

⁵²⁰ Sobre as ambiguidades da *Seara Nova*, em que a oposição ao autoritarismo de Jaime Cortesão conviveu com a crença na «salvação nacional», o apoio ao «governo excepcional» e a defesa de uma renovação das elites que mudasse a «mentalidade portuguesa» de António Sérgio (entre 1921-1926) veja-se Manuel Villaverde Cabral, «The Seara Nova group and the ambiguities of the Portuguese liberal elitism», *Extract from Portuguese Studies*, volume 4 (1988): 181-196.

importância do privilégio da produção e dos produtores na vida económica do país (contra a burguesia comercial e financeira) e consideravam imperativo o «governo dos técnicos», a JCI parecia ser, no limite, uma das suas consequências lógicas. O elitismo tecnocrático de parte da *Seara Nova* permitiu, de resto, que dois dos seus mais destacados membros, Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos, transitassem daquele grupo heterogéneo para o Estado Novo: respectivamente, o primeiro, enquanto conselheiro financeiro de Salazar na sua ascensão⁵²¹ e, o segundo, trinta anos procurador à Câmara Corporativa (1935-1965). Também fora da JCI, Eduardo de Lima Basto e Mário de Azevedo Gomes, ambos agrónomos no ISA e ex-Ministros da Agricultura durante a I República, pugnavam pelos ideais colonizadores. Esta «pequena falange» integrante do Estado viu, contudo, bem marcados os limites da sua acção política quando, em 1947, na sequência da participação no Movimento de Unidade Democrática, Mário de Azevedo Gomes e Henrique de Barros foram purgados da Universidade.⁵²² Este último tinha já deixado a JCI em 1942, depois de estabelecer duradouras metodologias de trabalho com a elaboração do projecto de colonização de Pegões, mas a sua defesa de colonização interna durante a década de quarenta foi consentânea com a actividade da JCI⁵²³.

Não obstante a actividade oposicionista, e a filiação ideológica destes técnicos intelectuais, quer-se aqui salientar como a acção técnica de Henrique de Barros e, sobretudo, Mário Pereira e outros em prol da colonização interna contribuíram para materializar uma política de administração da população, não só da mobilidade, mas também da sua qualidade (produtividade, higiene, bem-estar) no Estado Novo. Foi a própria noção de que a terra e a população deviam ser objecto de governo científico que contribuiu para definir a relação biopolítica do regime com a população rural. Partilhando, no fundamental, a mesma visão das técnicas colonizadoras (mesmo se não dos objectivos), Henrique de Barros, Mário Pereira, e de um jovem Eugénio Castro Caldas, trabalharam sob a direcção de outros técnicos ideologicamente mais próximos do regime: José Garcês Pereira Caldas⁵²⁴, próximo de Rafael

⁵²¹ Cf. Comissão do Livro Negro, *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar* (Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1987). Sobre a presença destes dois técnicos no salazarismo e, mais genericamente, a centralidade da tecnocracia para os fascismos veja-se João Bernardo, *Labirintos do fascismo. Na encruzilhada da Ordem e da Revolta* (Porto: Afrontamento, 2003), 327-329.

⁵²² Cf. Fernando Rosas, Cristina Sizifredo, *Estado Novo e Universidade: A perseguição aos professores* (Lisboa: Tinta-da-China, 2013).

⁵²³ Ainda em 1944 discute o projecto de Pegões com Ezequiel de Campos, a propósito da elaboração deste do parecer do projecto. Cf. Barros, *Sobre o conceito de reforma agrária*.

⁵²⁴ José Garcês Pereira Caldas (1895-1958), oriundo de uma família de grandes proprietários de Santarém, fez o curso de engenheiro agrónomo (1921) e logo entrou para os quadros do Ministério da Agricultura. Governador civil de Santarém na Ditadura Militar, pertenceu à Junta de Colonização Interna desde a sua criação: depois de uma visita ao Agro Pontino italiano, foi vogal (1937-41) e depois presidente da JCI entre 1941 e 1948. Em Outubro deste ano foi nomeado Sub-Secretário de Estado da Agricultura, cargo onde permaneceu apenas até 2 de Agosto de 1950. Cf. «José Garcês Pereira Caldas», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 21 (Lisboa/Rio

Duque, ou José Eduardo Vaz Pinto, respectivamente, presidente e vice-presidente da JCI na década de quarenta. A multiplicação de formas de intervenção colonizadora do espaço rural para promover a família enquanto unidade de produção básica, partilhada por conservadores e por seareiros, mas todos agrónomos, sugeria que a partilha de uma mesma cultura científica unificava potenciais divergências político-ideológicas. A «reforma agrária escalonada, discreta e suasória»⁵²⁵ de Henrique de Barros, de 1949, estava longe dos laivos revolucionários da «Lei da Organização Rural» de Ezequiel de Campos, em 1925. Mais um caso em que a ideologia se pode e deve ler (também) através da técnica.

À moderação técnico-científica em nome da elevação dos níveis de vida rurais do discurso dos agrónomos da JCI contrapunha-se a colonização nacionalista, defendida pelos técnicos da JAOHA. A defesa do projecto de colonização hidráulica foi promovida pela grande retórica de redempção do mundo rural pela água de António Trigo de Morais, engenheiro hidráulico, empenhado católico e presidente da JOAHA até 1945. Uma visão grandiosa do Estado e da «Nação» que construísse «comunidades virtuosas de portugueses», fosse no Cunene ou no Barroso, animou este engenheiro da JAOHA, que, contudo, acabou por não ter qualquer materialização na política colonizadora da metrópole. Foi também nesta instituição que outro importante técnico colonizador, Mário Fortes, acabou por desenvolver a sua actividade. Protagonista da colonização interna do aparelho de Estado durante a década de 20, beirão proprietário e agrónomo que elabora a moderada política de colonização de baldios e incultos republicana, Fortes foi ainda responsável pela concepção e implementação da primeira pela colónia agrícola nos Milagres, em 1926. Já na Ditadura Militar, vai transitar da Direcção Geral da Acção Social Agrária para os quadros da recém-criada JAOHA, quando esta instituição assume o controle de uma incipiente política colonizadora, largamente fora dos propósitos governamentais. Um técnico estatal de veia moderada nos propósitos reformadores da terra, que, não obstante, evoluiu desde os tempos em que estava ao lado do Ministro da Agricultura Ezequiel de Campos, em 1925, a defender uma reforma agrária moderada a começar pela intervenção nos baldios, até 1932, quando defende a expropriação para colonização dos terrenos

de Janeiro: editorial Enciclopédia, s.d.), 190. Em Agosto de 1951 já era de novo presidente da JCI, onde permaneceu pelo menos até 17 de Março de 1954, já que assina os *Relatório de trabalhos e contas de gerência* (Lisboa: JCI) desses anos.

⁵²⁵ Cf. Barros, *Sobre o conceito de reforma agrária*. Sobre a concordância de Henrique de Barros com a proposta de Lei Organização Rural e outras propostas de Ezequiel de Campos ver Henrique de Barros, «Uma Oportunidade», *Seara Nova*, nº 285, 11 de Fevereiro de 1932, 331-334.

irrigados da Idanha e associa a política hidráulica, à qual se dedicava desde os seus tempos de tirocinante no ISA, a um grande projecto nacionalista⁵²⁶.

Num segundo momento, surge com maior proeminência um outro grupo de técnicos (e políticos) colonizadores, dentro e fora da JCI, que têm o catolicismo social como referência. Ao contrário da Espanha franquista, em que o catolicismo social foi uma matriz ideológica central na definição da colonização franquista desde o seu albar em 1939, em Portugal foi apenas nos anos cinquenta que de forma decisiva a doutrina social da igreja permeou e reconfigurou as ideias colonizadoras. Católicos como José Rebelo Vaz Pinto e Eugénio Castro Caldas, que trabalham desde a década de quarenta na JCI, têm agora uma influência crescente, sobretudo com o envolvimento activo dos membros da JCI, nomeadamente do seu presidente, Vasco Leónidas⁵²⁷, nos organismos rurais da Acção Católica⁵²⁸. Não se trata tanto de descrever a visão do catolicismo social destes técnicos (e políticos), mas sublinhar como aquele foi funcional na reconfiguração das ideias colonizadoras que ocorreu nessa década: as unidades médias de produção agrícola enquanto formas de fixação das famílias rurais para Castro Caldas, a missão salvífica dos agrónomos no meio rural para José Rebelo Vaz Pinto⁵²⁹, a defesa política e jurídica da «função social da propriedade» como decorrência do princípio de «acesso à propriedade» da encíclica *Mater et Magister*, nos procuradores Gomes da Silva e João Pereira de Campos.

Ainda que imperasse alguma diversidade ideológica no seio dos técnicos da JCI (como, provavelmente, dentro de certos limites, em toda a administração do Estado), as lutas políticas em torno do projecto colonizador durante a década de cinquenta deram azo a que se construísse externamente uma identidade para este grupo. Em primeiro lugar, os técnicos da JCI foram representados como um grupo com relativa autonomia de actuação dentro do aparelho de

⁵²⁶ «Este problema da hidráulica-agrícola, que não é monárquico nem republicano, que não é conservador nem é bolchevista, como a fome não é católica nem protestante, é verdadeiramente um problema nacional, de interesse geral para todos os portugueses e especialmente para aqueles que vivem na região que visa servir. Intimamente ligado à questão agrária e conjugado com o problema social, é daqueles que têm que ser encarados de frente e com urgência.» Cf. Dias, *Aspirações de Idanha-a-Nova...*, 22.

⁵²⁷ Nascido na região de Aveiro, em 1919, Vasco Leónidas formou-se no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa. Em 1951 era presidente da Junta dos Lacticínios da Madeira. Tinha ingressado nos quadros da JCI em 1945, onde participou nas brigadas de reconhecimento das terras de sequeiro do Sul (Cf. Vasco Leónidas, *Reconhecimento das possibilidades de colonização do distrito de Portalegre* (Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1946)), e acabou por presidir a esse organismo de 1959 a 1969. De 1969 a 1972, foi Secretário de Estado da Agricultura. A sua intervenção política pautou-se pela referência constante aos princípios católicos.

⁵²⁸ Ver a secção «Mais interessa criar Homens do que apenas produzir subsistências»: Eugénio Castro Caldas e o catolicismo social colonizador.

⁵²⁹ Cf. José Rebelo Vaz Pinto, «A colonização do pliocénico, campo aberto à iniciativa particular», in *Problemas da Colonização. 1. – A zona pliocénica ao Sul do Tejo* (Lisboa: JCI, 1943), 73-86; José Rebelo Vaz Pinto, *As colónias agrícolas e a sua assistência* (Lisboa: JCI, 1956). Neste último relatório, o autor discorre longamente como faz parte da missão do agrónomo a salvação das almas, à semelhança do pároco.

Estado: a capacidade técnica elogiada desde os primeiros estudos sobre os baldios evoluiu para uma imagem de semi-autonomia técnica que lhes permitiu oporem-se, publicamente, à orientação política do governo em matéria de colonização depois de 1954, como denunciadas na Assembleia Nacional.⁵³⁰ No quadro daquela luta política – e em segundo lugar –, a denúncia dos objectivos socializantes da colonização parceladora das grandes propriedades levou à acusação dos técnicos com «formação agronómica ou sociológica» [de] serem «obreiros de uma revolução social que há dois séculos está em curso.»⁵³¹ Na Câmara Corporativa, via-se este conjunto diverso de especialistas, os «cultos sociólogos», como dotados de um saber técnico-científico de intervenção no espaço social rural, abstracto e desumanizante. «Teóricos», aproximavam-se «do outro lado da cortina de ferro» com essa crença na possibilidade de «endireitar de vez a vara torta que tem sido o símbolo do destino humano»⁵³², ou seja, a complexa engenharia social inerente ao projecto colonizador, centrada na criação de um novo grupo social – os médios agricultores do Alentejo – era vista como indevida porque, simultaneamente, científica e de socialista.

Em 1974, durante o PREC, uma assembleia de trabalhadores denuncia em frente às câmaras de televisão que havia mais de 1000 trabalhadores da JCI, muitos deles precários que era necessário integrar na administração do Estado.⁵³³ Ao longo dos 38 anos de vida da JCI tinham-se multiplicado os quadros, em virtude da multiplicação das competências e funções do organismo. Entre 1936 e 1953, passaram 57 agrónomos pelos quadros da JCI⁵³⁴. Nessa década de cinquenta, um número crescente de arquitectos entra para a Junta (são nove em 1962)⁵³⁵, actuando na área da habitação rural. Se nos primeiros anos a JCI esteve centrada na elaboração de estudos preparatórios dos projectos de colonização, a repartição dedicada aos «estudos» foi a que mais cresceu nos anos seguintes, tornando a JCI um organismo central na produção de conhecimento sobre o espaço rural⁵³⁶; a partir de 1947, a repartição ligada aos melhoramentos

⁵³⁰ Alude-se, em particular, às acusações em torno da colonização hidráulica da Campina de Idanha, analisadas na secção «A colonização da Campina de Idanha», do capítulo III, página 113.

⁵³¹ Cf. Afonso Melo de Pinto Veloso (relator), «Parecer n.º 3/VI. Proposta de lei n.º 3», in *Diário das Sessões*, VI legislatura, 16 de Dezembro de 1953, 40 (99).

⁵³² Cf. Veloso (relator), «Parecer n.º 3/VI. Proposta de lei n.º 3», in *Diário das Sessões...*, 40 (99) e (103).

⁵³³ Cf. «Desvios e irregularidades na Junta de Colonização Interna», em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/desvios-e-irregularidades-na-junta-de-colonizacao-interna/>.

⁵³⁴ Cf. Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior. Recolha de dados e apontamentos críticos*, Primeiro Centenário da Fundação do Enso Agrícola Superior, 2ª ed. (Lisboa: Instituto Superior de Agronomia/Inquérito, 1992 [1ª ed. 1958]).

⁵³⁵ Cf. Filipa Guerreiro, «Colónias Agrícolas Portuguesas...», 578-9.

⁵³⁶ Dentro da 1ª repartição da JCI (estudos e projectos), multiplicaram-se as secções: bem-estar rural, estudos e inquérito agrícolas, secção de emparcelamento e consolidação da propriedade, coordenação das acções locais, por exemplo. Todos os dados apresentados no restante parágrafo encontram-se em Junta de Colonização Interna, *Síntese das suas organização e obra* [dactilografado] (Lisboa, JCI, 1972).

rurais, com delegados regionais, permitiu uma presença constante de agentes estatais da JCI em todo o território nacional, inclusive nas ilhas. A estas duas áreas centrais da actividade da JCI (estudos e melhoramentos rurais), foram-se acrescentando outras: a partir de 1955 esteve também dedicada à compra de propriedades arrendadas, e, a partir de 1959, à aquisição de propriedades postas à venda; durante toda a década de sessenta cresceram ainda as actividades de extensão rural e formação profissional. Se, em 1972, havia cerca de 20 agrónomos a trabalhar na JCI, havia também 16 agentes familiares rurais, oito arquitectos, dois cientistas sociais, um geógrafo (para além de mais de 30 agentes rurais e 30 regentes agrícolas). Uma crescente especialização das formas de intervenção (dedicadas à formação profissional ou à habitação rural) justificavam a diversidade de técnicos. A história institucional da JCI foi também a história do crescimento constante do aparelho de Estado e da presença dos seus agentes em todo o território nacional com o desenvolvimento das técnicas de intervenção estatal rural.

8 Conclusões

O exercício dos poderes de *disposição* orientou a prática colonizadora do Estado. Se o rearranjo espacial e estratégico das coisas da natureza e dos homens e das suas possibilidades de mobilidade (e fixação) dentro de um território nacional se foi tornando competência e função do Estado moderno europeu, no período entre-guerras do século XX emergiu um fenómeno colonizador transnacional no qual se deve inserir a colonização interna do Estado Novo. As práticas de *racionalização* e *melhoramento* produtivo da natureza e da sociedade (rural) do fenómeno colonizador, ao mesmo tempo que devem ser internacionalmente contextualizadas, devem servir para tirar conclusões sobre os poderes de Estado do Estado Novo. O “Estado forte” que materializaria a nação orgânica, centralizado e hierarquizado, pessoalizado na figura do chefe do conselho, deve ser complexificado quando se decompõe e estuda o exercício dos seus poderes. As ideias de colonização interna pensadas por Oliveira Martins e Ezequiel de Campos, legisladas por Rafael Duque, defendidas por Salazar, discutidas na Assembleia Nacional, criticadas na Câmara Corporativa, foram, finalmente, materializadas pela JCI. Analisar o processo de institucionalização estatal das ideias colonizadoras, seguindo o quotidiano burocrático da instituição colonizadora, permite entender melhor o processo de operacionalização e tecnologização das ideias colonizadoras, e as suas transformações.

Em primeiro lugar, historicizar as práticas colonizadoras da JCI permite pluralizá-las e assim desidentificar a colonização interna do Estado Novo com a colonização hidráulica e a divisão das grandes propriedades regadas que dominou o discurso público. Descer às práticas

administrativas colonizadoras do Estado revela como a reforma das estruturas fundiárias foi prosseguida e concretizada pela multiplicação de formas de pequena propriedade, economicamente sustentáveis (com a consolidação das explorações existentes e a constituição de novas explorações), respeitando a ordem existente. Se, efectivamente, a reforma agrária expropriadora foi uma possibilidade legislada, sem apoio ou ordem do executivo, pouco foi perseguida pela administração do Estado. Nem, de resto, pelo menos até aos finais da década de quarenta, expressamente desejada pelos técnicos da JCI. Os planos de colonização das terras secas do Sul, que incluíam formas de partição da terra que implicavam a expropriação e constituição de casais agrícolas, apoiavam-se também na promoção de formas de propriedade partilhada (arrendamentos e parcerias) e da constituição de explorações ditas imperfeitas, complementares das grandes explorações. Mesmo na colonização dos baldios, a distribuição de glebas foi a modalidade colonizadora mais difundida (mesmo que considerada mais imperfeita). A campesinação da JCI foi imaginada e seguida em articulação com o que já foi definido como os projectos de semi-proletarização rural, nas margens das grandes propriedades regadas do Sado ou do Ribatejo. Foi uma razão técnico-científica, apoiada nos reconhecimentos agrónomos, hidrológicos e sociais realizados, que levou à diversificação das formas de colonização propostas, adaptadas às realidades existentes, sistematicamente objectivadas pela JCI. Colonizar era, então, sobretudo, um conjunto diverso de procedimentos destinados a defender e promover a pequena propriedade.

Em segundo lugar, se colonizar era então muitas coisas, a centralidade ideológica e pública da colonização através de casais agrícolas, considerada a mais completa materialização da idealização económica e moral do campesinato e da família rural, não se traduziu num predomínio dessa forma de colonização na actividade da JCI. Os casais agrícolas, essas formas mais acabadas de constituição de um proprietariado rural (nos baldios ou nas grandes propriedades do Sul) foram planeadas e concretizadas por relação com outras formas de acesso à propriedade. O contraste entre o número de famílias instaladas nas colónias agrícolas desde 1938 e as famílias afectadas pelos múltiplos trabalhos de colonização sugere, então, que a colonização por casais agrícolas foi, em primeiro lugar, um lugar de experimentação social (um laboratório social) com uma clara função exemplar dentro do regime (como se verá nos capítulos seguintes sobre as colónias agrícolas). O Estado encena-se e apresenta-se pela imaginação de um espaço produtivo. O proprietariado parecia ser uma miragem ideológica e propagandística.

Em terceiro lugar, se colonizar era muitas coisas, era, fundamentalmente, dar uma ordem científica à desordem do povoamento e do território, frutos da história pátria. Visando uma

ordem espacial rural, equilibrada e racional, e orientada pelo ideal da pequena propriedade, os agentes técnicos da JCI delinearam e prosseguiram um conjunto de providências administrativas que idealizaram e promoveram a colonização interior do território nacional metropolitano. A ambição do planeamento territorial e populacional alcançado pela alteração da estrutura de propriedade foi então operacionalizada pelo conhecimento técnico-científico produzido pela colaboração entre a administração do Estado (JAOHA e JCI) e a universidade (ISA). Progressivamente, a administração do Estado agia segundo uma racionalidade científica. Quando colonizar era ocupar cientificamente o território e dar ocupação à população produtiva, visava-se a campesinação pela multiplicação de formas de acesso à pequena propriedade: privatização e divisão das propriedades comuns, consolidação das pequeníssimas explorações, divisão de partes das grandes propriedades ou de latifúndios regados. Mais do que traçada a «regra e esquadro», fazendo uso de uma razão abstrata, a colonização interna da JCI quis ser um conjunto de procedimentos administrativos dirigidos a promover a pequena propriedade, baseados em técnicas de reconhecimento e intervenção territorial e populacional em constante mutação. No limite, a história da colonização interna pode ser colocada na genealogia do ordenamento do território.

Os planos, os mecanismos e as técnicas colonizadoras foram flexíveis e adaptativas aos problemas que a um só tempo foram definidos e respondidos por um conjunto de domínios científicos (notavelmente, a Economia Agrária e a Sociologia Rural), conhecidos por uma diversidade crescente de especialistas que a JCI albergou. A elevação dos níveis de vida rurais, o aumento e melhoria da produção alimentícia nacional, bem como o “apaziguamento” social, foram objectivos formulados e prosseguidos por determinadas disciplinas que albergavam um conjunto de saberes e técnicas especializadas cada vez mais importantes na condução do governo do Estado. Os problemas sociais vão sendo delimitados – notavelmente, os baixos «níveis de vida», o «problema habitacional», ou, mais que todos, o «desemprego rural» – e com eles, a proposta colonizadora, que crescentemente se complexifica na sua ambição de gestão da vida rural.

A JCI foi um exemplo do crescente envolvimento de técnicos especialistas na administração estatal. Se se pode relacionar o governo técnico com os fascismos, na sua vontade de despolitização da ação estatal, o crescimento institucional das competências da JCI, incorporando cada vez mais diferentes tipos de especialistas de intervenção colonizadora, sugere uma história de um incremento constante das competências, funções e instrumentos de intervenção do Estado. Não só agrónomos e regentes agrícolas, centrados no reordenamento fundiário, durante a década de quarenta, mas também sociólogos, educadoras sociais,

arquitetos, conduziam crescentemente a vida nos campos até ao final do regime. Se nos anos trinta era mais fácil encontrar laivos racistas e elogios à colonização mussolínica em Itália, a perda de referência fascistas não se traduziu num retraimento, mas sim numa diversificação e complexificação dos poderes interventores do Estado. Tal permite nuancear a identificação dos projectos totalizadores fascistas com o projecto colonizador do Estado, e, como se verá no capítulo sobre a colonização desenvolvimentista, colocá-lo nas trajectórias históricas da criação (embrionária) de Estados do bem-estar, típicos do pós-guerra europeu.

Gerir a propriedade foi uma forma de reorganizar o território nacional numa altura em que a função da terra era bem mais que produzir bens. No âmbito do Estado Novo, as várias formas de colonização interna, na sua diversidade, tratavam todas de promover a pequena propriedade privada da terra como maneira de fomentar e fortalecer um conjunto de formas de vida rurais, *melhoradas* ou *modernas*, associadas ao campesinato. Na JCI, o ideal de campesinação do projecto colonizador estabelecia-se, para os terrenos baldios, contra a pastorícia, e nas terras secas do Sul, contra a proletarianização (e continha assim um princípio desproletarizador que se tornará central ao discurso colonizador na década de cinquenta).

Com o ideal proprietário da colonização interna, imagina-se uma forma de intervenção estatal para o espaço rural à margem – e subsidiário? – ao enquadramento corporativo defendido e parcialmente concretizado, na sua busca para uma harmonização das classes. A conciliação entre as classes far-se-ia na promoção de um proprietariado que elevasse os níveis de vida rurais não pela melhoria das condições de trabalho (assalariado, fosse nos campos ou nas indústrias, ou de vida “errante” na pastorícia) mas pela promoção de uma segurança trazida pelo cultivo da propriedade privada.

CAPÍTULO V

«AJUDAR A NAÇÃO A CRESCER DENTRO DE SI MESMA»: COLONIZAR O ALENTEJO

Depois de legislada como possibilidade na década de trinta, a política de colonização interna foi consistentemente reconsiderada pelos poderes de Estado no início da década de cinquenta. Os anos da guerra tinham retirado capacidade financeira ao Estado, as obras de rega demoravam a ficar prontas e os grandes proprietários do Sul tinham ganho espaço no governo do pós-guerra. A colonização legislada no I Plano de Fomento (1953-1958), abundantemente discutida na Assembleia Nacional, abandonada nos seus propósitos de reforma agrária, para ser de novo inscrita no II Plano de Fomento (1959-1964), foi depois abraçada e abandonada pelo Governo na viragem para a década de sessenta, na mais intensa luta política travada em torno do projecto colonizador do Estado Novo.⁵³⁷ Simultaneamente, a administração de Estado, através da JCI, pugnava politicamente por uma reforma agrária do Alentejo, construía e começava finalmente a administrar as colónias agrícolas planeadas na década de quarenta, principalmente em Pegões.

Este capítulo procurará perspectivar o fenómeno da colonização interna analisando-o no contexto da história do crescimento do Estado intervencionista do pós-guerra na Europa, que reclamava para si uma expansão das suas responsabilidades, entendendo como os poderes colonizadores visavam administrar a população e construir o território no contexto de um aprofundamento da economia de mercado, envolvendo crescentemente especialistas no governo do Estado. Tal processo histórico será analisado a partir de dois níveis. Por um lado, a análise da administração do Estado através da decomposição das racionalidades e objectivos das técnicas colonizadoras das instituições administrativas estatais, em particular relativas à gestão da população nas suas várias dimensões («migrações», «sobrepovoamento rural», «desemprego cíclico», «engenharia social», etc.), contribuirá para questionar os qualificativos de «económico» e «social» em nome dos quais o Estado procurava agir. Por outro lado, a colonização interna, entendida enquanto fenómeno transnacional ⁵³⁸, será analisada historicamente no contexto de um Estado na Europa (do Sul) com poderes e dimensões

⁵³⁷ A narrativa histórica da colonização interna em Portugal durante a década de cinquenta, com longa repercussão na historiografia do Estado Novo, foi estabelecida no primeiro capítulo de Baptista, *A Política Agrária do Estado Novo* e Amaral, «Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão...»; e, sobretudo, Luciano Amaral, «Agricultura e política agrícola: o país que nós perdemos», in *O Estado Novo*, dir. Fernando Rosas, vol. II de *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Círculos de Leitores: 1994), 431-435. Em estreito diálogo com esta bibliografia, o capítulo procura encontrar novas interpretações para o fenómeno.

⁵³⁸ Cf. Van de Grift, «Introduction: theories and Practices of Internal Colonisation...».

imperiais, inserindo as concepções, saberes, técnicas e agentes colonizadores na história das redes de produção e circulação europeias e transcontinentais. A inserção na conjuntura internacional da década de cinquenta permitirá entender como as ideias de colonização interna herdeiras do reformismo agrário começaram a ser reconfiguradas no âmbito do desenvolvimentismo rural do Sul Europeu católico (Portugal, Espanha e Itália).

De modo a reflectir esta confluência, este capítulo começará por historicizar a emergência no discurso político de um «problema social» do Alentejo, a que o I Plano de Fomento visou responder através, também, das ideias colonizadoras. De seguida, procurará situar a proposta colonizadora no contexto de outras formas de modernização agrícola, nomeadamente as apoiadas pelo Plano Marshall na Europa. Nesta secção, a comparação da política de colonização interna em Portugal com a reforma agrária italiana de 1950 permitirá entender as políticas colonizadoras internas como resultantes (também) das redes internacionais e assim realçar a importância destas na configuração dos poderes de Estados nacionais; evidenciar-se-á também como a redistribuição da terra foi diferentemente apoiada pela política externa americana em Itália e em Portugal, em virtude dos seus regimes, na nova ordem internacional da Guerra Fria. A secção seguinte, continuando o esforço de situar a colonização interna de um Estado nacional num espaço de poderes mais vasto, dedicar-se-á a traçar as relações históricas entre a colonizações internas e ultramarinas numa altura em que o Estado imperial português se tenta assumir como um Estado unitário. Acompanhar-se-á, de seguida, os argumentários usados no debate legislativo sobre a lei colonizadora de 1954, explorando as diferentes visões sobre as suas razões e objectivos («económicos», «sociais» ou «ideológicos»). Finalmente, a última secção procurará entender como a política colonizadora proposta, contestada e instituída na primeira metade da década de cinquenta foi ideologicamente devedora do catolicismo social dos seus proponentes.

1 Emergência política do «caso do Alentejo» e o I Plano de Fomento

Na viragem para os anos cinquenta, um renovado problema definido pelo Estado actualizou politicamente a proposta de colonização interna. O desemprego rural⁵³⁹ parecia ser

⁵³⁹ Não obstante a centralidade política ocupada pelo discurso sobre o desemprego rural, maioritariamente agrícola, também o desemprego noutras actividades produtivas era alvo da atenção pública, quer dos organismos estatais quer das organizações sectoriais de actividade. Cf. Francisco Cortês Pinto, *O problema do desemprego no pós-guerra* (Lisboa: Associação Industrial, 1945). O desemprego foi considerado não apenas um problema social ou político mas uma variável da ciência económica na comunicação de Dinato Ferrão à Sociedade de Ciências Económicas. Cf. Dinato Ferrão, *Trabalho e desemprego. Métodos de investigação e análise dos problemas relativos aos mercados de trabalho e suas crises* (Lisboa: Gráfica Lisbonense, 1945).

um perigo maior, e a água a sua mais imediata solução, tornando-se esta uma máxima comumente alardeada para o Alentejo a partir de 1948⁵⁴⁰. As ameaças sociais invocadas para a Idanha-a-Nova, e outras zonas de grande propriedade do Sul, durante a década de trinta, o fim dos «horizontes de trabalho»⁵⁴¹ alertado pelos agrónomos durante os anos quarenta, a «sobrelotação» ou «sobrepovoamento rural» no discurso agora de muitos deputados na Assembleia Nacional, em suma, o fenómeno social que foi estatalmente categorizado como desemprego rural cíclico⁵⁴² foi configurado politicamente como a «questão do Alentejo» em meados do século XX.

Em 1945, numa síntese profusamente documentada sobre a situação da agricultura na primeira metade do século XX, os agrónomos Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugénio Castro Caldas alertavam para a enorme diminuição dos «horizontes de trabalho», «sem dúvida vastos e prometedores», anos antes abertos com o arroteamento e cultivo de terras incentivadas pela legislação proteccionista do trigo, o que se traduzira numa «elevação do nível de vida», e agora comprometidos pela «eclosão do fenómeno pura e simplesmente demográfico.»⁵⁴³ O «sobrepovoamento rural» de que nos falam os autores do estudo é formulado a partir da descrição do problema do «desemprego»: «a agricultura, que até então pedia braços para arrotear a terra, passou a ouvir o desesperado apelo de quem precisa de terra para valorizar os braços». Generalizou-se então a ‘fome de terra’, sintoma evidente e grave de «sobrepovoamento rural». Este «sobrepovoamento rural» continha – como já continha no *Inquérito Económico Agrícola* de Henrique de Barros – uma ameaça social (e política) óbvia, pois que «só é possível (...) manter o justo equilíbrio social se à população se dedicar particular cuidado.»⁵⁴⁴ É muito clara a relação de causalidade que estes autores estabelecem entre a

⁵⁴⁰ Apesar do discurso sobre o desemprego rural, em 1948, a estatística oficial contabilizava que as crises periódicas de trabalho dos rurais atingiam um máximo de 11 mil indivíduos. Cf. Ministério das Obras Públicas. Commissariado do Desemprego, *Quinze anos de Actividade (1932-1947)*. Separata do Boletim do Commissariado do Desemprego (Lisboa: Gráfica Boa Nova, 1948), 5.

⁵⁴¹ Cf. Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas, «Traços Principais da Evolução da Agricultura Portuguesa entre as Duas Guerras Mundiais», *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 1, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, (1945): 31.

⁵⁴² «A circunstância de ter carácter intermitente o desemprego nas classes de trabalhadores classificados nos III e IV grupos e o desinteresse de grande parte desses trabalhadores pela sua inscrição nos registos do Commissariado não permitem o aproveitamento de números suficientes para uma elucidação segura. Pode, no entanto, afirmar-se que a média mensal destes desempregados atingiu, nalguns casos, índices bastante elevados, sobretudo na fase aguda das crises cíclicas do Alentejo». E assim o Boletim do Commissariado do Desemprego não apresenta dados para os desempregados rurais (incluídos no IV grupo) entre 1948 e 1951. Cf. Ministério das Obras Públicas, *Boletim do Commissariado do Desemprego*, n.º 29, anos de 1948, 1949, 1950 e 1951. (Lisboa: tip. Santos e Rodrigues 1952).

⁵⁴³ Cf. Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas, «Traços Principais da Evolução da Agricultura Portuguesa entre as Duas Guerras Mundiais», *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 1, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, (1945): 33.

⁵⁴⁴ Cf. Azevedo Gomes, Barros e Castro Caldas, «Traços Principais da Evolução...», 33.

pressão demográfica nos campos (nas condições de exploração do latifúndio) e as origens das tensões e conflitos sociais rurais. A percepção de um «desacordo quantitativo» entre «a terra disponível e a gente que a povoa» parece, pois, oferecer a explicação para a «marcha lenta mas segura, no sentido da multiplicação das causas de conflito que se avoluma»⁵⁴⁵.

Desde os anos trinta, mas sobretudo ao longo dos anos quarenta, o «desemprego rural» tornara-se um tópico recorrente entre os agrónomos, mas pontuava também os discursos políticos sobre o mundo rural; na viragem para os anos cinquenta, esse tópico foi sendo crescentemente pensado e debatido sob a designação de «excesso populacional»⁵⁴⁶. Foi a partir desta questão – fosse «o social ou o político, como desejarem classificar o problema»⁵⁴⁷, dizia Araújo Correia –, que a colonização hidráulica nos campos regados do Sul alentejano foi politicamente considerada pela esfera executiva do Estado. Terá então presença destacada no primeiro grande plano que pretende definir a política económica do pós-guerra: o I Plano de Fomento⁵⁴⁸.

Enquanto política económica, o I Plano de Fomento⁵⁴⁹ parecia mais próximo da lógica da Lei de Reconstituição Económica, elaborada quinze anos antes, do que das modernas formas de planeamento da economia, subordinadas a uma estratégia de desenvolvimento macro-económica, que marcaram o pós-guerra europeu. Dirigiu para o espaço rural mecanismos semelhantes aos consignados na intervenção de 1935: «hidráulica agrícola», «povoamento florestal» e «colonização interna». Este plano de fomento procurou assim orientar a afectação de recursos financeiros para certas obras consideradas prioritárias tendo em conta o desenvolvimento do país, nomeadamente para a agricultura para a qual previu 17% dos 7,6 milhões de contos⁵⁵⁰. Para a colonização interna, depois de uns propostos 300 mil escudos, foram aprovados 270 mil.⁵⁵¹

⁵⁴⁵ Cf. Azevedo Gomes, Barros e Castro Caldas, «Traços Principais da Evolução...», 33 e 198.

⁵⁴⁶ Mais tarde, já na década de 1950, o excesso populacional no mundo rural é o problema que o I Plano de Fomento tenta resolver para a agricultura. Cf. Luciano Amaral, «Agricultura nos Planos de Fomento», in *Dicionário da História de Portugal*, coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, volume VII, Suplemento A/E (Porto: Livraria Figueirinhas, 2000), 79.

⁵⁴⁷ Cf. Araújo Correia (relator), «Parecer da Comissão Encarregada de apreciar as Contas Públicas. Contas gerais do Estado de 1948», in *Diário das Sessões*, n.º 43, 15 de Abril de 1950, 772-(4).

⁵⁴⁸ Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952.

⁵⁴⁹ Como notado por Victor Pereira, há uma escassa literatura historiográfica sobre o Plano de Fomento, sendo que as principais obras estão ainda ligadas aos intervenientes históricos, como Jacinto Nunes, Mário Murteira e João Ferreira do Amaral. Cf. Victor Pereira, «A economia do império e os planos de fomento», in *O império colonial em questão (século XIX–XX). Poderes, saberes e instituições*, org. Miguel Bandeira Jerónimo, 261-295 (Lisboa: edições 70, 2012).

⁵⁵⁰ Cf. João Ferreira do Amaral, «Planeamento económico», in *Dicionário de História de Portugal*, coord. por António Barreto e Maria Filomena Mónica. Suplemento P/Z, 88-92 (Porto: Figueirinhas, 1999).

⁵⁵¹ Dos 1290 mil escudos aprovados para o investimento na agricultura, 270 mil escudos estavam reservados para a colonização interna: 90 mil para as colonizações incluídas no decreto n.º 36054; 150 mil (na proposta de lei, eram 240 mil) para a colonização nas áreas de fomento hidroagrícola e ainda 30 mil para a colonização dos «sapais

Se a concepção do Plano de Fomento se situa na continuidade de anteriores mecanismos de programação económica, é preciso atender à própria elaboração do Plano de Fomento para se entender como é que novas formas de planeamento entravam já nas artes de governar. A estrutura institucional criada para o Plano de Fomento deu, de resto, os seus frutos dentro da orgânica governamental, com a criação do Conselho Económico. «É pensamento dominante da Administração nada se fazer sem Plano»⁵⁵², afirmava Salazar pouco antes. Em relação à área da agricultura, o engenheiro Eugénio Castro Caldas relatou, décadas depois, como a «moda do planeamento» – dos «Planos de Leste» ao exemplo do Tennessee Valley Authority⁵⁵³, em que o «modelo americano» tinha «indiscutível força» – tinha imposto a «necessidade de actualização da administração pública». ⁵⁵⁴ Uma transformação nas artes de governar que incluía cada vez mais especialistas na administração do Estado e que não se fez sem tensões e disputas internas, como se verá.

Em 1950, o Ministro da Economia Ulisses Cortez convidou os agrónomos reformistas Eugénio de Castro Caldas e Mário Pereira para prepararem o capítulo da agricultura referente ao Plano de Fomento. A estreita relação entre «técnicos» e «políticos» foi notada por Castro Caldas quando deu conta do modo como os «técnicos», «considerados bons fabricantes de ideias ou dotados de poder imaginativo», marcavam crescente presença junto de ministros, enquanto «eminências pardas» na viragem para a década de cinquenta. Aqueles agrónomos elaboraram um relatório que acabou, contudo, por ser ignorado na proposta final⁵⁵⁵ enviada para discussão na Assembleia Nacional, a qual era sumária quanto às razões, circunstâncias e objectivos, e sobretudo quanto à metodologia científica, que justificavam tecnicamente as medidas. Não obstante não integrar as novas formas de programação económica, a proposta de lei consagrava as traves mestras do discurso colonizador reformista: estabelecia uma relação de causalidade entre as formas de povoamento e a estrutura agrária, que explicava o contraste entre

algarvios». Cf. Lei nº 2058, de 29 de Dezembro de 1952, 1363; «[Proposta de] Plano de Fomento», in *Diário das Sessões*, n.º 168, 21 de Novembro de 1952, 1055.

⁵⁵² Cf. Ministério das Obras Públicas. Comissão Executiva de Obras Públicas, *Quinze anos de Obras Públicas: 1932-1947. Livro de ouro* (Lisboa: Comissão Executiva de Obras Públicas, 1948), 122.

⁵⁵³ O Tennessee Valley Authority (TVA) estabelecido pelo presidente norte-americano F. Roosevelt para o Sul dos Estados Unidos da América devastado pela crise dos anos 30 era um plano total, com múltiplos objectivos, envolvendo o controlo das águas fluviais, através da construção de cerca de 30 barragens, que providenciariam energia eléctrica, irrigação, navegabilidade do rio, programas de saúde, de controlo da malária, habitação social, educação, bibliotecas, etc. O estudo do TVA enquanto um modelo de desenvolvimentismo muito influente em África e na Ásia (mas também em Espanha) durante a Guerra Fria foi escrito por David Ekbladh, *Great American Mission: Modernization and the Construction of an American World Order* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2010).

⁵⁵⁴ Cf. Eugénio de Castro Caldas. *A agricultura na história de Portugal* (Lisboa: Empresa de publicações nacionais, 1998), 517.

⁵⁵⁵ Cf. Castro Caldas. *A agricultura na história de Portugal...*, 517.

o Norte e o Sul do país, diagnóstico do qual se deduzia a necessidade de uma política «prudente, mas activa de colonização interna».⁵⁵⁶ A indicação de reforma das estruturas agrárias contida na proposta de lei foi, porém, freada pela obrigatoriedade de revisão do regime jurídico de colonização hidráulica⁵⁵⁷, incluída na redação final do I Plano de Fomento, acatando de perto as orientações políticas do parecer da Câmara Corporativa⁵⁵⁸ que sugeria que o aproveitamento das terras enriquecidas fosse feito «sem violências desnecessárias»⁵⁵⁹ (seguindo o espírito do parecer da CC do ano anterior, sobre a colonização na Idanha). No Plano de Fomento, além das obras de colonização hidráulica (que não foram sequer discriminadas obra a obra no Plano) foram ainda previstas as colonizações incluídas anos antes no plano de 1946, numa altura em que as colónias agrícolas aí planeadas começavam a ser construídas e inauguradas. Tudo considerado, a colonização interna envolvia, contudo, montantes diminutos, sobretudo se os colocarmos em comparação com os planos de colonização branca nas colónias ultramarinas. A política de colonização interna que parecia reiniciar-se na viragem para a década de cinquenta, por iniciativa dos reformistas agrários dentro do Estado, foi desde logo coartada pela mão do procurador Quartim Graça, que expressava a partir da Câmara Corporativa uma visão defensora da estrutura agrária vigente.

Se o discurso da proposta de colonização hidráulica parecia o mesmo, a racionalidade colonizadora da nova proposta respondia já a outros problemas encontrados na «economia», área agora objectivada através de novas técnicas. O «rendimento médio nacional»⁵⁶⁰ era, no Plano de Fomento, a medida de aferição da vida económica do país, o indicador macro-económico a partir do qual se situava e comparava internacionalmente Portugal em relação ao «desenvolvimento». Este indicador exprimia, para o Estado, a relação estabelecida entre a população e os «recursos naturais disponíveis», relação que se avaliava como «desequilibrada», e que haveria que «harmonizar» com o objectivo final de elevar o «rendimento médio por

⁵⁵⁶ «[Proposta de] Plano de Fomento», in *Diário das Sessões*, n.º 168, 21 de Novembro de 1952, 1054.

⁵⁵⁷ A exigência de revisão do regime jurídico de colonização das áreas beneficiadas pelas obras de hidráulica agrícola foi estabelecida no n.º. 2 da Base VI da Lei de Bases 2058.

⁵⁵⁸ Afirma a Câmara Corporativa que «a experiência anterior mostra que a colonização dos terrenos regados do Estado se fará geralmente por si sem grande intervenção do Estado ou, pelo menos, sem grande dispêndio da parte deste. (...) Parece aconselhar-se a este respeito a revisão dos preceitos legais, tendo em conta que parte da colonização, entre nós como noutros países, se faz pelo jogo natural de interesses e necessidades sem que, todavia, o Estado deva alhear-se da justiça da solução» (p. 1092). Por isso, se propõe uma redução das verbas dos 240 para os 140 mil contos, para a colonização interna (e, correspondentemente, se propõe aumentar a verba para as obras de hidráulica agrícola).

⁵⁵⁹ Quartim Graça (relator), «Parecer subsidiário da secção de Produtos florestais (Povoamento e colonização interna)», in *Diário das Sessões*, n. 168, 21 de Novembro de 1952, 1107.

⁵⁶⁰ Pelo menos desde 1947 que o «rendimento nacional» é discutido pelos agentes de política económica apostados na «reconstrução do pós-guerra». A indispensabilidade do seu cálculo é argumentada pela OECE e conduziu à constituição de um grupo de trabalho nomeado pelo governo para esse efeito. Ver Fernanda Rollo, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra*, 259, 538.

trabalhador». Os novos índices e outras formas de registo e cálculo permitiam configurar o domínio da «economia nacional» e estavam articuladas com novas formas de gerir e governar a população que se generalizaram na Europa do pós-guerra, que redefiniam o que contava ou não como produção ou produtivo.⁵⁶¹ Foi a partir desta nova forma de objectivar a «economia» que, em Portugal, a «pressão demográfica» se tornou um problema central eleito pelo Governo para ser resolvido pelo Plano de Fomento.

Foram vários os fenómenos que contribuíam para a constituição da «pressão demográfica» enquanto problema político. O ritmo do aumento da população em território nacional recrudescia desde a década de vinte, contando-se mais dois milhões e meio de pessoas entre 1930 e 1950, com as migrações quase estancadas, apesar dos leves indícios de retoma da corrente emigratória desde 1948⁵⁶². Ao aumento populacional causado pela transição para um regime demográfico moderno (alta natalidade, baixa mortalidade), agudamente percebido pelos agentes políticos, juntava-se o problema da «dispensa de braços», causada pelos benéficos – ainda que temidos⁵⁶³ – aumentos de produtividade trazida pela desejada mecanização dos processos produtivos. No conjunto, calculava-se que todos os anos surgiam cerca de 50 mil pessoas a requerer novos empregos.

Haveria que encontrar outras formas de rentabilizar os «braços em excesso», no mesmo sentido do que já afirmara Rafael Duque, em 1940. Decididamente, o aumento populacional já

⁵⁶¹ Sobre a relação entre a introdução de novas formas de cálculo das económicas nacionais e o exercício de poder estatal, em particular em França, ver Peter Miller e Nikolas Rose, «Governing Economic life», in *Governing the Present. Administering Economic, Social and Personal Life*, Peter Miller e Nikolas Rose (Cambridge: Polity, 2008 [1990]): 36-39; Peter Miller, «On the interrelations between accounting and the state», in *Accounting, Organizations and Society* 15 (4) (Dezembro 1990): 315-338; Peter Miller, «Accounting for progress – national accounting and planning in France: a review essay», *Accounting, Organizations and Society* 11 (1): 83-104.

⁵⁶² O número de emigrantes quase triplicou entre 1948 e 1951, passados os efeitos mais negativos para a mobilidade internacional de pessoas. No entanto, não só se considerava que a emigração não conseguiria absorver os tais «excedentes populacionais», como tal solução não era oficialmente considerada desejável pelo governo, pois que privaria «o país dos seus melhores elementos de trabalhadores». Um discurso ambíguo, ou contraditório, sobre emigração pelos poderes políticos é extensamente analisado por Victor Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)* (Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2014).

⁵⁶³ A relação ambígua, ou ambivalente, do discurso político em relação à mecanização dos processos produtivos na agricultura é plasmado na proposta de projecto de lei que viria a consagrar o plano de fomento. Um dos discursos mais abertamente críticos, e opostos, à mecanização agrícola pelos efeitos morais que acarretava na relação com trabalho, nomeadamente no Alentejo, é levado a cabo por Galiano Tavares, na apresentação do aviso prévio sobre «contratos colectivos de trabalho no Alentejo, Casas do Povo e salário familiar dos trabalhadores rurais»: «A crise, a tortura social porque estão passando as populações do nosso Alentejo, não deriva apenas do aumento demográfico. § É, em certo grau, e cumulativamente, uma consequência da lenta mas também notória extensão do emprego da máquina. § A máquina, cuja adopção é um sintoma de progresso, representa agora o génio do homem contra o próprio homem». Cf. *Diário das Sessões*, V legislatura, n.º 19, 25 de Janeiro de 1950, 239. A relação ambivalente dos agentes políticos, proprietários e trabalhadores rurais com a mecanização e a motorização dos processos produtivos na agricultura, especialmente no Sul alentejano, onde, apesar de contribuírem decisivamente para elevação dos níveis de produtividade, eram percebidos como responsáveis parciais pelo desemprego agrícola, mantem-se até, pelo menos, à aprovação do II Plano de Fomento (1959-1964). Cf. Inspeção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II*..., 247-8.

não era agora apenas, nem talvez sobretudo, considerado como um problema de subsistências alimentares⁵⁶⁴, como o fora em grande medida durante as políticas de nacionalismo económico produtivista da década trinta. De resto, a preocupação com a sobreprodução pelos proprietários agrícolas – ou seja, a preocupação com a possível baixa de preços agrícolas – manifestava-se abertamente, ainda que não fosse partilhada pela política agrícola governamental. É com destino a «absorver os excedentes populacionais», ou seja, com o fim de rentabilizar os braços que se multiplicavam, que a «colonização interna e ultramarina», em terras regadas, são colocadas lado a lado como solução de longo prazo, a par da industrialização, esta de consequências mais rápidas, no Plano de Fomento – como, de resto, Salazar já exprimira nos anos trinta. A almejada «melhoria dos níveis de vida» presente no discurso de política económica do pós-guerra não estava apenas, considerava-se, dependente de um aumento produtivo, mas também de uma acção (rentabilizadora) das forças produtivas dos seus habitantes. Era o «insuficiente rendimento do trabalho» que causava as «baixas produções unitárias» obtidas para alguns produtos que, alegava-se, eram causadas tanto pelos processos técnicos débeis como pelos «defeitos da estrutura agrária». Foi assim que a política do pós-guerra passou a considerar a colonização interna, reentrando para o discurso político para responder às necessidades de «elevação do rendimento nacional por trabalhador», considerado demasiado débil e sem possibilidades de se elevar sem um «alargamento da área do regadio, sobretudo no Sul (...) mediante a criação de explorações agrícolas do tipo familiar.»⁵⁶⁵

A colonização interna no I Plano de Fomento não cumpria, contudo, apenas uma função macro-económica, instrumental na necessidade de elevar o produto agrícola e os níveis de produtividade do trabalhador. A sua dimensão hidráulica respondia também à necessidade de enfrentar o «problema agrário» do Sul:

«A criação de novos regadios tem especial importância no sul do país, não só por conduzir a um apreciável aumento do potencial económico, mas sobretudo por permitir resolver – em grande parte, pelo menos – certos problemas agrários característicos destas regiões.

O desemprego rural periódico, a fraca densidade demográfica, o baixo rendimento por unidade de superfície e outros tantos males de que enferma a agricultura do Sul podem ser, se

⁵⁶⁴ Se o «problema das subsistências» não era estritamente o mesmo, novas preocupações alimentícias da população – relativas, por exemplo, ao cálculo do consumo calórico por habitante – elaboradas pelo discurso científico pontuam o discurso político sobre a agricultura.

⁵⁶⁵ «[Proposta de] Plano de Fomento», in *Diário das Sessões*, n.º 168, 21 de Novembro de 1952, 1052.

não eliminados, pelo menos atenuados, por uma intensificação das obras de rega, completadas pela colonização.»⁵⁶⁶

A racionalidade dita social da colonização interna desenvolvida em articulação com os estudos agronómicos de cariz social científico⁵⁶⁷ promovidos pela Junta de Colonização Interna durante os anos quarenta parece ser adoptada pelo discurso político governamental na viragem para a década de cinquenta. O fenómeno do «desemprego rural periódico» cientificamente objectivado na década anterior⁵⁶⁸ é entendido como preocupação política e a colonização interna é uma das soluções consideradas para o Sul. Mais: a «proletarização rural» é agora considerada indesejável na região do Sul, a ser combatida eficazmente pela solução campenizadora inerente à proposta colonizadora:

«A crescente proletarização rural que se verifica sobretudo em certas zonas do Sul e cujas consequências são agravadas pelo desemprego periódico, as baixas produções unitárias derivadas da falta de intensificação cultural e outras circunstâncias resultantes da estrutura agrária de algumas regiões constituem problemas que podem ser resolvidos através de uma política prudente, mas activa, de colonização interna.»⁵⁶⁹

A incorporação pelo discurso político da finalidade social enquanto centro ideológico da proposta colonizadora explica-se pelo crescimento do fenómeno do «desemprego rural temporário» nesses anos, em força social e visibilidade pelos poderes políticos. Meses antes de ser apresentado o Plano de Fomento, em Março de 1952 a Assembleia Nacional discutiu o «excesso demográfico português, relacionado com a colonização e a emigração»⁵⁷⁰, num aviso prévio apresentado pelo deputado Armando Cândido. A «vitalidade da raça»⁵⁷¹ provada pelo crescimento da população portuguesa «à razão de um milhar de almas por decénio»⁵⁷², afirmava

⁵⁶⁶ «[Proposta de] Plano de Fomento», in *Diário das Sessões*, n.º 168, 21 de Novembro de 1952, 1053-1054.

⁵⁶⁷ Sobre o programa de pesquisa da JCI que desenvolveu, em colaboração institucional com o Instituto Superior de Agronomia, «saberes sócio-agrários» ajudando a definir os propósitos de engenharia social dos projectos colonizadores, ver a minha tese de mestrado Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos...», 76-78.

⁵⁶⁸ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna, *Notas sobre a crise de desemprego rural e as possibilidades de colonização do Sul* [Dactilografado] (Lisboa: JCI, 1948). A importância programática do estudo para o pensamento colonizador pode ser atestada pelo facto de estar assinado não por um técnico mas pelo próprio presidente da JCI. Este estudo é extensivamente analisado em Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos...», 78-80.

⁵⁶⁹ «[Proposta de] Plano de Fomento», in *Diário das Sessões*, n.º 168, 21 de Novembro de 1952, 1055.

⁵⁷⁰ Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 131, 3 de Março de 1952, 360-384.

⁵⁷¹ Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 132, 4 de Março de 1952, 449.

⁵⁷² Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 132, 4 de Março de 1952, 449.

Cândido, sendo «causa de ufanía e glória de um povo»⁵⁷³, como dizia na discussão o sacerdote Manuel Domingos Basto, tinha como lado inverso as crises de emprego. Um discurso de valorização produtiva das novas vidas – tornar as novas almas em «vidas fecundas»⁵⁷⁴ – dentro do território nacional, metropolitano e ultramarino está no centro desse debate. No fim da discussão sobre a «normalização demográfica nas regiões sobressaturadas»⁵⁷⁵ afirmava-se a «necessidade de soluções de fundo tendentes ao aproveitamento instantâneo de todos os nossos espaços territoriais»⁵⁷⁶, validada na moção final aprovada pela Assembleia Nacional. Afinal a JCI tinha a «tarefa de ajudar a Nação a crescer dentro de si mesma.»⁵⁷⁷

Já dois anos antes, em Janeiro de 1950, a Assembleia Nacional levantara o problema do desemprego rural ao discutir um aviso prévio sobre os «contratos colectivos de trabalho»⁵⁷⁸ quando se agravara a «crise de trabalho» que assolava o Alentejo nesses anos. Neste contexto, Manuel Lourinho, deputado por Portalegre, faz uma descrição deste fenómeno semelhante àquela feita quinze anos antes por Henrique de Barros, no *Inquérito Económico-Agrícola*, estabelecendo como causa da «regularidade cíclica» do desemprego o regime de exploração monocultural do latifúndio.⁵⁷⁹ «Da vida que decorre em perene desassossego, o desassossego que se gera em crises de desemprego que de antemão se sabe serem inevitáveis» dava também conta, já em 1948, o economista Araújo Correia, alertando para que se «o problema existe hoje como existia há muitos anos», «com o aumento de população ele vai assumindo, porém, maior gravidade.»⁵⁸⁰

⁵⁷³ Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 135, 13 de Março de 1952, 492.

⁵⁷⁴ Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 135, 13 de Março de 1952, 492.

⁵⁷⁵ Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 132, 4 de Março de 1952, 449.

⁵⁷⁶ Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 136, 14 de Março de 1952, 515.

⁵⁷⁷ Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 132, 4 de Março de 1952, 376.

⁵⁷⁸ Cf. Aviso prévio sobre contratos colectivos de trabalho no Alentejo, Casas do Povo e salário familiar apresentado por Galiano Tavares. Cf. *Diário das Sessões*, V legislatura, n.º 19, 24 de Janeiro de 1950, 239-244.

⁵⁷⁹ «A seguir à colheita da azeitona, fins de Dezembro – ou até meados de Janeiro nos anos de safra – o número de homens absorvidos pelos trabalhos da lavoura diminui constantemente. Até à segunda quinzena de Maio não há trabalhos, ou melhor, os que há determinam a ocupação dum reduzido número de trabalhadores. Seguem-se depois trabalhos que se prolongam até ao fim da primeiro quinzena de Julho, na melhor das hipóteses, com ceifas, debulhas e armazenagem de cereais. § Segue-se novo período de desemprego intenso até Outubro, seguindo-se as sementeiras, a colheita da azeitona, a laboração de lagares, para continuar o ciclo anterior no mesmo ritmo, sempre igual, mais ou menos volumoso, conforme o ano agrícola é melhor ou pior. Temos, assim, que o desemprego dos rurais é um fenómeno normal. Ele resulta das condições exigidas pelo ciclo rotativo das germinações. (...) Praticamente, o trabalhador rural, no Alentejo e nos concelhos dos distritos de Setúbal e de Santarém, com feição alentejana, pouco mais tem em cada ano civil que cento e oitenta dias de trabalho remunerado.» Cf. Manuel Lourinho, *Diário das Sessões*, V legislatura, n.º 21, 27 de Janeiro de 1950, 278. Os ecos políticos dos estudos desenvolvidos no quadro da JCI começam a ser frequentes nas discussões na Assembleia Nacional, nomeadamente neste debate sobre a «crise de trabalho» dos rurais. Manuel Lourinho cita, por exemplo, o estudo da JCI sobre arrendamento da propriedade rústica (provavelmente referindo-se à obra de Eugénio Castro Caldas. *Formas de exploração da propriedade rústica*. col. A terra e o Homem. Lisboa: ed. Sá da Costa, 1948)

⁵⁸⁰ Em 1948, Araújo Correia esboça um «programa económico nacional», um «programa de realizações» para a recuperação económica do país, começando por se deter naquilo que eufemisticamente denomina, «o caso do Alentejo». Sob este item argumenta, não obstante a sua vontade de criar um programa que obedece a imperativos

Se é certo que a desocupação dos braços rurais existia antes dos anos trinta, foi com o regime do Estado Novo que este fenómeno social foi reconhecido pelo Estado como um problema social (ou político) a ser se não resolvido, atenuado. Na viragem para os anos cinquenta, o desemprego rural passa a fazer parte da discussão política para não mais sair das preocupações governamentais durante aquela década. São várias as soluções preconizadas para lidar com o «caso do Alentejo», surgindo desde o pós-guerra em articulação com que é visto como um imperativo político da «modernização da agricultura». Oficialmente, o Governo descarta a hipótese de a emigração constituir uma forma de atenuar as crises de trabalho e a «pressão populacional» do Sul do país. Estava, portanto, longe da visão expressa havia pouco tempo na Assembleia Nacional por Melo Machado ou Sousa da Câmara⁵⁸¹ que preconizavam, mais ou menos entusiasticamente, a emigração dos excedentes da população alentejana. Mais próximo das perspectivas governamentais plasmadas no Plano de Fomento estava o procurador Quartim Graça que afirmava que a emigração era um «sumidouro natural de gente» que se «aceita mas se lamenta».⁵⁸² Mais do que a emigração, então, o Governo abraçou mecanismos da política agrícola para lidar com as crescentes crises de trabalho rural.

A aposta numa campanha de produção agrícola, nas formas de extensão rural que então começavam a ser divulgadas, num aprofundamento dos mecanismos de crédito veiculados pelo Fundo de Melhoramentos Agrícolas ou em participações ao trabalho rural pelo Fundo de Desemprego são propostas que visavam modernizar as formas de produção agrícola, intensificando a exploração pela mudança dos processos produtivos, bem como também pela intensificação do «factor trabalho», atenuando assim as crises de desemprego. Segundo os proponentes da modernização agrícola – e industrial –, esta opção, por um lado, criaria trabalho rural ao longo do ano, deixando assim de haver as crises cíclicas de desemprego inevitáveis na agricultura de sequeiro, e, por outro lado, permitiria que uma migração industrial absorvesse a mão-de-obra sobrança da modernização dos processos produtivos agrícolas. Esta via

de rendimento económico para o país, que «haverá um ou outro caso em que o rendimento económico tenha de ser sacrificado a fins de natureza política ou social. § O caso do Alentejo está hoje à vista da opinião pública e é daqueles que mais fere até a sua sensibilidade.» Cf. Araújo Correia (relator), «Parecer da Comissão Encarregada de apreciar as Contas Públicas. Contas gerais do Estado de 1948», in *Diário das Sessões*, n.º 43, 15 de Abril de 1950, 772-(4). O «programa económico nacional» é esboçado no parecer das contas do Estado de 1948, pareceres onde Araújo Correia explanou em grande medida o seu pensamento económico entre finais da II Guerra Mundial e 1952. Cf. Carlos Bastien, «O economista Araújo Correia». *Estudos de Economia*. Vol. V, n.º 3, Abr-Jun. (1985): 300-301.

⁵⁸¹ Intervenções dos deputados Melo Machado e Sousa da Câmara em que se discute a «crise de trabalho» no Alentejo, no contexto do aviso prévio sobre «contratos colectivos de trabalho no Alentejo, Casas do Povo e salário familiar dos trabalhadores rurais». Cf. *Diário das Sessões*, V legislatura, n.º 20, 26 de Janeiro de 1950, 268 e *Diário das Sessões*, V legislatura, n.º 21, 27 de Janeiro de 1950, 284-285.

⁵⁸² Quartim Graça (relator), «Parecer subsidiário da secção...», 1091.

modernizadora é protagonizada nesta altura por Quartim Graça, que desconfia dos efeitos das «grandes obras» – fosse a colonização interna, a hidráulica agrícola ou a florestação – que podem causar «admiração» mas que não asseguram necessariamente «a produtividade»⁵⁸³ - posição que vai mudar quando for Secretário de Estado da Agricultura (1958-1961)⁵⁸⁴. Estes foram métodos e técnicas de produção e de aumento da produtividade mais próximos dos promovidos no programa de «Assistência Técnica e Produtividade» que o Programa de Recuperação Europeia (conhecido como Plano Marshall) introduziu e financiou em Portugal desde 1949.

2 Outras modernizações agrícolas: os americanos entre Portugal e Itália

Se a colonização interna foi equacionada no I Plano de Fomento, e finalmente descartada dos seus mecanismos de actuação, é necessário entender e perspectivá-la com outras formas de intervenção estatal no espaço rural agrícola tendentes quer à sua modernização produtiva quer à melhor gestão da sua população. Ao longo de quase dez anos de vigência do programa «Assistência Produção e Produtividade»⁵⁸⁵ do Plano Marshall para a área da agricultura em Portugal, que teve 54 projectos que participaram de forma destacada na estruturação de um processo de «desenvolvimento» que caracterizou as políticas económicas do pós-guerra, parecem ter estado ausentes quaisquer preocupações com as modificações da estrutura agrária portuguesa. A selecção e melhoramento de sementes, forragens e prados, a armazenagem e conservação de produtos agrícolas, a recuperação de solos e irrigação de terrenos são alguns dos temas em torno dos quais se desenvolvem os estudos e projectos durante o programa. A desconfiança inicial – e o desconhecimento – face às possibilidades da dita «ajuda» americana, que marcou a primeira fase do Plano Marshall, foi de resto expressa por José Garcês Pereira Caldas, à época sub-secretário de Estado para a Agricultura e até 1948

⁵⁸³ Quartim Graça (relator), «Parecer subsidiário da secção...», 1091

⁵⁸⁴ Um resumo das principais orientações e medidas política encontra-se em Luís Quartim Graça, *Na secretaria de Estado da Agricultura (1958-1961). Factos e Comentários*. (Lisboa: edição de autor, 1961).

⁵⁸⁵ Sobre o programa de Assistência Técnica e Produtividade para a área da agricultura em Portugal em vigor desde finais de 1948 e 1956, veja-se Maria Fernanda Rollo, «Ambiciones frustradas: las vías de modernización y reorganización y el programa de asistencia técnica americana a ala agricultura portuguesa en la posguerra (1948-1956)», in *Agriculturas e Inovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*, coord. por Dulce Freire e Daniel Táboas Lanero (Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011) 107-143. Sobre o Plano Marshall em Portugal, veja-se ainda da mesma autora o livro resultante da sua tese de doutramento *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O plano Marshall e a Economia Portuguesa dos anos 50* (Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007).

presidente da JCI⁵⁸⁶, situação que em parte pode ser explicada pela ausência de propostas que promovessem uma reforma das estruturas agrárias, mesmo que moderada.

Esta ausência contrasta em tudo com a intervenção americana prosseguida pela mesma altura no Sul de Itália, onde foi aprovada a reforma agrária em 1950. Nesse país, a decisão de apoiar uma reforma agrária na região dos grandes latifúndios, em especial na Sicília, foi possibilitada pela conjugação de dinâmicas políticas nacionais – as eleições de 1948, com a vitória dos democratas-cristãos e a vaga de ocupações de terras pelos trabalhadores agrícolas dos latifúndios meridionais – e dinâmicas internacionais – a escalada de tensão com a gradual formação de dois blocos geopolíticos na Europa, «Occidental» e «de Leste». Simone Misiani interpreta deste modo a lei de reforma agrária italiana⁵⁸⁷ do governo democrata-cristão de Alcide De Gasperi, que adoptou o programa da esquerda não comunista assente na reforma agrária, protegido e impulsionado por uma política atlântica e europeísta do governo americano de Harry Truman.⁵⁸⁸ A redistribuição de terras decretada nessa reforma agrária, indo ao encontro das reivindicações sociais nas regiões latifundiárias do pós-guerra, fez também parte da política de desenvolvimento das «áreas deprimidas» e, simultaneamente, afirmou-se como parte de uma teoria – económica, sociológica e politológica – sobre a democracia rural (que, de resto, serviria de base para a intervenção internacional nos «países em vias desenvolvimento» fora da Europa, na década seguinte)⁵⁸⁹. Em Portugal, no entanto, a modernização agrária trazida pelo Plano Marshall não incluiu formas de redistribuição agrária com propósitos de «estabilização democrática». Sem necessidade, no plano interno, de aplacar reivindicações campestres pela posse de terra e sem uma ameaça visível, no plano internacional, que pusesse em causa a sua pertença ao bloco ocidental em formação (ao contrário de Itália, com o seu forte eleitorado comunista), no Portugal autoritário a reforma das estruturas agrárias não foi negociada no Plano Marshall e acabou por ser politicamente neutralizada nos propósitos mais ambiciosos durante a formulação do I Plano de Fomento.

⁵⁸⁶ José Garcês Pereira Caldas foi sub-secretário de Estado da Agricultura entre 16 de Outubro de 1948, quando deixa a Junta de Colonização Interna, e 2 de Agosto de 1950, altura em que é substituído por Victória Pires, parte da nova equipa ministerial que entra com Ulisses Cortez para o Ministério da Economia. Cf. Maria Fernanda Rollo, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra...*, 391.

⁵⁸⁷ Misiani interpreta a reforma agrária de 1950 enquanto uma medida que decretou a redistribuição de terras, um ponto de chegada de um programa de renovação do agro italiano que remontava ao *Risorgimento*, e que teve uma versão específica durante o fascismo, mas que é necessário entender como parte do esforço de construção de uma identidade democrática dos italianos no pós-guerra. Cf. Simone Misiani, «Colonización interior y democracia: la reforma agrária italiana de 1950», *História Agrária*, 54 (Agosto 2011): 105-140.

⁵⁸⁸ Misiani afirma que a reforma agrária foi a primeira medida de uma política regional elaborada por especialistas e intelectuais próximos da esquerda anti-totalitária, protegidos pelo governo americano de Henry Truman. Cf. Misiani, «Colonización interior y democracia...», 119-120 e 123.

⁵⁸⁹ Cf. Misiani, «Colonización interior y democracia...», 130.

A evocação do processo de reforma agrária em Itália não é, contudo, um mero exercício comparativo entre políticas agrícolas de países com histórias nacionais aproximadas. Uma racionalidade democratizadora e social semelhante à desenvolvida na reforma italiana esteve presente no discurso dos reformistas portugueses durante a década de cinquenta, fruto, em certa medida, do discurso colonizador social inscrito no reformismo agrário português, mas também por influência do contacto entre técnicos dos dois países e a consequente partilha de saberes. Logo em 1949, os agrónomos Mário Pereira e Armando Cândido Ferreira realizam uma missão de estudo a Itália, cumprindo o despacho do agora sub-secretário de Estado da Agricultura e ex-presidente da JCI, Pereira Caldas. Animava os propósitos da missão a vontade de sondar e conhecer as principais directrizes agrícolas junto dos organismos do sector na Itália, na Suíça e em Espanha, uma missão que seria a primeira entre várias outras, mais técnicas, que se seguiriam nessa Europa em reconstrução. Entre estes países, os agrónomos encontraram causas de «admiração» sobretudo em Itália devido aos «esforços» envolvidos na realização de uma obra com alcance económico e social» que ia ao «encontro das reivindicações do proletariado agrícola.»⁵⁹⁰ Apesar das diferenças óbvias, a começar pelo derrube do fascismo, estes agrónomos não se coíbem de traçar paralelos entre as tensões sociais e políticas que testemunharam na zona do latifúndio italiano e a conflitualidade rural latente no Sul português, tirando daí ilações. Alertam que

«não devemos esquecer que a agitação das massas rurais, normalmente disciplinadas mas onde fermenta a revolta contra a injustiça dos homens que não abdicam duma parcela do muito que têm para melhorar as condições dos que nada possuem, é a “guarda avançada” de um estado patológico para o qual uma solução tardia pode ser dolorosa e mutilante.»⁵⁹¹

O entendimento da colonização interna enquanto forma de justiça social era já anterior, mas, no contexto político europeu do pós-guerra, contribuiu para que fosse encarada como mecanismo de um almejado se bem que longínquo processo de democratização social, se não política. Os escritos de Castro Caldas durante a década de cinquenta⁵⁹² defendiam que a reestruturação agrária do espaço rural promovida, principalmente, pela colonização interna (mas também pelo emparcelamento) deveria corresponder a uma forma de intervenção regional

⁵⁹⁰ f. Mário Pereira e Armando Óscar Cândido Ferreira, *Relatório de uma missão de Estudo a Itália, Suíça e Espanha* [dactilografado] (Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1949), I.

⁵⁹¹ Cf. Pereira e Ferreira, *Relatório de uma missão de Estudo a Itália...*, III.

⁵⁹² Eugénio Castro Caldas reuniu e publicou num só volume um conjunto de textos proferidos ou publicados durante a década de cinquenta em *Modernização da Agricultura* (Lisboa: Sá da Costa, 1960).

dirigida às «zonas sub-desenvolvidas»⁵⁹³, à semelhança da política de «desenvolvimento» (que, neste caso, incluía uma política industrialista) ensaiada na Itália meridional latifundista. O termo «subdesenvolvimento»⁵⁹⁴ para descrever o atraso de certas populações e territórios não estava reservado aos países de África, da Ásia e da América Latina – aplicava-se também à Europa. Próximo dos modelos defendidos pelos técnicos (e políticos) meridionalistas Rossi-Doria, Mazzocchi-Alemanni, Mario Bandini e Medici⁵⁹⁵ em Itália, ou por Gómez Ayau⁵⁹⁶ em Espanha, Castro Caldas propôs que a colonização interna no Sul latifundista (português) fosse parte de um articulado programa de intervenção desenvolvimentista, finalmente consagrado (e não concretizado) no II Plano de Fomento.

As ideias colonizadoras revelam uma conjunção próxima entre ciência, tecnologia e política, pois reúnem os contributos de especialistas (cientistas e planeadores) e de outros agentes do Estado para delinear as políticas de desenvolvimentismo rural.⁵⁹⁷ A acção e os resultados da reforma agrária italiana de 1950 foram alvo de investigação por Alberto José Lago de Freitas, um agrónomo a trabalhar na JCI, quando, com uma bolsa de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, passou seis meses em Itália em 1957⁵⁹⁸ a visitar os «Entes» então formados – o mesmo agrónomo acabará por traduzir o manual de Mario Bandini, *Economia*

⁵⁹³ Sobre a conceptualização da noção de «Subdesenvolvimento», veja-se Eugénio de Castro Caldas, «O Progresso Técnico e a Vida Rural», in *Semana de Estudos Rurais* (Fátima: Organismos Agrários da Acção Católica, 1957), 52-55. Na conferência «Problemas da Modernização da Agricultura» (1956), Castro Caldas divide o espaço de Portugal continental entre as «sociedades desenvolvidas», as com «fortes índices de subdesenvolvimento» e as «sub-desenvolvidas» (nesta categoria incluindo o Baixo Alentejo, Trás-os-Montes e Alto Douro, com mais de 70 % da população na agricultura), articulando esta divisão com o discurso histórico secular que contrastava o Norte com o Sul do país. Cf. Eugénio de Castro Caldas, *Modernização da Agricultura*, 95-96.

⁵⁹⁴ A introdução do termo «subdesenvolvimento» dá-se no Point Four Program (1949) do presidente americano Henry Truman que marca o início simbólico da «era do desenvolvimento», o qual conhece uma profissionalização e institucionalização. Cf. Gilbert Rist, *The History of Development: From Western Origins to Global Faith* (Londres: Zed Books, 1997), 72-73.

⁵⁹⁵ Estes foram alguns dos técnicos que conduziram a implementação da reforma agrária, em especial Mazzocchi-Alemanni, Medici e Mario Bandini, estes dois na direcção do INEA, e pensaram a sua articulação com as políticas desenvolvimentistas rurais industriais durante os anos cinquenta em Itália, em especial Rossi-Doria. Cf. Misiani, «Colonización interior y democracia...», 130.

⁵⁹⁶ Emilio Gómez Ayau foi o técnico espanhol que mais se destacou na tentativa de aplicação do modelo de reforma agrária italiana democrática à ditadura espanhola. Visitou Itália em 1951, quando se tornou amigo e colaborador de Mario Bandini e Mazzocchi-Alemanni. Cf. Gómez Benito, *Políticos, burócratas y expertos*. A colonização em Espanha na década de cinquenta foi preparada com o auxílio dos economistas agrários italianos, tornando-se este país no exemplo mais acabado da internacionalização do modelo de reforma agrária para os países do euro-mediterrâneo. Cf. Misiani, «Colonización interior y democracia...», 130-131. Em Portugal, Quartin Graça escolhe as palavras de Gómez-Ayau, «técnico dos mais competentes dos serviços de colonização do país vizinho», para estabelecer a orientação geral colonizadora para a apreciação do Projecto de Colonização da Gafanha (2ª parte). Cf. Luís Quartin Graça (relator), «Parecer n.º 43/VI. Projecto de Colonização da Gafanha (Parte II)», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 92, 7 de Julho de 1956, 944-045.

⁵⁹⁷ Esta relação foi notavelmente descrita para o desenvolvimentismo agrário no contexto colonial britânico em Joseph Morgan Hodge, *Triumph of the Expert. Agrarian Doctrines of Development and the Legacies of British Colonialism* (Athens: Ohio University Press, 2007).

⁵⁹⁸ Cf. Alberto José Lago de Freitas, *Aspectos da reforma agrária em Itália. Relatório de uma visita de estudo* [dactilografado] (Lisboa: FCG/JCI, 1957).

*Agrária*⁵⁹⁹, prefaciado por Henrique de Barros, editado pela FCG anos depois, em 1966. A pensar no Alentejo em meados da década de cinquenta, Castro Caldas elogiara o Plano Vanoni italiano e a acção da *Cassa per il Mezzogiorno*⁶⁰⁰, bem como os planos de combate ao dito «sub-desenvolvimento» regional. Tal como Henrique de Barros em 1949, em *Sobre o Conceito de Reforma Agrária*⁶⁰¹, no mundo laico-socialista italiano defendia-se os direitos elementares de uma justiça social que fizesse ascender à categoria de proprietários os assalariados (proletariado) do Sul⁶⁰². Em suma, entre Itália e Portugal (e, como se verá, Espanha) circularam conhecimentos científicos e técnicos do Estado defendendo a reforma agrária, o desenvolvimento regional rural e, mais longinquamente, a democracia.

Este fenómeno pode ser interpretado como uma tentativa de internacionalização do modelo de reforma agrária adoptado na Itália para os países maioritariamente rurais do bloco ocidental, primeiro na Europa e depois em África. Uma política rural que se acreditava tenderia a favorecer a transição para a democracia, elevando as condições de vida nos campos, e que foi adoptada na viragem para os anos cinquenta pelas Nações Unidas – por via da FAO, dirigida por um contingente americano que, no rescaldo da Guerra da Coreia, impôs uma agenda anti-comunista⁶⁰³ – como um antídoto contra o risco de instauração de regimes socialistas e comunistas.⁶⁰⁴ O apoio da FAO à reforma agrária em Portugal em 1959⁶⁰⁵, quando está em discussão a revisão do regime jurídico da colonização interna, se fazia parte das estratégias de modernização económica incentivadas pelas instâncias internacionais, pode ser assim simultânea e proveitosamente perspectivado no âmbito político da Guerra Fria.

A colonização interna enquanto forma de reforma agrária que não só apoiasse e conduzisse a modernização económica do país, o almejado «desenvolvimento», como, pela democratização do acesso à posse de terra, afastasse o perigo da sublevação social comunista e

⁵⁹⁹ Cf. Mario Bandini, *Economia Agrária*, pref. Henrique de Barros e trad. Alberto Lago de Freitas (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966). Mario Bandini era uma referência científica e técnica central para o discurso colonizador (técnico e legal) em Portugal como é demonstrado pelo uso extensivo da sua obra *L'offensiva contro la Riforma*, para avaliar a reforma agrária italiana em José Augusto Correia de Barros (relator) «Parecer n.º 29/VII. Projecto de proposta de lei n.º 510. Revisão do regime jurídico de colonização interna», *Diário das Sessões*, n.º 91, 30 de Março de 1960, 974-975.

⁶⁰⁰ Conferência «Progresso Técnico e Vida Rural», de 1957, publicada em Eugénio de Castro Caldas, *Modernização da Agricultura* (Lisboa: Sá da Costa, 1960), 166.

⁶⁰¹ Cf. Barros, *Sobre o Conceito de Reforma Agrária*.

⁶⁰² Misiani, «Colonización interior y democracia...», 125.

⁶⁰³ Amalia Ribi Forclaz, «From Reconstruction to Development: The Early Years of the Food and Agriculture Organization (FAO) and the Conceptualization of Rural Welfare, 1945–1955», *The International History Review*, 41:2, 351-371 (2019): 360-1.

⁶⁰⁴ Cf. Misiani, «Colonización interior y democracia...», 130.

⁶⁰⁵ Cf. Freire, «Ensayos de Ingeniería Social...», 213. Sobre a participação dos técnicos portugueses na reunião veja-se Armando C. Ferreira, *Xª Conferência plenária da FAO. Informação da Delegação Portuguesa sobre o tema “Reforma Agrária”*, Dactilografado (Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1959).

levasse, nas suas últimas consequências, a uma democratização política – embora amplamente defendida por alguns importantes agrónomos e demais reformistas agrários, acabou por não ser adoptada como política governamental. Em comparação com Espanha, onde a colonização ensaiada acabou por conjugar elementos reformistas com um programa fundamentalmente conservador das relações de propriedade, em Portugal as tentativas de reforma agrária foram largamente frustradas. Isto apesar dos constantes relatos dos agrónomos, e não só, sobre o crescente desemprego rural e a consequente conflitualidade social latente no Alentejo, e da tentativa de identificar esta situação com a realidade italiana. Para além dos propósitos de modernização agrícola invocada, do ponto de vista de um Estado autoritário que tinha formas coercivas e repressivas de aplacar as reivindicações sociais, não parecia haver uma necessidade (do Estado), como na Itália democrática, que justificasse a promulgação de uma política que, alterando as relações de propriedade, pudesse abalar as estruturas sociais vigentes e de apoio ao regime. O governo irá procurar lidar com o desemprego rural sazonal, a proletarianização agrícola no Alentejo e os receios que a «pressão demográfica» crescente agravasse as condições sociais nos campos, também através de outros mecanismos de poder, nomeadamente a propósito do Plano de Valorização do Alentejo, para além da repressão. Em matéria de história das políticas colonizadoras em Portugal, em particular no que respeita à discussão e redação final da lei de colonização das zonas beneficiadas por obras de fomento hidroagrícola de 1954, a colonização ensaiada em Espanha, a partir da legislação de 1949⁶⁰⁶, acabou por ser mais influente e o modelo a seguir. Se a modernização agrícola através da reforma das estruturas agrárias entrou nos cálculos governamentais em Portugal, ela não foi considerada pela ajuda americana, como o foi na Itália, e acabou dispensada por um governo autoritário, cujos mecanismos de actuação se dirigiam a manter a base social de apoio dos grandes proprietários do Sul.

⁶⁰⁶ Sobre a lei espanhola de 21 de abril de 1949 sobre colonização e distribuição da propriedade nas zonas regadas e a política colonizadora durante a década de cinquenta, veja-se Carlos Barciela López, «La contrarreforma agraria en la política de colonización del primer franquismo, 1936-1959», in *Reformas & políticas agrarias en la historia de España de la Ilustración*, coord. A. Garcia Sanz e J. Sanz Fernández (Madrid: Ministerio de Agricultura, 1996), 351-398. Sobre o papel decisivo da «ajuda americana» na política colonizadora em Espanha durante a década de cinquenta ver Francisco Javier Martínez Rodríguez, Andrés Sánchez Picón, José Joaquín García Gómez, «¡España se prepara! La ayuda americana en la modernización y colonización agraria en los años cincuenta», *Historia Agraria*, 78 (Agosto 2019): 191-223.

3 «Bom e abundante viveiro de colonos»: colonização interna e colonização ultramarina

Dentro do bloco ocidental europeu e americano, no momento em que a reforma das estruturas agrárias está em discussão na Europa do Sul, a especificidade portuguesa reside na relação entre as políticas de colonização interna europeia e a política de colonização ultramarina africana. Sob os auspícios da ideologia luso-tropicalista, durante a década de cinquenta o Estado Novo procurou desenvolver um novo modelo de povoamento que transplantasse para África a imagem ruralista de Portugal através de colonatos-modelo⁶⁰⁷, os novos centros de irradiação da missão civilizadora portuguesa em terras ultramarinas. As colonizações, metropolitana e ultramarina, faziam parte de uma gestão estatal das populações metropolitanas à escala territorial imperial, sob o paradigma do desenvolvimentismo.

O novo momento da «gesta colonizadora» que a política ultramarina delineava com o «povoamento dirigido», rápido e intensivo para Angola e Moçambique, teve no I Plano de Fomento um dos seus instrumentos essenciais. Neste Plano, tentou-se criar um espaço económico conjunto, se não um espaço de povoamento conjunto, numa altura em que se procurava legitimação internacional para o império colonial. O Plano foi formulado para racionalizar o investimento público e coordenar políticas económicas e sociais sectoriais que, alegadamente, promovessem a integração económica de todos os territórios portugueses, de Minho a Timor⁶⁰⁸, considerados como uma unidade económica ou um «todo harmónico»⁶⁰⁹ (em que, esclareça-se, os territórios ultramarinos constituíam uma economia complementar e subordinada aos territórios metropolitanos).⁶¹⁰ Com esta nova política aprofundou-se o discurso colonial já histórico da necessária relação entre a colonização branca, a civilização indígena e o desenvolvimento da economia colonial⁶¹¹.

⁶⁰⁷ Sobre a vertente ideológica da criação dos colonatos-modelo ver Cláudia Castelo, *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)* (Porto: Edições Afrontamento, 2007), 143-154.

⁶⁰⁸ Cf. Pereira, «A economia do Império e os Planos de Fomento», in *O Império Colonial em questão...*, 251-281.

⁶⁰⁹ «[Proposta de] Plano de Fomento», in *Diário das Sessões*, n.º 168, 21 de Novembro de 1952, 1069.

⁶¹⁰ No Plano de Fomento, dos quatro milhões e meio de escudos para o investimento ultramarino, uma parte dirigia-se à colonização (agrícola) branca, relacionada com projectos de irrigação, em Angola e Moçambique. Cf. Cláudia Castelo, «Developing 'Portuguese Africa' in late colonialism: confronting discourses», in *Developing Africa: concepts and practices in 20 th century colonialism*, coord. Joseph Hodge, Gerald Hödl, Martina Kopt (Manchester: Manchester University Press, 2014), 67-68.

⁶¹¹ Não obstante a retórica imperialista sobre a colonização europeia de África predominar no discurso político até à II Guerra Mundial, Márcia Gonçalves salienta que o poder político procurou controlar e mitigar as migrações para as colónias até 1945. Cf. Márcia Gonçalves, «Of Peasants and settlers: ideals of Portugueseness, imperial nationalism and European settlement in Africa, c. 1930-c.1945», *European Review of history: Revue Européenne d'histoire*, n.º 25:1, 166-186.

Não se deve entender este empreendimento colonial apenas como uma nova forma de legitimação internacional através da ideologia lusotropicalista, convertida em vulgata. Do ponto de vista dos actores estatais, expresso nomeadamente pelo Ministro Sarmiento Rodrigues, a colonização branca permitia canalizar para as colónias a população excedente da metrópole e engrandecer (economicamente) os territórios ultramarinos.⁶¹² A colonização branca era mesmo, segundo o ministro, o elemento crucial do Plano de Fomento, argumentado como factor de nacionalização e defesa dos territórios ultramarinos. Mas o povoamento dirigido para África apresentava-se também como uma forma de melhor dirigir o «excesso populacional» que se avolumava na metrópole desde a década da trinta, como de resto Salazar tinha já defendido. A absorção dos «excedentes de vida» far-se-ia pela irrigação dos terrenos secos, fosse no Alentejo ou nas planícies africanas, como teorizara Trigo de Moraes⁶¹³, futuro responsável pelos colonatos em Angola e Moçambique, e como desde o princípio do século advogava o reformista Ezequiel de Campos⁶¹⁴.

Enquanto outros regimes coloniais na África pós-II Guerra Mundial planearam projectos de povoamento e desenvolvimento agrícola dirigidos aos africanos, o Estado Novo português investiu grandes somas na criação de colónias agrícolas associadas a projectos de irrigação que foram dirigidos exclusivamente – Cela, em Angola – ou quase exclusivamente – Cunene em Angola, Limpopo em Moçambique – aos trabalhadores agrícolas rurais da metrópole. Cláudia Castelo tem sublinhado como este projecto de colonização contrariou os propósitos da nova ideologia assimilacionista: as pequenas propriedades eram construídas segundo o modelo das aldeias metropolitanas, trabalhadas por camponeses pobres, que com as suas famílias cultivavam explorações sem a ajuda de trabalhadores nativos assalariados, usando técnicas culturais tradicionais (arados e bois), e que, enquanto agentes da civilização portuguesa em África, representavam um pobre exemplo para as populações indígenas, entretanto expropriadas. Os colonos eram o grupo mais pobre e iletrado dos chamados «civilizados», fracos exemplos para os assimilados, mesmo para aqueles que não pretendiam concorrer à cidadania portuguesa.⁶¹⁵ Tal incongruência entende-se melhor se se considerar que a política colonizadora ultramarina parecia tentar resolver três problemas em simultâneo: o

⁶¹² Sarmiento Rodrigues não mostrava preferência por qualquer sistema de colonização, abraçando todas as modalidades: colonização agrícola, militar, penal, dirigida pelo Estado, colonização agrícola dirigida por companhias; colonização livre, destinada a várias actividades profissionais (indústria, comércio, etc.) Cf. Castelo, «Developing 'Portuguese Africa' in late colonialism: confronting discourses», 73.

⁶¹³ Cf. Trigo de Moraes, *Sempre o problema da água...*

⁶¹⁴ Sobre as estreitas relações ideológicas entre a colonização interna e a colonização ultramarina em Ezequiel de Campos e Trigo de Moraes, ver Saraiva, «Paisagens tecnológicas...».

⁶¹⁵ Cf. Castelo, «Developing 'Portuguese Africa' in late colonialism: confronting discourses», 74.

«desenvolvimento» e civilização dos territórios imperiais, o «excesso populacional» da metrópole e a legitimidade internacional do império.⁶¹⁶

No I Plano de Fomento, as colonizações, metropolitana e ultramarina, estavam, assim, a ser equacionadas como respostas semelhantes, embora sem relação institucional, para o mesmo problema colocado pelo «excesso populacional», tornado uma evidência política⁶¹⁷. «A terra não é um bem raro quando há uma vastidão ultramarina a explorar»⁶¹⁸, dizia Camilo Mendonça, sugerindo a vantagem política de se desconsiderar o magno problema da «expropriação de terras», apenas imaginável para o Estado quando a propriedade privada era entendida como a forma dominante de organização dos direitos de propriedade.⁶¹⁹ Em 1960, o parecer da Câmara Corporativa que visava limitar severamente os poderes de intervenção estatal na propriedade privada na metrópole, apontava a alternativa ultramarina: «É indispensável que os nossos excessos demográficos procurem de preferência o caminho das províncias ultramarinas, se quisermos ver os territórios de além-mar economicamente desenvolvidos e portugueses. Lá existem milhares e milhares de hectares que não precisam de ser expropriados, mas que podem, uma vez beneficiados por obras de hidráulica convenientes, permitir a fixação de muitos milhares de colonos e suas famílias».⁶²⁰

Quando o Plano de Fomento começa a ser preparado, o Governo buscava também legitimidade internacional perante um mundo bipolar de declarados princípios anti-

⁶¹⁶ De acordo com Márcia Gonçalves, desde a década de trinta que o crescimento populacional em Portugal continental, e a potencial conflitualidade trazida pela elevação dos níveis de desemprego rural, trabalhadores sem terra e pobreza contribuiu decisivamente para o renovar do interesse político na colonização europeia de África pelos portugueses. No entanto, porque dentro da retórica imperial só era admissível a colonização através de grupos sociais que assegurassem a imagem de uma portugalidade ruralista, o Governo exerceu um apertado controle sobre o processo migratório, acabando com baixas cifras migratórias de Portugal continental para as colónias ultramarinas. Cf. Gonçalves, «Of Peasants and settlers: ideals of Portugueseness, imperial nationalism and European settlement in Africa, c. 1930-c.1945», 167-169.

⁶¹⁷ Esta assumpção generalizada que Portugal vivia uma situação de «excesso demográfico» e que a transferência de população para o Ultramar era a solução é defendida por Camilo Mendonça, Augusto Henriques e Frederico Rodrigues no III Congresso da União Nacional: «Sempre o excesso demográfico – o efectivo excesso demográfico – a reclamar o avanço económico e a transferência de gente para o ultramar através do estabelecimento de uma agricultura industrial». Citado por Armando Cândido em *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 136, 13 de Março de 1952, 516.

⁶¹⁸ Não obstante a declaração em favor da colonização ultramarina como forma de resolver o «problema do sobrepovoamento», Camilo Mendonça favorecia uma colonização dita «natural», ou seja, não dirigida, considerada demasiado cara; mais, entendia que a solução para aquele problema não era «fundamentalmente agrícola» – mas industrial. Cf. *Diário das Sessões*, n.º 24, 3 de fevereiro de 1954, 348.

⁶¹⁹ Embora tivesse existido visões várias sobre os direitos das populações locais à posse de terra, sublinha-se aqui a noção (portuguesa europeia) que via uma incompatibilidade entre os usos e costumes locais e a propriedade privada «moderna», visão de resto justificativa de inferioridade civilizacional e essencial à definição da categoria de «índigena». Veja-se o capítulo «Categorias coloniais e acesso à terra» em Bárbara Direito, «Políticas Coloniais de Terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942» (Tese de Doutoramento em Ciência Política, especialidade em Política Comparada, Universidade de Lisboa, 2013), 39-58.

⁶²⁰ Cf. Augusto Correia de Barros (relator) «Parecer n.º 29/VII. Projecto de proposta de lei n.º 510. Revisão do regime jurídico de colonização interna», *Diário das Sessões*, n.º 91, 30 de Março de 1960, 977.

colonialistas, tendo efectuado uma revisão constitucional que consagrou a ideia de Portugal enquanto nação una e pluricontinental, dividida em províncias, metropolitanas e ultramarinas⁶²¹. Ainda antes de apresentado o Plano de Fomento no fim de 1952, na Assembleia Nacional, em Março, o «destino histórico de Portugal como Nação povoadora» servia para incentivar o Governo a intensificar, «através de uma política migratória estudada e exercida sob a mais efectiva unidade de conjunto (...) o mais possível a valorização e o consequente povoamento da metrópole e do ultramar.»⁶²² Legitimava-se o império também pela aceitação de que Portugal tinha vários espaços de colonização, europeus e africanos, sem uma directa hierarquia entre eles. Colonizava-se não só no império africano, mas também no Portugal europeu, como era patente no nome do organismo estatal que administrava a principal política estado-novista para o espaço rural metropolitano, a Junta de Colonização Interna. No limite, colonizar parece então traduzir uma relação do poder político com a população e o território em que se procurava ocupar humanamente este e explorar as potencialidades produtivas de ambos (território e população); e assim distanciava-se ideologicamente de concepções políticas que implicassem necessariamente a constituição de um determinado território em subordinação (política, económica) a um outro, cujas populações fossem diferenciadas e hierarquizadas de acordo com pertenças ráticas atribuídas pelo Estado, ou seja, um império colonial⁶²³. Na ausência de políticas de diferenciação (e hierarquização) interna de populações, a política de colonização, entendida enquanto ocupação territorial, funcionaria como uma forma de ausentar politicamente, tanto na arena internacional como interna, o colonialismo enquanto sistema de dominação.⁶²⁴

A política de colonizações, interna e ultramarina, pensada no I Plano de Fomento inscrevia-se numa retórica imperial colonizadora que, embora algo vaga e de expressão dispersa, datava pelo menos da década de trinta. Logo em 1935, a JAHOA proclama o valor exemplar e redentor das virtudes nacionais atribuídas à colonização hidráulica, pois numa «Nação como a portuguesa, que possui o terceiro império colonial do mundo, a maior

⁶²¹ Cf. Valentim Alexandre, *Contra o vento. Portugal, o Império e a maré colonial (1945-1960)* (Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2017), 198-200.

⁶²² Cf. Moção de Armando Cândido aprovada pela Assembleia Nacional na sequência do debate lançado pelo aviso prévio sobre «excesso demográfico português, relacionado com a colonização e a emigração» em Março de 1952. Durante a discussão, a primazia dada à colonização interna para solucionar a falta de emprego dos trabalhadores rurais em Portugal foi matizada em favor da ultramarina na política migratória do Estado. Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 136, 14 de Março de 1952, 515.

⁶²³ Cf. Frederick Cooper, *Colonialism in question. Theory, knowledge, history* (Los Angeles: University of California Press, 2005) 26.

⁶²⁴ Mesmo que estabelecida de forma algo esquemática, faz-se aqui uso da distinção terminológica entre colonização e colonialismo, avançada em Jürgen Osterhammel, *Colonialism: A Theoretical Overview* (Princeton: Markus Wiener Publishers, 1997).

remuneração reside ainda na escola e no valor da aprendizagem que advém de tais obras e sua exploração para o desenvolvimento e aproveitamento do Ultramar.»⁶²⁵ No mesmo sentido, a Câmara Corporativa exprimia o ímpeto imperial racista pela convicção de que «os núcleos de colonização metropolitana podem e devem transformar-se em bom e abundante viveiro de colonos que no Império Colonial vão fixar a raça e valorizar o território»⁶²⁶ – uma frase profusamente citada em discursos colonizadores propagandísticos⁶²⁷ e legislativos posteriores. A aproximação de colonizações na viragem para a década de cinquenta filiava-se assim numa retórica imperial que a antecedia e que tinha tido a sua voz mais proeminente em Trigo de Moraes, presidente da JAOHA até 1945, e, de uma forma doutrinariamente mais consistente desde o início do século XX, em Ezequiel de Campos.

De resto, foram infrutíferas as tentativas de desfiliação nominal entre as duas colonizações. Em 1960, a ACAP recomendava que a designação de «colonização interna» fosse substituída por «qualquer coisa que não evoque colonialismo»⁶²⁸ – por exemplo, «Junta de Fomento e Povoamento» –, sendo ignorada, tal como o fora uma sugestão no mesmo sentido feita em 1952 pelo deputado Armando Cândido. A designação era aventada numa conjuntura de aberto combate a um novo documento legislativo que permitiria a expropriação das grandes propriedades alentejanas, invocando a ideologia imperial de Portugal uno e multicontinental como justificativa de uma consideração conjunta dos espaços de colonização portugueses, europeus e africanos, atribuindo, contudo, primazia a estes⁶²⁹.

No entanto, durante todo o período do Estado Novo, mesmo nos momentos em que a retórica política tentou articular os discursos colonizadores, mesmo perante os defensores de uma unicidade territorial de aquém e de além-mar, esta forma de ideologia colonial não foi traduzida para o plano da administração de Estado. As duas políticas de colonização resultaram de acções estatais justapostas, pontualmente interligadas mais do que institucionalmente articuladas (ao contrário, por exemplo, da Itália fascista, onde parte da colonização da Líbia

⁶²⁵ Ministério das Obras Públicas. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. *Relatório. Estudos, projectos e construção* (Lisboa: JAOHA, 1935), 6.

⁶²⁶ Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna»..., 842- SSSS.

⁶²⁷ Nomeadamente, S.N.I. *Colonização Interna*..., 16; S.N.I. *Valorização da Terra Portuguesa*..., 4.

⁶²⁸ «Carta da Associação Central da Agricultura Portuguesa (ACAP) ao Presidente da Câmara Corporativa» incluída na correspondência recebida a propósito da elaboração do parecer relativo à proposta de projecto de lei nº 510 - Sobre 'Revisão do regime da colonização interna', Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 121, n.º 1, Fevereiro de 1960, 3-4.

⁶²⁹ Preconiza que se considere, «em primeiro lugar, as regiões onde fosse mais urgente a necessidade de fomento e povoamento, dando especial prioridade ao nosso Ultramar, pois nele é possível ou provável uma maior produtividade nos investimentos e porque existe um interesse transcendente de defesa, dentro do actual condicionalismo mundial, da nossa soberania e do futuro e segurança dos portugueses já ali residentes» em «Carta da ACAP ao Presidente da Câmara Corporativa», Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 121, n.º 1, Fevereiro de 1960, 4.

com italianos europeus fora coordenada por uma das organizações que prosseguia a colonização europeia)⁶³⁰. Em primeiro lugar, a única vez em que houve um intuito de fundir as funções das instituições estatais planeadoras da acção colonizadora, a proposta foi politicamente ignorada: Armando Cândido propõe criar uma Junta de Povoamento e Emigração⁶³¹ quando advoga que os saldos populacionais portugueses que preocupantemente se avolumavam encontrassem «trabalho, arrumo e satisfação» privilegiadamente em Portugal continental e secundariamente nas «províncias ultramarinas». Em segundo lugar, os agentes colonizadores – os agrónomos, os arquitectos⁶³² – na metrópole e no ultramar não tiveram uma acção conjunta. Alguns dos agrónomos a trabalhar na JCI pugnavam pela canalização da «população excessiva» para o povoamento das províncias de além-mar para colonizar «a grande Herdade da Nação, que se chama Angola»⁶³³, mas sem consequências de mais.

Se não houve uma concepção e administração conjunta ou concertada das políticas colonizadoras, houve colaborações pontuais entre técnicos e instituições, bem como uma transferência de saberes técnicos e partilha de princípios ideológicos entre a colonização interna e a colonização ultramarina.⁶³⁴ Depois de presidir à JAOHA, em 1946 Trigo de Moraes chefiou uma «Missão ao Sul de Angola» para elaborar um plano que incluísse a irrigação, a electrificação e colonização da região em torno do rio Cunene. Poucos anos depois, o Plano do Cunene entretanto elaborado foi ser responsável por mais de um terço do orçamento total do Plano de Fomento para as colónias ultramarinas.⁶³⁵ O projecto de irrigação acabou secundarizado face à produção da electricidade, à semelhança de outros projectos

⁶³⁰ O Instituto Nazionale Fascista della Previdenza Sociale contribuiu para a beneficiação e colonização agrícola em Itália e na Líbia com o objectivo de providenciar trabalho e alimento para as famílias italianas e combater o desemprego. Cf. Pamela Ballinger, «Colonial twilight: Italian settlers and the long decolonization of Libya», *Journal of Contemporary History*, vol. 51 (4) (2016): 813-838; Ipsen, *Dictating Demography...*, 122–3.

⁶³¹ Para que se realizasse uma «verdadeira e grande política demográfica, não faz sentido que os esforços se não conjuguem e apurem dentro da mais perfeita unidade de visão», afirma na abertura do aviso prévio Armando Cândido; para tal, propõe que a JCI mude de nome para Junta de Povoamento da Metrópole, e que fosse acompanhada por uma Junta de Povoamento do Ultramar, e a Junta de Emigração ou que todas as três instituições fossem todas fundidas num mesmo organismo, directamente afectos à Presidência do Conselho. Cf. *Diário das Sessões*, V Legislatura, n.º 133, 5 de Março de 1952, 451.

⁶³² Cf. Guerreiro, «Colónias Agrícolas Portuguesas...», 734-741.

⁶³³ Fazendo eco de algumas orientações políticas defendidas a propósito da «população excessiva», alguns agrónomos manifestam-se a favor da colonização ultramarina como a solução ideologicamente mais sustentável do que a colonização interna: «Tem sido um erro contrariar essa vocação, obrigando uma população excessiva a multiplicar os recursos para poder viver na cada vez menos espaçosa ‘pequena casa lusitana’. (...) Ao lado desta [colonização interna] e de doutras soluções, o que mais interessa ainda é a resolução do importante problema do povoamento das nossas províncias de além mar.» As palavras são de José Rebelo Vaz Pinto citadas por Manuel António Matias em Manuel António Matias, *Elementos para o estudo da colonização da Boalhosa* [dactilografado] (Lisboa: ISA, 1946), 150-153; José Rebelo Vaz Pinto, *A agricultura no concelho da Vidigueira. Subsídios para o estudo económico-social* [dactilografado] (Lisboa: ISA, 1938).

⁶³⁴ Cf. Márcia Gonçalves, «Of Peasants and settlers: ideals of Portugueseness, imperial nationalism and European settlement in Africa, c. 1930-c.1945», 174.

⁶³⁵ Tiago Saraiva, «Paisagens tecnológicas...».

hidroagrícolas, e os colonatos programados para 3.000 famílias rurais portuguesas nunca albergaram mais de 350, mas este permaneceu talvez o exemplo acabado da vontade de colonizar África «através da aclimação tropical da freguesia rural da metrópole»⁶³⁶. O colonato de Cela em Angola, que recebeu os primeiros colonos em 1953, foi concebido pelo agrónomo Ilídio Barbosa, que cursou no ISA e tinha sido tirocinante na JCI.⁶³⁷ Márcia Gonçalves interpreta a criação da aldeia de Santa Comba Dão, no centro do colonato, como uma tentativa de reprodução do espaço rural metropolitano idealizado pelas colónias agrícolas de Martim Rei e do Barroso, concebidas sob o signo da família, da coesão social e da ordem pública⁶³⁸ – um projecto ruralista e familista, desenhado em acordo com a metodologia aprendida enquanto tirocinante do ISA na JCI.⁶³⁹

O modelo de colonização agrícola assente na construção de aldeias habitadas por famílias portuguesas brancas que agricultariam a terra com técnicas rudimentares, sem recurso ao trabalho africano, traduzia um modelo espacial de segregação racial atípico no contexto emergente da ideologia lusotropicalista à altura mas que espelhava a vontade de emular nos trópicos as pequenas pátrias portuguesas, baseadas na vida rural metropolitana, essência da portugalidade para a ideologia nacionalista estadonovista. Já em Moçambique, embora o colonato do Limpopo tivesse sido concebido para que nele trabalhassem populações brancas e negras – uns sobretudo proprietários, com propriedades mais extensas, outros sobretudo arrendatários, com propriedades menores – o esforço de reprodução da vida rural portuguesa⁶⁴⁰, e em particular a sua relação de simulacro das colónias agrícolas metropolitanas, pode ser atestado pela denominação de Pegões a um dos núcleos de colonização.

⁶³⁶ Projecto de colonização do colonato de Cela citado a partir de Mariano Feio, *As causas do fracasso da colonização agrícola de Angola* (Lisboa: IICT, 1998), 33.

⁶³⁷ *A alimentação e a habitação rural na Amareleja: subsídios para o seu estudo* foi o estudo apresentado ao Instituto Superior de Agronomia, em 1940, em resultado do tirocínio realizado na JCI. Cf. Ilídio Barbosa, *A alimentação e a habitação rural na Amareleja: subsídios para o seu estudo*, dactilografado (Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1940).

⁶³⁸ Gonçalves, «Of Peasants and settlers: ideals of Portugueseness, imperial nationalism and European settlement in Africa, c. 1930-c.1945», 174-175. Ver ainda sobre o colonato de Cela, bem como sobre um conjunto de colonatos de origem estatal em Angola, ver Maria Manuela Fonte, «Urbanismo e arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução» (Tese de Doutoramento em Arquitectura na Faculdade Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006). Para uma análise cuidada dos modelos arquitectónicos e urbanísticos desenvolvidos nos assentamentos de Cela e do Limpopo, e a sua comparação pontual com as colónias agrícolas metropolitanas, ver a tese de doutoramento de Filipa de Castro Guerreiro, *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território* (Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015) 734-741.

⁶³⁹ Uma análise detalhada da estrutura metodológica do tirocínio de Ilídio Barbosa que permitia o estudo dos níveis de vida do trabalhador rural da Amareleja (Alentejo) encontra-se em Frederico Ágoas, *Saber e Poder...*, 286-290.

⁶⁴⁰ António Trigo de Moraes, *O colonato do Limpopo*, Separata de Estudos Políticos Sociais, 2 (Lisboa: s.n., 1964); Sobre o colonato do Limpopo, ver ainda Castelo, *Passagens para África*, 148-153.

Já num outro contexto nacional e internacional para a política colonial portuguesa, em 1959, Luís Quartin Graça, agora Secretário de Estado da Agricultura, recomenda no seu projecto de proposta de revisão do regime jurídico da colonização interna que a Junta de Colonização Interna instalasse «Centros de Preparação de Colonos para o Ultramar»⁶⁴¹, onde seriam ministrados aos candidatos a colonos e às suas famílias programas de instrução. A proposta, que visava a «resolução dum problema grave que consiste em recrutar, preparar e seleccionar colonos quer para a metrópole, quer para o ultramar»⁶⁴², conforme informa o Presidente do Conselho, é louvada pela Câmara Corporativa, pela mão de Correia de Barros⁶⁴³. Contudo, na redação final, os «centros de preparação» perderam a especificidade «ultramarina» para se dirigirem simplesmente a colonos, provavelmente incorporando as reticências de Soares Martinez sobre a capacidade da JCI preparar colonos para o ultramar⁶⁴⁴. As técnicas de preparação do camponês beirão para o Alentejo ou para a Zambézia seriam necessariamente diferentes, de resto em acordo com os saberes da colonização, de cariz médico, discutidos desde o século XIX⁶⁴⁵.

⁶⁴¹ Cf. Base X do «Projecto de proposta de lei n.º 508. Revisão do regime jurídico da colonização interna», *Actas da Câmara Corporativa*, VII Legislatura, n.º 77, 28 de Novembro de 1959, 819. O projecto para a revisão do regime jurídico da colonização interna de Agosto de 1959 (depois profundamente revisto) é excepcionalmente detalhado na forma de funcionamento deste «Centro», incluindo a sua construção num dos aldeamentos da JCI. Estabelece um período de permanência dos colonos de seis anos, a forma de seleção dos candidatos a colonos (pelo Ministério do Ultramar), bem como as formas de financiamento. (cap. V – art.ºs 116º a 120º). Cf. ANTT, AOS/ CO/EC-20, Pasta 11, «Reorganização da Junta de Colonização interna. Regime jurídico da JCI».

⁶⁴² Cf. ANTT, AOS/ CO/EC-20, Pasta 11, Junta de Colonização Interna, «Pontos principais focados no projecto de regime jurídico da colonização interna», 417-418.

⁶⁴³ «A Câmara Corporativa atribui excepcional importância aos princípios contidos nesta base. O propósito de desenvolver rapidamente as regiões menos evoluídas do ultramar obriga a valorizar as iniciativas de povoamento, dando aos colonos a preparação técnica e humana indispensável para gerirem as empresas agrícolas que lhes vão se entregues, constituindo comunidades que possam manter o prestígio da civilização criada pelos Portugueses no Mundo. Afigura-se a esta Câmara que constitui grande risco enviar colonos para o ultramar sem que se lhes concedam os meios espirituais, intelectuais e técnicos indispensáveis para acrescentarem o que possa acrescentar-se às tradições portuguesas.» Cf. José Augusto Correia de Barros (relator), «Parecer n.º 29/VII. Revisão do regime jurídico da colonização interna», in *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 91, de 30 de Março de 1960, 294.

⁶⁴⁴ «A Câmara Corporativa deu o seu inteiro apoio a esta base. Mas afigura-se-nos, e tendo em vista precisamente as razões aduzidas por aquela câmara, que as particulares responsabilidades do País em relação às suas províncias ultramarinas se não ajustam a um sistema que confie a um mesmo organismo, a Junta de Colonização Interna, a preparação de colonos, em geral, como se devesse exigir-se a mesma aprendizagem do camponês beirão que se encaminha para o Alentejo ou para a Zambézia. Não se põe em dúvida, evidentemente, a necessidade de preparar colonos para para o ultramar; mas essa preparação deverá caber a organismos especializados do Ministério do Ultramar e não à Junta de Colonização Interna, cujo trabalho já será altamente meritório se souber preparar convenientemente os seus colonos para as tarefas exigidas pelas condições da agricultura metropolitana.» Cf. ANTT, AOS/ CO/EC-20, Pasta 11, «Parecer da proposta de lei revisão do regime jurídico da colonização interna», 77-78.

⁶⁴⁵ Cristiana Bastos discute as «ciências da colonização», em particular, os saberes relativos à saúde dos corpos e as formas de melhor aclimatizar os europeus nos ambientes tropicais, em Cristiana Bastos, «Corpos, climas, ares e lugares: autores e anónimos nas ciências da colonização», *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*, org. Cristiana Bastos e Renilda Barreto (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais), 25-58.

Com pouca articulação institucional entre colonizações, a maior influência das colónias agrícolas metropolitanas nos colonatos em Angola e Moçambique acabou por ser de natureza ideológica, sob a forma de uma ruralidade idealizada construída através de processos técnicos modernos. Durante o Estado Novo, a retórica imperialista da colonização ultramarina é um discurso distante do discurso da colonização interna, e, também por isso, uma ausência significativa.

O momento em que as colonizações interna e ultramarina foram simultaneamente consideradas no Plano de Fomento foi, então, um momento singular, excepcional, de uma longa história em que os defensores de uma colonização interna tinham constituído o seu núcleo doutrinal em oposição à colonização imperial. As ideias de colonização interna tinham sido formuladas em Oitocentos, em parte, a partir das críticas às «descobertas» e às «conquistas»⁶⁴⁶ em Alexandre Herculano e Oliveira Martins, sobretudo este último intelectual que opôs as aventuras ultramarinas ao fomento rural interno.⁶⁴⁷ Uma herança doutrinal que no século XX foi reformulada por António Sérgio quando opôs a «política de fixação» à «política de transporte»⁶⁴⁸ na definição das suas duas políticas nacionais, condensadas na expressão trocar uma «boa capa» por um «mau capelo»⁶⁴⁹, posteriormente muito usada.⁶⁵⁰ Outros colegas seareiros, Quirino de Jesus e, notavelmente, Ezequiel de Campos, contribuíram para uma política de conciliação das colonizações nos vários espaços políticos, europeus e africanos, desenvolvendo projectos económicos de exploração agrícola. Durante o Estado Novo, a

⁶⁴⁶A dicotomia entre «conquista» e «colonização» usada para sistematizar dois grandes tipos de expansionismo europeu não era específico de Portugal. Cf. Rui Ramos, «Um novo Brasil de um novo Portugal...», 133-4.

⁶⁴⁷Rui Ramos defende que a condenação do passado ultramarino por Mousinho da Silveira, Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Antero de Quental adquire sentido no contexto da cultura liberal do «patriotismo cívico», parte da tradição do «republicanismo clássico europeu», que imaginava uma comunidade de «cidadãos lavradores» para Portugal. Cf. Ramos, «As origens ideológicas da condenação das descobertas e das conquistas...».

⁶⁴⁸Cf. António Sérgio, «As duas políticas nacionais», in *Ensaio*, vol. II (Lisboa: Sá da Costa, 1977 [1925]): 63-93, especialmente 69. A continuidade entre as ideias de colonização do Alentejo por Oliveira Martins avançadas no seu projecto de fomento rural e a sua influência e reformulação por António Sérgio é bem analisada em Ramos, «Um novo Brasil de um novo Portugal...», 135-6; e, notavelmente, em Carlos Maurício, *A invenção de Oliveira Martins* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005), 219-231.

⁶⁴⁹«Mas, posto caso que passasseis e tomasseis Tangêr, Alcacer, Arzila, queria, Senhor, saber que lhe faríeis; porque povoardelas com Regno tão despovorado e tam minguido de gente, como he este vosso, he impossivel: e se o quisesseis fazer, seria torpe comparaçom, como de quem perdesse boa capa por maa capelo; por era certo perder-se Portugal, e non se ganhar África». Resposta de D. Pedro a D. Duarte quando este procurou escutar as opiniões do seu irmão relativamente a um possível ataque a Tangêr, em Agosto de 1934, relatado na *Crónica de D. Duarte*. Cf. Rui de Pina «Crónica de D. Duarte» (capelo 1)

⁶⁵⁰Nomeadamente pela historiografia de Vitorino Magalhães Godinho para contrastar historicamente o (débil) desenvolvimento do Portugal europeu (de sentido mais lato do que a especificidade do projecto colonizador) com a «gesta das navegações de descobrimento». «Portugal abre a gesta das navegações de descobrimento e do traçado das grandes rotas oceânicas quando se afirma como nação no quadro peninsular. Perturbador sincronismo, que conduz esse pequeno país ao singular destino de construtor de impérios e de gentes dispersas por todo o orbe, sempre com problemas do terrunho por resolver. A escolha nunca decidida entre a boa capa e o mau capelo.» Cf. Vitorino Magalhães Godinho, «Introdução», *A expansão quatrocentista portuguesa* [19], última página da introdução.

nacionalização dos espaços coloniais enraizando população branca na terra africana, em particular os planaltos angolanos, pugnada por Ezequiel de Campos, terá em Trigo de Morais o seu mais fiel propagandeador.⁶⁵¹ Mais do que a administração institucional do Estado, a ideologia imperial da colonização partilhando uma mesma linguagem, traduzem bem as concepções, as técnicas, os saberes e os imaginários colonizadores.

A ideologia colonizadora, baseada na «missão civilizadora», teve, contudo, ecos no território metropolitano. Também no Portugal europeu se encontravam espaços e populações à espera e em necessidade de serem objecto da mesma «missão civilizadora» que tinha perpassado e justificado o empreendimento imperial ultramarino desde os finais do século XIX. O imaginário de espaço desértico e improdutivo à espera de ser civilizado do Sul alentejano, habitado por populações ora preguiçosas ora revoltosas, que era necessário conquistar e domesticar, tinha ainda alguns ecos significativos a meio do século XX. Passou, sobretudo, para o imaginário colonizador das montanhas do Norte, com extensos baldios cuja propriedade comum da terra era, como para as populações locais nas colónias africanas, sinal denunciador de «atraso civilizacional».⁶⁵² No discurso colonizador, a vontade de «nacionalização» dos espaços africanos que animou a colonização branca imperial, presente desde os finais do século XIX mas especialmente influente nos projectos do pós-II Guerra Mundial, cumpria uma função retórica semelhante ao discurso de «nacionalização» das charnecas do Sul alentejano, concebida esta como o momento final do desígnio histórico da «Reconquista Cristã»⁶⁵³, o movimento colonizador de Norte para Sul. Também no Sudeste Europeu, na Roménia e na Jugoslávia, a redistribuição da terra e a colonização tinham servido propósitos nacionalizadores no entre-guerras.⁶⁵⁴ Mas a «nacionalização» que a colonização cumpria, assente numa leitura dualista da história de Portugal, dividido entre o Norte populoso e agrário e o Sul desértico de

⁶⁵¹ Sobre as estreitas relações ideológicas entre a colonização interna e a colonização ultramarina em Ezequiel de Campos e Trigo de Morais, ver Saraiva, «Paisagens tecnológicas...».

⁶⁵² A analogia entre as apropriações de terras comuns na metrópole e nas colónias foi sugerida em E.P. Thompson quando assinalou como a concepção de uma propriedade exclusiva da terra, presente nas leis agrárias de apropriação dos baldios em Inglaterra, migraram para a colonização em espaços imperiais. E. P. Thompson, «Custom, Law and Common Right», in *Customs in Common. Studies in Traditional Popular Culture* (Nova Iorque: New York Press, 1994), 164.

⁶⁵³ Não só os ideólogos das políticas de colonização interna a integravam numa narrativa histórica de cumprimento da «Reconquista Cristã» (Ezequiel de Campos). Orlando Ribeiro concebe a dualidade do território português dividido entre as influências atlânticas e as influências mediterrânicas, cujo entrelaçamento histórico tinha construído a «unidade de Portugal». Nesse «entrelaçamento» de dois sentidos, «a Reconquista desencadeou o movimento do Noroeste para Sul, que em várias épocas recebeu incremento; e, ainda nos nossos dias, prossegue este fluxo de colonização interna, importante se não pela massa, ao menos pela continuidade com que se tem manifestado». Cf. Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (Lisboa: Letra Livre, 2011[1945], 210.

⁶⁵⁴ As reformas agrárias pós-1918 com motivações etno-políticas nacionalistas foram abordadas em Dietmar Müller, 'The Governmentality of Land Ownership in South-eastern Europe. Romania and Yugoslavia: A Comparison', in *Contexts of Property in Europe. The Social Embeddedness of Property Rights in Land in Historical Perspective*, org. Rosa Congost e Rui Santos, 211–227 (Turnhout: Brepols, 2010).

gentes e de cultivo, se bem que de inequívocos contornos rácicos em Basílio Teles (entre «arianos» e semitas»)⁶⁵⁵, foi como que perdida e não deu origem a uma formulação histórica de um colonialismo interno⁶⁵⁶ durante o Estado Novo, ou seja, a uma ideologia de ocupação do território em que a dita pertença étnica teria expressão em formas de subordinação política entre populações divididas. Será então menos nas continuidades com o projecto do colonialismo imperial e mais na concepção de colonização enquanto estudo das condições e formas de ocupação humana e exploração económica de determinado território por populações com origem geográfica distante, em voga também desde os fins do século XIX, que se entende melhor a expressão histórica da ideologia colonizadora, interna e ultramarina, durante o Estado Novo.

4 «Uma ruralidade biológica moralmente fecunda»: a fabricação da lei de 1954

A reemergência política da colonização interna no Plano de Fomento culminou numa cautelosa proposta de revisão das bases jurídicas da colonização hidráulica, ou seja, da colonização interna realizada em terrenos beneficiados por obras de hidráulica. Concordando que um melhor aproveitamento económico e social dos terrenos beneficiados necessitava de novo enquadramento jurídico, um ano depois da aprovação do Plano de Fomento, o Governo propôs tornar imperativa esta forma de colonização. Dava o Governo por certo que a forma de «obter a máxima produtividade e o maior benefício social dos capitais investidos»⁶⁵⁷ era conferir à JCI os meios jurídicos de que carecia, ou seja, a expropriação. No projecto de proposta de lei, competia à JCI decidir quando é que o «arranjo da propriedade rústica e as condições de povoamento»⁶⁵⁸ justificavam a elaboração de planos de colonização para as terras

⁶⁵⁵ Sobre a influência da divisão entre o Norte e o Sul para as representações intelectuais do país e a sua importância para os projectos de colonização agrícola do Sul, sobretudo em Basílio Teles, ver Sobral, «O Norte, o Sul, a raça, a nação...».

⁶⁵⁶ Uma historiografia recente sobre a similariedade dos discursos de colonização interna e do imperialismo europeu tem se desenvolvido a partir da experiência colonizadora da Alemanha na Europa Central, assente nos tópicos da «terra vazia», «terra inculta», oposta à terra cultivada/civilizada, que representava, por exemplo, os polacos como índios/bárbaros, e assim teria facilitado a subjugação das populações do Leste Europeu sob o nacional-socialismo – nomeadamente por David Blackbourn e Kristin Kopp. Ressalta-se aqui, no entanto, recorrendo a Frederick Cooper, que a partilha de linguagens de colonização, no caso português, não implicou um colonialismo interno, ou seja, não se traduziu em práticas e instituições políticas de subjugação imperial. Cf. Blackbourn, *The Conquest of Nature*; Kopp, *Germany's Wild East...*; Frederick Cooper, *Colonialism in question. Theory, knowledge, history* (Los Angeles: University of California Press, 2005). Outra tradição intelectual, que remonta a Vladimir Lenine, sobre o colonialismo interno, com repercussões na historiografia marxista, não é aqui abordado. (V. I. Lenin, *Collected Works: Volume 3 January–July 1905: The Development of Capitalism in Russia* (Moscow, 1964) 593–595.)

⁶⁵⁷ «Projecto de proposta de lei n.º 521. Proposta de lei relativa à colonização das zonas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola, concluídas ou em curso», in *Diário das Sessões*, n.º 4, 10 de Dezembro de 1953, 35.

⁶⁵⁸ «Projecto de proposta de lei n.º 521...», 35.

irrigadas, acrescentando ainda a possibilidade expropriadora das terras de sequeiro adjacentes, para que os casais agrícolas instituídos, nos seus planos de exploração cultural, fossem os mais perfeitos possíveis. As disposições do novo diploma – que, se aprovadas, revolucionariam as relações de propriedade – filiavam-se singelamente no desdobramento ou «aperfeiçoamento técnico-jurídico» da lei de hidráulica de 1937, como se de uma mera regulamentação da lei se tratasse quinze anos depois; e assim foi argumentado e defendido na Assembleia Nacional⁶⁵⁹. No entanto, se esta peça legislativa tinha as suas «raízes fundas na lei n.º 1949», a relação inextricável entre colonização e hidráulica estava longe de ser a mesma da legislada por Rafael Duque em 1937. Nessa altura, a colonização tinha sido legislada como forma complementar e «excepcional» de aproveitamento das grandes obras de fomento hidroagrícolas, de acordo com as bases XIV e XV. O que a proposta de 1953 apresentava de novo era tornar a colonização hidráulica de *excepção*, decidida pelo Governo, em *regra*, implementada pela JCI. Em causa estava a passagem de poderes situados no executivo governamental para a administração de Estado.

A proposta governamental e o debate sobre a colonização interna pareciam requestrar as discussões tidas quinze anos antes, por ocasião da política colonizadora da Rafael Duque. Notou a Câmara Corporativa no seu parecer que não havia «interligação necessária quanto aos objectivos dos planos de hidráulica agrícola e de colonização interna» – esta era a visão ideológica de Pinto Veloso, relator do parecer em 1937 e agora novamente em 1953 sobre o melhor aproveitamento a dar às obras de fomento hidroagrícola⁶⁶⁰. Hidráulica e colonização cumpriam funções diferentes, uma relativa aos objectivos de natureza mais produtivista, outra de natureza mais demológica.

«A verdade é que a característica fundamental das obras de rega é valorizarem a terra pelo aumento da produção, em volume, em quantidade e em valor. (...) E não menos verdade é que o aumento da população e a melhoria das suas condições de vida vêm como necessária consequência, seja com as mesmas empresas agrícolas, pelo aumento de braços ocupados em culturas intensivas, ou seja pela proliferação dessas empresas, pela divisão espontânea ou forçada dos terrenos.

⁶⁵⁹ Nomeadamente pelos deputados Melo Machado, Melo e Castro, Teixeira de Sousa e Proença Duarte nas suas intervenções na Assembleia Nacional em Janeiro e Fevereiro de 1954, publicadas no *Diário Das Sessões*. A expressão «aperfeiçoamento técnico-jurídico» para designar o gesto da proposta de lei do Governo em relação aos princípios que subjaziam as leis n.º 1949 e 2014 é de Proença Duarte em *Diário das Sessões*, n.º 22, de 29 de Janeiro de 1954, 312.

⁶⁶⁰ Cf. Afonso Melo de Pinto Veloso (relator), «Parecer n.º 3/VI. Proposta de lei n.º 3», in *Diário das Sessões*, VI legislatura, 16 de Dezembro de 1953, 40 (101).

As obras de colonização não são, por isso, essenciais às obras de rega. Aquelas podem ter um fim predominante de arranjo social, nem sempre utilmente ligado ao objectivo económico da rega. Deve respeitar-se esta dualidade de posições, tendo em vista que *a colonização dirigida obedece principalmente a prementes necessidades de ordem política.*»⁶⁶¹
[itálico meu]

Este tinha sido, de resto, o princípio esboçado no parecer sobre o Plano de Hidráulica de 38, seguido na lei colonizadora de 1937 – ainda que a colonização hidráulica fosse incluída a título excepcional – e que agora, na proposta de lei governamental, era finalmente invertido, impondo a colonização hidráulica como regra do aproveitamento.

Porém, se o argumentário parecia o mesmo, a conjuntura era outra, o que mudava significativamente os termos do debate sobre as formas, as possibilidades e os objectivos da colonização interna – como indica a frase final da citação acima («prementes necessidades de ordem política»). Em primeiro lugar, se a água levada ao sequeiro não tinha acarretado o natural parcelamento da terra, algumas das terras irrigadas tinham já começado a produzir seguindo os métodos modernos da agricultura mecanizada, com elevados índices de produtividade (do trabalho e da terra), nomeadamente nos cultivos de melão e tomate. Terminavam por esta altura algumas das mais importantes obras de fomento hidroagrícola incluídas no Plano de 1938 (principalmente, a barragem do Sorraia que irrigaria 25 mil hectares, e a barragem do Vale do Sado), e havia a expectativa de estar para breve a transformação, finalmente, das condições produtivas e de trabalho no Alentejo. As condições de trabalho não se tinham alterado substancialmente, aprofundando até a dependência salarial dos trabalhadores nas grandes explorações, mas era já possível observar as primeiras consequências de uma agricultura de regadio, industrializada nos seus processos. Assim se percebe porque o sector industrialista, pela voz dos deputados Camilo Mendonça e Nunes Mexia na Assembleia Nacional, parecia pautar-se pelo «agnosticismo»⁶⁶² quanto à centralidade da reforma agrária para a modernização agrícola, dando preferência à melhoria do equipamento técnico, à motorização, ao acesso ao crédito e ao escoamento da produção como factores preferenciais de barateamento dos custos de produção e de elevação da produtividade do trabalho. O argumento da indispensabilidade da reforma das estruturas fundiárias para o processo de modernização económica, debatido à

⁶⁶¹ Cf. Veloso (relator), «Parecer n.º 3/VI...», 40 (101).

⁶⁶² Expressão a propósito do industrialista Camilo Mendonça citada em Luciano Amaral, «O canto do cisne neofisiocrático», in *Estado Novo...*, 436

altura, vai ter um impacto decisivo na historiografia económica sobre o período⁶⁶³ – mas a colonização interna enquanto forma de modernidade económica não foi o centro da defesa da proposta colonizadora feito em 1953-1954, como se verá.

Em segundo lugar, a colonização interna dirigida pelo Estado – à altura apenas as colónias dos Milagres e de Martim Rei estavam em pleno funcionamento; as restantes estavam em fase de instalação dos primeiros colonos – não apresentava uma visão animadora, nem mesmo segundo os critérios dos defensores da colonização. Os resultados económicos dos casais agrícolas, quando eram sofríveis, revelavam um projecto de viabilidade frágil; a almejada melhoria dos níveis de vida era uma miragem. Para mais – e em terceiro lugar – os custos elevados da construção das colónias agrícolas, das casas de habitação às infra-estruturas sociais e vias de comunicação, impedia que se considerasse a colonização como uma forma lucrativa de modernização agrícola. Os 206 contos calculados como o custo de construção por casal agrícola (ou 170, corrigido) tinham vindo amiúde a debate na Assembleia Nacional.⁶⁶⁴ Esta é, de resto, a visão expressa por Rafael Duque mais tarde, em 1956.⁶⁶⁵ Sendo este tipo de colonização excessivamente cara, deveriam ser preferidas a colonização espontânea, as migrações para os centros urbanos ou a colonização ultramarina para escoar os acréscimos demográficos – cuja importância, de resto, Pinto Veloso tenta minorizar ao questionar os próprios cálculos quanto ao ritmo de crescimento populacional em Portugal. Juntam-se a estas críticas circunstanciais as já históricas: o arranjo agrário era comandado pelo determinismo geofísico comprovado pelas tentativas de colonização do Sul sempre goradas ao longo de séculos.

Na visão industrialista do desenvolvimento do país, «o ideal bucólico e ruralista cedeu lugar a uma indústria ao serviço do homem» em que a agricultura moderna seria feita em regime

⁶⁶³ Sobre este debate historiográfico, ver introdução. Pedro Lains permite desfazer alguns equívocos em que assentaram estes debates quando distingue a história da política económica da história económica, ou seja, quando questionou a linearidade causal entre as medidas de política económica e a evolução dos indicadores económicos. Por exemplo, em Pedro Lains, «O Estado e a industrialização em Portugal 1945-1990», *Análise Social*, vol. XXIX (128) (4º) (1994): 926-926.

⁶⁶⁴ Cf. Veloso (relator), «Parecer n.º 3/VI. ...», 40 (102).

⁶⁶⁵ Em 1956, a propósito da colonização da Gafanha (II Parte), Rafael Duque, agora procurador da Câmara Corporativa, «vendo que a colonização seguida é cara, não dá rentabilidade suficiente e não resolve o problema, pôs várias vezes a si mesmo a pergunta se não deveria ser abandonada. O fulcro do problema é fortalecer quanto possível a classe dos médios e pequenos proprietários e, no sector agrícola, facilitar o mais que se possa o acesso à propriedade», sem «ofender a propriedade privada». Intervenção de Rafael Duque lavrada em Acta de 12 de junho de 1956 da secção da Câmara Corporativa, incluída no processo relativo ao «Parecer n.º 43/VI, sobre o Projeto de Colonização Interna, relativo à Colonização da Gafanha II parte», disponível em Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 77, n.º 4. Os custos da instalação dos colonos, calculados em 35 contos, foram alvo de crítica pública e polémica quando foram comparados com a verba necessária para criar um emprego na indústria, mais baixa – a acusação oriunda da Associação CAP em Carta da ACAP ao Presidente da Câmara Corporativa a propósito do diploma Proposta de Lei nº 510 - Sobre ‘Revisão do regime da colonização interna’» (1959), incluída no respectivo processo em Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 121, n.º 1.

de especialização produtiva. Luciano Amaral defende que nos anos cinquenta as estruturas económicas e sociais do país se transformaram e, com elas, surgiu um novo grupo influente na condução da política económica, incipiente ainda durante os anos trinta, os industrialistas. Estes, acreditando que a modernização agrícola se poderia fazer sem uma reestruturação agrária, nomeadamente através da colonização interna, terão feito uma aliança objectiva de interesses com os grandes agrários alentejanos e ribatejanos, que defendiam a permanência da estrutura agrária, mesmo nas terras irrigadas pelo Estado. Tal aliança negativa explica o telegrama de congratulação do grémio da Lavoura de Mora pelo discurso do industrialista Nunes Mexia.⁶⁶⁶ Mas não se trata apenas de interesses divergentes entre o «conservantismo» agrário e os reformistas agrários, com a neutralidade complacente dos industrialistas em favor dos primeiros. Trata-se, também, de concepções diferentes da economia, ou melhor, da condução do governo económico: de um lado, a defesa de uma política económica orientada para a maximização do lucro através do incentivo à produção especializada que explorasse as vantagens comparativas das várias regiões do país, em que a economia era sinónimo de um sistema de mercado (inclusive, para terra comercializada e para o trabalho assalariado); de outro, uma política económica baseada num projecto social para o espaço rural fundado nas virtudes morais da fixação da família de trabalhadores à terra, subtraindo-os assim ao mercado de trabalho pelo cultivo autónomo de casais agrícolas.

Em inícios dos anos cinquenta, a política de colonização interna era um projecto para o espaço rural que concebia a produção de bens de uma forma incrustada em relações sociais não totalmente mercantis – o trabalho e a terra.⁶⁶⁷ Assim, o saber que suportava cientificamente o

⁶⁶⁶ *Diário das Sessões*, n.º 22, 28 de Janeiro de 1954, 306.

⁶⁶⁷ O discurso de Melo e Castro é exemplar desta posição na sua crítica à teoria económica aplicada à agricultura, que reduziria esta a índices (preços, produtividade, rendimento) e que estaria na base do «planismo integral»; bem como ao sociologismo. Para si, a agricultura era um modo de vida. «Quando se equacionam problemas agrários – tão raras vezes, através da história, têm sido equacionados com serenidade –, há frequentemente a tendência para ver tudo à luz da simples teoria económica, para tudo reduzir ao apuramento dos preços de custo dos vários produtos (como se na agricultura, salvo explorações-modelo, pudesse haver contabilidade especializada), para analisar em pé de igualdade, a produtividade agrícola com a industrial, comparando os índices dos preços industriais com os dos preços agrícolas. § Avultaria então, nesse ponto de vista exclusivista, a sedução da técnica, aplicada, até às possibilidades máximas, na mecanização e na racionalização dos processos de cultura, no controle científico das sementes e dos adubos, na normalização dos produtos agrícolas e no mais. § Como consequência surgiria o aliciante planismo integral, de raiz e escopo tão somente técnico-económicos em que todos os problemas humanos e sociológicos ligados à exploração agrícola seriam relegados para o nível de meros problemas de produtividade da mão-de-obra, ou problemas de emprego – de pleno emprego, chamam-lhe às vezes, tirando esta designação, de significado doutrinário preciso, esperanças que não deviam despertar... § Ainda dentro de pontos de vista que não transcendem a teoria económica e outras vezes nem a ela chegam, os problemas da agricultura são abordados com predominância da consideração do respectivo rendimento global dentro do rendimento nacional, destacando-se a agricultura como um conjunto absolutamente solidarizado que, porá ajudar a dar pão, pudesse defrontar, sobranceira, as demais atividades, procurando ditar-lhes as suas condições (...) Na inversa, não raro dominam os pontos de vista puramente sociológicos, quando, com simples premissas políticas a sustentar reformas agrárias, tudo se procura realizar com a simples preocupação do «social», sem o indispensável concurso

projecto colonizador não concebia a «economia» enquanto uma entidade autónoma e apartada das relações sociais de produção, apenas regida por um sistema de mercado. Sinal maior deste entendimento eram os fortes limites que a política colonizadora estabelecia à mercantilização da terra, através do enquadramento jurídico do casal agrícola, e à mercantilização do trabalho, enquanto projecto campenizador⁶⁶⁸. O projecto colonizador afirmava-se como uma tentativa de reincrustação social numa altura em que os efeitos sociais de uma economia de mercado, onde o “factor trabalho” estava à mercê de leis de mercado, fabricando assim desemprego, subemprego e originando conflito, ameaçavam, segundo os seus proponentes, a ordem social, e por consequência, a estrutura política do regime. As esferas da «economia», da «política» e do «social» deveriam ser considerados conjuntamente. Não era, nunca tinha sido, uma mera «crematística», como dizia Oliveira Martins, uma simples forma de aumentar a riqueza da nação, mas uma relação extractiva específica com o mundo natural e os homens (e mulheres) em que a modernidade económica se fazia sob o signo de princípios morais declarados: o mundo rural e os seus trabalhadores não deveriam ser abandonados.

O debate que decorre na Assembleia Nacional, entre Janeiro e Março de 1954, manifesta de forma eloquente a defesa moral, social ou política do projecto colonizador interno, em que os argumentos de natureza económica – no sentido estrito do lucro – são ora desprezados ora secundarizados pelos seus apologistas. A experiência débil e os custos elevados da empresa colonizadora interna pareciam não deixar outra opção aos seus defensores senão refugiar-se em argumentos extra-económicos, mesmo que os economistas agrários tivessem ensaiado argumentos científicos. «Se esta obra para ser económica tivesse de pôr de lado as vantagens sociais, familiares, morais, que não se medem em escudos, mas em paz, felicidade e honra dos povos, negava-se a si própria e aos objetivos que a determinou»⁶⁶⁹ afirmava a defensora da «família rural» Maria Margarida Craveiro Lopes dos Reis em resposta aos discursos agraristas de Melo Machado, Agnelo Rego e Morais Alçada, que tinham vindo defender na sessão anterior o direito de propriedade e, sobretudo, dos proprietários. Só uma obra «de natureza

da teria e da informação económica. § Ora, Sr. Presidente, a agricultura levante os problemas mais melindrosos precisamente porque, se ela é uma atividade destinada a fornecer produtos predominantemente alimentares, é também o modo de vida da família do cultivador. § Há uma intimidade entre o cultivador e a terra – nasce, vive e morre nela – que implica a ideia dum direito real, no aspecto jurídico, e duma exploração, tanto quanto possível à medida da família, no aspecto económico. § A relação do operário com a oficina é absolutamente diferente. Assim, a sociologia embrecha-se com a economia na análise dos problemas agrícolas e não devem as razões económicas ou os métodos técnicos ir além dos limites fixados pelas razões de ordem social e familiar que dão suporte à empresa agrícola. *É que o social é fim mas também é instrumento do económico.*» Cf. *Diário das Sessões*, n.º 30, 12 de Fevereiro de 1954, 464. [Itálico meu]

⁶⁶⁸ Sobre a economia encrustada, as mercadorias fictícias, a mercadorização da terra e a mercadorização do trabalho (e «o duplo movimento») ver Karl Polanyi, *A Grande Transformação* (Lisboa: Edições 70, 2012 [1957]).

⁶⁶⁹ Cf. *Diário das Sessões*, n.º 19, 26 de Janeiro de 1954, 260.

eminentemente social», que beneficiasse muitos⁶⁷⁰, explanava longamente Proença Duarte, poderia justificar que o Estado investisse tanto; e concordava de seguida o militar Pereira da Conceição, fundando-se no dever de obediência à ética da própria Constituição, em que propriedade, trabalho e capital desempenhavam uma função social⁶⁷¹. Uma defesa das virtudes sociais da obra colonizadora é ainda ensaiada, sem surpresa, por Melo e Castro, que faz questão de opor as virtudes da empresa rural familiar⁶⁷² à industrialização da agricultura de Camilo Mendonça. Em rigor, o industrialista Nunes Mexia não discordava – não se tendo a certeza da sua viabilidade, a instalação de casais agrícolas «só se pode justificar pela sua acção social». Finalmente, Diniz Fonseca faz a defesa mais eloquente da colonização interna neste debate, rebatendo cada um dos argumentos contrários e afirmando peremptoriamente que valia bem a pena gastar «400 000 contos, na sua maioria recuperáveis, para a defesa da paz social e o fomento da nossa ruralidade biológica e moralmente fecunda.»⁶⁷³

Neste argumentário, que objectivo cumpria o «social» da colonização? Era o da fixação de trabalhadores à terra, fosse pela posse de um casal agrícola ou de uma mera gleba, que, melhorando os níveis de vida, contribuísse para a pacificação social e a matização de uma estrutura social percebida como fortemente polarizada, a qual tinha como o critério ordenador principal a posse jurídica de propriedade. A colonização cumpriria objectivos designados de «sociais» quando arreigasse os trabalhadores às parcelas que trabalhavam, construindo-lhes uma casa de habitação e assim promovendo o bem-estar da família rural e a vida pacífica do lar, repositórios essenciais das virtudes da nação portuguesa. O ruralismo, o anti-urbanismo e a desproletarização inerentes à proposta colonizadora marcaram esta discussão, tintados de tons cristãos pelos seus defensores, que evidenciaram sobretudo as suas

⁶⁷⁰ «Se os objetivos da lei fossem meramente económicos, o correlativo regime jurídico mais não teria a fazer do que disciplinar a atividade directa do proprietário em relação à exploração económica da terra. § Mas não: os objetivos da lei que determina a realização de obras de fomento hidroagrícola são também de natureza social. § Direi mesmo que são de natureza eminentemente social, pois se realizam para que se tire dela a maior utilidade social, como se diz na base I da Lei n.º 1940 [sic]. § Na verdade, não se compreenderia que o Estado investisse, por vezes, centenas de milhares de contos dos seus réditos apenas para que alguns hectares de terras, pertencentes a alguns, poucos, proprietários, tivessem maior produtividade unitária, se daí não adviessem mais directos e imediatos benefícios sociais. § Por isso na Lei n.º 1949 se consignou que as obras de fomento hidroagrícolas são de utilidade pública – base III – e se estabeleceu, como corolário necessário, o princípio da expropriação, por parte do Estado, verificados motivos superiores de ordem económica e social – base XIV – para nos terrenos expropriados se constituírem «casais agrícolas» - base XV.» Cf. *Diário das Sessões*, n.º 22, 29 de Janeiro de 1954, 313.

⁶⁷¹ «Todos os problemas que são equacionados no profundo estudo da Câmara Corporativa me parecem excedidos pelo sentido social da proposta de lei, a que o Governo obedece pela ética da própria Constituição que nos rege e que no seu artigo 35º é bem claro ao afirmar que a ‘propriedade, o capital e o trabalho desempenham uma função social em regime de cooperação económica e solidariedade, podendo a lei determinar as condições do seu emprego ou exploração conformes com a finalidade colectiva’.» Cf. *Diário das Sessões*, n.º 27, 6 de Fevereiro de 1954, 416.

⁶⁷² Cf. *Diário das Sessões*, n.º 30, 12 de Fevereiro de 1954, 416.

⁶⁷³ Cf. *Diário das Sessões*, n.º 29, 11 de Fevereiro de 1954, 448.

vantagens morais. Todavia, se na Assembleia Nacional o discurso colonizador se aproximou, na sua roupagem ideológica, do bucolismo ruralista massivamente produzido pela propaganda estadonovista, dele deve ser distinguido: quando o discurso pastoral da vida rural foi elevada a modo de vida através da colonização interna era sempre mediada pela técnica e pela ciência dos agentes colonizadores (em primeiro lugar, pelos sociólogos rurais, que se auto-percepcionavam como agentes modernizadores da vida rural). O objectivo social da colonização exercer-se-ia através da posse individual da propriedade que, simultânea e concomitantemente, acreditava-se, libertaria os trabalhadores da insegurança do desemprego agrícola e, assim, criaria sujeitos ordeiros, esteios da paz social. «Social» é sinónimo de modo de vida e, com ele, de paz social no Portugal em mudança da década de cinquenta.

De «social» a «socialismo» foi um passo – em falso. Esta é a acusação da Associação Central de Agricultura ao Governo que crê «que uma norma socialista foi proposta por quem julgava que com ela atingia um objectivo social.»⁶⁷⁴ Baseando-se no parecer da CC, acusa o princípio da expropriação da proposta de lei de colonização das terras regadas de «antijurídico, antieconómico e antissocial». Os «belos princípios sociais» que animavam a lei conduziram – com certeza fora do espírito dos autores do projecto, ironizava a CC –, a uma «subversão socialista» ou acarretando um «socialismo integral». Estes excessos retóricos, próximos da expressividade anti-comunista de Pequito Rebelo, denunciavam as reais possibilidades políticas de uma lei que, consagrando a expropriação fundiária, estivesse a ser seriamente equacionada pelo Governo. Os direitos de propriedade eram um dos aspectos da economia que requeriam ser governados politicamente em nome do «social», como defendiam quer os reformistas sociais e os defensores da lei na Assembleia Nacional, quer os seus detractores, inclusive na Câmara Corporativa. Sob o signo de assegurar a ordem e a paz social, entre os defensores da lei na Assembleia Nacional, e mesmo a justiça social, entre os reformistas agrários próximos da JCI, todos reivindicando como inspiração a doutrina social da igreja, o «social» era um substantivo que designava agora uma entidade objectiva em nome do qual a política devia agir. Se um conjunto de saberes vinha a epistemicamente autonomizar e estabilizar o «social» enquanto domínio de estudo⁶⁷⁵ – em programas de investigação da economia rural, da economia social e da sociologia –, as diversas forças políticas articulavam agora as suas reivindicações

⁶⁷⁴ Exposição da Associação Central de Agricultura Portuguesa de 9 de Fevereiro de 1954, in *Diário das Sessões*, n.º 30, 12 de Fevereiro de 1954, 452. Citações das suas frases seguintes presentes nesta exposição.

⁶⁷⁵ A autonomização epistémica dos «problemas sociais» nos estudos sócio-agrários foi ampla e detalhadamente investigada em Frederico Ágoas, «Saber e Poder»; e analisada na sua relação com as propostas colonizadoras do sequeiro do Sul desenvolvidas pela JCI durante a década de 40 na minha tese de mestrado, Elisa Lopes da Silva, «A propriedade e os seus sujeitos...», 76-80.

em nome do «social», num fenómeno identificado para a política do pós II Guerra Mundial europeu⁶⁷⁶.

Em nome do «social», a contenda centrava-se no tema da expropriação, que traduzia, mais uma vez, uma noção particular dos poderes e deveres do Estado. Uma concepção que é articulada e reflectida durante a discussão:

«O sentido do económico e do social sobrelevou o Mundo inteiro a acção dos governos de todos os países no último quarto de século. A América com o seu New –Deal, a Inglaterra com as reformas sociais, a Argentina com o «peronismo» são a prova suficiente destes factos. *Criou-se o conceito geral de que os governos não servem só para mandar. Um governo é para governar, e governar significa dirigir, orientar e comandar com justiça, interesse e zelo da causa comum.*»⁶⁷⁷ [itálico meu]

«A colonização interna, diz-se, é desnecessária. Fica muito cara, e por isso deve substituir-se pela colonização espontânea.

A maioria das críticas faz avultar apenas o aspecto económico deste problema, e parece não se ter em conta, ou não se ligar grande importância, ao aspecto social de que ele se reveste. A política dos casais agrícolas está ligada à das casas económicas e à das casas para pobres nos planos de urbanização, mas parece não merecer um grande interesse, e no entanto, ela corresponde não só às necessidades da nossa vida social, como também às mais fortes tendências que agitam a vida política em todos os Estados modernos.»⁶⁷⁸

E não são só afirmações de actores políticos menores no debate colonizador. Não esquecendo que a posição da ACAP reflecte, de forma directa e inequívoca, os interesses do grupo que diz representar, os grandes proprietários do Sul, nem por isso se deve descartar as críticas à expropriação e nelas entender a noção de Estado em causa. A acusação de «agravamento de dirigismo», na promoção da imprudente «colonização de tipo burocrático»⁶⁷⁹,

⁶⁷⁶ Há uma extensa bibliografia historiográfica que procura cartografar a «invenção do social» como o domínio de uma nova positividade, com regularidades e leis, da administração governamental. Entre outros, Jacques Donzelot, *L'invention du social. Essai sur le déclin des passion politiques* (Paris: Seuil, 1994 [1984]); Giovanna Procacci, *Gouverner la misère: la question sociale em France 1789-1848* (Paris, seuil, 1993). Para o governo do “social” no segundo pós-guerra europeu, ver Nikolas Rose, «The Social», in *The powers of freedom* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999), 98-137.

⁶⁷⁷ Deputado Pereira da Conceição em *Diário das Sessões*, n.º 27, 6 de fevereiro de 1954, 414.

⁶⁷⁸ Cf. *Diário das Sessões*, n.º 29, 11 de Fevereiro de 1954, 447. Sobre o programa de casas económicas Luís V. Baptista, *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa* (Oeiras: Celta, 1999).

⁶⁷⁹ Exposição da Associação Central de Agricultura Portuguesa de 9 de Fevereiro de 1954, in *Diário das Sessões*, n.º 30, 12 de Fevereiro de 1954, 452.

era rematada, numa argumentação algo confusa, com a defesa da natureza corporativa do Estado: havia que fazer doutrina e prática da compenetração entre Estado e as «corporações interessadas», i.e. os proprietários de terras irrigadas.⁶⁸⁰ De novo se defende que os meios de acção indirectos do Estado, epitomizados pelas funções cumpridas pela Lei de Melhoramentos Agrícolas, seriam mais próprios da «técnica de um estado não socialista».⁶⁸¹ Ora, Pinto Veloso daria corpo doutrinal a esta posição defendida pelos grandes proprietários no parecer da CC, tentando limitar a legitimidade da função social da propriedade quando a expropriação revertisse para outro privado⁶⁸² – como no caso da constituição de casais agrícolas. (Uma discussão do enquadramento jurídico-legal da expropriação fundiária que, acrescente-se, é feita sem que a acção expropriadora de Duarte Pacheco na cidade de Lisboa⁶⁸³ seja politicamente invocada como precedente).

5 «Mais interessa criar Homens do que apenas produzir subsistências»: Eugénio Castro Caldas e o catolicismo social colonizador

O «social» ontologizado para legitimar o objectivo colonizador bem como, mais especificamente, para legal e politicamente fundamentar a discussão sobre as concepções de propriedade (é disso que se trata quando se discutia as possíveis expropriações), pode ser melhor entendido a partir do crescente protagonismo ideológico que o catolicismo social tinha numa nova geração de defensores da colonização interna, num momento em que se afirmava politicamente um movimento modernizador dirigido pelas elites católicas.

⁶⁸⁰ Exposição da Associação Central de Agricultura Portuguesa de 9 de Fevereiro de 1954, in *Diário das Sessões*, n.º 30, 12 de Fevereiro de 1954, 452.

⁶⁸¹ Exposição da Associação Central de Agricultura Portuguesa de 9 de Fevereiro de 1954, in *Diário das Sessões*, n.º 30, 12 de Fevereiro de 1954, 452.

⁶⁸² A crítica à expropriação no parecer de Pinto Veloso estava ancorada na posição presente no parecer redigido por Galvão Teles a propósito da lei de emparcelamento, no ano anterior: «a expropriação, sobretudo quando reverte em favor de outros particulares, só deve decretar-se em casos extremos. (...) A expropriação (...) redundaria em proveito final da agricultura e da economia do País; porém, seu directo beneficiário seria o expropriante, sem razão de justiça que justificasse o privilégio». Galvão Teles (relator), «Parecer 26/V. Projecto de Lei n.º 154», in *Diário das Sessões*, 4 de Março de 1952.

⁶⁸³ Também a discussão em torno da expropriação de terrenos na cidade de Lisboa não invocou a «função social da propriedade»; aqui a expropriação estabeleceu-se com recurso ao «regime geral de expropriações por utilidade pública» de 1912 e depois, em 1938, sob o pretexto ideológico das Comemorações dos Centenários de 1940, legisla-se a exemplariedade das expropriações. Durante os anos 1940, são indicativos dos debates polémicos as oscilações terminológicas entre a «aquisição por acordo amigável» e a «expropriação». Veja-se sobre as expropriações da cidade de Lisboa, Vítor Matias Ferreira, «A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequenos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, 1930-1940», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º, 5.º, 693-735.

O trabalho de «recristianização da sociedade» inaugurado em 1933, com a fundação da Acção Social Católica, tinha novos apostolados dirigidos ao mundo rural, nos quais os agentes colonizadores foram leigos destacados. Já se mencionou Trigo de Moraes, e acrescenta-se agora Vasco Leónidas⁶⁸⁴, presidente da JCI, ou Eugénio Castro Caldas, ideólogo da colonização desenvolvimentista, mas também Diniz da Fonseca, deputado na Assembleia Nacional, ou João Mota Pereira de Campos, Secretário de Estado da Agricultura em 1962. Em comemoração da *Rerum Novarum*, a *Quadragesimo anno*, encíclica papal de 1931 sobre a necessidade de «restauração e aperfeiçoamento da ordem social» em resposta à Grande Depressão de 1929 providenciava o enquadramento ideológico para que se concebesse o domínio do económico como baseado na unicidade do corpo social (ou seja, na colaboração de classes). O livre mercado deveria ser sempre considerado em conjugação com os direitos dos trabalhadores e os princípios económicos estabelecidos sob o lema da «justiça social», alma de uma nova ordem contra um «despotismo económico».

Na década de cinquenta, o apostolado laical que se desenvolve a partir destes princípios morais nas várias organizações da Acção Social Católica⁶⁸⁵, nomeadamente nas Juventudes Agrárias Católicas e nas Ligas Agrárias Católicas, passou a incluir nas suas preocupações questões relativas ao «atraso do mundo rural português», perspectivadas dentro do processo de desenvolvimento económico. Às questões sociais do mundo industrial e urbano levantadas pela *Rerum Novarum*, juntavam-se agora, num movimento internacional que se acentuou durante a década de cinquenta, as questões ligadas à «miséria imerecida do nosso mundo rural»⁶⁸⁶, na expressão que ficou célebre do bispo do Porto D. António Ferreira Gomes. A «miséria imerecida» dizia, em grande medida, respeito à «proletarização», mal maior da evolução do «complexo económico-social» do país, que Ferreira Gomes tinha bem observado quando foi bispo de Portalegre e Castelo Branco (1948 e 1952):

«A proletarização é hoje geral.

⁶⁸⁴ Cf. Vasco Leónidas, *Síntese da doutrina social da igreja relativa ao meio rural*. Separata de *Alguns Problemas do Meio Rural* (Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1962).

⁶⁸⁵ Sobre a história da Acção Social Católica em Portugal, detalhando a história dos organismos que a organização federava, ver Paulo Fontes, «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal», *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, t. VI (1994): 61-100 e, notavelmente, a publicação resultante da sua tese de doutoramento Paulo Fontes, *Elites Católicas em Portugal: O papel da Acção Católica (1940-1961)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011).

⁶⁸⁶ O acréscimo doutrinal das questões sociais rurais face à *Rerum Novarum* é precisamente assinalado por D. António Ferreira Gomes na sua alocução. Cf. António Ferreira Gomes, «Miséria Imerecida do Nosso Mundo Rural», in *Semana de Estudos Rurais* (Fátima: Organismos Agrários de Acção Católica, 1957), 127-147.

Não é primariamente a parca produtividade, nem o baixo nível de vida, nem o desconforto, nem o sub-desenvolvimento; é o trabalho e portanto a vida «por conta alheia», é a não comunhão nos bens e no Bem comum (apetecia dizer: a excomunhão do Bem comum...) é a desencarnação da moral pessoal, posta fora da moral social, é a insociabilidade *radical* e a insegurança *potencial*.

Pensando na economia agrária e no meio rural, devemos reconhecer que nunca fomos ricos; éramos uma Nação de «remediados»; somos hoje um povo de proletários». ⁶⁸⁷ [itálicos do autor]

Doutrinariamente, a questão da proletarização tinha sido central na definição da «questão social» pela doutrina social da igreja, e voltava a ser afirmada para o mundo rural na encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI. A «desproletarização da classe rural» passou a ser âncora doutrinal da acção política da «sociologia católica», afastando-se esta dos materialismos perseguidos quer pelo liberalismo quer pelo marxismo. ⁶⁸⁸ Numa leitura histórica, Ferreira Gomes interpretava como a «abstracção da economia» tinha produzido uma terra livre e alodial que escravizava os seus servidores. Com palavras duras sobre a história recente da nação, para qualificar a proletarização extrema evidenciada na pirâmide social alentejana, o bispo do Porto usava, seguindo Eugénio Castro Caldas, o termo «monstruosidade». As palavras do agrónomo citadas pelo bispo emprestavam «autoridade eclesial às observações sociológicas» ⁶⁸⁹ e geraram fortes reacções – ora de adesão, ora de dissensão. No quadro da preocupação católica com a então designada «descristianização» do país, é então feita uma leitura sobre a «proletarização» nos campos do Alentejo, percepcionado como profunda e injustamente mente dividido, ou seja, eivado de luta de classes, o que justificava a defesa de uma repartição social da propriedade no mundo social rural do Sul por alguns reformistas agrários católicos, notavelmente por Castro Caldas. A tentativa de apaziguamento social de uma região de assalariados rurais em tensão revoltosa, politicamente estratégica, era ideologicamente justificada pelo direito (moral e legal) do indivíduo em aceder à propriedade. Se o Estado, «criador de riqueza social», tinha empregue largas quantias na beneficiação de determinado território, seria (socialmente) injusto que a mais-valia criada pela água de rega não fosse compartilhada entre aqueles que, pelo desejo e

⁶⁸⁷ Cf. António Ferreira Gomes, «Miséria Imerecida do Nosso Mundo Rural», in *Semana de Estudos Rurais* (Fátima: Organismos Agrários de Acção Católica, 1957), 140.

⁶⁸⁸ Cf. Lúcio Craveiro da Silva, «Promoção humana no meio rural», in *I Curso de Sociologia Rural* (Lisboa: ISA, 1956), 20.

⁶⁸⁹ Interpretação de Paulo Fontes na sua análise detalhada da elocução de D. António Ferreira Gomes e das suas reacções. Veja-se o sub-capítulo «Denúncia da ‘miséria imerecida do mundo rural’» em Paulo Fernando de Oliveira Fontes, *Elites Católicas em Portugal: O papel da Acção Católica (1940-1961)*, colecção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011), 745-751.

pelo trabalho, tinham o direito de ascender à condição de proprietários – os futuros colonos –, defendia-se na Assembleia Nacional⁶⁹⁰. Segundo os defensores da colonização interna, a doutrina social da igreja impedia mesmo o direito absoluto de propriedade⁶⁹¹. Estas questões foram abordadas com especial relevância em instituições e eventos da Acção Católica durante a década de cinquenta, entre os quais se destacam o I Curso de Sociologia Rural⁶⁹², organizado pela Juventude Universitária Católica em 1956, e a I Semana de Estudos Rurais, promovida pelos quatro organismos agrários da Acção Católica, em 1957. Ambas contam com a organização e participação de Castro Caldas⁶⁹³, mas também de outros defensores da colonização interna ou técnicos da JCI, como Francisco José Cortes Simões⁶⁹⁴.

Não obstante a centralidade doutrinal do catolicismo social para a reconfiguração das ideias colonizadoras dentro do desenvolvimentismo emergente, também os críticos da colonização interna tecem as suas contra-argumentações recorrendo ao argumentário da doutrina social da igreja, nomeadamente da função que a propriedade individual tinha na sociedade. Entre o «interesse do proprietário» e o «bem comum», Galvão Teles invoca a encíclica de Pio XI para justificar a sua posição em defesa «do carácter individual da instituição»; também as vantagens elencadas para a defesa da pequena propriedade são feitas em nome da *Rerum Novarum*. Em resposta aos desenvolvimentistas colonizadores, argumenta que «o incremento da produção nacional é importantíssimo, mas não poderia sacrificar-se-lhe tudo, com menosprezo de sentimentos, afectos e outras razões de ordem individual ou social, sob pena de se resvalar no materialismo. O homem não é um puro ser económico: é também espírito e alma.»⁶⁹⁵ Também Barros Correia, presidente da Junta Diocesana da Acção Católica do Porto e futuro relator de um parecer da CC profundamente crítico da colonização interna⁶⁹⁶,

⁶⁹⁰ Cf. *Diário das Sessões*, n.º 29, 11 de Fevereiro de 1954, 447.

⁶⁹¹ O direito de «acesso à propriedade», por oposição ao direito absoluto de propriedade, é extensamente fundamentado na colectânea de textos papais que a Junta de Colonização Interna coligiu e editou: *Doutrina Social Agrária: textos pontifícios* (Lisboa: JCI, 1962).

⁶⁹² O I Curso de Sociologia Rural no Instituto Superior de Agronomia surge na sequência do I Curso de Deontologia Agronómica, organizado em Março de 1954 pela JUC e pela JUCF e ministrado por Eugénio de Castro Caldas no ISA. Cf. Eugénio de Castro Caldas, «Problemas da Deontologia Agronómica», in *Modernização da Agricultura. Conferências, Palestras e Artigos* (Lisboa: Sá da Costa, 1960 [1954]); Juventude Universitária Católica, *I Curso de Sociologia Rural* (Lisboa: ISA, 1956).

⁶⁹³ Cf. Eugénio de Castro Caldas, «O progresso técnico e a Vida Rural», in *Semana dos Estudos Rurais* (Fátima: Organismos Agrários da Acção Católica, 1957), 51-60.

⁶⁹⁴ Cf. Francisco José Cortes Simões, «O desemprego rural – Alguns dos seus Aspectos», in *Semana dos Estudos Rurais* (Fátima: Organismos Agrários da Acção Católica, 1957), 103-117.

⁶⁹⁵ Galvão Teles em «Parecer 26/V...», 381.

⁶⁹⁶ Augusto Correia de Barros (relator) «Parecer n.º 29/VII. Projecto de proposta de lei n.º 510. Revisão do regime jurídico de colonização interna», *Diário das Sessões*, n.º 91, 30 de Março de 1960.

tinha tido um «desentendimento público»⁶⁹⁷ com Ferreira Gomes em torno da visão deste sobre a situação vivida no mundo rural, revelando assim várias sensibilidades dentro do meio católico.

«Conservantismo» rural e reformismo agrário, ainda que digladiando-se por opostas visões da sociedade, fazem-no ambos segundo a crença geral na importância (simbólica, ideológica, social e, sobretudo, extra-mercantil) da propriedade rural, recorrendo à doutrina social da igreja. Não obstante, se é certo que o catolicismo é invocado para justificar um amplo conjunto de tomadas de posição sobre a propriedade, não é de esquecer que os reformistas agrários foram os militantes mais destacados no apostolado leigo da Acção Social Católica. Com estes estão um conjunto de tecnocratas católicos, ou «tecnocatólicos»⁶⁹⁸, que havia pouco tempo tinham entrado para o aparelho de Estado, em particular para o Ministério das Corporações, com o objectivo de promover uma repartição mais justa da riqueza, em acordo com a doutrina social da igreja, por processos de mediação tecnológicos e científicos.

Eugénio Castro Caldas teve um lugar destacado na elaboração doutrinal de uma via colonizadora para o desenvolvimento do país. Como outros apologistas contemporâneos da modernização, considerava que a industrialização acarretava a transferência da população activa do sector da agricultura para o sector da indústria, implicando, consequentemente, uma elevação dos níveis de produtividade dos trabalhadores rurais. Nos estádios do desenvolvimento assim esboçados, que se apresentavam qual ciência da transição, havia um aspecto na sociedade portuguesa a considerar especialmente: embora as percentagens de população activa na agricultura estivessem a diminuir, com a correspondente elevação das percentagem de população activa a trabalhar na indústria, em valores absolutos a população tinha aumentado em todos os sectores⁶⁹⁹. Em meados dos anos cinquenta, a industrialização não era ainda tão forte como seria necessário para aliviar o mundo rural do dito excesso demográfico:

«[na] nossa agricultura, já vergada ao peso do sobrepovoamento rural assisti, nos [últimos] dez anos, à entrada de mais 100.000 trabalhadores que se arrumaram – e aqui está o

⁶⁹⁷ Paulo Fernando de Oliveira Fontes, *Elites Católicas em Portugal: O papel da Acção Católica (1940-1961)*, colecção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011), 750.

⁶⁹⁸ Cf. Albérico Afonso Costa Alho, *F.P.A. – A Fábrica Leccionada. Aventuras dos Tecnocatólicos no Ministério das Corporações* (Lisboa: Profedições, 2008).

⁶⁹⁹ «Em 1940, tínhamos 53% da população activa no sector primário, 24% no secundário e 23% no terciário. Em 1950, tínhamos já 49% no primário, ou seja, menos 4%; 28% no secundário (mais 4%) e o terciário mantinha-se no mesmo nível.» Eugénio de Castro Caldas, «Problemas da sociologia rural», in *Modernização da Agricultura* (Lisboa: Sá da Costa, 1960 [1956]), 76.

aspecto mais sombrio – no grupo dos assalariados, isto é, daqueles que formam a espantosa legião dos 850.000 rurais sem terra e sem previdência social.»⁷⁰⁰

Calculava Castro Caldas que para «alcançarmos a vitória na luta pela industrialização» era necessário ocorrer um êxodo agrícola que levasse à diminuição da população rural de um milhão e meio para menos de meio milhão. Procurava-se assim um «novo campo de trabalho para os rurais-vítimas do desemprego oculto ou declarado. O problema está em encontrar os necessários ritmos da expansão económica... para proceder a um novo ajustamento da vida social.»⁷⁰¹ Os «rurais-vítimas» contribuíam, por exemplo em Alcácer do Sal, para o «ambiente carregado do fermento do conflito social, que só pode ser remediado com uma profunda Reforma Agrária que, em nossa opinião, promova a instalação de empresas familiares.»⁷⁰²

Não só a elevação dos níveis de vida, mas a activa mobilidade social poderia aplacar a configuração conflitual que se desenhava nos campos do Sul, aos olhos do reformista agrário. Tratava-se de encontrar uma via alternativa para a expansão da economia capitalista – ou seja, para a dita «modernização» – em que o assalariamento (e as suas nefastas expressões do «desemprego» e «proletarização») fosse social e politicamente moderado pela introdução de uma classe média proprietária, uma «elite camponesa», numa região onde imperava a polarização social. O «desemprego» e a «proletarização», a ameaça de uma conflitualidade social aberta e a necessidade de aumento da produtividade laboral são problemas tomados conjuntamente e concorrem para a solução colonizadora. Em relação a outras técnicas de promoção da regulação social ensaiadas no quadro do corporativismo, que apostavam numa autonomização regulada do social⁷⁰³, a colonização interna era uma forma de desproletarização que actuava pela transformação das próprias relações de produção.

Se é certo que nem todo o catolicismo social apoiava uma reforma agrária, a «desproletarização» tinha-se tornado num objectivo central do reformismo social procurado pela acção recristianizadora dos campos. Outras acções desproletarizadoras, menos radicais nas

⁷⁰⁰ Castro Caldas, «Problemas da sociologia rural», in *Modernização da Agricultura...*, 78.

⁷⁰¹ Castro Caldas, «Problemas da sociologia rural», in *Modernização da Agricultura...*, 79.

⁷⁰² Castro Caldas, «Problemas da sociologia rural», in *Modernização da Agricultura...*, 80.

⁷⁰³ A necessidade de uma «desproletarização» promovida pela integração social do trabalho nas empresas bem como pela criação um sistema de protecção social nacional é defendida por Adérito Sedas Nunes em *Situação e problemas do corporativismo* (Lisboa: gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa, 1954) e analisada em Nuno Domingos, «Desproletarizar: A FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo», in *O Estado Novo em Questão*, org. Nuno Domingos e Victor Pereira, 177-179 (Lisboa: ed. 70, 2010). Sedas Nunes apoia explicitamente a solução colonizadora quando, equacionando o colectivismo agrário e o capitalismo agrário, condena ambos em favor da «difusão da empresa camponesa familiar economicamente eficiente», em *Problemas agrícolas e rurais: o aspecto doutrinal*, Separata da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, ano XI, n.º 43 (1960): 32.

suas propostas, diziam respeito ao salário digno, às cooperativas, à elevação do nível cultural e técnico do agricultor, a campanhas de alfabetização, ao crédito agrícola. Mesmo entre estes católicos sociais politicamente mais cautelosos nas suas reformas sociais, é inequívoca a centralidade da posse de terra enquanto factor de melhoria das condições de vida, autonomia económica, segurança social e coesão política:

«A grande aspiração, o sonho fundo que alimenta todo o agricultor, ainda quando não se atreve a aflorá-lo aos lábios, é o desejo de possuir um pedaço de terra e de chamar sua à leiva onde enterra a enxada e onde mete o sulco do arado. Por isso o empenho de todos os que lamentamos a situação proletária do homem do campo e encaramos de frente a possibilidade da sua desproletarização é também esta: a de poder libertá-lo dos estigmas desse anseio insatisfeito dando-lhe a posse da terra que cultiva. *É que todo o proprietário vive mais empenhado no seu trabalho, liberta-se de uma dependência excessiva, sente-se seguro na vida, governa o presente e o futuro da sua família à medida das suas aspirações, é livre na terra.*»⁷⁰⁴ [itálicos meus]

Acima de tudo, a posse de terra seria propiciadora de liberdade. A instituição da propriedade privada como forma de desproletarização, no âmbito dos ideais colonizadores propagandeados na conjuntura das condições de vida rural do Sul português dos anos cinquenta, é explicitada por aqueles que desconfiam da própria solução colonizadora:

«Embora a solução ideal fosse a de que cada lavrador possuísse um património com o qual resolvesse as dificuldades provenientes das doenças, da invalidez do desemprego, da velhice, contudo reconhecemos que para já este ideal é inatingível e, dado o presente crescimento da população, torna-se ainda menos realizável. Por isso, a instituição dos seguros sociais, dos subsídios e abonos familiares deve ser instituída, mantida, incrementada e, onde a sua eficiência for deficiente, deve ser corrigida.»⁷⁰⁵

Num país sem protecções sociais do Estado para o mundo rural, a propriedade individual da terra teria, doutrinariamente, funções securizantes⁷⁰⁶. O regime foi avesso às

⁷⁰⁴ Cf. Lúcio Craveiro da Silva, «Promoção humana no meio rural», in *I Curso de Sociologia Rural* (Lisboa: ISA, 1956), 24.

⁷⁰⁵ Cf. Craveiro da Silva, «Promoção humana no meio rural», in *I Curso de Sociologia Rural...*, 25.

⁷⁰⁶ Robert Castel escreve sobre a política de acesso à propriedade como forma de segurança (social) na França bonapartista e as suas continuidades nas aspirações de “regresso à terra” elaboradas por Frederic Le Play e outros reformistas sociais da III República francesa na sua longa narrativa sobre a formação do salariado. Na verdade, o autor situa as propostas de acesso à propriedade em contra-corrente face à emergência de um salariado “desfiliado” – sem propriedade – do capitalismo que teria no Estado Social o garante da sua segurança. Partindo da noção de “propriedade-segurança”, o autor integra a criação das protecções sociais – significativamente designadas de “propriedade social” – no processo de construção dos Estados Sociais. Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat* (Paris: Gallimard, 1995), 488 e ss.

políticas sociais e à ideia de um Estado-providência universais, uma vez que considerava que os riscos sociais deveriam ser geridos pela família e pela caridade cristã⁷⁰⁷. Com a terra como um eixo estruturador da ordem social rural, ordem que se queria manter, o Estado acciona uma protecção social que em tudo contrasta com a cidadania e o cálculo distributivo do Estado-providência. Perante as carências sociais e a instabilidade política dos assalariados agrícolas do Sul, o regime parece ter concebido uma política social de promoção da propriedade privada da terra como forma de providenciar às populações rurais a protecção de que careciam face à insegurança do regime salarial. A solução colonizadora preparada para o I Plano de Fomento, e que era ainda válida em 1956, visava responder a este problema conjuntural e assim construir uma via para o desenvolvimento que não descurasse a sociedade rural do Sul. Ao longo da década de cinquenta, o projecto de colonização interna na sua versão desenvolvimentista foi ganhando novos contornos que lhe deram uma sustentação económica mais consistente do que a presente no I Plano de Fomento e o debate em torno da lei de fomento hidroagrícola, de 1954, de cariz mais afirmadamente social-ideológico, como temos vindo a argumentar.

Não obstante, esclareça-se que estas divisões entre as racionalidades ora mais ideológicas, ora mais sociais, ora mais económicas, das ideias de colonização interna são sobretudo estratégias analíticas para entendimento de um fenómeno que é, essencialmente, do domínio de uma economia do «bem comum». Cedo afirmava Castro Caldas que

«Como objectivo fundamental ou talvez exclusivo da política de fomento, considero o firme e inabalável propósito de construir o «bem-comum», através do fortalecimento da base material em que possa apoiar-se o aperfeiçoamento espiritual e a salvaguarda da dignidade humana».⁷⁰⁸

Na preparação do II Plano de Fomento⁷⁰⁹, quando o plano colonizador fazia já parte de um discurso desenvolvimentista de base industrial mais sustentado, Castro Caldas e os restantes reformistas agrários defendiam que a elevação da produtividade dos trabalhadores rurais fosse acompanhada também de uma elevação dos seus níveis de vida de forma a que estes pudessem constituir-se como um mercado consumidor dos nóveis produtos da industrialização, e assim

⁷⁰⁷ Cf. Victor Pereira, «Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal», *Análise Social*, vol. XLIV (192) (2009), 471-510.

⁷⁰⁸ Cf. Eugénio de Castro Caldas, «Problemas da Agricultura na Política de Fomento Nacional», in *Modernização da Agricultura* (Lisboa: Sá da Costa, 1960 [1952]), 11.

⁷⁰⁹ Eugénio Castro Caldas, «Industrialização e agricultura», *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 18 (1957): 165.

estimulando os elos de inter-dependência entre agricultura e indústria⁷¹⁰. Era já outra a orientação económica, distante da auto-suficiência presente nos projectos de colonização da Idanha (1951) e da Gafanha II (1954)⁷¹¹. Planear empresas agrícolas resultantes do processo colonizador enquanto «centros de consumo de produtos industrializados»⁷¹² era uma forma de industrialização da agricultura. A reestruturação agrária do país, em que o parcelamento das grandes explorações agrícolas que dominavam os distritos do Alentejo, Ribatejo e Beira Interior seria acompanhada pelo emparcelamento das diminutas parcelas economicamente inviáveis típicas dos distritos do Nordeste, devia dar azo a empresas agrícolas médias equilibradas, devidamente motorizadas e mecanizadas, que assegurassem o necessário aumento da produtividade agrícola – e assim favorecessem um desenvolvimento industrial que fosse sustentado numa próspera sociedade rural. A «exploração agrícola familiar» estava no centro de uma economia rural moderna, sustentada pelos estudos científicos agrónomicos que determinavam ser esta a unidade económica que permitia uma maior intensificação cultural em regime de regadio e a dimensão e a forma de organização trabalho – familiar – mais adequada à doutrina social da Igreja⁷¹³. O «milagre das estruturas agrárias equilibradas» parecia longe, mas era o horizonte de chegada de uma utopia rural do Sul povoado por uma «elite camponesa»:

«Não vemos alastrar no Sul a obra há muito interrompida da colonização do território (...) § Não vemos alastrar, nem sequer às novas áreas beneficiadas pelas obras de fomento hidro-agrícola, o segredo que permite aos homens livres melhorar a Terra, construir um Lar, plantar sempre mais uma Árvore, aguardar confiadamente o nascer de um Filho e ter na Alma e nos lábios, em vez de uma revolta, uma Oração: o milagre das estruturas agrárias equilibradas.»⁷¹⁴

Mais tarde, na década de sessenta, quando os campos do Sul se começaram a esvaziar com as grandes migrações para os centros industriais que se formavam em torno das cidades de Lisboa e Setúbal, os agrónomos da JCI e do recém-constituído Centro de Estudos de Economia Agrária continuariam a defender a multiplicação das explorações médias e, agora, da economia

⁷¹⁰ Castro Caldas, «Industrialização e agricultura», *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 18 (1957): 165. Sobre o designado «projecto industrialista» de colonização interna, e a sua elaboração doutrinal por Eugénio Castro Caldas, ver Baptista, «Dos projectos de colonização interna ao capitalismo agrário...», 36-39.

⁷¹¹ Ver parte VII sobre a concepção e instalação das colónias agrícolas.

⁷¹² Castro Caldas, «Industrialização e agricultura», *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 18 (1957): 165.

⁷¹³ É sob o signo da defesa e fundamento da «exploração agrícola familiar» que se organizam os textos pontifícios que a Junta de Colonização Interna coligiu e editou, com a ajuda vários sacerdotes, a quem agradece: Junta de Colonização Interna, *Doutrina Social Agrária: textos pontifícios* (Lisboa: JCI, 1962).

⁷¹⁴ Cf. Eugénio de Castro Caldas, «Problemas da deontologia agrónómica», in *Modernização da Agricultura* (Lisboa: Sá da Costa, 1960 [1954]), 55.

de grupo no processo de modernização.⁷¹⁵ Debatida e considerada dentro das esferas decisórias do Estado, esta via para o desenvolvimento acabou por não ser adoptada. A política estatal de gestão populacional, oficiosamente, quando não oficialmente, que impulsionava (mesmo que ambigualmente, consoante os níveis da administração estatal) as migrações para as cidades portuguesas, apoiava uma forma de industrialização que, considerava o governo e o grupo dos industrialistas, não se poderia fazer sem um êxodo rural massivo. Longe de ser um obstáculo, estes reformistas agrários continuaram a acreditar pelos anos sessenta adentro que uma elevada percentagem de população activa agrícola era necessária à modernização da agricultura.

Ao longo dos anos cinquenta, o problema da produtividade da mão-de-obra rural⁷¹⁶ não deve ser assim considerado como um mero problema do processo de modernização agrícola. A colonização interna – enquanto parte da reestruturação agrária – estava assente num entendimento de desenvolvimento para o país que tinha a sociedade rural como parte central do seu plano. Castro Caldas baseia o desenvolvimentismo rural numa leitura dual do país, dividido entre o rural e o urbano, uma conceptualização comum a uma ciência social emergente que tinha em Adérito Sedas Nunes a sua figura de proa. No reformismo agrário, a passagem da centralidade atribuída à produtividade da terra para a produtividade do trabalho não traduzia apenas uma mudança de indicadores económicos na aferição e planeamento do processo de industrialização. A centralidade da figura do trabalhador⁷¹⁷ era comum a outros discursos desenvolvimentistas que assentavam a modernização do país na elevação dos índices e produtividade laboral. O discurso desenvolvimentista rural colonizador tinha como singularidade ideológica uma concepção precisa de mundo rural como essencial ao futuro da sociedade portuguesa. Sem se confundir com o bucolismo ruralista, o ruralismo modernizador de Castro Caldas e outros reformistas agrários era um discurso humanista católico, que tinha a família enquanto célula social mínima e a propriedade enquanto repositório de virtudes morais. Não era só de elevação da produtividade da mão-de-obra agrícola que se tratava, como se os seres humanos fossem meros instrumentos de uma modernidade económica planeada; a modernidade rural de Castro Caldas estava centrada numa concepção de homem (e de mulher e de família) que existia dentro de relações de produção que unissem inextricavelmente família

⁷¹⁵ Ver Dulce Freire, «Entre sequeiro e regadio...», 11-12.

⁷¹⁶ Sobre a centralidade da noção de produtividade (laboral) veja-se a conferência de 1957 «Produtividade, eficiência e automação na agricultura» em Eugénio Castro Caldas, *Modernização da Agricultura* (Lisboa: Sá da Costa, 1960 [1957]).

⁷¹⁷ Sobre a configuração do trabalhador no pós-II Guerra Mundial, ver José Nuno Matos, *O operário em construção: do empregado ao precário* (Lisboa: Le Monde Diplomatique/Deriva, 2015).

e propriedade em empresas agrícolas modernas.⁷¹⁸ Avisava que «ao estabelecerem-se as bases dos grandes planos de fomento económico, quantas vezes tem sido esquecido que há viragens da História em que mais interessa criar Homens do que produzir, apenas, subsistências.»⁷¹⁹ A noção de perfectibilidade do ser humano da pastoral católica servia os propósitos de adestramento do novo trabalhador rural idealizado, o ideal empresário autónomo e responsável, da economia moderna. «Cultivai-vos como trabalhadores», mandava Pio XII.⁷²⁰ Também em Itália, os ideais de justiça social dos católicos não foram estranhos à política de repartição da terra ensaiada pela democracia-cristã do pós-guerra, que tinha inscrito tal orientação na sua carta constitucional⁷²¹; em Espanha, o catolicismo social, conjugado com a ideologia agrarista falangista, tinha sido essencial à definição do projecto colonizador franquista desde a sua formação⁷²². Em Portugal, foi preciso chegar à década de cinquenta para que o catolicismo social fosse, e agora inequivocamente, o substrato ideológico do desenvolvimentismo colonizador.

Os debates políticos em torno da colonização interna nos primeiros meses de 1954 saldaram-se por uma manifesta frustração das expectativas colonizadoras reformistas. A lei aprovada apartou a colonização do fomento hidráulico, considerando que as vantagens sociais colonizadoras («demo-agrológicas») deveriam ser distinguidas dos objectivos produtivistas da rega («agro-económicos»⁷²³). Assim, as virtudes «sociais» da colonização poderiam ser cumpridas pela colonização espontânea ou dirigida pelos próprios grandes proprietários que tinham visto as suas terras beneficentemente irrigadas. A solução colonizadora recomendada pela Câmara Corporativa e finalmente legislada encontrou na lei espanhola de 1949 a sua inspiração directa. O proprietário das terras irrigadas podia reservar todas as propriedades compreendidas dentro dos perímetros de colonização, arrendar ou dar de parceria e tinha cinco anos para adaptar o cultivo ao regadio – só em caso de não cumprimento as terras seriam expropriadas. Ao mesmo tempo que os grandes proprietários eram consagrados como as únicas autoridades

⁷¹⁸ No II Curso de Sociologia Rural, organizado pela J.U.C e J.U.C.F. no ISA, a comunicação de Eugénio de Castro Caldas intitulava-se «A família, um dos fundamentos sociais da reorganização agrária», publicada in *Modernização da agricultura* (Lisboa: Sá da Costa, 1960 [1959]), 239-260.

⁷¹⁹ Castro Caldas, «Problemas da sociologia rural», in *Modernização da Agricultura...*, 106.

⁷²⁰ Palavras de Pio XII em «Deveres da sociedade, deveres da lavoura», in *Doutrina Social da Igreja* (Lisboa: JCI, 1962 [1957]), 53.

⁷²¹ Congratulava-se Pio XII que uma «*reforma agrária*» estivesse na ordem do dia em Itália, em «Realizações Concretas», in *Doutrina Social Agrária: textos pontificios* (Lisboa: JCI, 1962 [1957]), 73.

⁷²² Cf. Alares López, «El vivero eterno de la esencia española...»; Gómez Benito, *Políticos, burócratas y expertos*, 52-62.

⁷²³ Aconselhava Pinto Veloso que «não se faça a fusão genérica dos problemas da rega com os de colonização oficial, aqueles essencialmente agro-económicos, estes essencialmente agro-demológicos», divisão já sugerida no parecer sobre o plano hidráulico de 1938. A versão final aprovada da lei n.º 2072, de 1954, seguiu justamente este preceito enunciado na Câmara Corporativa Cf. Afonso Melo de Pinto Veloso (relator), «Parecer n.º 3/VI....».

responsáveis para comandar a modernização dos processos produtivos trazidos pelo fomento hidroagrícola, a nova legislação incorpora novos elementos de ordenamento rural, estabelecendo «perímetros de colonização» e os «planos gerais de colonização» (à semelhança de Espanha e Itália), que só foram elaborados para a região da Gafanha. O Estado confiava aos proprietários a colonização das zonas beneficiadas através do parcelamento por eles executado, de acordo com os projectos elaborados pela JCI, facultando os capitais indispensáveis à instalação das novas explorações agrícolas familiares, que seriam aforadas ou simplesmente arrendadas ou dadas de parceria. O Estado eximia-se assim de controlar a transformação social, dirigindo as relações sociais num processo de campesinação, ao mesmo tempo que multiplicava os instrumentos de intervenção territorial. Os grandes proprietários das regiões irrigadas continuaram a ser as autoridades principais na fortemente hierarquizada estrutura social rural, e o processo de aproveitamento económico e transformação social ficou na dependência das suas vontades.

6 Conclusões

Esteio moral da nação e do regime, o «mundo rural» não podia perecer. Com a colonização do Alentejo, imagina-se o «mundo das aldeias» não pelos serviços de propaganda do SNI, que idealizam um Portugal rural inexistente, ocultando as condições de vida miseráveis uma e outra vez sociografadas pelos engenheiros agrónomos desde a década de quarenta, mas sim um mundo rural assente numa dignidade e honradez moral, seguindo os preceitos católicos, e cujas condições de vida, sem protecções sociais do Estado, apenas poderiam advir quando as populações fossem furtadas aos imprevistos e indignidades do assalariamento proletarizador. Os níveis de vida, a higiene, a educação, as condições de trabalho, enfim, o conjunto de dimensões cujos índices aferiam a moderna concepção de desenvolvimento apenas poderiam ser assegurados pelo acesso à propriedade da terra, obtido pela parcelarização do Alentejo. Durante a década de cinquenta, num momento em que se começa a questionar a essencialidade rural da nação, e a partir de uma histórica oposição ideológica entre campo e cidade, imagina-se um projecto de desproletarização/campesinação que transformaria as relações sociais do Sul em revolta, promovendo uma ideia de modernidade social alternativa ao moderno regime do assalariamento, típico das relações sociais do capitalismo mas desfilador⁷²⁴ da comunidade,

⁷²⁴ A «desfiliação» é uma noção avançada por Robert Castel para designar os inúteis, os excluídos, os vulneráveis sociais e inadaptáveis, residuais, banidos, rejeitados, em suma, à margem do crescimento económico, embora para um contexto diferente (dissolução do Estado do Bem Estar). Apropria-se aqui a noção para designar o processo de exclusão social e oposição política das populações em situação de desenvolvimento económico que não

ameaça tanto mais importante para um Estado autoritário. No limite doutrinal, uma «utopia camponesa», baseada na crença na superioridade da propriedade plena da terra, com raízes no ideal proprietista republicano⁷²⁵, e com recente sustentação e legitimidade ideológica no catolicismo social. A projecção imperial em Angola e Moçambique desse imaginário camponês permite entender de que forma as racionalidades colonizadoras circularam mesmo quando sem consequências no aparelho administrativo de um Estado que se afirmava como pluricontinental. Na viragem para a década de sessenta, apenas a propriedade da terra poderia dar segurança num país em que os trabalhadores agrícolas não tinham sido tocados pelo Estado do bem-estar europeu do Pós- II Guerra Mundial.

Pensada enquanto projecto societal do Estado, a história da colonização interna foi também a história do «económico» e do «social», qualificativos que designam simultaneamente as racionalidades, os objectivos e as áreas de intervenção das políticas de Estado. Sobre o «económico», discutia-se se era ou não (ou até que ponto) imprescindível à construção da economia política moderna a colonização do Alentejo com empresas agrícolas familiares por forma a que se maximizassem os rendimentos económicos das obras de hidráulica agrícola. Esta questão debatida a partir dos saberes económicos, que racionalizavam a acção de Estado, foi retomada por uma historiografia económica que aceitou, em parte, os termos do debate sobre a imprescindibilidade, ou não, de uma reforma agrária para o desenvolvimento económico. Sobre o «social», discutia-se de que forma se poderia elevar os níveis de vida das populações rurais, numa altura em que Portugal se começava decididamente a industrializar. Para algumas figuras de Estado, o Portugal industrial era ideologicamente inconcebível sem um mundo rural forte. A forma que tomaria a projecção política desse mundo rural no Alentejo estava em questão desde a viragem dos anos cinquenta. O fenómeno de crescimento populacional numa altura em que não se entreviam, nem se desejavam, as hipóteses emigratórias do alentejano de potencialmente revolta para o milagre económico além-Pirinéus, tornava premente uma solução de Estado. Não uma, mas pelo menos duas, assalariadora ou campesinadora, oriundas, respectivamente, do Ministério das Obras Públicas e do Ministério da Economia, como se verá no capítulo seguinte.

A história das políticas de colonização interna durante a década de cinquenta pode ser assim também lida como parte da história do processo de compartimentação e autonomização do «económico» e do «social» enquanto campos epistémicos constituídos que ajudaram a justificar e legitimar tecnicamente os meios e os fins das acções de Estado. Constituídas

conheceram sequer o Estado Social. Castel, *Les metamorphoses de la question sociale*.

⁷²⁵ Ramos, «Oliveira Martins e a Ética Republicana».

enquanto campos de intervenção estatal, a «economia» (objectivada e aferida através de séries quantitativas, em particularmente as do PIB, essenciais para o I plano de fomento, como as dos PIBs regionais foram para o planeamento regional da agricultura do II Plano de Fomento) e a «sociedade» (por exemplo, percepcionada e objectivada pelas formas de conhecimento estatal do desemprego rural sazonal) foram também terrenos para projectar as visões de Estado, neste caso sobre o Alentejo. Nesta narrativa argumentada, procurou-se assim escapar a uma caracterização das políticas de colonização interna tendo por base as razões e objectivos ora mais «sociais», porque dirigidas à repartição da terra, à semelhança da II República espanhola, ora mais «económicas», ou seja, técnico-produtivistas, próprios da colonização agrária franquista, que marcaram a historiografia da Espanha contemporânea. Quando se concebem os fundamentos da proposta de colonização interna no âmbito de uma economia do «bem comum», presente já no memorialismo do século XVIII, a tentativa de apartamento das razões económicas e sociais da colonização falha em entender esta proposta enquanto «economia moral».

Ao longo da década de cinquenta do século XX, emerge uma configuração específica das ideias colonizadoras que as fundamentou de forma mais consistente tendo em conta as necessidades de extensão da economia de mercado, mas que esteve em igual medida apostada em promover uma forma específica relações sociais, a campesinação, se não subtraída, pelo menos, protegida da sociedade de mercado. Trata-se aqui, portanto, de interpretar a colonização interna enquanto proposta política de economia encrustada, em que as relações sociais de produção não estivessem absolutamente subsumidas às lógicas e estratégias de mercado. Os conceitos e interpretações de Karl Polanyi⁷²⁶ para pensar a «grande transformação» são bastante sugestivos para interpretar as propostas colonizadoras: é da recusa em separar o «económico» do «social» que se baseiam as ideias de parcelamento do Alentejo de Eugénio de Castro Caldas e do catolicismo social, projectando uma sociedade rural onde a terra e o trabalho não fossem apenas mercadorias (fictícias) que flutuariam ao sabor imprevisto (e injusto) dos mercados. Em movimento de reacção contra o expansionismo das relações mercantis a todas as áreas da vida, as ideias de colonização do Alentejo por empresas agrícolas familiares desproletarizariam as relações de produção de uma parte da região, mesmo que muito reduzida, ao mesmo tempo que aumentariam a produtividade agrícola (pela motorização e mecanização) sem agravar os problemas de desemprego rural cíclico (endémico às culturas de sequeiro e que se tinham agravado nos novos regadios de arroz). O trabalho e a natureza (a terra) eram, na proposta

⁷²⁶ Cf. Karl Polanyi, *A Grande Transformação* (Lisboa: Ed. 70, 2012).

colonizadora, reincrustados na sociedade, articulados, mas sempre em semi-autonomia em relação aos mecanismos da oferta e da procura. Os mercados do trabalho e da terra estavam havia décadas sedimentados nas relações sociais no Alentejo, mas a extensão era tal que os tornara, pelas suas consequências, nomeadamente em relação aos movimentos sociais, social e politicamente desestabilizador da ordem política. O desemprego rural cíclico e as altas rendas da propriedade rural que se elevavam a níveis inéditos na viragem para a década de cinquenta, como diagnosticavam os próprios técnicos do Estado, numa altura em que os objectivos de elevação nível de vida entravam para as racionalidades de governo, justificavam um movimento de protecção social ensaiado pela proposta colonizadora. Havia que, pelo menos, desmercantilizar uma parte, mesmo que diminuta, do trabalho e da terra do Alentejo em que se lançavam as grandes obras hidráulicas que abertamente privilegiavam esta região.

CAPÍTULO VI

A COLONIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTISMO RURAL

Renascida a colonização hidráulica quando a preocupação com a fixação da população rural em crescimento e o desemprego rural do Sul se torna um problema de Estado, durante a década de cinquenta a proposta colonizadora foi sendo doutrinariamente reconfigurada nos princípios do desenvolvimentismo rural que por esta altura marcava a boa governação da Europa do pós-guerra. Como se viu na discussão do I Plano de Fomento, no início da década o etapismo das teorias da modernização ainda não era doutrina de Estado, e havia ainda a procura, da parte dos decisores políticos, de uma alternativa portuguesa ao desenvolvimento que possibilitasse não só a manutenção de uma «sociedade rural» mas também de um forte peso da agricultura no PIB. Em finais da década, a preparação do II Plano de Fomento (1959-1964) traduziu já um outro entendimento do problema da melhor gestão das populações excedentárias da agricultura: durante o inevitável processo de modernização em curso, procurava-se um mecanismo político que pudesse responder ao problema da transição, que se via inelutável, de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial e urbana, implicando migrações populacionais. O desenvolvimentismo rural planeado incorporava então explicitamente como meta a «resolução específica dos problemas de emprego, nomeadamente a eliminação do desemprego ou subemprego em zonas sobrepovoadas ou de fraca absorção de mão-de-obra»⁷²⁷. A colonização interna passou a ser concebida por parte do Estado como um instrumento de uma política de desenvolvimento rural que procurava, simultaneamente, aumentar os níveis de produtividade do trabalho agrícola e assim transferir mão-de-obra agrícola para as indústrias emergentes, e aumentar o nível de vida às populações rurais para que estas pudessem se constituir como mercado interno consumidor dos produtos industrializados.

Longe de entender esta política enquanto implementação de uma ideologia pré-determinada pelo Estado, este capítulo procurará delinear o processo de formação e negociação das vias para o desenvolvimento rural, acentuando como as ideias desenvolvimentistas rurais colonizadoras tentaram responder a um só tempo a imperativos desenvolvimentistas e de bem-estar social, bem como securitários. Na primeira secção do capítulo, analisar-se-á como na segunda metade dos anos cinquenta, a percepção estatal de um «problema social» no Alentejo levou a respostas institucionais diversas por parte do Estado, através da JCI e da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo, que o evidenciam como um actor institucional

⁷²⁷ Cf. Presidência do Conselho. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. I) Estudos gerais* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1958), 16.

que albergou várias, opostas e concorrenciais formas de actuação face aos ditos problemas da «modernização». Na segunda secção, procurar-se-á acompanhar, a partir da intervenção de vários actores institucionais, o longo e atribulado processo de revisão do regime jurídico de colonização interna (1959-1962) que permitirá entender como é que o repertório das soluções de colonização interna, formuladas havia décadas se reconfigurou para fazer parte das políticas de desenvolvimento rural do Estado Novo, e foi finalmente abandonado. Nesta longa secção, procurar-se-á acompanhar a conturbada história da ideia de colonização do Alentejo em dois planos, interconectados: por um lado, enquanto política considerada, defendida, debatida e, finalmente, abandonada dentro da esfera governativa, centro de poder essencial ao Estado autoritário, relacionando-a com as actividades do aparelho administrativo do Estado (JCI) e outras esferas de acção política (Assembleia Nacional e movimentos sociais rurais); por outro lado, enquanto fenómeno transnacional, com saberes e agentes que circulam sobretudo entre Portugal, Espanha e Itália, enquadrando ainda a reforma agrária do Alentejo como parte das relações externas de Portugal no contexto da Guerra Fria.

1 A «psicose alentejana» e o Estado que a pensa

Já conhecido, durante a década de cinquenta, o problema do desemprego rural no Alentejo agrava-se.⁷²⁸ Por «problema do desemprego rural» quer-se duplamente designar a descrição histórica das relações sociais no Alentejo neste período e a forma como o Estado pensou e categorizou esse «problema» como uma das principais características do espaço rural alentejano. As baixíssimas taxas de desemprego nacional (entre 2 e 4%) calculadas por historiadores económicos para o período do Estado Novo assentam numa conceptualização do trabalho que exclui o trabalho sazonal ou o trabalho doméstico das longas séries estatísticas em que se apoiam para escrever a história do trabalho – e não parecem conseguir traduzir este fenómeno regional.⁷²⁹ O trabalho sazonal é característico da actividade agrícola, sobretudo nos casos, como no Alentejo, em que a exploração extensiva do solo em culturas de sequeiro exige uma intensa actividade agrícola em determinadas alturas do ano para a realização de certas operações (ceifa, apanha da azeitona), e impõe aos trabalhos do campo longas paragens, de

⁷²⁸ Cf. José Pacheco Pereira, *Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal* (Mem-Martins: Publicações Europa-América, s./d.).

⁷²⁹ Estas limitações no cálculo das taxas de desemprego são apontadas precisamente por Luciano Amaral que assenta o seu trabalho na construção de longas séries estatísticas sobre o trabalho, embora daquelas ausências não tire ilações que coloquem em causa as conclusões gerais. Ver Luciano Amaral, «O trabalho», in *História Económica de Portugal (1700-2000)*, org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. III, *O Século XX* (Lisboa: ICS, 2005), 85-88.

duração variável, devido à imprevisibilidade meteorológica. A concentração de pessoas na região exigida para as grandes operações agrícolas impunha portanto, igualmente, longos períodos de dita «inactividade forçada», tanto mais graves numa região com poucas outras actividades económicas. Assim, o cálculo de taxas de desemprego em Portugal, sobretudo para o Alentejo, que não tenha em conta as condições de produção específicas arriscar-se-á a traduzir de forma bastante lacunar a história das relações laborais num país onde a agricultura tinha um peso decisivo nas relações sociais.

Se a conceptualização de um problema social do Alentejo, associado ao desemprego sazonal, mais tarde designado de subemprego, escapa à historiografia económica, tem sido pontualmente referenciada por uma outra corrente historiográfica, voltada para os grandes movimentos sociais com conflitualidade aberta (como a morte da trabalhadora rural Catarina Eufémia, em 1954, e a greve das 8 horas de trabalho, em 1962). Os estudos sobre a crescente mobilização dos assalariados agrícolas para as actividades de oposição clandestinas no PCP durante a década dão a dimensão de um descontentamento social que crescia e se manifestava em torno do «desemprego».⁷³⁰ Esta historiografia social, por seu turno, tem-se centrado sobre a dimensão repressiva do Estado Novo perante as lutas sociais dos campos do Sul.

Porém, o Estado, para além das suas funções abertamente repressivas, protagonizadas pela GNR, centrais na definição e vivência histórica do regime autoritário, combinou em si várias outras racionalidades de actuação, procedimentos e objectivos para o espaço rural, cumpridas através das suas várias instituições, que expressam o entendimento estatal sobre as relações sociais no Alentejo à altura. Nesta percepção inclui-se a colonização interna proposta e defendida pela JCI e alguns outros actores estatais durante a década de cinquenta enquanto política, ou seja, uma técnica de intervenção estatal destinada a transformar as relações de produção agrícola, transformando uma agricultura de sequeiro em regadio que, assim, exigiria trabalho agrícola bem distribuído ao longo do ano.⁷³¹ A par da colonização interna, surgem ainda outras respostas estatais para dar conta deste problema social crescente – respostas de carácter pontual que tomam agora uma amplitude inédita. Se desde a década de trinta, com a criação do Comissariado do Desemprego, o Estado usa a política de obras públicas como forma de atender ao desemprego sazonal nos meios rurais, na década de cinquenta desenha meios

⁷³⁰ Na região de grande propriedade do Couço, embora nos limites do Alentejo, veja-se a centralidade do desemprego cíclico para a politização dos trabalhadores rurais na etnografia realizada por Paula Godinho, *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, tese de doutoramento em Antropologia (Lisboa: FCSH-UNL, 1998).

⁷³¹ Foi a noção de exploração agrícola equilibrada dos agrónomos que justificou uma das disposições mais contestadas em 1954 – a expropriação de terras de sequeiro, contíguas ao regadio – e que foi finalmente abandonada na redacção final da lei.

institucionais para acudir, regionalmente, ao problema. Assim, o Estado não só constitui e designa o desemprego sazonal agrícola enquanto o «problema social» do Alentejo, a partir de vários organismos, como o institucionaliza enquanto tal dentro da administração do Estado, com a criação da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo (CCOPA).

Em 1960, o Alentejo parecia ter demasiada gente – e não ter gente suficiente. Nesse ano, havia cerca de um milhão e 400 mil pessoas a trabalhar na agricultura em Portugal; apenas menos 100 mil pessoas do que dez anos antes.⁷³² A quebra acentuada e decisiva nos valores absolutos e na percentagem de «activos agrícolas» em relação à população activa nacional ocorreu apenas durante a década de sessenta – de 49% em 1950 passa para 42% em 1960 e cai abruptamente para 26% em 1970.⁷³³ Se no restante país rural a população agrícola tinha já começado a diminuir por via das migrações, no Alentejo a população pouco diminuiu entre 1950 e 1960 – durante a década, a região esteve habitada por cerca de 800 mil pessoas, sendo que 225 550 dessas pessoas tinham profissão na agricultura⁷³⁴. Assim, de acordo com os Censos de 1950, no Alentejo quase 70 % das pessoas trabalhavam na agricultura e, entre estas, quase 90% era trabalhadora assalariada. Quanto ao desemprego rural, são os próprios serviços de Estado que afirmam não possuir dados fiáveis e advogam a necessidade de averiguar as razões da «acentuada incongruência entre os elementos estatísticos sobre o desemprego rural provindos das diversas origens responsáveis» e a necessidade de «reunir elementos que permitam seguir a evolução das crises e, assim, medir a eficiência dos planos postos em prática e permitir a todo o tempo a sua adaptação às circunstâncias reais verificadas».⁷³⁵ Em 1960 – ainda antes de serem conhecidos os resultados do novo censo – os técnicos estatais encarregados de administrar a mão-de-obra no Alentejo acreditavam que esta pirâmide social não se tinha alterado durante a década. Ou seja, o trabalho agrícola – e o consequente desemprego cíclico – foi central para o entendimento estatal das relações sociais no Alentejo durante a década de cinquenta, numa altura em que a previsão para a sua alteração, através do êxodo rural, não parecia nem previsível nem desejável.

⁷³² Laura Larcher Graça, «Política Agrícola», in *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 7, Suplemento A/E (Porto: Figueirinhas, 1999), 66.

⁷³³ Fernando Brito Soares, «A agricultura», in *História Económica de Portugal (1700-2000)*, org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. III, *O Século XX* (Lisboa: ICS, 2005), 162.

⁷³⁴ Os dados citados no relatório indicam como população residente no Alentejo, em 1950, 802547 habitantes e, em 1960, de 788 514 habitantes. Assim, de acordo com os resultados prováveis do Censo de 1960, entre 1950 e 1960 os técnicos da CCOPA previam uma diminuição da população de cerca de 1,75% no Alentejo, embora previssessem a manutenção da distribuição da população activa com profissão pelas diversas actividades económicas. Cf. Ministério das Obras Públicas. Comissariado do Desemprego, *Quarto Relatório da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo* (Lisboa, 1962), 26.

⁷³⁵ Despacho da Comissão de estudo das crises de Trabalho Rural no Alentejo, de 1955.

Se o desemprego cíclico era central para o entendimento estatal das relações sociais no Alentejo, as diferentes instituições estatais constroem diferentemente o fenómeno e assim, também, delimitam distintamente as suas possibilidades de intervenção. Compare-se a compreensão do fenómeno elaborado em «O problema do Desemprego Rural no Alentejo»⁷³⁶, de 1957, a partir do Ministério das Obras Públicas (através da CCOPA), com o relatório *Causas Fundamentais do Desemprego no Alentejo*⁷³⁷, elaborado pelos agrónomos da JCI, em 1959. Uma cultura comum justifica que ambos situem o problema do desemprego rural alentejano no percurso histórico que transformou as relações de produção agrícola na região em meados do século XIX, em particular com a extensificação da cultura do trigo aprofundada pelas leis protecionistas de finais do século XIX e depois pela Campanha do Trigo. Os agrónomos da JCI centram o seu discurso explicativo das «causas fundamentais» das crises de trabalho na existente estrutura agrária existente e no regime de exploração agrícola que lhe corresponde: ao desequilíbrio da estrutura agrária junta-se o deficiente e, por vezes, o inadequado ordenamento cultural. A estas causas históricas apunha-se conjunturalmente o escasso aproveitamento económico-social das grandes obras de rega realizadas pelo Estado, as formas de exploração da terra desequilibradas ou injustas, uma deficiente assistência técnica-económica à lavoura e uma política errada de mecanização das explorações.

Os serviços dependentes do Ministério das Obras Públicas atribuem também um peso central à extensificação da cultura do trigo na explicação da emergência do desemprego cíclico desde meados do século XIX, atendendo às transformações históricas das formas de trabalho, que substituíram os «assoldados ao ano» pelos simples jornaleiros sujeitos às flutuações do mercado do trabalho, causa maior a que juntam o processo de mecanização, a concorrência da maquinofactura, o injusto regime de arrendamentos e o progressivo desaparecimento dos seareiros. Narrativas semelhantes, embora com nuances, condicionam, contudo, as diferentes propostas de intervenção: a cerealicultura de sequeiro é vista como a causa primordial de todos os problemas do Alentejo (ou melhor, aquela que se pode alterar, ao contrário das «causas naturais», como o aumento populacional) mas, para uns, o problema situa-se na falta de diversificação das formas de trabalho (por exemplo, através da indústria, comércio, ou das obras públicas), enquanto, para outros, reside nas altas taxas de assalariamento rural. A JCI preconiza, em acordo com aquele diagnóstico, uma ampla reorganização agrária, que incluísse uma

⁷³⁶ Cf. Ministério das Obras Públicas. Comissariado do Desemprego, «O Problema do Desemprego Rural no Alentejo», in *Primeiro Relatório da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo* (Lisboa, 1957), 13-66.

⁷³⁷ Cf. Francisco J. Cortes Simões, José Augusto dos Santos Varela, João Augusto Mendes Espada, *Causas Fundamentais do Desemprego no Alentejo*, dactilografado (Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1959).

política de colonização interna dirigida pelo Estado nas áreas beneficiadas pela rega, com a aquisição de terrenos e a criação de um empresariado médio agrícola, bem como a intervenção em núcleos de colonização espontânea e a prevenção da concentração da propriedade, os pequenos melhoramentos rurais, as leis contra o absentismo e o povoamento florestal. Tudo integrado num plano de valorização regional, que incluísse a electrificação rural, pequenas indústrias e outras actividades não exclusivamente agrícolas. Já o Ministério das Obras Públicas, naquela que acabou por ser a política executiva do Estado Novo para o Alentejo, apostou também na «valorização regional» através das obras públicas, nomeadamente de irrigação, mas sobretudo para diversificar a oferta de trabalho e defrontar as crises laborais.

Esquematizando: se para ambos a rega era central na transformação do regime de trabalho, para uns privilegiava-se o combate ao assalariamento agrícola pela criação de trabalhadores familiares independentes, ou seja, proprietários empresários, depois da repartição da terra irrigada, para outros privilegiava-se o aumento exponencial da oferta de trabalho (assalariado) pelas obras públicas.⁷³⁸ O relatório da CCOPA desaconselhava, e reputava mesmo de perigosa, «uma modificação brusca da estrutura agrária alentejana»⁷³⁹. As obras públicas – desdobradas nas vias de comunicação, nas obras de rega, de repovoamento florestal, electrificação, industrialização e formação técnico-profissional – não eram já apenas uma resposta pontual e urgente do Estado; tornaram-se na forma de privilegiada e institucionalizada de responder ao dito «ambiente social alentejano»⁷⁴⁰. A par, e em combinação, com a intervenção policial da GNR.

O «ambiente social alentejano» é registado, conhecido, categorizado e respondido pelos vários agentes estatais dedicados no espaço rural. Sob formas mais ou menos eufemísticas, consoante os destinatários, os agentes da administração intermédia estatal dão a conhecer aos seus superiores a sua visão sobre o modo como a situação de desemprego cíclico que observam no Alentejo contém uma ameaça de contestação social aberta que é necessário aplacar – seja em nome do desenvolvimento económico ou de noções de justiça social. Um técnico do Ministério das Obras Públicas faz decorrer, num registo psicologizante que procura analisar os «factores humanos no desenvolvimento», da situação de instabilidade no emprego a transformação do indivíduo num ser «irritável, mal-humorado, conflituoso, em constante

⁷³⁸ Uma esquematização que não contempla a leitura e recepção diversificada das diferentes acções de Estado, de que é testemunho a intervenção do deputado Lima Faleiro, na Assembleia Nacional a 16 de Janeiro de 1958 (ver nota 745).

⁷³⁹ Cf. Ministério das Obras Públicas. Comissariado do Desemprego, «O Problema do Desemprego Rural no Alentejo», in *Primeiro Relatório da Comissão Coordenadora...*, 66.

⁷⁴⁰ Cf. Comissariado do Desemprego, *Quarto Relatório da Comissão Coordenadora...*, 25.

protesto contra tudo e contra todos, ou então conforma-se com a sua sorte e, neste caso, torna-se apático, indolente e quando trabalha, fá-lo sem interesse.»⁷⁴¹ Como que justificando a conflituosidade social, diagnostica uma «psicose alentejana» e conclui que a «difusão das doutrinas marxistas, as quais aformoseadas por uma propaganda que soube habilmente explorar os factores psicológicos, seduziam facilmente os trabalhadores rurais, cuja receptividade às novas ideias era favorecida pelo progressivo agravamento das suas condições de vida, em resultado da situação económica geral e das crises sazonais que então começavam a fazer sentir os seus efeitos mais intensamente.»⁷⁴² Poucos anos depois, o confronto entre «trabalhadores» e «lavradores» donde emana um «clima social nebuloso» que «urge sanear»⁷⁴³ é relatado em tons mais vivos por um técnico da JCI em serviço em Beja numa carta que João Mota Pereira de Campos, então Secretário de Estado da Agricultura, faz chegar ao Presidente do Conselho em Janeiro de 1962, ainda antes das greves pelas oito horas em Maio daquele ano (como se verá na secção seguinte).

A Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo foi formada em 1956, junto do Comissariado do Desemprego,⁷⁴⁴ para que fossem coordenados os vários planos de obras dos vários organismos dentro do Ministério das Obras Públicas e, em comunicação com as autarquias, fosse melhor distribuída a mão-de-obra sazonalmente excedentária dos trabalhos agrícolas naquela região. A CCOPA nascia da percepção estatal de um clima de agravamento do ambiente social e político da região, cumprindo as conclusões do relatório sobre «As crises do Trabalho Rural no Alentejo e as Obras nas Estradas Nacionais»⁷⁴⁵ do ano anterior. Para além da produção de informação actual sobre a evolução do desemprego nos distritos alentejanos e de coordenação das várias obras públicas locais, nos anos seguintes acabou por assumir também funções de distribuição efectiva dessa mão-de-obra naquela região, responsabilizando-se não só pela sua mobilidade, mas também, em conjugação com outros organismos de Estado, pelo

⁷⁴¹ Cf. António Valadares de Aragão Pacheco (relator), «Os factores humanos no desenvolvimento económico», in *Terceiro relatório Anual da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo*. (Lisboa, 1959), 15.

⁷⁴² António Valadares de Aragão Pacheco (relator), «Os factores humanos no desenvolvimento económico», 41.

⁷⁴³ PT/TT/AOS/CO-46; 2.1.8/2, 300. Correspondência particular de João Mota Pereira de Campos (29 de Janeiro de 1962), com anexo com carta de um técnico da JCI ao serviço em Beja (não assinada),

⁷⁴⁴ Portaria n.º 15757, *Diário do Governo*, série I, n.º 48, 7 de Março de 1956. A comissão foi nomeada com carácter temporário e englobava um representante da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, um representante da Junta Autónoma de Estradas, um representante da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e um representante do Comissariado de Desemprego.

⁷⁴⁵ Em Junho de 1955, o Ministro das Obras Públicas ordenou que a Junta Autónoma das Estradas elaborasse um relatório sobre «As crises do Trabalho Rural no Alentejo e as Obras nas Estradas Nacionais»; as conclusões do relatório incluíam um plano de obras destinado a debelar o desemprego dos trabalhadores rurais dos distritos de Beja, Évora e Portalegre e a conveniência em confiar a uma órgão central o encargo de coordenar a acção a desenvolver contra o desemprego rural cíclico. Cf. Comissariado do Desemprego, *Primeiro Relatório da Comissão Coordenadora...*, 95-6.

alojamento, pela alimentação e até pelos tempos livres dos trabalhadores. Uma vasta obra de construção de infra-estruturas ditas indispensáveis ao «desenvolvimento económico» e ao «progresso social» a ser cumprida pela «valorização do trabalho humano, desenvolvendo as qualidades profissionais e hábitos de trabalho da mão de obra rural, elevando-se o poder de compra de uma grande massa da população activa e aumentando-se o produto do rendimento nacional e melhorando-se o grau de bem-estar, com benéficos reflexos no ambiente e moral e social das populações rurais.»⁷⁴⁶

Na década de cinquenta, o «desemprego rural sazonal» no Alentejo está no centro das preocupações governamentais destinadas à melhor forma de administrar a população rural do Sul, em vários dos seus objectivos de intervenção: melhoria do nível de vida; aumento da produtividade da mão-de-obra; manutenção da ordem política. O discurso de Estado integra as medidas dirigidas ao desemprego rural como parte da sua preocupação de «elevação do bem estar geral das populações através do desenvolvimento económico».⁷⁴⁷ As actividades da CCOPA faziam parte do «Plano de Valorização do Alentejo»⁷⁴⁸ e procuravam cumprir, explicitamente, essa forma de exercício do poder que descreviam como dominante na Europa após a II Guerra Mundial. O Plano de Valorização do Alentejo tinha origem na decisão do Ministro das Obras Públicas, em 1954, de ordenar um plano de irrigação, do qual sairia, em 1957, o Plano de Rega do Alentejo de 170 000 ha (7% da superfície alentejana), elemento central de toda a futura expansão da economia transtagana. No âmbito deste plano, incluía-se pequenas e, sobretudo, grandes obras de regadio, através de várias albufeiras, de que se destaca as localizadas no Baixo Alentejo (79.200 hectares).⁷⁴⁹ Para além do plano de rega, estavam incluídos no Plano de Valorização do Alentejo os planos gerais de Valorização dos Meios Rurais, respeitantes ao Abastecimento de Água às populações rurais, à Viação Rural e às construções para o ensino primário – e foram planeadas obras de hidráulica, electrificação, abastecimento de água às populações e ainda o desenvolvimento das redes rodoviárias.⁷⁵⁰ A

⁷⁴⁶ Cf. Comissariado do Desemprego, *Quarto Relatório da Comissão Coordenadora...*, 301.

⁷⁴⁷ Cf. Comissariado do Desemprego, *Quarto Relatório da Comissão Coordenadora...*, 29.

⁷⁴⁸ Cf. Ministério das Obras Públicas. Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos. Direcção dos Serviços de Aproveitamento Hidráulicos. *Plano de Valorização do Alentejo. Rega de 170 000 hectares. Notas*. Lisboa: Empresa Tipográfica de Lisboa, 1959.

⁷⁴⁹ Este plano incluía a albufeira do Alqueva, no Guadiana, que estará na proto-história da barragem do Alqueva. Interessante notar que, se o Plano de Valorização do Alentejo foi constituído como uma alternativa política à reestruturação fundiária, a barragem do Alqueva foi a bandeira do Partido Comunista Português de uma reforma agrária economicamente sustentável no Alentejo. Sobre a proto-história do Alqueva ver Cf. Sofia Bento, *La difficile existence du barrage d'Alqueva, une ethnographie des démonstration sociotechniques*, Doutoramento da Ecole des Mines de Paris, Especialidade «Socio-economia da Inovação». (Paris, 2006).

⁷⁵⁰ No balanço de cinco anos de actividade da comissão, *O Século* enumera em editorial uma longa lista de realizações da Comissão. A grandeza da enumeração parece cumprir um fim em si mesmo e sobrepor-se à justificação da utilidade de cada um dos empreendimentos, contribuindo para a imagem de um Estado cuidador e

rega e a arborização eram contudo e «indubitavelmente os elementos primordiais do fomento de toda a região alentejana, pois é a partir desses que haverá de processar-se a indispensável transformação económico-social da vasta região transtagana.»⁷⁵¹ Um Plano de Rega que visava mudar o fâcies agro-climático do Alentejo.

A CCOPA permitiu institucionalizar a política das obras públicas como forma de exploração económica da mão-de-obra desempregada que o Estado Novo impôs desde os anos trinta, e articulou-a dentro de uma orientação política mais vasta de desenvolvimento regional centrado na água – desde as pequenas obras de regadio às grandes obras de rega. Parecia assim ter transformado «a obra pública, endeusada, em serviço social organizado»⁷⁵². Do ponto de vista «social», o plano calculava que a execução das obras dessa ocupação a mais de 2 milhões de unidades-dia de trabalho por ano.⁷⁵³ Mas não só. No vasto programa de obras públicas, estas não eram apenas um recurso para ocupar a mão-de-obra excedentária dos trabalhos agrícolas, nem apenas o meio de atingir o desenvolvimento – mas o motor desse desenvolvimento.⁷⁵⁴ Em

investidor: «No distrito de Portalegre foram despendidos 435 000 contos; ocuparam-se 3800000 homens.dia; a mão-de-obra sobranter dos trabalhos agrícolas foi de noventa por cento. No distrito de Évora, 32 000 contos despendidos; 3 700 000 homens.dia ocupados; 85 por cento de mão-de-obra sobranter dos trabalhos agrícolas. No distrito de Beja, 276 000 contos despendidos; 4 100 000 homens.dia ocupados; e 59 por cento de mão-de-obra sobranter. No concelho de Santiago do Cacém, 48 000 contos gastos; 40 0000 homens.dia ocupados e 63 por cento de mão-de-obra sobranter dos trabalhos agrícolas.

Nas estradas nacionais e municipais fizeram-se 1291 quilómetros de terraplanagens, 1808 de pavimentações e 43 calçadas, além de 46 pontes e pontões – tudo com o dispêndio de 465 000 contos. Em obras municipais de urbanização houve 36 pesquisas de água, 27 obras de abastecimento para fontanários e 35 domiciliários, 17 redes de esgotos, 180 arruamentos e 3 mercados e matadouros, além de outros melhoramentos e a despesa foi de 95 000 contos, obras em edifícios foram: 29 do património do Estado; 17 de estabelecimentos hospitalares, 7 creches e lactários, 176 casas para famílias pobres, 17 edifícios para Casas do Povo, 6 para Grémios da Lavoura e 36 em igrejas e seminários, sendo o dispêndio total de 52 000 contos. Em estabelecimentos de ensino: 3 escolas técnicas, 268 escolas primárias com 479 salas de aula, 26 cantinas escolares com 168 salas, tendo-se gasto 74 000 contos. Valorização aquícola e florestal: obra de rega do vale do Sorraia 1200 hectares arborizados, 1079 oras de rega, arroteia, etc, 365 obras de construções tecnológicas e rurais, 107 obras de limpeza e correção de cursos de água, 41 passagens submersíveis, pontões e pontes – despendendo-se em tudo 394 000 contos. In *Século*, 17/8/1961, citado em Comissariado do Desemprego, *Quarto Relatório da Comissão Coordenadora*, 384-5. O balanço de dez anos de atividade estatal de «combate do desemprego rural no Alentejo», providenciando dados oficiais relativos, entre outros, ao «índice de ocupação em obras públicas», ao «índice de desemprego rural» e à «mão de obra rural sobranter na agricultura», é feito em Ministério das Obras Públicas, *Dez anos de combate ao desemprego rural no Alentejo (1956-1965)* (Lisboa: Bertrand, [1965])

⁷⁵¹ Cf. Comissariado do Desemprego, *Quarto Relatório da Comissão Coordenadora...*, 30.

⁷⁵² Castro Caldas, *A agricultura na história de Portugal*, 514.

⁷⁵³ O plano calculava em pormenor a impacto da irrigação no coeficiente de emprego no Alentejo; mas não previa qualquer impacto na transformação da condição de assalariado através de uma repartição da terra irrigada, como de resto sugere em comentário final o parecer respectivo da Câmara Corporativa: «Não se duvida que a realização do Plano proporcionará mais emprego, mas o que sobretudo interessa resolver é a sua distribuição ao longo do ano. Ora, segundo as previsões do Plano, este objetivo não é alcançado, dado que em Abril e Dezembro existirá mão-de-obra desocupada, havendo falta em todos os outros meses. Esta falta ou carência atinge 30 por cento das disponibilidades em três meses, 40 a 50 por cento em dois delas e perto de 80 por cento num outro. Reconhece-se hoje que a propriedade tem de atingir um mínimo de produtividade económica e social, pelo que se torna necessário assegurar que este objetivo brevemente se torne em realidade.» Cf. António Pereira Caldas de Almeida (relator), «Parecer n.º 34/VII. Plano de Valorização do Alentejo – Rega de 170 000 ha», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 103, 25 de Julho de 1960, 1103 e 2106.

⁷⁵⁴ Cf. Sofia Bento, *La difficile existence du barrage d'Alqueva*, 343.

contraste, as propostas políticas para o Alentejo da Junta de Colonização Interna e, depois, da Secretaria de Estado da Agricultura entre 1959 e 1962, se assentavam no consenso político de que a rega era o elemento central de transformação económica modernizadora para o Alentejo amplamente desejada pelos vários organismos estatais, comportavam um plano de intervenção social complexo, fundado na repartição da terra e na criação de médios empresários agrícolas, com trabalho agrícola distribuído ao longo do ano, que estava ausente da forma de intervenção estatal desenhada a partir do Ministério das Obras Públicas de Arantes e Oliveira. A premissa era antiga: a água, sem mais, moderniza.

As obras públicas, no entanto, não bastavam para cumprir os declarados objectivos de «progresso social» e de «desenvolvimento económico». Para que o bem-estar e a ordem social fossem alcançados era necessária a sua divulgação – ou seja, que se reconhecessem essas funções ao Estado. Este define-se não apenas pelo estrito cumprimento de determinadas funções, mas através da encenação destas – projectar uma imagem pública do seu poder contribui para lhe dar uma unidade e identidade e para apresentá-lo como um agente autónomo e transcendental face aos cidadãos.⁷⁵⁵ Criar uma imagem unificada da acção de Estado permite ainda identificar a acção de algumas das suas instituições e agentes com o Estado enquanto sujeito – tanto mais útil quanto, neste caso, agentes, políticas e instituições estatais tinham propostas de intervenção diferenciadas e contrastantes.

A acção dos poderes de Estado no Alentejo foi representada numa exposição itinerante organizada em 1961 sobre a acção da CCOPA, «As obras públicas, um combate contra o desemprego rural e pelo desenvolvimento do Alentejo», que circulou por vários municípios alentejanos, a começar por Beja, e por Lisboa, com presença no Palácio Foz, sede do Serviço Nacional de Informação. Num tempo em que o Alentejo estava publicamente atravessado por conflitos sociais, em que as miseráveis condições de vida dos alentejanos os levavam a acções de luta, o desenvolvimento económico, o bem-estar das populações e a dita ordem política alardeada pelo Estado necessitavam também de ser encenadas para serem cumpridas. A exposição incluía sete módulos temáticos⁷⁵⁶ que começavam por tentar representar «A História», «O Território» e «A população» através de fotografias do património histórico, das paisagens e dos habitantes do Alentejo, intercaladas com citações de grandes figuras; serviam os módulos iniciais para contextualizar os restantes sobre a «Acção Coordenadora», a

⁷⁵⁵ Sobre a construção da imagem unificada do Estado, ver Timothy Mitchell, «Society, Economy and the State Effect», in *State/Culture. State-Formation after the Cultural Turn*, ed. George Steinmetz, 76-97 (Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1999).

⁷⁵⁶ Sobre a exposição veja-se as imagens documentais no apêndice em Comissariado do Desemprego, *Quarto Relatório da Comissão Coordenadora*, 213-261.

«Irregularidade do trabalho», «A utilização da mão-de-obra desempregada» e a «Valorização do Alentejo». Detalhava-se com gráficos e mapas o Plano de Valorização do Alentejo, com os seus 170.000 ha do Plano de Rega, os aproveitamentos hidroagrícolas do Caia, do Roxo e as obras de rega do Vale do Sorraia, inserindo-os numa narrativa sobre a geografia e a história do Alentejo. Da mediatização da acção da Comissão no Alentejo fez ainda parte desde o início da sua actividade uma campanha de propaganda na imprensa⁷⁵⁷, incluindo a publicação de notícias e longas reportagens da exposição nos jornais durante todo o ano de 1961⁷⁵⁸. A colonização interna, ou qualquer outro sinónimo ou paráfrase sobre a reestruturação fundiária, estava ausente da exposição ou de qualquer outra expressão pública. Por contraste, a JCI fez uma exposição comemorativa⁷⁵⁹ do XXV aniversário da sua fundação, em 1962. Nesta, os perímetros de rega do Caia, do Roxo e do Sorraia – acompanhados dos da Idanha, de Campilhas, do Sado e do Mira –, situados na região do Alentejo ou áreas limítrofes, foram apresentados como zonas abrangidas pelas obras de fomento hidroagrícola em que a JCI preparava «estudos» que suportassem a sua intervenção colonizadora. As exposições surgem no contexto de uma luta interna dentro da administração do Estado sobre a melhor forma de condução do desenvolvimento rural no Alentejo – que se detalhará na secção seguinte.

Se aqui se mapeou, sem exaustividade – até porque a via repressiva que se abateu sobre as lutas sociais rurais está nesta narrativa ausente, pois se dá por estabelecida pela historiografia – as respostas ao «problema social» do Alentejo e as vias de desenvolvimento regional planeadas, é também porque se quer situar melhor a colonização interna no seio das políticas estatais. Entre 1954, após a derrota legislativa da colonização interna dirigida pelo Estado, e 1962, o Estado conheceu, delimitou e definiu o problema do «desemprego rural» e traçou a referida política de obras públicas para lhe responder. A colonização interna foi a outra política estatal, emergente da JCI e da Secretaria de Estado da Agricultura, mas também crescentemente noutro organismo técnico e de investigação destinado à influência sob os órgãos estatais, o Centro Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, que se tentou afirmar como uma forma de resolver o problema social do Alentejo. O «canto do cisne neofisiocrático»⁷⁶⁰ deve ser compreendido no contexto desta política de desenvolvimento rural

⁷⁵⁷ Os discursos na Assembleia Nacional, as notícias na imprensa de Lisboa, do Porto, de Coimbra e do Alentejo, bem como a correspondência particular recebida sobre a atividade da CCOPA foram recolhidos em *Comentários ao primeiro relatório anual da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo* [dactilografado], depositado no Arquivo Bibliográfico do Ministério da Economia.

⁷⁵⁸ Comissariado do Desemprego, *Quarto Relatório da Comissão Coordenadora...*, 135-201.

⁷⁵⁹ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Exposição Comemorativa do XXV Aniversário. 24 de Abril de 1962*. [panfleto].

⁷⁶⁰ Cf. Luciano Amaral, «Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão...», 894.

para o Alentejo ensaiada pelo Estado Novo em finais da década de cinquenta. As palavras expressivas de Eugénio Castro Caldas, que comentam anos depois a acção da CCOPA, traduzem bem a relação de isolamento e concorrência entre os serviços estatais:

«A leitura da documentação respeitante a estes serviços [CCOPA] impressiona pelo isolamento que sugere da parte do Ministério das Obras Públicas, em face dos problemas do Alentejo que, em boa verdade exigiam a «coordenação» de diferentes departamentos governamentais, para serem encontradas as técnicas adequadas de intervenção em termos de desenvolvimento. Deduz-se que o Ministério das Obras Públicas assumiu a posição de considerar impossível, para não dizer indesejável, a «reforma estrutural» por outros sectores preconizada, colocando-se assim em posição que determinou o aplauso dos grupos agrários defensores do latifúndio alentejano. Assim, o «desemprego sazonal» não era considerado como efeito agravado pelas estruturas agrárias dominantes, mas como constante que teria que ser compassada com o paliativo das obras públicas planeadas tendo em contra as variações de procura agrícola de trabalhos assalariados.»⁷⁶¹

Com esta longa citação pretende-se menos validar os comentários de Castro Caldas trinta anos depois dos eventos relatados do que sublinhar como dois serviços, com entendimentos, procedimentos e objectivos diferentes, quando não opostos e em concorrência, se erigiram dentro do aparelho de Estado. Até porque, se a concorrência interna entre serviços era evidente para os seus funcionários, as leituras políticas das acções dos serviços de Estado nem sempre foi evidente à altura, como dão testemunho os comentários receosos de uma reforma agrária na Assembleia Nacional na sequência da acção do CCOPA.⁷⁶² Os poderes de

⁷⁶¹ Cf. Castro Caldas, *A agricultura na história de Portugal*, 515.

⁷⁶² A propósito do estudo «O Problema do Desemprego Rural no Alentejo», publicado no primeiro relatório produzido pela CCOPA, o deputado Lima Faleiro na Assembleia Nacional tenta dissipar o espectro da reforma agrária que «alguns» tresleram na acção do Ministério das Obras Públicas: «Não ignoro, todavia, que a leitura menos atenta desse notável trabalho, o simples pendor para as interpretações precipitadas ou inexactas, ou mesquinhos propósitos de especulação política, levaram algumas pessoas a opor àquelas conclusões objecções e reservas injustificadas e a tentar envolvê-las em carregada atmosfera de prevenções e desconfianças. Com efeito, ali, em ruidosa tertúlia de improvisados estadistas, uma voz se ergueu para denunciar o grave perigo que ameaça o Alentejo por efeito da imediata modificação da sua estrutura agrária, preconizada no relatório a que me referi! E logo os presentes aplaudiram e, em coro altissonante, todos condenaram a Comissão, que, assim, se permite o ousio de aconselhar soluções que dizem extremistas, de sentido nitidamente socializante. Além, um «velho do Restelo» pressagia, com voz cava, a ruína inevitável e a prazo breve da exploração trigueira, por efeito da abolição do regime proteccionista, sugerida pela mesma Comissão. Acolá, uma voz de sereia, tilo maviosa quanto enganadora, adverte maliciosamente: «Aquele relatório ... leva água no bico»; «Não duvideis, senhores da terra, é chegado o vosso fim; aquele relatório traz no ventre a tão apregoda reforma agrária». J'en passe et dès meilleurs ... Positivamente, este não leu, com certeza, o relatório em referência, e, porque só o conhece de outiva e inexactamente, desfigura-o com flagrante injustiça; estará de boa fé, mas foi mal informado do que nele se contém e ... confiou; aquele leu-o, mas, bem claramente, não o entendeu; aqueloutro leu-o, alcançou sem esforço o sentido das suas conclusões e até o valor dos triunfos já obtidos na luta contra o desemprego rural, mas, por paixão política

Estado não foram só exercidos através de instrumentos coercivos e repressivos destinados a controlar a conflitualidade social, como se reconfiguram, criando novas instituições, em resposta a dinâmicas sociais, que lutam pela hegemonia no seio da administração estatal. O desenvolvimentismo rural ensaiado ora no Plano de Valorização do Alentejo ora nas políticas de colonização interna, e articuladas no II Plano de Fomento, dirigia-se às regiões sub-desenvolvidas, ou «deprimidas», destinando-se a criar as condições de vida rurais para que o «êxodo rural» fosse travado, e o «êxodo agrícola» bem orientado. É este o foco da noção de «desenvolvimento regional» então ensaiada e com expressão institucional. A conclusão de que os poderes intervencionistas do Estado Novo foram também constituídos como resposta a dinâmicas sociais – incluindo as lutas sociais – é tanto mais importante quanto permite evitar reduzir a história das políticas do desenvolvimentismo – neste caso rural – do pós II Guerra Mundial a narrativas que centram as acções dos agentes do Estado num voluntarismo ou modernismo que habitariam ministros, instituições e outros agentes estatais, ora dotados de visões esclarecidas sobre o «progresso» do país, ora ao serviço de interesses (os lobbies) conservadores que controlariam o Estado.

2 O *grand finale* de uma longa epopeia (1959-1962)

Com o propósito genérico de aumentar e melhorar a produção e corrigir a repartição do rendimento agrícola, explicitavam-se no II Plano de Fomento⁷⁶³ os objetivos que animavam as propostas para a agricultura: à «aceleração do ritmo de incremento do produto nacional» acrescentava-se «a melhoria do nível de vida», a «ajuda à resolução dos problemas de emprego» e a «melhoria da balança metropolitana de pagamentos». O vasto conjunto de estudos preparatórios⁷⁶⁴ permite avaliar as intenções expressas dos técnicos elaboradores deste plano,

-e só por isso-, intenta minimizar esses triunfos, que sabe novos títulos de glória para o Governo de Salazar. Cf. *Diário das Sessões*, nº 13, 16 de Janeiro de 1958, 308.

⁷⁶³ Para a agricultura, o Plano de Fomento baseava-se, pela primeira vez, em cálculos sobre o valor da produção nacional e o valor adicionado bruto (PNB) da agricultura, previsto para 1958, desagregado pelas províncias do continente português, produzido pelo Instituto Nacional de Estatística. Foram ainda estudadas a evolução provável da procura de produtos agrícolas, as expectativas de expansão do comércio externo, permitindo calcular a procura previsível e, com base nestes novos dados estatísticos, foi apresentada uma lista de objetivos, de empreendimentos a considerar, e os efeitos previsíveis em cada um dos objetivos definidos. Cf. Presidência do Conselho. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II)*...

⁷⁶⁴ Os trabalhos destinados à preparação do II Plano de Fomento, iniciados em 1955, foram coordenados pelo Gabinete do Ministro da Presidência, chefiado por Marcelo Caetano, que, em 1957, ordenou a elaboração de relatórios preparatórios do qual constassem estudos dos problemas e as directrizes da política económica a prosseguir, sectorialmente. O primeiro volume é dedicado aos «estudos gerais», onde se procura determinar as «características fundamentais da economia portuguesa» e as «perspectivas de desenvolvimento» no sexénio de 1959-1964». Cf. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento, I) Estudos gerais*, 15.

o instrumento do Estado que integrava alguns dos ensinamentos sobre a economia semi-planificada⁷⁶⁵ que se estendia pela Europa continental. Do I para o II Plano de Fomento alteraram-se a noção e as formas de planeamento da economia, passando-se, nomeadamente, de um planeamento que consistia numa enumeração de realizações, a que se fazia corresponder investimentos financeiros do Estado, para uma forma mais complexa de planeamento, em que se procurou coordenar e tornar interdependentes os factores de produção, estabelecendo uma hierarquização das realizações. De novo, a política agrícola definida estava ancorada num relatório⁷⁶⁶ redigido por Eugénio de Castro Caldas, que chefiava um grupo de trabalho, publicado à semelhança de outros estudos preparatórios que sustentavam tecnicamente a elaboração do Plano. A colonização interna, transmutada simplesmente em «parcelamento», estava agora integrada num plano mais vasto de «reorganização agrária», que incluía o «emparcelamento»⁷⁶⁷ e a «regulamentação dos contratos de exploração», empreendimentos que vinham sendo levados a cabo essencialmente pela JCI. Na sua intervenção planeadora no espaço rural, o II Plano de Fomento, embora com novos instrumentos, insistia na orientação anterior: hidráulica agrícola (iniciando-se o Plano de Rega do Alentejo), povoamento florestal (alargando as iniciativas aos terrenos privados) e a citada reorganização agrária. No cálculo sobre os efeitos dos empreendimentos preconizados, ainda que se previsse que a reorganização agrária tivesse uma influência imediata no aumento da produção, a sua acção esperada situava-se, primordialmente, na elevação do nível de vida da população:

«o empreendimento que mais influencia no sentido favorável as condições de vida da população que vive da agricultura é, sem dúvida, a reorganização agrária. É mesmo o único que especificamente visa tal objectivo. A criação de novas explorações agrícolas do tipo familiar, destinadas a beneficiar a classe dos trabalhadores assalariados, constituiu a obra de acção social agrária de maior alcance, sobretudo nas regiões do País onde se verifica um predomínio

⁷⁶⁵ Uma introdução teórica fundamentadora da passagem de uma política de «liberalismo económico» para uma economia de «planeamento», em comparação com outras economias europeias, é fornecida Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. I*, 9-18. Sobre o planeamento na agricultura durante o II Plano de Fomento, ver ainda Rafael Rito da Fonseca, «Planeamento Económico-Social nas zonas dominadas pelas obras de fomento hidroagrícola», in *A Agricultura e o II Plano de Fomento. Ciclo de Conferências promovido pela Secretaria de Estado da Agricultura*. Volume primeiro. (Lisboa: Tipografia Sociedade Astoria, 1960), 271-277; João António de Oliveira e Silva, «Desenvolvimento regional e valorização agrária», in *Agricultura e o II Plano de Fomento. Ciclo de Conferências promovido pela Secretaria de Estado da Agricultura*. Volume terceiro. (Lisboa: Tipografia Sociedade Astoria, 1961), 133-152.

⁷⁶⁶ Cf. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II*.

⁷⁶⁷ O «emparcelamento» tinha sido já alvo das atenções governamentais quando, em 1952, se tinha revisto o seu regime jurídico, não levantando problemas de aprovação na Assembleia Nacional. Sobre a política de emparcelamento da propriedade durante a década de cinquenta até 1962, ver Baptista, *A política agrária...*, 45-47.

excessivo e a todos os pontos inconveniente, da classe do trabalhadores rural afectada por crises de desemprego e com um nível de vida extremamente baixo.»⁷⁶⁸

Em consonância com posições anteriores, desvaloriza-se o impacto social da hidráulica agrícola no Alentejo quando não acompanhada de colonização pois «embora dêem origem a uma maior ocupação de mão-de-obra, não promoverão a necessária transferência de assalariados para a classe de proprietários, o que é, afinal, o problema mais instantâneo desta região.»⁷⁶⁹ Instava-se assim a que não se desligasse os problemas da produtividade agrícola, que se resolveriam certamente com a rega, dos seus efeitos no nível de vida dos trabalhadores rurais. A melhor repartição do rendimento social agrário não se poderia fazer sem uma reorganização agrária. Ou, na linguagem dos objectivos do plano, a aceleração do «incremento do produto nacional» não poderia ser apartada da «melhoria do nível de vida». Preconiza Eugénio Castro Caldas e a sua equipa que nos seis anos de vigência do II Plano de Fomento fossem considerados investimentos com o propósito de instalar «10 000 famílias de novos proprietários, propósito modesto que respeitará ao destino de 40 000 beneficiários»⁷⁷⁰. Modéstia que nem por isso foi recompensada porque o «propósito» foi retirado na redação final do plano, mais uma vez contra a sua visão, quando no Ministério da Presidência Marcelo Caetano foi substituído por Teotónio Pereira, e a presença dos «agrários» no governo acabou com os propósitos parceladores do Estado.⁷⁷¹ A aquisição estatal de grandes propriedades postas à venda para parcelar ou revender a novos agricultores, que não implicava uma intervenção nos direitos de propriedade existentes, foi a aposta governamental que acabou por figurar na redação final do Plano de Fomento enviada para discussão na Assembleia Nacional. Alertava-se ainda que seria necessário rever cuidadosamente – e de novo – o problema do melhor aproveitamento económico e social dos terrenos beneficiados por obras de hidráulica agrícola e, perante a inoperância da lei, reformar a JCI. Nos anos seguintes, iniciou-se um

⁷⁶⁸ Cf. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II) Agricultura, Silvicultura e Pecuária*, 274.

⁷⁶⁹ Cf. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II)...*, 275.

⁷⁷⁰ Cf. Inspecção Superior do Plano de Fomento. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II)...*, 226.

⁷⁷¹ Mais uma vez conta Eugénio Castro Caldas como aspectos fundamentais expressos no relatório preparatório do II Plano de Fomento não foram incluídos na redação final do plano apresentado à Assembleia Nacional: «Na altura em que foi ultimado o II Plano de Fomento já era Ministro da Presidência Teotónio Pereira. Embora tivéssemos sido arredados dos trabalhos do Plano, ainda nos foi dado registar a influência dos chamados ‘Agrários’ alentejanos nos bastidores da decisão política. Assim acabámos por verificar que no capítulo do ‘parcelamento’, particularmente sensível para os interesses em jogo, foi suprimida a seguinte passagem que havia sido possível manter no debate com os Serviços dos Ministérios: ‘A previsão dos investimentos neste importante sector do fomento da agricultura para os próximos seis anos deverá subordinar-se ao propósito de instalar 10.000 famílias de novos proprietários, propósito modesto que respeitará ao destino de 40.000 beneficiários, mas que não poderá neste espaço de tempo ser mais amplo, tendo em atenção os recursos actuais dos serviços e os estudos já realizados e outros que terão de ser empreendidos’». Cf. Castro Caldas, *A agricultura na história de Portugal...*, 519.

processo legislativo destinado a formalizar a desejada «reorganização agrária», propondo-se leis de emparcelamento e arrendamento da propriedade rústica e o regime jurídico de colonização interna. A partir do atribulado processo que esta última lei sofreu pode-se melhor entender o debate interno ao governo e à administração do Estado sobre os mecanismos de poder de ordenamento da população e do território propostos pela colonização interna, bem como as contestações e bloqueios institucionais e sociais.

A luta pela hegemonia das ideias colonizadoras desenvolvimentistas no seio do aparelho de Estado teve o seu apogeu⁷⁷² durante o processo de revisão da lei de colonização interna, iniciado em 1959 e só terminado em 1962. Durante este período, o consulado de Ferreira Dias à frente do Ministério da Economia (de 14 de Agosto de 1958 a 4 de Dezembro de 1962), orientando os Secretários de Estado da Agricultura (primeiro Quartim Graça e depois João Mota Pereira Campos), procurou promover uma efectiva reforma das estruturas agrárias no Alentejo regado.

Quando impostas sob pressão política, as reformas agrárias são odiosas e violentas; quando as anima o propósito sincero e humano de corrigir um defeito, para melhorar um interesse geral, são seguramente moderadas e há que aceitar como necessidade, ainda quando comportem sacrifícios ou desconsolo, pois sempre contrariam em algum ponto instintos ou sentimentos profundos. Mas só à custa de algum esforço a agricultura, como tudo, conseguirá a adaptação e a eficiência.⁷⁷³

A orientação política deste era inequívoca: «os males maiores não se evitam voltando-lhes as costas, mas prevenindo-se com lucidez e fazendo-lhes frente com coragem. Está neste particular a reorganização agrária»⁷⁷⁴. Estava lançado o mote da política agrária para os anos seguintes. Ferreira Dias referia-se certamente às pressões e bloqueios que os grandes proprietários, através dos Grémios de Lavoura e representações na Câmara Corporativa, faziam às medidas colonizadoras que pusessem em causa os seus históricos direitos de propriedade,

⁷⁷² Amaral e Baptista consideram que as «propostas neo-fisiocráticas» tiveram o seu derradeiro *momentum* na conjuntura do II Plano de Fomento. A narrativa que se segue irá alargar esta interpretação pela consideração e análise das várias instâncias de poder em que a proposta colonizadora foi considerada nesta conjuntura (executivo governamental, administração estatal (JCI), relações internacionais (Portugal-Alemanha) e científico (FAO)). Luciano Amaral, «O canto do cisne neo-fisiocrático», in *Estado Novo...*, 435-440; Baptista, *A Política Agrária...*, 42-44.

⁷⁷³ Parecer n.º 3/VII sobre o projecto do II Plano de Fomento de Ferreira Dias. Já no seu muito influente livro *Linha de Rumo*, Ferreira Dias tinha-se mostrado favorável a uma reforma das estruturas agrárias e à colonização interna, num momento em que a visão dos industrialistas estavam próximas dos reformistas agrários.

⁷⁷⁴ «Parecer n.º 2/VII. Proposta de lei n.º 8. II Plano de Fomento (1959-1964)», in *Actas da Câmara Corporativa*, n.27, 25 de Setembro de 1958, 227.

mas também aos seus colegas de governo. Do desinteresse dos ditos «industrialistas» passou-se para uma grande ofensiva industrialista da agricultura – melhor dizendo, desenvolvimentista – em favor da reforma agrária.

Entre 1959 e 1962 teve então lugar uma intensa negociação governamental sobre uma colonização do Alentejo que permitisse parcelar e distribuir as terras das grandes explorações do Sul. As propostas oscilaram de forma a fazer depender, ou não, os aumentos da produtividade induzidos pela rega de um programa de melhoria das condições sociais promovido pela colonização interna. E, adicionalmente, tentar convencer – com argumentos científicos – os decisores políticos que apenas através da colonização por empresas familiares se conseguiria alcançar a mais alta intensidade de exploração das terras beneficiadas. O programa colonizador, que agora visava criar unidades de exploração agrícolas médias, devidamente mecanizadas e motorizadas, destinadas a produzir comercialmente os produtos necessários a uma nova economia, ou seja, uma agricultura familiar industrializada, estava fundado e integrado num vasto plano de desenvolvimento regional do Alentejo.

Em 1959, os técnicos do desenvolvimentismo rural argumentam a favor da necessidade imperiosa do Estado deixar de ser «mero espectador» de uma colonização promovida por meios indirectos, como aquela aprovada em 1954, com instrumentos legislativos e institucionais inoperantes.⁷⁷⁵ Argumentam ainda que o II Plano de Fomento e as novas propostas de lei colonizadora tinham de forçar o Estado a assumir e orientar directamente o bem-estar, a habitação, o fornecimento de gados e maquinaria e demais funções necessárias à instalação de colonos, bem como a construção de infraestruturas, nomeadamente viárias. Depois de uma suspensão – ineficaz – dos deveres de condução da obra colonizadora pelo Estado em 1954, de novo a colonização surge como a grande obra de intervenção no espaço rural do Sul. Era também sob esta questão – a intervenção estatal no espaço rural – que se organizavam os contra-argumentos: a alteração da ordem social rural, que passaria a incluir os técnicos estatais ao lado dos grandes proprietários no topo da hierarquia social, foi exemplar e explicitamente denunciada pelo jurista Soares Martinez:

⁷⁷⁵ A inoperância da lei de 1954 é salientada em toda a literatura estatal de finais dos anos cinquenta, primeiro pelos técnicos da JCI, por Castro Caldas, pelo II Plano de Fomento, pelo parecer do II Plano de Fomento e, finalmente e em resumo, pela Projecto de proposta de lei de revisão do regime jurídico de colonização interna: «provou-se, já, através da experiência colhida, ser difícil ou mesmo impossível conseguir que a reorganização agrária das zonas regáveis fosse executada pelos respectivos proprietários, embora estimulados, assistidos e financiados pelo Estado». Cf. «Projecto de proposta de lei n.º ~~508~~ 510. Revisão do regime jurídico de colonização interna», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 77, 28 de Novembro de 1959. [Provas tipográficas]

«Parece dever excluir-se não apenas qualquer tentativa, ainda que encoberta, de reforma agrária (...) mas também qualquer modificação de regime que se traduzisse no afastamento dos proprietários rurais das posições que ainda ocupam na vida local, muitas vezes em benefício das respectivas populações, substituindo-se por técnicos que, encontrando-se em presença apenas de proprietários modestos, em riqueza e em cultura, acabariam, de facto, por dominar por completo a vida e a evolução das zonas rurais, sem que se tenha demonstrado a sua preparação para tais funções, que transcendem em muito o domínio da técnica.»⁷⁷⁶

Era o próprio fundamento ideológico colonizador, que implicava o reordenamento das pessoas, e não só das paisagens naturais, que era aqui atacado. «Lavrador» e «técnico», lado a lado, a dirigir o espaço rural, era algo que o primeiro, do alto da sua posição social «inquestionável»⁷⁷⁷ parecia não estar disponível para deixar acontecer. Mas agora, mais do que nalgum momento anterior, o Estado manifestava a vontade de se impôr como o actor desenvolvimentista no espaço rural do Sul – seguramente mais profundamente do que durante a imaginação fascista dos anos trinta e depois da retracção do Estado em 1954. Ao Estado, através da mão arbitral de Salazar, cabia planear o Alentejo.

A proposta colonizadora do novo secretário de Estado da Agricultura Luís Quartim Graça⁷⁷⁸ em 1959 parecia, contudo, moderada.⁷⁷⁹ Reconhecia a imprescindibilidade do processo colonizador conduzido pelo Estado e, verificando a indisponibilidade no mercado de propriedades para o Estado comprar e dividir⁷⁸⁰, considerava indispensável autorizar a JCI a expropriar os terrenos irrigados necessários à execução dos planos gerais de colonização. Numa campanha de sensibilização pública sobre a sua proposta, advertia que os direitos de

⁷⁷⁶ Cf. TT/AOS/CO/EC – 20, pasta 11, 8ª subdivisão, «Parecer do Prof. Soares Martinez sobre a proposta de lei relativa à revisão do regime jurídico da colonização interna».

⁷⁷⁷ Cf. Correia da Cunha, «A sociedade rural perante os problemas da agricultura moderna», in *A Agricultura e o II Plano de Fomento. Ciclo de Conferências promovido pela Secretaria*, Terceiro Volume (Lisboa: Tipografia Sociedade Astoria, 1961), 207.

⁷⁷⁸ Luís Quartim Graça foi Secretário de Estado da Agricultura entre 14 de Agosto de 1958, quando Ferreira Dias tomou também posse enquanto Ministro da Economia, e 4 de Maio de 1961. Na Câmara Corporativa, tinha sido relator do parecer subsidiário da secção de Agricultura do I Plano de Fomento e da Parecer n.º 43/VI. Projecto de Colonização da Gafanha (Parte II)», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 92, 7 de Julho de 1956.

⁷⁷⁹ Cf. «Projecto de proposta de lei n.º 508 510. Revisão do regime jurídico de colonização interna», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 77, 28 de Novembro de 1959.

⁷⁸⁰ Entre os inícios da década de 50 e 1958, a JCI adquirira propriedades privadas que tinham permitido «estabilizar» mais de 500 famílias; as propriedades tinham sido compradas para tornar rendeiros, parceiros ou colonos que as cultivavam havia anos em proprietários, solucionando «problemas sociais» e consistia numa nova orientação da JCI para alterar relações de produção. No entanto, a pertinência e alcance desta orientação para uma efectiva e abrangente reforma das estruturas agrárias é questionada neste projecto de proposta de lei. Não só era difícil conseguir comprar, por causa dos preços elevados, propriedades cuja exploração não estivesse já parcelada como era difícil planear intervenções destinadas à correcção da estrutura fundiária sem as conhecer e estudar previamente. Cf. «Projecto de proposta de lei n.º 508 510. Revisão do regime jurídico de colonização interna», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 77, 28 de Novembro de 1959, 816.

propriedade estavam assegurados, pois só quem não cultivasse intensivamente a terra irrigada seria expropriado.⁷⁸¹ Apoiante comedido dos reformistas agrários, Quartim Graça propôs, contudo, uma revisão do regime jurídico da colonização interna que voltava a incluir a possibilidade expropriadora do Estado nos terrenos irrigados e uma extensão das competências de acção interventora da Junta no espaço rural. Uma proposta de lei que foi cuidadosamente dada a conhecer ao Presidente do Conselho⁷⁸², que lhe deu o seu aval, mas que não obstante deu origem a um debate aceso na Câmara Corporativa, onde as orientações dos grandes proprietários dos Grémios da Lavoura do Alentejo conviviam e se digladiavam com as dos desenvolvimentistas.

Depois de intensa negociação⁷⁸³, a CC tentava enfraquecer os poderes colonizadores da proposta inicial: no parecer, fez desaparecer os limites superiores de reserva pelos proprietários das explorações beneficiadas (proposto para 100 hectares)⁷⁸⁴ e diminuiu drasticamente a amplitude de acção da JCI no espaço rural, ou seja, aboliu o instrumento de ordenamento «perímetros de colonização»⁷⁸⁵. Para além de Castro Caldas, também o economista Francisco Pereira de Moura, o jurista católico Manuel Duarte Gomes da Silva e João Mota Pereira de Campos⁷⁸⁶ fizeram declarações contundentes, justificando a não subscrição da orientação

⁷⁸¹ Em resposta sobre os planos de «reorganização agrária» do governo, Quartim Graça usa as metáforas de Salazar sobre a colonização interna («não se pretende fazer obra de fachada, de linhas geométricas, sem respeito pela iniciativa e esforço dispendido pela lavoura progressista») de forma a fazer coincidir a proposta em apreciação na Câmara Corporativa com a posição política de Salazar. Luís Quartim Graça, *A importância dos problemas agrícolas para o país. Os projectos de lei sobre a reorganização agrária. Entrevista do Secretario de Estado da Agricultura concedida ao jornal «O Século», em 30 de Dezembro de 1959* (Lisboa: Imprensa Sociedade Astória, 1960), 18.

⁷⁸² Uma semana depois de ter sido nomeado Secretario de Estado da Agricultura, Quartim Graça envia ao Presidente do Conselho um documento onde destaca os «principais pontos focados no projecto de regime jurídico da colonização interna», datada de 24 de Agosto de 1959, disponível em ANTT/AOS/CO/EC-20, pasta 11, 1ª subdivisão.

⁷⁸³ A intensa negociação dentro da Câmara Corporativa é documentada pelo extensíssimo processo de elaboração do parecer, de 620 folhas, que inclui as sucessivas revisões a que foi sujeito o parecer, nomeadamente os votos de desacordo dos procuradores. Disponível em «Parecer n.º 29/VII sobre o Projeto de Proposta de Lei nº 510 - Sobre 'Revisão do regime da colonização interna'», Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 121, n.º 1.

⁷⁸⁴ A base II estabelecia que nas zonas beneficiadas ou a beneficiar por aproveitamentos hidroagrícolas onde sejam previstas obras de colonização cada proprietário pode reservar, furtando-se à expropriação, uma área que nunca será inferior à de uma unidade técnico-económica de exploração, nem superior a 100 hectares. Cf. «Projecto de proposta de lei (1959).

⁷⁸⁵ Os «perímetros de colonização» delimitavam áreas de intervenção da JCI equacionando os vários problemas e soluções não só relativas à melhor – ou mais equilibrada – estrutura agrária, mas ainda no que respeitasse a vias de comunicação, habitação rural, abastecimento de águas, assistência médica e social, electrificação, comercialização e industrialização dos produtos agrícolas, assumindo pois, pela complexidade da sua intervenção, como um instrumento de planeamento regional. Esta é uma das características destacadas pelo Secretario de Estado da Agricultura a Salazar no documento «Principais pontos focados no projecto de regime jurídico da colonização interna», de 24 de Agosto de 1959, disponível em ANTT/AOS/CO/EC-20, pasta 11, 1ª subdivisão, p. 417.

⁷⁸⁶ A estes quatro procuradores, juntava-se ainda uma declaração de voto de Guilherme Braga da Cruz, com uma posição mais ambígua, tentativamente equidistante tanto do documento governamental como do parecer, instando que se fizessem mais estudos que procurassem traçar as raízes históricas da estrutura agrária nacional antes de qualquer política agrária.

aprovada pela Câmara Corporativa. O ponto nodal da discórdia situava-se no estabelecimento do «objectivo imediato e quiçá exclusivo» de fomento da produtividade agrícola dentro de uma economia de mercado trazida pela hidráulica agrícola – dissociando-se esta não só dos objectivos colonizadores, como em 1954, mas anulando mesmo a pertinência da autonomia desses fins. Ora, seria «inteiramente desaconselhável o abandono da colonização»⁷⁸⁷, «inaceitável» mesmo, pois parecia impossível de justificar juridicamente à luz do «direito à propriedade» que enformava a ordem jurídica do Estado Novo. Acrescia à justificação constitucional-ideológica outra mais conjuntural, de cariz político ou social, já que era «para todos notória a situação gravíssima das multidões de assalariados da agricultura, sujeitos a nível de vida baixíssimo e a condição social e moral extremamente grave – disso são exemplo típico os conhecidos ranchos do arroz – e reduzidos a situação de proletários, sem efectiva possibilidade de ascender à propriedade.»⁷⁸⁸ Desperdiçava-se ainda o trabalho de milhares de braços que poderiam ser empregues noutras actividades mais produtivas. A propriedade deveria cumprir uma função social e «não o faz quando reduz milhares e pessoas à condição de proletários e deixa de produzir o rendimento económico reclamado pelo bem comum»⁷⁸⁹. Na matriz do pensamento social católico, a desproletarização era objectivo essencial para um Sul mais justo e a ascensão à condição de proprietários um direito. Com base, mais uma vez, nos estudos técnicos dos agrónomos, argumentava-se, adicionalmente, que apenas as empresas médias poderiam atingir a máxima produtividade – sendo Castro Caldas particularmente peremptório nesta linha de argumentação⁷⁹⁰.

⁷⁸⁷ O procurador Manuel Duarte Gomes da Silva providencia uma longa e sustentada argumentação para o seu voto de desacordo com a orientação do parecer em torno da noção de propriedade, «condição imprescindível da livre actuação da personalidade e da dignidade do viver próprio do homem» que fundamenta o direito de «acesso à propriedade», seguindo os ensinamentos das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Cf. José Augusto Correia de Barros (relator), «Parecer n.º 29/VII sobre o Projeto de Proposta de Lei nº 510. Revisão do regime da colonização interna», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 91, VII legislatura, 30 de Março de 1960, 981. Manuel Duarte Gomes da Silva foi um destacado membro da Acção Social Católica, tendo presidido à Juventude Universitária Católica (1940-1941) e dirigido a Liga Universitária Católica. Sobre como o pensamento jurídico de Manuel Gomes da Silva participou na instauração em Portugal de um direito natural de matriz tomista veja-se António Pedro Barbas Homem, «O pensamento jusfilosófico de Manuel Gomes da Silva», *revista Estudos Filosóficos*, n.º 14/2015, 145-160 (disponível em [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art10%20rev14\(1\).pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art10%20rev14(1).pdf)).

⁷⁸⁸ Voto de vencido de Manuel Gomes da Silva em José Augusto Correia de Barros (relator), «Parecer n.º 29/VII sobre o Projeto de Proposta de Lei nº 510. Revisão do regime da colonização interna», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 91, VII legislatura, 30 de Março de 1960, 983.

⁷⁸⁹ Voto de vencido de Manuel Gomes da Silva em José Augusto Correia de Barros (relator), «Parecer n.º 29/VII sobre o Projeto de Proposta de Lei nº 510. Revisão do regime da colonização interna», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 91, VII legislatura, 30 de Março de 1960, 983.

⁷⁹⁰ «Toda a experiência mundial em matéria de regadio mostra insofismavelmente que se não pode obter a intensificação desejável sem que previamente se proceda à criação de uma estrutura capaz de acolher todos os recursos da técnica e da organização indispensáveis para montar um bom sistema de regadio.» Voto de vencido de Eugénio de Castro Caldas em José Augusto Correia de Barros (relator), «Parecer n.º 29/VII sobre o Projeto de

Em sentido contrário, a um mês de estar finalizado a redacção do parecer, chega ao presidente da Câmara Corporativa uma carta escrita pela Associação Central da Agricultura Portuguesa⁷⁹¹ para lhe dar conta das objecções e do desagrado dos seus associados quanto ao documento em apreciação. Surge de novo a acusação de «verdadeiro socialismo agrário», o «carácter anti-económico das obras de irrigação colonizadora» (as experiências colonizadoras teriam um menor «grau de eficiência» em relação à propriedade particular), bem como a importância de uma política colonizadora desenhada com base nos espaços pluricontinentais de Portugal, privilegiando os africanos. Se era para se fazer «povoamento» em propriedade privada no «Portugal europeu», que fosse ou através de incentivos indirectos (fiscais) ou pela compra de propriedades – acima de tudo, através de métodos que não implicassem a expropriação das grandes propriedades do Sul português. Com seis votos de vencido, num processo que dividiu a Câmara Corporativa⁷⁹², a proposta colonizadora de Quartim Graça ficou como que institucionalmente suspensa.

Nem por isso a possibilidade colonizadora deixou de estar presente no espaço de debate público, como denuncia o presidente das Corporação da Lavoura em carta a Oliveira Salazar, em Novembro de 1960: «Trás-nos junto de Vossa Excelência a inquietação profunda que, em nós, dia a dia, se acentua por constatarmos que, consciente ou inconscientemente, uma parte cada vez maior de técnicos agrários, em sucessivas e repetidas iniciativas públicas, vem demonstrando transigir com os princípios da doutrina socialista.»⁷⁹³ Referia-se certamente a uma palestra do agrónomo António José Vaz da Silva Cortez Lobão na Federação Nacional dos Produtores de Trigo, anunciada, com «sintomática» antecedência, pelo vespertino *República*⁷⁹⁴, «arvorado em órgão oficioso do Círculo Agronómico daquele organismo [JCI]»⁷⁹⁵. Dizia-se a

Proposta de Lei nº 510. Revisão do regime da colonização interna», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 91, VII legislatura, 30 de Março de 1960, 984.

⁷⁹¹ Carta da ACAP ao Presidente da Câmara Corporativa incluída na correspondência recebida a propósito da elaboração do parecer relativo à proposta de projecto de lei nº 510 - Sobre 'Revisão do regime da colonização interna', Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 121, n.º 1.

⁷⁹² Sobre a forma como a Câmara Corporativa foi palco para a expressão de tensões, controvérsias e dissidências internas entre a elite política e técnica do regime, sobretudo em matérias de política económica, e como os pareceres emitidos podem ser um «útil instrumento de análise das modificações e tensões com o que o regime se foi internamente debatendo», ver José Luís Cardoso e Nuno Estêvão Ferreira, «A Câmara Corporativa (1935-1974) e as políticas públicas no Estado Novo», *Ler História*, 64, 2013: 31-54.

⁷⁹³ Carta do presidente da Corporação da Lavoura, António Pereira Caldas de Almeida, ao Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar, também assinada pelos Presidentes dos Grémios da Lavoura da Beira Litoral (D. Manuel de Almeida de Azevedo e Vasconcellos), assim como os presidentes dos Grémios da Lavoura da Beira Baixa, do Alto Alentejo, do Baixo Alentejo, do Algarve, de Trás-os-Montes, de Entre Douro e Minho, da Estremadura, do Ribatejo e da Beira Alta. Cf. TT/Arquivo Salazar, EC-21, cx. 82, capilha 4, pasta 11, 1ª subdivisão, Carta do presidente da Corporação da Lavoura, 28 de Novembro de 1960.

⁷⁹⁴ «Aproveitamento social-agrário dos grandes regadios», *República*, 20 de Novembro de 1960, 6. O *República* era o único jornal identificado com a oposição (legal) ao Estado Novo.

⁷⁹⁵ Cf. TT/Arquivo Salazar, EC-21, cx. 82, capilha 4, pasta 11, 1ª subdivisão, Carta do presidente da Corporação da Lavoura, 28 de Novembro de 1960.

favor das obras de «rega anti-socialista», advogando a centralidade ideológica e material da «terra» para a definição do regime político: «a terra, a propriedade rústica, é o mais sólido esteio da ordem social, da ordem cristã em que nascemos e queremos que nasçam as gerações vindouras.»⁷⁹⁶ Rega e colonização eram então tidos como mecanismos de intervenção social no espaço rural de sentido contrário: um assalariava, o outro campesinava. E o Estado – ou o regime – definia-se, em última instância, pela escolha dos mecanismos de intervenção nas relações de propriedade, ou seja, na relação (jurídica, económica, social e simbólica) da população produtora com o seu território produtivo.

Agitaram-se, mais uma vez, os «interesses agrários», organizando a habitual pressão política contra a parcelarização. Mas mesmo no seio do governo as ideias colonizadoras não foram unanimemente acolhidas, como o demonstrou o processo de elaboração do II Plano de Fomento.⁷⁹⁷ Depois do parecer divisivo na CC, o Presidente do Conselho pediu para que Pedro Soares Martinez, então influente advogado e professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, elaborasse um outro parecer sobre a dita proposta de lei, como suporte à revisão em curso do projecto governamental. De fabricação demorada, quando finalmente é entregue o longuíssimo parecer⁷⁹⁸ em Janeiro de 1962 logo é colocado de parte – pois «não se contém, no articulado que propõe, qualquer possibilidade de actuação»⁷⁹⁹. Era o prenúncio dos debates intermináveis, porque partiam de posições impossíveis de ultrapassar, entre o novo Secretário de Estado da Agricultura, João Mota Pereira Campos, e o Ministro da Justiça, Antunes Varela, ocorridos durante quase todo o ano de 1962.

Pouco mais de um ano depois de ter assinado o voto vencido na CC, em Maio de 1961 João Mota Pereira Campos foi nomeado para substituir Quartim Graça, parecendo assim Salazar subscrever a sua orientação perante a colonização interna: «entendo dever ser concedida [liberdade de acção] sem reservas ao Governo numa conjuntura em que se impõe actuar, com incisiva energia, em todo o território metropolitano, por forma a alcançar-se a produção de um

⁷⁹⁶ Cf. TT/Arquivo Salazar, EC-21, cx. 82, capilha 4, pasta 11, 1ª subdivisão, Carta do presidente da Corporação da Lavoura, 28 de Novembro de 1960.

⁷⁹⁷ Lembra Eugénio de Castro Caldas que «de forma idêntica à do I Plano, o Relatório original foi muito modificado. Deve assinalar-se que as modificações foram introduzidas especialmente pelos diferentes Ministérios a que foi submetido. Muitas delas são altamente significativas, revelando quanto esses Ministérios estavam contaminados por ideias contrárias às moderadíssimas propostas de reformismo agrário que foram apresentadas.» Cf. Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura na história de Portugal* (Lisboa: Empresa de publicações nacionais, 1998), 518.

⁷⁹⁸ Cf. TT/AOS/CO/EC – 20, pasta 11, 8ª subdivisão, «Parecer do Prof. Soares Martinez sobre a proposta de lei relativa à revisão do regime jurídico da colonização interna».

⁷⁹⁹ Acrescenta que «quem tiver presente a história da hidráulica agrícola e da colonização interna no nosso país sente-se chocado com a repressão que tal estudo documenta.» Cf. TT/AOS/CO/EC – 20, pasta 11, 4ª subdivisão, Carta do Secretário de Estado da Agricultura ao Presidente do Conselho, 17 de Janeiro de 1962, 499.

efeito bem marcado na estrutura agrária nacional que importa corrigir sem tardança»⁸⁰⁰. Eram novos os actores mas os argumentos eram conhecidos – com a vantagem historiográfica do lastro documental produzido, uma vez que Oliveira Salazar arbitrou o conflito.

Depois da *débauche* na Câmara Corporativa, o novo Secretário de Estado tenta dar continuidade ao processo legislativo. Apresenta a Salazar em Janeiro de 1962 uma nova proposta de lei «repassada de moderação»⁸⁰¹, publicada em Março no *Diário das Sessões*, sem alterações depois da leitura do Presidente do Conselho. O argumentário explanado no extensíssimo relatório inicial, que visa substituir novo parecer da CC, dá conta de forma explícita, como nunca antes, da racionalidade colonizadora:

«consoante se explanou ao longo deste relatório, sempre o interesse de criar riqueza através da execução das obras de fomento hidroagrícola andou, no espírito dos técnicos, dos doutrinadores e dos governantes, nos estudos e nas leis, associado a intenções de promoção económica e social de trabalhadores rurais que, num esforço de colonização das áreas beneficiadas à custa de dinheiros públicos, seriam instalados nos casais agrícolas resultantes do parcelamento das grandes propriedades.

Pois bem: desde que se exclui da sujeição a expropriação os terrenos cuja exploração atingiu certos índices de intensificação cultural, isso significa que ao económico se sacrifica tudo o mais e que, portanto, a colonização, como objectivo directo da hidráulica agrícola, se dissocia definitivamente e apaga em face da realização de um fim de produtividade agrícola.»

802

⁸⁰⁰ A declaração de voto vencido de João Mota Pereira de Campos: «com a declaração de que não subscrevo a orientação, perfilhada neste parecer e expressa nas modificações introduzidas no articulado do projecto, de restringir a liberdade de acção que entendo dever ser concedida sem reservas ao Governo numa conjuntura em que se impõe actuar, com incisiva energia, em todo o território metropolitano, por forma a alcançar-se a produção de um efeito bem marcado na estrutura agrária nacional que importa corrigir sem tardança, em homenagem aos superiores interesses do país.» Cf. José Augusto Correia de Barros (relator), «Parecer n.º 29/VII sobre o Projeto de Proposta de Lei n.º 510. Revisão do regime da colonização interna», *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 91, VII legislatura, 30 de Março de 1960, 980.

⁸⁰¹ Cf. «Relatório do Secretário de Estado da Agricultura justificativo da proposta de lei sobre o regime jurídico a colonização interna apresentada à Assembleia da República», *Diário das Sessões*, n.º 43, 10 de Março de 1962, 1002-(9) e 1002 (14).

⁸⁰² Páginas anteriores afirmava-se que «na verdade, o objectivo da produção material de riqueza jamais esteve desligado da necessidade de alcançar elevadas finalidades sociais – podendo antes afirmar-se que sempre foi dominadora a preocupação de remodelar, nas regiões beneficiárias da rega, uma estrutura social defeituosa, na base da ocupação, em condições humanamente aceitáveis, de populações cronicamente subempregadas ou sujeitas a longo desemprego estacional que a prática de culturas extensivas determinada». Defende-se as novas disposições não sem reescrever a história dos instrumentos jurídicos colonizadores durante o Estado Novo, impondo-lhes uma orientação histórica unívoca. Cf. «Relatório do Secretário de Estado da Agricultura justificativo da proposta de lei sobre o regime jurídico a colonização interna apresentada à Assembleia da República», *Diário das Sessões*, n.º 43, 10 de Março de 1962, 1002-(9) e 1002 (14).

Concretamente, a contenda centrava-se nas disposições que estabeleciam um limite máximo para reserva pelos proprietários de área beneficiada, pois implicava que houvesse expropriação independentemente da vontade dos proprietários e das formas e níveis de intensificação cultural atingidos nos terrenos regados.⁸⁰³

«Para que um proprietário com terras incluídas em áreas dominadas pelas obras de fomento hidro-agrícola possa furtar-se à expropriação não basta, como se viu, que na respectiva exploração tenha alcançado determinados resultados económicos, considerados satisfatórios – pois o interesse social que através das obras de rega se pretende realizar comanda, em primeira linha, a utilização a dar às áreas irrigadas.»

A relação dos *meios* colonizadores com os *fins* é evidenciada com clareza:

«Mas que se pretende, no fim de contas, com o empreendimento da colonização? Que a terra regada seja explorada intensivamente e *por forma* a permitir a colocação, em condições satisfatórias, do número máximo de famílias agrologicamente admissível, às quais se proporcione, sempre que possível condições de acesso à propriedade da terra.» [itálico meu]

A partir desse documento, as posições dentro do Executivo foram esgrimidas durante meses de conversações e reuniões intraministeriais até estarem completamente solidificadas e inamovíveis:

O projecto da Secretaria de Estado admite a expropriação como regime-regra, apenas concedendo ao proprietário a faculdade de reservar determinada área para exploração directa. O articulado proposto pela [Ministério da] Justiça, considerando excepcional a expropriação, pretende que sejam definidos previamente em diploma legislativo os termos em que o direito de propriedade pode ser sacrificado, visto não ser lícito considerar de utilidade pública, como regra, a simples passagem de prédio de um particular para outro particular.⁸⁰⁴

Em causa estava o facto dos proprietários dos terrenos irrigados terem um limite máximo de parcelas que poderiam reservar para explorar directamente, cujo critério, avaliava

⁸⁰³ Esta proposta não estabelecia limites máximos fixos para a área de reserva mas estabelecia que esta não poderia ser superior (nem inferior) a uma «unidade técnica-económica» considerada «satisfatória», tendo em conta «circunstâncias económicas-agrárias, sociais e demográficas da zona considerada», determinadas pelos serviços de Estado. Cf. «Relatório do Secretário de Estado da Agricultura justificativo da proposta de lei sobre o regime jurídico a colonização interna apresentada à Assembleia da República», *Diário das Sessões*, n.º 43, 10 de Março de 1962, 1002-(9) e 1002 (20).

⁸⁰⁴ Cf. Cf. TT/AOS/CO/EC – 30, Pasta 4, 4ª subdivisão, Carta do Ministro da Justiça ao Secretário de Estado da Agricultura, s./d..

o Presidente do Conselho, «além de ser perigosamente vago e impreciso, coloca nas mãos da administração um poder de todo arbitrário»⁸⁰⁵. Não seria a burocracia de Estado, a JCI, a decidir sobre o mundo rural por vir; sobre a reforma agrária nunca uma tecnocracia colonizadora poderia imperar.

A acusação de regime-regra foi negada – «só será expropriado quem o quiser»⁸⁰⁶ – mas ao fim de meses de negociação, através de um grupo de trabalho entre os Ministros das Obras Públicas, da Justiça e da Economia, o Presidente do Conselho deu ordens claras para o desfecho do diploma, anulando qualquer pretensão reformista. Sentenciava que o novo diploma do Secretário de Estado «quanto ao problema fundamental da expropriações, está de tal modo ao arrepio dos bons princípios (...) que logo se me afigurou difícil enxertar sobre ele uma solução eficaz» e admoestou o próprio Secretário de Estado por se ter afastado do «quadro de soluções que havíamos aceite», propondo ainda a eliminação de um «preceito de raiz acentuadamente socialista»⁸⁰⁷. Se esta era a posição de Salazar em Outubro de 1962, parecia ter havido uma longa evolução desde que este tinha decidido pela escolha de um Secretário de Estado da Agricultura que se tinha levantado contra a restrição imposta pela Câmara Corporativa da «liberdade de acção que entendo dever ser concedida sem reservas ao Governo». O diploma foi finalmente publicado a 23 de Novembro de 1962. Previa a conservação da estrutura agrária e da estrutura social alentejana, seguindo a orientação política delineada em 1954. No âmbito de uma vasta remodelação governamental, o Secretário de Estado da Agricultura e o Ministro da Economia Ferreira Dias saem do governo a 4 de Dezembro, passadas menos de duas semanas.

Entretanto, enquanto estavam a ser negociadas as formas políticas do desenvolvimentismo do Sul no seio do governo, o aparelho administrativo do Estado tinha tido ordens para prosseguir a via colonizadora. Ao fim de vinte anos de actividade, a JCI tinha obtido

⁸⁰⁵ Cf. TT/AOS/CO/EC – 30, Pasta 4, 7ª subdivisão, Carta do Presidente do Conselho a Secretário de Estado da Agricultura, 18 de Outubro de 1962.

⁸⁰⁶ Cf. TT/AOS/CO/EC-20, Pasta 11, 6ª subdivisão, Carta de João Mota Pereira Campos a Ministro da Justiça, 19 de Outubro de 1962, 583.

⁸⁰⁷ Especificamente, o Presidente do Conselho diagnostica dois problemas graves: 1) o facto dos projectos de colonização fixarem o número de parcelas que cada proprietário poderia reservar para exploração directa; acrescido do facto de se prescrever a expropriabilidade de tudo o que obstaculizasse a execução dos projectos de colonização. Subscrevendo a visão do Ministro da Justiça afirma que «a expropriação aparece, assim, como regime-regra e a reserva feita pela exploração directa do proprietário como uma pura concessão da administração», o que não era o que tinha acordado com o Secretário de Estado. 2) Comenta que o critério «vago» e «impreciso» para fixar o máximo de parcelas a reservar pelo proprietário «coloca nas mãos da administração um poder demasiado arbitrário». Mais acrescenta que ambos os inconvenientes resultavam do facto da proposta do Secretário de Estado se afastar do acordado entre os dois, nomeadamente que 1) se deveria respeitar os limites concretos, precisos e fixados na lei n.º 2072 quanto à área reservada para a exploração directa do proprietário; 2) impor, entretanto, aos proprietários (além da obrigatoriedade de arrendarem, aforarem ou darem de pareceria certa quota parte dos seus prédios) o dever de realizarem em proveito dos rendeiros, foreiros ou parceiros as construções e melhoramentos fundiários indispensáveis à colonização das terras irrigadas. Cf. TT/AOS/CO/EC – 30, Pasta 4, 7ª subdivisão, Carta do Presidente do Conselho a Secretário de Estado da Agricultura, 18 de Outubro de 1962.

finalmente autorização para se iniciarem os estudos económico-sociais das áreas beneficiadas, justificados no quadro do cumprimento dos objectivos do II Plano de Fomento⁸⁰⁸. Os pedidos que desde 1938 constavam nos relatórios da JCI para acederem e estudarem económica e socialmente os terrenos beneficiados pela JAOHA, para aí se planearem formas de colonização, eram finalmente deferidos em finais de 1958. Em Janeiro de 1961, a JCI apresentou cinco estudos económico-sociais das obras de fomento hidroagrícola referentes aos perímetros de Campilhas, Sado (inferior), Mira, Caia e Roxo ao Secretário de Estado da Agricultura. À semelhança dos outros estudos, o relativo ao perímetro de Campilhas, no Baixo Alentejo, permitia «verificar as condições em que, actualmente, se processa a utilização social agrária daquela zona e a necessidade de uma intervenção correctora, a exercer no âmbito de adequado planeamento regional»⁸⁰⁹. Finalmente, o corpo de técnicos do Estado defensores de uma reforma agrária tinha poder para prosseguir administrativamente os seus objectivos reformadores. O Secretário de Estado da Agricultura tinha ainda formado um «Grupo de Trabalho para o Estudo do Aproveitamento dos Regadios»⁸¹⁰, sob a chefia de Castro Caldas. A vontade de concretização da política de colonização hidráulica pode ser ainda atestada pelo pedido de Salazar ao Secretário de Estado da Agricultura⁸¹¹ em Novembro de 1961 para que fosse a sua tutela, de orientação reformista agrária, a rever o Plano de Rega do Alentejo, de acordo com as sugestões sobre o aproveitamento económico e social tendentes à colonização, feitas pela Câmara Corporativa.

⁸⁰⁸ O despacho de 29 de Outubro de 1958 do Secretário de Estado da Agricultura deu autorização para a JCI iniciar os estudos económico-sociais das áreas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola do Vale do Sado (curso inferior) e de Campilhas (já terminadas) e do Sorraia (em vias de conclusão), do Plano Hidráulico de 1938. O despacho n.º 53/2 de 6 de Dezembro de 1958 também do Secretário de Estado da Agricultura alargou os estudos aos novos empreendimentos a realizar no âmbito do II Plano de Fomento, aos rios Mira, Caia e Ribeira do Coxo. Cf. Ministério da Economia. Secretaria de Estado da Agricultura. Junta de Colonização Interna, *Estudos Económico-Social das Obras de Fomento Hidroagrícola. Perímetro de Campilhas* (Lisboa: JCI, 1961), 9.

⁸⁰⁹ O despacho do Secretário de Estado da Agricultura Quartim Graça de 11 de Janeiro de 1961 dá conta da recepção dos cinco estudos. Cf. Ministério da Economia. Secretaria de Estado da Agricultura. Junta de Colonização Interna, *Estudos Económico-Sociais das Obras de Fomento Hidroagrícola. Perímetro de Campilhas* (Lisboa: JCI, 1961), 8.

⁸¹⁰ Ibidem.

⁸¹¹ Pedido que o Secretário de Estado da Agricultura, João Pereira de Campos, recusa, uma vez que tinha sido o Ministério das Obras Públicas a apresentar o Plano de Rega do Alentejo. Propõe que a revisão fosse feita pela colaboração entre o Ministério das Obras Públicas e três secretarias de Estado do Ministério da Economia – nomeadamente, com a ajuda do grupo de trabalho liderado por Eugénio de Castro Caldas. Cf. TT/ AOS/CO/OP-9^A, 2ª subdivisão, P-2, 2, Carta de Pereira de Campos ao Presidente do Conselho, 20 Novembro de 1961, 4.

3 «Rapidamente e com decisão, a profunda Reforma Agrária»: as lutas sociais alentejanas na Guerra Fria?

Entre a Primavera de 1961 e o Outono de 1962 há uma história política por contar para além das relações entre os ministros e destes com o Presidente do Conselho e com o aparelho de Estado. A vitória do «conservantismo rural» dos campos do Sul não foi só o fim de um processo político conflituoso dentro do governo, onde a temporária defesa do desenvolvimentismo colonizador desaguou na defesa do *status quo* agrarista do Sul no Outono seguinte. Em Março de 1962, os deputados da Assembleia Nacional mobilizaram-se para discutir o novo diploma sobre colonização interna em período excepcional. Um abaixo-assinado com 73 assinaturas de deputados foi apresentado ao Presidente do Conselho, no qual se afirmava que não se queria ver mais uma vez «proteladas as providências fundamentais para a recuperação político-social da terra portuguesa»⁸¹² e se pedia para discutir a «reforma agrária». Depois do sucesso reformista durante a discussão da lei de emparcelamento⁸¹³, havia que levar os propósitos colonizadores a uma Assembleia Nacional favorável, não obstante a oposição do seu presidente Mário de Figueiredo⁸¹⁴. Sem surpresa, o Ministro da Justiça opôs-se – pretendia acelerar o processo legislativo com a promulgação de um decreto-lei que possibilitasse quanto antes a execução de novas obras de hidráulica agrícola.⁸¹⁵ Ou seja, que a rega do Alentejo se pudesse fazer sem ser discutida e aprovada a colonização pela Assembleia Nacional. O conturbado processo legislativo de 1954 tinha sido demasiado público e notório e havia que não o repetir. A decisão de não levar a proposta de lei à discussão na Assembleia Nacional é finalmente tomada em Novembro de 1962.⁸¹⁶ Entretanto, fora da esfera política do Governo e da Assembleia Nacional, outras acções políticas tomavam forma no Alentejo.

A conflitualidade social no Alentejo, latente e aberta, foi um dos elementos que contribuiu para a consideração governamental dos planos de colonização. Em Janeiro de 1961,

⁸¹² Cf. TT/AOS/CO/PC – 7, pasta 1, Abaixo-assinado dos deputados da Assembleia Nacional, 2 de Março de 1962.

⁸¹³ Quando o Secretário de Estado da Agricultura enviou finalmente a nova proposta de lei ao Presidente do Conselho, informou-o ainda em carta que «Alguns proprietários do Sul, capitaneados pelo Presidente da Corporação da Lavoura, têm vindo, numa lamentável defesa preventiva, a atacar o emparcelamento no Norte, receosos do parcelamento do Sul... são muito prudentes!» Cf. TT/AOS/CO/EC – 20, Pasta 11, 3ª subdivisão, «Carta do Secretário de Estado da Agricultura ao Presidente do Conselho», 17 de Janeiro de 1962.

⁸¹⁴ «Tratando-se de matéria de sua própria natureza ‘explosiva’, afigura-se-me que seria preferível reservá-la exclusivamente para exame calmo e objectivo de uma equilibrada equipa ministerial, em vez de se entregar à discussão apaixonada de uma assembleia política.» Cf. TT/AOS/CO/EC – 20, Pasta 11, 4ª subdivisão, «Proposta de lei de colonização interna», 27 de Fevereiro de 1962.

⁸¹⁵ Cf. Cf. TT/AOS/CO/EC – 20, Pasta 11, 5ª subdivisão, «Carta de Ministro da Justiça a Secretário de Estado da Agricultura», 10 de Março de 1962.

⁸¹⁶ Cf. TT/AOS/CO/EC – 30, Pasta 4, 9ª subdivisão, Carta do Secretário de Estado da Agricultura ao Ministro da Justiça, 6 de Novembro de 1962.

João Pereira de Campos, Secretário de Estado da Agricultura, faz chegar ao Presidente do Conselho uma carta de um técnico da JCI colocado em Beja onde este denuncia o «clima social nebuloso» que aí se vive e «que urge sanear»⁸¹⁷. Afirmava que «o meio rural está comunizado e anarquizado com a ajuda de alguns proprietários. A acção dos grandes proprietários é tão nefasta como a os comunistas. É ela que se opõe, por todos os meios à evolução social que é necessário levar a efeito». O espectro do comunismo pairava, se não nas planícies alentejanas, nas reuniões governamentais sobre a colonização interna. Naquela carta, o técnico da JCI conta uma história sobre o proprietário Eduardo Anjos Ramos de Magalhães, que trouxe os amigos de Lisboa para irem caçar na sua coutada. O grande proprietário de Avis no final da caçada e do repasto que se lhe seguiu pediu a um dos seus assalariados rurais para mostrar os seus dotes poéticos. «E o “analfabeto” com oito séculos de história, acumulando poesia, sofrimento e... desilusão, saiu-se com esta quadra:

Eu conheço certa canalha
Que só anda de banquete em banquete
Enquanto quem produz e trabalha
Come açorda sem azête

«Evidentemente, que se acabaram as manifestações folclóricas e... ninguém ligou importância à moralidade da quadra.»⁸¹⁸ Desta breve narrativa se entende, num primeiro nível, como os técnicos da JCI se tornaram conhecedores privilegiados do espaço rural polarizado, e, num segundo nível, como o seu conhecimento foi mobilizado para justificar a defesa da colonização pelo Secretário de Estado da Agricultura junto de Salazar.

Poucos meses depois, em Maio de 1962, os trabalhadores rurais no Alentejo e do Sul do Ribatejo manifestaram-se e fizeram greve reivindicando um horário de trabalho de oito horas, de forma a acabar com o trabalho de «sol a sol» que então imperava nos campos do Sul.⁸¹⁹ Conquistaram finalmente o direito às oito horas de trabalho e aumentos salariais que havia muito faziam parte das reivindicações nas lutas sociais e políticas.⁸²⁰ Desde a década de

⁸¹⁷ Anexo com carta de um técnico da JCI ao serviço em Beja (não assinada), Correspondência particular de João Mota Pereira de Campos (29 de Janeiro de 1962), Arquivo Salazar, cota AS/CO – 46; 2.1.8. /2, p. 300.

⁸¹⁸ Anexo com carta de um técnico da JCI ao serviço em Beja (não assinada), Correspondência particular de João Mota Pereira de Campos (29 de Janeiro de 1962), Arquivo Salazar, cota AS/CO – 46; 2.1.8. /2, p. 300.

⁸¹⁹ Cf. José Pacheco Pereira. *Conflitos sociais nos campos de Portugal* (Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1983).

⁸²⁰ Uma narrativa dos acontecimentos é fornecida por António Gervásio, «operário agrícola e militante do PCP», que em Junho de 1962 datilografou um relatório sobre a «jornada heróica» das lutas de Abril e Maio de 1962, publicado em António Gervásio, *Lutas de Massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do país*. Cadernos de história do PCP (Lisboa: Avante, 1996).

quarenta que as mobilizações do Alentejo de carácter económico se avolumavam, tendo sido acrescentados, sobretudo a partir da década de cinquenta, aspectos políticos, com recurso com maior frequência à greve como forma de luta – uma conflitualidade social crescente recebida pelo regime com uma violenta repressão que teve na morte da trabalhadora Catarina Eufémia o seu símbolo maior. Foi já argumentando que a data de Maio de 1962 representou o culminar de um processo maior de emergência de um sujeito social colectivo e de desenvolvimento da classe trabalhadora alentejana.⁸²¹ As reuniões e as apreensões de material político multiplicaram-se nos meses anteriores⁸²². Este «período grave e inquietante» que a «lavoura atravessava» foi tido em conta quando o Ministro da Justiça enviava ofícios ao Ministro da Economia com as propostas de alteração e comentários à proposta de lei, entretanto apresentada e discutida em Conselho de Ministros.

Os sinais de conflitualidade que se avolumavam no Alentejo acompanhavam outros acontecimentos que, desde 1958, com o «terramoto Delgado», tinham feito estremecer as estruturas políticas do regime, abaladas por sucessivos movimentos sociais, golpes palacianos e resistências anti-coloniais. Só em 1961, deu-se o episódio do assalto ao Santa Maria, o início da guerra em Angola, a tentativa de golpe de Estado de Botelho Moniz e a invasão das colónias portuguesas na Índia. Em 1962, as lutas pelas oito horas de trabalho no Alentejo seguiam-se ainda à crise estudantil, com a ocupação da cantina da Cidade Universitária. O ressurgimento (e o caso) da política colonizadora inscreve-se nesta conturbada conjuntura política de 1958-1962, amplamente estabelecida pela historiografia como uma crise de regime.

O retorno da colonização interna à política governamental na viragem para a década de sessenta, no entanto, não deve ser entendido apenas como uma evolução endógena. Longe de constituir uma particularidade da conjuntura política e social portuguesa, a reforma agrária ensaiada pelo Estado Novo está plenamente inserida no desenvolvimentismo do Sul europeu da época. «Há, de resto, entre nós, uma mentalidade que parece desviada dos caminhos do Mundo, quase incompreensível na Europa de hoje, que urge reformar»⁸²³, afirmava Ferreira Dias pouco antes de entrar para o Governo, em 1958. A «Europa de hoje» incluía certamente a Itália e a Espanha, mas na inclinação política por uma reforma agrária surgiria também o

⁸²¹ João Valente Aguiar, «‘Levantados do Chão’. A formação da classe trabalhadora alentejana.», *Lutas Sociais*, n.º 27, 2º semestre 2011, 31-44.

⁸²² António Gervásio, «A luta do proletariado agrícola: de sol a sol até à Reforma Agrária», in *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*, org. António Murteira (Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2004).

⁸²³ Ferreira Dias referiu-se ainda às exigências da OECE em matéria de reorganização agrária (A OECE era a Organização Europeia de Cooperação Económica, criada para gerir os fundos do Plano Marshall na Europa): Cf. Ferreira Dias (relator), «Parecer 3/VII...», 251 e 252.

governo da República Federal da Alemanha (RFA), financiador do «Plano de Rega do Alentejo». Apesar de se ter constituído como alternativa ao projecto colonizador em 1957, algumas realizações deste plano tinham ficado dependentes da promulgação de uma nova lei colonizadora. As negociações morosas, «que exigiam muita meditação»⁸²⁴, entre a Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério das Obras Públicas sobre o Plano de Valorização do Alentejo e a possível colonização de alguns dos terrenos, atrasaram em mais de dois anos o início das obras de rega do Mira, Roxo e Caia, incluídas no II Plano de Fomento.⁸²⁵ Apenas em 1963 arrancaram as obras nestes aproveitamentos hidráulicos, que integravam uma área total de 24.848 hectares⁸²⁶, sem qualquer programa colonizador associado. No entanto, antes deste desfecho, quando o empréstimo alemão para a rega do Alentejo foi negociado, no âmbito do acordo luso-alemão de 1961⁸²⁷, o Secretário de Estado da Agricultura expôs a Salazar sem ambiguidade a preferência da delegação alemã para o empreendimento:

«Ainda sobre o projecto respeitante à Colonização Interna, permito-me referir aqui, embora o facto seja já do conhecimento de vossa Excelência, que na última reunião, efectuada na Presidência do Conselho, com a Delegação Alemã que veio negociar o empréstimo ao nosso País, o Chefe da Missão exprimiu em nome da Delegação o seu parecer sobre a necessidade de se alterar a estrutura agrária e social do Alentejo, solicitando que ficasse “expressa a sua esperança em que o Governo Português promova rapidamente e com decisão a profunda Reforma Agrária exigida pela delicada situação económica da região alentejana, geradora de graves estados de grande tensão social na grande província, para, assim, Portugal acertar o passo com o movimento económico e social em curso nos restantes países da Europa”»⁸²⁸

Parte do acordo de cooperação económica entre os dois países, os empréstimos alemães negociados em 1961 incluíam o financiamento de projectos portugueses que acelerassem aquilo

⁸²⁴ Palavras de Quartim Graça, em entrevista ao jornal *O Século* publicada em *A importância dos problemas agrícolas para o país. Os projectos de lei sobre a reorganização agrária. Entrevista do Secretario de Estado da Agricultura concedida ao jornal «O Século», em 30 de Dezembro de 1959* (Lisboa: Imprensa Sociedade Astória, 1960), 23.

⁸²⁵ Cf. João António de Oliveira e Silva, «Desenvolvimento Regional e Valorização Agrária», in *Agricultura e o II Plano de Fomento. Ciclo de Conferências promovido pela Secretaria de Estado da Agricultura*. Volume terceiro. (Lisboa: Tipografia Sociedade Astoria, 1961), 138.

⁸²⁶ Cf. Joaquim Rosado Gusmão, «Plano de Rega do Alentejo», in *Dicionário de História de Portugal*, volume 9, suplemento P/Z, 92-93 (Porto: Figueirinhas, 2000).

⁸²⁷ Protocolo assinado em 13 de Maio de 1961 entre o Ministro alemão Ludwig Erhard e o Ministro da Presidência português, Pedro Theotónio Pereira. Cf. Ana Mónica Fonseca, *A força das armas: o apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. (Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007), 184-86.

⁸²⁸ Cf. TT/ AOS/CO/OP-9^A, 2^a subdivisão, P-2, 2, Carta de Pereira de Campos ao Presidente do Conselho, 20 Novembro de 1961, 3.

que era visto como «o lento desenvolvimento económico de Portugal».⁸²⁹ Neste acordo, a concessão dos 150 milhões de marcos estava, contudo, dependente da aprovação de «projectos individuais de infraestrutura económica e social», nomeadamente o projecto de irrigação do Alentejo (ao qual foi atribuído 100 milhões)⁸³⁰. A pressão exercida pelo governo da RFA no sentido da reforma agrária portuguesa explorava justamente a latitude de negociação conquistada pelos alemães no financiamento destes empreendimentos, de maneira a que alguma forma de parcelamento se associasse à irrigação, seguindo, de resto, as orientações da Câmara Corporativa sobre o Plano. Pressão que, como sabemos, não surtiu o efeito esperado: quando o Plano de Rega revisto⁸³¹ foi finalmente aprovado, em Novembro de 1962, e financiado pelo empréstimo externo do Governo português junto da *Kreditanstalt für Wiederaufbau*, não tinha apenso qualquer programa colonizador, em consonância com o novo enquadramento legal colonizador promulgado no mesmo mês.⁸³² Não obstante, este episódio sugere mais uma dimensão na qual a história da colonização se insere: numa altura em que a Alemanha Ocidental, liderada por um governo democrata-cristão vincadamente anticomunista, procurava trilhar, com as “ajudas ao desenvolvimento”, os caminhos do reconhecimento político internacional, quer para reabilitar a imagem do seu país comprometida pela II Guerra Mundial quer para isolar a rival República Democrática Alemã⁸³³, e pouco depois de ter sido acordada a construção de uma enorme base em Beja para uso da Força Aérea da RFA,⁸³⁴ o Alentejo parecia ser um dos locais a intervencionar para deter a influência comunista. Movimentos sociais, desenvolvimentismo rural e política internacional convergiram, em 1961, para apoiar a solução colonizadora em Portugal.

A consciência política de um movimento reformista agrário internacional tinha, contudo, chegado a Portugal antes de 1961. Chegou, sobretudo, através da circulação de saberes proporcionada quer pelas estadias de técnicos portugueses em países estrangeiros, notavelmente em Itália, quer pela participação destes em organizações e encontros internacionais – movimentos que permitiam aos agrónomos portugueses integrar as «comunidades epistémicas» transnacionais que se haviam consolidado desde o fim da II Guerra Mundial. Cinco agrónomos pertencentes aos quadros da Junta de Colonização Interna, que

⁸²⁹ Cf. Ana Mónica Fonseca, *A força das armas: o apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*, 192.

⁸³⁰ Cf. Decreto-lei n.º 44693, *Diário de Governo*, n.º 264, de 16 de Novembro de 1962.

⁸³¹ Cf. Ministério das Obras Públicas. *O Plano de Rega do Alentejo*. Novembro de 1962, disponível em TT/AOS/CO/OP-9^A.

....

tinham estagiado enquanto bolseiros do Instituto de Alta Cultura, em Itália, e ficado em contacto próximo com a reforma agrária italiana, defendem publicamente o planeamento regional e a reestruturação agrária a propósito do II Plano de Fomento. O relato da participação de uma delegação de técnicos portugueses numa reunião da FAO em Roma, em finais de 1959, dá conta do entusiasmo apaixonado com que se debateu nesse encontro o tema da reforma agrária⁸³⁵. Se a defesa da reforma agrária não estava limitada às organizações internacionais e agências estatais que produziam e circulavam conhecimento científico, tinham nestas um terreno de eleição.

Nestas relações internacionais, o Plano de Badajoz⁸³⁶ foi erigido como exemplo maior do desejado desenvolvimento do Alentejo, com a sua execução a ser acompanhada, estudada e visitada por técnicos e políticos portugueses. Pensada desde a década de vinte, a irrigação dos campos da Andaluzia a partir do aproveitamento do rio Guadiana foi finalmente concretizada na década de cinquenta de forma a responder à situação de grave crise social na região (desemprego elevado e conflitos sociais entre os trabalhadores rurais e os grandes proprietários absentistas). Também em Espanha o Governo tinha decidido que a melhor forma de aplacar os conflitos sociais era desenvolver um plano de aproveitamento dos recursos hídricos, tendo agora como referencial a política agrária americana no Midwest, mais do que o anterior modelo católico-falangista.⁸³⁷ Aumento da produtividade, culturas intensivas, novos postos de trabalho e melhoramento dos níveis de vida eram objectivos a atingir através da construção de barragens de grande envergadura; o plano de desenvolvimento regional delineado incluía ainda a

⁸³⁵ Armando C. Ferreira, *Xª Conferência plenária da FAO. Informação da Delegação Portuguesa sobre o tema "Reforma Agrária"*, Dactilografado (Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1959). Com base neste relatório, Dulce Freire descreve a conferência: «En la conferencia de 1959, la reforma agraria se trató 'de una forma verdaderamente apasionante'. La atención prestada por las delegaciones de todos los esistentes exigió la convocatoria de una session extraordinaria que se prolongou durante la madrugada. Los representantes portugueses compátan ese encusiasmo, y, en ese sentido, defendiam que desde que hacía tiempo era necesaria una reestructuración agraria que impulsase la modernización del sector.» Cf. Freire, «Ensayos de Ingeniería Social...», 213.

⁸³⁶ O Plano de Badajoz [Plan de Obras, Colonización, Industrialización y Electrificación de la provincia de Badajoz] foi aprovado pela lei de 7 de abril de 1952, que fixava quais eram os objectivos e os meios de execução do plano estabelecido a 14 anos. Sobre o Plano de Badajoz, ver Nicolas Ortega Cantero, *Política agraria y dominación del espacio* (Madrid: Ayuso, 1979); J. A. Pérez Rubio, *Yunteros, braceros y colonos. La política agraria en Extremadura 1940- 1975* (Madrid: Ministerio de Agricultura, 1994).

⁸³⁷ Cf. Juan Pan Montojo, *Apostolado, profesión & tecnología: una historia de los ingenieros agrónomos en España*, (Madrid: Colegio Oficial de Ingenieros Agrónomos, 2005); Carlos Barciela Lopez, 'Las reformas agrarias de los nacionales: propuestas & realizaciones', in *Economía & economistas en la guerra civil*, coord. E. Fuente Quintana & F. Comín, vol 1 (Madrid/Barcelona: Real Academia de Ciencias Morales & Políticas-Galaxia Gutenberg, 2008), 475-501. Uma síntese intensamente documentada sobre o Plano de Badajoz encontra-se em Sergio Riesco Roche e Francisco J. Rodríguez Jiménez, «El Plan Badajoz: entre la modernización económica la propaganda política», conferência realizada no encontro *Old and New Worlds. The Global Challenges of Rural History*. Lisboa, 27 a 30 de Janeiro de 2016. (Disponível em <https://lisbon2016rh.files.wordpress.com/2015/12/onw-02401.pdf>)

expropriação e a colonização de terras irrigadas de melhor qualidade.⁸³⁸ Previa assim para as Vegas do Guadiana a transformação em regadio de 130.000 hectares e a colonização de uma parte destes com 9 mil colonos, além de 50.000 hectares de repovoamento florestal.⁸³⁹ Durante a publicitação do Plano de Valorização do Alentejo, em 1956, o Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira visitou os trabalhos de irrigação em Badajoz, detalhadamente relatados na imprensa⁸⁴⁰. De novo, em 1959, uma delegação portuguesa, constituída por técnicos da JCI, incluindo o seu presidente, e o secretário de Estado visitaram os empreendimentos. Nos meses seguintes, o presidente da JCI ordenou um estudo aprofundado das realizações do Plano, incluindo as técnicas colonizadoras aí desenvolvidas (desde a adaptação ao regadio, à urbanização dos núcleos de colonização e à escolha e assistência dos colonos), bem como o enquadramento legal da acção do *Instituto Nacional de Colonización*.⁸⁴¹

Um modelo de desenvolvimentismo rural no Sul do Sul da Europa parecia estar em execução: uma política de desenvolvimento rural⁸⁴² para as zonas consideradas sub-desenvolvidas em ou vias de desenvolvimento, assente em grandes obras de hidráulica agrícola, além de outras obras públicas (infraestruturas, electrificação), que permitissem uma transformação agrária, visando combinar aumentos da produtividade da terra e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, dentro de uma agricultura eficiente e eficaz, fortemente industrializada, que fosse o sustentáculo de uma industrialização e urbanização. As ideias de colonização interna, formulados no seio do reformismo agrário nacional, foram articuladas com

⁸³⁸ Segundo a Lei de 7 de Abril de 1952, os proprietários poderiam apenas reservar para exploração directa parcelas até 20 hectares, acrescidos de mais 20 hectares por cada criança.

⁸³⁹ O plano de Badajoz incluía ainda a regulação do rio Guadiana, a modernização das vias de comunicação, a industrialização dos produtos dos novos regadios e a electrificação. Cf. Carlos Barciela López, M^a Inmaculada López Ortiz e Joaquin Melgarejo Moreno, *Autarquía e intervención: el fracasso de la vertiente industrial del Plan Badajoz*, *Revista de História Industrial*, n.º 14, 1998, 127-8.

⁸⁴⁰ «O ministro das obras públicas visitou as obras de irrigação da planície de Badajoz», *Diário de Notícias*, 29 de Julho de 1956, citado por Sofia Bento que sublinha como o Plano de Badajoz foi «un plan inspirateur pour l'Alentejo», em Sofia Bento, *La difficile existence du barrage d'Alqueva, une ethnographie des démonstrations sociotechniques*, Doutoramento da Ecole des Mines de Paris, Especialidade «Socio-economia da Inovação». (Paris, 2006), 357-358.

⁸⁴¹ «Pela vastidão da obra já realizada em toda a Espanha e pelo que nos foi dado a observar nas visitas que fizemos aos vários núcleos de colonização da Delegação do I.N.C. em Badajoz, ficou bem patente no nosso espírito e valor e eficiência da obra em curso no país vizinho, muito especialmente nas zonas beneficiadas pelas grandes obras de fomento hidroagrícola. § Dada a necessidade imperiosa de uma profunda remodelação da nossa deficiente estrutura agrária e do total e conveniente aproveitamento das zonas beneficiadas e a beneficiar pelas obras de fomento hidroagrícola e a realizar no Alentejo, o exemplo de Espanha parece-nos nesse aspecto bastante esclarecedor, pois muitos dos problemas resolvidos tinham muita semelhança com os nossos. Torna-se urgente para esse efeito a publicação de legislação adequada que permita à Junta de Colonização Interna os meios indispensáveis à sua actuação.» Cf. Junta de Colonização Interna, *Relatório de uma visita à delegação do Instituto Nacional de Colonização em Badajoz*, dactilografado (Lisboa: JCI, 1959), 52.

⁸⁴² Veja-se a introdução no número especial dedicado ao desenvolvimentismo rural: Marc Frey e Corinna R. Unger, «Rural Development in the Twentieth Century: International Perspectives – An Introduction», *Comparativ, Zeitschrift für Globalgeschichte und vergleichende Gesellschaftsforschung* Vol. 27, N.º 2 (2017): 7-14

as deste movimento internacional de desenvolvimentismo das economias e sociedades rurais do Sul da Europa. Também o desenvolvimentismo rural dirigido à Extremadura espanhola e à Sicília italiana⁸⁴³ se projectou a partir de tensões internas, que delimitaram as suas intervenções e definiram as suas acções: entre o estabelecimento como fim único do aumento do produto e da produtividade agrícola, favorecendo as elites proprietárias locais; ou procurando conjugar este aumento com (ou colocá-lo necessariamente ao serviço de) uma vasta reorganização agrária que criasse um acesso à propriedade, elevando as condições de vida dos trabalhadores rurais. Tensão que se esgrimia politicamente pela promulgação e efectivação de mecanismos legais de expropriações de terras. Com estes elementos se imaginou o desenvolvimento do Sul do Sul da Europa.

Esta tensão tem sido interpretada na historiografia, seguindo visões de época, sobretudo de círculos agronómicos, como uma alternativa entre uma política económica interessada apenas em aumentos de produtividade agrícola, que favorecesse os grandes proprietários locais, e uma política económica de cariz social que promovesse directamente o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores rurais, através da expropriação e divisão das grandes propriedades. Contudo, mais do que uma visão ora «economicista» ora «social» do desenvolvimentismo rural talvez se possa ler esta tensão que perpassa ao longo do processo de desenvolvimento rural ensaiado em Itália, Espanha e Portugal na década de cinquenta, como reflectindo dois entendimentos divergentes das relações sociais: um que naturaliza o assalariamento, tido como essencial e definidor do projecto modernizador, e outra que imaginou o desenvolvimento baseado num campesinato moderno.

4 Conclusões

Depois de, na segunda metade da década de cinquenta, a política estatal ter pendido para a solução de um Alentejo irrigado sem reforma agrária, com o Plano de Rega do Alentejo, eis que, em preparação e nos inícios do II Plano de Fomento, o parcelamento do Alentejo foi seriamente considerado nas mais altas esferas governativas. Na primeira secção deste capítulo, procurou-se entender e dissecar o momento em que a «questão social» do Alentejo foi autonomizada enquanto problema estatal que requeria uma resposta específica, fazendo parte

⁸⁴³ Sobre as tensões das políticas dentro dos projectos de desenvolvimento regionais no Sul de Itália e no Sul de Espanha na década de cinquenta, e os seus efeitos nas condições sócio-económicas na Sicília e na Andaluzia, ver Grazia Sciacchitano, «Rural development and changing labour relations in Italy and Spain in the 1950s and 1960s», *Comparativ. Zeitschrift für Globalgeschichte und vergleichende Gesellschaftsforschung*, 27 Heft 2 (2017), 35–53.

dos planos de desenvolvimento regionais através dos quais crescentemente se governava o território na Europa. O problema do desemprego rural temporário foi percebido e respondido diversamente pela administração do Estado, a partir de dois ministérios diferentes (Economia e Obras Públicas), permitindo entender os vários mecanismos de Estado imaginados, e assinalando os caminhos não percorridos da história das modernizações europeias. Com a concepção de um desenvolvimentismo colonizador, tratava-se de conceber uma outra modernidade rural, assumindo, reflexivamente, que o trabalho era o organizador primário das relações sociais e dos vínculos societais. A proposta colonizadora estava assente numa leitura das concepções laborais no capitalismo: desnaturalizava o trabalho assalariado como medida única de modernidade social. O assalariamento (agrícola) era apenas uma – ainda que dominante – forma de organização das relações sociais de produção. «Neo-escravatura»⁸⁴⁴, chamou-lhe Castro Caldas. Os ideais colonizadores, com as suas críticas ao assalariamento/proletarização, permitem assim historicizar as concepções de trabalho e retirá-las das narrativas mais ou menos lineares sobre a modernidade social. Críticas e propostas que se estabeleceram e consolidaram com a emergência dos movimentos sociais rurais em torno do desemprego agrícola cíclico que se acentuou durante a década de cinquenta no Alentejo, e que tiveram o seu auge nas lutas pelas oito horas de trabalho em Maio de 1962, contribuindo decisivamente para a fabricação de uma razão de Estado assente no desenvolvimentismo rural de orientação colonizadora (1959-1962).

O segundo momento deste capítulo focou-se nas esferas e disputas políticas por que passaram as ideias colonizadoras entre 1959 e 1962, dando-se uma nova espessura empírica ao auge da política colonizadora estadonovista. Finalmente, depois de 25 anos das primeiras medidas políticas colonizadoras, o executivo governamental, a Assembleia Nacional e a administração do Estado equacionaram e prosseguiram a colonização hidráulica do Alentejo – até esta ser abandonada. Esta secção procurou menos acompanhar os progressos e os atrasos da modernização económica em Portugal do que interrogar, numa conjuntura bem limitada, que formas de modernização rural foram propostas, debatidas e prosseguidas pelo Estado. Neste sentido, procurou-se perspectivar o projecto colonizador em Portugal durante a década de cinquenta e na viragem para a seguinte questionando as condições de formulação de uma das ideologias da modernização, o desenvolvimentismo, tido enquanto movimento internacional sob o pano de fundo da Guerra Fria. Tal permite pluralizar a história do desenvolvimentismo rural, encontrando no Sul da Europa uma especificidade ideológica, em parte providenciada

⁸⁴⁴ Cf. Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura na história de Portugal*, 503.

pelo catolicismo social, que procurava articular as preocupações de melhoria económica com as de progresso social. Um desenvolvimentismo rural colonizador, que não é especificamente democrata ou fascista, mas que imagina um mundo rural moderno não completamente sujeito à expansão do mercado a todas as esferas da vida. Assenta num movimento transnacional, que redefine os poderes de intervenção dos Estados do Sul europeu, quando se afirmava decididamente uma economia política em direcção à expansão dos mecanismos de mercado e a uma sociedade de bem-estar. A reconfiguração dos poderes de Estado foi delimitada e definida pela possibilidade de intervenção nos direitos de propriedade, sendo a opção da expropriação diversamente equacionada e prosseguida na reforma agrária italiana, na colonização das terras regadas em Espanha e na colonização alentejana em Portugal. Se as racionalidades colonizadoras são partilhadas entre estes países geograficamente próximos e com paisagens do Sul com fortes similitudes, com estruturas agrárias marcadas pela grande propriedade, elevados níveis de desemprego rural e de conflitualidade social (Portugal e Itália), e com histórias interconectadas de regimes fascistas, a democratização italiana no ambiente da Guerra Fria implicou caminhos diferentes para a reforma agrária dos prosseguidos pela colonização em Espanha e, sobretudo, em Portugal. Assim, através do estudo deste caso, pode-se proveitosamente começar a perspetivar uma história dos regimes, autoritários e democráticos, no âmbito de uma história dos poderes de Estado na Europa do Pós-II Guerra Mundial.

Se a década de cinquenta tinha sido um momento central da história das políticas colonizadoras estadonovistas, foi durante o consolo de Ferreira Dias à frente do ministério da Economia (1959-1962) que o mais ambicioso projecto colonizador foi considerado pelo governo, esgrimido dentro do conselho de ministros, subtraído do debate parlamentar e, sob a arbitragem de Salazar, finalmente afastado. À semelhança do planeado para a Andaluzia e para a Sicília, o Estado tentou promover um desenvolvimento rural regional no Alentejo que respondesse aos problemas sociais de desemprego e ordem pública e, simultaneamente, pudesse industrializar os processos produtivos da agricultura, agora de mercado. O projecto colonizador era uma forma de desproletarização do trabalho e desmercantilização da terra que permitia formas de modernização agrícola, ou seja, em que a industrialização dos processos produtivos fosse acompanhada pela comercialização dos seus produtos. Na viragem para a década de 60, as ideias colonizadoras formuladas de acordo com o paradigma desenvolvimentista traduzem então uma relação com o território e a sua população num momento específico: a passagem de uma sociedade maioritariamente rural para uma industrial e urbana significava gerir a mão-de-obra do processo de industrialização e no Estado havia, em contenda, várias formas de o fazer.

É neste contexto que os direitos de propriedade são postos em causa e se reconsidera a sua radical transformação; por último, foi uma contradição impossível de resolver por um Estado autoritário apostado em manter os privilégios dos proprietários já estabelecidos, por mais que a retórica anti-capitalista pudesse enformar aqui e ali o discurso «desproletarizador», que permeava os esforços modernizadores dos agentes estatais.

Termina abruptamente em Novembro de 1962 qualquer veleidade de parcelar o Alentejo. Depois desta data não parece ter havido mais nenhuma tentativa, pelo menos ao nível governamental, de associar as obras do Plano de Rega do Alentejo que finalmente avançavam durante a década de sessenta a formas de colonização dirigida pelo Estado. Foi a altura em que as grandes migrações para as cinturas industriais de Lisboa e Setúbal esvaziaram a dita «pressão populacional» no Alentejo e possibilitaram melhores salários àqueles que ficaram. Desaparecia a razão de Estado que tinha aberto uma oportunidade política para campesinar o Alentejo. Tão ou mais importante, depois de controlada a crise de regime iniciada em 1958, a atenção política e as correspondentes disponibilidades financeiras do Estado começaram a estar crescentemente alocadas a outro espaço de governo: o império. Nos anos sessenta, Angola e Moçambique seriam os únicos espaços de colonização considerados pelo Estado.

A viragem para a década de sessenta marca provavelmente o auge da colonização interna do Estado Novo. Este foi o momento em que a hipótese colonizadora hidráulica foi mais seriamente considerada por Salazar, politicamente apoiada pelo Ministério da Economia e efectivamente prosseguida pela JCI. Foi também por estes anos que as colónias agrícolas, finalmente em pleno funcionamento, conheceram a sua máxima ocupação populacional. Em 1960, cerca de 1000 colonos estavam instalados em Pegões, e os colonos que cultivavam os antigos baldios não tinham ainda partido para a emigração, nem, no caso das colónias do Barroso, sido desalojados. A história da concepção e instalação das colónias agrícolas do Estado Novo até aos anos sessenta é o objecto da segunda parte desta tese.

II PARTE

AS TÉCNICAS COLONIZADORAS: CONCEPÇÃO E INSTALAÇÃO DAS COLÓNIAS AGRÍCOLAS

Debatida a política e institucionalizadas as ideias, a história dos trabalhos administrativos e técnicos da JCI permitiu entender como é que as colónias agrícolas foram uma entre várias técnicas colonizadoras desenvolvidas pelo Estado. Considerada a mais perfeita forma de colonização, a colónia agrícola foi encarada enquanto elemento central do abrangente plano colonizador do Estado. Tentar-se-á argumentar no decurso desta segunda parte que as colónias agrícolas, ao conjugar diversas técnicas de intervenção estatal em prol do objectivo colonizador, tornaram-se num laboratório de experimentação do Estado.

Na literatura recente, a relação entre Estado e ciência tem sido frequentemente pensada a partir da «ideologia do alto-modernismo», uma proposta teórica de James C. Scott.⁸⁴⁵ Designa esta expressão a arrogância auto-autofiante da ciência confiante nas possibilidades infinitas do progresso científico, crente na sua capacidade inabalável de expandir a produção e satisfazer as necessidades humanas pelo domínio da natureza (incluindo, a humana) e, sobretudo, de reorganizar o mundo natural e social de acordo com um entendimento científico. Uma ideologia da ciência, portanto, em que esta não questiona criticamente os pressupostos do seu fazer e crê nas possibilidades virtualmente ilimitadas do planeamento por si enformado. Associada ao poder administrativo estatal, que produz mapas de legibilidade e simplificação da natureza e da sociedade, e desenvolvida em contextos de autoritarismo político que impõem a sua vontade (científica ou outra) por métodos coercivos e de correlativa submissão da sociedade civil, a ideologia altomodernista torna-se imperialista. Esta grelha teórico-interpretativa tem sido usada para vários contextos, em particular para analisar os projectos desenvolvimentistas em África, Ásia e América do Sul no pós-II Guerra Mundial – mas também para a colonização interna na Europa.⁸⁴⁶ Tal permitiu assinalar como o projecto colonizador do Estado Novo fez parte de uma

⁸⁴⁵ James C. Scott, *Seeing like a state. How certain schemes to improve the human condition have failed* (New Haven/Londres: Yale University Press, 1998).

⁸⁴⁶ Em Portugal, o projecto colonizador foi lido a partir da grelha do alto-modernismo em Fonseca, «A bem da Nação!...», 71-85; Ágoas, «Saber e Poder...», 257-261. Também noutros contextos nacionais o fenómeno colonizador foi lido através do alto-modernismo (mesmo se para dele se distanciarem), notavelmente em Jones «‘Um gran plan de mejora?’ la colonización interna en el imperio alemán...»; também em Raluca Musat, «Lessons for modern living: planned rural communities in Interwar Romania, Turkey and Italy», *Journal of Modern European History* 13, n.º 14 (2015): 536-549, artigo que se insere num dossier especial intitulado, «Experimental Spaces – Planning in Hight Modernist». Sobre a recepção (crítica) da obra de Scott nos estudos do planeamento e do desenvolvimento, veja-se Joseph Morgan Hodge, «Writing the History of Development (Part 1: First Wave)», *Humanity. An International Journal of Human Rights, Humanitarianism and Development* 6, n.º 3 (Inverno 2015): 243-246. Para uma crítica teórica consistente da noção de alto-modernismo, ver Tania Murray Li, «Beyond “the State” and Failed Schemes», *American Anthropologist* 197, n.º 3 (Setembro 2005): 383-392.

mais vasta ambição de remodelação tecnológica da economia e da sociedade, em consonância com a ideologia ruralista do regime, numa vertente hiper-racionalista na intervenção estatal. Inserir estes projectos numa cultura do modernismo político permite perceber ainda como esta foi uma crença partilhada entre elites burocráticas, planeadores, engenheiros e outros actores de filiação ideológica diversa e, por vezes oposta, que articularam os seus projectos numa linguagem de melhoramento e progresso de matriz iluminista. A relação com o conhecimento científico, permite assim qualificar e distinguir o pensamento colonizador moderno (ou seja, científico) de anteriores propostas e iniciativas de povoamento e integrá-lo no fenómeno internacional iniciado em finais do século XIX, assente na crença na perfectibilidade infinita da natureza e da humanidade pela aplicação de conhecimentos técnico-científicos pela administração estatal.

Em diálogo com esta literatura, a narrativa que se segue pretende analisar os pressupostos de formação das colónias agrícolas. Mais do que avaliar o empreendimento colonizador e explicar o (possível) insucesso, pretende-se interrogar *como* funcionou esta forma de *poder/saber*⁸⁴⁷ na elaboração das colónias agrícolas, centros de processos que interessa questionar a vários níveis: que saberes técnico-científicos foram constituídos ou mobilizados para a construção das colónias agrícolas pelo Estado? Quais os mecanismos de poder da administração estatal formados para construir as colónias agrícolas? Qual a natureza da intervenção estatal colonizadora sobre o território e a população? Ou, mais genericamente, qual a relação entre Estado e população, medida através das técnicas colonizadoras?

A centralidade conferida aqui à ciência não se opõe a uma análise da ideologia que enforma o discurso e a prática colonizadora. Visa sim entender como é que os saberes técnico-científicos e os mecanismos de poder consistiram, por um lado, em formas de ideologia feita técnica e, por outro, produziram ideologia, ou seja, visa entender de que forma a produção de mecanismos de poder técnicos e científicos não só estava imbuída de princípios ideológicos, como também como produziu efeitos ideológicos. Tal significa investigar de que forma o moralismo familiar, a superioridade moral da agricultura, o valor da propriedade privada, o amor à terra e os outros valores que foram sendo identificados no discurso colonizador nos

⁸⁴⁷ Cita-se o par *saber/poder* proposto por Michel Foucault para o usar de uma forma bastante limitada nas suas potencialidades analíticas em relação às colónias agrícolas. Limitada, entre outras razões, porque as técnicas de poder e as formas de saber são práticas político-epistémicas que parecerem especialmente adequadas à investigação da *vida* dos colonos, de forma a considerar a dupla constituição destes enquanto sujeitos de poder e de conhecimento, sublinhando a identificação dos modelos de subjectificação e de sujeição – analítica, infelizmente, fora desta tese. Ver, especialmente, Michel Foucault, *Surveiller et punir* (Paris: ed. Gallimard, 1975) e idem, *História da Sexualidade – I. A Vontade de Saber*, trad. Pedro Tamen (Lisboa: Relógio d'Água, 1994 [1976]).

capítulos anteriores fizeram parte dos saberes e das técnicas colonizadoras de um projecto de engenharia social e natural sem precedentes em épocas anteriores.

É objectivo deste capítulo analisar a concepção (científica) e a instalação (técnica e administrativa) das sete colónias agrícolas construídas pelo Estado entre 1926, ano da instalação da colónia agrícola dos Milagres, e 1958, ano de instalação da colónia agrícola da Boalhosa. Com a construção da primeira colónia agrícola em 1926, a prática colonizadora passou a ser definitivamente uma técnica científica de organização (racional) do território e da população metropolitana. Neste sentido, investigar-se-á *quais e como* é que os saberes se configuraram e operacionalizaram nas técnicas colonizadoras e, inversamente, como é que as técnicas colonizadoras do Estado proporcionaram o desenvolvimento de novos instrumentos de análise e metodologias científicas, especialmente a partir do campo da agronomia. Para tal, esta grelha de questões orientará a descrição problematizadora que se segue onde se procurou estabelecer quais as colónias agrícolas que foram construídas em Portugal continental, onde e com quantos casais agrícolas instalados, quais as saberes construídos e usados e por quem.

O *projecto* é o protagonista desta história. O *projecto* é o documento estatal que materializa a vontade de ordenamento nascida da convicção moderna que era possível – e era mesmo a finalidade – o aperfeiçoamento da sociedade através de intervenções estatais coordenadas. O conjunto de documentos envolvidos no processo de constituição do projecto de colonização – estudos, inquéritos, fotografias, cartas – permite lê-los como elementos especiais de ligação e leitura pelo poder estatal do espaço local, social e natural. Quando a JCI, em 1936, no seu primeiro empreendimento colonizador, faz a crítica à colónia agrícola dos Milagres, um dos seus pontos centrais residiu na deficiência do planeamento. Historicizar a feitura dos projectos de colonização, desde os seus estudos preparatórios até à sua implementação, permitirá questionar o ponto nodal em que se encontram os conhecimentos científicos e técnicos e os procedimentos administrativos do Estado colonizador.

CAPÍTULO VIII

COMEÇAR A COLONIZAR

Depois de décadas passadas em que publicistas e intelectuais avançaram com a ideia de povoar ou colonizar os territórios parcamente habitados ou mal explorados do Portugal europeu, o Estado tomou timidamente em mãos o empreendimento na década de 20 do século XX. Nas páginas seguintes, recuar-se-á aos tempos finais do regime da I República, quando Ezequiel de Campos e os seus correligionários tentaram que o Estado alterasse os direitos de propriedade e colonizasse o Sul, o *far-west* português. Num primeiro momento, far-se-á uma breve reflexão sobre a ideia de colónia atendendo à polissemia do termo. Num segundo momento, mais do que analisar a mal-sucedida a proposta de Lei de Ordenamento Rural que em 1925 suscitou grande polémica e nunca foi aprovada, seguir-se-á os efeitos na orgânica de Estado dos decretos que se lhe seguiram, até à instituição da Junta de Colonização Interna, assim esboçando uma história do aparelho administrativo do Estado entre regimes. Numa terceira secção, apresentar-se-á em duas secções a história da concepção e construção das duas primeiras colónias agrícolas de Estado, uma criada na I República, depois reorganizada, outra já no Estado Novo, acompanhando a formação das técnicas colonizadoras.

1 Que colónias?

Foi também possível no Estado Novo conceber colónias agrícolas para colonizar Portugal, porque havia na Europa um longo repertório de colónias imaginadas e observadas. Delinquentes, leprosos, degredados, pobres, pioneiros, crianças e jovens e outros sujeitos em necessidade de observação e melhoramento foram habitantes de colónias.⁸⁴⁸ Formigas, abelhas e outros animais eram ainda cientificamente observados nas suas colónias, espaços paradigmáticos do trabalho colectivo e coordenado em prol do bem comum. Desde os finais do século XVIII que o termo *colónia* designava de forma consistente uma extensão social no espaço, envolvendo engenhos transformadores de naturezas várias, com fronteiras relativamente distintas, que albergavam habitantes de diversas condições. Reconhecendo que o termo colónia é portador de uma incerteza semântica⁸⁴⁹, convém historicizá-lo de forma a

⁸⁴⁸ Esta diversidade dos habitantes das colónias foi assinalada em Felix Driver, «Colonies», in *Patterned Ground. Entanglements of Nature and Culture*, ed. Stephan Harrison, Steve Pile, Nigel Thrift, 93-4 (London: Reaktion Books, 2004).

⁸⁴⁹ «Epistemic slippage» é a expressão de Ann Laura Stoler para designar a variedade de referentes dos termos franceses *colonie* e *colon* no século XIX – nomeadamente, para designar fenómenos na metrópole e no império francês (e *colon* tem uma difícil tradução para inglês, entre *colonist* and *settler*, mas que tem no português *colono*

melhor se entender a sobrevivência de diversidade do seu uso. Percebendo os seus usos históricos, talvez assim se entenda melhor o seu emprego em meados do século XX, o momento em que as colónias agrícolas estavam a ser construídas no Portugal metropolitano e em que o termo colónias, usado para designar os territórios do Império, era questionado e substituído pela expressão «províncias ultramarinas». Tal permite pluralizar os sentidos e acepções, sublinhando a polissemia do termo e assim encontrar outros sentidos para além da noção hegemónica de colónia enquanto espaço construído por processos de conquista e despossessão de território além-mar, habitado por populações racializadas e racialmente hierarquizadas, que se consolidou nos finais do século XIX com o imperialismo europeu.

Desde meados do século XIX e até bem entrado o século XX que se assistiu na Europa, e nos seus espaços imperiais, ou ainda nas Américas, à multiplicação de colónias enquanto espaços de confinamento: das colónias de pioneiros no Midwest americano ou na estepe russa, à colónia penal no Alentejo (Vila Fernando), aos espaços imperiais africanos de Portugal e das Antilhas francesas, passando pelas colónias para leprosos em Portugal (colónia-hospital Rovisco Pais) ou pelas colónias nas ilhas do Havai, às colónias de degredados no Brasil e na Austrália, ou às colónias agrícolas para jovens delinquentes na Holanda e em França. Entre os exemplos destas últimas, destaca-se a colónia agrícola de Mettray que, formada em 1840, foi a mais conhecida instituição de reforma social disciplinar na Europa do século XIX, instituição modelar para outras colónias. Esta colónia penal serviu ainda de modelo para Michel Foucault elaborar, em *Vigiar e Punir*⁸⁵⁰, a noção de «arquipélago carceral» para designar o processo em que as tecnologias disciplinares concentradas na colónia se estenderam à totalidade do corpo social. A partir do estudo desta colónia agrícola, defendeu Foucault que a educação das mentes e a disciplina dos corpos foi programaticamente feita a um só tempo, criando sujeitos produtivos de corpos e mentes dóceis. Os mecanismos disciplinares dedicados à vigilância do espaço e ao controlo do tempo moldariam os sujeitos que se regenerariam através do trabalho agrícola. Recentemente, Ann Laura Stoler interpretou os vários tipos de colónias agrícolas (educativas, militares, penais), sem relação empírica entre si, como participando de racionalidades

uma tradução mais directa). São várias as aproximações fenomenológicas às colónias, que apontavam para uma diversidade semântica. O antropólogo Peter Redfield pensa as colónias de degredados nos espaços imperiais. Num gesto arrojado, o geógrafo Felix Driver estende o “deslizamento terminológico” do termo colónia às ciências naturais – as colónias de térmitas. Cf. Stoler, Mac Granahan, «Introduction»..., 3-4; Felix Driver, «Imagining the tropical colony: Henry Smeathman and the termites of Sierra Leone», in *Tropical visions in an age of empire*, ed. Felix Driver e Luciana Martins (Chicago: University of Chicago Press, 2005), 91-112. Peter Redfield, *Space in the Tropics: from convicts to rockets in french Guiana* (Los Angeles: University of California Press, 2000), 20.

⁸⁵⁰ Michel Foucault, *Surveiller et punir* (Paris: ed. Gallimard, 1975), 343-349. Sobre a recepção do modelo de Mettray em Inglaterra, ver Felix Driver, *Power and Pauperism: The Workhouse System, 1834-1884* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994).

semelhantes, que se estenderam em várias formações imperiais, alargando da noção de Foucault até à de um «arquilélago carceral do império»⁸⁵¹, por onde circularam semelhantes dispositivos disciplinares. Se estas colónias agrícolas de confinamento (e, muitas delas, de coerção) estiveram fora da linhagem conscientemente estabelecida pelos publicistas e técnicos da colonização interna em Portugal, podemos, não obstante, encontrar algumas das suas racionalidades disciplinares nas colónias agrícolas estadonovistas. Talvez seja o aquipélago carceral enquanto paradigma da modernidade que explique a presença de racionalidades e objectivos disciplinares que fazem parte de uma mesma vontade de *melhoramento* da sociedade.

Através da delimitação ou fabricação de comunidades, as colónias humanas parecem ter sido sempre definidas pela oposição ao seu exterior, as terras incultas, mal aproveitadas, despovoadas, ou tão só desordenadas. Espaço distinto e distintivo, as colónias parecem consistir num local onde a natureza, humana ou outra, foi disciplinada. Foram então espaços de ordem tanto quanto de experimentação: se os biólogos cultivaram colónias de bactérias para que pudessem perceber os processos de crescimento e decadência de alguns seres vivos, os reformistas sociais estabeleceram colónias onde se testaram teorias sobre o comportamento humano. Espaços de fixação populacional de populações oriundas de outros locais, as colónias foram frutos de uma mobilidade gerida, uma migração policiada que mobilizou e imobilizou populações, deslocando e realocando estas de acordo com hierarquias que governam o social.

Uma relação diferenciada com o espaço, as colónias instalaram também uma relação diferencial com o tempo para as suas populações. As colónias estabeleceram-se na promessa de um tempo futuro diferente e na sua antecipação presente. Foram dispositivos que organizavam imaginários e futuros. Trabalhando sempre no modo subjuntivo, as colónias foram concebidas, implementadas e vividas no seu condicional. Foram uma configuração de vida provisória que prometia uma outra, fosse a um pastor do Barroso, fosse a um contrabandista do Sabugal, que pelo amor e trabalho da terra fosse vertido em camponês. Fazer as histórias das colónias é sempre fazer a história dos futuros do passado.⁸⁵²

A ideia de colónia agrícola, enquanto instrumento de reforma social, teve desde o século XIX uma longa e variada defesa entre publicistas, desde os teóricos utópicos aos reformistas penais e aos revolucionários rurais. Uma razão suprema, que unia todas estas visões, perdurou:

⁸⁵¹ Ann Laura Stoler, *Along the archival grain. Epistemic anxieties and colonial common sense* (Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2009), 110 e ss.

⁸⁵² A temporalidade do empreendimento colonizador e, em particular, a sua relação com as identidades dos colonos foi abordada em Elisa Lopes da Silva, «Os colonos internos do Estado: sujeitos de uma história futura», in *Quem faz a História. Ensaio sobre o Portugal Contemporâneo*, org. José Neves, 61-70 (Lisboa: Tinta-da-China, 2016).

a ordem nos espaços e nos tempos planeados e na vivência projectada dava sentido último ao empreendimento. Para todos eles também o ponto crucial era cultivar: a regeneração física e moral realizava-se através da colonização da terra. Os modelos das colónias de confinamento que pulularam pela Europa do século XIX parecem ter sido, contudo, ignorados tanto pelos publicistas e técnicos das colónias da colonização interna como pela historiografia que sobre elas se debruçou. Não obstante, a auto-suficiência dos seus membros, o valor moral de uma agricultura regeneradora e os mecanismos disciplinares de corpos e mentes parecem ter sido facetas daquelas colónias de confinamento que perduram até ao século XX – não como anacronismo de um tempo passado mas como parte de ciclo de uma outra *história colonial*.

As colónias romanas, em referência a um tempo distante quase mítico em Severim de Faria ou em Oliveira Martins⁸⁵³, ou as povoações medievais, mencionadas por António Henriques da Silveira ou por Ezequiel de Campos, preencheram o imaginário daqueles que mais tarde adoptaram, sem questionar a etimologia, o termo «colónia» para a reforma social que visavam empreender. Inseridas nesta história multissecular de colonizações várias, as colónias agrícolas do Estado Novo não foram, contudo, uma sobrevivência inusitada de um passado povoador, mas a invocação idealizada desse passado, a ser materializado através de instrumentos técnico-científicos na prossecução de um ideal de vida rural centrado na família e na propriedade.

2 A colonização de Estado entre regimes

Durante a década de 20 do século XX sucederam-se com maior ritmo as iniciativas estatais de promoção, indirecta e moderada, da colonização interior, associada ao aproveitamento de baldios e incultos.⁸⁵⁴ Frustradas nas suas ambições reformadoras e com poucas consequências no aparelho de Estado, estas foram as políticas possíveis num Estado liberal, que, contudo, estava a procurar estender o seu tipo de actuação. A proposta frustrada e a polémica em torno da proposta lei de Organização Rural de Ezequiel de Campos em 1925⁸⁵⁵

⁸⁵³ A cultura política clássica republicana de Oliveira Martins foi extensamente descrita, nomeadamente, em Rui Ramos, «Oliveira Martins e a ética republicana».

⁸⁵⁴ Veja-se uma lista bastante exaustiva das iniciativas colonizadoras estatais desde 1892 em Abel Pereira de Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna», 842 – TTTT- VVVV. Estas iniciativas constavam de vários discursos oficiais, diplomas legais e, sobretudo, dos pareceres da Câmara Corporativa os quais eram pródigos em apresentar uma história dos antecedentes da iniciativa objecto da sua atenção..

⁸⁵⁵ O debate em torno da lei de Organização Rural, que opôs Ezequiel de Campos, e seus colegas seareiros, sobretudo António Sérgio, defensores do parcelamento e colonização do Alentejo, ao latifundiário José Pequeto

foi sintoma dessa negociação e impossibilidade do Estado liberal em albergar formas que lhe eram doutrinariamente contrárias, para além da contestação social de que eram alvo.

No centro da polémica estava a possibilidade expropriadora do Estado, questão que se manteve presente nos decénios seguintes nas propostas colonizadoras e que decisivamente limitou e frustrou os planos mais ambiciosos. Os limites da acção do Estado liberal foram evidenciados quando o projecto colonizador passou a implicar uma intervenção estatal nas relações de propriedade através de mecanismos de expropriação, apoiados por uma novel concepção legal de propriedade definida pela sua função social. No pós-I Guerra Mundial, os governos republicanos tinham desenhado e legislado medidas destinadas à transformação produtiva de todo o território nacional, através da extensificação do cultivo a terras baldias e a intensificação dos «incultos», no âmbito de variadas medidas produtivistas ligadas à resolução do «problema das subsistências», de resto à semelhança de outros países europeus que participaram na guerra. Entre estas medidas, a solução colonizadora foi introduzida como uma das formas de aproveitamento produtivo do território, por vezes mencionada ambigualmente na legislação e ocasionalmente enquanto parte dos objectivos das estruturas administrativas do Estado. Apesar de alguns esforços políticos, de pouca consequência administrativa-burocrática, não parecia haver um enquadramento legal, vontade política e capacidade administrativa para prosseguir os fins colonizadores. A política legislada de colonização interna teve consequências administrativas apenas durante as iniciativas do curto ministério de Ezequiel de Campos em 1925, que foram neutralizadas nos anos seguintes. De resto, a renovação política e administrativa em 1931, com a reorganização do Ministério da Agricultura, abafou ímpetus colonizadores: por um lado, o reconhecimento dos baldios seguia a bom ritmo desde 1931, por outro, a recém-criada Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola estava dedicada à transformação produtiva do território, pela hidráulica agrícola, sem um programa colonizador associado.

O Ministério da Agricultura⁸⁵⁶, criado em 1918, consagrou entre os seus objectivos, ainda que de forma relativamente genérica, o incentivo ou promoção do aproveitamento

Rebelo, foi analisada em Eugénio Castro Caldas, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, 485-495. A polémica nos jornais foi ainda intensamente documentada em Teresa Nunes, «O Ideário Republicano de Ezequiel de Campos» (Tese de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011), 37. Ezequiel de Campos lembrou esta polémica em *Para a Ressureição de Lázaro* (Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1931), 123-132. Ver ainda José Pequito Rebelo, *As Falsas Ideias Claras em Economia Agrária* (Lisboa: Nação Portuguesa, 1926); José Pequito Rebelo *O Desastre das Reformas Agrárias* (Coimbra: Coimbra Editora, 1931).

⁸⁵⁶ Decreto n.º 4249, de 10 de Maio de 1918.

agrícola do território, incluindo a colonização interna⁸⁵⁷. Dois anos depois, em 1920, quando se legislaram novas medidas produtivistas⁸⁵⁸, incluiu-se a possibilidade dos terrenos expropriados poderem ser destinados à constituição de colônias agrícolas⁸⁵⁹, mas não havia referência aos organismos da administração responsáveis pela execução da colonização. Na sequência de outras tentativas de incremento à produção económica do pós-guerra, esta legislação visava incentivar a intensificação da produção alimentícia, sobretudo de cereais panificáveis, através da concessão de prémios de cultura para terras incultas, agora arroteadas e semeadas. Subsidiariamente – e esta era uma novidade –, a legislação de 1920 previa a expropriação, sem indemnização, dos terrenos que não pagassem o imposto devido por não estarem a cultivo, ou seja, por serem terrenos classificados como incultos⁸⁶⁰.

Na orgânica estatal, o Fundo de Fomento Agrícola era o organismo para o qual se previa a transferência dos terrenos expropriados, e que os poderia vender, arrendar ou aforar, e, neste quadro, serem destinados à constituição de colônias agrícolas. Prevista a hierarquia de preferência entre quem podia aceder às glebas, denunciando formas de programa social colonizador, não há, contudo, um organismo que tutelasse todo o processo. Em 1921, publicam-se novas medidas tendentes ao aproveitamento produtivo do território. Legisla-se⁸⁶¹ de novo no sentido do aproveitamento de baldios e incultos, mas com base num cadastro dos baldios a realizar, e cuja execução se detalha. A proposta de transformação produtiva do território é agora acompanhada por uma tentativa de conhecimento fisiográfico daquele, que lhe estaria a montante. Desta feita, tamanha obra seria da responsabilidade de um serviço técnico do Estado: a Direcção Geral de Hidráulica, Colonização e Fisiografia. Este serviço foi extinto no ano seguinte, e as suas atribuições passariam a estar na dependência da Direcção Geral de Instrução Agrícola⁸⁶². A 20 de Junho de 1924⁸⁶³ é a vez do governo de Álvaro de Castro legislar de forma a promover o aproveitamento dos territórios baldios, incultos e charneca, acrescentando urgência às políticas, com expansão das possibilidades expropriadoras (encurtamento de prazos)⁸⁶⁴. Para tal são ampliadas as funções do Fundo de Fomento Agrícola, organismo que

⁸⁵⁷ O artº 32 afirma que «os serviços agrícolas têm por fim promover e auxiliar o desenvolvimento e melhoramento da lavoura e artes agrícolas, o desbravamento, cultura e colonização dos terrenos baldios das diversas regiões (...)». No entanto, os objetivos genéricos da colonização enunciados nas competências dos serviços agrícolas não vinham discriminados nas competências dos serviços técnicos que os integravam.

⁸⁵⁸ Decreto n.º 6961, de 23 de Setembro de 1920.

⁸⁵⁹ Cf. Art.º 11, do Decreto n.º 6961, de 23 de Setembro de 1920.

⁸⁶⁰ Cf. Art.º 9, do Decreto n.º 6961, de 23 de Setembro de 1920.

⁸⁶¹ Decreto n.º 7933, de 10 de Dezembro 1921.

⁸⁶² Decreto n.º 8460, 2 de Novembro 1922.

⁸⁶³ Decreto n.º 9844, 20 de Junho de 1924.

⁸⁶⁴ A expropriação «sem direito a indemnização alguma» (artº2) é fundamentada no decreto n.º 7933, de 10 de Dezembro de 1921.

no ano anterior tinha já sido reestruturado⁸⁶⁵ e que agora tem competências acrescidas na promoção e orientação do aproveitamento dos terrenos incultos e de charneca. O voluntarismo governamental expresso pelas possibilidades de expropriação legisladas esbarrou, contudo, nas dificuldades da sua operacionalização. Além de outras dificuldades políticas, ligadas à expropriação, não se tinha previsto a criação de um organismo administrativo para prosseguir aquelas políticas.

Da ambiguidade e consequente dificuldade de execução da política de Álvaro de Castro dá conta o ministro da agricultura meses depois. A legislação promulgada em Fevereiro de 1925⁸⁶⁶ tenta resolver algumas deficiências anteriores da lei do governo de Álvaro de Castro – em relação à questão da expropriação, por exemplo. Esta legislação resultou, contudo, de uma opção política alternativa face à frustração da iniciativa de Ezequiel de Campos de fazer aprovar uma «Lei de Organização Agrária», que incluía um ambicioso projecto de reestruturação fundiária, com expropriações sem indemnização pelo valor comercial, e cuja discussão pública foi acompanhada de ampla polémica. Perante a incapacidade política de fazer aprovar tal projecto, o Ministro da Agricultura, já em plena saída do executivo governativo de esquerda liderado por José Domingos dos Santos, fez aprovar nova legislação⁸⁶⁷. A sua reduzida importância política governativa, como tem sido sublinhado pela bibliografia, contrasta com as suas repercussões na administração de Estado encarregue da colonização agrária.

⁸⁶⁵ Decreto n.º 9110, 7 de Setembro de 1923.

⁸⁶⁶ Decreto n.º 10552 e decreto n.º 10553, de 14 de Fevereiro de 1925.

⁸⁶⁷ Decreto n.º 10552 e decreto n.º 10553, de 14 de Fevereiro de 1925. Estes dois decretos, que permitiram a divisão dos baldios e a intervenção pública nos incultos privados, vinham na sequência de outras iniciativas legislativas após a I Guerra Mundial. De um modo mais directo, resultaram da vontade de esclarecer alguns dos artigos dos decretos n.ºs 9843 e 9844, de 20 de Junho de 1924, aprovados pelo Ministro da Agricultura Joaquim Ribeiro, durante o governo de Álvaro de Castro, que suscitaram dúvidas quanto à sua interpretação. Estes diplomas, pelo seu turno, tinham já sido apresentados como estando politicamente na estrita continuidade do decreto n.º 7933, de 10 de Dezembro de 1921, do ministro da Agricultura Antão de Carvalho. Talvez a inovação mais importante introduzida com os decretos de 1925 tenha sido a noção de casal de família para as parcelas obtidas por repartição dos baldios, a definição de incultos, a possibilidade de divisão dos baldios utilizados para logradouro comum, e a indicação do caso concreto do baldio serra de Mértola para imediata repartição. Importa aqui salientar tão só que esta legislação, apesar de aprovada por Ezequiel de Campos se distancia em muito das propostas de reestruturação agrária que vinha publicitando em tons veementes desde 1911, e muito especialmente em 1925. É o próprio Ezequiel de Campos que nota, sobre a sua acção governativa, que tentou colocar em acção os decretos de 1924, e que estes apresentaram dificuldades de interpretação e aplicação, sendo ainda estes alheios ao «espírito radical» do governo de Domingos dos Santos. Cf. Ezequiel de Campos, *Lázaro!... Subsídios para a Política Portuguesa*, Tomo II (Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1928), 258-259. Segundo relata Mário Fortes, técnico estatal então acabado de chegar aos Serviços da Comissão da Carta Agrícola, vindo da Divisão de Colonização, foi ele próprio que propôs a Ezequiel de Campos a remodelação de legislação sobre baldios e incultos perante a falta de apoio político ao seu projecto de organização agrária. «Não triunfaria a sua publicação se não se tivesse dado o caso de concordar o Ex.mo Sr. Ezequiel de Campos – vendo que não passava o seu projecto de Organização Agrária – quando Ministro da Agricultura – com os termos dos projectos de lei que lhe apresentámos, publicando-os já em testamento governamental. Esses decretos são o n.º 10 552 sobre a divisão e aproveitamento dos baldios e o n.º 10553 sobre aproveitamento de terrenos incultos». Cf. Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos e dos trabalhos...», 53.

Em 1925, o desenho da máquina administrativa do Estado, com a divisão de competências, funções e objectivos para o aproveitamento agrícola e colonização dos baldios, incultos e charnecas, torna-se mais complexo. O plano de reforma das estruturas agrárias e colonização de Ezequiel de Campos foi acompanhado de nova estrutura administrativa estatal, dividida entre a Repartição de Baldios e Incultos da Direcção Geral de Ensino e Fomento, encarregue de funções mais técnicas, e a Junta de Fomento Agrícola, que administraria os terrenos expropriados e apoiaria financeiramente os planos⁸⁶⁸. No entanto, nos anos seguintes os serviços administrativos estiveram dedicados a pouco mais do que a gerir a colónia agrícola dos Milagres porque não houve nem novos planos de colonização dos baldios, nem de terrenos expropriados. Assim, os poderes destes níveis administrativos parecem ter sido esvaziados nos anos seguintes – sobretudo porque não havia capacidade política de expropriação, tal como dão conta os relatórios internos dos serviços em 1931.

A institucionalização estatal das ideias colonizadoras conhece uma nova fase com a reorganização do Ministério da Agricultura em 1931⁸⁶⁹. Foi uma reestruturação declaradamente temporária, que visava responder às exigências do plano de acção governativo. Teve, ainda assim, um propósito geral de descentralização dos serviços de forma a colocar os técnicos em vários pontos do país, agora dividido em zonas agrícolas. Importante é notar a articulação que se pretende estabelecer entre os serviços técnicos e administrativos do Estado e a investigação científica que os devia informar. A Junta de Fomento Rural, um comité de carácter consultivo e de orientação destinado a coordenar a actividade de todos os serviços técnicos do Ministério da Agricultura a partir de um plano de acção, seria cientificamente apoiado pelo Centro de Investigação Agrária, que escreveria as propostas para esse plano. A divisão e aproveitamento dos baldios e incultos e a colonização agrícola, bem como o trabalho que lhe estaria a montante de organização do cadastro daqueles terrenos, fariam agora parte das incumbências da Divisão

⁸⁶⁸ À Repartição de Baldios e Incultos da Direcção Geral de Ensino e Fomento caberia realizar os procedimentos administrativos conducentes ao reconhecimento dos terrenos incultos e de charneca (inquirir o seu valor e finalidade e, sobretudo, realizar o seu cadastro geométrico) e a elaboração dos respectivos planos de parcelamento, de aproveitamento, de exploração e seu regime económico-financeiro, e colonização ou povoamento (a instalação dos serviços de carácter público, a concessão de créditos reintegráveis ou hipotecas). É também esta repartição que estava encarregue de aprovar o plano de divisão de baldios (e de proceder aos trabalhos necessários à sua execução), que seria submetido pelos corpos administrativos (ou comissões locais), mediante o requerimento por parte de dois terços dos moradores vizinhos. A administração estatal estava aqui subordinada à iniciativa local no plano de aproveitamento do cultivo de terreno baldio. À guarda da Junta do Fomento Agrícola ficariam os terrenos expropriados, organismo que seria ainda intermediário no seu processo de aproveitamento (venda, arrendamento, aforamento, povoamento ou colonização) e ainda responsável pela selecção dos foreiros. A Junta de Fomento Agrícola subsidiaria ainda a transformação técnica dos terrenos baldios.

⁸⁶⁹ Decreto n.º 20626, de 18 de Novembro de 1931.

dos Baldios, Incultos e Colonização⁸⁷⁰ da Direcção Geral da Acção Social Agrária. Esta ficava ainda responsável pela administração da colónia dos Milagres.

Com esta nova orgânica estatal deu-se um esvaziamento dos poderes administrativos previstos na legislação de reforma agrária de 1925. Pelo menos é esta a visão emitida pelo chefe de repartição da Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização em Abril de 1936, meses antes da reestruturação do Ministério da Agricultura através da qual se criou a Junta de Colonização Interna⁸⁷¹. Este critica, em primeiro lugar, a substituição da Junta de Fomento Agrícola (com várias capacidades e poderes, nomeadamente o de expropriação) pela Junta de Fomento Rural, organismo coordenador e consultor, que, mesmo em conjunto com a repartição que chefiava, tinha bastantes menos poderes e possibilidades de acção do que o organismo anterior. Substituição que, para mais, tinha sido acompanhada pela extinção do Fundo de Fomento Agrícola, que tinha a capacidade de contrair empréstimos e assim financiar as acções da Junta. O chefe de repartição declara então que o decreto de 1925, que permitia a expropriação, divisão e colonização dos incultos, era «de execução impraticável visto que com o andar dos tempos lhe foram sucessivamente amputando o cérebro e alguns dos seus membros essenciais» e, logo, «um decreto morto em vida»⁸⁷². Este burocrata defende ainda que para se mudar a orientação política – de forma a possibilitar a reforma das estruturas agrárias – esta teria que ser legislada pela Assembleia Nacional ou pelo Governo⁸⁷³. Já a sua opinião sobre a melhor forma de conduzir uma reforma das estruturas agrárias é premonitória da criação da JCI, meses depois⁸⁷⁴:

⁸⁷⁰ Art.º 26 do Decreto n.º 20626, de 18 de Novembro de 1931.

⁸⁷¹ Ao contrário dos anteriores níveis de administração estatal que tutelavam os objectivos colonizadores, da 2ª Divisão Baldios, Incultos e Colonização pertencente da Direcção Geral (DG) de Acção Social Agrária (ASA), criada em 1931, estão acessíveis registos escritos. É por isso possível detalhar não só as suas práticas burocráticas quotidianas como as representações que os agentes faziam da acção dos seus serviços. Sobre a legislação que permitia a expropriação e a divisão dos incultos, escreveu o chefe de repartição ao seu superior hierárquico, director da DG de ASA: «Depois de detidamente analisar o decreto n.º 10.553, chega-se indubitavelmente à conclusão da impossibilidade prática da sua execução. Em 1925 contava o legislador [Ezequiel de Campos] com determinados órgãos e meios, que posteriormente desaparecera e se alguns foram substituídos, deixaram contudo de possuir certos poderes e privilégios necessários à aplicação da Lei». (ANTT, Ministério da Agricultura, Direcção Geral da Acção Social Agrária, 2ª Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, cx. 201, mc. 3, «Informação 16», 24 de Abril de 1936, p.1.)

⁸⁷² ANTT, Ministério da Agricultura, Direcção Geral da Acção Social Agrária, 2ª Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, cx. 201, mc. 3, «Informação 16», 24 de Abril de 1936, 2 e 4.

⁸⁷³ «Não creio que aos serviços caiba qualquer responsabilidade do não cumprimento da lei – há certos ramos de administração pública em que só se pode caminhar amparado e bem, pelas instâncias superiores e tal certamente não aconteceu. Tampouco me parece prudente propor nova legislação. O [sic] orientação económica, política e social pertence na nossa Constituição ao Chefe de Estado, ao Governo e à Assembleia Nacional, aos serviços apenas compete estudar e focar as questões perante quem de direito e finalmente obedecer.» ANTT, Ministério da Agricultura, Direcção Geral da Acção Social Agrária, 2ª Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, cx. 201, mc. 3, «Informação 16», 24 de Abril de 1936, p. 4.

⁸⁷⁴ «Creio que se o Governo um dia julgar oportuno mexer nestes assuntos, se deve orientar para um organismo eventual e com possibilidades especiais. Desde a Polónia até à Espanha, passando por diferentes graus, nunca uma reforma agrária (mesmo em miniatura como era o nosso caso) foi obtida através dos serviços normais do Ministério

aconselha a que esta deveria estar a cargo de um organismo temporário, com poderes especiais⁸⁷⁵, fora da hierarquia orgânica do Ministério da Agricultura, tal como nos países que ensaiaram reformas agrárias, «da Polónia à Espanha».

Ao longo dos cinco anos de actividade (1931-1936), a repartição estatal que tutelava os baldios, os incultos e a colonização, ainda que diminuta, cresceu substancialmente. De três agrónomos no ano de 1931-1932, passou para oito no ano seguinte⁸⁷⁶. O aumento de pessoal especializado na repartição foi destinado, sobretudo, a trabalhar na delimitação dos baldios, que desde 1931⁸⁷⁷ seguia a bom ritmo. Era à secção técnica dos Baldios que correspondia grande parte da actividade da Divisão, a expensas da secção de Incultos e da secção de Colonização⁸⁷⁸.

A continuidade da actividade de alguns serviços de Estado dedicados à colonização iniciada nos anos 20 determinará o curso da acção colonizadora durante o Estado Novo: a constituição da colónia agrícola dos Milagres, o reconhecimento e identificação do baldio de Quadrazais que levará ao projecto da colónia agrícola de Martim Rei, o estudo económico e social da colonização espontânea de uma Herdade de Pegões. Foram estas as iniciativas colonizadoras herdadas, continuadas e assumidas como suas pela Junta de Colonização Interna em 1936.

3 Colónia agrícola dos Milagres

Em 1926, sem que este estudo conseguisse apurar as circunstâncias que conduziram a essa escolha, os serviços de Baldios e Incultos do Estado iniciaram o primeiro ensaio de colonização agrícola num baldio na freguesia dos Milagres, no distrito de Leiria. Logo nos anos seguintes, a urgência da concepção e construção da primeira colónia do Estado levaram a que vários acertos e reorganizações fossem ensaiadas, ao sabor dos problemas com que os técnicos se foram deparando. As deficiências da obra programada e o seu desejável aperfeiçoamento

da Agricultura.» Cf. «Informação 16», de 24 de Abril de 1936. ANTT, Ministério da Agricultura, Direcção Geral da Acção Social Agrária, 2ª Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, cx. 201, mç. 3, p. 4.

⁸⁷⁵ «Para aquele fim se cria a JCI. E porquê uma Junta? Em primeiro lugar esses serviços são de natureza transitória. Duram enquanto houver que aproveitar. Por outro lado, julga-se que, a exemplo do que tem sucedido com instituições semelhantes, a Junta tenha maior capacidade de acção. Tais são os motivos que levam à extinção da Direcção Geral da Acção Social Agrária.» Cf. Decreto n.º 27207, 16 de Novembro de 1936.

⁸⁷⁶ ANTT, «Notícia resumida do pessoal que tem prestado serviço na da Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, bem como dos trabalhos realizados e resultados obtidos desde 6 de Novembro de 1931», de 21 de Maio de 1934, Ministério da Agricultura, Direcção Geral da Acção Social Agrária, 2ª Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, cx. 201, mç. 3, p.1.

⁸⁷⁷ A portaria de 8 de Novembro de 1932 criou uma comissão para o aproveitamento dos baldios, da qual participava o agrónomo Mário Pais da Cunha Fortes, representante dos Serviços Sociais e Económicos da JAOHA.

⁸⁷⁸ Em Novembro de 1933, a Divisão de Baldios, Incultos e Colonização foi dividida em 3 secções técnicas. Cf. «Proposta 1 ao Director geral da Acção Social Agrária», Ministério da Agricultura, Direcção Geral da Acção Social Agrária, 2ª Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, cx. 201, mç. 3.

futuro estavam inscritas na concepção da colónia, cujo plano apressado era conscientemente débil. A concepção técnica e implementação do projecto de colónia agrícola dos Milagres deveu-se a Mário Pais da Cunha Fortes, figura que combinava um pensamento agrário consistente, a moderação e a flexibilidade da sua execução política e a ocupação de uma posição de técnico dentro da burocracia de Estado. A recente e instável estrutura administrativa estatal condicionou, contudo, a materialização do projecto. Como se verá, não tinha o Estado a estrutura administrativa, nem os técnicos o conhecimento técnico-científico, que permitissem uma obra colonizadora consistente.

O começo da construção iniciou-se após terminarem os estudos científicos de reconhecimento do território a colonizar. Durante o pouco mais de um ano que mediou entre a promulgação da lei em 1925⁸⁷⁹ e o início da construção, foi elaborado um estudo preliminar do terreno, pela mão do agrónomo Mário Fortes, co-adjudado pelo agrónomo Augusto Brettes Jardim e pelo silvicultor José Augusto Fragoso. O estudo preliminar debruçou-se sobre a constituição geológica e agrológica do terreno («ariento»), superfícies cultivadas, existência de água, áreas colonizáveis e (baixo) preço do hectare. Os seus resultados determinaram a elaboração de um ante-projecto de colonização agrícola, apresentado pelo presidente da Junta de Fomento Agrícola ao então Ministro da Agricultura, que o mandou executar.

A colónia agrícola dos Milagres foi implantada num terreno baldio, também conhecido por charneca, lugar «ermo e deserto»⁸⁸⁰ que distava a um quilómetro do sítio dos Milagres e 12 quilómetros de Leiria. Embora com 1134 hectares, este baldio possuía apenas cerca de 200 ha que os serviços consideraram em condições de serem colonizados. Para a definição e delimitação desta área colonizável, atenderam os técnicos às conclusões proporcionadas pelos estudos agrológicos, estudos geo-hidrológicos e estudos fito-culturais das terras circunvizinhas⁸⁸¹. As técnicas de objectivação do território colonizável, animadas pela ciência agronómica e hidrológica, constituíram a primeira fase do processo colonizador. Numa segunda fase, com a formação do projecto definitivo, as técnicas colonizadoras passaram a incluir o conhecimento, bem como o respectivo planeamento, económico e social. Importante é notar que desde a colónia dos Milagres que as ciências, nos seus vários domínios, dão conteúdo a

⁸⁷⁹ Aprovada a lei a 25 de Fevereiro de 1925, os serviços construíram no baldio dos Milagres os primeiros quatro casais agrícolas entre Março desse ano e 18 Julho do ano seguinte.

⁸⁸⁰ Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos...», 55.

⁸⁸¹ Os estudos agrológicos incluíram o corte de terreno para avaliar a estratificação humosa, a análise do Ph de 40 amostras de terras e a comparação com terras semelhantes actualmente em cultivo; o estudo geo-hidrológico, o reconhecimento, sinalização e análise da água de fontes naturais (os 17 poços encontrados consideraram-se inesgotáveis, suficientes para prover as necessidades de rega de 2000 m²); o estudo fito-cultural das terras já cultivadas circunvizinhas, geológica e hidrologicamente iguais mostrou que as terras aproveitadas semelhantes tinham uma exploração agrícola relativamente boa, com viabilidade económica para os seus proprietários.

todo o processo colonizador. Vale a pena acompanhar detalhadamente a maneira como vários domínios científicos são mobilizados e enformam as várias fases do processo colonizador e, inversamente, como o processo colonizador foi motivo para que certas metodologias científicas se desenvolvessem.

A ciência social foi, desde o início, um conhecimento central para o planeamento desta colónia. Iniciaram-se estes estudos de pendor social tendo em vista a definição do estatuto económico e social do futuro colono, que se queria que fosse alguém que associasse o rendimento do trabalho em terra própria ao salário obtido pelo trabalho em terra alheia. Ainda que houvesse a intenção (inicial, expressa) de constituição de explorações auto-sustentáveis, aquela foi suplantada pela vontade de criar explorações semelhantes às da sua região, onde o assalariamento dos cultivadores era comum. Escolheu-se assim uma forma de exploração para essa região onde «o braço tinha valor e era procurado»; não havia, pois, qualquer intenção de alterar as estruturas agrárias dominantes da região, nem as relações sociais que as sustentavam. Ora, para se encontrar as condições e os limites desse estatuto do colono, o primeiro passo foi o de calcular a superfície mínima capaz de prover à sustentação de uma família de cultivador. As técnicas colonizadoras que serviram tal propósito desenvolveram-se através da produção de um conhecimento social científico com metodologia desenvolvida por Frédéric Le Play⁸⁸². Procedeu-se primeiro ao estudo da «vida familiar dum lar de cultivador estável, pobre, sustentado exclusivamente pelo valor do braço», a partir dos lares selecionados entre os circunvizinhos do baldio⁸⁸³. Os estudos de cariz social com metodologia do orçamento familiar conjugados com os estudos agronómicos, lito-hidrológicos e fito-culturais formam o conjunto de técnicas colonizadoras, sociais e do terreno, preparatórias desta colonização. Foram estes estudos que levaram a fixar em cerca de cinco hectares a extensão suficiente de terreno capaz de prover à sustentação duma família de cultivador.

⁸⁸² Sobre os usos em Portugal da metodologia científico-social de Frédéric Le Play (1806-1882), um dos precursores da sociologia empírica, e a receptividade da sociologia de Le Play por León Poinard e Paul Descamps, em Portugal, ver Manuel Braga da Cruz, «Para a história da sociologia académica em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito*, LVIII (1982), 118-119; Medeiros, «Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal...»; Frederico Ágoas, «Saber e Poder...», 79-83.

⁸⁸³ Seguindo a tipologia de Le Play, os técnicos partiram da observação do condicionamento local do 2º tipo de família, sendo parte da monografia elaborada com o orçamento das receitas e despesas familiares e outros «elementos diversos da constituição social». O estudo da família pressupunha que esta seria formada por 6 pessoas (com 4 crianças), com trabalho frequente fora da courela própria. Para a definição do orçamento familiar, os *items* analisados compreendiam os custos com a alimentação, o vestuário, as rendas da casa e mobiliário, e outras despesas menores. E, tendo em conta o rendimento dos dias dados à parcela possuída pelo próprio cultivador, calculado a partir do valor de salário diário corrente, estimavam-se as receitas prováveis da família. Cf. Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos...», 56.

A partir destes estudos que fornecem o conhecimento do meio (territorial e social) a intervencionar, preparou-se o plano de exploração. A parte colonizável do baldio foi dividida em três planos em função da viabilidade e da distribuição cultural. Programou-se então que as baixas produções das culturas tradicionais da região, em solos semelhantes, deveriam ser aumentadas pelo recurso a rotações culturais desenhadas para cada casal⁸⁸⁴, bem como a certas formas de fertilização. Assim, cada casal acabou por ter cerca de um hectare e meio para eucaliptal e matos e três hectares e meio de terra cultivável, num total de cinco hectares⁸⁸⁵. Foi ainda criado um campo de demonstração na colónia, para apurar as melhores técnicas, campo que era seguido de perto e registada a sua evolução pelo assistente técnico da colónia (à altura, 1930, Paulo Silveira da Cunha). Assim, o plano de exploração foi implementado e o estado de cada casal seguido de perto pelo assistente técnico.⁸⁸⁶

O território reconhecido era ainda alvo de intervenção espacial com o planeamento arquitectónico dos casais agrícolas. Delimitados os lotes, os técnicos planearam para cada casal agrícola uma casa de habitação e anexos cuja construção, no entanto, era optativa no primeiro ano e não era obrigatória para os lotes cujos colonos residissem em lugarejos próximos do baldio. A incipiência de estudos e planos próprios de cariz urbanístico e arquitectónico revelava que as técnicas colonizadoras de organização espacial eram então rudimentares. Ainda assim, sem plano prévio, foram sendo realizadas várias obras urbanísticas e arquitectónicas. Nos primeiros quatro casais agrícolas foram construídas casas de madeira, desmontáveis, com estábulo e galinheiros. O desenho (planta, alçados, cortes e perspectivas) era do arquitecto Norberto Correa, ao serviço da repartição, e entretanto falecido antes de 1930. Os serviços mobiliaram modestamente a casa, fornecendo camas, mesa, cadeira e uma cantareira para a cozinha⁸⁸⁷, e prepararam, com consciente zelo, a sua envolvência. Abriram-se caminhos de carro, que serviriam toda a propriedade, e um carreiro de pé, que conduzia à horta; a entrada do

⁸⁸⁴ O arranjo cultural do casal agrícola-tipo incluía zonas de eucaliptal (8 mil m²), mato (2,500 m²), olival (5 mil m²), hortejo regado (1,500 m²), vinha (3 mil m²) e sementeira de sequeiro (30 mil m²)⁸⁸⁴, num conjunto de cinco hectares. Superfícies que eram apenas indicativas, e que deviam variar consoante a exposição, a posição e o potencial de cada lote.

⁸⁸⁵ Esta terra cultivável tinha, desejavelmente, a seguinte distribuição cultural: «um olival com 50 pés; uma vinha com 3.000 pés; um hortejo regado, munido de poço e nora com cerca de 1.500 m²; pomar disperso com diversas árvores de fruto e 50 uveiras de mesa.» Cf. Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos...», 60.

⁸⁸⁶ Conclusão: «O aspecto geral da Colónia Agrícola tem melhorado extraordinariamente o curto prazo da sua vida. Assim, as faixas hortadas, que são as mais importantes e das quais é impossível dar uma nota das colheitas, atendendo à multiplicidade de sementeiras e produções, atingem já grande área e dá-lhe um fâcies de vida e de, provocando na nossa retina uma sensação semelhante à que sentimos ao olhar para as manchas cultivadas, com múltiplos cambiantes de cor, ao redor das povoações.» Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos...», 58.

⁸⁸⁷ Cf. Ministério da Agricultura. Junta de Colonização Interna. *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres* (1937), 5.

casal foi ajardinada e gradeada, e havia mesmo a pormenorização do espaço exterior com a definição e registo do tipo de sebe plantada (*ligustrum* e *hakea salina*). Era, de resto, explícito o elevado interesse em construir estes «núcleos de famílias (tipo aldeias)» sob um «dispositivo alegre e acolhedor, como exigiam a razão e o fim do seu estabelecimento». E continua-se, no mesmo tom, sobre o arranjo urbanístico na colónia: «A acção e a influência que podiam e viriam a exercer no desenvolvimento da futura Colónia, pelo dispositivo e o significado moral e educativo que comportariam, era muito de considerar»⁸⁸⁸. Ainda que crentes no carácter exemplar deste dispositivo espacial, o casal do primeiro tipo, aqui definido, tinha custos⁸⁸⁹ que não permitiram a sua reprodução nas casas de habitação seguintes, mais modestas. Assim, além das primeiras casas, foram desenhados e construídos outros três tipos de habitações rurais, mais consentâneas com os recursos financeiros⁸⁹⁰ (as casas passaram a ser de alvenaria). Em 1928 construíram-se sete casais e no ano seguinte mais cinco. Em 1930 existiam 16 casais com habitação e terras em cultura, mas apenas 12 estavam ocupados, sendo que a área do terreno colonizável comportava 38 casais. Por motivos financeiros, resolveu-se que a construção de casas na segunda fase desta colonização «seria mais livre para o adjudicatário e mais económica para o Estado»⁸⁹¹, ou seja, dependeria dos colonos.

As rudimentares técnicas colonizadoras disponíveis, conjugada com a urgência da construção da primeira colónia agrícola pelo Estado, determinaram que o grau de planeamento fosse reduzido; a estas condições limitadoras acresceu rapidamente a falta de financiamento, o que levou a que a orientação estatista-dirigista da colonização fosse secundarizada. Após a construção dos primeiros quatro casais e a instalação dos primeiros colonos, os técnicos, em particular Mário Fortes, logo perceberam que não havia condições administrativas e financeiras por parte do Estado para empreender uma colonização de feição totalizadora, como inicialmente imaginado. Assim, Mário Fortes defende que a colonização agrícola empreendida até ali deveria ter um valor exemplar para o que seguiria. Face aos constrangimentos financeiros, desde 1928 que este técnico vinha advogando uma diminuição do investimento do Estado, e,

⁸⁸⁸ Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos...», 60.

⁸⁸⁹ A casa de tipo número 1 custou cerca de 18.000\$00 enquanto a casa do 4º tipo, mais frequentemente construída, após os primeiros 4 casais, custou cerca de 9.500\$00. Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos...», 60.

⁸⁹⁰ Assim, o 4º tipo de habitação rural custava pouco mais de metade do 1º tipo (9.500\$00 e 18.000\$00, respectivamente). Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos...», 60.

⁸⁹¹ Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos...», 61.

fosse fruto das circunstâncias ou de ideologia própria, uma colonização assente na «iniciativa individual»⁸⁹².

O incipiente planeamento inicial da colonização dos Milagres levou a que a regulamentação da posse de terra, a reintegração dos capitais, a organização da cooperativa agrícola e o exercício da assistência técnica e outros aspectos centrais da colonização fossem alvo de iniciativa legislativa em 1931⁸⁹³. No entanto, sem terem sido publicados os necessários regulamentos, este decreto ficou como letra morta. Nos anos seguintes, há notícias de mais três relatórios ⁸⁹⁴ que davam conta do estado de decadência da colónia, concluindo-se frequentemente pelo falhanço desta primeira iniciativa colonizadora do Estado. As terras permaneciam largamente por cultivar, os colonos eram de «má qualidade», as instalações agrícolas reduzidas, o crédito necessário inexistente – a colónia definhava. A primeira iniciativa de colonização agrícola pelo Estado, na urgência da sua concretização, tinha sido parcamente planeada, sub-financiada, e acabou por ficar bastante aquém dos primeiros objectivos. As estruturas administrativas colonizadoras do Estado estavam a ser montadas, os saberes técnicos a ser mobilizados para a colonização, mas, sem plano colonizador de conjunto decidido e suportado pelo executivo político, a colónia dos Milagres acabou por ser uma iniciativa pontual cada vez mais frágil no início da década de trinta.

O ano de 1937 marca, contudo, um recomeço na vida dos Milagres. Neste ano, há uma nova reorganização da colónia agrícola dos Milagres, agora no quadro da Junta de Colonização Interna criada no ano anterior. A reestruturação dos Milagres foi projectada no interior desta nova configuração política e administrativa, com renovados objectivos de racionalização produtiva do território a serem satisfeitos, pelo menos na sua formulação legislativa, por formas de reestruturação agrária e de aproveitamento agrícola dos baldios. A reforma da colónia dos

⁸⁹² Fortes, «Relatório dos Serviços de Baldios e Incultos...», 63. Mário Fortes defende que numa segunda fase da colonização dos Milagres se adjudicassem as 22 glebas ainda não ocupadas na zona colonizável do baldio, com terreno desbravado e arroteado, e poço aberto, mas ainda sem as casas de habitação que deveriam ser construídos pelos próprios colonos, com auxílio do crédito agrícola – plano que não foi aceite pelos superiores. Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 5.

⁸⁹³ O decreto n.º 19903, de 15 de Julho de 1931, do Ministro Linhares de Lima, estabeleceu o preço de cada um dos casais, as condições de cedência aos colonos, o regime de propriedade a que ficariam sujeitos, a obrigatoriedade de se constituir uma cooperativa agrícola, a forma como se exerceria a Assistência Técnica e se concederiam os créditos de exploração e o quadro de anuidade dos pagamentos. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 6.

⁸⁹⁴ Relatório do assistente técnico que acompanha a colónia, engenheiro agrónomo Silveira da Cunha, de 31 de Março de 1932; relatório de chefe de divisão, após visita à colónia dos Milagres, apresentado a 29 de Agosto de 1932; relatório de comissão nomeada pela DGASA (engenheiros agrícolas Conde de Bobone e João Clemente da Mota Furtado; silvicultor José Augusto Fragoso; contabilista Gil Pereira Gonçalves), apresentado em Fevereiro de 1933. Citados em JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 6-8.

Milagres, parte agora de um projecto político de maior fôlego para os baldios, foi a primeira iniciativa de colonização resultante deste novo enquadramento político-administrativo.

O projecto de reorganização dos Milagres contribuiu para transformar as técnicas colonizadoras do Estado a dois níveis, interligados e decorrentes, que nos projectos de colonização seguintes se desenvolvem e aprofundam. Em primeiro lugar, tornava-se evidente que a instauração de procedimentos administrativos, divididos por fases sucessivas, do processo colonizador, devia culminar no estabelecimento do «projecto de colonização»: documento congregador dos conhecimentos científicos prévios sobre o território e a população intervencionada que forneceria uma direcção centralizada à acção colonizadora e, em suma, impunha uma ordem espacial, económica e social, cientificamente fundamentada. A falta de planeamento tinha sido uma das causas mais importantes apontadas pelos autores do projecto de reorganização de 1937 para o insucesso em que encontrava a colónia. Em conjunto com a falta de condições de crédito, um regime claro de posse de terra, e a forma de escolha dos colonos mencionados nos relatórios sobre os Milagres, a falta de um plano é apontada como falha importante naquela primeira tentativa de colonização.

Em segundo lugar, mostrando a existência de uma relação necessária entre conhecimento científico e técnicas colonizadoras: todo o processo colonizador passa a obedecer ao discurso científico. O projecto de reorganização dos Milagres espelha bem a nova relação simbiótica entre Estado e investigação científica. Em meados da década de trinta estava-se num momento de profunda renovação da ciência agronómica, dirigida a partir do Instituto Superior de Agronomia mas em articulação com instituições estatais, de que a JCI é o exemplo maior⁸⁹⁵. Os objectivos das políticas de colonização interna – bem como de outras iniciativas infra-estruturais dirigidas ao espaço rural, nomeadamente da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola – de uma nova geração de agrónomos, simultaneamente funcionários do aparelho de Estado e professores do ISA, foram prosseguidos através do recurso a novas metodologias e conceitos científicos. Tal relação imbricada entre Estado e investigação científica explica o processo pelo qual o desenvolvimento de determinadas áreas de estudos (rurais) não só é concomitante, como é, de resto, uma componente indissociável do processo de aperfeiçoamento de técnicas de intervenção política (no meio rural). Este processo foi particularmente significativo para a emergente ciência social nascida do interior da agronomia, como já foi assinalado e extensamente fundamentado por Frederico Ágoas, mas também para as áreas científicas mais estritamente agronómicas.

⁸⁹⁵ Cf. Frederico, «Saber e Poder...», 110.

No caso do novo projecto para os Milagres, começou-se logo por refazer os estudos agrológicos que fundamentariam o novo parcelamento agrário da colónia. Em tom de crítica ao projecto inicial de 1926, afirma-se mesmo, de forma peremptória, que «os estudos agrológicos não se realizavam em Portugal ainda à meia dúzia de anos»⁸⁹⁶, invalidando os esforços que desde meados do século XIX decorriam neste campo. Com os novos estudos agrológicos chegou-se à conclusão que as melhores terras, de 1ª classe, se encontravam em grande parte incultas e em função das suas conclusões reorganizou-se a distribuição das manchas de cultura de cada casal. Dentro das técnicas de preparação do meio territorial de intervenção colonizadora, empreendeu-se o estudo de aptidão cultural dos terrenos já mencionados, mas também o estudo hidro-geológico sobre a região⁸⁹⁷. O conhecimento do meio físico e a transformação deste no território de colonização constituíam as técnicas colonizadoras, agora com novos pressupostos científicos.

Não só os estudos preparatórios do território colonizável, mas também os estudos preparatórios da intervenção social conheceram uma transformação entre o primeiro projecto de 1926 e este de 1937. É certo que os novos estudos de cariz social que sustentaram a nova monografia dos Milagres, seriados em anexo ao projecto⁸⁹⁸, seguem em parte as metodologias de Le Play do orçamento familiar, desenvolvidas por Mário Fortes como forma de fundamentar a dimensão das explorações agrícolas (dos casais agrícolas). Mas, além destas, desenvolvem-se agora novas metodologias empregues por ocasião do *Inquérito Económico-Agrícola* (1935)⁸⁹⁹, conduzido por Lima Basto. Neste trabalho, como no projecto de reorganização dos Milagres, as monografias familiares são realizadas através do inquérito, o que reflectia a ascendência metodológica deste no acesso à vida familiar das populações inquiridas.

Além dos estudos de preparação do território colonizável e da população colonizadora habitante na colónia, há que assinalar, em complemento, outras formas de produção de informação/conhecimento social não-científicas, mas em estreita relação com aquelas outras, sobre os habitantes da colónia. Se há a preocupação com o desenvolvimento de metodologias científicas de acesso à vida familiar, nomeadamente de cariz económico e financeiro, através da construção dos «orçamentos» (com registo de despesas e receitas familiares) que apuram

⁸⁹⁶ Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 10. Os novos estudos agrológicos foram compilados no primeiro anexo do projecto *Estudo da aptidão cultural dos terrenos da Colónia Agrícola dos Milagres*, indicado no projecto de reorganização.

⁸⁹⁷ O estudo hidro-geológico sobre a região dos Milagres é mencionado no projecto de reorganização da colónia enquanto Anexo n.º 2.

⁸⁹⁸ O único anexo ao projecto dos milagres que conhecemos está à guarda da Torre do Tombo.

⁸⁹⁹ Sobre as metodologias introduzidas com o Inquérito Económico-Agrícola, ver Frederico Ágoas, «Saber e Poder...», 134-146.

níveis de vida e assim fundamentam a dimensão das unidades de exploração, em paralelo e complementarmente, há uma avaliação do «factor humano»⁹⁰⁰ baseado em critérios que, poder-se-ia dizer, seriam de senso comum. Quando se descreve o estado actual da colónia⁹⁰¹, a avaliação sobre a população que a habita desenvolve-se através de considerações de carácter fundamentalmente impressivo. O esforço de apreciação dos colonos existentes realizou-se através de critérios precisos (idade, ocupação, número de filhos) complementadas de avaliações psicológicas, de carácter moral. Elaboraram-se quadros descritivos com categorias apostadas em determinar as «qualidades» dos colonos, em que não se destrinçam as ocupações profissionais ou idade da avaliação moral dos colonos («mendigo de profissão», «alcoólico inveterado», «velhos decrepitos»). A título de exemplo, Manuel Pereira foi classificado como «alcoólico, carvoeiro», Manuel dos Santos, com filhos menores, teria «poucas qualidades de trabalho», Luís Francisco Crespo era «mendigo» e José dos Santos «sem qualidades, é desgovernado»⁹⁰². Tal catálogo fora construído por «inquérito directo» e visava construir uma imagem de conjunto sobre as «qualidades» dos colonos de forma a seleccionar aqueles que deveriam permanecer na colónia após a reorganização. A conclusão: «são várias as psicologias, desde a de mandrião, incapaz de qualquer esforço, até à do que não se livra da fama de se apossar do que lhe não pertence». Na avaliação final, contabilizaram-se apenas quatro ou cinco casais com as «qualidades de trabalho e morais» que cumpriam os requisitos a que deveriam obedecer as famílias adjudicatórias dos futuros casais. As formas de conhecimento e intervenção sociais do Estado para as colónias agrícolas são ainda técnicas colonizadoras sociais rudimentares, que misturam metodologias científicas e discurso moralizador, mas cuja consciência aguda da sua necessidade são notadas pelos próprios relatores do projecto. Tal consciência é expressa pelo «postulado» que formulam e sublinham: «As colónias agrícolas valerão, sobretudo, o que valerem os seus colonos»⁹⁰³. Mote que de resto orientará os restantes projectos de colonização, bem como a futura acção da assistência técnica prestada nas colónias, e, de um modo mais geral, condensa o fundamento ideológico da acção da JCI nas colónias agrícolas. Acrescente-se ainda que a atenção à gestão da vida dos colonos (entendida tendencialmente na sua totalidade, e não apenas enquanto força de trabalho) permite interpretar

⁹⁰⁰ Para se referir às características dos colonos, a expressão «factor humano» será usada pouco mais tarde em Henrique de Barros, «O factor humano na colonização agrícola», *Revista Agronómica*, vol. XXVIII, n.º 1, 1940, pp. 11-31.

⁹⁰¹ O anexo 4 do projecto de reorganização da colónia dos Milagres é um relato sobre o «Estado actual da colónia agrícola dos Milagres».

⁹⁰² Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 15.

⁹⁰³ Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 9.

as técnicas colonizadoras sociais, condutoras da actividade humana dentro das colónias, enquanto técnicas biopolíticas.

Entre estas, a principal técnica de colonização era a do casal agrícola⁹⁰⁴. Pelo estabelecimento dos casais agrícolas, o Estado programava a vida económica e social da colónia como um todo e de cada família em particular. A dimensão da área do casal e o respectivo plano de exploração foram as principais técnicas colonizadoras – ao mesmo tempo sociais, económicas e espaciais – usadas pelos agentes do Estado e, nessa medida, os principais veículos da ideologia colonizadora.

Acompanhe-se, então, as principais alterações. Com a reorganização da colónia dos Milagres, diminuiu-se o número de casais agrícolas de forma a aumentar a área de cada um e assim elevar o «nível de vida»⁹⁰⁵, seguindo a linguagem da ciência agronómica recente, dos colonos em relação aos trabalhadores da região. Os 16 casais existentes em 1937⁹⁰⁶ redimensionam-se para 13, distribuídos agora em dois núcleos: seis casais nos Milagres, sete casais na Bidoeira.

Na verdade, o dimensionamento do casal agrícola nos Milagres para unidades de exploração que assegurassem o rendimento principal de uma família não implicou uma inversão doutrinal sobre a colonização interna inaugurada com o Estado Novo⁹⁰⁷. Tratou-se menos de uma modificação de uma doutrina colonizadora que via o casal agrícola como complemento de salário para outra, com o Estado Novo, que programava o casal como auto-suficiente, do que uma doutrina que implicava a variação regional do casal agrícola em função do contexto económico e social em que se situava. Tal orientação é declarada abertamente no próprio projecto:

«igualmente se concluiu que não é possível, nesta região, estabelecer colonos partindo do princípio de os salários ganhos em trabalhos para estranhos constituírem a principal fonte de receita, servindo o casal como simples complemento do orçamento doméstico e habitação de família. § Esta orientação, do maior interesse nas regiões de grande propriedade onde haverá

⁹⁰⁴ Sobre a filiação ideológica do casal agrícola no «casal de família», ver a secção «A JCI e as modalidades da colonização», no capítulo IV desta tese.

⁹⁰⁵ Cf. Eduardo A. Lima Basto, *Níveis de vida e custo de vida. O caso do operário agrícola português* (Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1935).

⁹⁰⁶ Antes da reorganização de 1937, havia 16 casas para colonos (5 na Triste Faia, 9 no núcleo da Alcaidaria e Mata e 7 na Bidoeira) mas apenas 12 estavam habitados. Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 12.

⁹⁰⁷ Sobre esta interpretação veiculada na bibliografia veja-se Baptista, *A Política Agrária...*, e Rosas, *Salazarismo e fomento económico...*

pela força das circunstâncias locais a manter, não pode seguir-se nas regiões de pequena propriedade agrícola, e, sobretudo nesta, onde domina a floresta que pouco trabalho permite».⁹⁰⁸

Assim, o casal agrícola é dimensionado para que pudesse dar rendimento a uma família sem nenhum membro desta recorrer ao trabalho assalariado. O plano de exploração tendo em vista a auto-suficiência baseava-se na exploração de matos em área semelhante às terras de cultura, de policultura variada – milho, batata, forragens e hortejos – e com gado. Partindo dos orçamentos familiares constantes no inquérito económico-agrícola em que se baseava o projecto, planeou-se um casal-tipo cujo rendimento se esperava de 3325\$00 anuais, acima da média dos ditos orçamentos. Ainda assim, é explícito no projecto que, após os encargos com a amortização e juros de capital de instalação, haveria um pequeno *deficit* anual dos colonos (estimado em 275\$35) a ser colmatado por uma economia de poupança e pequenas receitas do casal não contabilizadas (horta, galinhas, coelhos, colmeias ou ainda fornecimento de geiras a estranhos). Mas nem mesmo a nova orientação económica dirigida à auto-suficiência para o casal permitia uma vida mais desafogada. A colónia dos Milagres estava mais uma vez longe de ser um projecto económico sustentado. O «segredo do sucesso», afirmava-se, estava «nestes pequenos nada, que afinal são tudo – o zelo do colono e da mulher». E acrescenta-se: «Tudo depende do espírito de economia da mulher do colono e do cuidado deste em não deixar canto ou berma por aproveitar»⁹⁰⁹. O «zelo», e outros afectos, se não quantificáveis, são elementos considerados no planeamento desta economia moral que se quer científica.

O ordenamento espacial e o planeamento arquitectónico figuravam ainda no projecto de reorganização da colónia. Reconhecido o território a intervencionar, havia que ordenar e arquitectar o espaço colonizado. Seguindo as linhas de orientação iniciais, os novos edifícios seriam implantados ao longo da principal via de comunicação da colónia, no encadeamento dos existentes aproveitáveis, agora renovados. A organização do espaço da colónia continuava a ser determinada por critérios agrológicos de constituição do casal: a distribuição das terras que compunham o casal foi o critério orientador da implantação dos edifícios. A mudança neste projecto prendeu-se mais com uma nova distribuição das manchas de cultura de cada casal, agora bastante mais irregular, em acordo com os novos estudos agrológicos, que revertia o princípio de formação do «casal contínuo», em que cada casal era composto por faixas escalonadas, partindo das matas das terras mais altas para se chegar às culturas arvenses nas terras mais baixas. Procurando a mínima dispersão de glebas de cada casal, constituíram-se

⁹⁰⁸ JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 10.

⁹⁰⁹ Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 101.

casais com o máximo de uniformidade da proporção entre as várias classes de solos, aproveitando quando possível as anteriores edificações. Note-se, então, que os novos critérios científicos levaram a um desenho espacial visualmente menos uniforme e equilibrado. Programou-se ainda a construção de mais uma casa de habitação para o núcleo dos Milagres, a acrescentar às nove existentes e renováveis, enquanto na Bidoeira planearam-se seis, a acrescentar às duas existentes. Quanto à arquitectura, os autores do projecto definiram claramente como orientação para o desenho das habitações a simplificação ornamental e a funcionalização dos espaços de forma a conseguir edificar uma «construção económica»⁹¹⁰. Neste sentido, eliminaram-se os ditos «espaços perdidos»⁹¹¹ (corredores, pórticos e alpendres) em benefício das áreas dos quartos e cozinha.⁹¹² Também os anexos programados (estábulo, pocilgas e retrete) obedeciam ao mesmo princípio. «Aproveitamento do espaço e a conveniência da severa economia»⁹¹³ era o lema arquitectónico, acrescido de uma manifesta adaptabilidade local estabelecida para a implantação de cada casa de habitação e anexos.

Porque foi um projecto de reorganização e o primeiro projecto da JCI, houve questões que foram aqui abordadas mas que foram posteriormente abandonadas (no projecto): o modo de selecção dos colonos (ainda não legislada ou regulamentada) e as formas de assistência que o Estado deveria providenciar aos colonos. São as duas principais técnicas colonizadoras sociais que aqui são esboçadas e justificadas no seus princípios e âmbitos e que marcaram os projectos de colonização posteriores, até 1946, altura em que são finalmente legislados aquando da reorganização da JCI. Por agora interessa-nos sobretudo sublinhar dois aspectos: a variedade das técnicas colonizadoras que são ora mobilizadas ou desenvolvidas para o projecto (técnicas agronómicas, económicas, sociais, espaciais-arquitectónicas), demonstrados pelos anexos documentais que o suportam; e, a integração destas várias técnicas colonizadoras⁹¹⁴ num mesmo documento planificador, o projecto de colonização.

⁹¹⁰ Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 179.

⁹¹¹ Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 179.

⁹¹² Na breve memória descritiva das habitações e anexos a construir providencia-se uma descrição dos espaços interiores, sem os espaços de passagem. A entrada da habitação fazia-se pela cozinha (4,25*3,25m²), que teria três portas de comunicação com os três quartos, um para o casal, e outro para os filhos e outro para as filhas. Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 179.

⁹¹³ Cf. JCI, *Projecto de reorganização da Colónia dos Milagres*, 173.

⁹¹⁴ As técnicas colonizadoras desenvolvem-se além da fase de planeamento da colónia agrícola. A partir de 1926, depois de instalados os primeiros colonos, o Estado efectuou obras para a organização dos espaços públicos e a sua circulação (estradas, caminhos, aquedutos, arborização). Valorizando o ensino pelo exemplo, estabeleceu-se um campo de demonstração agrícola, onde os colonos recebiam os ensinamentos experimentais e outros auxílios para a prática agrícola.

4 Colonizar a fronteira: a colónia agrícola de Martim Rei

Ao mesmo tempo que nos primeiros meses de existência da JCI os técnicos estavam ocupados com o projecto de reorganização da colónia dos Milagres, desenvolviam ainda esforços para a concepção de um outro plano de colonização, desta feita numa região fronteiriça do Norte interior de Portugal, no concelho do Sabugal⁹¹⁵.

O plano de colonização do baldio do Sabugal situava-se na continuidade das iniciativas públicas e privadas, que, desde meados do século XIX, tentaram transformar o regime de exploração económica e vivência social daqueles terrenos comunitários. De resto, os trabalhos de reconhecimento, localização e determinação das características principais do baldio no Sabugal, que levaram à declaração de reserva e consideração para colonização, remontavam a um momento anterior à actividade da JCI. Os estudos levados a cabo pela Direcção Geral da Acção Social Agrária – planta do baldio, estudo agrológico, estudo económico-agrícola e até um ante-projecto de colonização – transitaram daquele organismo, junto com restante arquivo, para a JCI, o que possibilitou de resto alguma rapidez na concepção daquele que era o primeiro projecto de colonização logo nos seus primeiros meses de actividade.

A história do baldio do Sabugal nos decénios anteriores à sua colonização ilustra bem o fenómeno histórico, à altura designado como «aproveitamento agrícola dos baldios» (que, em boa verdade, já existia, embora em moldes nem sempre condicentes com a sua apropriação privada). Essa história era aliás contada pelos próprios autores do projecto de colonização que narram como os baldios de Peladas e do vale da Madeira em meados do século XIX eram disfrutados pelos habitantes da freguesia do Sabugal, vila de que tiraram o nome, para o corte de lenha e, principalmente, para apascentação de gado, função costumeira dos baldios. Durante a segunda metade deste século, conta-se nos «Antecedentes Históricos»⁹¹⁶ do projecto, algumas famílias passaram a ocupar aqueles terrenos e a dividi-los em «quintas». Interesses conflitantes entre estes novos usuários e os pastores levaram a que se ensaiasse uma divisão do baldio de Peladas em 1880-1881 em 430 glebas, divisão contestada por alguns moradores nos anos seguintes. Após vinte anos, em 1901 voltou o baldio a servir de logradouro comum após decisão de tribunal fundada no facto da divisão não ter sido acompanhada por títulos de propriedade. Foi uma decisão contestada nos anos seguintes pela Junta de Freguesia, que ensaiou outras tentativas de parcelamento entre 1914 e 1925. Fracassaram todas até esta última data, altura em que, apoiados pela legislação de 1925, entrou em acção o Ministério da Agricultura, pela

⁹¹⁵ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*.

⁹¹⁶ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 2-10.

mão dos serviços de Agrimensura, que levantaram as plantas topográficas do baldio do Sabugal bem como das freguesias do vale do Espinho, Polos, Quadrazais e Malacata. Este processo de reconhecimento destinado à divisão e alienação dos terrenos baldios foi suspenso em 1932, seguindo a nova orientação política que suspendia a divisão dos baldios em todo o país.

Paralelamente, mas em estreita relação com este processo político e legislativo de divisão e privatização dos terrenos baldios, tinha crescido e intensificado naqueles anos a exploração agrícola dos comuns das Peladas e do Vale da Madeira pelos povos circunvizinhos. Esta história providenciada na abertura do projecto, fundamentada numa pesquisa documental no arquivo da Junta de Freguesia pelos técnicos, pretendia perspectivar historicamente a intervenção colonizadora. Ou seja, a colonização do baldio do Sabugal da JCI apresentava-se na estreita continuidade do processo histórico de tentativas de aproveitamento agrícola do baldio através da individualização da sua posse, secundarizando, como se verá de seguida, a dimensão de experiência social presente noutros projectos colonizadores, mesmo em comparação com a modesta experiência colonizadora dos Milagres.

Conquanto situado na longa história de aproveitamento agrícola e privatização dos terrenos baldios, e fundado no conhecimento territorial conduzido e centralizado pelos técnicos estatais desde a década anterior, a celeridade com que foi elaborado o projecto de colonização não o isentou de contratempos. A primeira versão do projecto de colonização do baldio do Sabugal previa uma colónia com 78 casais agrícolas, instalados em 546,58 ha de uma totalidade de 681,40 ha de baldio (a diferença entre áreas correspondia à área reservada para fornecimento de combustível e lenha para os usuários). O primeiro passo na elaboração do projecto dirigiu-se ao reconhecimento do terreno e da sua população por meio de um estudo hidro-geológico (Anexo I do projecto) do baldio, de um recenseamento da população da freguesia (Anexo III do projecto), bem como de um estudo económico-agrícola (as monografias aos casais). Essa bateria de conhecimento produzido dirigia-se primordialmente à elaboração de um plano de exploração que pudesse fundamentar cientificamente (agricolamente) a composição (dimensão e categoria de solos) escolhida para os casais agrícolas. O plano de exploração e a determinação da composição dos casais agrícolas constituem, de resto, a substância do sub-capítulo intitulado «colonização», cuja designação é aqui aproximada, quase que identificada, com o aproveitamento agrícola dos baldios. Neste projecto, é como se as técnicas colonizadoras fossem principalmente de natureza agrícola (o casal agrícola é pensado sobretudo enquanto unidade económica) e o melhoramento do nível de vida das populações usuárias do baldio o objectivo principal da intervenção. No entanto, o principal instrumento de conhecimento, o

inquérito económico-agrícola, foi considerado pelos técnicos da JCI declaradamente insuficiente para justificar e programar a intervenção social.

Neste sentido, o inquérito económico-social foi pela primeira vez ordenado para sustentar cientificamente a orientação social da colonização, correspondendo a um momento de complexificação das técnicas sociais colonizadoras. À resenha histórica, aos estudos cartográficos, hidrológicos e sobretudo o estudo económico-agrícola, que determinou o estado actual do baldio bem como, de modo genérico, a sua «função social» para os usurários, durante a elaboração do projecto, após visita pelos técnicos da JCI ao baldio estes julgaram necessário detalhar como e onde é que o baldio estava cultivado, com que culturas e por quem, e qual o peso económico para cada um dos usuários. Tal «inquérito especial», denominado agora «inquérito económico-social», estava submetido ao duplo objectivo de «averiguar, acerca de cada utente, a importância na economia da respectiva família a parte explorada do baldio e, ao mesmo tempo, determinar quais dos usuários actuais que habitam casa própria ou de renda e que, conseqüentemente, poderiam dispensar a construção de moradia própria no terreno baldio».⁹¹⁷ A determinação da necessidade de se empreenderem novas inquirições sociais indicava menos uma inversão da orientação colonizadora e mais um apuramento e complexificação das técnicas de conhecimento e intervenção social que agora se julgavam centrais à actividade. Técnicas que de ora em diante deveriam seguir a par e passo o reconhecimento agrícola da região durante a elaboração de cada projecto de colonização. O aprofundamento da investigação social traduzia, pois, a necessidade de técnicas sociais colonizadoras mais complexas, em virtude da natureza da intervenção desejada, contribuindo, simultaneamente, para o desenvolvimento, instituição e autonomização de um campo epistémico de estudos sociais⁹¹⁸.

O inquérito económico-social foi lançado ainda para apurar as condições dos utentes dos baldios e assim servir de meio de selecção dos futuros colonos. A partir deste estudo conclui-se que os 681,40 ha do baldio do Sabugal eram explorados «em regime de completa liberdade pelos seus usuários, uns cultivando a batata, o centeio e o milho, outros recolhendo lenha e matos».⁹¹⁹ Conclui-se ainda que a «função social [do baldio] é importante, visto que dos 729 chefes de família (fogos) existentes na freguesia, 349 indivíduos cultivam 282,ha e se

⁹¹⁷ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 80.

⁹¹⁸ Frederico Ágoas, «Saber e Poder...».

⁹¹⁹ Na parte situada a Norte da estrada de Quadrazais, referenciava-se uma exploração agrícola, de «considerável importância»; apuraram-se as culturas predominantes (sobretudo centeio) que aí tinham lugar, os modos de cultivo (as arroteias, as rotações culturais, as sementeiras e as ceifas). Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 33 e 40.

aproveitam de cepa para combustível, o que é de considerar, tanto mais tratando-se de uma região onde se luta com falta de lenhas.»⁹²⁰ Data-se ainda a crescente relevância económica e social do baldio para aquelas populações remontado a doze anos atrás (circa 1925), altura desde a qual a «mancha cultivada tem aumentado de maneira considerável, influyendo gradualmente na economia dos seus usuários, influência revelada pela manifesta melhoria do nível de vida.»⁹²¹ Tanto mais relevante, acrescenta o relator do projecto, quanto não haveria no Sabugal indústria e a quase totalidade da população era constituída por pequenos agricultores ou trabalhadores rurais. O peso social do baldio precisa-se no inquérito em que se conclui que os que em maior número (47 por cento) usam do baldio são os «indivíduos mais necessitados», predominando entre estes os trabalhadores rurais».⁹²²

O inquérito económico-social surge, declaradamente, para averiguar os detalhes desta «função social» percepcionada e registada pelo estudo económico-agrícola. Colonizar não poderia ser apenas aproveitar agricolamente os baldios, havendo agora um entendimento explícito da colonização nos efeitos sociais – e o «social» deixa de ser um subproduto derivativo dos aspectos económico-agronómicos da intervenção estatal. A autonomização progressiva da área de estudos sociais que tal introdução metodológica acentuou parecia traduzir, neste caso, necessidades estatais específicas de intervenção sobre aquela população. Que necessidades?

Na verdade, a função económica e o peso social dos 283 ha de área cultivada do baldio, que ostentava «magníficas searas de centeio e algumas de trigo em vias de boa maturação» e «boa produtividade»⁹²³, tinha já sido identificado num primeiro momento. Aprofunda-se agora o primeiro reconhecimento, mas, sobretudo, altera-se a perspectiva dos técnicos sobre o empreendimento. Perante a «função importante» da exploração agrícola, com a divisão e colonização integral do baldio «*entreviram-se* desde logo as *perigosas consequências sociais* e os *duvidosos resultados económicos* que traria a ocupação total do baldio por meio de casais agrícolas, não tendo, portanto, em linha de conta os importantes direitos adquiridos e até certo ponto defensáveis».⁹²⁴ «Nem justo nem conveniente» seria o desalojamento de 349 usuários em benefício de 78 famílias que os casais agrícolas albergariam. O cálculo das consequências sociais e a atribuição de um grau de perigosidade a estas estava de resto em consonância com conceitos de justiça social que animavam o empreendimento colonizador.

Mais a mais, quanto à expectativa de revolta, se a linguagem do relatório é eufemística,

⁹²⁰ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 41.

⁹²¹ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 41.

⁹²² Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 85.

⁹²³ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 80.

⁹²⁴ Itálicos meus. Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 80.

o parecer da Câmara Corporativa é mais explícito: «os estudos para a obra de colonização interna que a junta mandou fazer alarmaram os povos».⁹²⁵ Mesmo depois de concluído o projecto, e portanto depois introduzidas as alterações em suposto benefício dos usuários do baldio, a 16 de Abril de 1938 o presidente da Câmara do Sabugal telegrafou ao Ministro da Agricultura «comunicando-lhe que o povo daquela vila, representado por 700 chefes de família, tinha manifestado o seu desacordo com a projectada divisão».⁹²⁶ Diante da manifesta oposição ao projecto, para mais com cobertura institucional de autoridades políticas locais, os engenheiros da JCI deslocaram-se à vila com o fim de «explicar os fins e os objectivos do projecto».⁹²⁷ Segundo relato oficial transmitido no parecer da CC, o episódio terminou com o aplauso e «caloroso apoio»⁹²⁸ à obra projectada pelas diversas instituições políticas locais.

A pretenda acalmia pouco durou. Pouco mais de um ano passado, e já a decorrerem as obras, o regente agrícola Cláudio Costa Gonçalves relatou que em 29 de Agosto de 1939 «por cerca das 10h e 30m da noite, ao toque de apitos, reuniram-se cerca de 400 indivíduos, armados de machados e diversos utensílios agrícolas e marcharam para casa do secretário da câmara, que por felicidade aí se não encontrava».⁹²⁹ Acrescenta ainda que mais tarde «pessoas de bem, desviaram-me, sobre protesto de passeio, do local para onde se dirigia a turba amotinada e impediram que eu comparecesse perante essa multidão que, com gritos e frases ameaçadoras, reclamavam a minha presença».⁹³⁰ Dias depois, o regente informou a JCI «[d]os factos, ocorridos ultimamente na vila do Sabugal, que tinham como fim impedir os trabalhos que se estão realizando no baldio das Peladas».⁹³¹ A expectável ou manifesta oposição local das populações intervencionadas às obras de colonização interna não mais deixou de ser um factor de ponderação na concepção dos projectos, e a metodologia do inquérito social um meio de a averiguar e desejadamente conter.

A JCI assume a sua relativa inexperiência em projectos colonizadores com «determinantes de ordem social e económica», ou seja, dos usos dos baldios, que importava

⁹²⁵ Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna»..., 842 – RRRRR.

⁹²⁶ Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna»..., 842 – RRRRR.

⁹²⁷ Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna»..., 842 – RRRRR.

⁹²⁸ O governador civil, o presidente da Câmara Municipal, o presidente da comissão local da União Nacional, a Junta de Freguesia e o delegado do Governo no Sabugal telegrafaram ao novamente ao Ministro da Agricultura dando conta da sua aprovação ao projecto depois da visita dos engenheiros da JCI ao local, de acordo com o relatado no parecer da CC. Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna», 842 – RRRRR.

⁹²⁹ Cf. Cláudio Costa Gonçalves, «Relatório sobre as manifestações de protesto ocorridas no Sabugal», (dactilografado), 4-5. Biblioteca *online* da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, cota 13749/M.

⁹³⁰ Cf. Gonçalves, «Relatório sobre as manifestações de protesto ocorridas no Sabugal», 5.

⁹³¹ Cf. Gonçalves, «Relatório sobre as manifestações de protesto ocorridas no Sabugal», 1.

portanto averiguar, nos futuros projectos colonizadores, por meio dos estudos económico-sociais⁹³². Ao contrário do projecto dos Milagres, em que «sobravam terras em relação aos colonos»⁹³³, a introdução de uma nova metodologia de acesso à realidade social responde perante o «condicionalismo existente». Mais do que o imprevisto súbito, acontecido a meio da elaboração do projecto colonizador, da história contada no relatório parece ressaltar a in experiência administrativa, técnica e científica dos membros da JCI ou, dito de outro modo, a falta de técnicas sociais de colonização.

Enquanto metodologia científica e procedimento administrativo, o inquérito económico-social traduz uma nova técnica social de colonização a dois níveis. O primeiro, já mencionado, tinha como objectivo a elaboração de nova proposta/projecto de divisão do baldio (da qual resultou a redução da área a colonizar com casais agrícolas para metade – com 39 em vez dos 78 casais, reservando metade da área baldia para usufruto comum). O segundo nível dirigia-se à selecção dos colonos: as conclusões do inquérito serviam também para fundamentar os critérios de selecção dos futuros ocupantes dos casais. De resto, o número de casais agrícolas do novo projecto foi apurado não pelas possibilidades agrológicas/económicas de exploração do baldio, mas em função das necessidades sociais daquela população usuária; o número final de casais agrícolas a constituir em Martim Rei foi atingido por critérios de relevância social da obra colonizadora.⁹³⁴

A organização do espaço da colónia segue uma lógica de implantação do edificado e repartição das glebas semelhante, ainda que em escala maior, à colónia dos Milagres. Sem surpresa, é a actividade agrícola que determina o ordenamento espacial. A casa de habitação seria ladeada pelos anexos (estábulo, pocilga; nitreira, galinheiro e coelheira), e a orientação geral para o seu desenho seria de funcionalidade e economia, «aliada à comodidade, à higiene e à segurança, desprezando as ornamentações arquitecturais e tudo o que pudesse representar aumento de custo da obra, sem utilidade correspondente». ⁹³⁵ A simplicidade e a funcionalidade ⁹³⁶ determinam o desenho de uma planta rectangular, dividida em quatro

932 «Os estudos económico-sociais devem acompanhar “pari passum”, senão anteceder, os de natureza cultural ou outros preliminares, como o próprio reconhecimento definitivo e levantamento topográfico, estudos agrológicos, hidrológico, etc”. Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 81.

933 Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 81.

934 Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 85.

935 Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 101.

936 A orientação para a poupança reduz ao mínimo a espessura das paredes e determina o material usado nestas (argamassa de barro e areia aplicado nas alvenarias), orientação reforçada no início da sua construção, em 1939, quando, ainda assim, se considera «caro» o «tipo de acomodação.» Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1939* (Lisboa: JCI, 194[1]) 45.

compartimentos (três quartos e uma cozinha com funções acrescidas de sala de jantar)⁹³⁷. A parca descrição da modesta casa dos colonos contrasta com o pormenor expositivo da habitação destinada ao assistente – casa de dois pisos de alvenaria de pedra, com paredes e tabiques rebocados e caiados a branco, que incluía no piso superior além dos três quartos, um vestíbulo e uma casa de banho⁹³⁸. Quanto à casa para os colonos, dá-se a indicação que a implantação deveria ser feita nos terrenos de 1ª categoria, de forma a que o cultivo de uma pequena horta fosse possível, e, tanto quanto possível, ao longo da estrada principal que ligava o Sabugal ao baldio. Ainda assim, e tal como proposto na primeira parte do projecto, procurou-se constituir propriedades e implantar casais de forma a que permitisse a «formação de núcleos de casais, mais ou menos afastados, em regime de semi-aldeamento».⁹³⁹ Quanto à constituição fundiária dos casais, tenta-se evitar a dispersão pela constituição privilegiada de casais com o mínimo de parcelas, e a redução ao máximo das distâncias entre elas (sem prejuízo de se constituírem casais com rendimentos semelhantes). Os 39 casais ocuparam 281,5 ha, reservando-se ainda 40 ha do baldio para uso comum entre os colonos.⁹⁴⁰

As técnicas colonizadoras de intervenção espacial eram, contudo, ainda rudimentares; não há uma planta que estabeleça a localização das casas de habitação e anexos, deixadas para depois; as obras complementares de colonização ficaram-se pela reparação da estrada principal que ligava Sabugal ao baldio e à construção, detalhada no projecto, da casa de habitação do assistente técnico, bem como de barracões de armazenamento. Outros edifícios sociais estão ausentes deste projecto. Apenas em 1943, mas ainda antes de concluídas as últimas obras, a JCI decidiu projectar e construir uma capela e um posto escolar devido à grande distância que separava a colónia da vila do Sabugal⁹⁴¹. Inicialmente, a organização do território a colonizar estava, portanto, submetida a lógicas exclusivamente orientadas pela actividade de produção económica. Ou dito de outro modo, o projecto da colónia de Martim Rei tratou menos de programar, urbanisticamente, uma vida social da colónia, do que o espaço onde os trabalhadores produzissem.

Mais do que utopia agrarista social, desenhada por técnicos eivados de modernidade científica, ansiosos de programar totalmente a vida social, que, como veremos, habita os ânimos

⁹³⁷ Cf. Ministério da Agricultura. Junta de Colonização Interna. *Anexo III do Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas). Peças Desenhadas*. (Lisboa: JCI, 1937).

⁹³⁸ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 121.

⁹³⁹ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 64.

⁹⁴⁰ Distribuição do uso da área do baldio: 321,51 ha para a colónia; 261, 00 para glebas; 96,81 ha para logradouro. Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*, 115.

⁹⁴¹ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1942* (Lisboa: JCI, 1944) 45.

dos técnicos colonizadores católicos da década de cinquenta, a intervenção colonizadora no baldio Sabugal parece ter sido elaborada na estrita continuidade das políticas de aproveitamento dos baldios. Com os técnicos da JCI, apesar da crença no papel central da técnica e da ciência na condução da sociedade e da economia, ainda que ao serviço do conservadorismo ruralista do Estado Novo, o tipo de intervenção delineada pelo par Estado/ciência não obedeceu directa ou linearmente nem ao autoritarismo político nem ao imperialismo científico que moldava a ideologia alto-modernista nas suas vertentes mais opressivas e dominadoras. A recusa de uma lógica de engenharia social, especialmente após a reconfiguração do projecto que reduziu o número dos casais agrícolas em Martim Rei, é disso exemplo; em oposição à criação de uma nova vida rural *ex nihilo*, a elevação do nível de vida é o objectivo social declarado; e a metodologia do inquérito (social) foi a expressão técnica-científica desta forma política de intervenção social colonizadora.

De resto, o abandono da racionalidade social que animava o projecto de colonização total do baldio do Sabugal é abertamente criticado pela Câmara Corporativa, pela mão do procurador Pinto Veloso. «A obra social realizada com esse aproveitamento [do baldio de Peladas] será muito mais interessante se for aumentado o número de casais agrícolas e, portanto, o das famílias que nas glebas provenientes desse baldio possam ser instaladas»⁹⁴², afirma. Não só deveria realizar-se «a mais completa utilização da terra», mas também a instalação do «maior número de famílias», pelo que «não se justifica que sejam excluídos da demarcação os 263 ha do baldio que estão completamente cultivados pelos respectivos utentes».⁹⁴³ É o entendimento do que devia ser a obra de colonização interna que está na base de tal apreciação e sugestão: «*Não interessa à obra de colonização interna – que é obra eminentemente social – a simples cultura produtiva de certa área de terra, mas a instalação do maior número de famílias nos casais agrícolas nela demarcados*».⁹⁴⁴ Num momento os objectivos de colonização interna em que estavam em debate, o parecer da Câmara Corporativa opta por uma ideia de colonização que se distinguiria de outras formas de aproveitamento agrícola pelo seu específico propósito social de «fixar famílias».

Durante a sua execução, o projecto de colonização do baldio do Sabugal vai sofrer poucas alterações. Terminado em Dezembro de 1937, o parecer obrigatório da Câmara

⁹⁴² Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna», 842 – SSSSS.

⁹⁴³ A proposta de Veloso de incluir os 263 ha reservados para a divisão em glebas de cultura cerealífera entre os utentes que já exploravam o baldio na colónia agrícola passava pela constituição de casais agrícolas no qual se associava as parcelas no baldio com glebas fora deste, seguindo a proposta de casal agrícola de Elvino de Brito. Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna...», 842 – SSSSS.

⁹⁴⁴ Itálicos meus. Cf. Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna...», 842 – SSSSS.

Corporativa tardou e só foi emitido a 29 de Outubro de 1938⁹⁴⁵. As obras de construção começaram finalmente em Abril de 1939⁹⁴⁶ e, por circunstâncias várias, de que se realça a dificuldade de obter materiais de construção numa região fronteiriça⁹⁴⁷, só terminaram em 1942⁹⁴⁸. A arroteia dos terrenos foi mais demorada e cara do que o previsto, os concursos de arrematação para a construção dos caminhos de acesso ficaram inicialmente desertos. Ainda antes de terminadas as obras, promoveu-se, a partir de 1940, o cultivo da área arroteada pelos usuários⁹⁴⁹. Apesar dos atrasos e prorrogações várias da empresa adjudicatária, durante o ano de 1942 a JCI recebeu as instalações da assistência técnica, armazéns e casais e seleccionou, sorteou e instalou os primeiros colonos⁹⁵⁰. Projectados neste ano, em 1943 construiu-se o Posto Escolar e a Capela, dedicada a Santo Izidro, padroeiro que vai acompanhar outras obras colonizadoras, nomeadamente em Pegões. Apesar de pequenas revisões ao projecto ordenadas pela JCI ainda 1939⁹⁵¹ e do parecer negativo emitido pela Câmara Corporativa, o projecto construído foi essencialmente o projectado em 1937, a que acresceu os equipamentos sociais cinco anos depois. Com os primeiros colonos instalados em 1942, houve uma cerimónia oficial de inauguração durante o Congresso Beirão, realizado na Guarda dia 24 e 28 de Julho de 1948⁹⁵².

*

* *

Retomando projectos de administrações estatais anteriores, começou o Estado Novo por fim a colonizar pelos baldios nos Milagres e no Sabugal. Ensaando diversas abordagens metodológicas, começando por ensaiar novas técnicas colonizadoras, o Estado pode, finalmente, experimentar colonizar baldios com casais agrícolas. De uma a outra colónia, deixou-se para trás a adaptabilidade programática dos Milagres, para se tentar ensaiar uma colónia de planeamento, com Martim Rei. Numa altura em que se procurava uma obra cientificamente sustentada, a colonização construída resultou de uma leitura política dos dados obtidos através de uma metodologia científica. O inquérito – nomeadamente económico-social – irá ser o instrumento central que traduz para um entendimento científico e político as

⁹⁴⁵ Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna...», 842 – AAA-ZZZ.

⁹⁴⁶ Despacho ministerial de 18 de Abril de 1939 autorizando a execução do projecto de colonização do baldio do Sabugal citado em JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1939* (Lisboa: JCI, 194[1]) 52.

⁹⁴⁷ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1940* (Lisboa: JCI, 194[2]) 35.

⁹⁴⁸ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1945* (Lisboa: JCI, 1946) 10.

⁹⁴⁹ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1940*, 35.

⁹⁵⁰ Listagem do apetrechamentos dos casais no que respeitava a mobiliário e a alfaías agrícolas em JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1942*, 82.

⁹⁵¹ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1939*, 52.

⁹⁵² Sobre o Congresso Beirão, ver notícias no semanário *A Guarda* (números 2119, de 23/7, e 2120, de 30/7/1948).

populações locais. A população é medida, categorizada, sociografada, de forma a que as suas necessidades e os seus futuros sejam planeáveis. Mais, será em nome de uma vida melhorada que de ora em diante se colonizará. Que nem sempre essa vida melhorada tivesse sido desejada e abraçada pelos vizinhos dos baldios é o que se verá de seguida; será importante notar como as expectativas e resistências, supostas ou projectadas, vão ser desde então tidas em conta na elaboração dos projectos nos baldios pelos técnicos que se arrogam de agir em prol do progresso.

Durante os anos quarenta, estas vão ser as duas únicas colónias agrícolas que a JCI administrou ao mesmo tempo que esboçou os primeiros projectos. Foram-se, entretanto, diversificando racionalidades e objetivos, com a complexificação do programa colonizador, crescentemente «social».

CAPÍTULO IX

CIVILIZAR OS BALDIOS

O «amor pela terra pátria e enternecimento pelas populações de remotos ermos, a que se pretende fazer chegar um pouco de luz espiritual e de bem-estar material»⁹⁵³ foram invocados para justificar o desígnio colonizador nos baldios. Para além dos objectivos mais estritamente demográficos (colocação dos excedentes) e económicos (auto-suficiência alimentar), esta orientação nacionalizadora, moralista e social sintetiza, em grande medida, o programa colonizador das terras comuns pela JCI⁹⁵⁴. Ordenar e dividir os comuns, povoar as terras ermas, agricultural os pastos, foram as preocupações na colonização dos baldios, terras de todos, e, por isso, do Estado na interpretação dos seus agentes. Ordenar, povoar e agricultural era então uma forma de cumprir uma “missão civilizacional” que o Estado deveria levar a todo o território nacional. De resto, o mito da agricultura como um estágio superior da evolução civilizacional tinha já feito parte do ímpeto colonialista do Estado que, desde finais do século XIX, tentava fixar e civilizar as populações locais de Angola pelo trabalho na terra. Longe das realidades do trabalho forçado que as populações racializadas no império conheciam, as populações serranas que maioritariamente aproveitavam os baldios em Portugal foram alvo de intervenções civilizadoras, cuja justificação retórica se inseria num mais lato discurso colonizador. Estes discursos colonizadores estavam suportados pela produção de uma alteridade, e até exotização, de determinadas populações e paisagens, consideradas «selvagens» ou «desertas», sempre «improdutivas» e «atrasadas», que tinha também levado à colonização no Alto Douro português no século XIX – um processo, de resto, que foi já argumentado como ocorrido em certas regiões da França, também em certo sentido colonizadas.⁹⁵⁵

Após as duas iniciativas colonizadoras isoladas – a colónia dos Milagres e a colónia de Martim Rei, heranças administrativas que chegam à JCI, nascidas do conturbado processo de reconhecimento e aproveitamento dos baldios que lhe era anterior –, em 1941 publicou-se finalmente em quatro volumes o *Plano Geral de Aproveitamento de Baldios Reservados*

⁹⁵³ Cf. «Técnica do Plano», [Parecer original sobre o Plano geral de aproveitamento dos Baldios e Reservados pela Junta de Colonização Interna], Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 28^A, n.º 6, 25 de Março de 1944, Março de 1944, 81.

⁹⁵⁴ A história da colonização dos baldios pela JCI é desenvolvida com maior detalhe em «Colonizar as terras de todos», no capítulo IV.

⁹⁵⁵ Sobre a colonização no Alto Douro e os planos de construção do caminho-de-ferro, ver Marta Macedo, *Projectar e construir a nação. Engenheiros, ciência e território em Portugal no século XIX* (Lisboa: ICS, 2012). Eugen Weber alertou para construção colonial da nação francesa, que se moldou pela conquista, anexação e integração de territórios rurais num processo de aculturação que pode, segundo o autor, ser melhor entendido se considerado como um processo de colonização. Cf. Eugen Weber, *Peasants into frenchmen. The modernization of Rural France (1870-1914)* (Stanford: Standord University Press), 485-493.

(PGABR) que ordenou, classificou e direccionou ⁹⁵⁶ os futuros aproveitamentos das propriedades comuns, nomeadamente através de casais agrícolas. Três anos antes, a JCI tinha publicado o *Reconhecimento dos Baldios do Continente*, obra em três volumes que culminava os esforços administrativos do Estado em inventariar as propriedades comuns durante a década anterior. O empreendimento estatal dirigido à legibilidade do território baldio, objectivando as suas características fisiográficas, agro-climáticas, hidrológicas e sobretudo económicas-agrícolas (traduzidas pelo reconhecimento da usufruição pelas populações) nascia da necessidade consciente da parte dos serviços de haver um *conhecimento prévio* que orientasse a *valorização futura* daqueles territórios⁹⁵⁷.

As colónias do Barroso, do Alvão e da Boalhosa que se analisarão neste capítulo nasceram do processo de selecção dos baldios onde a colonização através de casais agrícolas seria mais adequada, após as avaliações iniciais constantes no PGABR, de resto mais prospectivas do que minuciosamente planeadoras e que deveriam funcionar como «anteprojectos»⁹⁵⁸ de colonização. A «terra de todos» abrangia vastas superfícies do continente, mas muito especialmente as zonas montanhosas do Minho, Trás-os-Montes e Beira; para estas vastas extensões se propôs, conforme a feição regional de cada baldio, várias formas de colonização interna.

A colonização planeada pelo PGABR era muito mais ambiciosa do que a que foi mais tarde elaborada nos planos de colonização. As três colónias agrícolas que tiveram origem neste plano, com 179 casais, estavam muito aquém das estimativas iniciais de estabelecimento de 737 «explorações familiares», divididas por 34 aproveitamentos⁹⁵⁹, em mais de cinco mil hectares, em 1941. Ainda assim, diga-se que os pouco mais de cinco mil hectares para as colónias do PGABR formavam uma pequena parte dos mais de 100 mil hectares reservados para colonização. De acordo com a vontade da JCI, a obra colonizadora programada para os baldios far-se-ia largamente pela divisão em glebas e, em quase metade da área reservada, pela

⁹⁵⁶ O Plano de Aproveitamento dos baldios com maior interesse para colonização foi ordenado pelo Ministro da Agricultura a 2 de Maio de 1939, tendo-se mobilizado três engenheiros agrónomos e três regentes agrícolas para realizar o respectivo estudo. Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*, vol. I, 17.

⁹⁵⁷ Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*, vol. I, 17.

⁹⁵⁸ Cf. «Técnica do Plano», [Parecer original sobre o Plano geral de aproveitamento dos Baldios e Reservados pela Junta de Colonização Interna], Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 28^A, nº 6, Março de 1944, 65 e 80.

⁹⁵⁹ Cf. «Técnica do Plano», [Parecer original sobre o Plano geral de aproveitamento dos Baldios e Reservados pela Junta de Colonização Interna], Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 28^A, nº 6, 25 de Março de 1944, 2.

sua exploração em logradouro comum.⁹⁶⁰ A modéstia da intervenção colonizadora da JCI no conjunto daqueles territórios e daquela população é notória, sobretudo quando comparada com a vontade interventora que os serviços florestais mostravam, apostados numa exploração industrial⁹⁶¹. Cinco anos mais tarde, em 1946, já a política colonizadora limitava o seu alcance a 592 casais agrícolas⁹⁶². Aqui chegados, todos os projectos de colonização em baldios estavam já concluídos, nenhum deles tinha dado início à construção dos casais agrícolas e nenhum projecto de colonização de baldios com casais agrícolas foi posteriormente elaborado⁹⁶³. A publicação do plano em 1946 marcou o encerramento da política colonizadora em baldios. Restava apenas construir as colónias na passagem para a década seguinte quando se sabia que era uma política sem futuro. Talvez por isso, a dimensão exemplar para as regiões vizinhas dos projectos de colonização é constantemente realçada.

Quando se iniciam os trabalhos conducentes à realização destes novos projectos de colonização em baldios, a JCI tinha já bem estabelecidos os procedimentos administrativos e as técnicas colonizadoras na burocracia estatal, quer a partir do projecto de colonização de Pegões, em 1942, quer dos ensinamentos recolhidos nos outros projectos colonizadores em Milagres e no Sabugal. Ainda em 1940, iniciam-se os estudos preparatórios para os projectos de colonização dos núcleos de baldios do Alvão e da Boalhosa, quando ainda não estavam terminados os trabalhos de reserva dos baldios. Os levantamentos topográficos são feitos em 1942⁹⁶⁴, seguindo-se-lhes os estudos económicos, sociais, agrológicos e hidrogeológicos. No entanto, para que prosseguissem os trabalhos, esperava a JCI o parecer favorável da Câmara Corporativa sobre o *Plano Geral de Aproveitamento de Baldios Reservados*. Na verdade, a

⁹⁶⁰ Os números exactos referentes ao destino dos baldios reservados para colonização (104 026,5ha) são, de forma desagregada: para instalação de colónias agrícolas, 5103,5 ha; para divisão em glebas, 42 263,5 ha; para logradouro comum, 49 140,0 ha; e ainda, para matas dos corpos administrativos, 7 5119,5 ha. Cf. “Técnica do Plano», [Parecer original sobre o Plano geral de aproveitamento dos Baldios e Reservados pela Junta de Colonização Interna], Arquivo Histórico Parlamentar, Secção XXVIII, cx. 28^A, n.º 6, 25 de Março de 1944, 59.

⁹⁶¹ Cf. João Antunes Estevão, «A florestação dos baldios», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983 – 3º, 4º, 5º, pp. 1157-1260.

⁹⁶² Cf. Mapa I – Anexo ao decreto-lei n.º 36054, Decreto-lei n.º 36054, 20 de Dezembro de 1946, I Série – Número 290, p. 1300.

⁹⁶³ A JCI elaborou ainda três projectos de colonização em baldios oriundos no PGABR e previstos no plano de 1946 mas que não previam a construção de casais agrícolas: Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna, *Projecto de colonização dos baldios do núcleo do Extremo* (Lisboa: JCI, 1947); Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna, *Projecto de colonização do Núcleo de Soajo e Peneda* (Lisboa: JCI, 1948); Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna, *Projecto de colonização do núcleo de baldios da Serra das Meadas* (Lisboa: JCI, 1950).

⁹⁶⁴ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1942* (Lisboa: JCI, 1944), 13.

Presidência do Conselho teve consigo durante mais de dois anos os quatro volumes impressos do PGABR antes de resolver enviá-los à Câmara Corporativa em 1943.⁹⁶⁵

Se logo nos primeiros anos da actividade da JCI desenvolveram-se esforços administrativos e técnicos para colonizar terrenos baldios, desde logo os serviços sabiam que poucos seriam os baldios colonizáveis, e, destes, ainda menos aqueles susceptíveis de instalar casais agrícolas⁹⁶⁶. Ainda antes de analisar o processo de concepção das colónias agrícolas do Barroso, do Alvão e da Boalhosa, é importante determo-nos por momentos num dos projectos de colonização que não foi construído para se entender melhor o desenvolvimento das técnicas colonizadoras, a política colonizadora e a própria definição de colonização interna.

1 Quadrazais, a colonização que não foi

Reconhecidos os baldios em 1940, o maior dos baldios colonizáveis era o de Quadrazais, com 2166 ha, que extremava com o baldio de Peladas no concelho do Sabugal e assim permitia uma economia de tempo e pessoal na realização dos estudos preparatórios. O levantamento topográfico tinha já sido realizado pela Direcção Geral de Acção Social Agrária, pelo que logo se procedeu ao estudo agrológico, permitindo esboçar um plano de aproveitamento. Este, acompanhado de estudos em anexo («monografias, contas de cultura, inquérito individual aos usuários»⁹⁶⁷), seguia os mesmos procedimentos e rubricas que conduziram ao projecto para o vizinho baldio de Peladas: descrição da freguesia do baldio e a sua agricultura através do «meio físico», seguido da caracterização do «meio social e económico», nomeadamente a «população, as culturas, os gados, a propriedade rústica, a exploração agrícola, as vias de comunicação e o comércio dos produtos agrícolas; o baldio no passado e no presente e ainda as possibilidades de aproveitamento futuro».⁹⁶⁸ O estudo económico-social⁹⁶⁹ incluía um resumo estatístico-demográfico complementado por estudos do

⁹⁶⁵ O PGABR tem data de 13 de Julho de 1940, a reunião do Conselho Técnico da JCI onde se aprovou o PGABR deu-se a 5 de Dezembro de 1940, os volumes foram imprimidos com data de 1941, foram enviados para a Presidência do Conselho e a Câmara Corporativa apenas os recebe a 30 de Novembro de 1943. Cf. Arquivo histórico parlamentar, III Legislatura (2ª sessão legislativa), Serviços Legislativos da Câmara Corporativa, Secção XXVIII, cx. 28^A, nº 6 e 7, Livro de registo de movimento de propostas e de projectos de lei da Câmara Corporativa, n.º 52.

⁹⁶⁶ Em 1938, a meio do processo de reconhecimento dos baldios, com 4753 baldios reconhecidos correspondentes a uma área total de 282594 ha, apenas se apuraram 13451 ha com aproveitamento agrícola colonizável e destes pouco mais de 3300 ha susceptíveis de instalação de casais agrícolas (apesar de se terem provisoriamente reservado 33089 ha) Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 11.

⁹⁶⁷ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 38.

⁹⁶⁸ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 38.

⁹⁶⁹ Cf. J.S. Mello, *Aspectos Sociais e Económicos da freguesia de Quadrazais* (Lisboa: ISA, 193[9]). Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, cota 14164.

«trabalhador rural» – expressos em cinco monografias dedicadas a dois tipos de trabalhadores rurais, a dois contrabandistas e a um proprietário-rendeiro – e caracterização genérica da alimentação e da habitação que conduziu, essencialmente, a um diagnóstico de «miséria»⁹⁷⁰. Dado que o baldio constituía indispensável auxílio à população local, que o arranjo fundiário presente não possibilitava o melhoramento da situação do jornaleiro e que boa parte do baldio era susceptível de aproveitamento agrícola⁹⁷¹, não fosse a «natureza dos autóctones» e o conhecimento do modo de vida (contrabando) destes, os técnicos da JCI afirmavam não ter dúvidas em defender o estabelecimento de casais agrícolas. As principais conclusões do estudo económico-social e do reconhecimento agrológico levaram, contudo, a que a Junta prosseguisse os trabalhos para que se elaborasse o projecto de colonização⁹⁷².

Na verdade, se o estudo económico-social permitia organizar um quadro social científico da população local, foi a leitura política dessa realidade social cientificamente objectivada que determinou o futuro da colonização em Quadrazais. Logo em 1938, frisa-se que os povos utentes se dedicam «em especial ao contrabando, o que lhes dá uma psicologia avessa à disciplina necessária para sucesso das obras de colonização»⁹⁷³; não obstante, ainda nesta altura, concluiu-se que se a «índole da população é um embaraço, mesmo um obstáculo sério à realização desta obra social (...) crê-se que poderá ser dominado pelo estudo cuidadoso das circunstâncias e pelo esforço persistente na execução».⁹⁷⁴ O plano de colonização⁹⁷⁵, aprovado pela JCI a 2 de Fevereiro de 1939, previa, além da distribuição de glebas pelos utentes (1356ha), e o auxílio a 24 explorações dos quinteiros (200ha), a divisão do baldio no sentido de beneficiar «o maior número de trabalhadores rurais dando-lhes condições de vida independente», sem estarem na «dependência quase absoluta do contrabandista» (propondo-se para isso a instalação de 36 casais em 500 ha)⁹⁷⁶. Em 1940 deu-se como justificação para o

⁹⁷⁰ Cf. Ágoas, «Saber e Poder...», nota de rodapé 672.

⁹⁷¹ Digo “boa parte”, de forma pouco precisa, porque se no estudo económico-social se indicava que cerca de 50% eram susceptíveis de aproveitamento agrícola, no relatório de trabalhos e contas de gerência do mesmo ano (1938) indica-se “700 ha agricolamente aproveitáveis” e, logo, uma percentagem menor do total de 2166 ha do baldio. Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938* (Lisboa: JCI, 194[0])16.

⁹⁷² Os estudos e trabalhos preparatórios para a elaboração do projecto de colonização consistiram: Estudo hidro-geológico; Estudo agrológico das zonas destinadas a casais, demarcadas segundo o respectivo reconhecimento; implantação na carta das explorações dos quinteiros encravados no baldio; levantamento na escala 1/5000 da «Lameira» e traçado do canal de irrigação; projecto de reparação do troço de estrada entre a povoação de Quadrazais e o baldio de Peladas. Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1939* (Lisboa: JCI 194[1]) 22.

⁹⁷³ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 16.

⁹⁷⁴ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 17.

⁹⁷⁵ Cf. Francisco Firmino Pires, *Plano de Colonização do Baldio de Quadrazais* (Lisboa: JCI, 1940). Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, cota 14664.

⁹⁷⁶ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1939* (Lisboa: JCI, 194 [1]) 22.

atraso na apresentação do projecto de colonização o facto de se aguardar os primeiros resultados da colonização em curso nos terrenos baldios de Peladas⁹⁷⁷, que de resto tinham sido alvo de forte contestação em Agosto de 1939.

Apenas em Setembro de 1942 se concluiu o projecto de colonização, e com uma orientação diferente da inicialmente manifestada no plano de 1938: na colonização do baldio de Quadrazais não haveria lugar para casais agrícolas, apenas a divisão por glebas. O número de famílias com interesse na cultura do baldio (438, em 1938) tinha aumentado e as pastagens e os matos e lenhas produzidas no baldio representavam «valores consideráveis» para «toda ou quase» toda a população de Quadrazais. Assim «nenhum utente» deveria «ver diminuídos os benefícios que do baldio usufrui». ⁹⁷⁸ Foram as leituras políticas das conclusões do inquérito económico-social realizado, em particular «o risco de se provocar grandes e justificadas reacções se não se atendessem aos interesses criados»⁹⁷⁹, que levaram ao tipo de aproveitamento proposto.

Trabalhos conducentes a outros projectos de colonização de baldios foram encetados ainda antes da aprovação do *Plano Geral de Aproveitamento de Baldios Reservados*, que a JCI começou a elaborar ainda em 1939. Contudo, nenhum deles acabou por prever a colonização através da instalação de casais. As áreas dos baldios de Côta, Calde e Mundão (Concelho de Viseu) e Frágoas (Concelho de Vila Nova de Paiva) destinaram-se a glebas⁹⁸⁰; desistiu-se da colonização dos baldios de Leomil em favor da sua arborização⁹⁸¹; a Sul, no concelho de Reguengos, desistiu-se da colonização através de casais agrícolas dos baldios de S. Marcos e S. Romão⁹⁸², que não suportavam a necessária intensificação cultural. Sublinhe-se, então, que as formas de colonização concebidas e prosseguidas pela JCI variaram entre as glebas e os casais agrícolas, dependendo o tipo de intervenção estatal das circunstâncias locais.

2 Colónia agrícola do Barroso

O acaso determinou, em grande medida, a prioridade dada à construção das colónias agrícolas na região do Barroso, em Trás-os-Montes. Quando os estudos de colonização dos

⁹⁷⁷ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1940*, 18.

⁹⁷⁸ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1940*, 18.

⁹⁷⁹ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1940*, 18.

⁹⁸⁰ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 15; JCI, *Projecto de colonização dos baldios de Cota, Calde, Frágoas e Queiriga do Distrito de Viseu* (Lisboa: JCI, 1939).

⁹⁸¹ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1940*, 17.

⁹⁸² Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1943*, 24.

baldios do Alvão e da Boalhosa estavam já num estado avançado, os esforços foram repentinamente direccionados para o extenso planalto baldio barroso.

Em Julho de 1943, um incêndio destruiu por completo a aldeia da Castanheira, situada na freguesia de S. Vicente de Chã⁹⁸³. A urgência em abrigar as 43 famílias desalojadas, sobretudo antes do rigoroso inverno típico daquela região, levou o governo a ordenar que a JCI preparasse o projecto de colonização dos baldios daquela freguesia. Numa altura em que já estavam bem estabelecidos os procedimentos administrativos e determinados os estudos científicos necessários às técnicas colonizadoras, a intensificação dos trabalhos permitiu que o reconhecimento geral, o inquérito às povoações, o estudo agrológico, o estudo hidrológico, o traçado das vias de comunicação e o estudo económico-social, ou seja, os trabalhos preparatórios da colonização, pudessem ser concluídos em cerca de um mês, a 15 de Agosto de 1943⁹⁸⁴. No entanto, o *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*⁹⁸⁵ ficou apenas concluído em 1944, porque o Ministério das Obras Públicas acabou por tomar o encargo da reconstrução da aldeia da Castanheira e os serviços da JCI aproveitaram o adiamento para, com mais tempo, elaborarem os estudos dos aldeamentos e construções constantes no projecto. Nos dois anos seguintes, mais dois projectos de colonização foram elaborados para os baldios dos concelhos de Montalegre e Boticas, dando origem a sete aldeamentos, que ficaram posteriormente conhecidos como as colónias agrícolas do Barroso. O segundo projecto de colonização, que dizia respeito aos baldios das freguesias de Morgado, Cervos e Beça⁹⁸⁶ foi terminado em 1945; e o terceiro, relativo às freguesias de Montalegre, Padornelas e Meixedo⁹⁸⁷, finalizado em 1946.

No conjunto dos três projectos, a colonização do Barroso instalou 125 casais agrícolas⁹⁸⁸ – pouco menos do que o projectado –, distribuídos por sete núcleos habitacionais: Aldeia Nova do Barroso (55 projectados, 45 casais construídos) e S. Mateus (10 projectados e construídos), do primeiro projecto; Aldeia Nova de Montalegre (22 projectados e construídos), Criande (31 projectados, 29 casais construídos), Vidoeiro (9 casais projectados e construídos) do segundo projecto; Fontão (7 construídos) e Pinhal Novo (10 construídos), do terceiro projecto.

⁹⁸³ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1943*, 27.

⁹⁸⁴ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1943*, 27.

⁹⁸⁵ Cf. Junta de Colonização Interna. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã* (Lisboa: JCI, 1944).

⁹⁸⁶ Cf. JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã* (Lisboa: JCI, 1944).

⁹⁸⁷ Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Montalegre, Padornelas e Meixedo* (Lisboa: JCI, 1946).

⁹⁸⁸ Cf. *Diário das Sessões*, n.º 131, 4 de Março de 1952, 376.

Estes são os primeiros projectos de colonização que seguiram a orientação do *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*. As mudanças do planeamento colonizador entre o PGABR e os projectos traduziram um aperfeiçoamento técnico óbvio, mas também uma mudança política na orientação do aproveitamento. Como adiante se explanará mais longamente, a preferência pela manutenção dos equilíbrios de uma sociedade pastoril, manifesta no PGABR, dará lugar a uma orientação colonizadora, que privilegiou a passagem da totalidade dos baldios do Barroso a propriedade privada. Neste projectos, as propriedades privadas constituídas seriam exploradas através de casais agrícolas, glebas mistas agrícola-florestais, glebas para mato e floresta e ainda arborização florestal. Sem mais considerações gerais sobre a totalidade do aproveitamento proposto para os quase 15 mil hectares a colonizar, apenas uma pequena parte foi dedicada a casais agrícolas. Veja-se o caso do primeiro projecto de colonização, para os baldios da freguesia de Chã: enquanto o PGABR previa 30 casais (210 ha), o projecto de 1944 previa a instalação de 65⁹⁸⁹, que ocupariam 850,50ha dos 3330 disponíveis para colonização – ainda assim, uma pequena parte. Na freguesia de Morgado, Cervos e Beça, dos 5630 ha disponíveis para colonizar, o PGABR planeou 41 casais, enquanto o projecto planeou 62⁹⁹⁰. No último projecto de colonização, mais modesto, embora se mantivesse a orientação de passagem de toda a área baldia para a propriedade privada, diminuiu-se o número de casais agrícolas propostos de 48 para 17⁹⁹¹. A escolha da instalação de casais agrícolas incidu na zona baldia susceptível de maior intensificação cultural que estivesse mais afastada dos aldeamentos existentes e que apenas através da «exploração mais equilibrada do tipo familiar poderia aproveitar ao máximo a sua aptidão».⁹⁹²

Quanto às técnicas colonizadoras, foram principalmente as técnicas de organização espacial que se desenvolveram e maturaram com os projectos de colonização dos baldios nos concelhos de Montalegre e Boticas, de resto no seguimento dos estudos já realizados para Pegões. Podemos talvez melhor interpretar esta transformação se inferirmos, seguindo a interpretação defendida por Filipa Guerreiro, que nos projectos de colonização do Barroso a arquitectura dos casais foi planeada, pela primeira vez, por um arquitecto – Eugénio Correia –

⁹⁸⁹ Para os dois novos núcleos populacionais reservou-se uma pequena parte da área colonizável, os 850,75 ha (divididos entre 590,75 de aproveitamento agrícola e 260 para mato e floresta). Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*, 23-24.

⁹⁹⁰ Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Morgado, Cervos e Beça*, 9-10, 13, 20 e 30.

⁹⁹¹ Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Montalegre, Padornelos e Meixedo*, 13, 18 e 24.

⁹⁹² O critério para a escolha da área de instalação era igual para todos os projectos, e foi mencionado, nomeadamente, em JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*, 24.

e não por engenheiros agrónomos ao serviço da JCI⁹⁹³. No entanto, não é aqui o lugar para fazer uma análise da morfologia urbanística e arquitectónica destas colónias agrícolas numa perspectiva da evolução disciplinar daqueles saberes e técnicas. Para o argumento que se vem fazendo interessa sim perceber quais as formas e técnicas de organização espacial (urbanísticas e arquitectónicas) que foram mobilizadas e deram forma à intervenção colonizadora.

Se as técnicas colonizadoras de organização espacial se desenvolvem e aprofundam quando se projectaram as colónias agrícolas do Barroso, tal deve-se a um alargamento do âmbito da intervenção colonizadora. A inflexão na intervenção estatal explica-se, em parte, pela sua acção sobre um território consideravelmente mais extenso e abrangendo um maior número de pessoas, multiplicando-se assim as técnicas de intervenção. A atenção à organização espacial dos vários núcleos de colonização é internamente justificada pela dimensão do empreendimento, mas deve também ser entendida no quadro do alargamento dos objectivos sociais (ou societais) da colonização interna neste período. Este é o período da história da JCI em que as suas funções e capacidades se expandem, beneficiando em grande medida da maturação dos procedimentos administrativos e das técnicas científicas desenvolvidos por ocasião da colonização em Pegões, como se verá no capítulo seguinte. Dito isto, é necessário entender as especificidades da colonização barrosã, para além da sua dimensão, para explicar a natureza desta intervenção estatal. Para isso é preciso atentar no *Estudo Económico-Social*, levado a cabo por Flávio Soares Martins⁹⁹⁴ que, tal como no caso da colonização de Martim Rei (e da abortada em Quadrazais), determinará o sentido social da intervenção. Mais concretamente, o estudo social científico vai ser essencial para a definição e elaboração das técnicas colonizadoras sociais a dois níveis, como se verá mais adiante: a selecção dos colonos e a definição da assistência prestada. De forma mais abrangente e a montante, foi o conhecimento social estabelecido pelo *Estudo Económico-Social* que definiu a orientação geral do projecto: civilizar o barrosão.

Através do inquérito monográfico às condições de vida das famílias da região, este estudo foi um importante marco no saber social científico realizado no contexto institucional da JCI pelo seu âmbito alargado e «pronunciada vocação sociológica»⁹⁹⁵. Desdobrado em

⁹⁹³ Filipa Guerreiro defende que os projectos arquitectónicos para a colónia do Barroso, sem autoria identificada, devem ser atribuídos ao arquitecto Eugénio Correia, então arquitecto a trabalhar na DGEM e mais tarde responsável pelo desenho da Igreja de Santo Isidro, escolas, casas de professoras e do pároco no núcleo de Pegões Velhos na colónia agrícola de Pegões já na década de 50, baseando-se na informação providenciada em entrevista pelo arquitecto José Luís Pinto Machado, arquitecto na JCI na década de 50. Cf. Guerreiro «Colónias Agrícolas Portuguesas...», 427.

⁹⁹⁴ O estudo económico-social é, na sua generalidade, idêntico ao tirocínio de Flávio Soares Martins, *A sociedade rural barrosã*, ISA, 1940.

⁹⁹⁵ Cf. Ágoas, «Saber e Poder....», 294.

capítulos sucessivamente dedicados ao «trabalho», à «propriedade», à «economia» e à «sociedade», e dedicando especial atenção aos aspectos relacionados com o «modo de existência» e a «família», o estudo conclui que este «recanto do território português» apresentava o «*facies* mais característico». ⁹⁹⁶ Atribui-se tal, mais do que ao meio ecológico, ao «isolamento a que a falta de meios de acesso tem obrigado a população e à actuação interesseira e retrógrada de autoridades civis e eclesiásticas». ⁹⁹⁷ Uma «sociedade patriarcal», com a população estacionária nos últimos 40 anos (cerca 15 mil habitantes em 1900, 16 mil em 1940) ⁹⁹⁸ e com largos tractos de terrenos por cultivar, enquadram o retrato social e psicológico do barrosão como desinteressado ou abertamente avesso à agricultura.

«O barrosão evita os trabalhos agrícolas (...). O desinteresse pela agricultura em tudo se revela. Não tem medida agrária – hectares, aguilhada, hastim, etc. – nem faz ideia do que é uma geira de terra, porque em geral não lavra o dia todo. Não tem horário de trabalho; o serviço agrícola faz-se aos poucos, quando calha que para isso há tempo de sobejo; e assim, pelos caminhos, encontram-se, a qualquer hora do dia, homens de «sachola» ao ombro que tanto podem ir como regressar do trabalho». ⁹⁹⁹ (...) Para o barrosão, em boa verdade, só o gado existe (...). O barrosão, pastor desde que existe, não vê outra razão de ser na sua atividade senão ser pastor». ¹⁰⁰⁰

O particular «modo de existência» do habitante da região do Barroso tinha na vida familiar o seu aspecto mais preocupante. Seguindo a par e passo a ideologia oficial do Estado Novo, transposta da Constituição para o estudo económico-social, considera-se a família a «célula basilar da sociedade» ¹⁰⁰¹, aqui simultaneamente tomada como unidade de estudo e

⁹⁹⁶ Cf. Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas citado em JCI, *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, 33.

⁹⁹⁷ Cf. Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas citado em JCI, *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, 33.

⁹⁹⁸ Cf. Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas citado em JCI, *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, 33.

⁹⁹⁹ Cf. Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas citado em Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, 33.

¹⁰⁰⁰ As passagens transcritas são do supracitado *Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas*, 34; mas são também citadas, *ipsis verbis*, no subcapítulo «Aspecto social – população» do projecto de colonização da freguesia de chã. Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*, 6-7.

¹⁰⁰¹ A centralidade ideológica e científica da família para o estudo é assim justificada: «A família, tem-se dito muita vez, é a célula basilar da sociedade, por constituir um agrupamento perfeito e homogéneo nas suas várias manifestações, apto a assegurar o desenvolvimento demográfico e em condições de preparar os indivíduos, física e moralmente sãos, que possam ser elementos socialmente úteis. Esta finalidade, porém, só se atinge, em geral, na família legitimamente constituída. Importa, portanto, examinar, através dos números, o que, sob este aspecto, se passa na região do Barroso.» Cf. Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas citado em JCI, *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, 34-35.

campo de intervenção estatal. Indicadores e avaliações morais desenhavam o quadro da situação familiar barrosã: a baixa taxa de matrimonialidade (a mais baixa de Portugal, sendo esta já a mais baixa da Europa) – «região onde «o mal está mais agravado» –, a elevada percentagem de «filhos ilegítimos»¹⁰⁰² e de mulheres isoladas chefes de família (14%)¹⁰⁰³, situação que apelidam de «desconcertante». «O que mais choca na vida da sociedade barrosã é a assustadora percentagem de filhos ilegítimos e de fogos em que o chefe de família foi sempre a mulher.»¹⁰⁰⁴ A imoralidade descrita e denunciada no estudo centra-se na figura da mulher, cujo comportamento não parecia ser constituído ou limitado pelas prescrições cristãs, defendidas pelo Estado: «a mulher do Barroso, quando casada, raro é infiel ao marido, mas enquanto solteira vive em quase amor livre, perante a indiferença das pessoas responsáveis.»¹⁰⁰⁵

Caberia ao Estado mudar esta situação de «aviltamento da família», para com que concorria a «pastoreação» e a «prosmicuidade» em que habitavam os rapazes e as raparigas, não obstante o anti-estatismo barrosão observado e registado: «o camponês do Barroso não julga possível alterar os seus hábitos de pastorícia e recebe com a maior desconfiança e grave prevenção toda a tentativa oficial para lhe melhorar a existência».¹⁰⁰⁶ Reiteram-se os deveres civilizadores do Estado no estudo económico-social em trechos de resto reproduzidos nos projectos de colonização dos baldios dos concelhos de Montalegre e de Boticas, que em grande medida justificam social e politicamente a existência e até urgência deste projecto colonizador:

«E tudo leva a prever que, em virtude da índole e educação defeituosa da população, o estado de incultura de muitas das melhores terras do Barroso se manterá por largos anos se a intervenção do Estado, por uma actuação enérgica e bem orientada, não puser cobro a

¹⁰⁰² Em quadro, o estudo compara a “percentagem média de filhos ilegítimos, nados-vivos” no Continente (16,77) com a da região do Barroso (36,71) entre 1935 e 1939. «Na região do Barroso o número de mulheres solteiras chefes de família é de 14 por cento do número total de fogos». Informações do Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas citado em JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa, 1944, 10.

¹⁰⁰³ «Estes números, só por si, levantam um problema que urge resolver. Se a percentagem de filhos ilegítimos relativa ao Continente é uma das maiores, senão a maior da Europa, a que diz respeito à região do Barroso mais que duplica. Os 14% de mulheres mães de filhos ilegítimos e chefes de família é desconcertante. E note-se que este número não inclui todas as mães de filhos ilegítimos, pois muitas continuam vivendo no lar paterno». Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas citado em Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, Lisboa, 1945, p. 36.

¹⁰⁰⁴ Cf. *Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas* citado em Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, 36.

¹⁰⁰⁵ Cf. *Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas* citado em Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, 36.

¹⁰⁰⁶ *Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas* citado em Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, 34.

desmandos, estabelecendo condições que permitam a realização de certas obras fundamentais à evolução duma sociedade que não é, não sabe ser, nem deseja senão ser pastora».¹⁰⁰⁷

A sociedade pastoril do Barroso é condenada pela ciência social emergente e pela administração do Estado: num primeiro momento pela exposição que se faz desta no estudo económico social, e num segundo pela extensa citação deste nos três projectos de colonização dos concelhos de Montalegre e de Boticas. À sociedade pastoril opõe-se a sociedade com base na agricultura, tida por moralizadora do trabalho desregrado e dos costumes dissolutos da vida familiar barrosã. A valorização ideológica da agricultura pressuposta no ideal estatal de transformação produtiva dos territórios baldios é claramente enunciada na colonização do Barroso. A dicotomia pastorícia/agricultura funciona de resto como um espelho da dicotomia entre propriedade comum/propriedade privada: a ideia de colonização agrícola dos terrenos baldios foi ideologicamente ancorada numa desconfiança dos modos de exploração económica comunitária conjugada com a crença na superioridade ideológica da propriedade privada e, paralelamente, numa descrença do valor da pastorícia face à agricultura. Presente em projectos de colonização de baldios anteriores, a pastorícia tem um papel estrutural no entendimento social, familiar e psicológico que se faz da população barrosã, sendo também fundamental na legitimação elaborada para a intervenção estatal e definição dos objectivos a atingir: a passagem a uma sociedade fundamentalmente agrícola.

Neste sentido, entende-se melhor que o desígnio da passagem à agricultura não correspondia apenas, nem talvez sobretudo, a um objectivo económico-produtivista. Era antes de mais civilizacional: apenas através da transformação do «modo de existência» pastoril se poderia transformar social e psicologicamente a população barrosã, a começar pela família. Intervir na economia pastoril era criar uma outra sociedade. A intervenção estatal colonizadora sobre o território baldio e a população pastora do Barroso teve como finalidade declarada resgatar aqueles que, «através dos séculos, vêm resistindo à evolução civilizadora»¹⁰⁰⁸.

Ainda assim, se esta foi a orientação clara da colonização interna concretizada no Barroso, não foi desde logo planeada. No *PGABR*, em 1941, a orientação para o aproveitamento ainda era o respeito pelos equilíbrios da economia agro-pastoril, e até, por motivos mais estritamente económicos (diga-se, produtivos), o aumento dos efectivos pecuários assim como das áreas de pastagem. Defende-se a pastorícia como o aproveitamento principal para os baldios

¹⁰⁰⁷ Cf. *Estudo Económico-Social dos baldios de Montalegre e Boticas* citado em Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1943*, 33.

¹⁰⁰⁸ Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*, 4.

reservados de Montalegre e de Boticas numa lógica económica que subalterniza as apreciações civilizacionais, segundo as quais a população barrosã é ainda assim qualificada de «primitiva». A prioridade dada à manutenção ou aumento dos efectivos pecuários¹⁰⁰⁹ é, contudo, feita num discurso que matiza a comum oposição à pastorícia: «o que tem forçosamente que vir a alterar-se, à medida que crescerem as exigências de uma população primitiva, é o sistema de vida rural de maneira a corrigir a pastorícia negligente pela cultura esforçada»¹⁰¹⁰.

É este sentido evolutivo/progressista da história humana, da pastorícia à agricultura, cuja inevitabilidade é postulada, que os projectos de colonização em baldios posteriores, no Alvão e na Boalhosa, vão querer acelerar¹⁰¹¹. A história anterior (concessões privadas de terrenos baldios) e conhecimento social científico produzido pelo estudo económico-social – «estudo mais minucioso da psicologia e qualidades de trabalho desta sociedade do barroso» – «levou a projectar no sentido da revolução»¹⁰¹², com a proposta da quase totalidade do baldio passar a propriedade privada¹⁰¹³.

Se no Sabugal os estudos económico-sociais construíram uma figura do trabalhador associado à sua perigosidade social e ilicitude laboral (revolto e/ou contrabandista), que tinha fundamentado em larga medida a intervenção social colonizadora, no Barroso, o estudo económico-social constrói a imagem de uma «sociedade pastoril» que justifica o ambicioso programa colonizador civilizador. Este programa seria operacionalizado através de várias técnicas colonizadoras de feição social. Como acima foi mencionado, a mudança desejada no «modo de existência» para ser alcançada levou ao planeamento da organização dos espaços, à criteriosa selecção de colonos, mas ainda a uma assistência técnica.

¹⁰⁰⁹ «Não se prevê, bem entendido, uma diminuição da importância dos gados. Pelo contrário, admite-se mesmo que aumentará.» Cf. JCI, Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real, Vol. II, 98.

¹⁰¹⁰ Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, vol. II, 98.

¹⁰¹¹ A citação completa que justifica a alteração de orientação quanto ao aproveitamento dos terrenos baldios: «Da análise deste quadro verifica-se que se admitia, a continuação de parte do baldio em regime comunitário. Perfilhava-se assim o princípio da evolução, quase sempre mais aconselhável em questões agrárias. Porém, a experiência com algumas concessões de terrenos baldios nesta região e o estudo mais minucioso da psicologia e qualidade de trabalho desta Sociedade do barroso, levou a projectar o sentido da revolução, isto é, o baldio que é de todos e não é de ninguém, que em vez da igualdade mais acentua a desigualdade, desaparece. Justifica-se tal medida pelo que se verifica quando os terrenos de mato passam a propriedade privada; aumenta a produção de mato e em geral surge o povoamento florestal espontâneo (carvalhos). Hoje, o que o dono não corte (em mato e pequenas árvores espontâneas) para aproveitar, é o lume que devora para inutilizar. Este facto demonstra que há mato a mais e daí a razão de haver árvores a menos. Por isso todo o baldio será transformado em propriedade privada, salvo algumas cumeadas, cuja arborização, indispensável, será entregue aos serviços oficiais competentes.» Trecho presente nos três projectos de colonização para o Barroso. Por exemplo, JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*, 23.

¹⁰¹² Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*, 23.

¹⁰¹³ Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*, 29.

Exigido pelo diagnóstico de retardamento civilizacional das populações intervencionadas, concebeu-se logo no projecto uma assistência técnica quotidiana que incidisse sobre os comportamentos¹⁰¹⁴. Ainda em 1941, tinha-se insinuado a ideia de que uma assistência técnica era peça essencial dos mecanismos de transformação social do empreendimento colonizador. «Falta à população espírito de iniciativa e conhecimentos técnicos para a necessária passagem de um regime de hábitos pastoris a outro com predomínio do trabalho agrícola, que só poderá conseguir-se acompanhando-a e orientando-a um bom técnico que com ela viva dia a dia»¹⁰¹⁵. Esperava-se então que surgissem efeitos sociais e de subjectivação estimulados pelos ensinamentos técnicos quotidianos. Ou, dito de outra forma, esperava-se que a engenharia social fosse produzida também pela acção de mecanismos de poder técnicos.

A extensão do significado da assistência com a colonização do Barroso dá-se ainda noutro sentido: o do alargamento da sua esfera de acção.¹⁰¹⁶ Os objectivos de «melhoria das condições de vida das populações indígenas»¹⁰¹⁷ a que a «valorização» dos baldios respondia seriam alcançados pelo alargamento da assistência técnica ao «campo social»¹⁰¹⁸. É neste sentido que são planeados e construídos edifícios sociais para os vários núcleos do Barroso: além da sede da assistência técnica, médica e social construída em Criande (que em de si

¹⁰¹⁴ Citação completa sobre a assistência técnica: «Mais do que em qualquer outra região, impõe-se aqui cuidada assistência técnica por se tratar de larga zona, se muito profunda a transformação projectada e esta exigir grandes empates de capital cujo destino e aproveitamento não podem deixar-se entregues à vontade dos povos. § Falta à população espírito de iniciativa e conhecimentos técnicos para a necessária passagem de um regime de hábitos pastoris a outro com predomínio do trabalho agrícola, que só poderá conseguir-se acompanhando-a e orientando-a um bom técnico que com ela via dia a dia § Acresce, ainda, a necessidade de na região se efectuarem investigações de ordem agronómica tendentes a melhorar a cultura e as produções (...) [e] fiscalizar o emprego de créditos concedidos e orientar a formação e administração das organizações cooperativas a corporativas.» Cf. *PGABR*, Vol. II, 105.

¹⁰¹⁵ Cf. JCI, *Plano Geral de aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, vol. II, 105.

¹⁰¹⁶ «Fazendo-se sentir a sua falta duma forma bem notória, não a devemos limitar apenas à assistência técnica, com a criação de laboratórios, campos experimentais, e uma brigada de técnicos de ensino que percorram todos os povos, procurando ensinar os agricultores a melhor forma de cultivo e procurando os pequenos problemas locais e a sua solução, mas estendê-la também ao *campo social* de forma a melhorar as condições de vida à população. A região não tem um hospital, as escolas estão longe de satisfazer as suas necessidades todas as demais manifestações de progresso e assistência, são ali nulas». [itálicos meus] Francisco Jorge da Costa Gomes, *Subsídios para o estudo da colonização do Barroso*, Relatório Final do Curso de Engenheiro-Agrónomo, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 1945, 144-145.

¹⁰¹⁷ Note-se: à semântica política moderna do progressismo materialista como função da acção estatal [«melhoria das condições de vida»], junta-se, na mesma expressão, a semântica do colonialismo civilizador. Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Montalegre, Padornelos e Meixedo*, 2.

¹⁰¹⁸ Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Montalegre, Padornelos e Meixedo*, 2.

materializa o alargamento da noção de assistência) são planeadas capelas e escolas¹⁰¹⁹ para outros núcleos.

Apenas no contexto económico do pós-guerra, entre 1947 e 1952¹⁰²⁰, e correspondendo à nova fase da vida institucional da JCI, que viu em 1946 o seu âmbito, funções e capacidades administrativas e financeiras substancialmente alargadas e aprofundadas, as colónias do Barroso foram construídas. Em 1951, os núcleos da Aldeia Nova do Barroso e de S. Mateus tinham já colonos instalados e estavam em funcionamento¹⁰²¹, em 1952 entraram em funcionamento os núcleos do segundo projecto, e em 1953 os do terceiro. Todos os 125 casais construídos estavam ocupados por colonos em 1956¹⁰²² – mas não por muito tempo.

Em Junho de 1963, a Hidroeléctrica do Cávado construiu a barragem de Pisões (Alto Rabagão) que submergiu muitos dos espaços das colónias mais populosas do Barroso. Um terço da Aldeia Nova do Barroso e mais de metade da Aldeia de Criande foram inundadas, eliminando-se 54 casais agrícolas¹⁰²³. Uma outra modernidade trazida pela produção de energia eléctrica denunciava a transformação da relação do Estado – pela acção do Ministério das Obras Públicas – com o território rural, não já submetido aos imperativos produtivistas agrícolas, mas ao serviço de imperativos energéticos, necessários à industrialização desejada.

3 Colónia agrícola do Alvão

De dimensão e propósitos significativamente mais modestos, a colonização com casais agrícolas na serra do Alvão foi o segundo projecto que nasceu do PGABR. Foi uma colonização de âmbito singelo nos baldios do concelho de Vila Pouca de Aguiar. Ainda que os seus inícios, com os estudos preparatórios, lhe seja cronologicamente anterior, este foi um projecto em grande medida decorrente dos esforços colonizadores do Barroso, não só relativamente ao estudo económico-social como à arquitectura dos casais. O planeamento da colonização do

¹⁰¹⁹ O pequeno número de casais (22) e a pouca distância do novo aldeamento em relação a Montalegre é dado como razão suficiente para que não se construísse uma capela e uma escola. Cf. JCI, *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Montalegre, Padornelos e Meixedo*, 46.

¹⁰²⁰ Cf. *Diário das Sessões*, n.º 131, 4 de Março de 1952, p. 376.

¹⁰²¹ Cf. *Diário das Sessões*, n.º 131, 4 de Março de 1952, p. 376.

¹⁰²² Cf. Luís Quartin Graça (relator), «Parecer n.º 42/VI Projecto de Colonização da Gafanha (II Parte)», *Actas da Câmara Corporativa, VI Legislatura*, n.º 92, 7 de Julho de 1956, 942.

¹⁰²³ Cf. Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, *O caso da barragem de Pisões (Alto Rabagão)*, citado em Ana Mafalda Costa, «Arquitectura agrícola – as colónias do Estado Novo para o Barroso», (Dissertação de Mestrado em Arquitectura na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Porto, 2017), 114.

Alvão decorreu durante toda a década de 40, com intervalos largos de inactividade que denunciam o carácter secundário do empreendimento no âmbito da acção da JCI¹⁰²⁴.

O levantamento topográfico realizou-se em 1941, seguindo-se-lhe o estudo agrológico e estradas de penetração no ano seguinte e os estudos hidrológicos em 1943. O reconhecimento da «região» tinha já sido feito pelo PGABR¹⁰²⁵, que situava e descrevia os baldios do Alvão, cujo planalto continuava para norte a serra do Marão. Estes são terrenos que se acreditava serem férteis, sobretudo para a batata, como em Montalegre, situados numa região fria onde se estimava que apenas pouco mais de 300 ha teriam aptidão agrícola¹⁰²⁶. Aqui vivia uma população dispersa, agrupada em pequenos povoados surgidos perto da água, que corria em abundância e sem regra. O PGABR estudou uma superfície baldia de 8020 ha, que era aproveitada «livremente para pastos e matos» sobretudo na «Primavera e no Verão, quando os terrenos melhores e mais frescos enlameiram e dão boa erva».¹⁰²⁷

Espanta-se o relator do PGABR: «chega a não se compreender como, pelos tempos fora, se têm mantido assim mal aproveitadas terras tão boas. Só na dependência dos gados e consequente necessidade de pastos, se encontra explicação para o caso.»¹⁰²⁸ A visão naturalizadora da pastorícia como atraso em relação à superioridade da agricultura é a mesma daquela exprimida para as populações do Barroso. Ainda assim, e tal como no caso dos baldios de Montalegre e Boticas, o aproveitamento planeado pelo PGABR atribuía aproximadamente metade da área baldia para florestação (4582 ha), «nas manchas mais altas, de terra mais fraca e mais afastada».¹⁰²⁹ A terra agricultável destinar-se-ia para casais agrícolas, a atribuir preferencialmente a «famílias da região».¹⁰³⁰ Depois de aferidas as necessidades médias das famílias e a capacidade produtiva dos baldios, estimou-se que cada família de colonos manter-se-ia e amortizaria os encargos da colonização com o cultivo de 3 ha, baseado no cultivo do

¹⁰²⁴ «As poucas disponibilidades de pessoal técnico, a necessidade de cumprir determinações superiores que deram precedência a outros projectos e o período relativamente curto em que nesta, nesta zona, as condições meteorológicas permitem trabalhos de campo, não foi possível concluir, em 1943, o projecto de colonização deste núcleo baldio.» Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1943*, 21.

¹⁰²⁵ Cf. JCI, «Núcleo do Alvão», in *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, Vol. II, 111-128.

¹⁰²⁶ O Mapa IX «Áreas particular e baldia e aptidões desta» estima para área com aptidão agrícola 306 ha, afirmando em nota que grande parte destes seriam regáveis. Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, Vol. II, 116.

¹⁰²⁷ Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, Vol. II, 116.

¹⁰²⁸ Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, Vol. II, 116-117.

¹⁰²⁹ A área baldia entregue aos Serviços Florestais para a sujeitar ao regime da Lei de Povoamento Florestal era de 4582 ha. Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, Vol. II, 120 e 127.

¹⁰³⁰ Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, Vol. II, 120.

milho, da batata e do centeio e ainda explorando 3 ha de mato e matas, bem com tratando de algum gado. Com optimismo, prevê-se então a instalação de 100 casais agrícolas em 606 ha, divididos por sete núcleos populacionais todos, com excepção de um, aldeados¹⁰³¹ – o que quase parecia modesto em comparação com a vontade de distribuir 604 glebas, correspondentes a 1510 ha, por famílias da região.

Sem um estudo económico-social que lhe fornecesse claramente uma direcção colonizadora, elabora-se em 1945 o *Projecto de colonização do planalto do Alvão*¹⁰³². A singeleza do projecto tinha expressão nos parques cinco anexos de estudos que o suportavam¹⁰³³. A orientação interventora de base científica fundamentava-se nos contributos estritos da agronomia e hidráulica, dispensando o capítulo introdutório que nos projectos do Barroso, bem como no de Pegões e da Gafanha, recolhia e sistematizava os dados de natureza social sobre as famílias monografadas. O meio social e físico da acção colonizadora, sob o título «Aspecto geral», é aqui estabelecido recorrendo fundamentalmente às contribuições da geografia humana de Amorim Girão sobre a província de Trás-os-Montes.

«P’ra cá do Marão, mandam os que c’astão»¹⁰³⁴, afirma-se a abrir o projecto e é lema que se repete. Inserem-se as «gentes» e os baldios do Alvão nas características paisagísticas de Trás-os-Montes, «província mais isolada e isolante» de Portugal e que, desdobra o geógrafo, «tem conservado mais forte personalidade e mais vivo sentimento de independência»¹⁰³⁵. Seguindo o reputado geógrafo, cuja *Geografia de Portugal*¹⁰³⁶ tinha tido anos antes bastantes edições e circulação escolar, discorre-se sobre os planaltos e as zonas montanhosas, fazendo coincidir a aridez da paisagem com a rudeza das gentes que a habitavam. «Trás-os-Montes apresenta um estranho e inconfundível cenário de contraste»¹⁰³⁷ afirma-se, manuseando agora as palavras do escritor Miguel Torga com o mesmo ímpeto de objectivação científica da

¹⁰³¹ «Devem criar-se 7 núcleos populacionais, aldeados na chã de Plaina Grande, na Presa do Moreiro (a Oeste de Falperra), no Aremeiro, nos torgos, na Sainça, e na Lagoa, o último em semi-adeamento ou em casais isolados ao longo do caminho de Vila Pouca de Gouvães, e ainda 9 casais dispersos na freguesia de Parada de Monteiros.» O Mapa XIV – Aproveitamento da área baldia discrimina, entre outra informação, a distribuição dos casais pelas freguesias: Pensalves (3); Afonsim (63); Soutelo (29); Gouvães (7); Santa Marta (31); Parada de Monteiros (9). Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, Vol. II, 121 e 122.

¹⁰³² Apesar de ter data de 1948, a elaboração do projecto de colonização data fundamentalmente de 1945. Apenas a parte respeitante à amortização dos capitais investidos e reintegráveis foi actualizado seguindo o decreto n.º 36.709, de 5 de Janeiro de 1948, de acordo com a nota que abre o projecto. Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão* (Lisboa: JCI, 1948).

¹⁰³³ Os anexos listados na segunda página do projecto são: I – Estudo Agrológico; II – Estudo Hidrológico; III – Contas de Cultura; IV – Casal Tipo; V – Chafarizes.

¹⁰³⁴ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 1.

¹⁰³⁵ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 1.

¹⁰³⁶ Cf. António Gama, «Geografia e geógrafos: institucionalização e consolidação da Geografia na Universidade de Coimbra», *Biblos*, n.s. IX (2011): 225-227.

¹⁰³⁷ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 2.

paisagem transmontana com que anteriormente se citava o geógrafo. «Homens, saibrosos, altos, espadaúdos, que olham de frente e têm no rosto as mesmas rugas da terra».¹⁰³⁸ A justaposição de citações aproximam e, no limite, tornam epistemologicamente indistintas as asserções do geógrafo das do escritor, com a ciência e a literatura a contribuírem para a mesma verdade sobre o território e a sua população. Uma liberdade de composição literária permitida provavelmente por se tratar de projecto marginal na acção da JCI que contrastava com o experimentalismo técnico-científico conduzido por Henrique de Barros na colonização em Pegões.

Adensa-se a descrição da «região fria» no capítulo seguinte sobre «O planalto do Alvão», onde se pormenoriza características do clima, da população pecuária e humana. Sem um inquérito preciso que guiasse o relator do projecto, nota-se como o «planalto do Alvão é povoado por gente ordeira, de aspecto lóbrego, habitando em pequenos aldeamentos». Talvez tenha sido o diagnóstico de «gente ordeira» que permitiu prescindir do estudo económico-social. Seguindo as mais recentes indicações científicas, embora mais impressivamente que através de metodologia consolidada, examina-se o «nível de vida (...) através da casa de habitação – em geral coberto de colmo e leiva –, e da técnica agrícola, [que] revela grande atraso em relação às populações dos vales de Aguiar e do Tâmega. As casas de habitação são insuficientes, habitando por isso, com frequência, a mesma casa, mais de uma família».¹⁰³⁹ Baixa densidade populacional (18.6 por km²) e alto analfabetismo (60%)¹⁰⁴⁰ complementam o quadro regional.

O projecto de colonização continua a orientação para o aproveitamento predominantemente florestal dos baldios do Alvão. Reduz a área de estudo para os 6560 ha de superfície baldia, diminui para uns parcos 280 ha a área considerada com aptidão agrícola¹⁰⁴¹ e, seguindo a orientação arborizadora do PGABR, entrega quase toda a área baldia (5826,9 ha) aos Serviços Florestais.¹⁰⁴² Entrega, mas reticentemente, com aviso e pedido em favor das populações locais, o que revela bem a relação de poder (desigual, em favor dos Serviços Florestais) entre serviços do Estado:

«A zona a arborizar, nos termos da Lei de Povoamento Florestal, inclui zonas de pastagem natural cujo regime de fruição não conviria alterar profundamente. A intensificação

¹⁰³⁸ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 2.

¹⁰³⁹ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 9.

¹⁰⁴⁰ Os dados referidos sobre o analfabetismo carecem de precisão metodológica: «O analfabetismo é expresso em 60% em relação ao total da população de facto». Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 10.

¹⁰⁴¹ Os dados referidos sobre o analfabetismo carecem de precisão metodológica: «O analfabetismo é expresso em 60% em relação ao total da população de facto». Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 10.

¹⁰⁴² Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 12.

cultural, sobretudo das actuais explorações, fica, em grande parte, dependente dos matos da zona destinada à arborização. Registam-se estes factos com o desejo de que a Direcção geral dos Serviços Florestais os tome em consideração.»¹⁰⁴³

Os 100 casais agrícolas planeados em 1941 são agora reduzidos para 25, a instalar nos mesmos pouco mais de 600 ha ¹⁰⁴⁴ anteriormente previstos, alargando-se assim substancialmente as dimensões e desejadamente a sustentabilidade da «empresa agrícola de tipo familiar». O método de constituição de cada tipo de casal agrícola era o mesmo: a área total era definida a partir da área ocupada por cada uma das rotações, previamente estudadas e cartografadas, em função da natureza do terreno e das possibilidades de água para a rega.¹⁰⁴⁵ E, analisando a constituição dos casais tipo, percebe-se como as áreas de floresta e matos são centrais ao plano de exploração dos futuros colonos¹⁰⁴⁶. Mais do que a transformação de uma comunidade pastoril numa comunidade agrária, como era o caso explícito do Barroso, a vontade colonizadora parecia estar dirigida a uma individualização da exploração da terra, a melhor forma de alcançar a almejada intensificação cultural. Às terras de lameiro, juntava-se o cultivo da batata e do milho, bem como ferrejo e ainda bastante gado¹⁰⁴⁷. A inequívoca «valorização do baldio quando transformado em propriedade privada» é mesmo alvo de quantificação no capítulo que encerra o projecto, intitulado «resultados económicos», que termina inserindo o objectivo de produção de batata dos casais agrícolas nos desígnios nacionais.¹⁰⁴⁸

Em relação à implantação dos casais agrícolas, «a grande dispersão de superfície agrícola a colonizar», afirma-se, «obrigou, para efeito da organização do casal tipo, a considerar diversos núcleos, para que a superfície de casa do casal ficasse a menos distante possível da habitação do colono».¹⁰⁴⁹ Tal explica a dispersão dos 25 casais agrícolas por sete núcleos: I, com três casais agrícolas; II, com quatro casais agrícolas; III, com cinco casais agrícolas; IV,

¹⁰⁴³ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 13.

¹⁰⁴⁴ A área a colonizar com casais agrícolas é de 626,1 ha, dos quais 196,9 ha tinham aptidão agrícola e 429ha tinham aptidão florestal. As glebas reservadas correspondiam a 177 ha (73ha com aptidão agrícola e a restante florestal). Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 114.

¹⁰⁴⁵ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 40.

¹⁰⁴⁶ No Alvão, cada núcleo correspondia um casal tipo e em todos eles a área reservada para matos e floresta é dominante: I – 31 de superfície total (23 ha de área florestal e 8 ha de área agrícola); II – 26,85 ha de superfície total (14,35 de área florestal e 6,50 de área agrícola); III – 21,40 de superfície total (14,30 ha de área florestal e 7,10 de área agrícola); IV – 38 de superfície total (29 ha de área florestal e 8,40 de área agrícola); V – 30,60 de superfície total (19 de área florestal e 11,60 de área agrícola); VI – 12 ha de superfície total (7,90 de área florestal e 7,90 de área agrícola); VII – 25,20 ha de área total (16,20 ha de área florestal e 8,60 ha de área agrícola). Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 106.

¹⁰⁴⁷ Veja-se, por exemplo, os planos de exploração dos casais agrícolas do I núcleo, com a inclusão de 3 vacas, 1 porca, 2 leitões e 10 ovelhas. Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 116

¹⁰⁴⁸ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 116.

¹⁰⁴⁹ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 34.

com dois casais agrícolas; V, com três casais agrícolas; VI, com dois casais agrícolas; VII, com seis casais agrícolas.¹⁰⁵⁰ A organização espacial dos casais agrícolas parece ter tido como critério definidor central, ou mesmo único, a função económico-produtiva do casal agrícola. Se a distribuição dos casais por núcleo dependia da avaliação agronómica, a localização exacta das casas de habitação e anexos seria «escolhida quando da execução do projecto»¹⁰⁵¹. Ou seja, o ordenamento rural dos casais é secundarizado no esforço colonizador. Optou-se mais tarde por um assentamento concentrado, cujo critério de implantação foi associado ao «cruzamento de caminhos, estradas e ribeiras, a encostas de pequenas elevações e a zonas planas e rochosas».¹⁰⁵² Se a arquitectura dos casais agrícolas parece ter tido uma atenção especial, na verdade o projecto de casal-tipo constante no projecto de colonização do Alvão resultava de uma adaptação ao esboçado para os aldeamentos do Barroso¹⁰⁵³.

A singeleza do empreendimento colonizador e as características climatéricas e agronómicas da região limitavam a intervenção colonizadora com casais agrícolas a um projecto social mínimo, alcançado primordialmente através da promoção da propriedade privada da terra. O empreendimento colonizador na «população ordeira» não só não se munuiu de um inquérito económico-social que sustentasse a sua intervenção, como não menciona as formas de selecção da futura população colona e glebeira, à semelhança do Barroso (em parte explicado pelo facto de se ter regulamentado a concessão dos casais agrícolas naquele mesmo ano ¹⁰⁵⁴). Assim também não se planearam as infraestruturas sociais de apoio à obra colonizadora, ausência que o projecto de resto enumera: «não se considerou neste projecto os edifícios de Assistência Técnica, Médica e Social, a Escola e a Capela».¹⁰⁵⁵

Os primeiros casais vão apenas ser construídos na viragem para a década de cinquenta, e os primeiros colonos entram para os seus casais em 1954. Em 1956, apenas um casal agrícola dos 25 estava por ocupar¹⁰⁵⁶. Este foi um projecto de colonização assente primordialmente na ciência agronómica, contextualizado por uma geografia humana de divulgação, de objectivos

¹⁰⁵⁰ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 108. A título de exemplo, mencione-se a constituição do casal tipo I, com área agrícola de oito ha e área florestal de 23 ha, do primeiro núcleo, que, com os seus 92 ha apenas pode comportar três casais agrícolas. Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 40.

¹⁰⁵¹ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 43.

¹⁰⁵² Cf. Guerreiro, «Colónias Agrícolas Portuguesas...», 167.

¹⁰⁵³ JCI, *Projecto de casal-tipo do Barroso*, JCI, 1943. Apesar da indicação do Barroso no título e na memória descritiva, o desenho do casal agrícola é atribuído ao Alvão.

¹⁰⁵⁴ O decreto n.º 36 709, que promulga o regulamento sobre o aproveitamento de baldios, regula na sua o processo e as formas de concessão dos casais agrícolas (Art.ºs 20.º a 77.º). Cf. Decreto n.º 36 709, in *Diário do Governo*, I Série, Número 3, 5 de Janeiro de 1948, 6-9.

¹⁰⁵⁵ Cf. JCI, *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*, 110.

¹⁰⁵⁶ Quartin Graça, «Parecer N.º 43/VI Projecto de colonização da Gafanha (II parte)», 942. Segundo o documento-síntese da obra colonizadora, apenas foram ocupados 24 dos 25 casais porque um deles foi distribuído a um dos colonos com família mais numerosa. Cf. JCI, *JCI: síntese da sua organização e obra*, Lisboa, JCI, 1973, 68.

singelamente económicos, alcançados por um programa mínimo de privatização da posse e exploração da terra.

4 Colónia agrícola da Boalhosa

A colonização dos baldios da Boalhosa resultou de um processo marcadamente longo e conturbado, tendo sido a terceira e última colónia procedente do PGABR.¹⁰⁵⁷ Planeada desde o fim da década de trinta, com um projecto datado da década da quarenta e reescrito no início da década seguinte, a colónia começa a ser finalmente construída em 1954, tendo os primeiros colonos entrado para as suas casas apenas em 1958. As peripécias legais, os atrasos logísticos e as frágeis bases científicas tiveram como resultado a dessincronia da elaboração e construção da colónia agrícola da Boalhosa em relação a todas as outras, o que acabou por marcar o carácter relativamente singular da colónia na história das colonizações internas em Portugal.

Os baldios da serra da Boalhosa foram objecto privilegiado de conhecimento científico e intervenção estatal durante as mais de duas décadas que permearam o fim dos anos 30 e o início da década de 60. Em 1939, o agrónomo José Moreira de Sousa Andrade realizou um estudo sobre os baldios da Serra da Boalhosa¹⁰⁵⁸ no contexto do trabalho de reserva dos baldios com maior interesse para colonizar levado a cabo pela JCI. Dois anos mais tarde, parte dos dados recolhidos e compilados neste estudo foram sumariados no capítulo dedicado à serra da Boalhosa no II volume do *Plano geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*¹⁰⁵⁹. Em 1946 são elaborados os estudos agronómicos, incluindo uma secção de natureza económica e social, de Manuel António Matias¹⁰⁶⁰ que suportaram cientificamente a intervenção planeada no *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa*¹⁰⁶¹, também concebido nesse ano. No entanto, a construção dos casais agrícolas não se iniciou com a passagem para a década de cinquenta, à semelhança de todas as outras colónias entretanto projectadas. Reformula-se em 1951 o projecto, restringe-se a dimensão da intervenção colonizadora com o plano de implantação dos casais agrícolas a diminuir os núcleos de quatro núcleos para dois (com 68 casais agrícolas¹⁰⁶²).

¹⁰⁵⁷ Cf. JCI, «Núcleo da Boalhosa», in *Plano Geral de aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, vol. II, 7-43.

¹⁰⁵⁸ Cf. José Moreira de Sousa Andrade, *Estudo prévio dos baldios da Serra da Boalhosa* (Lisboa: JCI, 1939).

¹⁰⁵⁹ Cf. JCI, «II – Núcleo da Boalhosa», in *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distrito de Viana do Castelo e Vila Real*, 43-63.

¹⁰⁶⁰ Cf. Manuel António Matias, *Algumas monografias de exploração e família no Concelho de Parecer de Couda* (Lisboa: JCI, 1946); Manuel António Matias, *Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa* (Lisboa: ISA, 1946).

¹⁰⁶¹ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa* (Lisboa: JCI, 1948). Em nota de abertura, e tal como no projecto de colonização do Alvão, adverte-se que o projecto foi elaborado em 1946.

¹⁰⁶² Cf. Guerreiro, «Colónias Agrícolas Portuguesas...», 173.

Reformula-se de novo o projecto em 1954¹⁰⁶³, ano do plano arquitectónico do núcleo de Vascões, tendo começado as obras de construção da colónia nesse ano, com a entrada dos primeiros colonos a dar-se quatro anos depois. Nesse ano de 1958, dez casais para um outro núcleo da colónia agrícola da Boalhosa, a Lameira da Real, são projectados¹⁰⁶⁴ mas, tal como com os casais do projecto da Gafanha II, em pleno recuo da política colonizadora, e perante os entraves legais – um processo legal ganho pela Tapada de Monte Cardio contra a apropriação indevida do baldio pelo Estado¹⁰⁶⁵ – estes nunca foram construídos.

Dos 83 casais agrícolas planeados para quatro núcleos colonizadores (Vascões, Concessão, Lameira do Real) nos baldios da Boalhosa em 1946 foram construídos apenas 30 em Vascões, e nunca foram ocupados mais de metade. Longe dos mais de cinco mil hectares de baldios reconhecidos e reservados em 1941, o núcleo de Vascões previa apenas 286,44 ha de área para a instalação dos 30 casais.

A extensa região baldia da serra da Boalhosa situava-se na região planáltica do Alto Minho, nos concelhos de Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Monção e Valença. A área baldia reconhecida pelos serviços estatais durante a década de 30 alongava-se por mais de seis mil hectares, tinha excelentes condições pascícolas, um clima frio e água abundante que «quasi sempre brota naturalmente»¹⁰⁶⁶ e que poderia ser beneficemente regulada e dirigida. Também na Boalhosa os baldios eram usufruídos livremente pelos povos das respectivas freguesias e havia uns milhares de cabeças de gado que ali se alimentavam quase exclusivamente ainda em 1940. O PGABR sugeria o aproveitamento dos baldios pela regularização das águas, a manutenção dos lameiros comuns (embora devidamente regulamentada) e ainda, após uma previsão optimista para a constituição de exploração agrícolas familiares¹⁰⁶⁷, a instalação em

¹⁰⁶³ Cf. JCI, *Revisão do Plano de Colonização do Centro da Boalhosa. Ano de 1964* (Lisboa: JCI, 1964) 7.

¹⁰⁶⁴ Cf. JCI, *Colónia Agrícola da Boalhosa. Núcleo da Lameira do Real. Construção de 10 casas geminadas. Projecto*. 1958.

¹⁰⁶⁵ «Em presença de reivindicações da Tapada de Monte Cardio julgadas procedentes pelo Supremo Tribunal de Justiça impediu-se a Junta de Colonização Interna valorizar aquela grande massa de baldios da Serra da Boalhosa, onde, além de outros meios, intervinha pela instituição de casais, e para o que já tinha realizado os respectivos projectos.» Depois do processo, a JCI dispunha apenas de 160 ha que eram abrangidos, no projecto de 1946, pelo núcleo da Lameira do Real, e cujas características a tornavam pouco apta para uma intensificação agrícola. Cf. JCI, *Colónia Agrícola da Boalhosa. Aspectos da sua valorização*. (Lisboa: JCI, 195 [?]) 14..

¹⁰⁶⁶ Além das terras susceptíveis de serem regadas, «aqui a além, a giesta, o tojo, os fetos e algumas gramíneas e leguminosas herbáceas povoam o terreno, dando bom pasto, mato para estrume e lenhas.» Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distrito de Viana do Castelo e Vila Real*. vol. II, 47.

¹⁰⁶⁷ «Estudada a agricultura da região e verificadas as necessidades médias por fogo, concluiu-se que, nas actuais condições de exploração da terra, uma família necessita para se manter de 3 hectares de cultura agrícola, dos quais 2 produzindo milho de regadio e 1 cultivando em parte de maleio e em arte de renovos e centeio». Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distrito de Viana do Castelo e Vila Real*, vol. II, 55.

746 ha de 123 casais agrícolas¹⁰⁶⁸. Com mais extenso impacto da região seria a divisão em glebas de mais de quatro mil hectares baldios, que previsivelmente beneficiariam quase duas mil famílias¹⁰⁶⁹.

Cinco anos depois, a colonização dos baldios da Boalhosa vai seguir nova orientação, abolindo-se o aproveitamento comunitário da terra. Ainda com alguns foreiros, a terra baldia que era «utilizada livremente desde longa data e por todas as povoações circunvizinhas para apascentação de gado e corte de mato»¹⁰⁷⁰, tinha pertencido «antigamente», tal como parte da propriedade particular, aos Viscondes de Vila Nova da Cerveira; ainda em 1919 havia notícia de uma tentativa estatal de aforamento. Feita a investigação e resenha histórica dos proprietários da «Serra da Boalhosa» apurou-se que pertencia aos povos – o que para os técnicos inquiridores da JCI equivalia a pertencer ao Estado, que daquela serra podia dispor como bem entendesse (conclusões de uma investigação que, como se verá, não impediu o processo da Tapada de Monte Cardio). Prevê-se agora a entrega de mais de metade da massa baldia considerada aos Serviços Florestais, antes ausentes deste processo, e acabam-se com as matas geridas pelas autarquias locais ou a terra em logradouro comum, «por este não se mostrar capaz como forma de valorização da terra»¹⁰⁷¹. Esta orientação privatizadora agudiza a orientação seguida pelos outros dois anteriores projectos. Talvez com maior impacto nos equilíbrios económicos e sociais para as populações usufrutuárias dos baldios é a diminuição considerável – de mais de quatro mil para pouco mais de 1400 ha – da área destinada à divisão em glebas, que não poderia agora compensar a perda de rendimentos e outras funções sociais que a exploração comunitária da terra trazia¹⁰⁷². O fim da exploração comunitária da terra é agora feito pela passagem para a propriedade privada do Estado e não pela apropriação privada da terra dos vizinhos usufrutuários.

Os casais agrícolas eram, não obstante a reduzida área para eles reservada, a forma

¹⁰⁶⁸ Os 123 casais agrícolas estariam dispersos pelos baldios de cinco freguesias: 32 em Vascões, 38 em Insalde, 11 em Porreiras, 16 em Padroso, 26 em Boivão. Cf. «Mapa XXII – Aproveitamento da área baldia», in JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distrito de Viana do Castelo e Vila Real*, vol. II, 56.

¹⁰⁶⁹ Do total de 6120 hectares de baldios reconhecidos, 1351 hectares estavam destinados à divisão de glebas agrícolas e 2750 estava destinado à divisão em glebas florestais. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distrito de Viana do Castelo e Vila Real*, vol. II, 61.

¹⁰⁷⁰ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa* (Lisboa: JCI, 1948), 49.

¹⁰⁷¹ De um total de 5351,77 ha de baldios considerados, 2747 ha estavam agora destinados a serem arborizados pelos Serviços Florestais. No PGABR admitia-se que parte do baldio continuasse a ser aproveitado em regime comunitário: 444 ha continuariam em logradouro comum e 829 ha destinavam-se a matas das autarquias locais. Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa*, 61-62 e 64.

¹⁰⁷² Se no PGABR, 4101 hectares estavam destinados a serem divididos em glebas (1351 hectares de glebas agrícolas e 2750 hectares de glebas florestais), no projecto de colonização a área diminuiu para 1454,7 hectares (322,80 hectares de glebas agrícolas e 1131,90 hectares de glebas florestais). Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa*, 65.

privilegiada de intervenção estatal para a JCI. Programam-se em 1946 apenas 83 casais em vez dos 123, distribuídos por quatro núcleos (20 em Vascões, 24 na Concessão, 16 na Lameira do Real e 23 em Chã de Pipas). A área reservada para o mais completo empreendimento colonizador foi até aumentada em relação àquela reservada pelo PGABR para a mesma função¹⁰⁷³ em virtude de se ter aumentado a área de constituição do casal agrícola¹⁰⁷⁴, numa tentativa de fortalecer os rendimentos do casal, que foi, no entanto, sabia-se pouco depois, largamente gorada. A exploração agrícola assente na cultura do lameiro, do milho, do centeio e da batata, desenhada a partir das características regionais¹⁰⁷⁵ acabou por não ter bons resultados económicos quando o plano de exploração foi implementado em Vascões¹⁰⁷⁶. Prevêem-se ainda no projecto os edifícios sociais¹⁰⁷⁷, constituídos pelo edifício de assistência técnica, médica e social e ainda duas escolas, que não foram porém sequer projectados. Tal como as anteriores colónias em baldios, a electricidade e o abastecimento de água canalizada não fazem parte do projecto, como demonstram os chafarizes-bebedouros planeados.

Apesar de ter sofrido tão grandes alterações na sua execução, o projecto da Boalhosa era formalmente semelhante aos projectos para o Barroso e para o Alvão. Dividido em duas partes, na I parte, sob o título de «Região», que antecede a II Parte dedicada ao «Projecto de Colonização», descreve-se o «Aspecto Fisiográfico», o «Aspecto Agro-Pecuário», a «População – Aspecto Social», e a «Propriedade Rústica e a Exploração Agrícola», sub-capítulos que essencialmente sumarizam os dados recolhidos e constituídos pelos estudos científicos de conhecimento do meio físico e social a intervencionar. Entre estes, destaca-se o estudo realizado por Manuel António Matias¹⁰⁷⁸, «Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa», para acesso ao título de engenheiro agrónomo, que, à semelhança do realizado por Flávio Soares para a colonização do Barroso pela mesma ocasião, cartografa socialmente a região, numa tentativa de «auscultar as condições económicas e sociais em que se debate a

¹⁰⁷³ No projecto de 1946, o aproveitamento através de casais agrícolas far-se-ia em 1150 hectares (791,67 ha de área agrícola e 275,70 ha de área florestal) enquanto no PGABR estavam apenas reservados 746 hectares. Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa* (Lisboa: JCI, 1948) 67. Cf. JCI, *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distrito de Viana do Castelo e Vila Real*. Vol. II, 61.

¹⁰⁷⁴ O núcleo de Vascões comportaria 20 casais, com 14,31 ha cada; Concessão, com 24 casais, teria uma área de 13,23 ha por casal; Lameiro do Real, com 16 casais, teria 12,49 ha por casal; Chã de Pipas, com 23 casais, uma área de 11,47 ha por casal. Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa*, 68, 79-80 e 138.

¹⁰⁷⁵ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa*, 68-69.

¹⁰⁷⁶ Para inverter o estado de decadência da colónia, em 1964 propunha-se um plano de exploração que intensificasse a exploração pecuária, secundarizando as culturas da batata e do centeio. Cf. JCI, *Revisão do Plano de Colonização do Centro da Boalhosa. Ano de 1964*, 13.

¹⁰⁷⁷ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa*, 125.

¹⁰⁷⁸ Cf. Manuel António Matias, *Algumas monografias de exploração e família no Concelho de Parecer de Cousa* (Lisboa: JCI, 1946); Manuel António Matias, «Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa» (relatório final do curso de engenheiro agrónomo do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 1946).

nossa grei rural»¹⁰⁷⁹. O objectivo de servir de apoio à elaboração de um ante-projecto de colonização para a Boalhosa levou o tirocinante a estudar o «nível de vida da classe mais privilegiada entre os agricultores da região» para que, a partir das cinco famílias «bastante privilegiadas para a freguesia»¹⁰⁸⁰, se pudessem reunir os elementos necessários para estabelecer o «limite mínimo da unidade económica». Entre as quase 300 páginas distribuídas em seis longos capítulos, talvez a característica mais relevante do estudo seja a que faz seguir um capítulo sobre a «População» – onde se discorre sobre o «crescimento médio da população», a composição das famílias, a «densidade populacional», a «emigração», o «analfabetismo», e a «população por profissões», e onde se procura qualificar as estatísticas – a um capítulo sobre «O Trabalhador Rural» – que procura estabelecer as «condições de vida» das famílias dos proprietários monografados a partir dos rendimentos (essencialmente salários) e despesas (habitação, vestuário e calçado, luz e aquecimento, higiene e limpeza). Este capítulo fornece um retrato vivo não só da casa mas do lar, finalidade última do recente *Inquérito da Habitação Rural*, dirigido por Lima Basto, mas cuja inspiração metodológica mais directa remontava ao estudo também dirigido por aquele agrónomo, *Níveis de Vida e Custo de Vida*¹⁰⁸¹.

Ao conhecido problema populacional da emigração, junta-se a mais recente preocupação com as «condições de vida», num discurso que termina com referência à «fome de terras» que assolava a região. Concluiu rapidamente Manuel António Matias que a categoria social monografada era uma «pseudo classe privilegiada»¹⁰⁸², vivendo em «relativo desafogo» apenas por comparação com as «condições angustiosas de miséria com que se debate a maioria das famílias desta e doutras freguesias onde o panorama social é idêntico»¹⁰⁸³. «Os números, arautos da verdade, são neste caso verdadeiramente assustadores»¹⁰⁸⁴ (quando analisa as áreas médias exploradas pelas famílias monografadas e a área mínima capaz de as colocar em «relativo desafogo») e justificam que as famílias fossem obrigadas a recorrer, afirma mais adiante, «para fazer face aos horrores da fome»¹⁰⁸⁵, à caridade pública.

¹⁰⁷⁹ Matias, «Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa», I.

¹⁰⁸⁰ Matias, «Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa», 140.

¹⁰⁸¹ Cf. E. A. Lima Basto, *Níveis de Vida e Custo de Vida. O caso do Operário Agrícola Português* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1945). Sobre a análise dos orçamentos familiares como forma de cálculo do «nível de vida», ver Fernando Oliveira Baptista, «O Inquérito à Habitação Rural», in *Inquérito à Habitação Rural: a habitação rural nas províncias da Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo*, E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, vol. 3 (org. Fernando Oliveira Baptista, João Castro Caldas, Maria Carlos Radish, Ana Moreira da Silva) (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012) 17-18. Sobre o lugar daquela obra de Lima Basto na autonomização científica dos estudos sociais em Portugal, ver Ágoas, «Saber e Poder...», 186-192.

¹⁰⁸² Matias, «Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa», VI.

¹⁰⁸³ Matias, «Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa», 140.

¹⁰⁸⁴ Matias, «Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa», 140.

¹⁰⁸⁵ Cf. Matias, «Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa», 141.

A linguagem deste discurso social científico¹⁰⁸⁶, exuberante e comprometido com a realidade observada¹⁰⁸⁷, reveste-se de tonalidades melodramáticas, que em tudo contrastam com a linguagem crua e contida usada para descrever a mesma miséria observada e relatada havia pouco no *Inquérito à Habitação Rural*¹⁰⁸⁸. Este retrato expressivo próximo da denúncia social foi, contudo, extirpado da sua riqueza e variedade descritiva, quando apenas as suas conclusões quantitativas, pretensamente mais objetivas, foram apresentadas sem mais numa única página no projecto de colonização da Boalhosa. Foram, não obstante, estes dados populacionais e sociais – em particular o facto apurado de não haver quase assalariados, fazendo da «mutualidade de serviços» a regra – que lidos juntamente com os referentes à propriedade rústica e a sua exploração – «a propriedade rústica encontra-se muito pulverizada, por vezes com carácter liliputiano e disperso» –, constantes no último capítulo do estudo de Manuel António Matias e amplamente usados no projecto, a justificar a orientação colonizadora: impedir a emigração e dar terra à massa de pequenos proprietários com meios insuficientes à sua manutenção familiar.

Logo após 1954, com a construção do núcleo de Vascões¹⁰⁸⁹, seguiram-se mais revisões do projecto de colonização¹⁰⁹⁰. Não tinha passado um ano da entrada dos primeiros colonos quando a JCI ordena que se elaborasse um «plano geral actuação futura na Colónia Agrícola da Boalhosa, no sentido de se elevar ao máximo possível as condições económicas e sociais dos

¹⁰⁸⁶ Cf. JCI, *Projecto de Colonização do Núcleo da Boalhosa* (Lisboa: JCI, 1948), 40-41.

¹⁰⁸⁷ «Muitas famílias mesmo, como nos foi dado observar, sentem-se na necessidade de recorrer à caridade pública, mandando os filhos, ou indo eles próprios esmolar de porta em porta, à procura de almas caridosas que se compadeçam no seu sofrimento e os amparem e auxiliem no trilho deste árduo e escabroso “vale de lágrimas” onde foram lançados pelos destino». Cf. Matias, «Elementos para o estudo de colonização da Boalhosa», 141.

¹⁰⁸⁸ Cf. E. A. Lima Basto e Henrique de Barros (coords.), *Inquérito à Habitação Rural*, 1º volume, *A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1ª ed. 1943). Sobre o «modo descritivo e contido como são apresentadas a vida e a economia das famílias, e o estado das suas habitações, bem como o tom cru dos relatos» ver Fernando Oliveira Baptista, «O Inquérito à Habitação Rural», in *Inquérito à Habitação Rural: a habitação rural nas províncias da Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo*, E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, vol. 3, org. Fernando Oliveira Baptista, João Castro Caldas, Maria Carlos Radish, Ana Moreira da Silva (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012), 23. Sobre o *Inquérito à Habitação Rural* ver o capítulo onde se analisa o estudo em Ágoas, «Saber e Poder...», 152 – 181.

¹⁰⁸⁹ Cf. JCI, *Boalhosa: aldeamento de Vascões: arruamentos* (Lisboa, JCI, 1954). A execução do projecto de colonização implicou a «elaboração de um plano de implantação dos casais agrícolas, unicamente considerando o núcleo de Vascões.» Cf. JCI, *Revisão do Plano de Colonização do Centro da Boalhosa. Ano de 1964* (Lisboa: JCI, 1964) 7.

¹⁰⁹⁰ A constituição do casal médio (8,35 ha) e os planos de exploração determinados em 1954 foram logo revistos com a respectiva implantação dos casais três anos depois, «tendo em vista um melhor aproveitamento dos terrenos e certas incorrecções que a própria escala da planta utilizada permitia». Em 1964, «havendo já a convicção de que as áreas agricultáveis de Vascões seriam insuficientes para o número de famílias inicialmente previstas, o estudo agrológico elaborado abrangeu, igualmente, o núcleo da Lameira Real que até à data nunca foi afecto, senão acidentalmente, à exploração agro-pecuária das famílias instaladas.» Cf. JCI, *Revisão do Plano de Colonização do Centro da Boalhosa. Ano de 1964*, 9 e 28.

colonos»¹⁰⁹¹. Mais do que em qualquer outra colónia, os dados reunidos nos estudos científicos elaborados para suportar o projecto colonizador foram rapidamente revistos, incluindo nomeadamente uma redução significativa das áreas com aptidão agrícola de elevada rentabilidade. Os maus resultados económicos, com rendimentos do casal muito abaixo do esperado, levaram a que se ordenasse um conjunto de novos estudos (agronómicos¹⁰⁹², hidrológicos) de forma a proceder-se a um novo arranjo fundiário, incluindo a redução do número de casais agrícolas na colónia para 24, estudo esse terminado em 1964. Apenas seis anos depois de ser inaugurada a colónia, o plano de colonização foi profundamente revisto¹⁰⁹³ por uma equipa de engenheiros agrónomos com extenso conhecimento na obra colonizadora¹⁰⁹⁴. Apenas 13 dos 30 casais de Vascões estavam ocupados no ano da sua inauguração, contando o núcleo com 70 pessoas nesse fim de ano de 1958¹⁰⁹⁵. Nos anos seguintes, esta escassa população colona diminuiu menos por iniciativa dos serviços do que por causa da emigração. Em 1963 havia apenas oito famílias a habitar a colónia¹⁰⁹⁶.

*

* *

Na relação com o território e a população dos baldios, o Estado erigiu-se como legítimo representante dos interesses dos povos usufrutuários. Fê-lo, contudo, de diversas formas, dependendo das culturas administrativas dos actores institucionais (a JCI e os Serviços Florestais), materializados pelos diferentes instrumentos de intervenção. Sublinhe-se a evidência: a vontade deliberada da JCI em manter os equilíbrios económico-sociais dos baldios,

¹⁰⁹¹ O estudo, conduzido pelos engenheiros Nuno Folque e Lopes Cordeiro, menciona em pormenor as várias informações internas e estudos realizados desde 1969 em que se discute as alterações necessárias à orientação a dar à colónia da Boalhosa. Cf. JCI, *Colónia Agrícola da Boalhosa. Aspectos da sua valorização*, 1-5.

¹⁰⁹² O novo estudo agrológico, que estabeleceu novas aptidões culturais para as áreas consideradas, foi logo realizado em 1961. As suas conclusões encontraram-se em JCI, *Revisão do Plano de Colonização do Centro da Boalhosa. Ano de 1964*, 29-34.

¹⁰⁹³ Para além das recomendações dirigidas à intensificação cultural, ao aumento da área dos casais e a correspondente diminuição do seu número total para 24, o grupo de trabalho nomeado para a revisão do Plano de Colonização da Boalhosa propôs um Plano de Investimentos tão extenso para a colónia que revia por completo o plano de colonização implementado. JCI, *Revisão do Plano de Colonização do Centro da Boalhosa. Ano de 1964*, 51-52.

¹⁰⁹⁴ O grupo de trabalho era coordenado por Manuel Sieuve Afonso que era em 1964 inspector chefe da JCI e que tinha estado ligado à colonização da Gafanha desde o seu início, território onde fez o seu tirocínio e relatório de final de curso, em 1938. Cf. Manuel Sieuve Afonso, «A colonização da Gafanha. Subsídios para o seu estudo» (Relatório final do curso de Engenheiro-Agrónomo, Instituto Superior de Agronomia, 1938).

¹⁰⁹⁵ Cf. JCI, *Revisão do Plano de Colonização do Centro da Boalhosa. Ano de 1964*, 12.

¹⁰⁹⁶ «Das 6 famílias que abandonaram o Centro de Colonização somente 2 foram aconselhadas a sair por falta de adaptação ou por razões de ordem moral. Os restantes emigraram.» Cf. JCI, *Revisão do Plano de Colonização do Centro da Boalhosa. Ano de 1964*, 11 e 12.

visando melhorar a condição social dos habitantes locais, não teve como consequência necessária uma percebida melhoria pelas populações intervencionadas. Dito isto, apenas se quer analisar a intervenção paternalista do Estado, que teve diversas formas de expressão, nos seus diversos matizes, mediada que foi por diferentes instrumentos técnicos. No caso da JCI, a legibilidade do território e da população através dos inquéritos (nomeadamente, económico-sociais) proporcionou uma forma de planeamento estatal que procurava estar em contínua “aproximação” ao *local*. As previstas resistências em Quadrazais, as concorrenciais versões da intervenção estatal no Barroso, as vicissitudes que marcam a construção da colónia da Boalhosa revelam o modo como as abordagens científicas da colonização foram ponderadas pela consideração de outros factores, políticos ou sociais.

Tal não significa uma benevolência analítica com o acto estatal de colonizar. Sugere, talvez, que é na própria vontade de *melhoramento* que se deve encontrar a razão destruturadora sobre a vida rural. No Barroso começa a desenhar-se uma intervenção civilizadora que multiplica e amplifica os instrumentos técnico-científicos, nomeadamente com a construção de uma ordem arquitectónica em que se começam a projectar outras formas de habitar e viver, numa altura em que são expostas as agruras habitacionais e sociais da população nortenha no *Inquérito à Habitação Rural*.

CAPÍTULO X

COLÓNIAS EXEMPLARES

As colónias de Pegões e da Gafanha têm em comum terem sido fruto de iniciativas colonizadoras em terrenos estatais. A relação estabelecida entre Estado e população foi diferente da concebida e estabelecida nas colonizações nos baldios, que tinham usufrutuários: não se tratava já de intervir nos equilíbrios económico-sociais existentes (ou pressupostos), mas de entender como uma nova ordem (espacial, social, etc.) poderia ser planeada. Analisa-se neste capítulo as racionalidades e objectivos das diferentes dimensões (espaciais, económicas, sociais, etc.) privilegiadas nesta ordem planeada. A partir da relação entre Estado e saberes, analisa-se ainda como os agentes colonizadores usaram a maior latitude de acção/intervenção, acompanhando em particular como é que se elaboraram as técnicas colonizadoras em estreita relação com as disciplinas que as suportaram.

1 Colónia Agrícola de Pegões

Concebida como modelo da acção colonizadora do Estado Novo, a colónia agrícola de Pegões acabou por ser um exemplar único, uma experiência singular de colonização interna em Portugal, quer pela sua dimensão – com os seus 206 casais agrícolas – quer pela sua localização a Sul do Tejo, em terrenos estatais, numa zona de grande propriedade. Ademais, o carácter exemplar da colonização em Pegões foi desde logo entrevisto e até planeado pelos agrónomos, em dois sentidos: quer como protótipo dos procedimentos a empreender para outras colonizações estatais, quer como modelo de vida campesina para a região envolvente à colónia. Em primeiro lugar, os trabalhos preparatórios da colonização de Pegões desenvolveram, de um modo consciente e programático, as técnicas de intervenção no território e na população a colonizar e configuraram novas práticas científicas, nomeadamente no domínio da ciência social emergente, a partir do aparelho administrativo do Estado. Em segundo lugar, a colonização em Pegões, com o estabelecimento de casais agrícolas em cerca de 6300 ha, foi desde logo visto como possível fonte de «ensinamentos» destinados a transformar profundamente aquela «região quase desértica, *faciês* actual da vasta superfície a Sul do Tejo, em frente de Lisboa»¹⁰⁹⁷.

Os esforços científicos e administrativos para a construção da colónia começaram 15 anos antes da sua inauguração em 1952. A partir de 1937, e durante década e meia,

¹⁰⁹⁷ Cf. JCI. *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1939*, 10.

desenvolveram-se para esta colónia estudos científicos e técnicos que criaram ou aprofundaram as técnicas colonizadoras com que a maioria das colónias agrícolas do Estado Novo foi concebida, estabelecendo os procedimentos paradigmáticos da acção colonizadora do Estado.

Os estudos preparatórios da colonização de Pegões começaram a ser elaborados sob a direcção do então jovem agrónomo Henrique de Barros. Os técnicos da JCI aproveitaram o facto de ter sido recentemente passada para a posse do Estado uma área agricultável considerável – quase 7000 ha – relativamente perto de Lisboa para aí se ensaiar a primeira tentativa de colonização interior de grande dimensão, dirigida pelo Estado. Este seria o terreno da experimentação científica que parecia ir ao encontro da visão de Henrique de Barros, cujo interesse na colonização interna remontava aos seus tempos de tirocinante no ISA quando apresentou o trabalho de final de curso dedicado à sua história da «colonização metropolitana»¹⁰⁹⁸. Se, na esteira de Eduardo Lima Basto, vinha a redefinir teoricamente a disciplina de Economia Rural no Instituto Superior de Agronomia integrando-lhe uma componente sociológica¹⁰⁹⁹, agora era a oportunidade de não só estudar mas intervir na vida social dos campos.

Das propriedades que José Rovisco Pais¹¹⁰⁰ tinha legado em testamento aos Hospitais Civis de Lisboa¹¹⁰¹, e que foram incorporadas nos bens do Estado em Julho de 1937¹¹⁰², faziam parte várias herdades em Pegões¹¹⁰³. Entre estas, foi desde logo sugerido que uma parte fosse

¹⁰⁹⁸ Cf. Barros, «Ensaio sobre a história da colonização metropolitana».

¹⁰⁹⁹ Cf. Ágoas, «Saber e Poder...», 58-59 e 111. Henrique de Barros vai suceder a Eduardo Lima Basto na regência da disciplina de Economia Rural no ISA entre 1942 e 1947, entre a morte deste último e a expulsão da Universidade do primeiro. A fundamentação metodológica e epistemológica da disciplina de Economia Rural bem como a operacionalização dos seus conceitos e metodologias aquando da elaboração dos estudos económico-sociais preparatórios do projecto de colonização de Pegões são fundamentados na sua obra *Economia Agrária* (Lisboa: Sá da Costa, 1948).

¹¹⁰⁰ José Rovisco Pais (1860-1932) foi um grande proprietário e industrial, que ficou conhecido por várias obras de beneficência em vida, deixando parte da sua herança aos Hospitais Civis de Lisboa.

¹¹⁰¹ As propriedades fundiárias que José Rovisco Pais legou aos Hospitais Civis de Lisboa dividiam-se em dois grandes núcleos, um na região de Pegões, outro na Chamusca. As propriedades do núcleo da Chamusca, onde se destacava a herdade da Perna Seca com cerca de 1500 ha, tinham uma constituição agrológica que não justificava uma actuação colonizadora da parte da JCI, ao contrário das de Pegões. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 40.

¹¹⁰² Cf. Decreto n.º 27821, datado de 6 de Julho de 1937 que encorpora no património nacional o legado de José Rovisco Pais e incumbe a Direcção Geral da Fazenda Pública de adoptar «providências conservatórias dos bens rústicos e urbanos da herança». Segundo o decreto, os bens rústicos podiam ser parcelados para facilitar a venda, mediante autorização ministerial (art.º 4º). Este decreto tem origem no pedido de intervenção da Direcção Geral dos Hospitais Civis de Lisboa junto da Direcção Geral da Fazenda Pública. A herança passou a ser administrada por um delegado da Direcção Geral da Fazenda Pública.

¹¹⁰³ As propriedades que José Rovisco Pais tinha legado em testamento aos Hospitais Civis foram incorporadas nos bens do Estado em 1937 de forma a que as herdades em Pegões que faziam parte do legado fossem colonizadas, como sugerido pelo parecer apresentado pela JCI ao Ministro da Agricultura (13 de Julho de 1937). JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 40.

colonizada, como atesta o parecer apresentado pela JCI ao Ministro da Agricultura¹¹⁰⁴. Os 6979 hectares em Pegões, constituídos pelo conjunto de dez herdades contíguas (Passarinhos, Aroeira, Trapo, Medronheiro, Lagoa do Calvo, Faias, Pessegueiro, Pegões Velhos, Pegos Claros, Sesmaria Nova), cobriam uma área que se estendia no seu máximo comprimento por 14,5 km de leste a oeste e 9 km de norte a sul, numa cartografia que a situava na metade mais oriental de um imaginário quadrilátero entre a Canha, o Montijo, o Pinhal Novo e a estação de caminhos de ferro de Pegões¹¹⁰⁵. Destes terrenos arenosos do plioceno, 2459 ha¹¹⁰⁶ correspondiam às primeiras quatro herdades mencionadas e, em 1937, tinham já sido parcialmente colonizados (360 talhões, aforados, arrendados ou vendidos)¹¹⁰⁷.

Quando começa a ser visitada pelos técnicos da JCI, a herdade de Pegões (como ficou conhecido o conjunto daquelas propriedades) tinha já a sua história de colonização. Até há poucos anos uma charneca, zona «coberta de mato cerrado, entrecortado de manchas de pinhal manso espontâneo, semeada de sobreiros», começou a ser desbravada por iniciativa do proprietário Rovisco Pais, a coberto da legislação assinada por Ezequiel de Campos em 1925¹¹⁰⁸. Em 1942, esta «colónia», como lhe chamavam, tinha 119 explorações agrícolas cultivadas por outros tantos usuários, 88 dos quais habitavam as respectivas glebas. Segundo os inquéritos locais, em 1944 a colonização de Pegões tinha 554 pessoas, distribuídas por 112 fogos¹¹⁰⁹. Estes novos terrenos conquistados em Pegões eram parte integrante de um movimento maior de colonização da região, de resto alvo do interesse científico e dos esforços administrativos da JCI. As primeiras impressões sobre estas ditas colonizações «expontâneas» que se tinham implantado levaram a que os técnicos estatais da JCI decidissem aí colonizar: «a Junta assegurou-se, por meio de inquérito prévio e sumário, de que a colonização da Herdade de Pegões não era nem inviável nem inconveniente, antes possível e plena de alcance social»¹¹¹⁰. O inquérito preliminar sobre a herdade de Pegões e regiões próximas encontrou numerosas colonizações, muitas «com vida difícil», «nem sempre prósperas, mas nenhuma

¹¹⁰⁴ Parecer da JCI ao Ministro da Agricultura de 13 de Julho de 1937 no JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 17.

¹¹⁰⁵ Cf. Ezequiel de Campos (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna», 2 (Arquivo Histórico Parlamentar).

¹¹⁰⁶ Os números da área e prédios já colonizados em Pegões contabilizados pelos técnicos variou, sem grande surpresa, ao longo dos anos. Assim, afirma-se em 1942, no projecto de colonização, que a área já colonizada em Pegões por iniciativa do autor da herança era de 2459 ha. Em 1938, tinha-se afirmado que essa área era de 2200 ha, onde se encontravam 155 prédios rústicos. A discrepância – ainda que com ordens de grandeza semelhantes – explica-se facilmente pelas diferentes metodologias usadas ao longo do tempo naquela contagem e traduz o processo de objectivação científica daquele território.

¹¹⁰⁷ JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 40.

¹¹⁰⁸ Cf. Decreto n.º 9844, de 20 de Junho de 1924 e decreto n.º 10553, de 14 de Fevereiro de 1925.

¹¹⁰⁹ Cf. Junta de Colonização Interna, *Projecto de Colonização de Pegões* (JCI, 1942), 9.

¹¹¹⁰ Cf. JCI *Projecto de Colonização de Pegões*, 12.

«falhada» e cujos erros a adequada «assistência técnica, financeira e moral»¹¹¹¹ à obra colonizadora poderia corrigir. As primeiras explicações para as dificuldades percebidas foram atribuídas à «superfície insuficiente [cultivada], à falta de capitais, exigências excessivas dos promotores da colonização, deficiente preparação profissional de muitos colonos»¹¹¹². Ainda assim, notava-se, o afluxo de novos colonos das mais diversas partes do país para aquela região não tinha cessado. Tentava-se agora que a prosperidade do empreendimento colonizador fosse assegurada pela «série de estudos que dessem uma base sólida à preparação do projecto e à sua posterior aplicação». A ciência e a técnica eram então inequivocamente indispensáveis ao projecto colonizador estatal.

As novas técnicas de colonização foram aqui criadas, amplamente desenvolvidas e testadas, muito especialmente com o estudo económico-social coordenado pelo agrónomo Henrique de Barros – um estudo levado a cabo «com minúcia e escrupuloso cuidado»¹¹¹³, publicado em oito volumes¹¹¹⁴, fruto da investigação no terreno por uma equipa de oito técnicos, distribuídos por quatro brigadas de dois técnicos cada, entre 1937 e 1939. Os assuntos dos estudos económico-sociais que precederam e prepararam mais tarde outras colonizações – Milagres, Martim Rei, Barroso e Boalhosa – estavam aqui desdobrados em monografias múltiplas, destinados a cobrir as várias dimensões sociais colonizadoras. Ao estudo económico-social, juntou-se o estudo agrológico orientado por J. Botelho da Costa¹¹¹⁵ e António Sardinha de Oliveira e o estudo hidrológico conduzido pelo engenheiro Teixeira Duarte¹¹¹⁶, destinados

¹¹¹¹ Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 15.

¹¹¹² Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 15.

¹¹¹³ JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1939*, 10.

¹¹¹⁴ Os oito volumes do estudo económico-social, reunindo 1318 páginas, constituem o Anexo I do projecto de colonização de Pegões. O volume I apresenta as características gerais da região de Pegões; o volume II dedica-se ao estudo da colonização que Rovisco Pais promoveu em 2459 hectares da Herdade de Pegões; o volume III consiste num estudo da colonização, também de origem particular, de 212 hectares da Herdade da Misericórdia, na zona de Vendas Novas; o volume IV contém inquéritos monográficos a 9 famílias da Herdade de Pegões; o volume V consta de inquéritos monográficos desta feita a 6 explorações agrícolas dos arredores de Pegões-Estação; o volume VI inclui também inquéritos monográficos a 4 explorações da Herdade da Misericórdia; o volume VII inclui inquéritos monográficos a 4 explorações agrícolas nos arredores do Montijo; o volume VIII compõe-se de um estudo sobre as contas de cultura e de gado. Henrique de Barros et al., *A região de Pegões: aspecto geral, técnica cultural, economia rural* (volume 1); Henrique de Barros, Manuel Costa Lopes, Manuel Sieuve Afonso, *Contas de cultura e exploração pecuária* (volume 2); Henrique de Barros, João Martins José Luís Carvalho Vieira, *Estudo da colonização promovida na região da Herdade da Misericórdia, em Vendas Novas, por iniciativa do respectivo proprietário* (volume 3); Manuel Sieuve Afonso, António de Jesus Pereira, *Monografias de exploração agrícolas da sub-região de Pegões Velhos: Craveira do Norte Pontal, Fonte e Lagoa do Calvo*. (volume 4); Manuel Sieuve Afonso, António de Jesus Pereira, *Monografias de exploração agrícolas da sub-região de Vendas Novas* (volume 5); Manuel Sieuve Afonso, António de Jesus Pereira, *Monografias de exploração agrícolas da sub-região do Montijo* (volume 6); Henrique de Barros, Manuel Costa Lopes, Manuel Sieuve Afonso, *Contas de cultura e exploração pecuária* (volume 7). Anexo VII ao projecto: *Projecto de construções e adaptações de edifícios*.

¹¹¹⁵ Cf. J. V. Botelho da Costa, *Reconhecimento agrológico da zona de Pegões* (Lisboa: JCI, 1947).

¹¹¹⁶ Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 44.

a fundamentarem tecnicamente aquele que Henrique de Barros anos depois afirmou ser o «projecto que constituiu trabalho monumental em que colaborou a mais brilhante das «equipes» de Engenheiros Agrónomos que a Junta de Colonização Interna teve a sorte de reunir»¹¹¹⁷. Considerado um padrão para os estudos seguintes¹¹¹⁸, a colonização de Pegões foi o laboratório onde foram construídos os principais instrumentos analíticos de conhecimento e os mecanismos de intervenção social e espacial colonizadores.

Os estudos de cariz económico e social dirigiram-se primordialmente a dois objectos: as colonizações ditas particulares (por oposição às estatais) levadas a cabo nos terrenos de Pegões, nomeadamente através de um inquérito monográfico às famílias de colonos¹¹¹⁹; e as condições económicas e sociais da população circunvizinha àqueles (concelhos do Montijo e Vendas Novas), estudadas através de inquéritos monográficos a explorações agrícolas e famílias rurais¹¹²⁰. Esta «devassa agronómica tão perfeita e exaustiva» (numa altura em que a agronomia via alargado o seu âmbito) sobre a herdade de Pegões e regiões circundantes incidiu sobre um total de 66.400 ha¹¹²¹.

Apurou-se que a região de Pegões há cinquenta anos «inculta e despovoada», vira entretanto ser transformada a sua paisagem agrícola. Fruto de «iniciativas particulares de colonização» – de que a de Rio Frio, constantemente referenciada pelos reformistas agrários desde Oliveira Martins, era ainda o exemplo maior – estes estudos identificam claramente a lógica sócio-económica que presidiu ao desbravamento da charneca: «os colonos não só trouxeram à cultura as glebas que lhes confiaram, mas constituem a reserva de mão-de-obra sem a qual os grandes e médios empresários não teriam podido iniciar ou intensificar a

¹¹¹⁷ Cf. Castro Caldas, *A evolução da agricultura...*, 112.

¹¹¹⁸ «Não se julga que devassa agronómica tão perfeita e exaustiva como esta, incidindo sobre a Herdade de Pegões e regiões circundantes, alguma vez tenha sido levada a efeito entre nós. Tarefa de conjunto, verdadeiro trabalho de “equipe” segundo os modernos princípios da técnica da investigação científica, tem-se por certo que, mau grado as deficiências, a inquirição feita em Pegões valerá como padrão a seguir (...)». Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 16.

¹¹¹⁹ Desde o início da sua actividade, a JCI estudou as «colonizações espontâneas» como parte do trabalho preparatório necessário para delinear os seus projectos colonizadores. Neste sentido, a JCI em 1937 e 1938 realizou vários estudos sobre as principais colonizações espontâneas em Portugal através de um inquérito directo às «representantes» nas suas diferentes modalidades. Estudou-se então as colonizações espontâneas da Gafanha, da Herdade da Torre (Vidigueira) e das Herdades do Montinho e da Gramacha (Évora). Algumas conclusões dos três estudos empreendidos pela JCI, bem como uma avaliação mais global dos diferentes núcleos de povoamento constituídos, foram reunidas em Manuel Sieuve Afonso e Diogo de Mascaranhas Leote, *A obra realizada em matéria de colonização*, [dactilografado] (Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1948).

¹¹²⁰ Logo no primeiro ano de 1937 ficaram parcialmente concluídos o inquérito sobre os resultados da divisão dos 2220 ha parcelados, o estudo do regime de exploração da propriedade indivisa, várias monografias de pequenas e médias explorações em regime de administração directa, o estudo da grande propriedade circunvizinha em exploração directa, por meio de arrendamento em parcelas e de parceria e ainda um inquérito à colonização da herdade da Misericórdia, em Vendas Novas. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1938*, 40.

¹¹²¹ Cf. Pereira Caldas, «O Povoamento do Sul», 13.

exploração das terras em seu poder»¹¹²². Uma lógica traduzida pela expressão «colonização semi-proletária»¹¹²³, usada na bibliografia historiográfica posterior para designar esta relação de dependência económica e social entre o trabalhador e o grande proprietário própria do movimento de desbravamento e colonização da charneca alentejana. A expressão sublinha como o acesso a esta forma de posse de terra reveste uma lógica destinada a constituir e fixar mão-de-obra nas orlas das grandes propriedades: a grande maioria dos colonos não podia viver exclusivamente do cultivo da sua terra e o trabalho assalariado nas grandes ou médias explorações circunvizinhas consistia na única alternativa para obter o complemento salarial necessário ao rendimento do trabalho na terra própria.

Entre os mais de 66 mil hectares estudados em Pegões, identificaram-se cerca de 11500 ha de charneca que tinham sido parcelados por meio da venda, aforamento ou arrendamento de longo prazo. Apenas cerca de 50 pessoas viviam exclusivamente do rendimento das suas propriedades, entre os cerca de 800 fogos residentes nestas colónias¹¹²⁴. Deste modo, da análise das explorações familiares identificadas concluiu-se que estas eram maioritariamente de tipo «imperfeito», porque insuficientes à manutenção total da família cultivadora. «Perfeita» e «imperfeita» eram qualificativos aplicados às explorações agrícolas familiares pelos agrónomos que contêm em si o ideal económico e moral da família como unidade mais desejável de produção agrícola e, principalmente, a superioridade ideológica do cultivo da terra própria face à dependência gerada pela relação salarial. Interessava, neste caso, a Henrique de Barros e aos seus colegas assinalar que a predominância regional da exploração agrícola imperfeita tinha sido fruto de um movimento histórico recente de colonização daquelas terras e que poderia, à vista dessa historicidade, ser alvo de aperfeiçoamento. Porém, ainda que fosse baixo o «nível de vida» averiguado para estes «pequenos empresários agrícolas», este era comparativamente considerado mais elevado do que o de famílias idênticas já estudadas pela JCI noutras regiões¹¹²⁵. O «nível de vida»¹¹²⁶, conquanto fosse um instrumento conceptual de apuramento das condições de vida dos trabalhadores agrícolas cuja introdução por Lima Basto datava apenas da década de 30, havia já sido suficientemente utilizado para permitir que a comparabilidade constituísse um elemento decisivo da apreciação científica e, logo,

¹¹²² Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 20-21.

¹¹²³ A historiografia que começa por estudar a história da colonização interna em Portugal segue a par e passo as críticas feitas a este tipo de colonização «espontânea» feitas pelos agrónomos que planearam a colonização interna do Estado Novo, de que Henrique de Barros é o exemplo maior. Ver a Introdução da tese.

¹¹²⁴ Cf. JCI *Projecto de Colonização de Pegões*, 21.

¹¹²⁵ Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 23.

¹¹²⁶ Cf. E. A. Lima Basto, *Níveis de Vida e Custo de Vida. O caso do Operário Agrícola Português* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1945).

fundamento da intervenção social e política. Colocou-se então como objectivo um aumento do «nível de vida» regional, planeado neste caso a partir da alteração dos sistemas culturais: o grau de policultura tinha sido diagnosticado como reduzido e as técnicas de cultivo deficientes.

No quadro da preparação e conhecimento do «meio» populacional e territorial a colonizar, e além da vertente agrológica, considerou-se ainda os aspectos ecológicos ligados ao «rápido e total esgotamento das terras»¹¹²⁷, assunto premente e determinante do futuro agrícola da região e que vai merecer atenção redobrada pelo conservacionista Ezequiel de Campos no seu parecer da Câmara Corporativa¹¹²⁸ ao projecto de colonização de Pegões. Os estudos económico-agrícolas e agrológicos¹¹²⁹ estavam finalmente terminados em 1939 pelo que se cuidou, no ano seguinte, de realizar os estudos hidrológicos, dirigidos principalmente à confirmação da existência de água suficiente e às condições de se poder com elas regar¹¹³⁰, elemento essencial para o cumprimento do propósito colonizador maior de intensificação das culturas. Já com o levantamento topográfico¹¹³¹ feito, a JCI iniciou a elaboração do projecto de colonização logo em 1940. Este foi terminado durante o ano seguinte, sendo aprovado pelo Conselho Técnico em 1942 e enviado para apreciação da Câmara Corporativa, que, contudo, só emitiu o necessário parecer em 1944.

O *Projecto de Colonização de Pegões* foi a monografia escrita pelos técnicos da JCI que melhor condensou a relação simbiótica de fortalecimento entre a administração estatal e a ciência agronómica, em particular a sub-área disciplinar da Economia Agrária que foi erigida em «disciplina de síntese e coordenação»¹¹³². A forma como os conceitos, instrumentos analíticos e metodologias da emergente disciplina enformaram o planeamento colonizador de Pegões foi lapidarmente descrita por Henrique de Barros, co-autor do projecto com Mário

¹¹²⁷ Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 25.

¹¹²⁸ No seguimento das preocupações conservacionistas que o acompanhavam havia 40 anos, Ezequiel de Campos vai sugerir no parecer as melhores formas de combater a «erosão dos solos». Cf. Ezequiel de Campos (relator), «Parecer sobre os Projectos de Colonização da Herdade de Pegões e dos terrenos da Mata Nacional da Gafanha», 17-18.

¹¹²⁹ O estudo agrológico foi orientado por J. Botelho da Costa e o estudo da captação de águas de rega esteve a cargo do Engenheiro Teixeira Duarte. (Cf. Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura portuguesa*, 112.)

¹¹³⁰ Durante 1940 realizou-se, para a região de Pegões, um projecto de captação das águas subterrâneas, um estudo das disponibilidades de água em relação às áreas a regar, um levantamento topográfico (escala 1/2 500 dos terrenos dominados pela água de rega), um projecto de rega, um estudo dos processos de condução da água, um ante-projecto de condição da água dos poços para os tanques de armazenamento. Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1940*, 26.

¹¹³¹ O levantamento topográfico foi adjudicado à Sociedade de Levantamentos Aéreos, perante a deficiente e errada planta da Herdade de Pegões cedida à JCI pela Administração dos Hospitais Cíveis de Lisboa. Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1939*, Lisboa, 194[1], p. 10.

¹¹³² Henrique de Barros explica mais adiante a função de síntese e coordenação atribuída à disciplina de economia agrária: «A Economia Agrária é o farol que ilumina aos técnicos de agronomia o caminho do êxito, o tribunal perante o qual se derimem as várias soluções técnicas que não raramente existem para o mesmo problema agronómico.» Cf. Henrique de Barros, *Economia Agrária*. Vol. 1. Col. A terra e o homem (Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa, 1948), 59.

Pereira, e docente da referida disciplina no Instituto Superior de Agronomia entre os anos de 1942 e 1947:

«suponhamos que se trata dum projecto de colonização: o número de colonos a instalar, as condições mínimas de vida que se pretende proporcionar-lhes, o plano de exploração e a previsão das receitas do casal agrícola, os benefícios sociais da iniciativa, a forma de reembolsar total ou parcialmente os capitais despendidos – eis a vasta série de problemas essencialmente dos domínios da Economia Agrária».¹¹³³

A primeira parte do projecto, dedicada aos «Estudos prévios», lista e sumariza as conclusões do inquérito preliminar às possibilidades de colonização da herdade de Pegões e, sobretudo, as conclusões dos estudos sectoriais, nomeadamente do acima referido estudo económico-social, desdobrado em oito volumes.

O projecto de colonização de Pegões separa e individualiza dois momentos distintos: a formação de conhecimento científico sobre o território e a população a intervir numa objectivação que recorre aos saberes da topografia, agronomia e demais saberes emergentes da sua evolução especializada, como a sociologia rural e a economia agrária; e a intervenção colonizadora, onde se descreve o projecto de colonização propriamente dito com capítulos sobre a reorganização da colónia existente e o modo de instalação dos novos casais agrícolas.

Todo o projecto de colonização estava subordinado à planificação da constituição dos casais agrícolas, da sua superfície, distribuição em núcleos e planos de exploração. A partir da distribuição das diferentes categorias de solos e cartografada a distância entre eles estipularam-se dois núcleos de colonização: Pegões Velhos, com 86 casais, e as Faias (Lagoa do Calvo), com 59¹¹³⁴. Em conjunto com a informação sobre as produções totais de cada uma das folhas e as necessidades em geiras e salários para o trabalho da terra, desdobraram-se em sub-capítulos os planos de exploração, as monografias e a respectiva implantação de cada um dos cinco tipos

¹¹³³ E continua a explicar a subordinação à economia das demais áreas de saber envolvidas na construção de um projecto de colonização: «Ao preparar e pôr em execução um projecto da natureza deste, é sem dúvida necessário desbravar terrenos, pesquisar, captar e distribuir águas, planejar e efectuar plantações arbóreas e arbustivas, proceder a estudos agrológicos e de aptidão cultural dos solos, levantar plantas topográficas, projectar e construir edifícios, escolher gado, máquinas e alfaías, resolver em suma as mais diversas questões técnicas; mas tudo há-de subordinar-se ao ponto de vista económico-social, a uma intenção preconcebida no que toca à natureza e à valia do benefício político-social a conceder a determinada fracção da grei nacional, a uma análise realista das possibilidades de assegurar a manutenção e o progresso dos colonos. Questões, como se vê, de níveis de vida, de preços, de custos, de mercados, de vias de comunicação, de demografia, de níveis de vida, de alimentação e habitação, de mão-de-obra. Eis, por consequência, um caso típico de actual profissional em que a Economia ocupa o primeiro plano de cena e em que todas as demais ciências e artes agronómicas desempenham meros papéis de cooperadores, dignos aliás do máximo apreço.» Cf. Barros, *Economia Agrária*. Vol. 1, 61.

¹¹³⁴ Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 202 e 216.

de casais agrícolas estabelecidos.¹¹³⁵ Mas mais do que a consistência e fundamentação científica, interessa notar uma outra lógica na constituição dos casais por Henrique de Barros: importava justificar, tecnicamente, a colonização de sequeiro do Sul.

Em Pegões Velhos, estabeleceu-se um tipo de casal agrícola exclusivamente apoiado em explorações de sequeiro: o «equilíbrio económico (...) não é tão perfeito como o do tipo 1 [de regadio]; pareceu, não obstante, vantajosa a criação de explorações deste género, para demonstrar que a colonização pode, em certas condições, ser possível, nesta zona, mesmo sem viabilidade de rega em grande escala.»¹¹³⁶ Esta proposta da dupla Henrique de Barros e Mário Pereira merecerá a contestação técnica de Ezequiel de Campos no seu parecer¹¹³⁷ da Câmara Corporativa dedicado a Pegões. Entende-se, contudo, melhor esta proposta economicamente mais frágil – tendo em conta o objetivo de constituição de unidades de exploração familiares – no contexto dos vastos esforços da JCI para criar um plano de colonização dos terrenos de sequeiro do Sul¹¹³⁸ durante a década de 40, que tinha em Pegões um campo de experimentação. Mesmo nos inícios da década de quarenta, o mais importante técnico da JCI, Henrique de Barros, parecia apostado em encontrar formas de colonizar sem regar (e dividir).

Dado o tempo que se demorou a construir a colónia agrícola de Pegões foram várias as alterações que este projecto sofreu face à construção da colónia, e que mais adiante se detalhará; talvez a mais importante seja a concepção e construção de mais um núcleo de colonização, Figueiras, situado a meio caminho entre Pegões Velhos e as Faias, com 50 casais agrícolas.

Não obstante as discussões técnicas sobre os modos de constituição dos casais agrícolas em Pegões, e os respectivos planos de exploração, este é o projecto de colonização em que a fundamentação científica se encontra em todas as suas dimensões. Está, portanto, longe das ambiguidades da categorização de senso comum psicologizante dos colonos dos Milagres ou das referências de teor vagamente civilizacional à população barrosã – a população de Pegões é objectivada nos estudos prévios, e planeada no projecto de colonização, segundo critérios

¹¹³⁵ Assim, no núcleo de Pegões Velhos planearam-se quatro casais-tipos com uma distribuição das diferentes categorias de solos e das respectivas folhas: 80 casais de tipo I, com planos de exploração que incluíam regadio e sete (no decorrer do projecto, reduzido para seis), casais exclusivamente constituídos por terrenos de sequeiro, de três tipos diferentes. Nas Faias, todos os casais tinham terrenos de regadio e eram do mesmo tipo. Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 156 e 165.

¹¹³⁶ Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 156.

¹¹³⁷ Cf. Ezequiel de Campos (relator), «Parecer sobre os Projectos de Colonização da Herdade de Pegões e dos terrenos da Mata Nacional da Gafanha», 18-19.

¹¹³⁸ Em 1942, a JCI declarava no seu relatório de actividades que «a mancha pliocénica ao Sul do Tejo [de que Pegões fazia parte] constitui a primeira preocupação da Junta de Colonização Interna». Cf. JCI, *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1942*, 30. Sobre o «estudo das possibilidades de colonização nas zonas de sequeiro do Sul», de que os estudos da «mancha pliocénica» faziam parte, ver o sub-capítulo «Colonizar as terras secas do Sul», no Capítulo IV desta tese, bem como Silva, «A propriedade e os seus sujeitos», 72-80.

oriundos das ciências sociais, em particular a economia agrária, em formação. Por exemplo, os casais agrícolas e respectivos planos de exploração são elaborados de acordo com o cálculo das contas de cultura apurados, e constantes no anexo VI, que recorriam a instrumentos analíticos destinados a contabilizar os rendimentos líquidos.

Documento exemplar de economia agrária, o projecto veicula, contudo, modestas ambições sociais para uma população que se previa de 2500 pessoas¹¹³⁹ – número estimado a partir das 600 famílias a fixar, contadas as famílias já instaladas em conjunto com as a instalar na Herdade de Pegões. As reduzidas aspirações sociais do plano colonizador podem ser intuídas a partir da opção no projecto pela mera reorganização da colónia existente¹¹⁴⁰ (em vez de uma possível projecção social *ex nihilo*) e, sobretudo, pela não inclusão, ou adiamento, do planeamento urbano e respectivos equipamentos de apoio da vida colectiva. Os edifícios de comércio, posto médico ou farmácia são relegados para a adaptação dos edifícios existentes e o arranjo urbanístico ficou-se pelo esboço de estradas de penetração na herdade, ao longo das quais estavam planeados oito chafarizes, junto dos núcleos de aldeamento. A projecção dos melhoramentos arquitectónicos nas construções existentes e dos novos edifícios a realizar na colónia, como escolas e estação telégrafo-postal¹¹⁴¹, são remetidos para o departamento especializado dentro da orgânica da JCI, provavelmente devido não só a uma secundarização ideológica do urbanismo neste processo colonizador mas também à dimensão do empreendimento. Contrasta, no entanto, com a atitude de intervenção no espaço no projecto colonizador para o Barroso, onde as várias dimensões – económica, social e espacial – do projecto de colonização são conjuntamente pensadas e planeadas e cujas ambições totalizantes sobre a vida colectiva são mais evidentes.

A secundarização do planeamento da vida colectiva, mesmo com a proposta de criação de uma freguesia para o núcleo de colonização no projecto, foi notada e sublinhada por Ezequiel de Campos, enquanto procurador da Câmara Corporativa, que recomendou, de resto, a feitura de um «plano de urbanismo da nova freguesia»¹¹⁴². Previa o procurador que a dimensão da obra

¹¹³⁹ Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 225.

¹¹⁴⁰ A reorganização da colónia existente é planeada de acordo com as conclusões do I volume do Inquérito Económico-Social (Anexo II) aos 119 usuários da zona colonizada. A intervenção estatal destinou-se somente ao aumento para 24 hectares (em média), área mínima considerada indispensável à constituição de um casal agrícola equilibrado, de 61 explorações familiares. Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 99.

¹¹⁴¹ A quase ausência de planeamento urbano neste projecto colonizador é patente na seguinte passagem: «As exigências do futuro povoado promoverão espontânea fixação de estabelecimento, comerciais e industriais para cuja instalação podem ser utilizadas as construções actuais que, por tal motivo, não foram adaptadas a outros fins. Também nestas construções podem ser instaladas o posto médico e farmácia.» Cf. JCI, *Projecto de Colonização de Pegões*, 226.

¹¹⁴² Cf. Ezequiel de Campos (relator), «Parecer sobre os Projectos de Colonização da Herdade de Pegões e dos terrenos da Mata Nacional da Gafanha», 21 (Arquivo Histórico Parlamentar).

colonizadora de Pegões implicaria a fixação de «jornaleiros dos casais, assim como os comerciantes e mais gente complementar da vida agrícola»¹¹⁴³ que dariam previsivelmente origem a «aglomerados urbanos» cujos centros, em vários lugares da freguesia, deveriam ser alvo de um plano. Deste deveria constar, «desde já», um plano de arruamentos, um pequeno parque e um «rossio», água potável, esgotos e electricidade, mas também «escolas, se for necessária, cantina e mais elementos da vida social» e ainda a reserva de espaço para um mercado. A importância do planeamento urbano na obra colonizadora era para Ezequiel de Campos uma conclusão a tirar das «lições da Itália no Agro Pontino»¹¹⁴⁴. O reparo foi bem recebido pela JCI que prometeu, em resposta aos comentários do procurador, fazer um «projecto de aldeamentos rurais»¹¹⁴⁵ como aditamento ao projecto de colonização. Apesar disso, a intervenção espacial da JCI na colónia de Pegões ao longo da década de 50, com a construção das infra-estruturas básicas da vida colectiva, resultou mais da projecção pontual consoante as necessidades sentidas do que de um planeamento *ex nihilo* de um vasto conjunto urbano. A dispersão do conjunto edificado, a distância a que se encontravam as várias zonas urbanizadas e sobretudo a localização das superfícies regadas tinham determinado, no projecto, a subdivisão da herdade em três núcleos de colonização (Pegões Velhos, Figueiras e Faias). Contudo, em 1959, face a vários «problemas relacionados com o arranjo urbanístico», a JCI lamentava-se ainda da inexistência de plano de urbanização original e ordena um rearranjo urbanístico, na forma de um «esboceto»¹¹⁴⁶. Face à dificuldade de se promover um «verdadeiro programa de reajustamento», tendo já o investimento sido de monta, optou-se nesta altura por uma modesta «planificação dos melhoramentos» de forma a «evitar males maiores no

¹¹⁴³ Cf. Ezequiel de Campos (relator), «Parecer sobre os Projectos de Colonização da Herdade de Pegões e dos terrenos da Mata Nacional da Gafanha», 20.

¹¹⁴⁴ A citação completa: «Não se deve deixar ao acaso das improvisações futuras o plano do centro urbano da freguesia e dos seus lugares. Neste sentido, as lições da Itália no Agro Pontino são concludentes. Estes pequenos aglomerados urbanos fixarão os jornaleiros dos casais, assim como os comerciantes e mais gente complementar da vida agrícola.» Cf. Ezequiel de Campos (relator), «Parecer sobre os Projectos de Colonização da Herdade de Pegões e dos terrenos da Mata Nacional da Gafanha», 20.

¹¹⁴⁵ Cf. «Esclarecimentos aos reparos feitos pelo ex.mo senhor relator ao projecto de colonização da herdade de Pegões», III Legislatura (2ª sessão legislativa), Arquivo Histórico Parlamentar, secção XXVIII, cx. 28, n.º 4, 1944, p. 24. Este é o documento enviado pela JCI, provavelmente escrito por Henrique de Barros, como resposta às críticas e sugestões feitas por Ezequiel de Campos no seu parecer. Os esclarecimentos foram sobretudo de natureza agrícola e florestal, nos quais se discutem, nomeadamente, os planos de exploração.

¹¹⁴⁶ Cf. Junta de Colonização Interna, *Esboceto do arranjo urbanístico da zona de Pegões Velhos*, [dactilografado], JCI, 1959, p. 1. Esta proposta para o arranjo urbanístico resultou da visita do arquitecto Vasco Lobo à colónia de Pegões, seguida de um debate com os engenheiros que tinham estado em serviço na colónia, os agrónomos Ruival Saavedra, Azevedo Coutinho e Roquette Campello, e ainda o engenheiro civil Dâmaso Constantino. O arranjo urbanístico de Pegões, bem como a utilização de alguns edifícios existentes, aqui proposto foi realizado ao mesmo tempo que os trabalhos para o projecto da Adega Cooperativa de Pegões. A secundarização do planeamento urbanístico de Pegões no projecto de colonização sentiu-se desde logo com a «falta de plantas capazes e levantamentos completos» da zona que apoiassem este estudo. (p. 1)

futuro»¹¹⁴⁷. A tentativa de articulação dos diversos núcleos reflectia a preocupação maior com a constituição de uma «área colectiva», que continuava em falta¹¹⁴⁸.

A intervenção estatal sobre o espaço colonizado parece entender-se melhor se pensada menos ao nível do plano urbanístico e mais do ordenamento do território. Cuidou-se, desde logo, de se desenhar os arruamentos dos três núcleos de colonização a partir da divisão fundiária resultante da distribuição dos casais agrícolas, constituídos pelas várias parcelas de terras, e cujas habitações familiares foram distribuídas segundo uma lógica de dispersão orientada ao longo dos regadios, que as vias de comunicação acompanharam¹¹⁴⁹. Uma ocupação dispersa do território cuja orientação principal obedecia a critérios económico-agrícolas, uma vez que localização das habitações estava subordinada, à semelhança das restantes colónias agrícolas, à proximidade em relação ao local de trabalho, as terras agricultadas do casal. A excepção à dispersão territorial em Pegões foi o núcleo de Figueiras, situado a meio caminho entre Pegões Velhos e as Faias, desenhado mais tarde em povoamento concentrado, que tem as suas habitações distribuídas ao longo de uma malha ortogonal de arruamentos e divisões da propriedade rural.

Na verdade, depois do entusiasmo e dedicação dos técnicos da JCI aos estudos prévios e ao projecto de colonização, terminados em 1942, apenas em 1947 se iniciaram, ainda que vagarosamente, as obras de colonização. Durante grande parte da década de 40, o processo de colonização abrandou, até quase parar, embora prosseguissem os estudos e projectos de colonização na região de Setúbal e, mais latamente, na zona ao Sul do Tejo¹¹⁵⁰. Entretanto, a

¹¹⁴⁷ Aos montantes despendidos na construção e adaptação de edifícios existentes e numa rede de acessos considerada demasiado onerosa (até na sua conservação) que condicionavam as formas de intervenção agora planeadas acrescia o facto de a colónia estar numa «fase desenvolvimento (a caminho duma autonomia que porá os órgãos criados a dar definitivas provas da sua eficiência)» e ser já «um tanto tarde para se promover um verdadeiro programa de reajustamento». Cf. JCI, *Esboço do arranjo urbanístico da zona de Pegões Velhos*, 1 e 3.

¹¹⁴⁸ Na proposta, pode ler-se: «A intenção de reduzir os centros de interesse a uma “área colectiva organizada” encontra grandes dificuldades no caso de Pegões Velhos. A ausência de um plano de urbanização actuante, conduzindo à implantação arbitrária de edifícios funcionalmente importantes, não só deixou que entre eles se interpusessem espaços que excederam largamente os intervalos de função como criou exageradas dimensões de comunicação. Cf. JCI, *Esboço do arranjo urbanístico da zona de Pegões Velhos*, 3.

¹¹⁴⁹ Podemos ver o desenho dos arruamentos do núcleo de Pegões Velhos em 1950 em JCI, *Colónia Agrícola de Pegões. Núcleo de Pegões Velhos. Arruamentos*, JCI, 1950.

¹¹⁵⁰ Na impossibilidade de se construir a colónia agrícola já projectada durante parte da década de 40, elaborou-se um *Ante-projecto de colonização da zona Pliocénica de Pegões*, com estudos de reconhecimento da aptidão cultural e um inquérito económico-agrícola à pequena propriedade na zona de Pegões. Tratou-se de definir os contornos da situação económica e social dos núcleos de pequena exploração a partir de casos de parcelamento privado, tipificados com recurso a 30 inquéritos a pequenas explorações. Fundamentalmente, tratava-se de conhecer a situação das ditas «colonizações espontâneas» na zona de Pegões para que o Estado, nomeadamente, através da Lei de Melhoramentos Rurais, naquelas pudesse intervir. Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1947*, 39-41. Desenvolveram-se ainda estudos sobre a possibilidade de colonização das zonas de sequeiro do Sul em vários distritos.

JCI, enquanto responsável pela administração das propriedades da herdade em Pegões¹¹⁵¹, continuou a promover o aproveitamento daqueles terrenos, nomeadamente em regime de parceria com aqueles que a Junta entrevia serem os pretendentes a colonos¹¹⁵². Os orçamentos debilitados durante a guerra explicam em parte o relativo abandono do ambicioso e oneroso projecto de Pegões; mas quando a JCI foi dotada de novas competências e meios em finais de 1946, e pôde-se concentrar finalmente na realização dos projectos colonizadores entretanto já aprovados, foi na colonização dos baldios, e, em particular, nas colónias agrícolas do Barroso, que o esforço administrativo foi alocado. Foi preciso esperar pelo virar da década¹¹⁵³ para que as empreitadas para a construção de casas agrícolas fossem consignadas – 58 casas no núcleo das Faias e 87 no núcleo de Pegões Velho, em 1950¹¹⁵⁴. O grande incremento na execução do projecto de colonização deu-se finalmente em 1951. Em Julho foram finalmente recebidas pela JCI as primeiras 58 casas e durante este ano continuaram as obras de adaptação ao regadio, instalou-se a rede de rega, construiu-se um açude, uma pequena ponte canal e uma levada, regularizou-se e reparou-se o leito da ribeira das Faias, construíram-se dois pontões e ainda se fizeram trabalhos de terraplanagem e preparação agrícola dos terrenos. Urbanizou-se as Faias, com a abertura de arruamentos e aterros para a construção da igreja respectiva, deu-se início ao arranjo dos casais, inclusive a arborização, com plantas ornamentais, de estradas e caminhos, adaptou-se um edifício a residência do pessoal e outros edifícios para centros de assistência técnica e construiu-se uma casa para o assistente técnico da JCI na colónia e ainda um edifício para a escola primária¹¹⁵⁵. Ainda antes da chegada dos primeiros colonos, a construção do território a colonizar implicou uma profunda transformação produtiva deste¹¹⁵⁶.

O projecto de colonização de Pegões, elaborado por Henrique de Barros e Mário Pereira, dois dos mais notáveis engenheiros agrónomos da sua geração, acabou por ser substancialmente

¹¹⁵¹ Em 1948 legislou-se finalmente no sentido da JCI poder administrar os bens na sua posse destinados à colonização, enquanto não fossem aí instalados casais agrícolas. Cf. Decreto n.º 37 271, de 31 de Dezembro de 1948.

¹¹⁵² A exploração dos terrenos que formavam a herdade de Pegões era feita indirectamente através de uma parceria entre a Junta e os pretendentes a colonos que reunissem as condições exigidas pelo Decreto-lei n.º 36 709, de 5 de Janeiro de 1948. Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1951*, Lisboa, 1952, 30.

¹¹⁵³ Em 1949, afirma-se no respectivo relatório de atividade da JCI que esta limitou-se a continuar as obras de pouco vulto iniciadas em anos anteriores (captação de águas, terraplanagens nas zonas de regadio, demarcação de 59 casais, plantação de eucaliptos, etc.). Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1949* (Lisboa: JCI, 1951), 34.

¹¹⁵⁴ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1951* (Lisboa: JCI, 1952), 30.

¹¹⁵⁵ Cf. JCI, *Relatório de trabalhos e contas de gerência. Ano de 1951*, 27-30.

¹¹⁵⁶ As intervenções no espaço físico da Herdade de Pegões incluíram o arroteamento de 50 ha de terrenos incultos; a construção de 23 km de estradas; a terraplanagem de 214 ha para a instalação de regadios; a captação de água (24 – caudal total 862 m³/h); a construção de uma rede de rega de 33 km, dominando 240 ha; duas albufeiras com a capacidade total de 500 000 m³; estrumagens de fundo nos terrenos a submeter a regadio; a plantação de 830 ha de vinha e 248 ha de laranjal. Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *A Exploração Agrícola na região de Pegões – Plioceno ao Sul do Tejo*. 1958, p. 6

modificado quando se iniciaram finalmente as obras em finais da década. Pegões Velhos ficou dividido em 99 casais agrícolas¹¹⁵⁷, em vez dos 86 planeados no projecto, e um novo núcleo que não estava projectado, as Figueiras, com 50 casais agrícolas, foi concebido e construído nos primeiros anos da década de 50. A política colonizadora do pós II Guerra Mundial estava em acelerada transformação e a colónia de Pegões, pela sua elevada dimensão e localização em grande propriedade (estatal), acabou por ser campo de ensaio de novas formas de industrialização da agricultura, com a electrificação da região e a mecanização das explorações agrícolas, financiadas pelo I Plano de Fomento¹¹⁵⁸, tal como teorizado e ambicionado pelo engenheiro Castro Caldas¹¹⁵⁹. Entretanto, o projecto social de Pegões consolidou-se. Em 1958, estavam já construídos e distribuídos entre os seus três núcleos na colónia de Pegões, quatro escolas, dois «postos médico-sociais», um «centro de preparação de trabalhadores», um «centro de assistência técnica», um «posto de reprodução animal», «armazéns e residências para funcionários (médico, professores, assistentes sociais e técnicos)» e cooperativas¹¹⁶⁰. Os primeiros colonos de Pegões entraram finalmente nas suas casas em 1952, continuaram a entrar até 1956¹¹⁶¹, sendo que dois anos mais tarde a população da colónia ascendia a mais de 1000 pessoas¹¹⁶². Em 1970, a colónia de Pegões albergava ainda 973 pessoas em 204 casais agrícolas¹¹⁶³.

2 Colónia agrícola da Gafanha

«Dá-se o nome de Gafanha à extensa massa de areias que se alonga desde o paralelo da actual Barra da Ria de Aveiro para o Sul, até às areias pertencentes ao concelho de Mira, ficando compreendida, a Leste, pelo canal de Ílhavo e Vagos e a Oeste pelo casal de Mira», situa-nos

¹¹⁵⁷ António José Cortez de Lobão, *A exploração familiar na região de Pegões – Plioceno ao Sul do Tejo*, Trabalho dactilografado apresentado em Setembro de 1958 ao V Congresso Internacional de Engenharia Rural (Lisboa: JCI, 1958), 7.

¹¹⁵⁸ Cortez de Lobão, *A exploração familiar na região de Pegões – Plioceno ao Sul do Tejo*, 12.

¹¹⁵⁹ Cf. Eugénio de Castro Caldas, *Industrialização e Agricultura*, 1957.

¹¹⁶⁰ Cf. Cortez de Lobão, *A exploração familiar na região de Pegões – Plioceno ao Sul do Tejo*, 7.

¹¹⁶¹ Os primeiros colonos entraram para os núcleos de Pegões Velhos e das Faias e só depois para as Figueiras. Cf. Quartin Graça, «Parecer n.º 42/VI Projecto de Colonização da Gafanha (II Parte)», 942.

¹¹⁶² Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Colónia Agrícola de Pegões (Montijo)* [folheto], 1958.

¹¹⁶³ Números recolhidos no estudo «económico-social» levado a cabo na freguesia de Pegões que pretende comparar o «desenvolvimento económico e social» da população colona com a não colona, na mesma freguesia. Embora não tenha autoria atribuída, nem individual nem institucional, o facto do estudo ter feito parte da biblioteca da Junta de Colonização Interna que migrou para o Instituto de Gestão e Reestruturação Agrária credibiliza a informação aí reunida. Cf. s.a., *Freguesia de Santo Isidro de Pegões. Estudo Sócio-Económico*, [dactilografado], 1970, p. 17.

Manuel Sieuve Afonso em *A colonização da Gafanha*¹¹⁶⁴ (1938), agrónomo que, tal como outros colegas, integrará mais tarde os quadros da JCI. O interesse estatal pela colonização da zona da Gafanha data pois do início da actividade da JCI e permaneceu durante os 18 anos seguintes. Nestas quase duas décadas, foram concebidos e aprovados dois projectos de colonização para a zona da Gafanha¹¹⁶⁵ (ou um só em duas fases): primeiro um concebido em 1942 e construído, com alterações substantivas, na viragem para a década de 50, com 77 casais agrícolas; depois outro, de 1954, concebido no quadro do I Projecto de Fomento, de magnitude ímpar no contexto da colonização interna em Portugal, com 451 casais agrícolas, nunca construído. As areias da Gafanha foram sendo, entretanto, povoadas.

Os principais motivos e objectivos das duas intervenções estatais planeadas parecem ter sido logo avançados em 1938 por Manuel Sieuve Afonso, que nas conclusões apela à necessidade de se consolidar a «colonização existente». Neste seu estudo, ao longo de mais de duzentas páginas, Sieuve Afonso dedicou atenção à formação daquelas areias – da constituição do solo agrícola às ricas águas subterrâneas que as atravessavam e ao seu clima temperado – as quais desde o século XVIII, e com particular intensidade a partir da abertura da Barra de Aveiro em 1808, atraíram ao local trabalhadores vários e foram assim sendo ocupadas e cultivadas. Segue-se no estudo a descrição dos «aspectos demográficos, sociais e económicos» – tópicos que seriam autonomizados no projeto de 1942 – relatados com base no recenseamento da população de 1930, a partir do qual se detecta um «excesso de gente» de poucos recursos que foi sendo historicamente colmatado pelo expediente da emigração temporária, embora frequente, e a recorrência à pluriactividade. Uma situação precária, que era causa e consequência, de resto, de uma estrutura fundiária cada vez mais fragmentada, sinalizada pelo autor do relatório pelo cálculo sobre a duplicação do número de propriedades nos anteriores 25 anos. Os dados estatísticos recolhidos e calculados foram completados ainda por dois inquéritos monográficos¹¹⁶⁶ a duas famílias-tipo dadas como sendo representativas de cada categoria social estudada (neste caso, um proprietário rural e um jornaleiro), filiando-se explicitamente a metodologia no recente inquérito económico-agrícola¹¹⁶⁷. «Consolidar a colonização existente», preocupação e sugestão final de Manuel Afonso, queria neste contexto dizer aumentar a área entregue à cultura, levar a cabo obras que evitassem o desaparecimento dos

¹¹⁶⁴ Cf. Manuel Sieuve Afonso, *A colonização da Gafanha. Subsídios para o seu estudo*, Relatório final do curso de Engenheiro agrónomo [dactilografado], Instituto Superior de Agronomia, Janeiro de 1938, 3.

¹¹⁶⁵ A zona da Gafanha tinha cerca de 25 km de extensão meridiana e ocupava uma superfície aproximada de 294 km². Cf. Sieuve Afonso, *A colonização da Gafanha. Subsídios para o seu estudo*, 3.

¹¹⁶⁶ Cf. Sieuve Afonso, *A colonização da Gafanha. Subsídios para o seu estudo*, 81-82.

¹¹⁶⁷ Cf. Sieuve Afonso, *A colonização da Gafanha. Subsídios para o seu estudo*, 82.

moliços e facilitar o acesso à propriedade da Mata Nacional da Gafanha¹¹⁶⁸. Estava, pois, estabelecida a pertinência e a conveniência da intervenção colonizadora do Estado nos cerca 9500 ha da Gafanha. No entanto, dos 29.600 hectares que delimitaram o perímetro de estudo e intervenção, apenas 5.550 hectares foram considerados pela JCI com interesse para a colonização.

O resumo do conhecimento elaborado sobre a Gafanha no tirocínio de Sieuve Afonso será incorporado para a I Parte do projecto de colonização de 1942, dedicados à «Região». À semelhança dos projectos de colonização do Barroso, a «Região»¹¹⁶⁹ era a unidade espacial de pesquisa, aqui desdobrada em três aspectos correspondentes a outros tantos capítulos: fisiográfico, social e económico¹¹⁷⁰. No dito «aspecto social» contabilizam-se os habitantes dos diversos lugares da Gafanha (Nazaré, Encarnação e Carmo, Ílhavo e Boa Hora), que totalizavam quase 10 000¹¹⁷¹, sendo que 4222 habitavam na Gafanha da Nazaré. Avalia-se ainda a população na sua relação com o território através das densidades populacionais à maneira da geografia humana e acrescenta-se-lhe uma história social da vivência da agricultura conjugada com a actividade no mar e na ria, especificamente a partir da actividade dos moliceiros. Segue-se a descrição dos níveis de instrução das nove famílias monografadas (41,5 % de analfabetos), dos «níveis de vida» (considerados relativamente elevados) e o tipo de «alimentação» (quantitativamente suficiente, embora pouco equilibrada na constituição) que estava, contudo, longe da radiografia sociológica do Barroso. No «aspecto económico» especifica-se a estrutura fundiária e os seus modos de exploração, bem como as culturas respectivas, concluindo-se pela predominância das empresas agrícolas familiares imperfeitas e bastantes parceladas, retomando a matéria averiguada no estudo de Manuel Afonso.

No entanto, não obstante os dados recolhidos e as perspectivas avançadas, o conhecimento disponível e as dificuldades em o aprofundar justificaram a redução da escala da intervenção. A modéstia devia-se à dificuldade de «solução integral do problema económico-

¹¹⁶⁸ Nas conclusões do estudo, e tendo a vista a consolidação da colonização existente, menciona-se ainda a necessidade de se prestar assistência técnica à colonização existente, promover-se formas de acesso facilitado ao crédito aos colonos e evitar o excessivo parcelamento da propriedade. Cf. Sieuve Afonso, *A colonização da Gafanha. Subsídios para o seu estudo*, 210.

¹¹⁶⁹ Talvez a influência da unidade espacial de estudo da «região» venha da influência das ciências geográficas à época, em especial, Amorim Girão (e, ligeiramente mais tarde, Orlando Ribeiro). Cf. Daniel Paiva, «Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Estudo Geográfico», *Investigações. Geográficas* [online] n.º 80 (2013).

¹¹⁷⁰ Os três capítulos consistem no «I - Aspecto fisiográfico – Limites, relevo, clima e solo»; «II - Aspecto social – População – Importância da emigração no povoamento – Profissões»; «Aspecto económico, 1 – A propriedade e a exploração; 2 – As culturas; 3 – Economia das culturas; 4 – Os gados». Cf. Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 1942, p. 42.

¹¹⁷¹ Segundo inquérito conduzido em 1940, o número total de habitantes da Gafanha era de 9376 e de fogos de 2430, sendo que 4222 residiam na Gafanha da Nazaré, onde havia 114 fogos. Este era, portanto, o lugar mais povoado da Gafanha. Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 47.

social» que «abrangeria mais de uma dezena de milhar de hectares»¹¹⁷² sem os minuciosos estudos preparatórios, uma vez que nem sequer havia mapa cadastral da região. Para «remediar o excessivo parcelamento e pulverização da propriedade» e, sobretudo, «aumentar a área cultivável», nomeadamente recorrendo aos incultos, aproveitando as «excepcionais faculdades de trabalho da numerosa população existente», planeou-se, neste projecto de colonização de 1942, apenas a intervenção no extremo norte da língua de areias ocupada pela Mata Nacional, em que mais de metade era ocupada por pinhal (e, para o seu uso, a JCI fez um acordo com Direcção Geral dos Serviços Florestais)¹¹⁷³. Os 441 ha escolhidos para alargar a área cultivável consistiam apenas na primeira fase da desejada intervenção governamental naquela região.

O projecto de intervenção colonizadora delineado para a Gafanha correspondeu talvez à mais explícita vontade política de acção transformativa num determinado território com o fim de converter os designados «incultos», neste caso os terrenos arenosos comumente designados como «pinhal», em «férteis terrenos cultivados». Estando rodeados por terrenos agricultados, atribuiu-se a ausência de cultura na Mata Nacional ao facto de esta pertencer ao Estado. O tipo de solo, apesar de arenoso e com aptidões variadas, segundo a avaliação agrológica empreendida, e a proximidade de Ílhavo e Aveiro pareciam, contudo, augurar uma colonização bem-sucedida. Esta fase estava ainda assim limitada à divisão do terreno para se constituírem casais agrícolas, deixando para mais tarde outras acções necessárias à consolidação da colonização existente, nomeadamente com recurso ao baldio de Mira. Por agora, tratava-se apenas de criar explorações familiares perfeitas no contexto social e económico onde estas formas de exploração eram minoritárias. Uma intervenção mais profunda requeria um conhecimento do território e da população da Gafanha ainda inexistente¹¹⁷⁴: só após «minucioso inquérito» se poderiam determinar a extensão das glebas complementares de actuais explorações ou de courelas para auxílio ao trabalhador rural, ao passo que a dimensão e constituição da exploração familiar poderia ser imediatamente estabelecida.

¹¹⁷² Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 3.

¹¹⁷³ Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 3.

¹¹⁷⁴ «E porquê casais agrícolas numa região em que cerca de 95% das explorações são inferiores à unidade económica e onde é característica a actividade mista na agricultura e na pesca? § Importa para resolução do problema agrário da Gafanha, o estudo pormenorizado de todas as explorações e da população, pois só assim ficarão patentes as bases que devem nortear os projectos seguintes. Então se avaliará da proporção em que as glebas, para auxílio ao trabalhador rural, as courelas, para complemento das actuais explorações, e as explorações do tipo casal agrícola devem coexistir, depois de previstos os resultados do emparceiramento, cuja importância surge em consequência de elevado grau de divisão e pulverização da propriedade. § Todavia a Junta de Colonização Interna antecipa o aproveitamento da parte da Mata Nacional imediatamente disponível, por ter já [a] soma de elementos bastantes para concluir que a sua actuação na Gafanha é de urgência imediata, a além disso, porque convém preparar campo fértil à actividade futura.» Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 18.

Na constituição dos casais agrícolas, optou-se então, «a partir dos elementos fornecidos pelo estudo económico-social»¹¹⁷⁵, apenas por uma só gleba contínua de terreno de 4 ha (3 ha de regadio e 1 ha de sequeiro), englobando solos de natureza diferente mas sempre com igual superfície¹¹⁷⁶. Tal como nos casais agrícolas das outras colónias, calculou-se a área do casal¹¹⁷⁷ a partir dos resultados económicos estimados para um casal-tipo cultivado segundo um plano de exploração desenhado a partir das características agrícolas investigadas nas oito monografias realizadas na economia regional envolvente. «Em conclusão», prevê-se que «a área de 4 hectares estabelecida para o casal-tipo constitua exploração cujo rendimento assegura a reintegração dos capitais¹¹⁷⁸ a amortizar e permite à família um nível de vida desafogado.»¹¹⁷⁹ O desafio planeado – fosse por incapacidade científica do seu cálculo fosse, mais provavelmente, pela falta de vontade política de planear casais que trouxessem largueza aos rendimentos familiares para viver acima pobreza, combinado com um excesso de optimismo científico em planear com exactidão rendimentos agrícolas – não foi, contudo, suficiente, do ponto de vista dos técnicos, para suscitar o interesse das populações vizinhas à colónia, que pouco se candidataram ao empreendimento. Poucos anos passados, elevou-se a área do casal para 3,3 ha de regadio, depois de se conduzirem novos estudos científicos¹¹⁸⁰, entre outras alterações.

A intervenção no território e na população da Gafanha, plasmada no projecto de colonização de 1942, era diminuta, bem como a importância que a JCI lhe deu. Do ponto de vista dos técnicos, o conhecimento agronómico e social produzido, mesmo incluindo o inquérito económico-social com oito monografias a famílias da Gafanha, não era suficiente para planear e decisivamente mudar a estrutura agrária da região, fixar os migrantes e melhorar o

¹¹⁷⁵ Anexo I do Projecto de Colonização. Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 20..

¹¹⁷⁶ Considera-se que a despeito das diferentes categorias e produtividades dos solos, deveria haver casais com uma só parcela de terreno. Defende-se que possíveis diferenças na constituição de cada casal se esbateriam após os primeiros anos, pelo que se evitou a constituição de casais que, ao fim de uns anos, tivessem o risco de na sua produtividade máxima passassem de explorações de tipo familiar para se transformarem em empresas patronais, «provocando-se então dentro da mesma colónia desigualdades sociais nada justificáveis.» Contudo, para compensar as diferenças de rendimento dos primeiros anos, atribuíram-se aos terrenos valores diferentes, correspondendo, portanto, a anuidades de amortização diferentes para cada casal. Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 19.

¹¹⁷⁷ O cálculo para a área de um casal agrícola levava em linha de conta não só o rendimento das diferentes culturas e a receita de gado de uma exploração familiar média mas também os encargos da amortização de cada casal. Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 20 e 23.

¹¹⁷⁸ Apesar de os terrenos da Mata Nacional da Gafanha, onde a colónia se ia instalar, pertencerem ao Estado, a JCI decide que é boa política colonizadora fazer os colonos pagar pelos terrenos, além do gado e alfaías em anuidades. Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 36.

¹¹⁷⁹ Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 36-27.

¹¹⁸⁰ Para este novo cálculo das áreas dos casais agrícolas voltaram a elaborar-se contas de cultura e mapas de distribuição do trabalho, reorganizados os efectivos pecuários previstos. Cf. Quartin Graça, «Parecer N.º 43/VI Projecto de colonização da Gafanha (II parte)», 944.

nível de vida dos colonos existentes. As principais formas de intervenção social sobre a população, que se queria fixar à terra, ficaram adiadas. A acção colonizadora por agora centrava-se no território e apenas pela transformação produtiva deste, indirectamente, se atingiria a população: ou seja, o território seria transformado no sentido de o tornar produtivo, para poder ser dividido e, pela alteração da estrutura agrária provocada pelo acesso mais generalizado à propriedade, melhorava-se os níveis de vida da população empobrecida. Uma «preparação sobre o meio natural que permita o êxito da colonização» distinguia este projecto de colonização de todos os outros¹¹⁸¹. O programa social colonizador – civilizador, no caso do Barroso; desproletarizador, no caso de Pegões – parece a aqui reduzido à elevação dos níveis de vida da população local.

Neste sentido se entende que a JCI tenha reduzido o nível de intervenção espacial colonizadora inicial à marcação da divisão dos 75 casais agrícolas, com uma lógica básica de delimitação das parcelas, abdicando da construção das casas de habitação, dependências agrícolas e demais infraestruturas de apoio à vida colectiva na Gafanha – com a excepção singela de oito chafarizes (ficando a casa florestal existente para o assistente técnico). Esta é uma racionalidade colonizadora criticada por Ezequiel Campos, no parecer produzido sobre o projecto de colonização, a quem «parece também necessário um pequeno centro urbano, com sua escola, Casa do Povo, seu jardim e arruamento, para a vária gente complementar da lavoura»¹¹⁸². E, tal como para Pegões, propõe a «reserva imediata de terreno» para cada lugar ter o seu largo, se faça o traçado das ruas e dos «elementos da vida colectiva»¹¹⁸³. A dimensão colectiva da intervenção colonizadora, com casais agrícolas dispostos em aldeamentos, foi finalmente planeada passados doze anos, com um novo projecto de colonização da Gafanha.

Mais, o uso diminuto de técnicas espaciais de colonização, limitadas à organização da distribuição das parcelas dos casais de família, era a doutrina defendida pela JCI em inícios dos anos 40, quando a colonização da Gafanha da Nazaré foi planeada:

¹¹⁸¹ A vontade transformativa produtivista do território materializar-se-ia no nivelamento das terras necessária à adaptação ao regadio, na estrumação de fundo necessária ao aumento da produtividade daqueles pobres terrenos arenosos e à constituição de abrigos. Mas também esta intervenção produtivista sobre o território não pareceu suficiente aos futuros colonos pelo que rapidamente a JCI planeou obras para melhor utilização do lençol freático e aproveitamento de novas fontes de matéria orgânica (fabricação de estrumes artificiais e utilização dos lixos da cidade de Aveiro). Uma melhor adaptação ao regadio foi ainda planeada através de um «mais perfeito nivelamento em tabuleiros, dominados por uma rede de rega e com a consequente rede de drenagem». Cf. Quartin Graça, «Parecer N.º 43/VI Projecto de colonização da Gafanha (II parte)», 944-5 e 948.

¹¹⁸² Cf. Ezequiel de Campos (relator), «Parecer sobre os Projectos de Colonização da Herdade de Pegões e dos terrenos da Mata Nacional da Gafanha», 25.

¹¹⁸³ Cf. Ezequiel de Campos (relator), «Parecer sobre os Projectos de Colonização da Herdade de Pegões e dos terrenos da Mata Nacional da Gafanha», 25.

«A doutrina defendida pela Junta em anteriores trabalhos [projecto de colonização da Herdade de Pegões] de que há vantagem em deixar à iniciativa dos colonos a maior parte das obras e melhoramentos fundiários, mormente as construções – moradia e dependências agrícolas – não tem até agora sido executada por razões impostas pela natureza e pela localização das colónias projectadas.»¹¹⁸⁴

A reorganização da colonização dos Milagres, o carácter remoto da colonização de Martim Rei e a extensão da de Pegões tinham obrigado a política colonizadora da JCI ao desenvolvimento de projectos arquitectónicos que não eram consentâneos com a sua ideologia explícita – orientação que agora tinha a oportunidade de colocar em prática. A proximidade entre as habitações dos colonos que residiam já na Gafanha e as suas futuras parcelas de trabalho, a facilidade de acesso aos materiais de construções – sobretudo o adobe –, a vontade do Estado de se adequar ao «hábito [em] que a constituição de um novo lar seja sempre precedida pela edificação de moradia» e ainda, a vontade política de aceleração do processo colonizador, constituíram «circunstâncias excepcionalmente favoráveis à primeira tentativa de colonização por casais agrícolas em que a entrega da terra não é acompanhada das construções necessárias à exploração do casal».¹¹⁸⁵

Se a JCI deixa à iniciativa individual dos colonos a construção de casa e dependências nem por isso deixa de fornecer um modelo de casa aprovado pela JCI (a que, de resto, a auto-construção teria de obedecer para poder ser financiada a crédito pela Junta). O projecto aconselhado incluía «uma casa de habitação e anexos dispostos em superfície rectangular compreendendo um pátio interior que separa os alojamentos dos animais, da habitação humana. Esta é composta pelas seguintes dependências: sala de entrada, três quartos, cozinha, despensa»¹¹⁸⁶. Dão-se ainda indicações pormenorizadas – ou prescrições – sobre os modos e os materiais de construção¹¹⁸⁷.

Ainda sem a colónia agrícola construída, reiniciaram-se em 1948 os estudos e os trabalhos de projecção da restante obra colonizadora da região da Gafanha, situada entre as

¹¹⁸⁴ Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 32.

¹¹⁸⁵ Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 32.

¹¹⁸⁶ A disposição espacial da habitação em relação aos anexos agrícolas era o seguinte: «A habitação, juntamente com a casa da eira, forma uma das alas laterais. Na ala oposta encontra-se: o celeiro – separado da casa por um alpendre com entrada de carro – o estábulo, a pocilga e uma casa para palhas; entre a pocilga e o estábulo situam-se a sentina e uma fosse adjunta a uma nitreira. As duas alas fecham-se, na parte posterior, por um telheiro para lenhas, alfaías agrícolas, etc. . Uma eira completa o conjunto.» Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 1942, p. 33.

¹¹⁸⁷ Nomeadamente, o uso de adobes na construção de divisórias interiores, tabiques e mesmo nas alvenarias das paredes mestras, embora aqui reforçadas com vigas de betão armado. Cf. JCI, *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, 1942, p. 33.

estradas de Ílhavo à Costa Nova e de Mira à Praia de Mira e os baldios de Videira do Norte e Areão. Depois dos anos de paralisação da II Guerra Mundial e da reorganização da JCI em 1947, em que o projecto de colonização da Gafanha foi claramente preterido na actividade da JCI face à intervenção do Barroso, o problema da pulverização da propriedade e o correspondente «sobrepovoamento» da região era finalmente alvo de intervenção mais abrangente. Começaram as obras de preparação do território, com as terraplanagens e nivelamentos de terrenos, mas só em 1951 a JCI recebeu os primeiros seis casais construídos na colónia¹¹⁸⁸, com habitações que obedeciam ao projecto do arquitecto Trindade Chagas, datado do ano anterior.¹¹⁸⁹

O *Projecto de colonização da Gafanha – 2ª parte*¹¹⁹⁰ ficou terminado em 1956, desta feita com a instalação prevista de 451 casais agrícolas em 3969 hectares, delimitados numa zona que abrangia 15 mil hectares. A «fome de terra» flagrante¹¹⁹¹ na região da Gafanha obrigava agora a intervir não só nos terrenos nacionais e municipais, mas também no baldio da Videira do Norte, que se mantinha em logradouro comum. Ainda assim, não houve registada, nem se esperava, uma contestação aberta e explícita a este processo colonizador¹¹⁹². A JCI continuou o projecto de colonização para a região arenosa da Gafanha quando poucos eram os colonos a entrar para os casais agrícolas. Esta colonização tinha visto finalmente construídas as casas de habitação e os anexos agrícolas e, ainda aumentadas as parcelas de regadio, de forma a aliciar possíveis colonos que tardavam em aderir à obra propagandeada – o que fazia deste um processo acidentado, augurando insucessos prováveis. Em 1956 ainda só havia 33 casais agrícolas ocupados dos 77 construídos¹¹⁹³.

¹¹⁸⁸ Cf. JCI, *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1951*, 32.

¹¹⁸⁹ Cf. JCI [Trindade Chagas], *Construção de 10 casais agrícolas na colónia agrícola da Gafanha*. Projecto. Lisboa: JCI, 1950. O mesmo projecto de arquitectura de Trindade Chagas será construído na Gafanha e no núcleo de Figueiras, em Pégões.

¹¹⁹⁰ Cf. JCI [António Roquette Campelo] *Projecto de Colonização da Gafanha – II Parte*. JCI. Lisboa, 1954.

¹¹⁹¹ A «fome de terra» é afirmada em estudo preparatório, confirmando os anteriores diagnósticos para a região da Gafanha. «Urge modificar a exploração, pois não faz sentido que, numa região onde a fome de terra é flagrante, continuem desprezadas umas centenas de hectares de terrenos que, pela colonização, poderiam ter melhor aproveitamento». Alberto J. Lago de Freitas, João José Ferreira Forte, Carlos Silva, *Gafanha. II Parte. Estudo económico social do baldio da Videira do Norte. Anexo I*, JCI, 1949, p. 5.

¹¹⁹² «Trata-se do aproveitamento de terrenos de pinhal ou incultos pertencentes ao Estado e às juntas de freguesia, pelo que a sua utilização não suscita dificuldades de ordem local.» Cf. Quartim Graça (relator), «Parecer N.º 43/VI. Projecto de colonização da Gafanha (II parte)», 948.

¹¹⁹³ Embora registando um ritmo de instalação de novos colonos muito lento na Gafanha, o discurso oficial colonizador fazia-se em tons optimistas. Assim, em 1956, conta-se sobre a Gafanha uma narrativa de sucesso: «Assim, estão instaladas actualmente trinta e duas famílias – seis em 1952, quatro em 1953, nove em 1954 e treze em 1955 -, estando prevista para este ano (Julho-Agosto) a entrada de mais trinta e duas, ficando os restantes treze casais para ocupar em Janeiro-Fevereiro próximo futuro.» Cf. Quartim Graça (relator), «Parecer N.º 43/VI. Projecto de colonização da Gafanha (II parte)», 942 e 944.

O segundo projecto da Gafanha marcou uma mudança profunda no tipo de intervenção territorial pensada e proposta pela JCI, que se pode atribuir quer à pura dimensão da obra, quer ao tipo de conhecimento convocado para a esboçar.¹¹⁹⁴ A amplitude do empreendimento colonizador foi agora projectado seguindo os termos dos debates internos da disciplina da geografia humana sobre o tipo de povoamento, com atenção particular à obra de Amorim Girão e de Orlando Ribeiro¹¹⁹⁵, na qual os agrónomos eram versados, bem como recorrendo aos instrumentos projectuais da recente sub-disciplina da arquitectura paisagística, de que António Roquette Campello, autor do projecto e recentemente entrado nos quadros da JCI, era um praticante recém-formado, pertencente de resto à primeira geração de arquitectos paisagistas formada por Francisco Caldeira Cabral no Instituto Superior de Agronomia¹¹⁹⁶. A intervenção colonizadora da JCI para resolver os problemas de pulverização da propriedade e «sobrepovoamento» da região destinava-se, em primeiro lugar, a transformar a paisagem, alargando a superfície cultivada da região através do aproveitamento agrícola de 1178 hectares. No ordenamento territorial projectado, o traçado da colonização seria realizado em torno de uma via que estruturaria a zona colonizada, dividida em nove aldeamentos¹¹⁹⁷, dispostos em «dispersão ordenada», ao longo das vias de comunicação (terminologia importada da obra de

¹¹⁹⁴ Esta relação mais complexa com o território, em que multiplicam e pormenorizam as técnicas de intervenção, é bem sublinhada e explanada por Filipa Guerreiro: «Do ponto de vista do desenho das parcelas, para além da consideração das cartas de identificação das várias categorias de solo, a proposta acrescenta um conjunto de questões determinantes para o desenho da forma e dimensões destas parcelas – a optimização dos sistemas de rega, da incidência solar e do controlo dos ventos, a relação entre a forma e a pendente do terreno –, considerando em simultâneo, e desde logo, a obrigatoriedade da consideração de compartimentação da paisagem». Cf. Guerreiro, «Colónias Agrícolas Portuguesas...», 593.

¹¹⁹⁵ Sobre a estreita relação entre a discussão sobre o tipo de povoamento da colonização da Gafanha e os saberes geográficos ver Guerreiro, «Colónias Agrícolas Portuguesas...», 594-5.

¹¹⁹⁶ António Roquette Campello entra para os quadros da JCI em 1952, ano em que termina o curso de Agronomia no ISA. Nesta data, o curso incluía, por influência de Francisco Caldeira Cabral, um curso livre onde eram ministrados conteúdos formativos da arquitectura paisagista, que incluía, no quarto ano do curso, uma disciplina de «Urbanismo e Colonização». Durante a década de 50, António Campello é o único arquitecto paisagista a trabalhar na JCI, tendo assinado os seguintes trabalhos: «Ordenamento paisagístico e de Urbanização da Colónia Agrícola da Gafanha – 2ª parte» (1956); «Enquadramento paisagístico do Vale da Judia – Herdade de Pegões» (1956); «Ordenamento paisagístico da Herdade da Revilheira» (1962); «Ordenamento paisagístico da Herdade dos Lameirões» (1962). Em 1959, no âmbito do II Plano de Fomento, Campello concebe o «Estudo de Aproveitamento dos Regadios: a compartimentação no Ordenamento paisagístico dos perímetros a valorizar». Sobre a história da arquitectura paisagista em Portugal ver o capítulo de Teresa Anderson no catálogo da exposição, Teresa Andersen, «Três Décadas da Arquitectura Paisagista em Portugal: 1940 – 1970». In *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003), 18-97.

¹¹⁹⁷ Dos nove aldeamentos, quatro foram previstos para o núcleo I, dois para o núcleo II e três no núcleo III, com uma média de 45 casais por núcleo (variando entre 21 e 90). Sobre a constituição de cada um dos núcleos, a disposição dos aldeamentos e as infraestruturas sociais planeadas ver Guerreiro, «Colónias Agrícolas Portuguesas ...», 595-600.

Amorim Girão¹¹⁹⁸ e de Orlando Ribeiro), em parte justificada por este ser o *habitat* dominante na região¹¹⁹⁹.

Também o planeamento do casal agrícola é já realizado de forma substancialmente diferente. O *Estudo Económico-Social*¹²⁰⁰, que se destinava à caracterização do «casal agrícola», focalizou-se no estudo da fitotecnia e na zootecnia para definir a «agricultura regional», acrescido de um breve e impressionante capítulo sobre a «propriedade e exploração» e a elaboração das «contas de cultura regionais». Para o argumento que aqui se ensaia sobre a relação entre os estudos científicos e os projectos colonizadores, a característica mais importante do estudo é a marcada ausência das metodologias sociológicas presentes nas monografias preparatórias das colonizações do Barroso, da Boalhosa e da Gafanha, ou no *Estudo Económico-Social* de Pegões.¹²⁰¹ Os estudos preparatórios realizados dirigiram-se a averiguar a possibilidade de se estabelecerem novos «centros de povoamento» que contribuíssem para o «descongestionamento dos existentes» nos terrenos da Gafanha, cumprindo assim o plano colonizador legislado em 1946. Apesar da dimensão do empreendimento colonizador, este segue a racionalidade colonizadora que é anunciada em 1942: os projectos de colonização para a região da Gafanha desenvolveram-se no âmbito de uma reprodução de um equilíbrio territorial e populacional local através da repartição individualizada da posse de terra. Tratava-se, como em nenhuma outra colónia, de uma colonização de fixação populacional, apostada em aumentar os níveis de vida através da propriedade privada da terra, evitando as drenagens populacionais da emigração, e assim elaborada sob o objectivo genérico da «consolidação da colonização» enunciada logo em 1938. Foi no contexto de desaire da ambiciosa política colonizadora nas grandes explorações irrigadas ocorrida durante a discussão do I Plano de Fomento, ou talvez por causa disso, que a JCI

¹¹⁹⁸ Cf. Aristides de Amorim Girão, *Geografia de Portugal* (Porto: Portucalense, 1941), 262.

¹¹⁹⁹ «Tomando em linha de conta os factores que condicionam naturalmente o habitar regional e as necessidades e exigências dos novos povoamentos, julgou-se que as habitações deveriam concentrar-se em aldeamentos, preferencialmente nos locais dominantes e de menor valor agrológico ou ainda nas necruzilhadas de estradas». JCI, *Projecto de Colonização da Gafanha – II Parte* (Lisboa: JCI, 1954), 86.

¹²⁰⁰ Cf. Alberto J. Lago de Freitas, João José Ferreira Forte, Carlos Silva, *Gafanha. II Parte. Estudo económico social do baldio da Videira do Norte. Anexo I* (Lisboa: JCI, 1949), 5.

¹²⁰¹ No entanto, ainda que a metodologia científica fosse diferente, dispensando os ensinamentos de economia rural de Henrique de Barros, as dimensões dos casais agrícolas estabelecidas foram semelhantes ao anterior projecto de colonização da Gafanha, com três tipos de casais agrícolas planeados, consistindo dois em superfícies de quatro hectares, e um com 3,5 ha.

avançou na Gafanha com o mais ambicioso projecto de colonização através de casais agrícolas. O projecto foi, entretanto, abandonado, já depois de 1958¹²⁰².

*

* *

A colonização em Pegões e na Gafanha foi, a vários títulos, exemplar. Exemplar, em primeiro lugar, porque concebida como modelo de intervenções futuras, fosse no caso da colonização das terras secas do Sul, fosse na consolidação de colonizações existentes. No caso de Pegões, o carácter exemplar da colonização pode ser estendido a outras dimensões. Em primeiro lugar, a partir da relação entre Estado/conhecimento técnico-científico, entende-se como Pegões foi campo de experimentação de novas técnicas colonizadoras, de então em diante consideradas paradigmáticas da desejada colonização do Estado (embora não mais replicadas). Em segundo lugar, exemplar não só para o processo colonizador, mas para a região envolvente. Colonizar em Pegões foi uma prova da capacidade do Estado em planear uma ordem rural modelar para as terras de colonização imperfeita recente.

Ao acompanhar o processo de concepção das colónias de Pegões e da Gafanha, uma outra característica destaca-se: nos primeiros projectos, privilegia-se uma colonização territorial, a partir da concepção do casal agrícola (nas suas vertentes económicas ou de ordenamento do território), com o melhoramento técnico-científico do meio a comandar as técnicas colonizadoras na década de quarenta. Foi necessário chegar à década de cinquenta, já depois das colónias construídas, para que estas colónias se afirmassem os mecanismos mais complexos de engenharia social (através de vários tipos de «assistência», que não somente «técnica») fossem equacionados como imprescindíveis ao esforço colonizador.

¹²⁰² Ainda em 1957 prosseguiram os esforços colonizadores para a Gafanha com o desenho de um aldeamento e dos casais agrícolas da Videira. JCI, *Gafanha – II Parte. Casa do Aldeamento da Videira – Praia de Mira. Projecto*. 1957. No ano seguinte, em 1958, o arquitecto paisagista António Roquette Campello altera ainda o parcelamento planeado, nomeadamente o tipo de aldeamento, para a Videira do Norte e Areão. Cf. António Roquette Campello, *Execução do Projecto de Colonização da Gafanha (II – Parte). Núcleo da Videira do Norte e Areão. Parcelamento* (Lisboa: JCI, 1958).

CONCLUSÕES

As sete colónias agrícolas concebidas e instaladas entre 1926 e 1958 foram construídas durante um período histórico específico em que se conjugaram a vontade política executiva de desenhar uma nova ordem social rural, a máquina administrativa do Estado com capacidade para o fazer e o conhecimento técnico-científico para o materializar. Fruto desse encontro, durante mais de trinta anos os agentes da administração estatal conceberam e construíram cerca de 500 casais agrícolas agrupados em sete colónias no, à altura, Portugal metropolitano.

A passagem da I República para o Estado Novo e, sobretudo, a consolidação política deste regime durante a década de trinta do século XX possibilitou também a construção de um aparelho de Estado que criou as condições administrativas para executar a nova política superiormente decidida e propagandeada. Se durante a década de vinte, no período final da I República e da Ditadura Militar, a política colonizadora tinha sido alvo de debate e combate político, pela voz de Ezequiel de Campos, a debilidade administrativa do aparelho de Estado, mesmo que conduzido pelo voluntarismo do agrónomo Mário Fortes, condicionou e até mesmo impediu a existência de soluções colonizadoras mais consistentes do que a precária colónia agrícola dos Milagres. Com a criação da Junta de Colonização Interna em 1936 institucionalizou-se, finalmente, a política colonizadora dentro do aparelho de Estado, criando simultaneamente as condições administrativas e científicas para que jovens agrónomos, elevados a planeadores sociais, elaborassem sete colónias agrícolas.

Mais do que o resultado de um plano detalhadamente elaborado e rigorosamente executado, as colónias agrícolas foram o resultado pontual e contextual de planos colonizadores mais vastos – do plano de colonização dos baldios aos planos de colonização de sequeiro do Sul – propostos, discutidos, abandonados ou modificados em outras sedes decisórias, nomeadamente ministeriais. Não obstante o seu carácter quase accidental, estas sete colónias agrícolas instaladas no território metropolitano de Portugal foram a expressão maior da convicção política optimista que um melhor (mais racional) ordenamento do território e da população nacional poderia ser conduzido centralmente pelo Estado, cujos agentes deveriam, através de determinados procedimentos administrativos, reunir e operacionalizar conhecimentos científicos e técnicos especializados. De resto, a crença na superioridade de uma ordem racional foi o fundamento ideológico dos planeadores das colónias agrícolas – mais do que a sua adesão aos princípios políticos do novo regime. Se o fenómeno colonizador em território europeu usou técnicas de governo próprias de um Estado autoritário de tipo fascista, foi pensado e construído por especialistas – notavelmente agrónomos, mas não só – que estavam

ideologicamente mais ou menos distantes de um apoio incondicional ou convicto ao Estado Novo ou que podiam ser inclusivamente seus adversários.

Cientistas e técnicos, os novos agentes do Estado (Novo) foram elaborando e ensaiando a construção material de um espaço rural excepcional (e exemplar) com as colónias agrícolas. Estas foram primordialmente realizadas pela obediência aos projectos de colonização, documentos orientadores da acção colonizadora do Estado que eram simultaneamente súmulas operacionais dos avanços metodológicos do campo científico da agronomia numa altura em que esta alargava o seu âmbito a domínios de inclinação sociológica, geográfica e arquitectónica. A colonização interna executada através dos casais agrícolas foi uma política pública que congregou várias especialidades técnicas de intervenção (territorial, populacional, social, arquitectónica). As metodologias de fabricação dos sucessivos projectos colonizadores e as respectivas implementações variaram, portanto, consoante os saberes disponíveis e convocados.

Num primeiro momento, as colonizações nos baldios dos Milagres e do Sabugal (e a frustrada em Quadrazais) usaram fundamentalmente conhecimentos agronómicos para projectar a colonização com casais agrícolas, incluindo para materializar as suas ambições arquitectónicas e sociais, ainda que diminutas. Os agrónomos da Junta de Colonização Interna, incluindo os tirocinantes do ISA que aí estagiavam, alargavam por essa altura o âmbito do conhecimento e técnicas agronómicas – quer para estudos de feição social quer ainda para técnicas de projecção arquitectónica. O episódio nos baldios do Sabugal (em que se reprogramou a colonização em Martim Rei e em Quadrazais em função dos resultados obtidos pelo inquérito económico-social) traduz a relevância da investigação social para a obra colonizadora do Estado, e, particularmente, o uso de uma metodologia de inquérito enquanto mediação epistémica da relação do Estado com a população. As práticas de investigação estatal que suportavam o projecto não correspondiam apenas a objetivos estatais de legibilidade e controle do território e da população, de que as várias metodologias de «reconhecimento» dão conta; o que parece ser específico da metodologia do inquérito social é que o esforço de conhecimento e posterior intervenção se faz em moldes fundamentalmente adaptáveis aos resultados obtidos, ou seja, em função das condições e circunstâncias locais (ainda que nem sempre bem sucedida na perspectiva das populações intervencionadas). Em segundo lugar, este caso ilustra bem o processo de adaptação das soluções politicamente adequadas aos objetivos gerais de elevação dos níveis de vida locais. É um projecto devedor das circunstâncias locais da sua elaboração, estabelecendo-se na continuidade administrativa e científica do Estado

(políticas de aproveitamento de baldios), por um lado, e, em resposta aos contextos locais, por outro.

Durante os anos quarenta, as colónias agrícolas nascidas do PGABR – do Barroso e, no seu seguimento, do Alvão e, posteriormente, com vários projectos revistos, da Boalhosa – foram projectadas recorrendo já ao conhecimento agronómico mais estabilizado nos seus conceitos e metodologias de análise (classificação dos terrenos e rotação de culturas, por exemplo) mas sobretudo foram a expressão de racionalidades sociais e arquitectónicas cujo conhecimento se vinha autonomizando do campo agronómico. Em especial, veja-se a colónia agrícola do Barroso enquanto exemplo desta progressiva especialização dos saberes e técnicas convocados para elaborar e construir as colónias agrícolas, cujas racionalidades sociais e espaciais são agora científica e tecnicamente fundamentadas: o estudo económico social respectivo que, constituindo-se como um marco da emergente ciência social, fornecia os objectivos sociais da intervenção colonizadora, especialmente importante para o caso das colonizações em baldios com logradouro comum; os projectos arquitectónicos dos casais agrícolas foram agora desenhados por arquitectos, com instrumentos específicos da disciplina. Nesta relação privilegiada e mutuamente constitutiva entre os saberes e as técnicas colonizadoras, a colónia agrícola de Pegões irá ser o paradigma da instrumentalização governamental da subdisciplina da Economia Agrária, então em formação. No caso dos projectos de colonização da Gafanha, as suas várias fases desenvolveram em particular as técnicas colonizadoras espaciais, primeiro por influência directa dos conceitos da geografia humana na reformulação do seu projecto colonizador na viragem para a década de cinquenta, depois pelo recurso aos conhecimentos da arquitectura paisagista na segunda fase do projecto, nunca realizado.

Seguindo esta linha de questionamento das relações entre ciência e Estado, pode-se interpretar o fenómeno colonizador interno como uma “governamentalização dos saberes” e técnicas científicos, ou seja, uma *cientifização do social*¹²⁰³, expressão cunhada para abordar as consequências da integração de especialistas, racionalidades e resultados das ciências sociais nos corpos administrativos do Estado (e outras instâncias, como empresas). Importante para o caso em apreço, e fugindo a considerações generalistas, é entender que formas de cientifização da sociedade são propostas e prosseguidas com os projectos colonizadores – que, neste caso, incluem também processos de produção técnico-científica. A confiança na capacidade

¹²⁰³ Cf. Kerstin Brückweh, Dirk Schumann, Richard Wetzell, Benjamin Ziemann, «Introduction: The Scientization of the Social in Comparative Perspective», in *Engineering Society. The Role of the Human and Social Sciences Modern Societies, 1880-1980*, ed. Kerstin Brückweh, Dirk Schumann, Richard Wetzell, Benjamin Ziemann (Londres: Palgrave, 2012).

intrínseca da ciência e da técnica para orientarem e legitimarem a intervenção política no todo social, ou seja, a confiança da extensão da racionalidade científica à produção e reprodução da vida social, nomeada na literatura como ideologia alto-modernista, se anima as vontades políticas da obra colonizadora parece não ter implicado uma imposição imperial de uma racionalidade científica estatalmente concebida.

Em primeiro lugar, a crença nas virtudes e capacidades das ciências e das técnicas para direccionar e planear uma população e um território sob a forma de colónias agrícolas, impondo um desenho racional à ordem espacial e social anterior por um acto de vontade política, encontra as suas limitações na implementação administrativa desse próprio plano. Não se trata, contudo, apenas de reconhecer as limitações do exercício dos poderes estatais na imposição dos seus planos. As colónias agrícolas resultaram não de aproximações constantes a um ideal planeado mas de vários planeamentos refeitos tendo em conta quer novas aproximações científicas ao meio físico e social intervencionado (as suas terras arenosas pouco férteis da Gafanha) quer aos mais vastos contextos sociais e económicos (os planos de exploração industrialistas de Pegões). O lapso temporal decorrido entre o planeamento das principais colónias (os projectos de colonização para o Barroso, Alvão, Boalhosa, Pegões e Gafanha são elaborados entre 1942 e 1946) e sua construção e implantação (primeira metade da década de cinquenta, com excepção da Boalhosa, mais tardia), bem como as dificuldades experimentadas pelos primeiros colonos tornaram difíceis o optimismo e mesmo a arrogância científica que não questiona as suas práticas. Mais importante para entender o tipo de cientifização da sociedade proposto pelas colónias agrícolas é atender-se aos instrumentos científicos de objectivação e intervenção territorial e populacional substanciais à obra colonizadora.

Em segundo lugar, as colónias agrícolas foram um exemplo material da relação entre Estado e população, mediada pela ciência e a técnica, e que tinha no inquérito o principal instrumento de projecto. O *inquérito* foi o instrumento de reconhecimento territorial e conhecimento populacional que objectivou o território e a população de forma a se constituírem enquanto entidades transformáveis e aperfeiçoáveis tendo em vista a melhoria das «condições de vida» das populações rurais. No campo científico da agronomia (e na topografia e hidrografia que a subsidia), o inquérito permitia a identificação e classificação dos terrenos pelas suas características físicas e produtivas desvinculando o solo da paisagem onde se inseria. No entanto, se o inquérito obedece a uma vontade de padronização e categorização da paisagem rural de forma a esquematizar e simplificar e assim tornar legíveis e administráveis para o Estado o território colonizável, ele obedece, simultaneamente, a uma vontade de conhecimento dos usos e costumes locais que possam ser modelizáveis. Veja-se a inscrição da paisagem rural

– a estrutura da propriedade e a sua exploração, sobretudo no caso do reconhecimento dos baldios – nos seus «antecedentes históricos» e, sobretudo, o estabelecimento de equivalentes monetários para o trabalho e o produto agrícola. Por intermédio do inquérito estabelece-se uma malha de significação dos usos tradicionais do solo em favor da rentabilidade agrícola, mas estabelece-se os planos de exploração das colónias tendo em conta e fundamento essa codificação. Um saber científico que abstratiza as práticas sociais reconhecidas mas que planeia levando em conta essas práticas: é assim que se estabelece um pagamento em géneros durante a fruição provisórias dos casais agrícolas (os cinco primeiros anos) em meados do século XX, quando os Estados nacionais começavam a ser avaliados por medidas standartizadas da produção nacional (Produto Interno Bruto).

O insucesso frequente dos planos de exploração económica nas colónias não deve fazer esquecer a vontade de planear cientificamente a partir, e melhorando, as práticas de cultivo locais. Neste sentido, foi a própria vontade estatal de melhoramento das condições de vida que se constituiu como impositiva sobre as populações rurais. Não foram, contudo, apenas os mecanismos de poder – um planeamento temporário e aproximativo e o instrumento científico do inquérito – empregues na concepção das colónias agrícolas a configurarem a relação entre o Estado planeador e a população e o território planeado. Se se pode afirmar que as colónias agrícolas corresponderam a projetos estatais de espaços racionais (científicos) de organização social e económica poder-se-ia igualmente afirmar que as colónias agrícolas materializaram uma concepção de espaço social imaginariamente tradicional, ancorada em proprietários rurais, uma utopia conservadora ruralista em que o progresso se alcançava percorrendo o passado. Um ideal romântico conservador de projecção científica e imposição estatal que em trinta anos levou à colonização com mais de 500¹²⁰⁴ famílias no Portugal metropolitano.

¹²⁰⁴ Em 1959, o parecer da Câmara Corporativa informava que havia 543 famílias instaladas em casais agrícolas no entanto esta contabilidade não tinha em conta dos casais agrícolas desocupados. Cf. Augusto Correia de Barros (relator), «Parecer n.º 28/VII – Projecto de proposta de lei n.º 510. Revisão do regime jurídico de colonização interna», in *Actas da Câmara Corporativa*, VII Legislatura, n.º 91, 30 de Março de 1960, 974.

CONCLUSÃO FINAL

«Um dia, chegaram aos casais da Junta de Colonização Interna, os colonos, apenas com a camisa sobre o tronco e as mulheres trazendo no ventre a promessa de um filho. Historicamente, os Agrónomos que os receberam apresentavam a estatura dos Monges Cistercienses que, há muitos séculos, contemplaram a fuga de homisiados para o abrigo dos seus Coutos a fim de que a agricultura oferecesse barreira à perseguição de todas as justiças.»¹²⁰⁵

Visando cumprir um projecto de nacionalidade inacabado, as ideias de colonização do Sul em Oliveira Martins, em Ezequiel de Campos e no discurso colonizador do Estado Novo apresentam uma relação específica com a temporalidade, abundando as referências em tons elogiosos ao passado nacional situado na época medieval. Na vontade de se inscreverem na história, os técnicos colonizadores, intelectuais interessados no pensar e no fazer do destino da nação, relataram os seus feitos por analogia a heróis antigos, como nas palavras supracitadas de Eugénio de Castro Caldas. No entanto, apesar desta analogia, não se pretendia exactamente imitar o passado da formação da nacionalidade, empreendendo uma Reconquista ou reeditando uma lei das sesmarias. A história, centro demiurgo da nação no pensamento tradicionalista, não deveria ser repetida. Se as propostas colonizadoras nos frustrados projectos de lei em Oliveira Martins ou em Ezequiel de Campos, inseridas nos diplomas legais estadonovistas ou nos escritos de Castro Caldas, se apresentam na continuidade de uma história por estes narrada, surgem também para transcender essa própria história e as suas condicionantes. O espaço da experiência que orienta as formas de acção política do conservadorismo cruza-se com um novo horizonte de expectativas aberto com o iluminismo, que trouxe uma ideia de futuro como algo que estaria em mudança e melhoramento face ao tempo anterior.¹²⁰⁶ Talvez o exemplo mais acabado desta relação com o tempo se encontre na utopia camponesa de pequenos proprietários de Ezequiel de Campos. A colonização, ancorada na história (de Portugal), tinha a história como o nome da condição que se queria transcender.

As ideias de colonização interna podem, assim, ser proveitosamente filiadas na vontade de *melhoramento* iluminista preocupada com o bem-estar e progresso material das populações. Uma racionalidade governamental difusa, que abarca diferentes técnicas e estratégias que procuraram orientar a vida das populações e que, no caso português, teve uma forte repercussão nos discursos sobre o atraso e o progresso que permearam os ideários da

¹²⁰⁵ Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura na história de Portugal...*, 578.

¹²⁰⁶ «Espaço de experiência» e «horizonte de expectativas» são categorias históricas avançadas e discutidas em Reinhart Koselleck, «“Space of Experience” and “Horizon of Expectation”: two Historical Categories», in *Futures Past: on the semantics of historical time*, trad. e introd. Keith Tribe, 255-275 (Nova Iorque: Columbia University Press, 2004 [1979]).

modernidade em Portugal. Situar, como fizemos ao longo desta tese, a colonização interna no interior das estratégias, táticas e procedimentos de uma novel arte do governo preocupada com a melhor disposição das coisas de forma a otimizar as forças e bem-estar da população, permite vincar uma ruptura histórica com experiências e propostas de povoamento na história portuguesa, centradas na ocupação territorial. Se se pensar na temporalidade contida na proposta colonizadora do Estado Novo podemos começar a distanciá-la e historicamente diferenciá-la da colonização do Alentejo defendida por Severim de Faria ou do plano de colonização do memorialismo agrarista de António Henriques da Silveira¹²⁰⁷, e mais ainda da longínqua ocupação do território e outras formas de colonização agrícola dos tempos medievais.¹²⁰⁸

A intervenção colonizadora animada por ideias de progresso científico estava já presente nas propostas que surgem no liberalismo oitocentista da segunda metade do século XIX, com a colonização das terras das charnecas de além-Tejo através dos caminhos-de-ferro, uma e outra vez propostas.¹²⁰⁹ Em finais da década de 80 do século XIX, a colónia agrícola de Portalegre, uma pequena experiência efémera, omitida, esquecida ou desconhecida das narrativas dos publicistas colonizadores que fazem a história dos seus antecedentes, obedece a essa vontade de uso dos saberes agronómicos para melhor aproveitar a terra.¹²¹⁰ Martins, Teles ou Campos apresentaram as suas soluções colonizadoras ancoradas em leituras históricas e científicas sobre o território como forma de projectar a regeneração ou fortalecimento futuro da nação. Semelhante fundamento e propósito animam as iniciativas legislativas sem consequências dos primeiros decénios do século XX que visavam promover cientificamente a cultura nos terrenos mal ou parcamente cultivados, sublinhando, simultaneamente, a longevidade e necessidade da proposta colonizadora e a inépcia do Estado liberal para a

¹²⁰⁷ António Henriques da Silveira, «Racional discurso sobre a agricultura, e população da província de Alentejo...». Sobre o memorialismo agrarista, ver a introdução de José Luís Cardoso à edição desta obra.

¹²⁰⁸ Sobre este tema clássico da historiografia portuguesa, veja-se o balanço crítico do debate em Magali Watteaux, «La colonisation agraire médiévale en Alentejo (Portugal)», *Études rurales*, 188 (2011): 39-71.

¹²⁰⁹ A colonização do Alentejo através do estabelecimento e administração das linhas de ferro do Sul e Sudeste foi uma proposta discutida no parlamento em vários momentos da Regeneração. Em 1888, o governo de Mariano Cirilo de Carvalho elabora as bases para o arrendamento da exploração das linhas férreas do Sul, Sueste e Algarve que incluía o estabelecimento de mais de duzentas colónias no Alentejo e no Algarve. Cf. Mariano Cirilo de Carvalho. 1888. *Relatório e proposta de lei e documentos apresentados à Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa na Sessão de 16 de Janeiro de 1888*, Imprensa Nacional, Lisboa; «Bases relativas à colonização do Alentejo e norte do Algarve», *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 8, legislatura 26, 16 de Janeiro de 1888, 131-133.

¹²¹⁰ Sobre a promoção da colonização agrícola através da organização da escola prática de agricultura de Portalegre, ver «Plano de organização da escola prática de agricultura de Portalegre», in *Diário do Governo*, n.º 263, de 22 de Novembro de 1887. Ver ainda Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, 1ª Repartição, NP 924, doc. 36 «Projeto de colonização, com recurso a 10 famílias por concurso, dos terrenos da extinta Escola Prática de Agricultura de Portalegre» (1902).

concretizar.¹²¹¹ A vontade de melhoramento que se identifica no Estado Novo eleva estas tendências a um novo patamar, quando transforma as *ideias políticas* em *técnicas de governo*: a perfectibilidade da natureza e da humanidade seria alcançada pelo uso de saberes e instrumentos técnico-científicos. Foi este recurso a instrumentos e procedimentos técnico-científicos que começou também a distinguir a colonização interna de outras ruralidades discursadas durante o Estado Novo – ruralidades etnografadas ou folclorizadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional, sociografadas pelos agrónomos ou ficcionadas pelos literatos.¹²¹²

O enaltecimento da família, o apego à terra e a harmonia dos campos estiveram presentes de diferentes formas nos vários discursos sobre o rural apregoados por organismos e agentes do Estado Novo. Por aparente contraste, nos múltiplos estudos oriundos da JCI, o “campo” era visto como um lugar de modos de vida atrasados ou mesmo miseráveis. Com a colonização interna, as virtudes campestres e os valores éticos securizantes não foram assim discursados através de uma pastoral¹²¹³; eram objectivos a ser alcançados pela transformação material das condições ambientais, sociais, económicas, políticas, ou melhor, pela “modernização” do espaço rural em nome do progresso. A união intextricável da terra com a família seria produzida pelo casal agrícola, a despolitização própria da harmonia dos campos pela acção morigeradora da propriedade privada (e, sobretudo, pelos agentes disciplinares do Estado presentes nas colónias), a melhoria dos níveis de vida rurais pelo planeamento científico da exploração agrícola. Participante neste lato conjunto de discursos ideológicos que a cidade produziu sobre o campo, o discurso de colonização interna permitiu que uma parte do Estado Novo imaginasse o espaço rural como um campo de experimentação das suas utopias sociais rurais, habitado pela figura estatalmente produzida do camponês auto-suficiente ou, no pós-guerra, do agricultor empresário¹²¹⁴. Se o conteúdo ideológico da propaganda colonizadora assemelhava os objectivos da experiência a outros tradicionalismos ruralistas, a forma de produzir a colonização interna metamorfoseou-a num modernismo que imaginou futuros

¹²¹¹ A. H. de Oliveira Marques, «A propriedade», in *Portugal da Monarquia para a República*, coord. A. H. de Oliveira da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Presença, 1991).

¹²¹² Sobre diferentes tipos de discursos produzidos sobre a ruralidade durante ou pelo Estado Novo, ver Vera Marques Alves, *Arte Popular e Nação no Estado Novo. A Política Floclorista do Secretariado de propaganda Nacional* (Lisboa: ICS, 2013); Frederico Águas, «Saber e Poder...»; Luís Trindade, «The System of Nationalism», in *The making of modern Portugal*, ed. Luís Trindade (Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013), 1-17.

¹²¹³ Sobre as práticas discursivas sobre a ruralidade a partir da noção de pastoral e contra-pastoral, veja-se João Leal, «Orlando Ribeiro, Jorge Dias e José Cutileiro: imagens do Portugal mediterrânico», *Ler História* 40 (2001):141-163; João Leal, «Pastoral e contra-pastoral: O Inquérito à Habitação Rural», in *Etnografias Portuguesas (Etnografias Portuguesas – Cultura Portuguesa e Identidade Nacional (1870-1970))* (Lisboa: D. Quixote, 2000), 145-164.

¹²¹⁴ Sobre estas figuras, veja-se Silva, «Os colonos internos do Estado».

alternativos, anulando a oposição entre romantismo e ciência. A colonização interna foi uma ideologia e uma prática anti-urbana, nunca anti-moderna.

A colonização interna não produziu, contudo, uma ruralidade tecnologizada, mesmo no discurso desenvolvimentista colonizador dos anos cinquenta defensor da industrialização da agricultura. De forma contrastante com altomodernismos rurais, os colonatos, resultado que foram de engenharias várias – hidráulicas, agronómicas, sociais –, fizeram questão de invisibilizar os saberes técnico-científicos na fabricação das vontades utópicas que estiveram na sua origem. Já na concepção das ideias colonizadoras do reformismo agrário, os instrumentos técnico-científicos usados para diagnosticar os problemas do território e da população tinham sido apresentados através das narrativas históricas do país. Por uma vez, as representações produzidas por formas de conhecimento científico não estavam em contradição com as imagens histórico-literárias de Portugal, mas concorriam ambas para elaborar a ideia de um país esquematicamente dividido pelo vale oblíquo do Tejo entre o Norte populoso e fértil e o Sul desértico de gente e de cultivo. A colonização do Sul foi uma dedução argumentativa da apresentação de mapas onde se cartografavam as densidades populacionais regionais, apresentavam quadros com as taxas de emigração, as previsões para o crescimento populacional, bem como as estruturas agrárias ou a distribuição pluviométrica. Mas, suportada por estes conhecimentos, foi a narrativa identitária providenciada pela leitura histórica da formação do território nacional que legitimou e sob o qual se apresentou a necessidade da colonização do Sul: unificar e desenvolver a nação.

Uma modernidade rural, não obstante, prosseguida por partes do Estado desde os anos trinta que permite de uma assentada desidentificar as experiências fascistas com formas de reacionarismo social, atribuídas especialmente ao espaço rural e à ideologia de «regresso à terra», alargar a modernidade a áreas além da cultura e das artes mais presentes na historiografia dos fascismos e, finalmente, pensar o espaço rural como um espaço de experimentação social privilegiado. O «regresso à terra» foi menos um regresso do passado do que uma encenação de um futuro. O tempo da mais intensa fascização do Estado Novo, em torno do ano de 1936, não viu nascer apenas a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa e o apoio ao general Franco na Guerra Civil de Espanha, mas também a criação da Junta de Colonização Interna que, em conjunto com o programa de barragens e o plano de florestação, estava integrada num massivo programa de gestão ambiental que visava a transformação produtiva do território e que, doutrinariamente filiada no conservacionismo de Ezequiel de Campos, corporizava a relação estreita entre solo e comunidade nacional própria das ideologias fascistas.

Ainda a respeito da relação entre Estado e regime, o esforço desta tese em deslocar o ponto de vista da política económica-agrícola do Estado Novo permitiu entender como se montou a malha administrativa do Estado moderno, com as suas formas de conhecimento e intervenção sobre o território e população nacional continental. Uma das formas de intervenção estatal de bases científicas sobre o território e a população, estas realidades foram ambas geradas e administradas nesse processo em que os saberes científicos se consolidaram e foram acolhidos pelo Estado, na idealização dessa intervenção colonizadora. Em relação estreita com o nacionalismo económico de contornos autárquicos, a institucionalização da colonização interna, mesmo em formato ambíguo ou moderado, implicou, especificamente, a criação de mecanismos de gestão populacional estatais. Não se tratando de uma biopolítica baseada na raça – apenas pontualmente mencionada –, a colonização interna deve ser entendida não apenas no âmbito de retóricas da produção alimentar, mas também enquanto mecanismo de optimização produtiva da população orientada pelo Estado, assente numa política de multiplicação da propriedade privada. A uma política da terra produtiva, através da administração das florestas e das águas, juntou-se uma retórica da população produtiva que, nos assomos mais arrebatados, teria uma acção redentora sobre a nação. Tal permite entender como o Estado Novo exprimiu através da institucionalização da colonização interna uma preocupação com a nação biológica comum a outros fascismos. Se se pode argumentar que a autarcia alimentar implicava uma ambição expansionista, também a vontade de melhor gerir a população nacional em crescimento levou, em contexto de valorização de cada elemento da comunidade nacional, a soluções de fixação populacional nos campos, continentais ou imperiais, mas unificadoramente concebidos como um mesmo espaço.

Uma biopolítica colonizadora que não deve ser, não obstante, catalogada apenas como específica das experiências fascistas. As ideias de racionalização da população em relação ao território, ambos nacionalmente circunscritos, foram expressos em filosofias políticas anteriores, e os mecanismos colonizadores para as concretizar tinham já sido enunciados pelos reformistas agrários desde Oliveira Martins. Além de que outros países europeus no entre-guerras conheceram preocupações e mecanismos colonizadores semelhantes, nos quais, de resto, a iniciativa portuguesa se filiava. Mais: derrotados alguns dos fascismos europeus, a política colonizadora, reconfigurada nos termos do desenvolvimentismo rural, não só renasceu como floresceu. Ao atender aos discursos políticos, aos mecanismos legais e à actividade quotidiana burocrática da JCI, esta tese procurou propor uma cronologia para o fenómeno colonizador centrada na década de cinquenta. Os dois grandes colonatos – em Pegões e no Barroso – foram construídos na viragem para esta década, durante a qual tiveram, de resto, a

sua máxima ocupação populacional. Este foi também o momento em que surgiu como verdadeira possibilidade na imaginação política dentro do Estado Novo um Alentejo verde cultivado por pequenos proprietários. Procuravam-se soluções produtivas para a população em crescimento que fossem alternativas ao êxodo rural (ou seja, à urbanização ou à emigração), quando as grandes propriedades semi-áridas do Plano de 1938 estavam, finalmente, irrigadas e, sobretudo, na viragem para a década de sessenta, quando se discutiam os contornos da concretização do Plano de Rega do Alentejo. A colonização, que tinha sido pensada na matriz martiniana como um mecanismo populacional de transferência das gentes que migravam do Norte de Portugal para as charnecas alentejanas, desejavelmente divididas em pequenas propriedades, era agora inequivocamente defendida, seguindo a racionalidade ensaiada nos planos colonizadores para a Campinha de Idanha, como um mecanismo de campesinação dos assalariados rurais, desempregados e revoltosos do Alentejo. Através desta história se entende como a proposta colonizadora procurou soluções que transformassem as relações sociais nos campos, sem que o *económico* e o *social*, crescentemente autonomizados como áreas de conhecimento e intervenção governamental, pudessem ser apartados, até porque nenhuma economia, na óptica dos técnicos colonizadores, podia ser separada das relações sociais.

Atender à história da colonização interna desde os anos trinta aos anos sessenta do Estado Novo permitiu ainda perceber como foram sendo transformados os poderes de Estado. Se podemos inscrever a colonização hidráulica no tempo dos fascismos, foi nos anos cinquenta que, em estreita relação científica e técnica com o desenvolvimentismo rural da democracia cristã italiana e do *desarollismo* espanhol, que foi defendida a colonização do Alentejo. A multiplicação de proprietários rurais, inscrevendo-se numa longa tradição de ideais republicanos dos camponeses-cidadãos, prósperos e independentes, tinha agora uma renovada configuração dentro dos propósitos de industrialização da agricultura, bem-estar e pacificação social. Para além da retórica do «Estado forte», do fascismo ao desenvolvimentismo rural, a história da colonização contribui para pensar como os mecanismos de intervenção do Estado se foram multiplicando e especializando nas formas de gerir a população e transformar o território na época da planificação.

Espaços de experimentação, as sete colónias agrícolas contruídas durante o Estado Novo nunca foram, contudo, senão espaços de excepção. Uma paisagem social de pequenos proprietários que cobrisse integralmente as serranias baldias do Norte e as planícies áridas ou irrigadas do Sul não esteve nas projecções mais optimistas nem mesmo nos desejos mais ousados dos políticos e técnicos colonizadores do Estado Novo. A organização corporativa no espaço rural nunca foi posta em causa por um regime apostado na construção de estruturas

diferenciadas para representar e moderar os interesses de trabalhadores e de patrões. Talvez apenas em finais dos anos cinquenta, com os planos colonizadores mais arrojados de estabelecimento de 40 mil colonos de Castro Caldas, tenha estado em causa uma reforma agrária e a transformação estrutural de uma estratificação social fortemente hierarquizada, e mesmo polarizada, que caracterizava o Alentejo. Planeou-se, sim, uma paisagem de espaços de excepção que se queriam exemplares para as gentes e terras vizinhas e para a comunidade nacional, cuja essência e verdade, seria pelo Estado propagandeada. Entretanto, por meios financeiramente menos dispendiosos, menor impacto na base de apoio do regime e maior capacidade de elevar os níveis de vida rurais, a JCI prosseguia outras formas de colonização interna que constituíssem proprietários, moderassem as tensões sociais e unificassem o país.

A vida das ideias de colonização interna terminou, finalmente, quando mudou a concepção do país, território e população. O início dos anos sessenta viu principiar as grandes migrações para as cinturas industriais de Lisboa e Setúbal que começaram a esvaziar de gente o Alentejo, agora mais mecanizado, e o início das guerras coloniais deslocaram o campo de intervenção privilegiado do Estado imperial para a gestão e fixação da população branca metropolitana no ultramar. O Sul verde de pequenos proprietários, uma imagem secular, deixou de ser uma utopia. Foi assim também por esta altura que se transformou a imagem do território metropolitano do país. Durante séculos, colonizar o Alentejo era tirá-lo das condicionantes da sua mediterraneidade, como diria Orlando Ribeiro, das determinantes naturais, com os sóis abrasadores de verão e os amenos invernos, as culturas de sequeiro da planície e a escassez de água que apenas permitiam que os gados se espriassem bem mais do que os homens. Foi esta paisagem natural e humana que o projecto colonizador, com a transformação da paisagem regada pelas grandes obras modernas de rega, quis inverter. A imagem do território português mudou, contudo, no início dos anos sessenta. Ao desequilíbrio territorial e populacional entre o Norte e o Sul do país, do qual tinha sido deduzida a necessidade da colonização interna, começa a ser acrescentada outra dualidade, o Litoral e o Interior, que perdurará nas décadas seguintes, introduzindo na linguagem sobre a ruralidade portuguesa o tema da «desertificação do interior».

BIBLIOGRAFIA

FONTES

a) Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]:

Arquivo Oliveira Salazar
Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil
Ministério da Agricultura, Direcção Geral da Acção Social Agrária
Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, Direcção Geral de Agricultura

b) Documentos legislativos e debates parlamentares

Arquivo Histórico Parlamentar
Actas da Câmara Corporativa
Diário das Sessões (1935-1962)
Diário do Governo (1887-1962)

Periódicos:

«Aproveitamento social-agrário dos grandes regadios», *República*, 20 de Novembro de 1960, 6.
«Bonification intégrale», *Revue Internationale d'Agriculture. Publication Mensuelle de l'Institut Internationale d'Agriculture*. Ano XXIX – n.º 1, (Janeiro de 1938): 257 E.
«La colonisation intérieure», *Le Rhône. Journal d'informations*, n.º 3, 10 Maio de 1938.
Boletim de Agricultura (1931-1936)
COLLAÇO, Isabel Magalhães. «O direito de propriedade e os limites de direito público». *Rev. Ordem Adv.*, (1948): 14-16.
JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. *Relatório de trabalhos e contas de gerência (1938-1953)*
JUNTA AUTÓNOMA DAS OBRAS DE HIDRÁULICA AGRÍCOLA. *Relatório. Estudos, projectos e construção. (1935-1945)*
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Boletim do Comissariado do Desemprego*, n.º 29, anos de 1948, 1949, 1950 e 1951. (Lisboa: tip. Santos e Rodrigues 1952).

Multimedia – Arquivo RTP

«Desvios e irregularidades na Junta de Colonização Interna», em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/desvios-e-irregularidades-na-junta-de-colonizacao-interna/>.

Monografias da Junta de Colonização Interna [JCI] [Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – biblioteca online]:

AFONSO, Manuel Sieuve e Diogo de Mascaranhas Leote. *A obra realizada em matéria de colonização*. [Dactilografado], JCI, 1948.
ANDRADE, José Moreira de Sousa. *Estudo prévio dos baldios da Serra da Boalhosa*. [Dactilografado]. JCI, 1939.
CALDAS, Eugénio Castro, Mário Pereira. *Política Agrária e colonização interna*. [Dactilografado]. JCI, 1953.
CALDAS, Eugénio Queiróz de Castro. «Aspecto dos «habitat» rural na mancha pliocénica ao Sul do Tejo», In *Problemas da Colonização. 1. – A zona Pliocénica ao Sul do Tejo*, ed. JCI (Lisboa: JCI, 1943).
CALDAS, José Garcês Pereira. *A bonifica Integral em Itália*. [Dactilografado], JCI, Fevereiro de 1937.
———. «O Povoamento do Sul». In *Problemas da Colonização. 1. – A zona Pliocénica ao Sul do Tejo*, ed. JCI (Lisboa: JCI, 1943).
———. *Aspectos do problema Agrário*. Lisboa: JCI, 1945.
CAMPELO, António Roquette, *Estudo de ordenamento paisagístico e de urbanização da colónia agrícola da Gafanha*. [Dactilografado]. JCI, 1956.
CAMPELO, António Roquette. *Execução do Projecto de Colonização da Gafanha (II – Parte). Núcleo da Videira do Norte e Areão. Parcelamento*. [Dactilografado]. JCI, 1958.

- CASQUEIRO, António Rodrigues. *Relatório de tirocínio realizado na Colónia Agrícola de Pegões*. [Dactilografado]. JCI, 1960.
- COSTA, J. V. Botelho da. *Reconhecimento agrológico da zona de Pegões*. [Dactilografado]. JCI, 1947.
- DUARTE, Heitor Antunes. *Problemas dos ranchos migratórios em Portugal*. [Dactilografado]. JCI, 1960.
- DUARTE, Ricardo Esquivel Teixeira. «Possibilidades aquíferas do pliocénico ao Sul do Tejo». In *Problemas da Colonização. 1. – A zona Pliocénica ao Sul do Tejo*, ed. JCI (Lisboa: JCI, 1943).
- . *Estudo hidrogeológico do pliocénico da Península de Setúbal: relatório*, 4 vols.. [Dactilografado]. JCI, 1943.
- FERREIRA, Armando C. *Xª Conferência plenária da FAO. Informação da Delegação Portuguesa sobre o tema “Reforma Agrária”*, [Dactilografado]. Junta de Colonização Interna, 1959.
- FREITAS, Alberto José Lago de. *Aspectos da reforma agrária em Itália. Relatório de uma visita de estudo* [dactilografado]. Fundação Calouste Gulbenkian/JCI, 1957.
- e João José Ferreira Forte, Carlos Silva. *Gafanha. II Parte. Estudo económico social do baldio da Videira do Norte. Anexo I*. [Dactilografado]. JCI, 1949.
- GOMES, Francisco. *Subsídios para o estudo da colonização do barroso*. [Dactilografado]. JCI, 1945
- GONÇALVES, Cláudio Costa. «Relatório sobre as manifestações de protesto ocorridas no Sabugal» [Dactilografado]. [JCI, 1939]
- JCI [António Roquette Campelo]. *Projecto de Colonização da Gafanha – II Parte*. [Dactilografado]. 1954.
- JCI [Trindade Chagas]. *Construção de 10 casais agrícolas na colónia agrícola da Gafanha*. Projecto. JCI, 1950.
- JCI. *A Exploração Agrícola na região de Pegões – Plioceno ao Sul do Tejo*. [Dactilografado]. 1958.
- JCI. *Anexo III do Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*. Peças Desenhadas. 1937.
- JCI. *Ante-projecto de colonização da zona beneficiada pela rega na Campina de Idanha*. [Dactilografado]. 1945.
- JCI. *Boalhosa: aldeamento de Vascões: arruamentos*. [Dactilografado]. 1954.
- JCI. *Campina de Idanha: projecto de colonização dos terrenos abrangidos pela 1ª fase da obra de rega. Várzea do Ponsul* [Dactilografado]. 1951.
- JCI. *Colónia Agrícola da Boalhosa. Aspectos da sua valorização*. [Dactilografado]. 195 [?].
- JCI. *Colónia Agrícola da Boalhosa. Núcleo da Lameira do Real. Construção de 10 casas geminadas*. Projecto. 1958.
- JCI. *Colónia Agrícola de Pegões (Montijo)* [folheto], 1958.
- JCI. *Contas de cultura da Campina da Idanha*. [Dactilografado]. 1950.
- JCI. *Contributo para a humanização dos ranchos migratórios*. [Dactilografado]. 1960.
- JCI. *Crise rural no concelho de Mértola*. [Dactilografado]. 1945.
- JCI. *Elementos para o estudo do desemprego rural no concelho de Portel*. [Dactilografado]. 1949.
- JCI. *Elementos para o estudo do desemprego rural no distrito de Beja*. [Dactilografado] 194[?].
- JCI. *Estudo agrológico da Península de Setúbal*. [Dactilografado]. 1946.
- JCI. *Estudo das possibilidades da colonização da Campina da Idanha, Núcleo das Várzeas do Ponsul*. [Dactilografado]. 1944.
- JCI. *Estudo das possibilidades de colonização do Paul de Magos*. [Dactilografado]. JCI, 1944.
- JCI. *Estudo económico-agrícola da freguesia da Amareleja*. [Dactilografado]. 1940.
- JCI. *Estudo sobre o concelho de Moura e a Freguesia da Granja*. [Dactilografado] 1938.
- JCI. *Estudos Económico-Social das Obras de Fomento Hidroagrícola. Perímetro de Campilhas*. Lisboa: JCI, 1961.
- JCI. *Exposição Comemorativa do XXV Aniversário. 24 de Abril de 1962*. [panfleto].
- JCI. *Junta de Colonização Interna (Síntese das suas organização [sic] e obra)*. [dactilografado]. 1972.
- JCI. *Notas sobre a crise de desemprego rural e as possibilidades de colonização do Sul*. [Dactilografado]. 1948.
- JCI. org., *Doutrina Social Agrária: textos pontifícios* (Lisboa: JCI, 1962).
- JCI. *Plano de Colonização do Perímetro I: Península de Setúbal*. [Dactilografado]. 1948.
- JCI. *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados. Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, vol. II. Lisboa: JCI, 1942.
- JCI. *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*. vol. I. Lisboa: JCI, 1942.
- JCI. *Plano Geral de Colonização da Campina da Idanha: zona beneficiada pelas obras de rega n.º 8 e 20*. [Dactilografado]. 1956.
- JCI. *Problemas da Colonização. 1. – A zona Pliocénica ao Sul do Tejo*. Lisboa: JCI, 1943.
- JCI. *Projecto de casal-tipo do Barroso*. [Dactilografado]. 1943.
- JCI. *Projecto de Colonização da Gafanha*. [Dactilografado]. 1954.
- JCI. *Projecto de colonização da Mata Nacional da Gafanha*, [Dactilografado]. 1942.
- JCI. *Projecto de Colonização de Pegões*. [Dactilografado]. 1942.
- JCI. *Projecto de Colonização do Baldio do Sabugal (Peladas)*. [Dactilografado]. 1937.
- JCI. *Projecto de Colonização do núcleo da Boalhosa*. [Dactilografado]. 1948.
- JCI. *Projecto de Colonização do núcleo de baldios da Serra das Meadas*. [Dactilografado]. 1950.

- JCI. *Projecto de Colonização do núcleo de Soajo e Peneda* (Lisboa: JCI, 1948);
- JCI. *Projecto de colonização do Planalto do Alvão*. [Dactilografado]. 1948).
- JCI. *Projecto de Colonização dos baldios de Cota, Calde, Frágoas e Queiriga do Distrito de Viseu*. [Dactilografado]. 1939.
- JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. ([Dactilografado]. 1944).
- JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Montalegre, Padornelos e Meixedo* [Dactilografado]. 1946.
- JCI. *Projecto de Colonização dos baldios do núcleo do Extremo*. [Dactilografado]. 1947.
- JCI. *Projecto de Reorganização da Colónia Agrícola dos Milagres*. [Dactilografado]. 1937.
- JCI. *Projecto do casal a construir no Núcleo de Colonização do Pinhal Novo: memória descritiva e justificativa*, [Dactilografado]. 1951.
- JCI. *Reconhecimento dos Baldios no Continente*, vol. I (Lisboa: JCI, 1939).
- JCI. *Relatório de uma visita à delegação do Instituto Nacional de Colonização em Badajoz*. [Dactilografado], 1959.
- JCI. *Revisão do Plano de Colonização do Centro da Boalhosa. Ano de 1964*. [Dactilografado]. 1964.
- LEÓNIDAS, Vasco. *Reconhecimento das possibilidades de colonização do distrito de Portalegre*, JCI, 1946.
- . «Alguns aspectos actuais do problema agrário». In *Problemas do Mundo Rural. Conferência e testemunhos de trabalho integrados nas Comemorações do 25º Aniversário da Fundação do Instituto de Serviço Social e proferidos em Junho e Julho de 1960*, Duarte Amaral, Vasco Leónidas, Maria Helena Costa Trigo, Lisboa, 1960.
- . *Alguns Problemas do Meio Rural*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1962.
- . *Síntese da Doutrina Social da Igreja relativa ao meio rural*. Lisboa: JCI, 1962
- LOBÃO, António José Cortez. *A exploração familiar na região de Pégões: plioceno ao Sul do Tejo*, 1960.
- MACHADO, J. Pinto. *A arquitectura rural e a reorganização fundiária italiana : relatório de uma visita de estudo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1964.
- . *Monografia. Colónia Agrícola dos Milagres*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1960.
- MATIAS, Manuel António. *Algumas monografias de exploração e família no Concelho de Parecer de Cousa*, JCI, 1946.
- . *Alguns Elementos para o estudo da colonização da Boalhosa*. JCI, 1946.
- MENDES, José Maria Duarte, PAIS, Alexandre Marques. *Desenvolvimento regional agrário no Vale do Ebro : relatório dum estágio*, Junta de Colonização Interna, 1964.
- MENESES, José Luís Calheiros e José Pereira Caldas. *Apontamentos sobre colonização interna, na Suíça*. JCI, 1937.
- PEREIRA, João de Deus Vaz, Luís José B. F. Castro, *Elementos para o Estudo do desemprego rural do concelho do Alandroal*, Junta de Colonização Interna, 1949.
- PEREIRA, Mário Diogo Mascarenhas d'Ayet Leote, *Ante-projecto de colonização da península de Setúbal*, JCI, 1946.
- PEREIRA, Mário e Armando Óscar Cândido Ferreira, *Relatório de uma missão de Estudo a Itália, Suíça e Espanha* [dactilografado]. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1949.
- PEREIRA, Mário, «A empresa agrícola familiar no pliocénico a Sul do Tejo». In *Problemas da Colonização . 1. – A zona Pliocénica ao Sul do Tejo*. Lisboa: JCI, 1943.
- . *Colonização Interna. Pontos a focar numa futura lei de colonização interna* [dactilografado], JCI, 1944.
- PINTO, José Rebelo Vaz. «A colonização do pliocénico, campo aberto à iniciativa particular». In *Problemas da Colonização. 1. – A zona Pliocénica ao Sul do Tejo*, Lisboa, 1943
- . *As Colónias Agrícolas e a sua Assistência*, [dactilografado], JCI, 1956.
- ROCHA, Manuel Soares. *Casas Económicas: o que significará dizer-se a colonização é cara?*. Junta de Colonização Interna, 1953.
- S.a., *Freguesia de Santo Isidro de Pegões. Estudo Sócio-Económico*, [dactilografado], 1970.
- SILVA, Carlos da, Francisco José Lopes Pereira, *Resposta ao questionário relativo aos progressos realizados em matéria de reforma agrária e enviado pela Organização das Nações Unidas*. JCI, 1953.
- SILVA, Eduardo Augusto Vaz. «A colonização da mancha pliocénica do Sul: resultados prováveis». In *Problemas da Colonização. 1. – A zona Pliocénica ao Sul do Tejo*, Lisboa, 1943.
- SILVA, João António de Oliveira e, *Relatório de uma visita à delegação do Instituto Nacional de Colonização de Badajoz*. Junta de Colonização Interna, 1959.
- SILVA, João António Pires da. *Níveis de Vida do trabalhador rural português: subsídios para o seu estudo*, JCI, 1948.
- SIMÕES, Francisco J. Cortes José Augusto dos Santos Varela, João Augusto Mendes Espada. *Causas Fundamentais do Desemprego no Alentejo* [dactilografado]. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1959.
- SIMÕES, Francisco José Cortes, *O desemprego rural no concelho de Estremoz: o contributo dos pequenos regadios*, Junta de Colonização Interna, 1954.

———. *Problemas do Ultramar: da formação dos colonos*. Junta de Colonização Interna, 1960.

Monografias do Instituto Superior de Agronomia

- AFONSO, Manuel Sieuve. *A colonização da Gafanha. Subsídios para o seu estudo*, Relatório final do curso de Engenheiro agrónomo [dactilografado]. Instituto Superior de Agronomia, Janeiro de 1938.
- BARBOSA, Ilídio. *A alimentação e a habitação rural na Amareleja: subsídios para o seu estudo*, [dactilografado]. Instituto Superior de Agronomia, 1940.
- FORTES, Mário Pais da Cunha Fortes. *Um problema de irrigação*. Dissertação apresentada ao Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1913.
- GOMES, Francisco Jorge da Costa. *Subsídios para estudo da colonização do Barroso*, Relatório Final do Curso de Engenheiro-Agrónomo. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 1945.
- MAGALHÃES, José Miranda. *Dos ranchos migratórios em Portugal*, Relatório final do curso de Engenheiro Agrónomo [dactilografado]. Instituto Superior de Agronomia, 1956.
- MALDONADO, Henrique José dos Santos. *Uma colonização espontânea no Plioceno da Península de Setúbal*, [dactilografado]. Instituto Superior de Agronomia, 1943.
- MARTINS, Flávio Soares. *A sociedade rural barrosã*. [dactilografado]. Instituto Superior de Agronomia, 1940.
- MATIAS, Manuel António *Elementos para o estudo da colonização da Boalhosa*, [dactilografado]. Instituto Superior de Agronomia, 1946.
- PINTO, José Rebelo Vaz, *A agricultura no concelho da Vidigueira. Subsídios para o estudo económico-social* [dactilografado]. Instituto Superior de Agronomia, 1938.

Monografias do Ministério das Obras Públicas:

- COMISSÃO EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS. *Quinze anos de Obras Públicas: 1932-1947. Livro de ouro*. Lisboa: Comissão Executiva de Obras Públicas, 1948.
- COMISSARIADO DO DESEMPREGO, *Comentários ao primeiro relatório anual da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo* [dactilografado].
- COMISSARIADO DO DESEMPREGO. «O Problema do Desemprego Rural no Alentejo», in *Primeiro Relatório da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo*. Lisboa, 1957.
- COMISSARIADO DO DESEMPREGO. *Quarto Relatório da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo*. Lisboa, 1962.
- COMISSARIADO DO DESEMPREGO. *Quinze anos de Actividade (1932-1947)*. Separata do Boletim do Commissariado do Desemprego. Lisboa: Gráfica Boa Nova, 1948.
- DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS HIDRÁULICOS. DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE APROVEITAMENTO HIDRÁULICOS. *Plano de Valorização do Alentejo. Rega de 170 000 hectares. Notas*. Lisboa: Empresa Tipográfica de Lisboa.
- DIRECÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICA. *O desemprego em Portugal. Resultados do inquérito realizado em Agosto de 1931*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.
- JUNTA AUTÓNOMA DAS OBRAS DE HIDRÁULICA AGRÍCOLA. *Obra n.º 1 Paúl de Magos*. Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1941.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Dez anos de combate ao desemprego rural no Alentejo (1956-1965)*. Lisboa: Bertrand, [1965].
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. *O Plano de Rega do Alentejo* [dactilografado]. Novembro de 1962.

D. Outras fontes impressas:

- BANDINI, Mario. *Economia Agrária*, pref. Henrique de Barros e trad. Alberto Lago de Freitas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.
- BARROS, Henrique de. «Uma Oportunidade», *Seara Nova*, nº 285, 11 de Fevereiro, (1932): 331-334.
- . *Inquérito à Freguesia de Cuba*, vol. 1, *Inquérito Económico-Agrícola*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1934.
- . *Mousinho da Silveira e a sua obra*, Cadernos da Seara Nova, Estudos histórico-Económicos, Seara Nova, Lisboa, 1936.
- . «O factor humano na colonização agrícola». *Revista Agronómica*, vol. XXVIII, n.º 1, (1940): 11-31.
- . «O conceito de Economista». *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, vol. XIV, (1943): 23-33.
- . *Oliveira Martins e o projecto de Fomento Rural*. Cadernos Seara Nova, Estudos Económicos [Conferência proferida em 7 de Junho de 1945 no Ateneu Comercial de Lisboa]. Lisboa: Seara Nova, 1946.

- . «Texto lido em Setúbal numa reunião de engenheiros agrónomos democratas sob a presidência de Azevedo Gomes». In *Henrique de Barros. Lucidez, Coragem, Coerência*, pesquisa, seleção e notas de António de Barros. Figueira da Foz: Casino Figueira, 2016.
- . *Economia Agrária*, col. A Terra e o Homem, 3 vols. Lisboa: livr. Sá da Costa, [1948, 1950, 1954].
- . *Sobre o conceito de reforma agrária*. Porto: Biblioteca Fenianos, 1949.
- BASTO, Eduardo A. Lima. *Níveis de vida e custo de vida. O caso do operário agrícola português*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1935.
- . *A propriedade rústica*. Separata dos Anais do Instituto Superior de Agronomia, vol. XVII (Lisboa: 1942).
- e Henrique de Barros (coords.). *Inquérito à Habitação Rural*, 1º volume, *A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1ª ed. 1943).
- CALDAS, Eugénio de Castro. «Aspecto dos «habitat» rural na mancha pliocénica ao Sul do Tejo». In *Problemas da Colonização. 1. – A zona pliocénica ao Sul do Tejo*, Ministério da Economia. Junta de Colonização Interna. Lisboa: JCI, 1943.
- . *Formas de exploração da propriedade rústica*. col. A terra e o Homem. Lisboa: ed. Sá da Costa, 1948.
- . «Industrialização e agricultura». *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 18 (1957).
- . «O progresso técnico e a Vida Rural». In *Semana dos Estudos Rurais*, 51-60. Fátima: Organismos Agrários da Acção Católica, 1957.
- . *Modernização da Agricultura*. Lisboa: Sá da Costa, 1960.
- . *A agricultura através dos tempos*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica, 1993.
- . *A agricultura na história de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais, 1998.
- CAMPOS, Ezequiel de. *A Conservação da Riqueza Nacional. A grei – os minerais – a terra – as matas – os rios* (Porto: tip. Silva Teixeira, 1913).
- . *Leivas da minha Terra. Subsídios para a Economia Agrícola Portuguesa. Lições efectuadas na Universidade Popular do Porto em Abril de 1918*. Porto, Ed. da Renascença Portuguesa, 1918.
- . *Lázaro! Subsídios para a política portuguesa*, tomo I. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1922.
- . *Lázaro!... Subsídios para a política portuguesa*, tomo II. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1928.
- . *Para a Ressureição de Lázaro*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1931.
- . *Problemas Fundamentais Portugueses*. Lisboa: Edição da Revista Ocidente, 1946.
- . *Pregação no Deserto*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1948.
- CARVALHO, Mariano Cirilo de. *Relatório e proposta de lei e documentos apresentados à Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa na Sessão de 16 de Janeiro de 1888*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1888.
- CASTRO, Mário de. *Terra de promessa*. Lisboa: Seara Nova, 1930.
- COMISSÃO DO LIVRO NEGRO. *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1987).
- COSTA, Joaquín. *La fórmula de la agricultura española*, 2 vols. (1911-1912). (publicado em <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-formula-de-la-agricultura-espanola--0/html/>)
- CUNHA, Correia da. «A sociedade rural perante os problemas da agricultura moderna». In *A Agricultura e o II Plano de Fomento. Ciclo de Conferências promovido pela Secretaria*, Terceiro Volume (Lisboa: Tipografia Sociedade Astoria, 1961).
- CUNHAL, Álvaro. *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, volume II. Lisboa: Editorial Avante, 1976 [1956].
- DIAS, Jaime Lopes. *Aspirações de Idanha-a-Nova. A barragem do Ponsul*. Famalicão: Minerva, 1933.
- . *Regime e organização do trabalho rural, englobando a questão da higiene e conforto no concelho de Idanha-a-Nova*, Separata do Boletim de Agricultura. Ano II, n.º 9 e 10, III série. Lisboa: Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direcção Geral da Acção Social Agrária, 1934.
- DUQUE, Rafael, *As subsistências e a População*. Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Repartição de Estudos Informação e Propaganda, Ministério da Agricultura, Lisboa, 1940
- FEIO, Mariano *As causas do fracasso da colonização agrícola de Angola*. Lisboa: IICT, 1998.
- FERRÃO, Dinato. *Trabalho e desemprego. Métodos de investigação e análise dos problemas relativos aos mercados de trabalho e suas crises*. Lisboa: Gráfica Lisbonense, 1945.
- FERRO, António. *Entrevistas a Salazar*, prefácio de Fernando Rosas. Lisboa: ed. Parceria A. M. Pereira, 2007.
- FONSECA, Rafael Jorge Rito da. *Estudo de alguns solos da Península de Setúbal*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1943.
- . «Planeamento Económico-Social nas zonas dominadas pelas obras de fomento hidroagrícola». In *A Agricultura e o II Plano de Fomento. Ciclo de Conferências promovido pela Secretaria de Estado da Agricultura*. Volume primeiro, 271-277. Lisboa: Tipografia Sociedade Astoria, 1960.
- FORTES, Mário Pais da Cunha. *Colónia dos Milagres: Concelho de Leiria. - Freguesia dos Milagres, Separata do Boletim da Agricultura*, Ano II – n.º. 4 e 5- III série, Lisboa, Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direcção Geral da Acção Social Agrária, 1935.

- GARCIA, Penha. «Ensaio sobre a política agrícola portuguesa». In *I Congresso da União Nacional*, VII volume. Lisboa: União Nacional, 1934.
- GIRÃO, Aristides de Amorim. *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense, 1941.
- GOMES, António Ferreira. «Miséria Imerecida do Nosso Mundo Rural». In *Semana de Estudos Rurais*, 127-147. Fátima: Organismos Agrários de Acção Católica, 1957.
- GOMES, Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas. «Traços Principais da Evolução da Agricultura Portuguesa entre as Duas Guerras Mundiais». In *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 1, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa (1945): 21-203.
- GOMES, Mário de Azevedo. *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior. Recolha de dados e apontamentos críticos*, Primeiro Centenário da Fundação do Enso Agrícola Superior, 2ª ed. (Lisboa: Instituto Superior de Agronomia/Inquérito, 1992 [1º ed. 1958]).
- GOUVEIA, Jaime. *Direito civil. Segundo as magistrais prelecções feitas ao curso do 1º ano jurídico de 1939-40 pelo ex.mo senhor professor Jaime Gouveia (as únicas autorizadas e revistas)*, 1939.
- GRAÇA, Luís Quartim. *A importância dos problemas agrícolas para o país. Os projectos de lei sobre a reorganização agrícola. Entrevista do Secretário de Estado da Agricultura concedida ao jornal «O Século», em 30 de Dezembro de 1959*. Lisboa: Imprensa Sociedade Astória, 1960.
- GRAÇA, Luís Quartim. *Na secretaria de Estado da Agricultura (1958-1961). Factos e Comentários*. Lisboa: edição de autor, 1961.
- HERCULANO, Alexandre, “Projecto de Decreto (1851)”, *Opúsculos*, tomo VII, “Questões Públicas”, tomo IV, 1ª ed., Tavares Cardoso & Irmão, 1898, pp. 59-76
- I Congresso Nacional de Ciências Agrárias. Sumário das Comunicações*. [Realizado a 24-31 de Outubro de 1943] Imprensa Lucas, Lisboa, 1943.
- MARTINS, J. P. Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, col. Obras completas de Oliveira Martins. Lisboa: Guimarães editores, 3ª ed., [1987]1994.
- MESQUITELA, Gonçalo. *Engenheiro Trigo de Moraes*. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia, Abril-Junho, 1966.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA [Luiz Quartin Graça]. *O Estado Novo e a Agricultura*. Lisboa: SPN, 193[8].
- MORAIS, António Trigo, *Sempre o problema da água. (Colocação de excedentes de vidas nas zonas de regadio do Continente e do Império Colonial)*. Estudo apresentado ao II Congresso da União Nacional em Maio de 1944, Agência Geral das Colónias, 1945.
- . *A Igreja sustenta as exigências da justiça social*. Festa do Cristo Rei. Lisboa, 1949.
- . *O colonato do Limpopo*, Separata de Estudos Políticos Sociais, 2. Lisboa: s.n., 1964.
- NETO, António Lino. *A indústria dos laticínios e a questão agrária*. Separata do volume «Conferências realizadas no ano lectivo 1932-1933». Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1934.
- . «A questão agrária», in António Lino Neto. *Perfil de uma intervenção pública. Antologia de textos (1894-1940)*, coord. João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2001.
- NUNES, Adérito Sedas. «Problemas agrícolas e rurais: o aspecto doutrinal». Separata da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, ano XI, n.º 43 (1960).
- PEREIRA, Mário. *Fundamentos e Objectivos do Plano de Fomento Agrário*, Publicações do Centro de Estudos Económicos. Lisboa: INE, 1955.
- PILLER, Jean. *La colonisation interieur*. Fribourg: Editions du Secrétariat agricole, 1938.
- PINTO, Francisco Cortês. *O problema do desemprego no após-guerra*. Lisboa: Associação Industrial, 1945.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO. INSPECÇÃO SUPERIOR DO PLANO DE FOMENTO. *Relatório Final da Execução do I Plano de Fomento (1953-1958)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1959.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO. INSPECÇÃO SUPERIOR DO PLANO DE FOMENTO. *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento. II) Agricultura, Silvicultura e Pecuária*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1958.
- REBELO, José Pequito. *As Falsas Ideias Claras em Economia Agrária*. Lisboa: Nação Portuguesa, 1926.
- . *O Desastre das Reformas Agrárias*. Coimbra: Coimbra Editora, 1931.
- RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa, 1998 [1945].
- SALAZAR, António de Oliveira. “Questão Cerealífera – O Trigo” (1916). In *O Ágio do Ouro e outros textos económicos 1916 – 1918*, introd. de Nuno Valério, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, n.º 16, 149-220. Lisboa: Banco de Portugal, Lisboa, 1997.
- . «O império colonial na economia da nação». In *Discursos e notas*, vol. II (1935-1937).
- . «O plano de Fomento. Princípios e pressupostos». In *Discurso e notas políticas. 1928-1966. Obra Completa*, 765-766. Coimbra: Coimbra editora, 2016.
- . «'A Regar! A regar!'». In *Discursos e notas políticas. 1928 a 1966*, 655-666.. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, *A importância dos problemas agrícolas para o país. Os projectos de lei sobre a reorganização agrícola. Entrevista do secretário de Estado da agricultura concedida ao Jornal «O século» em 30 de Dezembro de 1959*. Lisboa: Edição do Serviço de Informação Agrícola da D.G.S.A., 1960.

- SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL. *Colonização Interna*, Cadernos do Ressurgimento Nacional, Lisboa, s./d.
- SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. *Hidráulica Agrícola*. Cadernos do Ressurgimento Nacional. Lisboa, SNI, 194[?].
- SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. *Valorização da Terra Portuguesa*, Cadernos da Revolução Nacional. Lisboa: ed. SNI, 194[8].
- SEVERINO, António d'Avellar, "Dissertação Inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Filosofia", *Estudos sobre os Roteamentos e Colónias Agrícolas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1867
- SILVA, João António de Oliveira e. «Desenvolvimento regional e valorização agrária». In *Agricultura e o II Plano de Fomento. Ciclo de Conferências promovido pela Secretaria de Estado da Agricultura*. Volume terceiro, 133-152. Lisboa: Tipografia Sociedade Astoria, 1961.
- SILVA, Lúcio Craveiro da. «Promoção humana no meio rural». In *I Curso de Sociologia Rural*. Lisboa: ISA, 1956.
- SILVEIRA, António Henriques da. «Racional discurso sobre a agricultura, e população da província de Alentejo», in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e Suas Conquistas (1789-1815)*, ed. José Luís Cardoso, tomo I, 43-98. Lisboa: Banco de Portugal, Lisboa.
- SIMÕES, Francisco José Cortes. «O desemprego rural – Alguns dos seus Aspectos». In *Semana dos Estudos Rurais*, 103-117. Fátima: Organismos Agrários da Acção Católica, 1957.
- TELES, Basílio. *Estudos Históricos e Económicos*. Porto: Livraria Chandron, 1901.
- VIEIRA, Júlio César Gomes. *A obra hidráulica de Paúl de Magos (Aspecto Económico)*. Lisboa: tip. Emilio de Moraes, 1941.

ESTUDOS

OBRAS GERAIS:

- Dicionário da História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vols. Porto: Livraria Figueirinhas, 2000.
- Dicionário de História do Estado Novo*, coord. José Maria Brandão de Brito, Fernanda Rolo, Fernando Rosas. 2 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.
- História Económica de Portugal (1700-2000)*, org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva. 3 vols.. Lisboa: ICS, 2005.
- Da Monarquia para a República*, dir. A.H. de Oliveira Marques, vol. XI da *Nova história de Portugal*, dir. A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Círculos de Leitores, 1992.
- Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, dir. Fernando Rosas, vol. XII da *Nova história de Portugal*, dir. A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Círculos de Leitores, 1992.
- Estado Novo 1926-1974*, dir. Fernando Rosas, vol. VII da *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Lisboa: Círculos de Leitores: 1994.

MONOGRAFIAS:

- ÁGOAS, Frederico. «Economia rural e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal». In *O Estado Novo em Questão*, dir. Nuno Domingos e Victor Pereira, Col. História e Sociedade, 197-231. Lisboa: Ed. 70, 2010.
- . «Saber e Poder. Estado e Investigação Social Agrária nos primórdios da sociologia em Portugal». Dissertação de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.
- AGUIAR, João Valente. «‘Levantados do Chão’. A formação da classe trabalhadora alentejana», *Lutas Sociais*, n.º 27, 2º semestre (2011): 31-44.
- ALARES LÓPEZ, Gustavo. «El vivero eterno de la esencia española. Colonización y discurso agrarista en la España de Franco». In *Colonos, territorio y Estado. Los pueblos del agua de Bardenas*, ed. Alberto Sabio Alcutén, 57-80. Zaragoza: Institución Fernando el Católico: 2010.
- ALEXANDRE, Valentim. *O roubo das almas. Salazar, a Igreja e os Totalitarismos* (Lisboa: D. Quixote, 2006).
- . *Contra o vento. Portugal, o Império e a maré colonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2017.
- ALHO, Albérico Afonso Costa. «Não se dão esmolas; procura dar-se trabalho». In *Os anos de Salazar. As Oportunidades Perdidas da Oposição*, 46-66. Lisboa: Planeta de Agostini, 2008.
- . *F.P.A.. A Fábrica Leccionada. Aventuras dos Tecnocráticos no Ministério das Corporações*. Lisboa: Profedições, 2008.
- ALVES, Vera Marques. *Arte Popular e Nação no Estado Novo. A Política Floclorista do Secretariado de propaganda Nacional*. Lisboa: ICS, 2013.
- AMARAL, Luciano Manuel Santos Moura Henriques do. «O País dos Caminhos Que Se Bifurcam, Política Agrária e Evolução da Agricultura Portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993.
- . «Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950 – 1973)», *Análise Social*, vol. XXIX (128) – 4º (1994): 889-906.
- ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. «A reforma agrária em Avis. Elites em mudança num concelho alentejano (1974-1977)». Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada no ISCTE, 2004.
- AMORIM, Inês, «Manuel Severim de Faria – uma releitura dos remédios para a falta de gente – 1655», *Revista da Faculdade de Letras*. II série, vol. V (1988): 151-172.
- ANDERSEN, Teresa. «Três Décadas da Arquitectura Paisagista em Portugal: 1940 – 1970». In *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003)
- ARAÚJO, António. *A Lei de Salazar. Estudo sobre a Constituição Política de 1933*. Coimbra: ed. Tanacitas, 2007.
- BALLINGER, Pamela. «Colonial twilight: Italian settlers and the long decolonization of Libya», *Journal of Contemporary History*, vol. 51 (4) (2016): 813-838.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Dos projectos de colonização interna ao capitalismo agrário (Anos trinta – 1974)*, Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra - «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro», Coimbra, 1978.

- . «Pequena Agricultura: Economia Agrária e Política Agrária (anos trinta-1974)». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8 (Dezembro 1981): 62-66.
- . *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Afrontamento, 1993.
- . *Alentejo, a questão da terra*. Loulé: Sem Luz, 2010.
- . «O Inquérito à Habitação Rural». In *Inquérito à Habitação Rural: a habitação rural nas províncias da Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo*, E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, vol. 3, org. Fernando Oliveira Baptista, João Castro Caldas, Maria Carlos Radish, Ana Moreira da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.
- BAPTISTA, Luís V.. *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta, 1999.
- BARCIELA LÓPEZ, Carlos. «La contrarreforma agraria en la política de colonización del primer franquismo, 1936-1959». In *Reformas & políticas agrarias en la historia de España de la Ilustración*, coord. A. García Sanz e J. Sanz Fernández, 351-398. Madrid: Ministerio de Agricultura, 1996.
- . M^a Inmaculada López Ortiz e Joaquín Melgarejo Moreno, «Autarquía e intervención: el fracasso de la vertiente industrial del Plan Badajoz», *Revista de História Industrial*, n.º 14 (1998): 127-8.
- . «Las reformas agrarias de los nacionales: propuestas y realizaciones». In *Economía & economistas en la guerra civil*, coord. E. Fuente Quintana & F. Comín, vol 1, 475-501. Madrid/Barcelona: Real Academia de Ciencias Morales & Políticas-Galaxia Gutenberg, 2008.
- BASTIEN, Carlos, «O economista Araújo Correia». *Estudos de Economia*. Vol. V, n.º 3, Abr-Jun. (1985): 300-301.
- . «Para a história das ideias económicas no Portugal contemporâneo: a crise dos anos 1945-1954». Tese de Doutoramento em Economia, ISE-UTL, 1989.
- . «A emergência do pensamento económico teórico no Portugal contemporâneo», *Separata de Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 12-133, ISEG, 1993.
- . «A divisão da história do pensamento económico português em períodos», *Gabinete de História Económica e Social. Documentos de Trabalho*, 16, 2000.
- e José Luís Cardoso. «From homo economicus to homo corporativus», *The journal of socio-economics*, 118-127, 2007.
- BASTOS, Cristiana. «Migrants, settlers and colonists: the biopolitics of displaced bodies». *International Migration*, 46 (5) (2008): 27-54.
- . «Corpos, climas, ares e lugares: autores e anónimos nas ciências da colonização». In *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*, org. Cristiana Bastos e Renilda Barreto, 25-59. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.
- BEN-GHIAT, Ruth. *Fascist Modernities. Italy 1922-1945*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- BENTO, Sofia. «La difficile existence du barrage d'Alqueva, une ethnographie des démonstration sociotechniques». Doutoramento da École des Mines de Paris, Especialidade «Socio-economia da Inovação», 2006.
- BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo. Na encruzilhada da Ordem e da Revolta*. Porto: Afrontamento, 2003.
- BLACKBOURN, David. *The Conquest of Nature: Water, Landscape, and the Making of Modern Germany*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2006.
- BRANCO, Amélia. «El plan de Repoblación Florestal 181839-1968); una medida del Estado Novo por evaluar». In *Agriculturas e Inovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*, coord. por Dulce Freire e Daniel Táboas Lanero, 135-165. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011.
- BRANCO, Rui. «Fazer ciência, construir o Estado. Explorações a partir do conceito de rede no Portugal de Oitocentos». In *Objectos Impuros: Experiências em Estudos Sobre a Ciência*, orgs. João Arriscado Nunes e Ricardo Roque, 211-226. Porto: Ed. Afrontamento, 2008.
- BOURDON, Albert-Alain. «L'Alentejo, espace mythique ou nouvelle frontiere?». *Actas do Colóquio Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: Image et Réalité*, 365-378. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985.
- BRASSLEY, Paul. «Land reform and reallocation in interwar Europe». In *Contexts of Property in Europe. The social embeddedness of property rights in land in historical perspective*, ed. Rosa Congost e Rui Santos, 145-164. Turnhout: Brepols, 2010.
- BROUWER, Anthony Roland. «Planting Power. The afforestation of the Commons and state formation in Portugal». Tese de doutoramento na Universidade de Wageningen, 1995.
- BRÜCKWEH, Kerstin, Dirk Schumann, Richard Wetzell, Benjamin Ziemann. «Introduction: The Scientization of the Social in Comparative Perspective». In *Engineering Society. The Role of the Human and Social Sciences Modern Societies, 1880-1980*, ed. Kerstin Brückweh, Dirk Schumann, Richard Wetzell, Benjamin Ziemann. Londres: Palgrave, 2012.
- BURKHARD, Daniel. «Integration through land improvement. Internal colonization in Switzerland during the first part of the XX century». *Internacional Journal for History, Culture and Modern Territoriality*, 3 (2) (2015): 233-248.

- CABRAL, Manuel Villaverde ed. e introd., *Materiais para a história da questão agrária em Portugal. Século XIX e XX*, Civilização Portuguesa, nº 19. Porto: Inova, 1974.
- . *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*. Porto: A Regra do Jogo, 1976.
- . *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.
- . *O proletariado – O nome e a coisa*, col. Ensaios. Lisboa: A regra do Jogo, 1983.
- . «Basílio Teles: o nacionalismo republicano, do decadentismo ao autoritarismo», *Prelo. Revista da Imprensa Nacional – Casa da Moeda*, nº. 15, Abril – Junho de 1987.
- . «The Seara Nova group and the ambiguities of the Portuguese liberal», *Extract from Portuguese Studies*, volume 4 (1988): 181-196.
- . *The demise of liberalism & the rise of authoritarianism in Portugal, 1880-1930. An inaugural lecture from the Department of Portuguese & Brazilian Studies, 23 de Fevereiro de 1993*.
- . «The « Wheat Campaign », ‘Inner Colonization ‘, Agrarian Hydraulics and Afforestation in 20th century Portugal». In *Promised Lands*, coordenado por Axel Fisher, Simone Misiani, Cristóbal Gómez-Benito. (No prelo).
- CALDAS, João Lemos de Castro. «Política de Colonização Interna. A implantação das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna». Lisboa: ISA 1988.
- . «Política de Colonização Interna (1936-1974). Análise do Perfil do “Colono-Tipo”». Lisboa: INIC, Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural, Universidade Técnica de Lisboa, 1982.
- CALZADA PÉREZ, Manuel. «La vivienda rural en los pueblos de colonización». *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* 13, n.º 52 (2005): 55-67;
- . Manuel. *Pueblos de colonización durante el franquismo: la arquitectura en la modernización del territorio rural*. Sevilla: Consejería de Cultura: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2008.
- CAMPUBRI BUENO, Lino. «Political Engineering: science, technology and the francoist landscape (1939-1959)». Phd Dissertation in History, University of California, Los Angeles, 2011.
- CATROGA, Fernando. «Alexandre Herculano e o historicismo romântico». In *História da História em Portugal*, coord. Luís de Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- CAPROTTI, Federico. «Malaria and Technological Networks: Medical Geography in the Pontine Marshes, Italy, in the 1930s», *The Geographical Journal* 172, n.º 2 (Junho 2006): 145–155.
- . *Mussolini’s cities: internal colonialism in Italy, 1930-1939*. Youngstown, N.Y: Cambria Press, 2007.
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989.
- . «Ecos da grande depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções», *Análise Social*, 203, XLVII (2.º), 2012.
- . e Nuno Estêvão Ferreira. «A Câmara Corporativa (1935-1974) e as políticas públicas no Estado Novo», *Ler História*, 64 (2013): 31-54.
- CARMO, Renato Miguel do. «As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 1930 e 1960», *Análise Social*, vol. XLII (184) (2007): 811-835.
- CARVALHO, Rita Almeida. «The Junta de Colonização Interna and the shaping of the Estado Novo’s peasantry: newness and stagnation of the rural society», in *Regionalism, Nationalism & Modern Architecture* [Actas de Conferência] (Porto, 25-27 de Outubro de 2018): 54-62.
- CASTEL, Robert. *Les metamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Gallimard, 1995.
- CASTELO, Cláudia. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- . «Developing ‘Portuguese Africa’ in late colonialism: confronting discourses». In *Developing Africa: concepts and practices in 20 th century colonialism*, coord. Joseph Hodge, Gerald Hödl, Martina Kopt, 63-86. Manchester: Manchester University Press, 2014.
- . «Reproducing Portuguese Rural Villages in Africa: Agricultural Science, Ideology and Empire», *Journal of Southern African Studies*, vol. 42, nº. 2 (April 2016): 267-281.
- CENTELLES SOLER, Miguel e Alfonso Ruiz García e Pablo García-Pellicer López,. *Los pueblos de colonización en Almería: arquitectura y desarrollo para una nueva agricultura*. Almería: Colegio Oficial de Arquitectos de Almería : Instituto de Estudios Almerienses : Fundación Cajamar, 2009.
- COOPER, Frederick, *Colonialism in question. Theory, knowledge, history* . Los Angeles: University of California Press, 2005.
- COUPERUS, S., Lagendijk, V., & van de Grift, L. Eds. (2015). «Experimental Spaces – Planning in High Modernity». *Journal of Modern European History*, 13 (4 (special issue) (2015).
- CRUZ VILLEGAS, Isidro. *Colonos y arquitectura en los Montes de Toledo: Pueblonuevo del Bullaque y Santa Quiteria* (Albacete: Asociación Cultural Vitrubio, 2011).
- CRUZ, Manuel Braga da. «As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo I», *Análise Social*, vol. XIV (54), 2º (1978): 265-278.
- . “Para a história da sociologia académica em Portugal”, *Boletim da Faculdade de Direito*, LVIII (1982),.

- . *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: Presença, 1988)
- CUTILEIRO, José. *Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004 [1977]. [tradução de *A portuguese rural society*, de 1971].
- DEKEL-CHEN, Jonathan. «Reflections through a Soviet Window. Rural Governance and Colonization». *International Journal for History, Culture and Modernity*, 3 (2) (2015): 213 – 231.
- DIOGO, Maria Paula. «'Domesticating' the wilderness: portuguese engineering and the occupation of Africa». In *Jogos de Identidade profissional: os engenheiros entre a formação e a acção*, eds. Ana Cardoso Matos et al, 471-481. Lisboa: Edições Colibri, 1994.
- DIREITO, Bárbara. «Políticas Coloniais de Terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942». Tese de Doutoramento em Ciência Política, especialidade em Política Comparada, Universidade de Lisboa, 2013.
- DOMINGOS, Nuno. «Desprolatizar: A FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo». In *O Estado Novo em Questão*, org. Nuno Domingos e Victor Pereira, 177-179. Lisboa: ed. 70, 2010.
- e Victor Pereira, «Introdução». In *O Estado Novo em Questão*, ed. Nuno Domingos, Victor Pereira. Lisboa: ed. 70, 2010.
- DONZELOT, Jacques. *L'invention du social. Essai sur le déclin des passion politiques*. Paris: Seuil, 1994 [1984].
- DRIVER, Felix. *Power and Pauperism: The Workhouse System, 1834-1884*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- . «Colonies». In *Patterned Ground. Entanglements of Nature and Culture*, ed. Stephan Harrison, Steve Pile, Nigel Thrift, 93-4. London: Reaktion Books, 2004.
- . «Imagining the tropical colony: Henry Smeathman and the termites of Sierra Leone». In *Tropical visions in an age of empire*, ed. Felix Driver e Luciana Martins, 91-112. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- ELDEN, Stuart. *The birth of the territory*. Chicago e Londres: Chigaco University Press, 2013.
- EKBLADH, David. *Great American Mission: Modernization and the Construction of an American World Order*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2010.
- ESTEVAO, João Antunes. «A florestação dos baldios», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3º, 4º, 5º (1983): 1157-1260.
- ETKIND, Alexander. *Internal Colonization: Russia's Imperial Experience*. Polity Press, 2013
- . «How Russia 'Colonized Itself'. Internal Colonization in Classical Russian Historiography». *International Journal for History, Culture and Modernity*, 3 (2) (2015): 159-172.
- FERNÁNDEZ-PRieto, Lourenzo e Juan Pan-Montojo, e Miguel Cabo, ed., *Agriculture in the Age of Fascism. Authoritarian Technocracy and Rural Modernization, 1922-1945*. Turnhout: Brepols Publisher, 2014
- FERREIRA, António Matos. «A constitucionalização da religião». In *Religião e Secularização*, coord. Manuel Clemente, António Matos Ferreira, 46-48, vol. III da *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- FERREIRA, Vítor Matias «A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequenos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, 1930-1940», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79) 3.º, 4.º, 5.º (1983): 693-735.
- FISHER, Axel, Simone Misiani, Cristóbal Benito Gómez. coord.. *Promised Lands: inner colonisation in 20th century mediterranean history*, relatório científico do workshop da European Science Foundation organizado em Roma e Saubadia, entre 5 e 10 de Outubro de 2013. (disponível em <http://www.animi.it/cloud/attachments/767DO1378811199.pdf>.)
- FONSECA, Ana Mónica. *A força das armas: o apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.
- FONSECA, Hélder Adegas. *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- e Rui Santos. «Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX», *Ler História*, 40 (2001): 43-94.
- FONSECA, Inês, «A bem da Nação! Modernização e resistência em meio rural durante o Estado Novo», in *Mundo Rural – Transformação e Resistência na Península Ibérica (século XX)*, 71-85 (Lisboa: Ed. Colibri, 2004).
- , Dulce Freire e Paula Godinho, «Soluções do Estado Novo. Educar o Barroso no cultivo racional das suas terras», *História*, n.º 6 (Setembro de 1998): 34-41.
- FONSECA, Teresa. «O pensamento agrarista alentejano nos finais do Antigo Regime», *Uma Revolução na Revolução. Reforma Agrária no Sul de Portugal*, direcção e projecto de António Murteira, 93-102. Lisboa: Campo das Letras/Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2004.
- FORTE, Maria Manuela. «Urbanismo e arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução», Tese de Doutoramento em Arquitectura na Faculdade Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006.
- FONTES, Paulo. «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal», *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, t. VI (1994): 61-100
- . *Elites Católicas em Portugal: O papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

- FORCLAZ, Amalia Ribi. «From Reconstruction to Development: The Early Years of the Food and Agriculture Organization (FAO) and the Conceptualization of Rural Welfare, 1945–1955». *The International History Review*, 41:2, (2019): 351-371.
- FORSELL, Håkan. «Modernizing the Economic Landscapes of the North. Resource Extraction, Town Building and Educational Reform in The Process of Internal Colonization in Swedish Norrbotten», *Internacional Journal For History, Culture And Modern Territoriality*, 3 (2) (2015): 195-211.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir*. Paris: Seuil, 1975.
- . *História da Sexualidade – I. A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994 [1976].
- . *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France 1977-1978*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.
- FREITAS, Eduardo de. «Sobre a polarização das relações sociais em Portugal. 1930-1970», *Análise Social*, vol. X, n.º 39, Lisboa (1973): 494-507.
- , João Ferreira de Almeida, Manuel Villaverde Cabral, «Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal», *Análise Social*, vol. XXII (45), 1º (1965): 41-63.
- FREIRE, Dulce. «Os baldios da discórdia. As comunidades locais e o Estado». In *Mundo Rural – Transformação e resistência n Península Ibérica (século XX)*, 191-224. Lisboa: ed. Colibri, 2004.
- . «Portugal e a terra: itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX» (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007).
- . *Produzir e beber. A questão do vinho no Estado Novo (1929-1939)*. Lisboa: Âncora Editora, 2010.
- . «Entre sequeiro e regadio. Políticas públicas e modernização da agroicultura em Portugal (século XX)», *XIV Congreso de Historia Agraria*, 1-14. Badajoz: Universidad Badajoz / SEHA.
- . «Ensayos de Ingeniería Social: reforma agraria y modernización de la agricultura en las últimas décadas del Estado Novo (1954-1974)». In *Agriculturas e innovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*, eds. Daniel Lanero e Dulce Freire, 213-243. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2013.
- . «Experiência e ciência. Modernização da agricultura nas últimas décadas do Estado Novo». In *Da Economia moral da multidão à arte de não ser governado. E. P. Thompson e James C. Scott na Ibéria*, org. Diego Palacios Cerezas, Fátima Sá e Melo Ferreira e José Neves, 91-109. Castro Verde: 100 Luz, 2013.
- . «Modernizing ambitions: agronomists in action between dictatorship and democracy (Portugal, 1957-1986)». In *Associations and other groups in Science: an historical and contemporary perspective*, ed. Ana Delicado, 92-107. Newcastleupon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- , Daniel Lañero Taboas, «The Iberian dictatorship and agricultural modernisation after the Second World War». In *Integration through subordination. The politics of agricultural modernization in industrial Europe*, org. Peter Moser e Toney Varley, 183-202. Turnhout: Brepols, 2013.
- Pedro Lains, eds.. *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier*. Leiden/Boston: Brill, 2017, 250.
- FREY, Marc e Corinna R. Unger. «Rural Development in the Twentieth Century: International Perspectives – An Introduction». *Comparativ, Zeitschrift für Globalgeschichte und vergleichende Gesellschaftsforschung* Vol. 27, n.º 2 (2017): 7-14.
- GAMA, António. «Geografia e geógrafos: institucionalização e consolidação da Geografia na Universidade de Coimbra», *Biblos*, n.s. IX (2011): 225-227.
- GERVÁSIO, António. «A luta do proletariado agrícola: de sol a sol até à Reforma Agrária», in *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*, org. António Murteira (Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2004).
- . *Lutas de Massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do país*. Cadernos de história do PCP Lisboa: Avante, 1996.
- GHIRARDO, Diane. *Building New Communities. New Deal and Fascist Italy*. New Jersey: Princeton University Press, 1989.
- GODINHO, Paula. «Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)». Tese de doutoramento em Antropologia apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 1998.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. «Alguns problemas da economia portuguesa no século XVII de depressão internacional». In *Revista de História Económica e Social* (5) (1980): 105-123.
- GÓMEZ BENITO, Cristóbal. *Políticos, burocratas y expertos. Un estudio de la política agraria y la sociología rural en España (1936-1959)*. Madrid: Siglo XXI de España, 1995.
- . «Una revisión y una reflexión sobre la política de colonización agraria en la España de Franco», *Historia del presente*, n.º 3 (2004): 65-86.
- GONÇALVES, Márcia, «Of Peasants and settlers: ideals of Portugueseness, imperial nationalism and European settlement in Africa, c. 1930-c.1945», *European Review of history: Revue Européenne d'histoire*, n.º 25:1 (2018): 166-186.
- GOSEWINKEL, Dieter. «Introduction. Histoire et fonctions de la propriété», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, (n.º 61-1) (2014/1): 7-25.

- GUERREIRO, Filipa. «As colónias agrícolas portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território». Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015.
- GUERREIRO, Filipa. «Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação», in *Habitação. Cem anos de políticas públicas em Portugal (1918-2018)*, coord. Ricardo Costa Agarez, 161-196. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018.
- HAYES, Carlton J. H.. *A generation of materialism (1971-1900)*. Nova Iorque/Londres: Harper and Brother Publishers, 1941.
- HESPANHA, António Manuel. «O jurista e o legislador na construção da propriedade burguesa liberal em Portugal», *Análise Social*, Vol. XVI (1.º-2.º), n.º 61-62, (1980): 211-236.
- . «A história na cultura portuguesa contemporânea». In *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, coord. Fernando Peres, 327-350. Porto, Edições Afrontamento/ Fundação Serralves, 2002.
- . «Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado Social. Continuidades e rupturas», *Análise Social*, vol. XXXVII (165) (2003): 1285-1302.
- . «Cultura jurídica académica no período do ‘Estado Novo’», *e-Legal History Review*, 6 (2008): 1-40
- . «Que sentido tem estudar-se a «questão do Estado» na monarquia constitucional portuguesa?». In *Burocracia, Estado, Território. Portugal e Espanha. Séculos XIX e XX*, coord. Rui Branco e Pedro Tavares de Almeida, 15-35. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- HODGE, Joseph Morgan *Triumph of the Expert. Agrarian Doctrines of Development and the Legacies of British Colonialism*. Athens: Ohio University Press, 2007.
- . «Writing the History of Development (Part 1: First Wave)», *Humanity. An International Journal of Human Rights, Humanitarianism and Development* 6, n.º 3 (Inverno 2015): 243-246.
- HOMEM, António Pedro Barbas. «O pensamento jusfilosófico de Manuel Gomes da Silva». *Revista Estudos Filosóficos*, n.º 14 (2015): 145-160.
- IPSEN, Carl. *Dictating Demography. The problem of population in Fascist Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- JOANAZ, Cristina. «Recursos naturais no século XIX em Portugal. Da inexistência do conceito à divisão da agricultura e sectores: a construção de uma política sobre água e floresta em Portugal, entre 1834 e 1910». In *Portugal Chão*, org. João Portela e João Castro Caldas, 301-322. Oeiras: Celta, 2001.
- . «A questão fácil dos baldios: não lhes tocar». *Actas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona*. Org. Inês Amorim e Stefania Barca. CES Contexto. N.º 1. Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, 2013.
- JONES, Elizabeth B. «Um gran plan de mejora?» la colonización interna en el imperio alemán», *História Social*, n.º 77 (2013): 113-131.
- . «The Rural “Social Ladder”: Internal Colonization, Germanization, and Civilizing Missions in the German Empire», *Geschichte und Gesellschaft* 40:4 (2014): 457–492.
- . «Internal Colonization in Weimar Germany: Transnational and Local Approaches to Rural Governance in the 1920s». In *Governing the Rural in Interwar Europe*, ed. Liesbeth van de Grift e Amalia Ribí-Forclaz, 24-44. Londres: Routledge, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir*. Paris: ed. Gallimard, 1975.
- . *História da Sexualidade – I. A Vontade de Saber*, trad. Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d’Água, 1994 [1976].
- JUSTINO, David, *Fontismo. Liberalismo numa sociedade iliberal* (Lisboa: D. Quixote, 2016).
- KALLIS, Aristotle. «‘Fascism’, ‘Para-Fascism’ and ‘Fascistization’: On the Similarities of Three Conceptual Categories», *European History Quarterly*, 33(2) (2003): 219–249.
- . «The “Third Rome” of Fascism: Demolitions and the Search for a New Urban Syntax», *The Journal of Modern History* 84, n.º1 (Março 2012): 40–79.
- KERSHAW, Ian. *The Nazi Dictatorship*. Londres: Edward Arnold, 2000.
- KOPP, Kristin. *Germany’s Wild East: Constructing Poland as Colonial Space* (Ann Arbor, 2012).
- KOSELLECK, Reinhart. «“Space of Experience” and “Horizon of Expectation”: two Historical Categories», in *Futures Past: on the semantics of historical time*, trad. e introd. Keith Tribe, 255-275. Nova Iorque: Columbia University Press, 2004 [1979].
- LAINS, Pedro, «O Estado e a industrialização em Portugal 1945-1990», *Análise Social*, vol. XXIX (128) (4º) (1994), 926-926.
- . «Vinho Novo em Garrafas Velhas. Crescimento Agrário em Portugal, 1850-1950». *Análise Social*, Vol. XXXIX, 170 (2004): 63-93.
- LANERO TABOAS, Daniel. «The Portuguese *Estado Novo*: programmes and obstacles to the modernization of agriculture, 1933-1950». In *Agriculture in the age of fascism. Authoritarian Technocracy and rural*

- modernization, 1922-1945*, ed. Pan-Montojo, J., Fernández Prieto, L., Cabo Villaverde, M., 85-111. Turhout. Brepols, 2014.
- LEAL, João, «Orlando Ribeiro, Jorge Dias e José Cutileiro: imagens do Portugal mediterrânico», *Ler História*, 40 (2001): 141-163.
- . «Pastoral e contra-pastoral: O Inquérito à Habitação Rural». In *Etnografias Portuguesas – Cultura Portuguesa e Identidade Nacional (1870-1970)*, 145-164. Lisboa: D. Quixote, 2000.
- LI, Tania Murray. «Beyond “the State” and Failed Schemes», *American Anthropologist* 197, n.º3 (Setembro 2005): 383-392.
- LOPES, Sara Mónico. «De baldio a colonato: a colónia agrícola dos Milagres (1925-1950)». Tese de Mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE, Lisboa, 2004.
- MACEDO, Marta. *Projectar e Construir a Nação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- MADUREIRA, Nuno Luís. *As ideias e os numerosos. Ciência, Administração e Estatística em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.
- MAIA, Maria Helena, Isabel Matias. «Settlers and peasants. The new rural settlements of 20th century Portuguese internal colonization», *STORIA URBANA*, 150 (2016): 97 - 111.
- MALEFAKIS, Edward. *Reforma Agraria y Revolución campesina en la España del siglo XX*. Barcelona: Ariel, 1972 [1970].
- MANN, Michael. *The sources of social power. The Rise of Classes and Nation States 1760-1914*, volume 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- . *Fascisms*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- . *The Sources of Social Power: Global Empires and Revolution, 1890-1945*, volume 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- MARCOLIN, Paolo, «The settlements design of the Boalhosa’s agricultural colony. A dialectical perspective: between tradition and the construction of modernity», in *Regionalism, Nationalism & Modern Architecture*, Proceedings, ed. Jorge Cunha Pimentel, Alexandra Trevisan and Alexandra Cardoso, 190-201. Porto: CEAA, 2018.
- MARIANI, Riccardo. *Fascismo e “città nuove”*. Milão: Feltrinelli, 1976.
- MARQUES, A.H. de Oliveira e Maria Fernanda Rollo. «A propriedade», in *Portugal da Monarquia para a República*, coord. A.H. de Oliveira Marques, vol. XI da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, 51-55. Lisboa: ed. Presença, 1991.
- MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier, Andrés Sánchez Picón, José Joaquín García Gómez, «¡España se prepara! La ayuda americana en la modernización y colonización agraria en los años cincuenta». *Historia Agraria*, 78 (Agosto 2019): 191-223.
- MARTINS, Hermínio. *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998.
- MARTINS, Pedro Miguel Páscoa Santos. *O Republicanismo autoritário de Basílio Teles. (1856-1923)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011.
- MATOS, José Nuno. *O operário em construção: do empregado ao precário* (Lisboa: Le Monde Diplomatique/Deriva, 2015).
- MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998.
- . «António Sérgio na cultura histórica portuguesa». In *Consciência histórica e nacionalismo. Portugal, séculos XIX e XX*, 215-230. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- MATTOSO, José. *Identificação de um país: oposição – composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Temas e Debates, 2015 [1994].
- MAURÍCIO, Carlos. *A invenção de Oliveira Martins*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- MEDEIROS, Fernando. «Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo da Escola de Le Play, 1908-1932». *Análise Social*, vol. XXIII (95), 1º (1987): 97-116.
- MÉNDEZ MELLADO, Hortensia. «Por la Tierra y el Trabajo. La Conflictividad campesina en la provincia de Badajoz durante La II República (1931-1936)», Dissertação de Doutoramento em História, Universidade da Extremadura. Cáceres, 2015.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar. A political biography*. Nova Iorque: Enygma Books, 2010.
- MILLER, Peter e Nikolas Rose. «Governing Economic life». In *Governing the Present. Administering Economic, Social and Personal Life*, Peter Miller e Nikolas Rose, 36-39. Cambridge: Polity, 2008 [1990].
- . «Accounting for progress – national accounting and planning in France: a review essay», *Accounting, Organizations and Society* 11 (1): 83-104.
- . «On the interrelations between accounting and the state». In *Accounting, Organizations and Society* 15 (4) (Dezembro 1990): 315-338;
- MISIANI, Simone. *La via dei «tecnici». Dalla Rsi alla ricostruzione: il caso di Paolo Albertario*. Milão: FrancoAngeli, 1998.

- . «Colonización interior y democracia: la reforma agrária italiana de 1950», *História Agrária*, 54 (Agosto 2011): 105-140.
- MITCHELL, Timothy. *Colonising Egypt*. Los Angeles: University of California Press, 1988.
- . «Society, Economy and the State Effect». In *State/Culture. State –Formation after the Cultural Turn*, ed. George Steinmetz, 76-97. Nova Iorque: Cornell University Press, 1999.
- . *The Rule of Experts: Egypt, Techno-politics, Modernity*. Los Angeles: University of California Press, 2002.
- . «Culture and economy». In *The SAGE handbook of cultural analysis*, ed. Tony Bennett & John Frow, 447-466. London: SAGE Publications, 2008.
- . «Rethinking Economy». *Geoforum* 39 (2008), 116-1121.
- MONCLÚS FRAGA, Francisco Javier e José Luis Oyón, «Colonización agraria y “urbanismo rural” en el siglo XX: la experiencia del Instituto Nacional de Colonización». *Ciudad y territorio: Revista de ciencia urbana*, n. 57 (1983): 67-84.
- . *Políticas y técnicas de la ordenación del espacio rural*, tomo I da *Historia y evolución de la colonización agraria en España*. Madrid: Ministerio para las Adiministraciones Públicas, Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo y Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1988.
- MONTEIRO, Bruno, «Penser l'État. Une relecture de l'historiographie récent sur l' “Estado Novo” (2010-2015)», *Histoire@Politique*, n.º 29 (Maio-Agosto de 2016), disponível online.
- MUSAT, Raluca. «Lessons for modern living: planned rural communities in Interwar Romania, Turkey and Italy». *Journal of Modern European History* 13, n.º 14 (2015): 536-549.
- MUKERJI, Chandra. «Material Practices of Domination and Techniques of Western Power». *Theory and Society*. 31 (2002): 1-31.
- . «The Territorial State as a Figured World of Power: Strategies, Logistics and Impersonal Rule». *Sociological Theory* Dec. 2010 28 (4): 402-425.
- MÜLLER, Dietmar. «The Governmentality of Land Ownership in South-eastern Europe. Romania and Yugoslavia: A Comparison». In Rosa Congost and Rui Santos (eds), *Contexts of Property in Europe. The Social Embeddedness of Property Rights in Land in Historical Perspective*, 211-227. Turnhout: Brepols, 2010.
- NAKANO, Takashi «Theorising economic nationalism», *Nations and Nationalism*, 10 (3), (2004): 211-229
- NELSON, Robert L.. «The Archive for Inner Colonization, the German East, and World War I». In *Germans, Poland and Colonial Expansion to the East, 1850 through the Present*, ed. Robert Nelson. Nova Iorque, 2009.
- NOVELLO, Elisabetta, *La bonifica in Italia. Legislazione, crédito e lotta alla malária dall'Unità al fascismo* (Milão: Franco Angeli, 2003)
- NUNES, Teresa Maria e Sousa. «O ideário republicano de Ezequiel de Campos : (1900-1919)», Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.
- . «Casal de família: polémicas e propostas (1891-1910)», conferência apresentada em *Agricultura familiar na História: comunidades, economias e paisagens*, IV Encontro RuralRePort. Rede de História Rural em Português, Palmela 27 e 28 de Junho de 2014.
- ORTEGA CANTERO, Nicolás, *Política agraria y dominación del espacio: orígenes, caracterización y resultados de la política de colonización planteada en la España posterior a la guerra civil*. Madrid: Ayuso, 1979.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. *Colonialism: A Theoretical Overview*. Princeton: markus Wiener Publishers, 1997.
- PAIS, José Machado, et al. «O fascismo nos campos em Portugal: a campanha do trigo (1ª parte)», *Análise Social*, vol. XII, n.º 46 (1976): 400-474.
- PAIS, José Machado, et al. «O fascismo nos campos em Portugal: a campanha do trigo (2ª parte)», *Análise Social*, vol. XIV, n.º 54 (1978): 321-389.
- PAN MONTOJO, Juan. *Apostolado, profesión & tecnología: una historia de los ingenieros agrónomos en España*,. Madrid: Colegio Oficial de Ingenieros Agrónomos, 2005.
- PARLATO, Giuseppe. «La cultura fascista in agricoltura: la funzione sociale della proprietà». In *Con la vanga e col moschetto. Ruralità, ruralismo e vita quotidiana nella RSI*, coord., A. Moioli, 69-82. Veneza: Marsilio, 2006.
- PEREIRA, José Pacheco. «As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve», *Análise Social*, Vol. XVI (1.º-2.º) n.º 61-62 (1980): 135-156.
- . *Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal*. Mem-Martins: Ed. Europa-América, 1983.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.
- PEREIRA, Sara Alexandra M. P. C.. «A Colonização Interna durante o Estado Novo. O exemplo da colónia agrícola de Pegões». Tese de Mestrado em História Local e Regional, Lisboa, 2004.
- . «Um olhar sobre a Colónia Agrícola dos Milagres, Leiria: políticas estatais, mudança social e (re)construção identitária», Centro de Investigação Identidades e Diversidades (CIID), Instituto Politécnico de Leiria.

- . «Resistência e Movimentos Colectivos na Colónia Agrícola dos Milagres, Leiria (1926-1974)». In *IV Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região – História Contemporânea. Actas. 9 e 10 de Novembro de 2001*, ed. Câmara Municipal de Leiria, 357-367, Leiria, 2005.
- PEREIRA, Victor. «Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal», *Análise Social*, vol. XLIV (192) (2009), 471-510.
- . «A economia do Império e os Planos de Fomento». In *O império colonial em questão (século XIX–XX). Poderes, saberes e instituições*, coord. Miguel Bandeira Jerónimo, 261-295. Lisboa: edições 70, 2012.
- . «La dictature salazariste et le ‘problème démographique’», *Annales de démographie historique*, n.º 2 (2014): 159-186.
- . *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2014.
- PÉREZ RUBIO, J. A. *Yunteros, braceros y colonos. La política agraria en Extremadura 1940- 1975*. Madrid: Ministerio de Agricultura, 1994.
- PIÇARRA, Constantino. «A I República e a questão da terra» (texto cedido pelo autor, não publicado).
- PICKEL, Andreas. «Introduction. False oppositions: reconceptualising economic nationalism in a globalising world». In *Economic nationalism in a globalising world*, ed. Eric Helleiner e Andreas Pickel, 1-15. Londres e Ithaca: Cornell University Press, 2005.
- PINTO, António Costa. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Lisboa: Edições 70, 2012 [1957].
- PROCACCI, Giovanna. *Gouverner la misère: la question sociale em France 1789-1848*. Paris, seuil, 1993.
- RADICH, Maria Carlos. *Agronomia no Portugal Oitocentista. Uma discreta desordem*. Oeiras: Celta Editora, 1996.
- . «O discurso identitário dos agrónomos portugueses». In *Linguagens e fronteiras do poder*, org. José Murillo de Carvalho, Miriam Halpern Pereira, Gladys Sabina Ribeiro, Maria João Vaz. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- RAMOS, Rui, «As Origens Ideológicas da Condenação das Descobertas e das Conquistas em Alexandre Herculano e Oliveira Martins», *Análise Social* Vol. XXXII, 140 (1997): 113-141.
- . «Oliveira Martins e a Ética Republicana», *Penélope*, 18 (1998): 167-187.
- . «Um novo Brasil de um novo Portugal: a história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX», *Penélope* 23 (2000): 129-152.
- RAPAZOTE, J. «“Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso», *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 1 (Junho) (2007): 207 a 236.
- REDFIELD, Peter. *Space in the Tropics: from convicts to rockets in french Guiana*. Los Angeles: University of California Press, 2000.
- RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Letra Livre, 2011[1945].
- RIESCO ROCHE, Sergio e Francisco J. Rodríguez Jiménez, «El Plan Badajoz: entre la modernización económica la propaganda política», conferência realizada no encontro *Old and New Worlds. The Global Challenges of Rural History*. Lisboa, 27 a 30 de Janeiro de 2016.
- RIST, Gilbert, *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. Londres: Zed Books, 1997.
- ROBLEDO, Ricardo, Ángel Luis González Esteban. «Tierra, trabajo y reforma agraria em la Segunda República española (1931-1936): algunas consideraciones críticas». *História Agraria*, n.º 72 (Agosto 2017): 7-36.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira. «A transição demográfica», in *História Económica de Portugal. 1700-2000. O século XX*, coord. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva. Volume III. Lisboa: ICS, 2005.
- . «O século XIX», in *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, coord. Teresa Rodrigues. Porto: CEPESE/Afrontamento, 2008.
- ROLLO, Maria Fernanda. «Ambiciones frustradas: las vías de modernización y reorganización y el programa de asistencia técnica americana a ala agricultura portuguesa en la posguerra (1948-1956)», in *Agriculturas e Inovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*, coord. por Dulce Freire e Daniel Táboas Lanero, 107-143. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011.
- . *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O plano Marshall e a Economia Portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo: 1928-1938*. Lisboa: Estampa, 1986.
- . *Portugal entre a Paz e a Guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas. 1939-1945*, col. Imprensa Universitária, n.º 83. Lisboa: ed. Estampa, 1988.
- . «As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos». In *Contribuição Para a História do Pensamento Económico em Portugal*, 187-208 (Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1988.

- . «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», in *Vértice*, n.º 13, série II, (Abril de 1989): 21-29.
- . «Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)», *Análise Social*, vol. XXVI (112-113) (1991): 771-790.
- . «O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal: elementos para o seu estudo», em *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, org. José Luís Cardoso e, António Almodovar, 357-372. Lisboa: CISEP, 1992.
- . «Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária», *Análise Social*, n.º 29 (128) (Janeiro 1994), 871-887.
- . *O Estado Novo*, vol. VII de *História de Portugal*, org. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994).
- . *Salazarismo e fomento económico. O primado do político na história económica do Estado Novo*. Lisboa, Notícias Editorial, 2000.
- . *Salazar e os fascismos. Ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- (introd.). *Textos de economia e política agrária e industrial: (1918-1944)*, Ezequiel de Campos, col. Obras clássicas do pensamento económico português 19. Lisboa, Banco de Portugal, 1998.
- . Cristina Sizifredo. *Estado Novo e Universidade: A perseguição aos professores* (Lisboa: Tinta-da-China, 2013).
- ROSE, Nikolas. *The powers of freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ROSES, Joan. «Spanish Land Reform in the 1930s: Economic Necessity or Political Opportunism?», *Working papers*, n.º 225, London School of Economics and Political Science, Department of Economic History, Novembro de 2015, 8 e13.
- SÁ, Victor de. «Projectos de reforma agrária da I República», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3º, 4º, 5º (1983): 591-610.
- SAAVEDRA, Mónica. «Uma questão nacional». Enredos da Malária em Portugal, séculos XIX e XX», Tese de Doutoramento em Ciências Sociais (Antropologia Social e Cultural) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010.
- SANTOS, Rui. «Do mito à doutrina: imagens do Alentejo no memorialismo de fins do século XVIII». In José Luís Cardoso and António Almodôvar (eds.), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, 201-222. Lisboa: CISEP, 1988.
- . «A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento económico português». *Análise Social*, 28, n. 121 (Janeiro, 1993): 423-443.
- e Maria José Roso. «A tale of two tragedies. The commons of Serra de Mértola in the Alentejo (southern Portugal) and their privatizations, eighteenth to twentieth century». In *Rural Societies and Environment at Risk. Ecology, property rights and social organisation in fragile áreas (Middle Ages-Twentieth Century)*, ed. Bas van Bavel e Erik Thoen, 115-145. Turnhout: Brepols, 2013.
- SARAIVA, Tiago. «Paisagens Tecnológicas. O domínio das Águas e a colonização de Portugal e do Ultramar». *Gestão e Planeamento da Água, 5º Congresso Ibérico da água (4-8 Dez. 2006)*, Universidade do Algarve / Fundação Nova Cultura da Água, Faro, 2006.
- . «Fascists Labscapes: Geneticists, wheat, an the Lanscapes of fascism in Italy and Portugal», *Historical Studies in the Natural Sciences*, vol. 40, (4) (Fall 2010): 7-39.
- . «Laboratories and Landscapes: the Colonization of Portugal and Mozambique and the Building of the New State», *HoST, Journal of history of science and technology*, Vol. 3, 2009.
- . «Fascist Modernist Landscapes: Wheat, Dams, Forests, and the Making of the Portuguese New State.» *Environmental History* 0 (2016): 1-22.
- . *Fascist Pigs: Technoscientific Organisms and the History of Fascism*. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.
- , Luísa Schmidt e João Pato, «Lisbon Water regimes: Politics, Environment, Technology and Capital (1850-2010) », *Flux*, vol. 97-98, n.º 3, 2014, 79.
- SANTOS, Ivete Sobral dos. «A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração durante o Estado Novo». Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2014.
- SCIACCHITANO, Grazia. «Rural development and changing labour relations in Italy and Spain in the 1950s and 1960s», *Comparativ. Zeitschrift für Globalgeschichte und vergleichende Gesellschaftsforschung*, 27 Heft 2 (2017), 35-53.
- SCOTT, James C.. *Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SERRA, João Bonifácio. «Os Estudos sobre o Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-Guerra", *Penélope*, n.º 5 (1991): 121-122;
- SERRÃO, José Vicente. «O pensamento agrário setecentista («Pré-fisiocrático»): diagnóstico e soluções propostas», CARDOSO, José Luís (org. e pref.) *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: D. Quixote, 1988.

- . O quadro económico: configuração estrutural e tendências de evolução. In *História de Portugal*, vol. 4 - *O Antigo Regime, 1620-1807*, ed. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de leitores, 1993.
- SERRANO GARCÍA, Rafael. «Debates historiográficos sobre la Segunda República española (1931-1936)», *Ler História*, 69 (2016), 155-167.
- SEVILLA-GUZMAN, Eduardo. *La evolución del campesinado en España: elementos para una sociología política del campesinato en España* (Madrid: Península, 1979), 183-216.
- SHENK, Timothy et Timothy Mitchell. «Les saviors de l'économie». In *Histoire des sciences et des savoirs*, vol. 3, *Le siècle des technosciences*, eds. Christophe Bonneuil and Dominique Pestre, 203-219. Paris: Le Seuil, 2015.
- SILBERT, Albert. 1960. *Le "collectivisme agraire" au Portugal : histoire d'un problème*. Lisbonne.
- . *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. «O território português», Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (coords.), *Memória de Portugal, O Milénio Português*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- SILVA, Elisa Lopes da. «A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo». Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, NOVA FCSH, Lisboa 2011.
- . «Time to settle down: property, state and its subjects». In *The making of Modern Portugal*, ed. Luís Trindade, 178-200 (Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2003).
- . «O território da colonização: Oliveira Martins e a ordem imaginada da nação», in *Pensar con la historia desde el siglo XXI: actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*, coord. por AAVV, 2015. [publicação online].
- . «Os colonos internos do Estado: sujeitos de uma história futura». In *Quem faz a História. Ensaio sobre o Portugal Contemporâneo*, org. José Neves, 61-70. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.
- . «Recampesinar no Estado Novo: propriedade, Estado e os seus sujeitos». In *O espectro da pobreza. História, cultura e política em Portugal no século XX*, org. Frederico Ágoas e José Neves, 105-124. Lisboa: Mundos Sociais, 2016.
- SILVA, Marco. *As ideias políticas e sociais de António Lino Neto. Um católico militante entre o fim do Séc. XIX e a primeira metade do Séc. XX*, Lisboa: Caladeicópio, 2009.
- SILVEIRA, Luís Nuno. 1997. *Território e Poder: nas origens do estado contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimónia.
- SIMPSON, James e Juan Carmona. «Too many workers or not enough land? The experience of land reform in Spain during the 1930s», *Historia Agraria*, 72 (Agosto 2017): 42-43.
- SOARES, Fernando Brito. «A Agricultura», in *História Económica de Portugal (1700-2000)*, org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. III, *O Século XX*. Lisboa: ICS, 2005.
- SOBRAL, José Manuel. «A etnografia de Aquilino Ribeiro», *Antropológicas* 6 (Dezembro 2002): 7-41.
- . «O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)», *Análise Social*, vol. XXXIX (171) (2004): 255-284.
- . «Basilio Teles. Reformismo agrário, raça e história», in *Tempo e história. Ideias e políticas: estudos para Fernando Catroga*, org. Rita Garnel & J. L. Oliva, 369-389. Coimbra: Almedina: 2015.
- STAMPACCHIA, Mauro. «*Ruralizzare l'Italia*». *Agricoltura e bonifiches tra Mussolini e Serpieri* (1928-1943). Milão: Franco Angeli, 2000.
- STEWART-STEINBERG, Suzanne. «Reclamation». In *Political Concepts. A critical Lexicon* (disponível em <https://www.politicalconcepts.org/reclamation-suzanne-stewart-steinberg/>).
- . «Grounds for Reclamation: Fascism and Postfascism in the Pontine Marshes», *Differences. A journal of Feminist Cultural Studies*, 27 (1) (Maio de 2016): 94-142.
- STOLER, Ann Laura, Carole Mac Granahan, Peter C. Perdeu, ed.. *Imperial Formations*. Santa Fé: SAR Press, 2007.
- . *Against the archival grain. Epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2009.
- THOMPSON, E. P.. *Customs in Common. Studies in Traditional Popular Culture*. Nova Iorque: New York Press, 1994).
- TRINDADE, Luís. «The System of Nationalism». In *The making of modern Portugal*, ed. Luís Trindade, 1-17. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- VAN DE GRIFT, Liesbeth. «'On New Land a New Society': Internal Colonisation in the Netherlands, 1918-1940», *Contemporary European History* (2013): 609 – 626
- . «Introduction: theories and practices of internal colonisation. The cultivation of lands and people in the age of modern territoriality», *International Journal for History, Culture and Modern Territoriality*, 3 (2) (2015): 139-158.
- . «Introduction: Theories and Practices of Internal Colonization. The Cultivation of Lands and People in the Age of Modern Territoriality». *International Journal for History, Culture and Modernity*, 3 (2) (2015): 139-158.
- . Liesbeth. «Cultivating Land and People: Internal Colonization in Interwar Europe. In *Governing the Rural in Interwar Europe*, ed. Liesbeth van de Grift & Amalia Ribi Forclaz, 68-92 (Londres: Routledge, 2017).

WATTEAUX, Magali. «La colonisation agraire médiévale en Alentejo (Portugal)», *Études rurales*, 188 (2011): 39-71.

WEBER, Eugen. *Peasants into frenchmen. The modernization fo Rural France (1870-1914)*. Stanford: Standord University Press.

ZAGANELLA, Marco, *Dal fascismo alla DC. Tassinari, Medici e la bonifica nell'Italia tra gli anni Trenta e Cinquanta*. Siena: Cantagalli, 2010.